

Sumário

DOSSIÊ – TRAJETÓRIAS DE CONSAGRAÇÃO CULTURAL: ENTRE A AUTONOMIA E A HETERONOMIA

Apresentação: autonomia e heteronomia no estudo das trajetórias artísticas e intelectuais	1
Marcelo Garson, Andréa Borges Leão, Rodrigo Czajka e Fernando Pinheiro	
The secular prophet of religious socialism: the Erich Fromm's early writings (1922-1930)	21
Michael Löwy	
¿Requiem para Solari? Relevos de la sociología universitaria uruguaya en los años sesenta y setenta del siglo pasado	33
Vania Markarian	
Elementar: Antonio Candido, inventor do inventivo Sérgio Buarque de Holanda	55
Vinícius Madureira Maia e Kadma Marques Rodrigues	
Coelho Netto, o "homem com profissão"	79
Rodrigo da Rosa Bordignon	
Roberto Carlos como mediador cultural: música jovem, tv e rádio	101
Marcelo Garson	
Literatura e audiovisual em José Mauro de Vasconcelos	123
Andrea Borges Leão e Edson Farias	
"Sou brasileiro, democrata e editor": Ênio Silveira e a repressão à Editora Civilização Brasileira (1963-1970)	149
Rodrigo Czajka	

ARTIGOS

- Entre o querer e o não querer: dilemas existenciais de um ex-traficante
na perspectiva de uma sociologia dos problemas íntimos 175

Diogo Silva Corrêa

- Quando o estado de exceção se torna permanente:
reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil 205

Luís Antônio Francisco de Souza e Carlos Henrique Aguiar Serra

- Estratégias comerciais e operacionais das grandes companhias de saneamento:
a experiência do Estado de São Paulo 229

Alberto de Oliveira

- Imagens do futuro: risco e responsabilização na gerência neoliberal do amanhã 257

Claudia Linhares Sanz e Mirella Pessoa

- Duas metáforas históricas sobre o problema do sentido da ação 279

Ernesto Mora Forero

Entrevista

- Um diplomata em defesa do princípio universal dos direitos humanos:
entrevista com José Augusto Lindgren Alves 307

Por Gustavo Mesquita

RESENHA

- Gisèle Sapiro. Sociologia da literatura* 329

Por Nêvio de Campos

Contents

DOSSIER – TRAJECTORIES OF CULTURAL CONSECRATION: BETWEEN AUTONOMY AND HETERONOMY

Preface: autonomy and heteronomy in the study of artistic and intellectual trajectories	1
Marcelo Garson, Andréa Borges Leão, Rodrigo Czajka and Fernando Pinheiro	
The secular prophet of religious socialism: the Erich Fromm's early writings (1922-1930)	21
Michael Löwy	
A Requiem for Solari? Changes in Uruguayan Sociology in the 1960s and 1970s	33
Vania Markarian	
Elementary: Antonio Candido, inventor of the inventive Sérgio Buarque de Holanda	55
Vinícius Madureira Maia e Kadma Marques Rodrigues	
Coelho Netto, the "man with a profession"	79
Rodrigo da Rosa Bordignon	
Roberto Carlos as a cultural mediator: youth music, TV and radio	101
Marcelo Garson	
On the borders of symbolic circulation: literature and audiovisual in José Mauro de Vasconcelos	123
Andrea Borges Leão and Edson Farias	
"I am Brazilian, Democrat and Editor": Ênio Silveira and the repression against Editora Civilização Brasileira (1963-1970)	149
Rodrigo Czajka	

ARTICLES

- Between wanting and not wanting: existential dilemmas of a former trafficker from the perspective of a sociology of intimate problems 175

Diogo Silva Corrêa

- When the State of exception becomes permanent: insights on public safety militarization in Brazil 205

Luís Antônio Francisco de Souza and Carlos Henrique Aguiar Serra

- Commercial and operational strategies by large sanitation companies: the experience of the State of São Paulo 229

Alberto de Oliveira

- Images of the future: risk and responsabilization in neoliberal management of the future 257

Claudia Linhares Sanz and Mirella Pessoa

- Two historical metaphors about the problem of action's meaning 279

Ernesto Mora Forero

INTERVIEW

- A diplomat in defense of universal human rights: an interview with José Augusto Lindgren Alves 307

By Gustavo Mesquita

REVIEW

- Gisèle Sapiro. Sociologia da literatura* 329

By Nêvio de Campos



Apresentação

Autonomia e heteronomia no estudo das trajetórias artísticas e intelectuais

Marcelo Garson*

<https://orcid.org/0000-0001-8767-1875>

Andréa Borges Leão**

<https://orcid.org/0000-0001-8404-6767>

Rodrigo Czajka*

<https://orcid.org/0000-0002-3494-8372>

Fernando Pinheiro***

<https://orcid.org/0000-0002-2367-2411>

Enquanto categoria de avaliação moral, a autonomia se baseia na capacidade de autorregulação e autoavaliação, ganhando destaque no pensamento iluminista e kantiano. Nessa perspectiva, “o poder de conciliar a submissão ao constrangimento das leis com o exercício da liberdade” (Kant, 1996b, p. 34) deixa ver os polos que organizam o trabalho da razão, cristalizando a dualidade entre heteronomia e autonomia. Essa problemática, elaborada, inicialmente, no campo da filosofia, é convertida em categorias científicas de análise empírica pela sociologia da cultura, tornando-se elemento fundamental para o estudo das trajetórias de indivíduos e grupos.

Tendo como pano de fundo o dilema entre autonomia e heteronomia, este dossiê se dedica ao estudo de experiências e processos de consagrações em diversas modalidades, esferas e registros – música, literatura, carnaval, ideias e discursos políticos –, seja no campo da produção erudita ou do popular massivo, cujas fronteiras se atravessam constantemente. O tema da consagração expõe o conflito entre autonomia e heteronomia, definido e redefinido por sistemas de classificação cultural – consagrações, fracassos, sucessos, notoriedades, visibilidades, ostracismos etc. – que orientam os processos de funcionamento do campo artístico e, sobretudo, reivindicações de autoria. No processo de investigação desse fenômeno, algumas perguntas podem ser

* Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil.

** Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil.

*** Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

aventadas: consagração para quem, sob que condições e a que custos? Quais seriam os efeitos, por exemplo, da ascensão mercadológica na carreira de artistas engajados, malditos ou vanguardistas? Como isso alteraria sua apreciação e julgamento? Analisar o choque entre os critérios de valor próprios a instâncias de difusão e legitimação, a públicos, a agentes e instituições contribui para a compreensão dos processos de consagração cultural.

Dados o crescente interesse pelos estudos de trajetórias e a dificuldade de encontrar material para recém-chegados, este texto funciona como uma introdução geral. Assim, trata-se menos de uma apresentação dos textos, que do tema do dossiê. O objetivo é explicar a gênese dos conceitos de autonomia, heteronomia, trajetória e consagração cultural e as problemáticas que eles suscitam quando mobilizados a compreender os itinerários de artistas e intelectuais, feito este colocado em pauta pelos estudos de caso presentes. Tomando a filosofia kantiana como ponto de partida, passamos agora ao debate marxista para depois dissecar o legado bourdieusiano e, por fim, analisar os dilemas particulares aos estudos de trajetórias.

Autonomia e heteronomia em Kant

Quando Immanuel Kant publicou a *Fundamentação da metafísica dos costumes* ([1785] 1974), uma importante ruptura epistêmica se fez na construção do seu sistema crítico. Enquanto na *primeira crítica*, a *Crítica da razão pura* (1996a), Kant se confrontava com as limitações do ato de conhecer as coisas em si mesmas, pelo puro exercício da analítica dos princípios, a *segunda crítica*, *Crítica da razão prática* (1788), partindo das noções de universalidade anteriormente constituídas na *razão pura*, recobrava entendimento (*Verstand*) do agir conforme leis e imperativos desenhados pela razão moral (*Vernunft*). Ou seja, as antinomias originárias da filosofia desde a antiguidade clássica repousavam na crítica kantiana como possibilidade não apenas de reconhecer as categorias estruturadoras do conhecimento e do ato reflexivo, mas de recolocar em debate o mundo secular cindido entre o particular e o universal, entre sujeito e objeto, entre o teórico e o prático e seus papéis no processo de construção das categorias filosóficas que nos permitiriam conhecer a realidade e falar dela. Foi, entretanto, na *Fundamentação da metafísica dos costumes* (uma obra intermediária publicada entre a primeira e a segunda críticas) que o filósofo se defrontou com o contraste das categorias transcendentais e empíricas na formação da sua filosofia. Apesar de voltar sua atenção ao problema da experiência e dos fenômenos, Kant não deixou de considerar o problema das antinomias e sua relação com a liberdade e o livre arbítrio do sujeito.

Foi na segunda crítica, entretanto, que Kant levou às últimas consequências a análise do problema da liberdade e da autonomia e/ou heteronomia do sujeito. Nesta,

o tema da autonomia e da heteronomia aparecia como elemento fundamental da constituição da razão *no* sujeito. A rigor, Kant constatou que os problemas da “filosofia material” ou dos costumes estavam relacionados com os temas da moralidade e, por conseguinte, com o problema da construção da autonomia do sujeito frente à determinação/heteronomia do mundo empírico. Mas, ainda assim, Kant creditava ao sujeito a capacidade de refletir e derivava desse exercício um grau suficiente de autonomia da razão frente aos aspectos fenomênicos. O problema da distinção entre autonomia e heteronomia levaria à ampliação do escopo de análise na forma de uma “crítica do gosto”. Assim, a terceira crítica recolocava o problema da autonomia e da heteronomia do sujeito numa “ciência estética”, ainda que isso não tenha sido o propósito do filósofo. Conforme afirma Ricardo Terra, “trabalhando várias questões (como a sistematicidade das leis empíricas, o organismo, o gosto), Kant encontra uma maneira de unificar as figuras da reflexão na medida em que chega a um juízo meramente reflexionante, podendo, então, ampliar o projeto crítico-transcendental” (Terra, 1995, p. 25).

Talvez por isso a *terceira crítica* tenha impactado tão fortemente a geração de leitores imediatamente posteriores a sua publicação. Primeiro, porque o sistema kantiano dava mostras de um entendimento mais amplo (dialético) entre as duas instâncias constituintes do conhecimento. Filosofia e natureza pareciam convergir na construção da autonomia do sujeito (na forma do gênio artístico), em detrimento da heteronomia marcada pela ordem consuetudinária. Segundo, porque a *Crítica do juízo* apontava para formas possíveis de realização do gênio, sobretudo no que dizia respeito às artes e à estética, faculdades assumidas por Kant como realização do gênio artístico.

Assim as análises de Schiller, Schlegel, Novalis, Fichte, Schelling e do ainda jovem Hegel sedimentaram uma tese já anteriormente esboçada na *terceira crítica*: se, para Kant, “os princípios segundo os quais fazemos experimentações têm sempre de ser extraídos, eles mesmos, do conhecimento da natureza, portanto da teoria” (Kant, 1995, p. 34), seria preciso, então, situar o lugar onde essa relação se daria efetivamente. O filósofo alemão demonstrou que o seu sistema, ao menos no plano das três *críticas*, deixava de ser esse “lugar”. A elaboração de uma educação estética e sentimental se transformaria no princípio organizador e sistematizador do conhecimento e de sua relação com a imaginação e a criação artísticas. Nesse sentido, a *Crítica da faculdade do juízo* não apenas deu solução – ainda que provisória – às antinomias fundantes do conhecimento, mas, e sobretudo, propôs novo entendimento sobre a natureza da autonomia (liberdade) e da heteronomia (determinação) sobre o sujeito.

É essa dimensão da liberdade subsumida do sujeito kantiano que, determinado pela prática, forjaria o entendimento (*Verstand*) e daria contornos de unidade à razão (*Vernunft*). Na esteira dessa compreensão, teóricos como Friedrich Schiller

assumiram a obra de arte e propriamente a criação artística como lugar de realização dessa unidade que Kant buscou no percurso das *três críticas*. Schiller, ao elevar as artes como lugar de realização da autonomia do artista (em especial do gênio), indagava se não haveria melhor uso para a liberdade que não o empreendido pelas belas-artes e se não haveria maior obra de arte que a construção de uma liberdade política; concluía, assim, asseverando: “a arte, pois, é filha da liberdade e quer ser legislada pela necessidade do espírito, não pela privação da matéria” (Schiller, 2002, pp. 21-22).

De fato, constata-se aqui uma ruptura importante entre Kant e seus leitores. Isso porque a dimensão estética, longe de reproduzir as analíticas e a lógica do sistema kantiano, resultou numa extensão do debate filosófico à cena política. O romantismo, seguido do idealismo alemão, mais que um movimento literário ou uma tendência estética, transformou-se num vocabulário político de amplo espectro ideológico que representou uma visão de mundo na busca pela autonomia e pela liberdade – resquícios políticos da Revolução Francesa e, posteriormente, das invasões napoleônicas¹. Esses elementos políticos e sociais se perderam na história da filosofia, mas revelam a complexidade do debate sobre a estética como espaço de construção da liberdade e da autonomia de criação dos indivíduos.

Marx, marxismos e a cultura

Em Hegel, e em seguida em Marx, essa perspectiva da filosofia clássica alemã tornar-se-ia relevante, visto que o problema da estética adquiria contornos mais fortes ao conceber a criação artística e intelectual no *continuum* histórico e na consideração dos processos sociais que as engendraram. Nessa perspectiva, teoria e prática seriam interpretadas a partir do devir histórico, e a filosofia e as artes seriam o resultado da operação dialética do sujeito e das contradições, da qual ele próprio era resultante.

Para Hegel, a arte é expressão importante da criatividade humana, mas que não se mantém limitada, como em Kant, ao plano do conhecimento, estendendo-se ao plano do próprio ser (Konder, 1991, p. 69). Com isso, a arte e – num segundo momento – a religião ocupavam uma centralidade na dinâmica da edificação do *Espírito* (*Geist*). De certo modo, Hegel se confrontava com a escola romântica que tinha na genialidade artística a criatividade e a imaginação como formas espontâneas de representação do “dom”. Para o autor, “sem reflexão, sem escolhas conscientes, sem comparações, o artista é incapaz de dominar o conteúdo que deseja expressar. É um equívoco pensar que o verdadeiro artista não sabe o que faz” (Konder, 1991, p. 72).

1. Sobre o romantismo como visão de mundo e suas representações anticapitalistas, consultar Löwy e Sayre (1995).

Ainda que em Marx e Engels o papel das artes – ou da produção artística – não ganhe centralidade, é possível detectar o esforço em compreender artistas e intelectuais como sujeitos históricos submetidos à lógica do capital. Eis, assim, o exemplo de uma cantora e de um palhaço que trabalhando por conta própria são trabalhadores improdutivos, mas que, empregados pelos detentores dos meios de produção, geram mais-valia. Da mesma forma, toma-se o escritor por operário produtivo, não porque produz ideias, mas porque vende sua força de trabalho ao editor que, por sua vez, se encarrega da impressão e da venda de livros (Marx e Engels, 1974, pp. 75-76).

O trabalho artístico e intelectual seriam representações sociais de um determinado contexto político e social, traduzidos pelo léxico marxista nos termos de base e superestrutura no interior do sistema capitalista de produção. Filósofos, escritores, artistas não seriam portadores inatos da autonomia (frente à heteronomia imposta pela materialidade histórica), mas seriam produtores dessa autonomia no decorrer dos processos históricos, favorecendo circunstâncias para tal. A autonomia, por sua vez, seria fortalecida na mesma proporção em que a totalidade social fosse a representação do movimento dialético – e revolucionário – entre teoria e prática, ou da *práxis*.

Entretanto, após a morte de Marx, essa abordagem sofreu inúmeros influxos pelas mãos das correntes marxistas. No decorrer do século XX, intelectuais como György Lukács, Walter Benjamin, Antonio Gramsci, Lucien Goldmann, Raymond Williams buscaram retomar inúmeros aspectos da teoria marxista sob o enfoque dos problemas culturais. Uma questão bastante específica permitiu a aproximação desses intelectuais num cenário de politização da cultura: compreender o papel dos intelectuais e dos artistas na construção de uma vanguarda revolucionária.

A discussão em torno das vanguardas e do papel político desempenhado por artistas e intelectuais no processo de renovação dos debates em torno da autonomia e da heteronomia foi um dos temas centrais das análises de Raymond Williams. Grande parte de seus estudos deteve-se sobre o marxismo ou, mais especificamente, sobre o problema do materialismo histórico e dialético como instrumento de análise da produção artística e cultural no decorrer do século XX. Williams retomou, em grande parte, as discussões sobre as relações entre base e superestrutura na teoria da cultura marxista como forma possível de ampliar o debate sob uma perspectiva materialista da cultura, a exemplo de Walter Benjamin quando discutiu a forma mercadoria das obras de arte para além de sua representação aurática e de autenticidade dos produtos culturais.

Ao mesmo tempo que essa análise era realizada, teciam-se críticas severas a certa ortodoxia marxista que preconizava um entendimento estático sobre base e superestrutura. O próprio Williams reforçava a importância dessas categorias na construção de uma crítica cultural, desde que estas não fossem compreendidas a partir de uma

noção de “determinação”. Segundo ele, a proposição da “base determinante e da superestrutura determinada tem sido comumente considerada a chave para uma análise cultural marxista, [...] mas é importante estarmos cientes de que o termo que marca essa relação – isto é, *determinar* – é de grande complexidade teórica e linguística” (Williams, 2011, p. 43). Ou seja, pensar a determinação como expressão de uma heteronímia na mera contraposição à autonomia da agência à revelia das estruturas sociais é pressupor uma liberdade que não se manifesta de modo efetivo e concreto, e que só existe como recurso retórico. Williams chamava a atenção para a necessidade de uma leitura mais sofisticada desse esquema analítico, afirmando que a superestrutura não se constituía como mero “reflexo” da sua base social, mas uma “resposta” destinada a ela. Noutras palavras, uma produção cultural, mais que mero reflexo/determinação da conjuntura histórica ou dos componentes econômicos, é uma forma de responder à heteronímia e afirmar a autonomia do intelectual ou artista que pensa desde a sua obra para além da determinação. Do mesmo modo, no sentido inverso, segundo Williams, “devemos dizer que, quando falamos de base, estamos falando de um processo, e não de um estado; e não podemos atribuir a esse processo algumas propriedades fixas a serem posteriormente traduzidas aos processos variáveis da superestrutura” (Williams, 2011, p. 47).

Nesse sentido, Williams estava em diálogo íntimo com o debate que o antecedia, sobretudo aquele expresso nas obras de Lukács, Gramsci, Benjamin e Goldmann. Nestes teóricos, o ajuste dos termos do debate era também entendido como uma reformulação de compromisso dos intelectuais com a teoria social, sobretudo no esforço de estabelecer uma interpretação mais ampliada da tradição marxista, em que se apontavam caminhos possíveis para a realização da liberdade (autonomia) artística e intelectual, à revelia das determinações mais ortodoxas. Assim, a vanguarda revolucionária tornava-se a expressão do comprometimento social e da construção de uma cultura política democrática, no interior dos movimentos de esquerda, em que o intelectual ocuparia lugar de prestígio, forjando permanentemente sua autonomia.

Consagração e mercado

A questão da autonomia também ocupa papel importante na obra de Pierre Bourdieu (2005), estando intimamente conectada a outro tema que nos interessa, o da consagração cultural. Segundo Bourdieu, a autonomia da arte é conquistada por meio da linguagem e de um sistema de valores próprios que definem objetos e regras específicas de disputa simbólica, da qual participam agentes e instituições organizados hierarquicamente. Isso significa que, quanto mais autônomo é um campo de produção simbólica, menor é a interferência de determinantes externos. No caso

da arte, o processo é conquistado pela libertação econômica e política da tutela aristocrática e eclesiástica, que historicamente lhe ditava as regras e valores éticos e estéticos. Entre os séculos XVII e XIX, agentes posicionados em um universo propriamente artístico construíram, através de um processo de lutas, critérios próprios de produção e julgamento.

A autonomia, no entanto, só faz sentido quando apreendida em relação ao mercado, pois é a submissão a um público de compradores que garante ao artista a independência em relação ao mecenas (Bourdieu, 2005; Sapiro, 2004). Com isso, o campo da arte configura dois polos de produção e consumo das obras: um autônomo, que aspira à pureza e enxerga em outros artistas seus consumidores em potencial; e outro, heterônomo, destinado ao gosto massivo e dirigido a um hipotético público mediano. Esses polos se organizam um em relação ao outro, conformando-se dialeticamente.

Nesse sentido, falar de consagração artística implica considerar a profissionalização da arte, o que pressupõe a construção de um mercado regulado por critérios de valor. A questão, portanto, é situar esse mercado, sua história, estratificações e agentes, compreendendo de que forma a construção do campo, através de um processo de lutas simbólicas, incide na criação individual e no valor das obras. Isso nos permite apreender a dimensão propriamente social e simbólica da arte, revelando o sem número de sujeitos, instituições e regras que atuam na concretização, circulação e produção de valor das obras de arte.

Segundo Renato Ortiz (1988), o mercado de bens simbólicos no Brasil, até os anos 1960, era caracterizado por uma estrutura precária e por uma mentalidade pré-capitalista, marcada pelo empreendedorismo individual, e não por uma racionalidade contábil e divisão clara do trabalho, elementos que, em Weber, são fundantes da racionalidade moderna. Essa estrutura, afirma Ortiz, invalida a existência de uma cultura de massas no Brasil até o fim daquela década. Embora o rádio, o cinema e a TV fossem já uma realidade, eles ainda não funcionavam como mediadores culturais de espectro amplo. Ao não se integrarem em um sistema em que as mídias atuam em conjunto, impulsionando umas às outras, seu poder de influência era limitado espacialmente.

Com o advento da indústria cultural no Brasil, na década seguinte, como ilustra Sérgio Miceli (2005), assistimos à configuração de um sistema de mediação condizente com os valores e o gosto de uma classe média apta a consumir bens simbólicos audiovisuais e massivos. Sob pressão das demandas de um mercado que tomava impulso, as definições legítimas por parte de agentes especializados, sobretudo a crítica de cultura na grande imprensa, confrontavam-se com parâmetros de gosto orientados pela recepção massiva. As lutas e reivindicações de autonomia da literatura e da edição são emblemáticas das redefinições operadas entre os polos restrito e ampliado

da produção cultural brasileira. Na década de consolidação da indústria cultural, portanto, embaralhavam-se as fronteiras entre conhecimento e reconhecimento, promoção midiática e crítica, visibilidade e legitimidade, autonomia e heteronomia (Le Guerne, 2003, p. 9), de modo que os próprios critérios e instituições árbritas dos valores da arte e do artista se colocam em processo de redefinição (Lizé, 2016).

Por esse ângulo de análise, a discussão sobre as modalidades da consagração diz respeito aos mecanismos da produção simbólica e, por conseguinte, aos efeitos da aplicação de princípios de julgamento, mediação e valorização. Se instituições e agentes especializados, notadamente os centrais e hegemônicos, são detentores legítimos do poder de consagrar, o conjunto de artigos deste dossiê problematiza a entrada em cena da mídia e do mercado, da recepção e dos projetos de formação de público que, como observa apropriadamente Anna Boschetti (2010, p. 20), redirecionam o olhar para as inovações nas vias de acesso ao reconhecimento. Vindas, muitas vezes, de espaços periféricos, essas inovações revelam o jogo assimétrico de poder que se desenha no universo cultural. Para apreender essa lógica, cabe considerar as trajetórias e deslocamentos de agentes em escala nacional e transnacional, bem como as diferenças entre os campos da produção e da recepção. Os mediadores e as mediações ganham protagonismo, e boa parte dos artigos opera com esse par conceitual.

A consagração também concerne ao acúmulo de capital simbólico e às consequentes modalidades de distinção social, como lembra apropriadamente Wencelas Lizé (2016). Trabalhar com trajetórias é perscrutar o maior ou menor peso das estruturas sociais nas disposições que orientam a ação individual. Mozart e Beethoven são dois artistas cujas trajetórias nos ajudam a compreender o mecanismo de atuação da dicotomia entre autonomia e heteronomia. Norbert Elias (1995) mostra como Mozart, mesmo consciente do seu talento, não conseguiu realizar-se como um “gênio”, ou seja, aquele que logra impor os padrões de definição de sua própria excelência, já que sua época não conhecia esse conceito e, portanto, não tolerava artistas que se insurgissem contra a tutela aristocrática. Já Tia DeNora (1995) faz ver como Beethoven, ao contrário de Mozart, pôde reivindicar sua genialidade poucas décadas depois, em uma Viena na qual se observaram as primeiras manifestações da ideia. Assim, o compositor teve papel ativo em sua consagração, que ao mesmo tempo dependeu da construção da categoria moderna de “gênio” e contribuiu para ela.

A análise da consagração de artistas ou grupos de artista nos faz ver um problema caro às biografias e histórias de vida no que concerne a seu aspecto narrativo. Como é possível narrar uma vida?, indaga Giovanni Levi (1989). Qual é o estatuto epistemológico e a natureza da narrativa e como ela se relaciona com o objeto narrado? Nesse debate, insere-se o conhecido texto de Bourdieu sobre a “ilusão biográfica”: a crença na possibilidade de reconstituir o passado como um conjunto coerente, ordenado

e linear de acontecimentos orientados para um fim e propósito predeterminados (Bourdieu, 1996, p. 184).

O crescimento dos estudos que acompanham os percursos de indivíduos e grupos é justamente uma ocasião privilegiada para debater essas questões. Trajetórias, carreiras, biografias, itinerários são termos – cada qual a partir de premissas particulares – que, desde os anos 1980, têm sido cada vez mais utilizados nas Ciências Humanas e Sociais para entender de que forma o percurso de indivíduos e grupos pode esclarecer as dinâmicas que governam a vida em sociedade. Sem cair nas armadilhas já conhecidas dos relatos de vidas célebres, tratava-se de combater o que o cientificismo positivista, em sua pretensão de estudar a sociedade a partir de cima, parecia ter relegado ao esquecimento: o indivíduo, sua vida e suas experiências. Doravante, a análise dos percursos de grupos e indivíduos tinha o desafio de equacionar duas ordens de problema: uma que pensa o detalhe, a experiência, o indivíduo e o pessoal; outra que pensa a estrutura, as leis e as regras, ou seja, tudo o que organiza, situa, constrange, enquadra e hierarquiza os sujeitos e os grupos.

A ilusão biográfica

Junho de 1986 data a publicação de “A ilusão biográfica”. O artigo de poucas páginas, escrito por Pierre Bourdieu, integrava uma edição homônima da *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, que também contava com contribuições de Michael Pollak, Howard Becker e Natalie Heinich. O texto, no entanto, não figurava na abertura, nem na conclusão do dossiê. A escolha buscava atenuar o efeito de deslegitimação que o texto de Bourdieu conferia à biografia, justamente o método validado por grande parte dos articulistas presentes (Heinich, 2010).

“A ilusão biográfica” é uma crítica ferrenha ao estatuto epistemológico das histórias ou relatos de vida. Para Bourdieu, a história de vida é uma noção do senso comum que, apropriada pelo discurso científico, manteve seu problema de origem, a saber: a crença de que a vida é uma história. Assim considerada, ela poderia ser narrada como um percurso, um caminho linear com início, meio e fim. Disso se depreende uma concepção finalista e teleológica, já que a história é contada com vistas a explicar um desfecho previamente conhecido. A ordem cronológica dos acontecimentos afirma-se como ordem lógica, já que subsumida a uma razão de ser que cabe explicar.

É justamente a intenção de explicar o fim que se torna o critério de seleção de todos os “eventos significativos” que contribuem para explicá-los. Bourdieu considera que há, no relato biográfico, uma criação artificial de sentido pela seleção e concatenação de fatos. Tudo o que parece estranho ao fim do percurso seria, assim, descartado. Com a cumplicidade do biógrafo, é estabelecida uma trajetória de vida harmoniosa

e ausente de contradições, ruídos e descontinuidades. Dessa forma, inaugura-se um pacto de mútua identificação entre biógrafo e biografado, já que o primeiro dota a vida do segundo de uma intenção e sentido. A narrativa de vida seria a desse sentido pelo cumprimento de metas predeterminadas pelo biógrafo, que, por sua vez, tenderia a forçar conexões entre eventos, a fim de criar uma harmonia. Nesse sentido, o relato de vida seria comparável a um romance tradicional em sua estrutura linear.

Assim, Bourdieu sinalizava um dos problemas centrais das narrativas de vida: encontrar um princípio unificador que permite apreender a vida enquanto uma totalidade. Para narrar uma vida, supõe-se a permanência de um agente ao longo de todo o percurso narrado. É justamente essa estabilidade do sujeito que se torna um problema, pois, a despeito de conservar o nome próprio, ele ocupa diferentes posições e espaços ao longo da vida, donde resultam diferentes histórias de vida. Totalidade e sentido ganham centralidade na análise de Bourdieu; a noção de estrutura se tornava a chave para escapar à ilusão biográfica.

A estrutura se afirma em termos de campo, espaço social estruturado e *habitus*, matriz estruturada e geradora de formas de ação e interpretação do mundo. É nesse sentido que registra a já célebre imagem do percurso de vida como um trajeto em um metrô, o qual, para se fazer compreensível, tem que levar em conta a estrutura da rede e a relação entre diferentes estações (Bourdieu, 1996, p. 189). A partir de então, trabalhos de inspiração bourdieusiana, ao invés do recurso a biografias, optam pela noção de “trajetória”, metáfora retirada da balística, que obriga a mensurar os campos de força, direções e interações que incidem em um corpo em seu estágio inicial e que necessitam ser recalculadas a todo instante, dado o balanço mutante de pressões ao longo do tempo (Passeron, 1995, p. 226).

O estudo de Mozart, realizado por Elias, é um caso para testagem da hipótese de escape à ilusão biográfica. O dilema de Mozart estava no desajuste entre um sujeito que reconhecia sua excepcionalidade, mas não conseguia ainda manejá-la como credencial de afirmação de sua autonomia. Na análise de Elias, tanto o agente quanto o espaço social são encarados como um devir, “sujeito a sucessivas transformações” (Bourdieu, 1996, p. 184), o que levou o autor a reconstruir as relações objetivas que estruturavam o campo e, ao mesmo tempo, organizavam as tomadas de posição dos indivíduos. Isso evidencia como os agentes são, a um só tempo, efeitos da produção de um campo e construtores de suas estruturas, moldando-as e sendo por elas moldados.

Narrativa de vida em debate

A metade da década de 1980 é um momento de reavaliação do legado estruturalista nas Ciências Sociais, o que resultou na querela ação *versus* estrutura, ou micro *versus*

macro, que até hoje tem seus desdobramentos. Bourdieu participou ativamente desse debate, quando releu os clássicos à luz de Lévi-Strauss, a fim de elaborar sua teoria da prática. Através da noção de estratégia, buscava equacionar estruturas e disposições, promovendo uma “ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente)”, sem, no entanto, “cair no subjetivismo” (Bourdieu, 2004, pp. 79-81). Compreender o mecanismo por trás das estratégias e tomadas de posição era, assim, a maneira de escapar à ilusão biográfica.

O debate se torna ainda mais complexo pela importância variável de alguns conceitos, a considerar a tradição sociológica a que nos filiamos. A mesma edição do *Actes de la Recherche*, que continha “A ilusão biográfica”, dispunha de um artigo de Howard Becker (1986) que explicava como o interacionismo concebia a noção de estrutura. Tratava-se da tradução de um texto publicado em inglês havia vinte anos, mostrando que o debate articulado nos anos 1980 vinha germinando fazia tempos. Nele, Becker esclarecia que “conceitos como ‘organização’ ou ‘estrutura social’ provêm de um processo contínuo de ajuste mútuo das ações de todos os atores envolvidos” (Becker, 1986, p. 108). Para os interacionistas, interessava lidar com as regras e convenções sociais, menos como preexistiam aos sujeitos e constrangiam suas ações, e mais como eram atualizadas na prática e como se cristalizavam em categorias e rótulos que os indivíduos manejavam em contextos de ação específicos.

O que os interacionistas chamavam de “carreiras” ou “histórias de vida” eram maneiras de compreender os percursos de grupos ou sujeitos enquanto um processo. Esse paradigma estava lastreado pelo trabalho empreendido desde o início do século XX pela Escola de Chicago. *The polish peasant in Europe and America*, de William Isaac Thomas e Florian Znaniecki (1918), e *The Jack Roller: A delinquent boy's own story*, de Clifford R. Shaw (1930), valiam-se das histórias de vida para captar o ponto de vista dos atores em questões caras à sociologia urbana, como a migração e a delinquência, respectivamente. A fim de investigar a elasticidade das normas sociais no contexto das sociedades complexas, os estudos de caso de indivíduos “deslocados”, como o imigrante e o delinquente, eram de grande valia.

Para o campo da sociologia da cultura, que nos interessa em particular, a noção de carreira integra os estudos de Becker sobre o mundo da arte, que, antes mesmo de serem sistematizados em *Art worlds* (Becker, 1982), mantinham uma relação próxima com o tema do desvio. Os músicos de jazz eram um caso particular de *outsiders*, já que se rotulavam como alheios ao sistema normativo dominante (Becker, 1963). A análise de suas vidas em termos de “carreiras” era uma maneira de apreender os encontros, desencontros, negociações, interações e ajustamentos que os indivíduos compartilhavam no processo de tornarem-se artistas. A noção de processo, do

“tornar-se”, é o que interessava sublinhar, bem como a ideia de que os mundos da arte eram produções coletivas, forjadas por indivíduos, grupos e instituições, unidas por laços formais e informais.

O estudo de Becker realizado no espaço das casas noturnas mostrava que a carreira de um músico de *jazz* era um processo através do qual o indivíduo adentrava um universo simbólico e, de forma compulsória, tomava parte em seus dilemas. Um embate, em especial, ganhava centralidade: aquele que opunha músicos de *jazz* profissionais e os “quadrados” (*squares*), categoria criada pelos próprios artistas para designar todos que os pressionavam a ceder ao gosto popular. Sendo utilizado para demarcar as fronteiras entre nós – os portadores de um dom e um estilo de vida singular – e eles – uma massa indiferenciada incapaz de nos compreender –, “quadrado” é uma categoria representativa do embate entre autonomia e heteronomia, tema que nos interessa neste dossiê. Ceder ou não às demandas dos “quadrados” era o dilema que se apresentava a todos os músicos de *jazz*. Gerenciar os graus de submissão ao mercado e liberdade de escolha tornava-se uma questão estruturante e inescapável que se afirmava de forma compulsória e definia os rumos que as carreiras profissionais iriam tomar.

A questão das biografias tem na história um campo de reflexão privilegiado, já que participou da definição mesma do caráter científico de sua disciplina (Renders e De Haan, 2014; Dosse, 2009; Loriga, 2011). Em texto contemporâneo a “A ilusão biográfica”, Giovanni Levi ([1989], 2014), partidário da micro-história, mostrava o seu incômodo com a possibilidade de se reportar a eventos históricos sem levar os indivíduos em consideração. Para ele, a então popularidade das biografias respondia a duas ordens de problemas: de um lado, o foco no cotidiano e na experiência, na vida tal qual experimentada, mostrando que os comportamentos não se reduzem a sistemas normativos; do outro, uma maneira de testar os limites das regras e convenções sociais.

Questões centrais da historiografia e das ciências sociais, de maneira mais ampla, pareciam se condensar na problemática das biografias: o problema das escalas analíticas de investigação, das relações entre regras e práticas sociais e, também, dos limites da liberdade e da racionalidade humana. A análise do sujeito, portanto, tornava-se um microcosmo para discutir questões de fundo das ciências humanas e sociais.

Apoiado em Arnaldo Momigliano, Levi mostra a vantagem da biografia: ela nos permite analisar o social em escala reduzida, já que o estudo de um indivíduo encontra seus limites na quantidade de relações significativas que este consegue tecer. No entanto, isso acaba por deixar a critério do biógrafo definir o que seriam as relações significativas. Assim, a possibilidade de estudar o real em escala reduzida convive lado a lado com a ambição de abarcar o indivíduo em sua totalidade. A

possibilidade de conhecer a sociedade com suas leis e estruturas na singularidade de uma vida individual faz com que nada seja desprezado. Detalhes, singularidades, manias; tudo parece ter um significado social capaz de ser revelado pelo analista. Nessa perspectiva, o indivíduo parece encerrar um mundo em miniatura, doravante bastaria “compreender um homem para haver compreendido o mundo” (Passeron, 1995, p. 212).

Se a crítica historiográfica acumulada desautorizava um retorno ingênuo à análise das vidas célebres, autorizava o que parece ser o seu exato oposto: as biografias modais. Aqui o objeto de estudo não é um indivíduo excepcional, mas, antes, um sujeito comum; e quanto mais comum, tanto melhor, pois o que se quer explicitar são os traços singulares de um grupo. Como exemplo, tem-se a biografia de Joseph Sec, um filho de camponês que ascendera ao posto de burguês na França do século XVIII. Escrita por Michel Vovelle, sua vida interessava pelo fato de ilustrar um caso de mobilidade social bastante típico nas décadas que antecederam a revolução (Dosse, 2009). A vivacidade do exemplo, que encerraria o mérito dessa análise, pode levar à tentação de tratar indivíduos de carne e osso como tipos ideais – construções mentais que, no entender de Max Weber (2003, pp. 12-13), deveriam funcionar para fins comparativos – ou, pior, como estereótipos (Passeron, 1995). No intuito de ilustrar o funcionamento prático das convenções sociais, há também o risco de conformar o indivíduo à norma a tal ponto que ele se torne uma peça intercambiável em um grupo de unidades uniformes.

O estudo das relações entre norma e desvio não se nutre apenas das análises do que é típico, como visto no clássico trabalho de Ginzburg (1987), *O queijo e os vermes*. O caso do moleiro Menochio, ao se mostrar como exceção, ajudava justamente a compreender as regras das quais se desviava. Mas não só. Esse estudo nos facultava explorar também as linhas de fuga, as diferentes racionalidades em jogo e as estratégias que fogem ao senso comum: nesse ponto a dimensão do imprevisível e a autonomia do sujeito podem atuar. Isso leva a biografia a fugir da teleologia e sublinhar o que há de plural nos indivíduos.

As histórias de vida, portanto, nos ajudam a testar o limite dos sistemas normativos e como eles operam na prática. Mas é possível ir além, já que não se trata apenas de apreender a contradição entre normas e práticas, e sim, acima de tudo, de reconhecer a incoerência das próprias normas. Isso nos permite apostar na autonomia e liberdade dos sujeitos frente ao constrangimento dos sistemas. Bourdieu concebe os mecanismos de ação dos indivíduos como produtos de disposições incorporadas, portanto do *habitus*. Levi (2014) concorda com Bourdieu no sentido de que é necessário conceber a ação como fruto de uma racionalidade que não vise à maximização dos lucros, mas discorda das normas coletivas como elemento de solidificação das

condutas individuais sob o guarda-chuva do grupo. Para Levi, estabilidade, coerência e coesão do grupo não devem ser assumidas de antemão.

Ao contrário de Bourdieu, Levi aposta nas fissuras da racionalidade. Ele não acredita na existência de sistemas normativos suficientemente estruturados a ponto de impossibilitar a negociação e manipulação de regras. Porém, novamente à diferença de Bourdieu, entende que essa manipulação é feita de forma consciente, o que não quer dizer que seja puramente racional e calculada. Nessa perspectiva, indivíduos diferentes agiriam a partir de disposições diferentes. É na incoerência do social que a margem de manobra individual atua.

Isso nos leva a uma pergunta central no debate sociológico: como um grupo se faz grupo? Como as normas se depositam nos indivíduos e com que peso? Questão clássica na sociologia que retoma debates tão antigos como o que opõe classe em si e para si (Marx, 1976), ela traz à baila problemas que muitas vezes passam despercebidos por aqueles que trabalham com trajetórias e histórias de vida, individuais ou coletivas. Problemas que dizem respeito ao grau de solidariedade dos grupos, sua duração, extensão e força diferencial dos laços estabelecidos por seus membros (Levi, 2014).

Chartier (1990, p. 18), remetendo a Durkheim – e propondo uma acepção bem próxima da de Bourdieu –, entende que a dualidade entre a subjetividade das representações e a objetividade das estruturas é um falso problema, uma vez que as representações coletivas funcionam como instituições sociais, sistemas de classificação e percepção que orientam as tomadas de posição. No entanto, para Levi, a questão da estabilidade do grupo deve ser posta em xeque.

É necessário lidar com a dinâmica de formação dos grupos e compreender como os indivíduos agem por e a partir de regras partilhadas, sendo, no entanto, mais do que a materialização de tipos sociais. Os processos individuais e coletivos não podem estar situados no mesmo nível. A dificuldade é considerar que os grupos possuem propriedades que não se esgotam nas histórias dos indivíduos (Passeron, 1995), mas ao mesmo tempo perceber que um indivíduo não dispõe da mesma racionalidade de seus pares pelo simples fato de estar situado no mesmo grupo. É nesse ponto que a questão da autonomia se coloca, ou seja, do grau de liberdade em relação às regras, dos modos de exercê-las e das possibilidades de negociação em contextos específicos. Isso nos leva a investigar a extensão do poder e de que maneira ele circula no corpo social. Os conflitos que lidam com classificação, distinção e representação são casos privilegiados que revelam as margens da liberdade e coerção dentro das quais as formas de solidariedade operam. Assim mostram o jogo entre a liberdade e o constrangimento.

O estudo das trajetórias, assim, é um caso privilegiado para colocar à prova todas essas questões que são de importância central para a investigação sociológica. Contar uma vida supõe selecionar, ordenar e dar unidade a uma série de eventos que

se desenrolam no tempo, criando o desafio de dar sentido a ações contraditórias e carentes de uma unidade *a priori*. Para tanto, as questões que acabamos de levantar de maneira sumária servem como um guia para aprofundar as reflexões acerca da natureza da ação individual e de sua relação com as estruturas sociais.

Os trabalhos que se seguem nos ajudarão nesse sentido. Eles se compõem de estudos de caso centrados na análise dos determinantes conjunturais e estruturais que incidem na conformação de trajetórias artísticas centrais e periféricas, colocando em xeque os efeitos dos campos, de seus graus de autonomia e/ou heteronomia, sobre a consagração ou profanação de carreiras, obras, instituições, ideias, estilos; sobre as formas de classificação e hierarquização que as definem, levando ainda em conta a ação dos próprios artistas, que não raro dirigem a construção de sua *persona* pública de modo a controlar os termos de sua recepção.

Apresentação dos artigos

Os artigos que compõem este dossiê se organizam em dois blocos. O primeiro, composto pelos textos de Michel Lowy, Vania Markarian, Vinicius Madureira em parceria com Kadma Marques, além de Rodrigo Bordignon, dialoga principalmente com a sociologia dos intelectuais e busca compreender o liame social que subjaz aos debates teóricos, mostrando que, para além de ideias e conceitos, a disputa gira ao redor de grupos cuja sobrevivência e autoridade dependem das estratégias pelas quais legitimam suas visões de mundo em relação a seus concorrentes. O segundo, composto pelos trabalhos de Marcelo Garson, Andrea Borges Leão, em parceria com Edson Farias, além de Rodrigo Czajka, expõe de que maneira a inserção mercadológica incide diretamente na produção simbólica, deixando claro o conflito entre autonomia criativa e submissão ao mercado, presente no universo da cultura.

O artigo de Michael Löwy, que abre o dossiê, traz como objeto de reflexão a produção teórica do jovem Erich Fromm e como sua obra, em concomitância com outros intelectuais de sua geração, desenvolveu um processo de secularização e sacralização simultâneo, numa espécie de combinação “dialética” entre elementos espirituais e materiais, sagrados e seculares, para além das habituais dicotomias estáticas. Assim como ele, vários pensadores importantes de origem judaica dessa fase buscaram recuperar o sentido espiritual e sua interação direta com as questões do profano. Isso porque a primeira característica comum desses autores é o seu profundo apego à cultura romântica alemã, com sua ambivalência à modernidade, e sua tentativa desesperada de *reencantar* o mundo através de um retorno às formas espirituais do passado. Dessa forma, ao analisar os escritos de juventude de Fromm, Löwy explicita essa relação fundamental existente em muitos intelectuais anticapitalistas.

Em seguida, Vania Markarian discute os princípios de institucionalização e autonomização das ciências sociais no que viria a se constituir um espaço latino-americano de produção intelectual. Para tanto, examina as disputas simbólicas em torno da disciplina na Universidad de la República, no Uruguai, e demais institutos de pesquisa, nas décadas de 1960 e 1970. Essas disputas incidiam na própria estrutura das correntes disciplinares, assim como dos grupos de pesquisa e agendas de trabalho nacionais e internacionais. A inscrição da renúncia na trajetória de Aldo Solari, pioneiro na institucionalização da disciplina, diretor do Instituto de Sociología de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, é confrontada à da geração que o sucede, elucidando um fio condutor nas discussões, posicionamentos e reorientações políticas em torno de temáticas como a do desenvolvimento e a da mudança social.

Na sequência, Vinicius Madureira e Kadma Marques buscam analisar a recepção, a origem e o acolhimento de *Ratzes do Brasil*, reconstituindo as relações objetivas em referência às quais o livro foi então consagrado para se vislumbrar como obra “renovadora”. Para tanto, reconstroem as relações de amizade entre Antonio Candido de Mello e Souza e Sérgio Buarque de Holanda, decisivas para que este se construa – ou se projete, retrospectivamente à primeira edição do livro – como intelectual progressista, um “democrata radical”.

Fechando este primeiro bloco, Rodrigo da Rosa Bordignon examina as experiências sociais, escolares e culturais que basearam as estratégias de carreira e concepções do trabalho intelectual de Henrique Maximiano Coelho Netto, expoente da falange boêmia que se viu às voltas com a Abolição e a República, no período que vai de fins do regime republicano até a década de 1930. Para tanto, Bordignon mobiliza um conjunto de materiais biográficos e autobiográficos, e de “romances de formação” que plasmam a trajetória de Coelho Netto e expõem o meio político e intelectual com o qual se debateu. Alçando Coelho Netto a caso exemplar, o autor explora os condicionantes e as disposições que contribuem na conformação de uma modalidade específica de carreira e de trabalho intelectual.

O segundo bloco inicia com o trabalho de Marcelo Garson que busca apreender as mudanças operadas na música popular dos anos 1960 a partir da trajetória do cantor Roberto Carlos, desde o início de sua carreira profissional, nos anos 1950, até o fim da Jovem Guarda, em 1968. Duas questões interessam ao autor: compreender o impacto da televisão, que se torna o epicentro do mercado musical, ocupando o papel antes reservado ao rádio, e também lidar com a emergência do segmento de música jovem, que inexistia até então. A chegada da TV e da música jovem se fizeram a partir de uma estrutura já estabelecida. Dessa forma, foi no universo da música massiva e radiofônica que imperava até os anos 1950 que ele buscou uma série de estratégias que lhe permitiram se viabilizar como ídolo jovem e televisivo. Assim, o

cantor Roberto Carlos aparece como um mediador cultural: um personagem que age decisivamente na consolidação dessas novas feições no mercado musical ao fazer a ponte entre convenções já assentadas e outras que estavam em emergência.

Como as obras não são para sempre estáticas e idênticas em cada modalidade de suas publicações, o artigo de Andréa Borges Leão e Edson Farias, que vem em seguida, busca cartografar a mutação da obra de José Mauro de Vasconcelos – traduzida e reinventada – por diferentes meios de difusão e escalas espaciais da circulação cultural. Com isso, impõe uma reflexão sobre o público de leitores organizado em comunidades pelos países e línguas das traduções dos livros do escritor. Os deslocamentos geográficos, linguísticos e midiáticos, nacionais e transnacionais, operados na trajetória de José Mauro de Vasconcelos impõem, sobretudo, uma reflexão sobre as novas modalidades de construção da autoria e consagração literária. Não por acaso, Vasconcelos precisou enfrentar a desclassificação crítica nacional para alcançar o público internacional, a exemplo dos jovens dos países de línguas hispano-americanas. A década de 1970 também foi marcada pelos fluxos transnacionais da literatura e edição infantojuvenil brasileira. O artigo mostra que as reapropriações do romance *O meu pé de laranja lima* pelo cinema, televisão e pelo espetáculo do carnaval trazem para o debate as interdependências entre literatura e audiovisual como propriedade e tendência de longo prazo na formação social brasileira. No final das contas, nossa cultura literária resulta de uma interpenetração entre o popular e o erudito, a oralidade e a escrita.

Fechando o dossiê, o trabalho de Rodrigo Czajka tematiza a produção cultural existente sob o signo da repressão e da ditadura militar no Brasil, instaurada depois de 1964. O artigo traz à discussão o processo de censura ao mercado editorial na primeira fase do governo militar no Brasil e as formas pelas quais editores e empresários do ramo editorial elaboraram estratégias para a comercialização de obras classificadas como subversivas pelos órgãos de controle da ditadura. Como objeto de análise, o autor dá ênfase ao papel da editora Civilização Brasileira, assim como de seu proprietário, Ênio Silveira, a fim de que se possam compreender as dinâmicas que se operaram no campo das esquerdas intelectualizadas, formado a partir da associação ambivalente entre engajamento e mercado.

Referências Bibliográficas

- BOSCHETTI, Anna. (2010), *L'espace culturel transnational (Sous la direction)*. Paris, Nouveau Monde Éditions, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. (1986), "L'illusion biographique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62-63: 62-72. Ed. bras.: BOURDIEU, Pierre. (1996), "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- BOURDIEU, Pierre. (2004), "Da regra às estratégias". In: *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- BOURDIEU, Pierre. (2005), *As regras da arte*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BECKER, Howard. (1963), *Outsiders: Studies on the sociology of deviance*. Nova York, The Free Press.
- BECKER, Howard. (1982), *Art worlds*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- BECKER, Howard. (1986), "Biographie et mosaïque scientifique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62-63: 105-110.
- CHARTIER, Roger. (1990), *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- DOSSE, François. (2009), *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo, Edusp.
- DENORA, Tia. (1995), *Beethoven and the construction of genius*. Londres, University of California Press.
- ELIAS, Norbert. (1995), *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- GINZBURG, Carlo (1987), *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HEINICH, Nathalie. (2010), "Pour en finir avec l' 'illusion biographique'". *L'Homme*, 195-196: 421-430. Disponível em <<https://www.cairn.info/revue-l-homme-2010-3-page-421.htm#re3no3>>, consultado em 12/2015.
- KANT, Immanuel. ([1785] 1974), *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo, Abril Cultural, col. Os Pensadores.
- KANT, Immanuel. (1995), *Duas introduções à crítica do juízo*. Organização de Ricardo Ribeiro Terra. São Paulo, Iluminuras.
- KANT, Immanuel. (1996a), *Crítica da razão pura*. São Paulo, Nova Cultural.
- KANT, Immanuel. (1996b), *Sobre a pedagogia*. Piracicaba, Unimep.
- KONDER, Leandro. (1991), *Hegel ou a razão quase enlouquecida*. Rio de Janeiro, Campus.
- LE GUERNE, Philippe. "Presentation". (2003), *Réseaux*, 1 (117): 9-44.
- LEVI, Giovanni. ([1989] 2014), "The uses of biography". In: RENDERS, Hans & DE HAAN, Binne (eds.). *Theoretical discussions of biography: approaches from history, microhistory, and life writing*. Leyden, Brill Academic Publishing.

- LIZÉ, Wenceslas. (2016), "Cultural consecration and legitimation: Modes, agents and processes". *Poetics*, 59: 1-4.
- LORIGA, Sabina. (2011), *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte, Autêntica.
- LÖWY, Michael & SAYRE, Robert. (1995), *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, Vozes.
- MARX, Karl. (1976), *Miséria da filosofia*. São Paulo, Grijalbo.
- MARX, Karl & ENGELS, Frederick. (1974), *Escritos sobre literatura e arte*. Lisboa, Estampa.
- MICELI, Sérgio. (2005), *A noite da madrinha*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ORTIZ, Renato. (1988), *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Ática.
- PASSERON, Jean Claude. (1995), "Biografia, fluxos, itinerários e trajetórias". In: *O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano de raciocínio natural*. Rio de Janeiro, Vozes.
- RENDERS, Hans & DE HAAN, Binne (eds.) (2014), *Theoretical discussions of biography: approaches from history, microhistory, and life writing*. Leyden, Brill Academic Publishing.
- ROHDEN, Valério. (2016), "Gênese da *Crítica da razão prática*". In: KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. São Paulo, Martins Fontes.
- SAPIRO, Gisèle. (2004), "Elementos para uma história do processo de autonomização". *Tempo Social*, 16 (1): 93-105. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100005&lng=en&nrm=iso>, consultado em 14/4/2020.
- SCHILLER, Friedrich. (2002), *Educação estética do homem numa série de cartas*. São Paulo, Iluminuras.
- SHAW, Clifford R. ([1930] 2013), *The Jack Roller: A delinquent boy's own story*. Chicago, University of Chicago Press.
- TERRA, Ricardo. (1995), "Reflexão e sistema: as duas introduções à *Crítica do juízo*". In: KANT, Immanuel. *Duas introduções à Crítica do juízo*. São Paulo, Iluminuras.
- THOMAS, William Isaac & ZNANIECKI, Florian. (1918), *The Polish peasant in Europe and America*. Boston, Gorham Press.
- WEBER, Max. (2003), *Economia e sociedade*, vol. I. Brasília, Editora da UNB.
- WILLIAMS, Raymond. (2011), "Base e superestrutura na teoria da cultura marxista". In: *Cultura e materialismo*. São Paulo, Edunesp.

Texto recebido em 22/5/2020 e aprovado em 25/5/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.169987.

MARCELO GARSON é professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná e doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: garson.marcelo@gmail.com.

ANDRÉA BORGES LEÃO é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Bolsista do CNPq. E-mail: aborgesleao@gmail.com.

RODRIGO CZAJKA é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: rodrigoczajka@gmail.com.

FERNANDO PINHEIRO é Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: feopf@usp.br.



The secular prophet of religious socialism

The Erich Fromm's early writings (1922-1930)

Michael Löwy*

<https://orcid.org/0000-0001-5679-0927>

Dialectics of the secular and the sacred

There exists a German-Jewish cultural discourse from the early 20th century that stands in dynamic tension between spiritual and material, sacred and secular, beyond the usual static dichotomies. Several key Jewish thinkers have sought to recover spiritual meaning, in direct interaction with the profane. Under different ways they developed a process of simultaneous secularization and sacralization, in a sort of “dialectic” combination of both. Among some examples: Franz Kafka, Walter Benjamin, Ernst Bloch, Erich Fromm, Gustav Landauer, Martin Buber, Gershom Scholem, Leo Löwenthal, Hans Kohn, Manes Sperber and others. This applies particularly to their early writings (until 1933) although in some cases it holds true during their entire life.

The first common characteristic of these authors is their deep attachment to the German romantic culture, with its ambivalence towards modernity, and its desperate attempt at *re-enchanting the world* through a return to past spiritual forms. For the Jewish thinkers, this meant a rediscovery of the spiritual treasures of the less rational and less codified forms of Jewish religiosity, the “romantic” religious traditions of the past: the Prophets, Messianism, Mysticism, Kabbalah, Sabbataism, Hassidism.

* Centre National de Recherche Scientifique, Paris, França.

However, being modern subjects, they cannot return to the faith of their ancestors: their spirituality is intimately intertwined with secular aspirations. These aspirations lead them – and this is another common aspect of their writings – to support radical social/political utopias, such as socialism, communism or anarchism, which are in a relation of elective affinity with the Jewish Messianic heritage.

In his already canonical essay *A Secular Age*, Charles Taylor has an interesting insight: the Romantic protests against disenchantment can take both religious and secular forms. However, “in the face of the opposition between orthodoxy and unbelief, many, and among them the best and the most sensitive minds, were [...] looking for a third way” (Taylor, 2007, p. 302). Most of the Romantic Jewish-German authors above mentioned seem to be among these “best and most sensitive minds” searching for a third way.

A tentative typology of the various forms of this dialectic between secularisation and sacralisation would distinguish the following:

1. Orthodox religious socialism: Erich Fromm’s doctoral thesis (1922)
2. Heterodox religious socialism: Martin Buber, Gershom Scholem, Hans Kohn and the young Leo Löwenthal. The rejection of assimilation, and the assertion of a strong but heterodox religious Jewish identity, is the dominant aspect of their thought. And all share, on various degrees, a universal utopian perspective, a sort of libertarian (Anarchist) socialism, which they articulate with their Messianic religious faith.
3. Revolutionary (Jewish) messianism: Walter Benjamin. The religious/profane connection takes here the form of what Benjamin once called, in a letter to Scholem, from May 1926, the “paradoxical mutual reversal (*Umschlagen*) of the religious into the political”. Concerning his last writing, the Thesis *On the concept of history* (1940), one could say that revolution and messianism enter in a relation of *correspondence* (in the sense Baudelaire uses the term).
4. Secular religion of liberty: Franz Kafka. In a letter to Grete Bloch from June 1914 Kafka insisted that he was a “non believing” Jew. However, there appears in his writings something which could be described as a secular/sacred “Religion of Liberty”, where absolut individual freedom becomes a messianic principle.
5. Religious atheism, Secular Jews, with religious interests and Anarchist or Marxist sympathies: Gustav Landauer, Ernst Bloch, the young Georg Lukács, Manès Sperber. *Religious atheism* is a paradoxical figure of the spirit that seems to deny traditional religious beliefs (“God”) in order best to appropriate, with a deep emotional intensity, religious ideas and symbols.

The case of Erich Fromm

Let us briefly discuss the case of Erich Fromm (1900-1980) whose early writings present a unique combination of orthodox Judaism and radical socialist ideas, religious beliefs and secular science: Weberian sociology first, Freudian psychoanalysis next, and finally Freudo-Marxist historiography.

Fromm is well known for his essays in social psychology, most of them written after his exile in the United States at the end of the 1930's. But his less known early works – from 1922 to 1930 – are very creative, as well as politically radical, and deserve to be discussed. They have some common aspects: a messianic understanding of Judaism; a socialist rejection of capitalism as a socio-economic system; and the revolutionary aspiration for a social utopia with religious roots. These elements together shaped an original and subversive thought.

After participating, with Martin Buber and Franz Rosenzweig, at the foundation of the Free House for Jewish Studies in Frankfurt, the young Fromm – at that time still a believing Jew – presented in 1922 at the University of Heidelberg his doctoral thesis, directed by the sociologist Alfred Weber, under the title *The Jewish Law: Contribution to the sociology of diaspora Judaism*. Probably for personal reasons – his loss of faith a few years later – the book will not be published during his life time; it will appear only 70 years later, after his death, in an edition of his complete works.

In spite of the title, the work has not much in common with a sociological monography on the diaspora Jewish communities (demography, institutions, family). It belongs rather to the classical school of the German sociology of culture and religion, as practiced by the Weber brothers, Alfred and Max. In other words, at the center of the research are the relations between socio-religious cultures and economic ethics. To these methodological references one has to add other ingredients, less conventional and less academic: the ideas of his master in Talmud, Rabbi Salman Baruch Rabinkow, partisan of a socialist Judaism influenced by the Russian intelligentsia, and of Martin Buber, the romantic socialist who re-discovered Hassidism. The most astonishing aspect of this doctoral thesis is its strong anti-capitalist and anti-bourgeois edge, which seems to belong to the realm of Jewish religious socialism¹.

1. One can find in Lawrence J. Friedman's intellectual biography of Erich Fromm a very lively presentation of the early religious studies and activities of Fromm, as well as of his relation to Rabinkow, Buber, Rosenzweig and others. However, when discussing Fromm's doctoral thesis he missed the strong socio-political message of the work. See Friedman (2013, pp. 3-28).

The first chapter, “The significance of Law in Judaism”, is an attempt at a socio-religious analysis of the Jewish religion inspired by Alfred Weber’s sociology of culture². According to Fromm, the loss of State, language and territory did not prevent diaspora Judaism from keeping its social and religious identity. By destroying Judea, the Romans only dealt with a shell (*Gehäuse*), without importance for the Jewish historical body. There is probably a sort of Anarchist tendency in this negative attitude towards the State. In Fromm’s understanding, Jewish religion, which assured the continuity of the Jewish people in the diaspora, was not a theological system, a body of dogmas, but a collection of laws and rules, the *Halacha*, which did not manifest itself so much in the Kindgong of Ideas, but rather in “value-rational actions (*wertrationalen Handeln*) of Max Weber” (Fromm, 1989, pp. 16-21). This first chapter includes an interesting section called “Labor and Vocation (*Beruf*) in Rabbinical Judaism”; directly inspired by Max Weber, Fromm tries to demonstrate that, unlike Protestant ethics, the Jewish ones are not favorable to the spirit of capitalism. Jewish economic ethics are, in Weber’s terminology, “traditionalist”: knowledge, not labor, is the supreme value; not by accident, in the Biblical narrative of the expulsion from Paradise, work is presented as a malediction. Alternating Biblical, Talmudic and... Weberian quotations, Fromm argues that “in direct contradiction to the Puritan conceptions”, Jewish ethics do not at all consider the acquisition of wealth as a duty towards God; they represent, therefore “a *non-capitalist* attitude towards the economy”. For sure, one can find, in modern times, Jewish capitalists, but, as Weber has shown, this is a “pariah capitalism”, speculative, political and adventurous, in contrast to the Puritan *ethos* of the rational bourgeois enterprise, with its rational organization of labor (Fromm, 1989, pp. 41-54).

Fromm rejects – again, referring himself to Max Weber – Werner Sombart’s attempt to present the Jews as the first modern capitalists, and his definition of Judaism as a purely rationalist religion: the ethical line which goes from the biblical Prophets until Hassidism, passing by the Mishna and the Kabbala, is anything but rationalist. The 19th century German rabbis quoted by Sombart in support of his thesis do not represent the authentic Jewish religion – which remained alive among the Jewish masses of Eastern Europe – but rather the modern “capitalist culture” (Fromm, 1989, pp. 41-54).

The chapter called “Reform Judaism” is precisely a critique of the currents which attempted to re-elaborate the tradition, from Moses Mendelssohn, at the end of the 18th century, to the Reform Judaism of the 19th century. The reformers – which

2. Fromm refers to Alfred Weber’s article called “Prinzipielles zur Kulturosoziologie”, published in 1921 in his brother’s Journal, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*.

include for Fromm not only Abraham Geiger, founder of the enlightened *Wissenschaft des Judentums*, but even Raphael Samson Hirsch, the initiator of a would-be neo-orthodox movement! – tried to adapt Judaism to the requirements of the new times, and to the needs of the German bourgeois society: they wanted to reconcile the ethics of Judaism with the spirit of capitalism, at the price of sacrificing the laws and moral principles of historical Judaism. Reform Judaism, adopted by the capitalist/bourgeois social layers, led therefore to the dissolution of the Jewish « popular body » (*Völkskörper*), rendering the Jewish law, the unifying element of this body, useless and superfluous (Fromm, 1989, pp. 121-155). Obviously this violent attack on Reform and liberal Judaism went against the grain of the dominant Jewish opinion in Germany.

The last chapter of the book is devoted to Hassidism, which Fromm defines as a “social-religious movement of self-emancipation”, radically opposed to the bourgeois/capitalist spirit. By its radical democratism, its mysticism of community, it represents a “social-religious revolutionary principle”. Finally, by its joyous and anti-ascetic spirit, its practice of fraternity and mutual help, and by its traditionalist economic frame of mind (*Gesinnung*), Hassidism develops an “entirely anti-capitalist attitude” (Fromm, 1989, pp. 161-184).

The orthodox rabbinical circles, who refused to join Hassidism – known as the *Mitnagdim* (in hebrew: “the Oponents”) – had, in contrast, ascetical practices which remind those of the Protestant Puritan sects described by Max Weber. This explains, concludes Fromm, why German Judaism, hostile to Hassidism, could so easily be won by the spirit of capitalism.

After discussing also Karaism – a “heretical” Jewish current founded by Anan Ben David on the 8th Century, which developed mainly in the Muslim world – Fromm compares the historical significances of the two great socio-religious movements of modern Judaism: Hassidism, who refused any change in the religious tradition aiming to satisfy economic requirements, and Reform, who led to the triumph of the spirit of capitalism over the spirit of Judaism.

What is striking in this essay – obviously written by a believing Jew, attached to the spirit and the letter of the Law – is not only the strongly idealized vision of Hassidism, and the equally one-sided demonization of Reform Judaism, but above all the emphasis on the opposition between the Jewish tradition and capitalism, with frequent references to Max Weber’s writings. Erich Fromm belongs, like Buber and others, to the religious *romantic anti-capitalist* – not Marxist – current, well represented among the Central-European Jewish intelligentsia. More specifically, he belongs, like Walter Benjamin, Ernst Bloch, and others, to a group that developed “anti-capitalist interpretations” of Max Weber, quite opposed to the non-committed

– “free of value-judgements” (*Werfrei*) – attitude of the author of *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*³. In any case, Fromm’s Thesis is the only systematic attempt to study the tensions between the Jewish ethic and the modern (capitalist) economic sphere, using Max Weber’s method in his essay on *The economic ethics of words religions*.

In 1923, Erich Fromm settled in Heidelberg, where he was psychoanalyzed by Frieda Reichmann, an orthodox Freudian with whom he fell in love and married in 1926. It was probably the impact of his analysis that made him lose his religious faith – even if his thinking remained always deeply tinged with religiosity. Freud and soon later Marx became the guiding lights of his work.

In 1927, Fromm published his first psychoanalytical work, in *Imago, Zeitschrift für Anwendung der Psychoanalyse auf die Natur und Geisteswissenschaften* (*Journal for the application of psychoanalysis to the sciences of nature and of the spirit*) edited by Sigmund Freud. The issue had a common theme, “Faith and Custom” (*Glaube und Brauch*); it included an article by Frieda Fromm-Reichmann of “The Jewish culinary ritual”, as well as, among others (Jones, Reik, Roheim), an essay by Freud himself, “Complement to the work on Michelangelo’s Moses”.

Discussing the writings of Freud on the Oedipus-complex, Otto Rank on the trauma of birth, as well as Theodor Reik and Karl Abraham on the psychoanalysis of religion, Fromm’s article bears witness to his assimilation of the Freudian theory; but it also documents his persistent interest in Jewish religion... The article, *Der Sabbath*, is a quite astonishing piece with a powerful messianic impetus, in spite of its scientific psychoanalytical language.

What is the meaning, asks Fromm, of the interdiction of work during the Jewish Sabbath? Labor meant, for the ancient Jews, the intervention on nature, more specifically, for an agrarian people, the belaboring of earth. The Sabbath is therefore a suspension of Man’s incestuous violation of Mother Earth. By strictly and harshly prohibiting any form of labor during the Sabbath, Jewish religion sought the re-establishment (*Wiederherstellung*) of the paradisiacal state of humanity: without work and in harmony with nature. This is why the Talmud tells us that the Messiah will come only if the people of Israel integrally keeps, at least once, the Sabbath. According to Fromm,

The prophets regarded messianic time as a condition in which the struggle between man and nature would reach an end [...] If man was expelled from Paradise because he wanted

3. It is interesting that neither Marx nor any Marxist authors are mentioned in Fromm’s thesis, not even in the bibliography.

to be like God – that is, the father’s equal, capable of conquering the mother – and if work was punishment for that primal breach (*Urverbrechen*), then, according to the prophets, in the messianic period human beings would live once more in complete harmony with nature, in other words, without having to work, in Paradise – the equivalent of the mother’s womb (Fromm, 1927, pp. 226-233).

This is the reason, argues Fromm, why the Sabbath, in spite of its ascetic moments, is above all, “thanks to the rabbinical association of the messianic and the sabbatical time, a joyful celebration, with a deep “instinct-satisfying tendency” (*trieb befriedigende Tendenz*). The legitimate heir to this tradition is the Hassidic movement, for whom the Jewish Sabbath is the expression of a “jubilant instinct-affirmative feeling” (*trieb bejahend Stimmung*). The opposite of this is the Puritanic Sunday, which has an entirely somber and ascetic character (Fromm, 1927, p. 234). Translated into Freudian language, we find the same argument in praise of Hassidism, and in rejection of Puritanism, that Fromm developed in his doctoral thesis.

This piece was considered by Fromm’s friends as a sort of public break with Jewish religious orthodoxy (Friedman, 2013, p. 22)⁴. At first sight it is indeed a purely secular piece, a contribution to the psychoanalytical study of myths and religions; otherwise Sigmund Freud would not have accepted to publish it in the official journal of his movement! It is also an apology for the social, ethical and – surprisingly enough – *ecological* significance of the Jewish Shabbat. The word “ecology” was not used at that time, but there was, for instance in various Jewish and non-Jewish youth movements, a strong desire to “Return to Nature”. Erich Fromm is certainly inspired by this romantic “naturalism”, but his argument is more radical, challenging the idea itself of a “struggle with nature”. Once more, like in his doctoral thesis, Jewish religion is being opposed to the Protestant ethic of labor, but this time with a specific Freudian argument. It is interesting that Fromm’s romantic socialism goes here against the grain of the dominant tendency in the socialist labor movement, who had a positive view of work and of the “conquest of nature”. A few years later, in the 1930’s, Walter Benjamin will develop a thorough criticism of this dominant view.

But is Fromm’s article a purely secular document? The innumerable quotation from the *Shulchan Aroch*, the legitimation of the “harsh and strict” – i.e. Orthodox – interdictions of labor during the Sabbath, and the emphatic references to the Hebrew prophets, to the Talmud, and to the Messianic promise of a return to the Lost Paradise, give to the essay a distinct religious flavor. Obviously Fromm had distanced himself

4. .Curiously enough Friedman does not discuss at all the content of Fromm’s article, just mentioned in a footnote.

from Jewish Orthodoxy but the *Imago* article, with its striking messianic/utopian horizon, is still deeply rooted in the symbolic and ethical religious universe.

There are some interesting similarities between Fromm's article and a piece on "Kabbala" that Scholem published a few years later (1932) in the *Encyclopaedia Judaica*: both emphasize the messianic idea of a re-establishment of the Lost Paradise. According to Scholem, the kabbalist writings affirm that Adam's sin can be erased only through messianic Redemption. In the messianic "World of *Tikkun*", all things will return to their initial place, in Hebrew: *ha-Shavat Kol ha-Dvarim le-Havaiatam*. (Scholem, 1932, pp. 659-663). It is probable that Scholem knew Fromm's article – they had been close friends in the early 20's – but it is rather unlikely that he was influenced by him. The analogy only documents common interests among Jewish-German intellectuals with a romantic/religious background.

During the late 1920's Fromm will become increasingly interested in marxism; he meets freudian-marxists such as Wilhelm Reich and Siegfried Bernstein, and he establishes close links with the marxists of the Frankfurt School, such as Leo Löwenthal and Max Horkheimer. In 1930 he is appointed by Max Horkheimer – the head of the Institute for Social Research (the Frankfurt School) – director of the Social Psychology Section of the I.S.R. Fromm's attempt to combine marxism and freudism lies at the heart of his works in the following years. His first major work in this field – published as a large essay in Freud's journal *Imago* and then as a book – was the essay *The Dogma of Christ* (1931): this new interest in the Evangiles is not at variance with his previous Jewish concerns, since he considers early Christianity as the direct successor of Jewish Messianism struggling against the Roman empire. However, this writing is, unlike the previous ones, entirely of a secular character.

One cannot understand Christianity, argues Fromm, without taking into account the social-historical conditions of its appearance. In order to give a brief overview of the economic, social, cultural and psychical situation of the first Christians, he will borrow from Eduard Meyer's book on ancient slavery, on Max Weber's essay on the social foundations of the decline of ancient civilisations, and on Karl Kautsky's book on the origins of Christianity.

In Fromm's view, Christianity was originally "a messianic revolutionary movement", bearing the message of eschatological expectation, the imminence of the Kingdom of God. The early Christian community was "a free brotherhood of the poor", intensely hostile to all authority or "paternal" power. The original Christian myth depicted Christ as the suffering Messiah who was elevated to the dignity of God; it bore a concealed hostility to God the Father, the Emperor and authority in general. Christianity was the expression of the revolutionary tendencies, the expectations and longings of the oppressed masses – first Jewish and then gentile – who grouped

together in a “community organization without authorities, statuses or bureaucracy”, based on economic mutual help, and *love communism*, a concept proposed by Adolf von Harnack and adopted by Max Weber (Fromm, 1963, pp. 35-49).

From the third century on, however, the social foundations of Christianity were transformed, when it became the religion of the upper classes of the Roman Empire. The eschatological hope for real historical deliverance was gradually replaced by the idea that salvation would be an internal, spiritual, non-historical and individual liberation. Finally, in close association with this disavowal of Messianism, a growing reconciliation took place between Church and State. In other words, “Christianity, which had been the religion of a community of equal brothers, without hierarchy or bureaucracy, became ‘the Church’, the reflected image of the absolute monarchy of the Roman Empire”. Together with this transformation of a free confraternity into an authoritarian, hierarchical organization, there was also a psychic change: hostility towards the father, and the early Christian contempt for the rich and the powerful, for all authority, was replaced by reverence and subordination to the new clerical authorities. Aggressive impulses, originally directed against the father, were then turned against the self in a manner that posed no danger for social stability; they thereby induced a general feeling of guilt – along with a masochistic need for atonement (Fromm, 1963, pp. 56-65).

The Dogma of Christ owes much to Theodor Reik’s essay “Dogma and Compulsion” (1927), which had already suggested the interpretation of the primitive Christian faith as the expression of hostility to the Father. The difference between both is precisely the social-historical dimension. According to Fromm, Reik’s mistake was to neglect the diversity of social and psychical interests of social groups: the different dogmas are the expression of social conflicts, and the triumph of a dogma against others is not the result of a purely internal psychic conflict like in an individual, but of historical developments that lead to the victory of one side and the defeat of the other (Fromm, 1963, p. 85).

The Dogma of Christ was hailed by Franz Borkenau in the *Zeitschrift für Sozialforschung* – the Journal of the Institute for Social Research – as the first concrete example of a synthesis between Freud and Marx (Jay, 1973, p. 91). What is striking about his interpretation of marxism and freudianism is its strong anti-authoritarian, anti-bureaucratic, revolutionary orientation. The book is both a scholarly research in Church history and theological theory, and a powerful political statement. Could it be that his presentation of the history of early Christianity as the transformation of a free confraternity into an authoritarian, hierarchical organization is an implicit reference to the disappointing evolution of the Soviet Union under Joseph Stalin, during the 1920’s? The frequent use of the term “bureaucratic” seems to hint at

such an historical parallel. The question remains open, but it is clear that Fromm's own political views in 1930 are an important background for his study of early Christian dogmas.

Bibliography

- FRIEDMAN, L. J. (2013), *The lives of Erich Fromm, love's prophet*. New York, Columbia University Press.
- FROMM, E. (1927), "Der Sabbath", *Imago, Zeitschrift für Anwendung der Psychoanalyse auf die Natur und Geisteswissenschaften*, vol. XIII, Vienna, Internationaler Psychoanalytischer Verlag.
- FROMM, E. (1963), *The dogma of Christ and other essays on religion, psychology and culture*. New York, Holt, Rhinehart/Winston, pp. 35-49.
- FROMM, E. (1989), *Das jüdische Gesetz: Zur Soziologie des Diaspora Judentums*. Basel, Beltz: Ranier Funk and Bernd Sahrler.
- JAY, M. (1973), *The dialectical imagination: A history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research*. Boston, Little Brown and Company.
- SCHOLEM, G. (1932), *Kabbalah*. Encyclopaedia Judaica, vol. 9. Berlin.
- TAYLOR, C. (2007), *A Secular Age*. Cambridge, Harvard University Press.

Abstract

The secular prophet of religious socialism: The Erich Fromm's early writings (1922-1930)

There exists a German-Jewish cultural discourse from the early 20th century that stands in dynamic tension between spiritual and material, sacred and secular, beyond the usual static dichotomies. Several key Jewish thinkers have sought to recover spiritual meaning, in direct interaction with the profane. Under different ways they developed a process of simultaneous secularization and sacralization, in a sort of "dialectic" combination of both. The first common characteristic of these authors is their deep attachment to the German romantic culture, with its ambivalence towards modernity, and its desperate attempt at *re-enchanting the world* through a return to past spiritual forms. This article will demonstrate these relationships through the work of young Eric Fromm. Keywords: Marxism; Freudism; German romanticism; Religion.

Resumo

O profeta secular do socialismo religioso: os primeiros escritos (1922-1930) de Erich Fromm

Há uma produção cultural germano-judaica do início do século XX que se encontra em tensão dinâmica entre elementos espirituais e material, sagrado e secular, para além das habituais dicotomias estáticas. Vários pensadores importantes de origem judaica dessa fase têm buscado recuperar o sentido espiritual e sua interação direta com as questões do profano. Sob diferentes formas eles desenvolveram um processo de secularização e sacralização simultânea, numa espécie de com-

binação “dialética” de ambas. A primeira característica comum desses autores é o seu profundo apego à cultura romântica alemã, com sua ambivalência em relação à modernidade, e sua tentativa desesperada de *reencantar* o mundo através de um retorno às formas espirituais do passado. Este artigo procura demonstrar essas relações através das obras de juventude de Eric Fromm.

Palavras-chave: Marxismo; Freudismo; Romantismo Alemão; Religião.

Texto recebido em 10/4/2020 e aprovado em 20/4/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.168672.

MICHAEL LÖWY é doutor em ciências sociais e diretor de pesquisa do Centre National de Recherche Scientifique, CNRS. E-mail: michael.lowy1@gmail.com.



¿Requiem para Solari?

Relevos de la sociología universitaria uruguaya
en los años sesenta y setenta del siglo pasado

Vania Markarian*

<https://orcid.org/0000-0002-3452-9282>

A fines de 1966, Aldo Solari renunció a la dirección del Instituto de Ciencias Sociales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de la República (Udelar) y se fue del país. Una nueva generación de cientistas sociales vio en su partida una oportunidad para dar un cambio de rumbo radical al espacio académico que hasta entonces se asociara a su nombre e impulso modernizador. Las páginas que siguen repasan esos avatares. Analizan las posibles razones del alejamiento y esbozan diferencias entre modos de entender el estudio de lo social. Tienen, fundamentalmente un énfasis político-institucional y tratan de dar pistas sobre la compleja articulación de esas posturas con procesos contemporáneos de transformación estructural de la Udelar y con las actividades de organizaciones internacionales que promovían el cultivo de las ciencias sociales en América Latina. Todos esos intentos, con sus aciertos y errores todavía en ciernes, se frustraron con el golpe de Estado de 1973. Los cientistas sociales uruguayos tomaron entonces otros rumbos y debieron esperar más de tres lustros para concretar su anhelo de consolidar un espacio universitario para el cultivo de sus disciplinas. Justo allí se detiene este texto.

Historia y contexto de una partida

Aldo Solari fue un pionero de la sociología universitaria en Uruguay. Se desempeñó como docente de esa materia en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de

* Universidad de la República, Montevideo, Uruguay.

la Udelar desde los tempranos años cincuenta. En la segunda mitad de la década apoyó a Isaac Ganón en la fundación del Instituto de Ciencias Sociales (ICS) en esa facultad, escenario principal de los procesos de institucionalización de esas disciplinas en toda esta etapa. Estableció su prestigio académico con una temprana adhesión a la perspectiva estructural-funcionalista, predominante en la academia norteamericana, así como un progresivo alineamiento con el desarrollismo y las teorías de la modernización y una preocupación por la estratificación social. Desde esas opciones, inició en su país algunas de las más importantes especialidades de esa disciplina: sociología del desarrollo, de la educación, rural y política. En 1964 fue nombrado director del ICS (Franco, 2001).

Esta sólida carrera académica explica que ese mismo año, al incluirlo en su *Antología del ensayo uruguayo contemporáneo*, Real de Azúa sintiera la necesidad de justificarse: a pesar de su pretensión “científica”, Solari había entendido que en América Latina (y especialmente en Uruguay) la falta de buenos datos empíricos obligaba a navegar otras formas de comprensión de lo social. Si bien sus obras sobre temas rurales y educación se ajustaban a un sesgo más “científico”, el resto de su trabajo era más prescriptivo y contradecía la intensión descriptiva de la sociología (Real de Azúa, 1964, p. 571). La precisión de Real no puede extenderse mucho más allá de esos tempranos sesenta. Ya por entonces Solari colaboraba como técnico con la Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico (CIDE) creada durante el gobierno del Partido Nacional en sintonía con la Alianza para el Progreso y fortalecía las redes internacionales de su práctica disciplinar.

Sin renegar de su adscripción al Partido Colorado y su afiliación a la masonería, Solari fue sobre todo un académico preocupado por la institucionalización de los estudios sociales desde el “interés práctico por la realidad nacional”. Creía que el fin de la “idea del Uruguay optimista” en medio de una coyuntura de crisis social y política podía favorecer la especialización disciplinar y técnica y erradicar al viejo “intelectual de café” (Solari, 1959). Al igual que en su famoso “Requiem para la izquierda”, escrito como balance de las elecciones de 1962, este señalamiento apuntaba a la responsabilidad de los intelectuales que, al acercarse a las izquierdas marxistas o nacionalistas, habían “abdicado de la tarea de pensar al país tal como es”. Además, estaba convencido de que la tan manida escasez de recursos no era una limitación y de que se conseguirían fondos si se tuviera una agenda clara de investigación y se apelara a los organismos indicados (Solari, 1962, pp. 6-12).

Esta actitud permite desenvolver la trama de intereses que lo llevó a involucrarse con el Congreso por la Libertad de la Cultura (CLC) en los tempranos sesenta y recibir pagos regulares y subsidios para diferentes tareas vinculadas a sus intereses académicos. El primer dato público de esta colaboración fue la organización de un

Seminario de Elites en América Latina con sede en la Universidad de la República y coordinado por el sociólogo uruguayo y su reconocido colega estadounidense Seymour Lipset en junio de 1965. El seminario se desarrolló con normalidad con la presencia de lo más granado de la sociología latinoamericana y varios latinoamericanistas de Estados Unidos¹. Se desconocía todavía la exacta procedencia de los fondos del CLC. Tampoco se sabía que la iniciativa montevideana era una pieza importante del cambio de orientación del Congreso desde una primera etapa dirigida a contrarrestar las redes intelectuales de la Unión Soviética hacia una acción más diversificada destinada a frenar la atracción del ejemplo cubano (Iber, 2015). El Seminario fue parte de ese despliegue que concibió a las incipientes ciencias sociales como un campo prolífico para influir en las formas de pensar las sociedades latinoamericanas y promover el cambio por vías alternativas a la revolución. En el mismo paquete entró la revista *Aportes* y la creación del Instituto Latinoamericano de Relaciones Internacionales (Ilari) en 1966. El escándalo por la verificación de la CIA como fuente de financiación hizo que estas iniciativas se extinguieran, pero no es posible concebir el proceso de profesionalización de las disciplinas sociales en América Latina y su asimilación a las formas de trabajo de la academia anglosajona sin el impulso del CLC (Janello, 2018, pp. 69-84).

En 1962, tres años antes del Seminario, Solari fue detectado como la persona más idónea para llevar adelante ese programa en Uruguay². Su labor en el ICS lo señalaba como principal promotor de esas tendencias en el país. Además, los representantes del CLC en la región coincidían en la identificación del “tercerismo” como caldo de cultivo del antiimperialismo de los intelectuales y su creciente adhesión a Cuba³. Esta tradición, que había florecido especialmente entre los estudiantes universitarios y los intelectuales del semanario *Marcha*, implicaba en el inicio una posición crítica frente a los polos de la Guerra Fría y una calurosa defensa de los movimientos que desde el sur del planeta disputaban con los poderes imperiales. Abarcaba un espectro amplio de adscripciones políticas, mayormente de las izquierdas no comunistas. La decisión de encargar a Solari un estudio crítico de esa tradición muestra la agudeza para detectar una voz que, por provenir de círculos cercanos, fuera escuchada con atención. Efectivamente, la publicación del libro *El tercerismo en Uruguay* (Solari, 1965) justo después del Seminario desató una intensa polémica de varios meses

1. Ver documentación sobre el seminario en International Association for Cultural Freedom Records, cajas 448 y 449, Special Collections Research Center, University of Chicago Library (en adelante IACFR).

2. Ver Louis Mercier Vega a John Hunt, 13/11/1962, iacfr, caja 236, carpeta 4.

3. Ver L. Mercier Vega, “Rapport sur la tournée en Amerique Latine”, setiembre de 1961, IACFR, caja 574, carpeta 32.

en medios de prensa ampliamente leídos por intelectuales y militantes (Real de Azúa, 1997).

Solari se mantuvo en estricto silencio público pero no dejó de escribirse con los representantes del CLC, verdaderos artífices del texto, para comentar los avatares del debate y planificar los pasos de la empresa que los unía, incluyendo viajes regionales para fomentar las disciplinas sociales, publicaciones en medios del Congreso, asistencias a coloquios internacionales y, de modo central, la trabajosa publicación del libro resultante del seminario con Lipset. Recién cuando el crítico Ángel Rama terció desde *Marcha* para volver a mencionar el seminario en relación a la revelación del origen del dinero del CLC, decidió el sociólogo que era hora de hacerse oír (Rama, 1966). Además de reivindicar su libertad intelectual, afirmó que los universitarios debían “recibir dinero y asistencia técnica sea cual sea su fuente” y que él mismo aceptaría si “los rusos o los chinos o los cubanos me ofrecen dinero para organizar un Congreso, con las mismas garantías de absoluta independencia”. Lamentó, por sobre todo, el “daño irreparable” de estas “calumnias” para la legitimidad de las ciencias sociales en el continente (Solari, 1966a).

Junto con estos deslindes, lo que el libro y la correspondencia dejan en claro es que, para Solari, la deriva del tercerismo hacia posiciones de apoyo a Cuba significaba el fracaso de la postura supuestamente independiente de sectores intelectuales que, por su redoblado anti imperialismo, se habían vuelto enemigos de cualquier intento de modernización o programa desarrollista, incluyendo el papel de las ciencias sociales en un proyecto de este tipo. Este era el punto central de coincidencia y mutuo beneficio de la relación con el CLC, una organización dirigida a sectores progresistas no comunistas e integrada por personas provenientes de las izquierdas anticomunistas. Para Solari, además, este vínculo entrañaba la posibilidad de actualizar los debates de la sociología uruguaya, modernizar métodos, objetivos y presentación de resultados, formando profesionales más a tono con sus colegas de Estados Unidos y Europa. Era también una oportunidad invalorable de internacionalizar su carrera. Aunque tenía vínculos en la región, especialmente con Gino Germani en Buenos Aires y otros colegas en Chile, fueron las redes y los recursos de su etapa de relacionamiento estrecho con el CLC los que le permitieron viajar asiduamente y entrar en contacto con sociólogos como Lipset que era poco probable que se interesaran por colaborar con el uruguayo.

Paradójicamente, cuando estos esfuerzos empezaban a dar sus frutos, la explosión del escándalo de los fondos de la CIA, el trasfondo de similares incidentes en la región (como el renombrado Plan Camelot en Chile) y las resistencias que estos asuntos despertaron en el espacio académico que había contribuido a formar determinaron su alejamiento del ICS. Según confió a fines de 1966 al delegado del CLC en Monte-

video, el gremio estudiantil objetaba los proyectos de sus colaboradores amparado en el sesgo izquierdista y antiimperialista de la dirección universitaria⁴. Para ese entonces, Solari ya había articulado un diagnóstico lapidario de la institución en la que trabajaba. En un texto publicado ese mismo año en la revista del ILARI, señaló que la estructura de dedicación del personal docente conspiraba contra cualquier programa de investigación más o menos ambicioso y que la relación entre matrícula estudiantil y egreso demostraba que se crecía sin planificación (Solari, 1966b).

El diagnóstico tenía coincidencias con las preocupaciones del sector que se venía afianzando en el gobierno universitario desde hacía una década, especialmente luego de la conquista de la autonomía y la coparticipación plena de estudiantes, docentes y egresados en la Ley Orgánica de 1958. Este grupo era diverso pero coincidía en defender esas conquistas con el objetivo central de promover la investigación científica, atender los “problemas nacionales” y cambiar el papel de la institución como mera formadora de las clases dirigentes y las profesiones liberales. La elección como rector del ingeniero Óscar Maggiolo en 1966 marcó el punto más alto de incidencia de esta tendencia que apostaba a la educación superior como motor del cambio social. La relación de esos universitarios con el “desarrollismo que estaba en el aire” (Altamirano, 1998) era compleja, pero el Plan de Reestructuración de la Udelar, presentado en 1967 por Maggiolo, estaba impregnado de esas ideas, desde el uso de la planificación indicativa hasta la referencia recurrente a las cifras y análisis de la CIDE (Markarian, 2018).

Sin embargo, los escritos de Solari ni siquiera mencionaban esos esfuerzos de reforma sino que se enfocaban en atacar la “ideología de izquierda” del gremio estudiantil, la politización de los cuadros universitarios y su mala interpretación del principio de autonomía como obstáculos esenciales para que la institución cumpliera con sus fines de producción de conocimiento (Solari, 1967, pp. 105-131). A partir de sus lazos con el CLC, el sociólogo había apostado a la modernización de su disciplina desde la creencia liberal en la independencia del conocimiento científico con respecto a las determinantes económicas y políticas. Y durante un tiempo estos vínculos lo habían favorecido. Cuando el escándalo estalló en su cara, sin atisbo de autocrítica, Solari siguió culpando a sus colegas por politizar los espacios académicos. Esta posición lo alejó radicalmente de los terceristas y otros izquierdistas que adherían a un anti-imperialismo contrario a recibir fondos de cualquier organización en la órbita de Estados Unidos. Le impidió también entenderse con el sector predominante de la dirigencia universitaria que, aunque abierto a aceptar apoyo extranjero si se adecuaba

4. Benito Milla a L. Mercier Vega, 31 de agosto, 7 de setiembre y 24 de octubre de 1966, en IACFR, caja 566, carpeta 9.

a sus prioridades para la institución y el país, repudiaba el tipo de compromiso que primero reveló Camelot y poco después las denuncias sobre el CLC. Y lo distanció de alguien como Maggiolo, que compartía algunos de sus presupuestos sobre el vínculo entre educación y desarrollo y, como demostró su plan, estaba dispuesto a defender la transformación de la institución para “servir mejor al país” (Maggiolo, 1966). Seguramente no era posible acercar posiciones una vez que se había mentado a la CIA, pero no hay evidencia de que Solari hiciera ningún esfuerzo por analizar sus propias responsabilidades en el asunto.

Además, el sociólogo aceptó un cargo en Ilpes (Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, Cepal) y se radicó en Santiago de Chile en 1967, justo cuando los debates en torno al llamado “Plan Maggiolo” abrieron la oportunidad de pensar el lugar del conocimiento de lo social en la Universidad, un tema que le preocupaba sinceramente hacía más de una década. No estuvo, por ejemplo, en el renombrado Seminario de Estructuras Universitarias dirigido por Darcy Ribeiro a mediados de 1967, en simultáneo con la presentación y discusión del plan, donde participaron más de setenta universitarios interesados en la reforma de su institución. Allí se debatieron varias propuestas de organización de las áreas sociales y humanísticas de muy diferente orientación e inspiración. En ausencia de Solari, no hubo una intervención específica sobre la sociología y los debates se concentraron en los deslindes disciplinares de las posibles nuevas estructuras, sus eventuales competencias y solapamientos con las existentes (Schaeffer *et al.*, 1969-1970). El documento de Maggiolo, por su parte, daba prioridad a las disciplinas de lo social que entonces se veían como más cercanas al método científico: la sociología y la economía, que adquirirían la categoría de “instituto central”, principal innovación en materia de organización de la actividad académica⁵. Aunque no llegó a aplicarse integralmente, este planteo tuvo consecuencias concretas en los subsiguientes intentos de reorganizar los campos de estudio social en la Udelar, ya sin la presencia de Solari.

La nueva dirección del Instituto de Ciencias Sociales

Su legado y su espectro reinaron sin embargo sobre esos intentos. Una polémica desplegada en *Marcha* a fines de 1967 con motivo del libro resultante del seminario organizado con Lipset en 1965 sirve de punto de partida para conocer cuánto impactó en la camada de sociólogos que quedó al frente de esa tarea (Lipset y Solari,

5. Ver Consejo Directivo Central (CDC), *Distribuidos*, 396/67, “Plan de Reestructuración de la Universidad presentado por el Rector de la Universidad Óscar J. Maggiolo”, julio de 1967, Archivo General de la Universidad de la República (en adelante AGU).

1967a, 1967b). Arrancó Real de Azúa criticando la adhesión de esos autores a la “sociología norteamericana” (“símbolo” del “síndrome de soberbia nacional” de Estados Unidos). Atacó sus métodos y las supuestas virtudes de su carácter científico y rescató a los intelectuales latinoamericanos (“nuestros filósofos y ensayistas”) del desprecio al que esa concepción los sometía para elevar a sus “técnicos”, “profesionales” y “científicos”. Acusó también a la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso), donde hacía una década se formaban grandes contingentes de cientistas sociales de toda América Latina, de “escuela del cipayismo”. Y remató: “yo no estoy seguro de que cuando un joven sociólogo flacsista ve un intelectual no haga una ficha y la remita a la agencia de seguridad más próxima a su domicilio” (Real de Azúa, 1967a, 1967b).

Le contestó Alfredo Errandonea hijo que estaba entonces terminando un seminario en Flacso y era docente del Instituto de Ciencias Sociales. Asumiendo el sayo de “joven flacsista”, defendió el “cultivo científico” como “camino más azaroso y menos heroico” para promover el cambio social. Sostuvo también que el “autonomismo cerril y retrógrado” del veterano polemista concedía en exclusividad a los “desarrollistas”, como Solari y Lipset, el reino de la ciencia y excluía a los que, como él, querían ser “personeros del futuro” para “superar el imperialismo capitalista”. No dudó, por último, en tildar al “primer desarrollista criollo” de “ideólogo disfrazado de técnico” (Errandonea, 1967a, 1967b y 1967c).

El intercambio nos da algunas pistas sobre la forma en que los jóvenes sociólogos uruguayos trataban de proyectar el futuro de su disciplina a la sombra de Solari. Como ha dicho Gerónimo de Sierra, también protagonista de ese período, el empeño estaba puesto en legitimarse mediante una operación de ruptura con el pasado inmediato (De Sierra, 2007, p. 356). En este sentido el mote de “flacsistas” no era útil porque Solari tenía vínculos con Flacso y en 1964 había alentado el regreso al país de Carlos Filgueira, uno de los primeros uruguayos que estudió allí, para que lo ayudara a consolidar su proyecto al frente del Instituto (Trindade, 2013, p. 283). En términos generales, además, la camada formada mayoritariamente en Flacso no renegaba del afán de la generación de Solari de profesionalizar la disciplina mediante la “investigación empírica con métodos y técnicas controlables”, según se enseñaba en ese organismo pionero de las ciencias sociales en América Latina. Su orgullo era haber sobrepasado a sus maestros también en los terrenos de la “lógica de la investigación”, las “nociones epistemológicas” y las “técnicas estadísticas” (De Sierra, 2007, p. 348; Errandonea, 2003, p. 33).

Así, mientras Solari estaba preocupado por “la tendencia creciente en América Latina entre los sociólogos jóvenes a confundir el uso de un lenguaje abstruso con la construcción de la ciencia” (Solari, 1967, p. 10), muchos de éstos lo tacharon de

“ensayista” (Franco, 2001). Por encima de esas acusaciones, el verdadero eje del cisma generacional era la equiparación de esa construcción disciplinar con el estructural-funcionalismo y la sociología de la modernización como recetas para la investigación y el diseño de políticas públicas. Varias décadas más tarde, Errandonea definió esa primera fase de la sociología en Uruguay, superada en 1967 con la partida de Solari, en base a su credo de que el país saldría de la crisis a partir de la “voluntad política de planificar el desarrollo” mediante “cambios estructurales” que estaban “al alcance de la propia sociedad nacional”; y de que era responsabilidad de los “técnicos” convencer a las “élites políticas” de la importancia de tal misión (Errandonea, 2003, p. 28).

Efectivamente, desde 1967, con el apartamiento de Solari y la dispersión de varios de sus colaboradores, estas ideas fueron perdiendo preponderancia en la orientación del ICS. La dirigencia del Centro de Estudiantes de Derecho (CED) tuvo un papel preponderante en esta etapa y se valió del clima reformista del rectorado de Maggiolo para activar el cambio de rumbo del servicio. Promovió como director a Alfredo M. Errandonea que, además de padre del flacsista en cuestión, era un abogado diez años mayor que Solari pero de reciente ingreso como docente de ciencia política en la Udelar. Se trató, fundamentalmente, de aprovechar la oportunidad que abría la inclusión de la sociología como disciplina meritoria de un instituto central de investigación en el plan presentado por el rector a mediados de 1967. Efectivamente, la declaración como tal del Instituto de Ciencias Sociales en 1968 fue el impulso para una real institucionalización académica de la sociología en el país. Allí se aglutinó el primer núcleo docente con alta dedicación y sistemáticamente formado, mayormente en el exterior y primordialmente en Flacso. Sus logros más importantes fueron la realización de concursos para la provisión efectiva de cargos docentes en 1969 y la aprobación del nuevo plan de estudios en 1971, que creó la Licenciatura en Sociología.

Los estudiantes nucleados en el CED participaban formalmente del gobierno tripartito del Instituto y tuvieron por tanto voz y voto en todas esas decisiones. A pesar de su edad, la mayoría tenía un historial importante de militancia gremial y política. Todos asistieron al primer “curso de formación de investigadores en ciencias sociales” promovido por Errandonea padre y opinaron sobre las características del concurso internacional que formó el primer plantel estable de investigadores. El tribunal estuvo integrados por tres mujeres: la marxista chilena Marta Harnegger, la socióloga de la educación argentina Ana María Eichelbaum de Babini y la especialista en movimientos sociales, Inés Izaguirre, también argentina. Resultaron ganadores Enrique Cárpena y Liliana de Riz, dos sociólogos argentinos que huían de la dictadura de Onganía, dos flacsistas ya mencionados (Filgueira y Errandonea hijo) y otro uruguayo con estudios en Lovaina (de Sierra) (Aguiar, 2016, pp. 6-7).

Durante 1970, la nueva plana mayor del Instituto se abocó a diseñar los planes de estudio para la proyectada licenciatura y también a modificar los de abogacía y notariado a partir de la concepción del derecho como una ciencia social, con la introducción de un “ciclo básico” común a todas las titulaciones de la Facultad. Asumió también la docencia de la sociología como materia introductoria en los “ciclos básicos” de otras facultades e inició cursos en el interior del país. Simultáneamente, se crearon grupos de investigación con vistas a convertirse en futuros institutos dedicados a otras ciencias sociales. La organización de la biblioteca y la edición de los *Cuadernos de Ciencias Sociales* entre 1970 y 1973 completaron un panorama de la efectiva institucionalización de la sociología universitaria en esta etapa (Aguiar, 2016, pp. 6-7; De Sierra, 2007, pp. 346-352, Errandonea, 2003, p. 36; Filgueira, 1986, pp. 177-181).

Nada de esto se logró sin tensiones internas, en parte porque, como dijo Filgueira décadas después, se “tendía a abarcar [...] mucho más de lo que [...] podía aportar un pequeño núcleo en consolidación”, en parte porque había enormes presiones políticas sobre la orientación que se daría a las nuevas estructuras y posiciones (Filgueira, 1986, p. 180). Lo prevalente en los nóveles cuadros docentes fue la crítica al desarrollismo, a la sociología de la modernización y al estructural-funcionalismo pero sin rechazar el instrumental perfeccionado en Estados Unidos y otros países para servir a esas “teorías conservadoras”, como dijo el director Errandonea (Errandonea, 1969). Así, los sociólogos uruguayos se pusieron a tono con las tendencias latinoamericanas y abrazaron el dependentismo en sus varias versiones: marxista en André Gunder Frank, historicista en Fernando H. Cardoso y Enzo Faletto y en clave de “colonialismo interno” en Pablo González Casanova, entre otras. También hubo influencias de las corrientes renovadas de la historiografía nacional con énfasis en la historia social, el “revisionismo histórico” y el marxismo. Según la recapitulación de Errandonea hijo, el período se caracterizó “por la rispidez de las discrepancias, en un debate que no llegaba a sustanciarse [...] pero que tenía puntos álgidos” en asuntos como la estructura de clases, las declinaciones del dependentismo y, fundamentalmente, las trabas del sistema imperial con centro en Estados Unidos. Este último énfasis, liderado por de Sierra, Cárpena y de Riz, era prevalente entre los quince investigadores del Instituto (Errandonea, 2003, pp. 34-36).

Visto el panorama, no puede extrañarnos que Solari estuviera contento de haberse ido, como confesó desde Santiago a sus viejos amigos del CLC a fines de 1967, mientras éstos trataban de mantener a flote los proyectos de ciencias sociales que habían quedado huérfanos en Montevideo⁶. Les preocupaba no sólo la situación

6. Ver B. Milla a L. Mercier Vega, 27 de noviembre de 1967, en IACFR, caja 566, carpeta 9.

política y las tensiones universitarias sino la deriva general de los cientistas sociales que, tal como vieron en la polémica entre Real y Errandonea hijo sobre el “flacsismo”, parecían más interesados en clasificar a las personas y los centros académicos en base a una “concepción policial” que en debatir enfoques, problemas y contenidos. Estaban convencidos, por tanto, de que no valía la pena intentar ningún nuevo acercamiento con el ICS y redujeron su escasa presencia en el país a proyectos vinculados con las artes plásticas⁷.

De todos modos, la política de los sectores predominantes en el Instituto era, en palabras de Errandonea padre, “desconfiar de los poderes dadivosos” (Errandonea, 1969). Continuaron los viajes de formación pero se mantuvo un ánimo vigilante con respecto a los destinos y financiadores. La peripecia de Carlos Filgueira da cuenta de las pasiones y contradicciones que estos temas siguieron despertando. El pionero flacista uruguayo, retornado en 1964 con apoyo de Solari, se marchó en 1967 a Belo Horizonte para participar en un programa de posgrado en ciencia política financiado por la Fundación Ford en el marco de un convenio entre el gobierno autoritario brasileño y la USAID. En 1969, como vimos, ganó el primer lugar en el concurso para “jefes de investigación” del Instituto. Este resultado despertó grandes resistencias de los militantes estudiantiles y el conjunto de sus colegas, que firmaron una carta donde lo acusaban de complicidad con la dictadura por haber participado de ese convenio ampliamente denunciado por sus pares en Brasil. Decidido a regresar de todas maneras, tuvo que enfrentar el boicot de sus clases y una campaña de carteles en las paredes de la Facultad con la consigna “Fuera los imperialistas”. Luego de soportar esta situación durante más de un año, los estudiantes reconocieron hacia 1971, con el lanzamiento de la licenciatura, que su aporte en las materias de metodología y teoría era esencial para su formación y se reconciliaron con su presencia (Trindade, 2013, pp. 291-292).

Para ese entonces, Filgueira y otros muchos docentes y estudiantes del Instituto habían decantado su militancia política hacia las experiencias fundadoras de la coalición de las izquierdas uruguayas en el Frente Amplio (FA) y buscaban apoyarla desde la especificidad de sus saberes. Según César Aguiar, joven protagonista de esta etapa, sólo los Errandonea, desde su primordial anarquismo, y de Sierra, desde una postura radical, se negaron a participar en la implementación de encuestas durante la campaña electoral para mantener informada a la dirigencia de la nueva fuerza política. Durante 1971, el Centro de Estudios de Opinión Pública (Ceop), creado ad hoc por varios integrantes del ICS, realizó tres encuestas nacionales para el FA con la colaboración en

7. L. Mercier Vega a B. Milla, 5 de diciembre de 1967, y Mercier a Milla, 11 de diciembre de 1967, caja 566, carpeta 9.

el diseño muestral del Instituto de Economía de la Facultad de Ciencias Económicas y de la Administración. Era una experiencia poco frecuente en el país y mucho menos en esas tiendas. Aguiar reconoció que la calidad del estudio fue “bastante mala” pero destacó que pudieron informar a los dirigentes que perderían “ampliamente” en Montevideo (Aguiar, 2016, pp. 6-8). Esta actividad se realizó de modo paralelo a la reorientación de las líneas de investigación del Instituto hacia temas de conjuntura, dejando parcialmente de lado el estudio de la estructura de clases en clave histórica hacia temas como campañas y resultados electorales y la intervención de los militares en política que habían tenido menos presencia en el primer período.

Ya hacia fines 1971 se empezó a manifestar un nuevo cisma en el Instituto que seguramente sumaba discrepancias de orientación teórico-metodológica a las diferencias políticas generadas por el nacimiento del FA. A comienzos de 1972, la aparición de la *Revista Uruguaya de Ciencias Sociales*, asociada al Centro de Investigaciones Sociales de Montevideo y dirigida por Errandonea hijo, expresó esas diferencias, que ahora parecían insalvables. Luego de encomiar el camino iniciado en 1968 con la reestructuración del servicio, su primer editorial proclamaba el “naufragio” de ese intento “en medio de las pequeñas ambiciones, la intolerancia y la incomprensión; lógicas resultancias de una Universidad que – al igual que el país, y como reflejo de El – se sumerge cada vez más en una aguda crisis desintegrativa.” Ese espacio, remataban, estaba “estancado y sin capacidad efectiva de producción científica de relieve, en vías de convertirse en mera sede de cursos. Para nuestros propósitos constituye una etapa clausurada.” Como trasfondo estaban la renuncia de Errandonea padre y la designación del filósofo Mario H. Otero como director interventor en esa etapa de transición⁸. En la presentación del segundo número de la revista oficial del Instituto, Otero dio algunas pistas de la crisis. Recalcó la necesidad de “desmitificación del cargo de Director” y la utilidad de una ordenanza que legitimara las decisiones colectivas, sin desconocer que la situación general de la Udelar y del propio servicio, especialmente la falta de recursos, podrían derivar en una existencia meramente “nominal” (Otero, 1972). El posterior nombramiento de Filgueira como director efectivo, a casi tres años del concurso de 1969, señaló la culminación de esta etapa (Trindade, 2013, p. 292).

Avatares de una institucionalización tardía

El abanico de tensiones que acabamos de relatar signó el rumbo de la tan ansiada institucionalización de la sociología dentro de la Universidad de la República, tal

8. Ver CDC, *Actas de sesiones*, 13 y 27 de diciembre de 1971, AGU.

como se produjo en el lustro posterior a la partida de Solari. No está de más apuntar que se hizo con un retraso notorio con respecto a la región. Tanto en Brasil como en Argentina y Chile, con sus muchas disparidades, las ciencias sociales se habían consolidado como disciplinas universitarias años antes con sus respectivas instancias de formación, grupos de investigación y agendas de trabajo. En Uruguay, el proceso fue tardío incluso con respecto a áreas cercanas como la economía y la historia, pero no tanto en relación a la ciencia política y la antropología, que recién se establecieron en las décadas siguientes. En el caso de la economía, los esfuerzos realizados desde los años cuarenta lograron fortalecer la investigación, generar información confiable, colaborar con organismos técnicos en la órbita estatal y autonomizar la carrera de economista. El trabajo del Instituto de Economía expresó interpretaciones diferentes de la historia económica y la crisis contemporánea, desde el desarrollismo cepalino hasta la declinación dependentista de fines de los sesenta, pero no estuvo tan fuertemente atravesado por las tensiones derivadas del propio proceso de institucionalización, que ya se había cumplido a grandes rasgos cuando se procesó la transición de tendencias (Barbato, 1986; Messina, 2019). Si sumamos la mayor disponibilidad de fondos de la Udelar y la relativa capacidad de sus autoridades para evitar escándalos al recibir partidas extra presupuestales, tendremos un panorama menos dramático que el que debieron afrontar los sociólogos al tratar de afianzarse en la Facultad de Derecho⁹.

Esa coyuntura hizo más compleja la búsqueda de herramientas para responder a las enormes exigencias de una situación social y política explosiva que sus pares de otros países o disciplinas acometieron desde una situación institucional más consolidada. Durante el período más denso de ese proceso, entre la declaración como instituto central en 1968 y la aprobación del plan de estudios de la licenciatura en 1971, *Marcha* publicó una retahíla de artículos enfocada en la capacidad de la nueva sociología universitaria de enfrentar los desafíos de una época de gran radicalización política en todo el continente, siempre con tono de advertencia sobre lo que no debía hacerse en nuestro medio.

Un buen ejemplo fue la publicación en enero de 1969 de una nota del argentino Daniel Goldstein sobre las denuncias de sectores estudiantiles nacionalistas de la Universidad de Buenos Aires y varios intelectuales de izquierda sobre el Proyecto Marginalidades, financiado por la Fundación Ford. Comenzó así una intensa polémica sobre las implicancias de relevar mediante el método de encuesta a las poblaciones más pobres del continente. Según Goldstein, se estaba colaborando con “una nueva agencia de inteligencia [...] con la misión de coleccionar información y

9. Según Filgueira, la economía contaba con el 73% del presupuesto asignado a las ciencias sociales en la Udelar, mientras que la sociología con el 13% (De Sierra, 2007, p. 349).

proponer líneas de acción contrarrevolucionaria” para los “pueblos neocoloniales” (Goldstein, 1969). Esta posición replicaba la sospecha de Real sobre los jóvenes flacistas: los propios métodos de recolección de datos ponían a la sociología al servicio del poder imperial, sin importar que los responsables directos del proyecto (José Nun, Miguel Murmis, Juan Carlos Marín y Ernesto Laclau, en este caso) tuvieran notorias credenciales izquierdistas. El intercambio subsiguiente, con respuestas y acusaciones cruzadas entre Nun y varios ensayistas argentinos, planteó un dilema aparentemente insalvable para los científicos sociales de izquierda de la época entre la adhesión a ciertos métodos y sus usos como instrumentos de cambio social (Nun, 1969; Viñas, 1969; Goldstein y Nun, 1969).

Más allá de las particularidades de los campos de estudio donde se insertó este proyecto, que ha analizado minuciosamente el historiador Mariano Plotkin, el debate permite vislumbrar dos posiciones que también se expresaron en el ambiente uruguayo. De un lado, quienes apelaban a un “doble mecanismo de legitimación” como intelectuales de izquierda y como académicos transnacionales, dos “sistemas de legitimación aparentemente incompatibles pero que se habían desarrollado de manera simultánea en el campo de las ciencias sociales locales” (Plotkin, 2015). Para estos, entre ellos Nun y muchos de nuestros flacistas, era posible usar los métodos favorecidos por las agencias financiadoras para promover la “capacidad revolucionaria de las clases explotadas latinoamericanas” (Nun, 1969). O, como dijo en palabras más simples Errandonea padre sobre el final de la polémica en *Marcha*: a la hora de la evaluación del instrumental, había que actuar “sin odio y sin amor; odio y amor sólo a los valores” (Errandonea, 1969). Del otro lado se posicionaban quienes, como Goldstein (y también los primeros denunciantes de los vínculos de Solari con el CLC), censuraban la participación en “investigaciones auspiciadas o subvencionadas por organizaciones que puedan ejercer presión [...] sobre los hombres como objeto de estudio. Los científicos sociales no deben aceptar colaborar con el enemigo. Los sociólogos latinoamericanos no deben olvidar que Camilo Torres era sociólogo” (Goldstein, 1969). La referencia a Torres agregaba dramatismo porque el sacerdote colombiano, pionero de la Teología de la liberación y fundador de la escuela de sociología de América Latina en la Universidad Nacional de Colombia, se había enrolado en un grupo guerrillero y había sido asesinado en su primera experiencia de combate a comienzos de 1966. Seguramente era su ejemplo el que había invocado Errandonea hijo al lanzarle a Real de Azúa a fines de 1967 que el “cultivo científico” de la sociología era un “camino más azaroso y menos heroico” que el de la lucha armada para promover el cambio social (Errandonea, 1967a).

No siempre fue fácil, sin embargo, ubicarse sin ambages en uno de los bandos porque, como señala Plotkin en base al análisis de Pierre Bourdieu, los mecanismos

de legitimación muchas veces se solapaban o tomaban el lenguaje de un campo para posicionarse en otro (Plotkin, 2015). Así, por ejemplo, las críticas por izquierda solían provenir de quienes no participaban de los nuevos sistemas de prestigio y recompensa propiciados por las formas modernas de cultivo de las disciplinas sociales a partir de los subsidios internacionales. La acusación de “cientificismo” contra quienes creían poder separar los métodos de recolección de los usos de la información reponía el contenido político a todos los proyectos de investigación, pero era también una estrategia para disputar hegemonías internas por parte de los excluidos de ciertos circuitos. En otras situaciones, esos acusados reaccionaban contra colegas que habían aceptado dinero de organizaciones que estaban demasiado comprometidas como para salvaguardar la pureza de los proyectos que auspiciaban. Los avatares del retorno de Filgueira en 1969 son un buen ejemplo de esas contradicciones y fluctuaciones de los bandos que dividían a los científicos sociales de izquierda del momento, con los dos Errandonea avalando la denuncia de complicidad con el “malón gorila contra la universidad brasileña”. El problema se volvió lo suficientemente acuciante como para que a fines de ese año el Instituto organizara un seminario para discutir estos temas y a nivel central la Universidad convocara un foro sobre las políticas de investigación científica y la “neta penetración imperialista a través de las ayudas económicas”, un asunto que no podía seguir quedando librado a la voluntad individual de los docentes.

Para ese entonces era bastante claro que el gobierno de Estados Unidos había perdido interés (o confianza) en iniciativas como las del CLC y que las fundaciones desplegaban lógicas de penetración académica que no podían reducirse a la política exterior de ese país. La documentación del Departamento de Estado revela que desde 1967, aproximadamente, ya no se apostaba a ganar a la izquierda moderada o a los sectores reformistas sino que se empleaba una estrategia menos sutil para cambiar la correlación de fuerzas en la Universidad de la República. Se mantuvieron los intercambios de estudiantes y los programas de asistencia en varias facultades, pero desde comienzos de ese año el embajador en Uruguay dio muestras de apoyar la creación de una universidad privada, confesional o no, para contrarrestar la influencia de la Udelar en la escena intelectual local¹⁰. Los contactos con los sectores de derecha habían sido constantes durante todo el período, pero siempre con una puerta abierta

10. Ver por ejemplo “Memorandum for Ambassador Hoyt”, 5 de enero de 1967, “John L. Topping to George H. Thigpen”, 26 de enero de 1967; “Educational and Cultural Exchange Program Request for Uruguay”, 1 de setiembre de 1967; y “Debriefing of Ambassador Hoyt”, 27 de setiembre de 1967, State Department (Record Group 59, Box 4) en National Archives and Records Administration (NARA), disponible en la página del Grupo de Estudios Interdisciplinarios del Pasado Reciente (Geipar) de la Udelar: <http://www.geipar.udelar.edu.uy> (en adelante citado como Nara-Geipar).

hacia grupos cercanos a la orientación predominante en la casa de estudios desde 1958. En más de una ocasión, los representantes de las derechas se habían quejado de que las ayudas y becas habían favorecido a los “extremistas”¹¹. Más allá de lo exacto de la afirmación, es claro que la diversidad de vínculos se fue extinguiendo hacia fines de los sesenta, sustituida por una clara predominancia de quienes buscaban el “establecimiento de ciencias democráticas” y trataban de trasladar sus proyectos con financiación extranjera a la órbita privada¹². A nivel nacional se trataba, de modo más crudo, de “inclinarse la balanza” en favor del nuevo gobierno del colorado Jorge Pacheco Areco, claramente autoritario y brutalmente represivo aunque todavía legitimado en elecciones democráticas¹³.

La radicalización de la situación política nacional y regional había ido cerrando el espacio para cualquier posibilidad de acuerdo entre la Universidad y el gobierno. La discusión sobre la reforma institucional quedó relegada a ámbitos cada vez más circunscriptos mientras crecían las disputas internas y los continuos enfrentamientos con los sectores conservadores de los partidos tradicionales. Proliferaron entonces las amenazas de intervención, los allanamientos ilegales y hasta los asesinatos de estudiantes en las calles de Montevideo por parte de la policía. Muchos en la izquierda fueron a su vez desentendiéndose de los aspectos específicos de la política universitaria que ahora veían como un campo de reclutamiento para proyectos más radicales, incluyendo el de la guerrilla urbana. En 1972 asumió como rector Samuel Lichtensztein, joven profesor de la Facultad de Ciencias Económicas y de la Administración con poca actuación en el cogobierno. Como primer rector proveniente de las ciencias sociales desde la Ley Orgánica de 1958, quiso también renovar la estructura académica pero su mandato estuvo marcado por la polarización y el enfrentamiento. En ese marco, como es obvio, también la posibilidad de seguir construyendo una sociología científica que mantuviera una apertura hacia la promoción del cambio social fue perdiendo ímpetu hasta la intervención de la casa de estudios por parte del gobierno autoritario instalado con el golpe de Estado de junio de 1973.

11. Ver por ejemplo “Memorandum of conversation”, American Embassy, Montevideo, 24 de noviembre de 1965, State Department (Record Group 59, Box 2) y “Memorandum of conversation”, American Embassy, Montevideo, 11 de agosto de 1965, State Department (Record Group 59, Box 3), en Nara-Geipar.

12. Ver por ejemplo el caso del Dr. Antonio Borrás, en “John L. Topping to Lt. Col. Richard E. Krause”, 22 de enero de 1968, State Department (Record Group 59, Box 2792) en Nara-Geipar.

13. “Memorandum from ARA-LA/APU to ARA”, 8 de mayo de 1968, State Department (Record Group 59) en Nara-Geipar.

¿Final de juego?

¿Qué hicieron entonces los protagonistas de la historia que venimos contando? Solari se quedó durante toda la dictadura uruguaya en Chile. El puesto en ILPES fue el verdadero despegue de una carrera internacional que había tenido impulso esencial en sus colaboraciones con el CLC. Volvió a Uruguay en los años ochenta, en tiempos de transición a la democracia, para asumir un puesto directivo en el organismo central de enseñanza pública a pedido del presidente Julio María Sanguinetti. Murió en Montevideo en 1989.

De los sociólogos que se habían puesto al hombro la reorganización del Instituto luego de su partida, muchos marcharon al exilio y se insertaron en universidades y organizaciones internacionales. Todos vivieron con consternación lo que sucedía en el país. El espacio institucional donde se habían formado fue completamente desmantelado por las autoridades interventoras. En términos globales, cerca de la mitad del plantel docente fue destituido por razones políticas. El ICS fue clausurado. En 1974 reabrió como Instituto de Estudios Sociales dependiente de rectorado. Cambió casi totalmente de áreas de interés y dejó de formar sociólogos y especialistas en temas considerados “peligrosos” (marxismo, dependentismo y enfoques estructurales) para hacer énfasis en asuntos más técnicos como codificación y análisis de datos, estadística, análisis psicosocial, comunicación de masas etc. (Markarian, 2015). No se volvió a consolidar la licenciatura. No hubo en Uruguay, como en Brasil y hasta cierto punto en Argentina, un proyecto de modernización universitaria bajo signo conservador sino una serie de medidas más o menos coherentes destinadas a satisfacer las demandas de una institución orientada a las necesidades inmediatas del mercado de trabajo (Patto, 2014; Bekerman, 2010).

Los científicos sociales que quedaron en el país, casi todos impedidos de trabajar en la Universidad y otros espacios estatales, buscaron continuar una tradición trunca. En su mayoría se reorientaron hacia el sector privado. Algunos han contado la historia de estos años como una etapa heroica de las ciencias sociales. Son relatos donde impera la idea de “resistencia”, pieza central del lenguaje político y cultural de la oposición a la dictadura. Así, en la memoria de varios integrantes de esa generación, los centros privados fueron espacios donde se preparó el pensamiento crítico para cuando llegara la democracia (De Sierra, 2007; Prates, 1987). Se los reconoce también como años dinámicos con enormes cambios en los enfoques teóricos y las relaciones académicas bajo el signo de la profesionalización, la especialización y la productividad. Se suele elogiar, además, la profundización de los procesos de internacionalización con vínculos más estrechos con las fundaciones internacionales y diferentes centros de capacitación de alto nivel (De Sierra, 2007, pp. 355-357; Filgueira, 1986, pp. 181-

185). Ya no se hablaba tanto de los condicionamientos de estas formas de financiamiento pero es claro que los modos de trabajo habían cambiado radicalmente. Los programas de investigación y formación de perfil más académico convivieron con estudios de opinión pública, encuestas de mercado y relevamientos sectoriales. Al inicio del proceso de transición, en los tempranos ochenta, estos centros se abrieron a difundir sus resultados como parte de una esfera pública que se iba recuperando (Brunner y Barrios, 1987, pp. 141-179).

En la segunda mitad de esa década, con el fin de la dictadura, muchos de nuestros científicos sociales volvieron desde el exterior o desde los propios centros privados a sus puestos en la Universidad de la República, que recobró sus formas tradicionales de funcionamiento a partir de 1985. A pesar de la restricción de recursos que caracterizó esta etapa, los alentaba la esperanza de retomar el proceso de institucionalización de las ciencias sociales truncado en esa institución a comienzos de los setenta. La aspiración se concretó finalmente, no sin grandes dilemas y renovadas disputas, con la creación de la Facultad de Ciencias Sociales en 1991. Este proceso significó una transferencia casi total de los modos de producción de conocimiento incorporados en la década anterior dentro y fuera del país al ámbito público recuperado. Empezaron a aparecer entonces los recuentos de la etapa fundacional de la sociología uruguaya donde aquellos “jóvenes flacsistas” volvieron con cierta nostalgia sobre el papel pionero de Solari y hasta las virtudes del viejo desarrollismo. Pero eso es realmente otra historia.

Bibliografía

- AGUIAR, César. (2016), “La peripecia fundacional”. In: ALONSOS, José M. *et al.* *Académicos sin universidad, un testimonio: Los primeros veinte años de Ciedur*. Montevideo: inédito.
- ALTAMIRANO, Carlos. (1998), “Desarrollo y desarrollistas”. *Prismas* 2.
- BARBATO DE SILVA, Celia. (1986), “Economía”. In: CINVE, *Ciencia y tecnología en el Uruguay*. Montevideo, MEC.
- BEKERMANN, Fabiana. (2010), “Modernización conservadora: La investigación científica durante el último gobierno militar en Argentina”. In: BEIGEL, Fernanda (ed.). *Autonomía y dependencia académica: Universidad e investigación científica en un circuito periférico, Chile y Argentina, 1950-1980*. Buenos Aires, Biblos.
- BRUNNER, José Joaquín & BARRIOS, Alicia. (1987), *Inquisición, mercado y filantropía: Ciencias sociales y autoritarismo en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay*. Santiago de Chile, Flacso.
- Cuadernos de Ciencias Sociales, 1970-1973*.
- DE SIERRA, Gerónimo. (2007), “Las ciencias sociales en Uruguay: Un caso de desarrollo y

- profesionalización tardíos". In: TRINDADE, Héglio (ed.). *Las ciencias sociales en América Latina en perspectiva comparada*. México, Siglo XXI.
- ERRANDONEA, Alfredo. (1967a), "Cartas de los lectores: Joven flacsista contraataca". *Marcha*, 3/11.
- ERRANDONEA, Alfredo. (1967b), "Cartas de los lectores: La FLACSO y sus egresados". *Marcha*, 10/11.
- ERRANDONEA, Alfredo. (1967c), "Cartas de los lectores: Algo más sobre FLACSO". *Marcha*, 15/12.
- ERRANDONEA, Alfredo. (1969), "Ciencias sociales, problema político: Entrevista a A. Errandonea". *Marcha*, 17/10.
- ERRANDONEA, Alfredo. (2003), "Historia institucional de la sociología". *Revista de Ciencias Sociales* 16:21.
- FILGUEIRA, Carlos. (1986), "Sociología". In: CINVE, *Ciencia y tecnología en el Uruguay*. Montevideo, MEC.
- FRANCO, Rolando (ed.). (2001), *Sociología del desarrollo, políticas sociales y democracia: Estudios en homenaje a Aldo E. Solari*. México, Siglo XXI/Cepal.
- GOLDSTEIN, Daniel. (1969), "Sociólogos argentinos aceitan el engranaje". *Marcha*, 10/1.
- GOLDSTEIN, Daniel & NUN, José. (1969), "La polémica sobre el proyecto Marginalidad". *Marcha*, 28/2.
- GUNDER FRANK, André; REAL DE AZÚA, Carlos & GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. (1969). *La sociología subdesarrollante*. Montevideo, Aportes.
- IBER, Patrick. (2015), *Neither peace nor freedom: The cultural Cold War in Latin America*. Cambridge, Harvard University Press.
- JANELLO, Karina. (2018), "As redes editoriais do ILARI no Rio da Prata e a modernização das ciências sociais durante a Guerra Fria cultural latino-americana". *Arquivos do CMD*, 7:1.
- LIPSET, Seymour & SOLARI, Aldo. (1967a), *Elites y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires, Paidós.
- LIPSET, Seymour & SOLARI, Aldo. (1967b), *Elites in Latin America*. London, Oxford University Press.
- MAGGIOLO, Óscar. (1966), "Universidad y Cide: Una tesis colonialista del desarrollo". *Marcha*, 28/1.
- MARKARIAN, Vania. (2015), "La Universidad intervenida: Cambios y permanencias de la educación superior uruguaya durante la última dictadura, 1973-1984". *Cuadernos Chilenos de Historia de la Educación* 4.
- MARKARIAN, Vania. (2018), "Tres partes y tres fuentes: Un ensayo de ubicación del Plan Maggiolo en el contexto intelectual del Uruguay de los sesenta". In: JUNG, María Eugenia; MARTÍNEZ, María Laura & PAROLI, Pablo. *50 años del Plan Maggiolo: Historia, testimonios y perspectivas actuales*. Montevideo, Udelar, 2018.

- MESSINA, Pablo. (2019), “*El Proceso Económico del Uruguay: Las peculiaridades del dependismo uruguayo*”. Montevideo, inédito.
- NUN, José. (1969), “Las brujas que caza el señor Goldstein”. *Marcha*, 17/1.
- OTERO, Mario H. (1972), [sin título]. *Cuadernos de Ciencias Sociales* 2.
- PATTO SÁ MOTTS, Rodrigo. (2014), *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernizacao autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PLOTKIN, Mariano. (2015). “U.S. Foundations, Cultural Imperialism, and Transnational Misunderstandings: The Case of the Marginality Project”. *Journal of Latin American Studies*, 47: 1.
- PRATES, Suzana. (1987), *Los centros autónomos en ciencias sociales en el Uruguay: Trayectorias y perspectivas*. Montevideo, Ciesu/Banda Oriental.
- RAMA, Ángel. (1966), “El mecenazgo de la CIA”. *Marcha*, 6/5.
- REAL DE AZÚA, Carlos. (1964), *Antología del ensayo uruguayo contemporáneo*. Montevideo, Udelar.
- REAL DE AZÚA, Carlos. (1967a), “Elites y desarrollo I: La pantalla de las elites funcionales”. *Marcha*, 22/9.
- REAL DE AZÚA, Carlos. (1967b), “Elites y desarrollo III: Las culturas, las metas y el desarrollo”. *Marcha*, 7/10.
- REAL DE AZÚA, Carlos. (1997), *Tercera posición, nacionalismo revolucionario y tercer mundo: Una teoría de sus supuestos*. Montevideo, Cámara de Representantes.
- REVISTA *Uruguaya de Ciencias Sociales* 1 (1972).
- SCHAEFFER, Juan Jorge et al. (1960-70), *La estructura de la universidad a la hora del cambio*. Montevideo, Udelar.
- SOLARI, Aldo. (1959), *Las ciencias sociales en el Uruguay*. Río de Janeiro, CICS.
- SOLARI, Aldo. (1962), “Requiem para la izquierda”. *Gaceta de la Universidad* 22, noviembre.
- SOLARI, Aldo. (1965), *El tercerismo en uruguay: Un ensayo de interpretación*. Montevideo, Alfa.
- SOLARI, Aldo. (1966a), “Réplicas”. *Marcha*, 13 de mayo de 1966.
- SOLARI, Aldo. (1966b), “La Universidad en transición en una sociedad estancada: El caso de Uruguay”. *Aportes* 2.
- SOLARI, Aldo. (1967), *El desarrollo social del Uruguay en la posguerra: Ensayo*. Montevideo, Alfa.
- TRINDADE, Hégio (ed.). (2007), *Las ciencias sociales en América Latina en perspectiva comparada*. México, Siglo XXI.
- TRINDADE, Hégio (ed.). (2013), *Las ciencias sociales en América Latina*. Buenos Aires, Eudeba.
- VIÑAS, Ismael y otros. (1969), “Cartas de los lectores: Sociología e imperialismo”. *Marcha*, 31/1.

Resumen

¿Requiem para Solari? Relevos de la sociología universitaria uruguaya en los años sesenta y setenta del siglo pasado

En la segunda mitad de los sesenta, con la renuncia de Aldo Solari al Instituto de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, una nueva generación de científicos sociales intentó dar un cambio de rumbo radical a ese espacio académico. Este artículo analiza las razones del alejamiento de Solari y plantea diferencias entre modos de entender el estudio de lo social en esos años. Asume un énfasis político-institucional para estudiar la articulación de esas posturas con los procesos contemporáneos de transformación estructural de la universidad y las actividades de organizaciones internacionales que promovían el cultivo de las ciencias sociales en América Latina. Todos esos intentos se frustraron con el golpe de Estado de 1973. Justo allí se detiene este texto. Palabras clave: Sociología; Universidad; Uruguay.

Resumo

Réquiem para Solari? Mudanças na sociologia universitária uruguaia nos anos 1960 e 1970

Na segunda metade dos anos 1960, com a renúncia de Aldo Solari do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da República, uma nova geração de cientistas sociais tentou fazer uma mudança radical de direção desse espaço acadêmico. Este artigo analisa os motivos da saída de Solari e investiga as diferentes formas de entender o social naqueles anos. Com base em uma ênfase político-institucional estuda a articulação dessas posições com os processos contemporâneos de transformação estrutural da universidade e com as atividades de organizações internacionais que promoviam o cultivo das ciências sociais na América Latina. Todas essas tentativas foram frustradas com o golpe de estado de 1973, momento em que nossa análise se detém.

Palavras-chave: Sociologia; Universidade; Uruguai.

Abstract

A Requiem for Solari? Changes in Uruguayan Sociology in the 1960s and 1970s

In the mid to late 1960s, when sociologist Aldo Solari resigned his leading position at the Institute of Social Sciences at the Universidad de la República, a new generation of social scientists attempted a radical transformation of this academic space. This paper analyzes why Solari decided to leave his position and peruses different understandings of what it mean to study social issues back then. From a political and institutional perspective, it examines how these different positions were intertwined with contemporary processes of structural change at the university and to the activity of international organizations promoting the social sciences in Latin America. All these endeavors came to a halt with the 1973 coup d'état in Uruguay, which is the final stop of this analysis.

KEYWORDS: Sociology; University; Uruguay.

Texto recebido em 9/2/2020 e aprovado em 16/4/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.166500.

VANIA MARKARIAN é historiadora especializada na Guerra Fria na América Latina e responsável pela Área de Pesquisa Histórica do Arquivo Geral da Universidad de la República. E-mail: vm119@caa.columbia.edu.



Elementar: Antonio Candido, inventor do inventivo Sérgio Buarque de Holanda¹

Vinícius Madureira Maia*

<https://orcid.org/0000-0001-5301-0155>

Kadma Marques Rodrigues**

<https://orcid.org/0000-0002-7310-958X>

O *páthos* da amizade

Sérgio Buarque de Holanda talvez pudesse dizer de si aquilo que Conan Doyle pôs certa vez na boca de seu mais célebre personagem, o detetive Sherlock Holmes, a respeito de seu assistente e braço direito, dr. John H. Watson, quando, novamente reunidos no endereço da 221B Baker Street, andavam prestes a apurar o que seria um escândalo na Boêmia: “Eu estaria perdido sem meu Boswell”. A referência invulgarmente afetuosa a um dos maiores diaristas do século XVIII, o nobre escocês James Boswell, reconhecido pela autoria de uma entusiástica biografia de seu amigo Samuel Johnson – tida como a mais distinta obra de arte biográfica em todo o domínio da literatura inglesa (Bate, 1977, p. XIX) – talvez possa também convir à pessoa de Antonio Candido.

Na maior parte das estórias de *sir* Arthur, coube a Watson narrar as façanhas investigativas de seu amigo Holmes. E, de resto, conhecer uma pessoa ou personagem por intermédio de um seu amigo ou ente próximo nunca parece empresa ou método de todo confiáveis. Quanto a isso, o próprio Holmes se mostrava ambivalente, ora envaidecido, ora relutante, face às tinturas românticas que Watson calha de deitar

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Estadual do Ceará, Ceará, Brasil.

1. Agradeço aos professores Leopoldo Waizbort, Sérgio da Mata e Pedro Meira Monteiro a leitura prévia deste trabalho, por cujos eventuais equívocos não têm qualquer responsabilidade.

naquelas suas experiências conjuntas de detecção, que se queriam, antes, sérias, sóbrias, desprovidas de emoções, conforme o desejo do grave detetive.

O deslumbramento da amizade parece ser, no entanto, um *páthos* corriqueiro na história literária. Em uma recensão de *Kafka: eine Biographie*, primeira biografia dedicada ao escritor tcheco, em 1937, por seu amigo Max Brod, Walter Benjamin ([1938] 2002, pp. 317-319) deplora a atitude do autor, a sua “mais perfeita bonomia”, que chega a contradizer a tese mesma do livro: a de que Kafka teria encontrado “a si mesmo no caminho da solidão”. Nesse mote, Benjamin entrevê apenas as marcas do desmazelo jornalístico e os floreios do beletismo, tamanha a falta de distância entre Brod e o seu objeto, bem como a ausência de qualquer senso de rigor pragmático que se demanda de uma obra inaugural do tipo. Perante a “santidade” de Kafka, revelando intimidade típica de um devoto, Brod excederia os limites da moderação nas homenagens que lhe rende e na familiaridade do tratamento que lhe dispensa. Benjamin então recorda que o convívio cerrado com a figura dos santos tem um assento especial na história religiosa, sobretudo com o pietismo; em outras palavras: essa aventada proximidade seria a atitude mais obscena que se possa imaginar em um intelectual.

Na economia das proposições de Antonio Candido sobre Sérgio Buarque, não se pode perder de vista que, em grande maioria, são concepções debuxadas por um seu grande, longo amigo. De sorte que participam não apenas do que é peculiar ao gênio crítico de Antonio Candido, mas também do que é próprio de tais relações.

O princípio da *philia*

Apesar de se encontrarem em Berlim ao mesmo tempo e terem até residido algo próximos um do outro, em 1929, ambos se conheceram somente nos idos de 1943; Sérgio contava já quarenta e um anos de idade, e Antonio Candido, então com vinte e cinco, nele já enxergava “um mestre incomparável.” A oportunidade de convívio se deparou maior a partir da inauguração, em São Paulo, da Livraria e Editora Brasiliense – sob a égide de Caio Graco Prado e Caio Prado Júnior, associados a Monteiro Lobato, Artur Neves, Maria José Dupré e outros –, com o lançamento do primeiro livro editado do jurista Hermes Lima, a cuja solenidade muitos intelectuais cariocas acorreram. O ano era 1944, segundo o velho crítico², e Sérgio Buarque, que também se fez presente, embora ainda residisse no Rio de Janeiro nessa época, aproveitava a ocasião para assinar autógrafos em exemplares de seu recente *Cobra de vidro* – que

2. Hermes Lima lançou pela Brasiliense *Notas à vida brasileira*, mas não em 1944, conforme as memórias de Antonio Candido, e, sim, no ano seguinte (Lima, 1945).

Candido resenhara, por sinal, em agosto daquele ano para a revista *Clima* –, saído pela Livraria Martins, editora paulistana fundada por um amigo em comum, José de Barros Martins, por cujo intermédio viria também a lume o livro *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero* um ano depois. Admira tenha guardado desse contato rápido uma impressão forte da personalidade de Sérgio Buarque, tomado que foi “pela sua naturalidade, despreensão, ausência de dogmatismo” em “um ensaísta que era também um pensador” (Candido, 1983, p. 132).

A Sérgio, Candido pôde revê-lo meses depois, mais precisamente em 22 de janeiro de 1945, quando do “memorável” Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, realizado no Teatro Municipal de São Paulo sob a presidência de Aníbal de Machado e a coordenação de Sérgio Milliet, “uma experiência incrível para todos nós, jovens e maduros, pela unidade obtida sobre tantas divergências na arregimentação dos intelectuais contra o Estado Novo” (1983, p. 132). Candido alude aí ao momento de rara coesão entre intelectuais das mais variegadas vinculações institucionais e políticas – católicos, comunistas, liberais, socialistas, luminares da literatura e do pensamento social e jurídico –, oriundos dos vinte e um estados do Brasil de então, ao lado de representantes de dezesseis países, de cujo exercício de conciliação no incipiente campo cultural brasileiro exsurgiu, próximo ao fim da Terceira República, uma declaração de princípios em prol da legalidade e da realização de eleições livres e diretas, publicada tão somente no dia 4 de março daquele ano, devido às imposições da censura aos órgãos da imprensa.

A década de 1940 lhe será repleta de Sérgio Buarque de Holanda. É ainda em 1945 que aparece *Monções*, o qual “mostrava um outro lado dele”, não o do ensaísta, mas decerto o do “historiador apaixonado pela cultura material”. É *Monções*, ao lado de *Índios e mamelucos na expansão paulista*, que segue elencado por Antonio Candido entre as prestigiosas influências intelectuais – Audrey Richards, Claude Lévi-Strauss, Karl Marx, Robert Redfield, por exemplo – atuantes sobre a pesquisa que lhe valerá a tese de doutorado, intitulada *Os parceiros do Rio Bonito* (1954) e publicada como livro homônimo, sem maiores retoques, uma década depois. Em dedicatória constante no exemplar da segunda edição de *Os parceiros do Rio Bonito* destinado a Sérgio Buarque, hoje pertencente ao acervo deste último, abrigado na Unicamp, leem-se as seguintes linhas penhoradas:

Caro Sérgio: relendo este livro para a correção de provas, fiquei impressionado ao ver o quanto ele é influenciado pela sua obra, sobretudo *Bandeirantes e mamelucos* e *Monções*. Eu já sabia disso, é claro, e o digo no prefácio; mas a impregnação é maior do que eu pensava. A culpa não é sua. Mas o que ele tiver de aproveitável será devido a isto. Esta a razão de empurrar uma simples reedição, que vai melhorada (para mim) pela capa de Ana Luísa [Escorel, *designer*,

filha mais velha de Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza]. Afetuoso abraço etc. (*Apud* Monteiro, 2018, p. 14, nota de rodapé).

Em 1946, Sérgio regressa a São Paulo, depois do quarto de século por ele denominado “interlúdio carioca”, para assumir ali a direção do Museu Paulista, dando início então à verdadeira intimidade entre ambos. *Índios e mamelucos...* aparece em 1949, na *Revista do Museu Paulista*, e é mais tarde incorporado como capítulo inicial de *Caminhos e fronteiras* (1957). A ideia deste último livro enseja em Candido a lembrança de uma sua iniciativa pela qual nutria “grande ufania”: lamentando que “este e outros notáveis estudos de Sérgio ficassem pouco acessíveis, em publicações especializadas”, sugeriu ao amigo Otávio Tarquínio de Sousa, amigo também de Sérgio, “que o estimulasse a compor com alguns deles um volume para a famosa Coleção Documentos Brasileiros” – inaugurada justamente por Sérgio Buarque em 1936, com a publicação de *Raízes do Brasil*, quando dela ainda à frente o Sr. Gilberto Freyre –, já dirigida por Otávio. Falou-se então com José Olympio, e o convite foi devidamente feito a Sérgio, que não houve por bem declinar. Essa é a história de como teria vindo ao mundo *Caminhos e fronteiras*, “que forma com *Monções* um par admirável dentro da orientação a que aludi, de estudos históricos vinculados pela cultura material e a ocupação do espaço” (Candido, 1983, p. 133).

O conviver e a partilha

A essa altura, Candido diz seguro, a amizade contraída estava mais do que consolidada, e a convivência seguiu constante até ser finalmente interrompida no ano da morte de Sérgio em abril de 1982. A esse respeito, Francisco de Assis Barbosa (1988, p. 35) é de pleno acordo: a despeito da diferença de idades, Antonio Candido se tornou, sim, grande amigo de Sérgio Buarque, “amigo dos maiores, e posso mesmo afirmar, dos prediletos dentre os da geração posterior à dos modernistas”. Para uma amostra do nível daquela amizade e conformidade intelectual, a quantas andavam, Candido menciona “noites e noites sem fim” nas quais, às expensas da hospitalidade de Maria Amélia – esposa de Sérgio –, debatiam “Gregório de Matos, os arcades, teoria literária, que naquele momento sofria influência do *new criticism*, de que ele se tornou grande conhecedor, inclusive reunindo uma biblioteca de crítica moderna, que depois me deu de presente” (1983, pp. 132-133). Não por acaso, Candido dedicará ao casal o seu livro *Literatura e sociedade*, em 1965, e Maria Amélia, por sua vez, há de confiar justamente a ele, ao cabo de 1988, isto é, mais de seis anos após a morte de Sérgio Buarque, os originais inéditos do marido concernentes àqueles temas, os quais Candido então reúne, estuda e organiza sob o título *Capítulos de literatura*

colonial (1991). Sérgio, que em meados dos anos 1950 já havia tecido elogios a Antonio Candido – “um dos espíritos críticos mais atilados que o Brasil hoje possui” (1996, p. 196) –, há de lhe dedicar também o longo ensaio “Gosto arcádico”, saído na *Revista Brasiliense* em 1956, mais tarde reformulado e compilado em *Tentativas de mitologia* (1979, pp. 241-271)³. Já em 1957, Candido informa prefacialmente ao leitor da primeira edição de *Formação da literatura brasileira* que este havia sido entregue à leitura de amigos, Sérgio Buarque de Holanda incluso, livro por todos bem recebido (1959, p. 10). O crítico revelará ainda uma pitoresca correspondência entabulada entre eles ao longo daquele decênio, cujos documentos ainda hoje, ao que consta, não foram dados ao trato, nem sequer a conhecer.

O caso foi que estando ele ensinando na Itália, onde ficou de 1952 a 1954, eu resolvi lhe escrever uma carta como se fosse de trezentos anos antes, mas dando notícia de coisas presentes. A linguagem era aquela tosca e irregular das Atas da Câmara, Autos de Visitação, etc. Havia problemas difíceis de resolver, como, por exemplo, dar uma notícia sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade, nosso grande amigo, que era mineiro, mas Minas ainda não existia... Então inventei a fórmula: “natural de Cappitania das Minas que estão para se achar”. Anoto isso para contar a grande inventividade dele na resposta. Esta veio em mãos, trazida por um amigo comum que viajava de avião. De que maneira relatar este fato no século XVII? Sérgio escreveu: “He portador desta Dom Paulo Dalmeida que se passa a esa Comquista na máquina Pasarola, que ha de inuentar a seo tempo o Padre Berto Lameu de Guzman da villa de Santos nessa marinha”. Daí se desenvolveu uma correspondência que, devo dizer, era bastante picante. Mas a certa altura eu não aguentei o tranco, porque estando em Nova York, creio que em 1966, ele me respondeu em inglês do século XVII! De outra feita, quando estava no Chile, mandou em versos uma admirável Carta Chilena [1963], que Manuel Bandeira publicou, porque ele lhe mandou cópia (é a única divulgada). E mais tarde chegou a mandar uma em latim, desnortando completamente a minha capacidade que parava no português de Piratininga seiscentista (Candido, 1983, p. 133).

Declarações como essas, em que avulta a figura estupenda do intelectual, são recorrentes nos escritos de Candido, dedicados às dúzias, vida afora, tanto à pessoa como à obra do amigo paulistano. Não à toa um Antonio Candido maduro – ainda, todavia, com a peremptoriedade própria dos arroubos da juventude –, pontuando, enfático, quase toda palavra da primeira oração seguinte, viesse a afirmar catego-

3. Nicodemo (2018, p. 113) informa 1957 como ano de publicação de “Gosto arcádico”, que saiu, todavia, na *Revista Brasiliense*, n. 3, jan./fev. 1956, pp. 97-114. Sua versão aumentada, em *Tentativas de mitologia*, conteria as “únicas referências explícitas” que Sérgio Buarque fizera a *Formação da literatura brasileira*.

ricamente: “O Sérgio Buarque de Holanda foi/ o/ homem/ mais/ culto/ que eu/ já/ vi/ na/ minha/ vida. Eu nunca vi um fenômeno igual” (2005). Não somente a magnificência de seu conhecimento, chamava atenção também a complexidade de Sérgio; o contraste excepcional entre a cultura portentosa de catedrático e a extroversão desinibida de malandro. Sérgio parecia o cúmulo do oxímoro: “Ele era um erudito extraordinário e muito inclinado à molecagem. Ele era um camarada de uma seriedade intelectual fora do comum e um gozador de marca maior”⁴. Os depoimentos orais concorrem, portanto, àquele mesmo destino que ganha corpo e sentido em forma de letras. Expressivos como são, eles têm, no entanto, qualquer coisa de trivial no aspecto, quando ensaiam constituir a personalidade de outrem, no caso, um amigo íntimo.

“O homem é um feixe de contradições – eis um clichê de biógrafo”, sentencia o historiador Peter Gay (1990, p. 135). Nada se afigura mais fácil, nada é mais comum, assevera, do que traçar pares de antíteses e, enfeixando-os paralelamente, dizer que compõem o retrato acabado do homem⁵. Velho ramerrão em narrações da vida e da morte, tão recorrente quanto a noção goethiana de que cada obra configura uma espécie de fragmento autoconfessional, a ideia da reflexão da personalidade na obra – obra que, por isso mesmo, pode ser “também vária e complexa”, como Candido observa a propósito de *Raízes do Brasil* (1988, p. 63) – denota que esta espelharia o seu autor simplesmente por ser o seu autor, indiferente a um sentido mais denso quanto à agência e ao esforço literários de sublimação das estruturas. Subsidiado ou não por tais premissas, foi Antonio Candido quem primeiro vislumbrou na estrutura de *Raízes do Brasil* sua construção “sobre uma admirável metodologia dos contrários” ([1967] 2016, p. 359), após lhe comentar determinado excerto; a impressão de seu uso da proposição fundamental dialético-real tomada de empréstimo da filosofia de Hegel – para quem, sabe-se, a contradição move o mundo, todas as coisas contradizem a si mesmas –, não desacompanhada dos conceitos de tipo da sociologia weberiana, emparelhados segundo uma fórmula algo esquemática (patrimonialismo-burocracia, caudilhismo-liberalismo etc.), porém camuflada pela elegância estilística a envolver, fluente e concisa, uma descrição crítico-sociológica original da sociedade brasileira, consubstanciada nesse primeiro ensaio de Sérgio Buarque.

4. Depoimento oral de Antonio Candido no documentário *Raízes do Brasil* (Santos, 2004). Há nesse seu comentário uma aparente remissão ao conceito de “equilíbrio de antagonismos” manejado por Gilberto Freyre, que tomara de empréstimo, por sua vez, aos autores ingleses novecentistas – que o finado crítico, aliás, não desconhecia.

5. A propósito, contudo, de um perfil traçado de Oswald Andrade, Antonio Candido concordava ser “banal dizer de alguém que é dividido, porque no fundo todos somos. Mas há divisão e divisão” (1993, p. 35).

A idealização heroica e a hipóstase do amor

Ainda hoje não parece demais pontificar: é devida sobretudo a Antonio Candido a franca recepção de *Raízes do Brasil*. Ou, como queiram porventura, de um seu viés. Deve-se a esse intelectual mineiro, radicado em São Paulo, a preeminência da vertente a partir da qual se amontoou positivamente a fortuna crítica do clássico de Sérgio Buarque, se contada da segunda metade da década de 1960 em diante. Seu prefácio de 1969, intitulado “O significado de *Raízes do Brasil*”, assumiu com o tempo, e talvez inadvertidamente, uma função propedêutica tal qual a da clave em uma partitura; nele, Candido parece ter atuado como um tipo de *souffleur* – o “ponto”, como se designa tal profissional em português, utilizando-se aqui terminologia artística –, aquele que, dos bastidores, sopra ao ator no estrado as falas de seu próprio roteiro. Logo, arrisca-se dizer mais: Antonio Candido foi decisivo para a sacração do livro – e, decerto, a de seu autor – como clássico entre as “formas gigantes” (“*Giant forms to the public*”, na expressão poética de William Blake) da literatura nacional não ficcional.

O esforço de Antonio Candido em dissociá-lo de qualquer vinculação ao autoritarismo, dado o pouco apreço original de Sérgio Buarque pelo ideário liberal-democrático (Waizbort, 2016 e 2011; Johnson, 1995, pp. 168-172; Ribeiro, 2018) – sentimento de suspeita típico do período entreguerras –, não parece ter sido menor do que o do próprio Sérgio. Alguns artigos seus, cujos títulos são bastante sugestivos, dão conta dessa cumplicidade e tentativa: “Sérgio em Berlim e depois”, “Sérgio, o radical”, “Radicalismos”, “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”, “Minha amizade com Sérgio”, entre outros. E ambos tiveram êxito nisso, como hoje se deve reconhecer, conquanto Sérgio Buarque tenha definitivamente se valido, para tanto, menos do contributo retrospectivo de um *Espírito do tempo*, e mais de uma trama de automistificação metodicamente entrelaçada a muitas mãos, côncias disso ou não.

Há, todavia, circunstâncias de sua vida ainda hoje pouco ou nada exploradas, embora possivelmente esclarecedoras. O que se sabe, por exemplo, dos seus anos de graduação, levada a cabo no Rio de Janeiro do primeiro meado do século anterior? O que se preservou de seus dias “involuntariamente” despendidos nas salas de aula da Faculdade Nacional de Direito? O que se conhece a seu respeito quanto à dúzia e meia de meses vividos como correspondente na Alemanha, quando dos estertores da República de Weimar? O que há de registrado desde o seu retorno, meio forçado pela vitória da Revolução de 1930, até constranger-se à revisão, em 1948, de seu primeiro livro, para si crescentemente incômodo? Depreende-se de sua fortuna biográfica “relativamente pouco”, muito pouco, é o que conclui o historiador Sérgio da Mata (2016, p. 73). Teriam os livros de Weber e as lições de Meinecke, “como reza o velho *topos* dos estudos sergianos, e como afirmou o próprio Sérgio”, indicando-lhe “novos

caminhos”, deixado marcas em sua *Teoria da América*, de cujos esboços teria advindo *Raízes do Brasil* mais tarde? “Não se trataria, antes, de uma tentativa de mitologia?”, indaga-se da Mata (2016, p. 73).

No que tange a Friedrich Meinecke, o historiador mineiro coloca em dúvida as lições dele tomadas. Após pesquisar na Staatsbibliothek zu Berlin os *Vorlesungsverzeichnisse* de 1929-1931, isto é, o compilado de cursos universitários semestralmente oferecidos durante o período em que Sérgio esteve na capital da Alemanha, o que descobriu não o deixou convencido de que “Herr Hollander”, longe da condição de aluno regular da então chamada Friedrich-Wilhelms-Universität, tenha tido acesso, não obstante, a qualquer uma das sessões dos quatro cursos ministrados por Meinecke no período. Nada impede que ele possa ter assistido a uma ou outra conferência naqueles dias, condescende. Porém, “frequentar preleções ou seminários do grande historiador das ideias, ainda que ‘sem regularidade’, parece ser praticamente impossível” (Mata, 2016, p. 74). Corroborar sua descrença o fato de que, em 1936, “Meinecke publicava então seu último grande livro, *O surgimento do historicismo*” (2016, p. 73), justamente no ano em que vinha a lume *Raízes do Brasil*, o exato oposto, em sua construção e concepção, da historiografia historicista de que Meinecke foi, talvez, o último grande representante e defensor, ainda segundo da Mata. Em sua busca da “Alemanha secreta” – uma alusão irônica à expressão *geheimes Deutschland*, cunhada pelo poeta Stefan George – em *Raízes do Brasil*, livro “meio alemão” de que fala Antonio Candido, Sérgio da Mata suspeita que a única obra de Meinecke que Sérgio Buarque parece ter lido, anteriormente à publicação de seu primeiro ensaio, foi porventura *Weltbürgertum und Nationalstaat*, de 1908, a qual se encontra em sua vasta biblioteca conservada pela Unicamp e que conteria apenas um único trecho grifado, “algo bastante incomum”, se se considerar o intenso manuseio da maioria de seus livros.

Já quanto a Max Weber, Sérgio Buarque se gabava – um tanto como Freyre, nos idos da década de 1920, em relação a James Joyce – de ter sido o primeiro brasileiro a citá-lo em um trabalho qualquer. Aos olhos de Sérgio da Mata se torna, entretanto, “cada vez mais difícil, hoje, subscrever leituras como as de Brasil Pinheiro Machado [...] e Pedro Meira Monteiro [...], que apostavam no weberianismo do livro”, pois, ainda na sua opinião, “quem quer que esteja atento aos fundamentos intelectuais e filosóficos da obra de Weber sabe que ele sempre se situou no polo oposto da *Lebensphilosophie* e de todo irracionalismo” (2016, p. 64), cujos componentes restaram demonstrados menos ou mais abertamente por João Kennedy Eugênio (2011) e Leopoldo Waizbort (2011), em contraposição à tradicional exegese progressista que tem no crítico Antonio Candido o seu primeiro ou mais alto prócer. A este, a bem da verdade, não passou despercebido o caráter dito arbitrário e perigoso desse contexto e atmosfera históricos, dos quais o moço Sérgio respirou os ares,

sem no entanto ignorar o que de pernicioso havia naquele ambiente – “a duvidosa caracteriologia de Ludwig Klages”, “o caldo cultural que podia ir de conservador a reacionário, de místico a apocalíptico”. Face a tudo isso, Sérgio incrivelmente não soçobra, passará incólume: “a retidão de seu espírito, a jovem cultura já sólida e os instintos políticos corretamente orientados” hão de levá-lo a um produto surpreendente – porque “despojado por ele de qualquer traço de irracionalidade” –, para o qual tirou elementos com vistas a “uma fórmula pessoal de interpretação progressista do seu país, combinando de maneira exemplar a interpretação desmistificadora do passado com o senso democrático do presente” (Candido, 1982, pp. 7-8). Sérgio não se deixara contaminar, portanto, por quaisquer tendências de “renovação reacionária do idealismo objetivo”, sobretudo a “filosofia da vida” e a “psicologia realista” de Dilthey, elencadas por Lukács (2018, p. 48) entre as mais adequadas à satisfação das necessidades ideológicas da burguesia imperialista alemã, ao cabo do século XIX, do que propriamente o neokantismo liberal. Quem pode sobressair assim o faz porque dotado de “uma consciência democrática, como era e sempre foi” o seu caso. São estas impressões de Antonio Candido, tenha-se sempre em mente.

A historiadora Emília Viotti parece participar, em todo caso, desse entendimento precursor, quando, ao discorrer sobre “a grandeza de Sérgio”, aponta que ela residiria “sobretudo no sentido democrático, que o leva a antecipar a entrada do povo na história” (Costa, 2015, p. 221). “A reação de Sérgio contra esse ponto de vista conservador, que induzia o observador à passividade”, ora no escrutínio de Leandro Konder – filósofo marxista também alinhado, ao que consta adiante, àquela concepção –, “consistiu em reexaminar de um ângulo energicamente crítico o panorama da nossa história, para enxergar as manifestações de movimentos subterrâneos em áreas culturais nas quais se negava a existência de qualquer movimento significativo” (1991, p. 63). Sérgio lhes parecia, enfim, ter naturalmente assumido as “boas posições políticas”, sem jamais vacilar se instado a defrontar-se com as consequências de suas tomadas de decisão. Tanto que chegou a ser detido em 1932, dizem, encontrando-se no Rio, por se postar decididamente, bom paulistano que era, ao lado da Revolução Constitucionalista contra o governo de exceção (Candido, 1982, p. 9; 1998, pp. 81-89). O próprio Sérgio, certa feita, narrara o imbróglio à esposa, provendo-o até com mais detalhes, à guisa de depoimento policial: que estando no Rio de Janeiro, “na turma dos boatos e da torcida revolucionária”, acabou preso, “soltando vivas a São Paulo, em pleno Mangue”; que “no meio de um grupo de onde constavam Otávio Tarquínio de Sousa, Tristão da Cunha, Ribeiro Couto”, todos comboiavam “o escritor francês Luc Durtain” (Holanda, M. A., [1979] 2006, p. 433).

O episódio causa espécie, mesmo assim reduzido a poucas linhas, menos por uma sua eventual repercussão do que pelo seu desconcertante anacronismo. Pois,

a se julgarem verdadeiras as teses de que *Raízes do Brasil* seria “fruto de uma insatisfação que gerou a revolução [de 1930] e não vice-versa” (Matos, 2006, p. 153; Matos, 2008; Feldman, 2016, pp. 197-254), de que o seu autor, se não cooptado, fora atraído pelo seu “aspecto falsamente revolucionário” (Leite, 2002, pp. 380-381), como explicar, então, que, anos antes, o jovem intelectual se deixasse aprisionar em cárcere, na condição paradoxal de apoiador do próprio regime? O empreendimento de uma busca exaustiva por notícias veiculadas nos periódicos cariocas da época, compreendidas no interstício em que se desdobraram os conflitos da Guerra Paulista, não recompensou o esforço despendido com nenhum achado passível de confirmar o relato da prisão de Sérgio Buarque de Holanda, devida a motivações políticas. A pesquisa veio a se dar, no entanto, com um recorte no mínimo curioso, publicado no *Jornal do Brasil*, edição do dia 14 de agosto de 1934, intitulado “Conflito num bar: muita pancadaria e três pessoas feridas, uma das quais gravemente”. Preservadas a grafia da época e a pontuação original, a cena abaixo é, por sinal, algo aparentada àquela que as memórias de Sérgio puderam então ditar à esposa – um grupo carioca, uma ocasião entusiasmada, a pessoa de um estrangeiro:

O bar do arraial, á rua do Lavradio n. 202, teve no começo da madrugada de ontem momentos de grande agitação.

Após já ter estado em outros estabelecimentos, um grupo de rapazes que comemorava uma data íntima, ali foi ter. Sentaram-se os recém-chegados a uma mesa e pediram lhes fossem servidas bebidas.

A princípio o Sr. Manuel Rocha, co-proprietario do bar, relutou em atende-los prevendo acontecimentos desagradáveis, mas finalmente acedeu e as bebidas foram trazidas pelos garçons para a mesa dos alegres freguezes.

Momentos depois, conforme iam esvasiando as garrafas, os animos dos componentes do grupo iam tambem se exaltando e o Sr. Rocha, receioso, depois de chama-los á ordem varias vezes sem ser atendido, pediu o auxilio da polícia do 12° distrito, que mandou ao local o soldado n. 138 da 4ª companhia do 1° batalhão.

Este ao chegar ao local foi logo agredido pelo grupo e chamou em seu auxilio o colega n. 116 da mesma companhia e batalhão e o guarda civil n. 609.

Dispostos a resistir á ação policial, os rapazes enfrentaram os dous soldados, o guarda civil e ainda o 2° Tenente da 2ª linha do Exército Napoleão Fernandes de Souza, estabelecendo-se formidável conflito que só cessou com a intervenção do comissário Virgílio e outros policiais. Serenados os animos verificou-se que um dos brigões, o jovem Brydon Taves, norte americano, empregado da United Press estava com o craneo fraturado em consequencia de violenta quéda, o Tenente Napoleão tinha o olho direito contundido e o soldado n. 116 recebera também algumas contusões.

Os outros companheiros de Brydon, que eram o jornalista Amadeu Amaral Filho, morador á rua Candido Mendes n. 57; José Pontes de Moraes, residente na mesma casa e o advogado Sérgio Buarque de Hollanda, domiciliado á rua Maria Angélica n. 39 foram autoados na delegacia do 12º distrito, pelo delegado Jayme Praça, tendo prestado as respectivas fianças. Brydon, depois de socorrido no Posto Central de Assistencia, foi removido para o Hospital dos Estrangeiros⁶.

No dia 12 de outubro de 1935, a seção “O Direito e o Fôro” de *O Jornal* – para o qual, durante o biênio 1929-1930, Sérgio enviava reportagens como correspondente em Berlim, a convite de um dos donos, o futuro magnata das comunicações Assis Chateaubriand –, que não dera notícia de sua prisão no ano anterior, divulgará, nada obstante, a absolvição do trio, por sentença do então juiz da primeira vara criminal do Rio de Janeiro, “dr. Nelson Hungria”, que chegaria, dali a menos de duas décadas, a ministro do Supremo Tribunal Federal. Sérgio Buarque talvez não contasse com a mesma “sorte”, caso a ação penal em que figurou como réu não houvesse sido distribuída àquele magistrado, futuro “príncipe dos penalistas brasileiros”. Pois logo abaixo da notícia de sua absolvição, consta extrato semelhante de uma decisão desta vez de lavra do juiz da segunda vara criminal, mediante a qual “foi condenado” um certo “Benedicto Corrêa de Souza a dois meses de prisão, porque no dia 17 de julho de 1935 [ou seja, menos de três meses antes], entrou no botequim da Praça Serzedello Correia n. 27 e promoveu desordem, e preso resistiu à prisão”.

Reitere-se que não recai sobre Antonio Candido a autoria da história sobre o “crime de lesa-majestade” eventualmente cometido por Sérgio Buarque em 1932 – é partícipe apenas da divulgação do suposto ilícito heroico (e não apenas Candido: vide, por exemplo, Monteiro, 2012, p. 415). A ele se deveriam, antes, outras “invenções” a respeito do amigo, como Wanderley Guilherme dos Santos o adivinha⁷. Pedro Monteiro e Lilia Schwarcz (2016, pp. 20-21) também insinuaram algo nesse sentido, ao compará-lo ao controverso personagem homônimo do conto “Pierre Menard, autor del Quijote”, de Jorge Luis Borges, publicado em 1939, no qual sobressai uma metafísica da criação e reprodução do fenômeno literário. Isso posto, à guisa de Borges, poder-se-ia atribuir a Antonio Candido a autoria de *Raízes do Brasil*, conforme a pergunta retórica de João Kennedy Eugênio? (2011, pp. 395-399). Valendo-se de um autor alemão, Müller-Freienfels, o próprio Antonio Candido

6. Notícia não assinada e intitulada “Conflito num bar: muita pancadaria e três pessoas feridas, uma das quais gravemente”. *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1934, seção Na Polícia e nas Ruas, p. 13.

7. “Sérgio Buarque de Holanda? O do livro *Raízes do Brasil* é uma invenção do Antonio Candido. O Sérgio da História geral da civilização brasileira é muito bom, mas não é esse que se vende por aí.” (*Apud* Gaspari, 1994, p. 42).

advogava que, mesmo considerando-se “*a priori* metafísico o valor artístico, só de modo sociológico é possível elucidá-lo nas suas formas concretas particulares – pois nas sociedades civilizadas a criação é eminentemente relação entre grupos criadores e grupos receptores de vários tipos” (2006, p. 82). Em prefácio à quarta edição de *Raízes do Brasil*, Candido aludia ao devir do livro durante o “período mais transformador dos estudos sociais no Brasil”, o qual teria sido atravessado pelo livro com certo desembaraço até finalmente despontar como o clássico que então se tornou; e introduzia, logo em seguida, as ditas razões de uma tal destreza e incolumidade ([1963] 2016, pp. 351-353). É também de Antonio Candido – cuja clarividência se tornou de instantâneo parte integrante e há muito indissociável da obra na forma de um segundo prefácio, o aludido “O significado de *Raízes do Brasil*”, que nela passou a constar desde a quinta e última edição revisada – a autoria do sintagma “clássico de nascença” ([1967] 2016, p. 356), o qual, nos últimos tempos, tem dado o que falar em meio àqueles que se devotam a uma ou outra produção ensaística da década de 1930 em especial.

Raízes do Brasil nasceu mesmo um clássico? A expressão “clássico de nascença” parece sugerir que o seu reconhecimento por um grande público – ou, quando menos, por um público experimentado – se dera algo autônoma e imediatamente. O historiador Ronaldo Vainfas (2010, p. 556) refuta um seu possível acolhimento nesse sentido, ao mais tarde constatar que o livro, a bem da verdade, esperaria anos para alçar voo: “A segunda edição (ampliada e muito modificada) de *Raízes* saiu em 1948 pela José Olympio, doze anos após a publicação original”; as reedições subsequentes, relembra, foram igualmente “lentas (1956, 1962) e só deslancharam depois da quinta edição (1969), ano em que Sérgio Buarque se aposentou da USP”. Em uma significativa nota de rodapé, Vainfas ainda cuidou de cotejar o seu desempenho a nível editorial face a *Casa-grande & senzala*: bastante “modesto”, deduz em desfavor do primeiro. As primícias de Gilberto Freyre⁸ logo conheceram reedição três anos depois de seu lançamento. Ao mesmo passo em que *Raízes do Brasil* alcançava sua quinta e última edição revisada, há quase exatos cinquenta anos, *Casa-grande & senzala* atingia já a marca considerável de catorze edições.

Quanto a traduções, *Raízes* recebeu versões em italiano (1954), espanhol (México, 1955), japonês (1971), enquanto o autor era vivo, e mais três póstumas: chinês (1995), alemão (1995) e francês (1995) [e inglês (2012)]. *Casa-grande & senzala*, por sua vez, recebeu inúmeras

8. Saídas em 1933 pela Livraria Schmidt Editora e que passarão, mais tarde, a ser reimpressas pela editora José Olympio, a mesma por que surgiu *Raízes do Brasil*, cabeça de coleção impressa sob os auspícios do próprio Freyre.

traduções desde 1942: espanhol, inglês, francês, alemão, italiano, polonês, húngaro, romeno, japonês. Em 1971 havia já nove traduções do livro (Vainfas, 2010, p. 556).

Casa-grande & senzala é que teria sido, na linguagem corrente, um verdadeiro livro arrasa-quarteirão logo de partida. De tal modo que, em um tratado sobre a história dos impressos no país, o brasilianista Lawrence Hallowell (2017, p. 489) houve por bem situar Gilberto Freyre entre os literatos mais bem-sucedidos na década de 1930, ao lado de Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Vinícius de Moraes, para citar aqui apenas os escritores de maior vulto e relevo aos olhos hodiernos. O próprio Antonio Candido ([1967] 2016, p. 356) chegou a externar que o jovem leitor talvez não mais fosse capaz de adivinhar “a força revolucionária, o impacto transformador” que *Casa-grande & senzala*, “este grande livro”, produziu de imediato sobre a juventude intelectual a eclodir no primeiro meado daquela década politicamente efervescente. O assim conciso, curto, discreto *Raízes do Brasil* repercutiria bem menos na imaginação dessa mesma mocidade. De sorte que o exercício comparativo de Vainfas, trazido a efeito com vistas à demonstração da recepção crítica de ambos os volumes no decorrer dos últimos oitenta anos, o leva, pois, a concluir — com algo de cabal no tom: “o fato é que a obra de Sérgio Buarque de Holanda, incluído o *Raízes do Brasil*, custou a ser incorporada pela pesquisa histórica brasileira” (Vainfas, 2010, p. 556; Nicodemo, 2016, p. 160).

Daí surpreender a asserção de Laura de Mello e Souza, em prefácio ao segundo livro de Sérgio Buarque, *Monções* (1945), o qual teria surgido no desvio do rastro do “grande sucesso” obtido pela sua obra anterior (2014, p. 19). Ora, Laura mesma figurou entre os já célebres entrevistadores reunidos em meados de 1981, no Museu da Imagem e do Som, por ocasião do depoimento de Sérgio Buarque na série idealizada por Boris Kossoy, então diretor do MIS. Ali ouviu dele próprio, portanto, que o seu primeiro livro não teve lá esse sucesso todo: “custou muito a ter uma reedição, que só veio em 1947 [ou seja, dois anos após a publicação de *Monções*]” ([1981] 2004, p. 6)⁹. Sérgio Buarque dizia ter a impressão de que foi, antes, o prefácio escrito pelo pai de Laura de Mello e Souza, Antonio Candido, que “deu sorte” a *Raízes do Brasil*, pois a partir daí “o livro passou a ter muita reimpressão, às vezes duas por ano.” ([1981] 2004, p. 6).

Se é certo que um autor tem consciência plena de sua obra tão somente quando esta se lhe é arrostada por meio da reação do público — condição por excelência para que conheça “a si próprio, pois esta revelação da obra é a sua revelação” (Candido,

9. A propósito de *Monções*, o sintagma “clássico de nascença”, Candido acabou por fazer escola entre os seus. Afinal, com a mesma locução — embora com uma leve variação — Laura de Mello e Souza também qualificará o referido livro (2014, p. 36).

2006, p. 84) –, a crítica lograda por *Raízes do Brasil* ao tempo em que trazido ao público de 1936 manifestará um Sérgio Buarque de Holanda essencialmente diverso do democrata radical desenhado pelo amigo n^o “O significado de *Raízes do Brasil*”, de 1969. Dá-se uma amostra: em uma longa recensão publicada no dia 7 de novembro de 1936, na seção “Registro Literário” do *Jornal do Brasil*, assinada pelo já imortal à época Múcio Carneiro Leão (1936, p. 8; Eugênio, 2016, p. 431), este aduz que “seria difícilimo” identificar com precisão a posição política assumida pelo autor de *Raízes do Brasil*.

[...] Seu pensamento, em tal campo, me parece cheio de contradições. Em uma das páginas do livro, faz ele observar que o brasileiro tem a tendência a aceitar as ideias mais díspares, associando, em seu espírito, convicções e preceitos que, no espírito de qualquer outro povo, serão os inimigos mais ferrenhos. Parece-me que o Sr. Sérgio Buarque de Holanda incorre um pouco em sua própria observação. Assim é que o vemos, num trabalho que aparece em apêndice no livro, combater vivamente o integralismo, a propósito do Sr. Otávio de Faria. E, entretanto, na página 158 do volume o vemos sustentar sem nenhum propósito possível de paradoxo, a vantagem das tiranias. Ouçamo-lo: “É claro que um amor humano que se asfixia e morre fora do seu circuito restrito, não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios. É necessário um elemento normativo, sólido, inato na alma do povo ou implantado pela tirania para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar”.

Aí está uma maneira de falar clara e sem rebuços. Será isso o modo de pensar de um republicano? de um liberal-democrata? Ou será, antes, a maneira de doutrinar de um discípulo de Hitler? [...]

Em que pese a noção, sustentada por Candido, de que *Raízes do Brasil* teria o condão de constituir um programa ideológico potencialmente apto a dar corpo a uma política efetivamente popular, o cronista Jayme de Barros não estaria com ela de acordo, uma vez que o surpreendeu, em resenha no *Diário da Noite* de 23 de novembro de 1936, a flagrante indefinição do livro, no qual “faltam sempre as soluções” de qualquer cunho. Ao sentir que Sérgio Buarque “parece insinuar apenas o erro econômico da Abolição da escravatura, sem um preparo seguro” (1936, p. 2), Barros lhe apõe a seguinte contestação: “Ora, problemas dessa ordem nunca foram resolvidos racionalmente. Nos Estados Unidos a libertação dos escravos custou uma guerra, que nem por isso custou o seu crescimento harmônico”. Meses depois, na mesma seção e diário, Barros lamentará a falta de uma “segura orientação

sociológica”, via de regra, tanto aos antigos como aos novos pesquisadores voltados ao estudo do passado nacional e à decifração de seu futuro – figurando entre eles o Sr. Sérgio Buarque de Holanda –, os quais seguem mantendo certo círculo vicioso: os novos, após herdarem “a vasta documentação” que lhes deixaram os antecessores, continuam ainda “a expor, a indagar, a divulgar, sem descobrir conclusões precisas e claras.” (1937, p. 2).

Por sua vez, o pernambucano radicado em Minas, Oscar Mendes (1937) – espécie de Alceu Amoroso Lima do rodapé literário nas Gerais –, ressaltava a impressão de problema insolúvel com que deixava a leitura de *Raízes do Brasil*; resgatando algumas das páginas do livro resenhado, Sérgio Buarque lhe parecia um daqueles tipos que criticava em seu próprio ensaio.

Não diz o que quer e o que acha conveniente e aconselhável, obrigando a gente a formular uma grande interrogação. Será o sr. Sérgio Buarque um daqueles intelectuais “que se alimentam, ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes”, sustentando, “simultaneamente, as convicções mais díspares”? Ou terá alguma “raiz” mais vigorosa para sustentar a árvore, ou pretende revigorá-la, infundindo seiva nova, com “um galho” estrangeiro, prudente ou violentamente enxertado?

O crítico Oscar Mendes cita, nesse excerto, trechos de Holanda, [1936] 2016, p. 273. Logo, ao que aparenta, Sérgio Buarque não fora um *extemporâneo* no sentido nietzschiano, mas justamente um legítimo filho do seu tempo, a cujos contemporâneos *Raízes do Brasil* teria fornecido “indicações importantes para compreender o sentido de certas posições políticas daquele momento, dominado pela descrença no liberalismo tradicional”, a que Antonio Candido fez menção ([1967] 2016, p. 356). Ora, Sérgio era ele próprio um desses jovens incrédulos face às “invenções fraudulentas da mitologia liberal”, como sentencia na primeira edição de seu ensaio (Holanda, [1936] 2016, p. 327). Ao prefaciá-lo, Candido parecia desconhecer que a primeira edição de *Raízes do Brasil* veio a ser varrida “de passagens ou expressões que pudessem causar desconforto nos leitores mais simpáticos a uma visão liberal e democrática da política”. Por esse motivo, supõem ambos os organizadores da edição crítica de *Raízes do Brasil*, saída apenas em 2016 pela Companhia das Letras, que o prefácio de Antonio Candido talvez tenha contribuído para a estabilização da obra, “como se ela tivesse ‘nascido’ assim: pronta para o pensamento democrático e liberal” (Monteiro e Schwarcz, 2016, pp. 13 e 17).

Assinalou-se, inclusive, que o referido prefácio se converteu em uma espécie de “entidade paralela” à de *Raízes do Brasil*, ao ponto de ganhar tanto ou mais visibilidade e destaque que o livro em si (Gontijo e Franzini, 2009, p. 157), o que, de certo modo,

reforça uma opinião do próprio Candido, segundo a qual subsistiria uma estranha mania brasileira pelas coisas “sumárias e indicativas” ([1962] 2000, p. 15)¹⁰. Não ocorreu a Antonio Candido, todavia, que *Raízes do Brasil* adquirisse, no decurso de mais de trinta anos e cinco revisões ao todo, verdadeira natureza acomodatória, fruto do gestual *palinódico* de seu autor, a que Luiz Feldman (2016), com a deferência peculiar a seu ofício diplomático, prefere chamar “amadurecimento”.

Guardadas as proporções devidas, Goethe é uma amostra aproximada de tal *amadurecimento*, ao se ter notícia de que, em 1849, o centenário de seu nascimento passou quase despercebido em sua terra natal. Para então emergir e se ver alçado ao posto solene de representante nacional das letras alemãs ao fim do século XIX – não à toa em meio à consolidação do Estado-nação prussiano –, a personalidade e a obra de Goethe (ambas muito pouco ortodoxas, diga-se de passagem) tiveram de sofrer uma releitura significativa. De modo análogo, o historiador André Carlos Furtado (2014, pp. 73-75; no mesmo sentido, Carvalho, 2015, pp. 112-113) logrou demonstrar, a partir da recuperação de um sem-número de depoimentos e discursos de amigos ilustres e demais admiradores, veiculados na imprensa ao fim de abril de 1982, que a imagem de Sérgio Buarque de Holanda, à qual se renderam homenagens por ocasião de sua morte, não era senão a imagem de expoente democrático tal como debuxada por Candido – este, na ocasião, já havia muito um intelectual de nomeada – no prefácio constante na quinta e última edição de *Raízes do Brasil*, lançada em 1969, quando do apogeu da repressão perpetrada pelo regime militar de 1964.

Para fazer dele um clássico propriamente dito, talvez *Raízes do Brasil* tenha sentido, pois, a necessidade que Sainte-Beuve vislumbrou no modelo de Homero, a propósito da natureza dos livros clássicos: de se lhe atribuir “*a posteriori* um desígnio, um plano, intenções literárias, qualidades [...] que seguramente nunca lhe ocorreram, entregue que estava ao desenvolvimento abundante das suas inspirações naturais”. Contemplar o fim de tantos outros livros, sem dúvida igualmente dignos de sobreviver, mas que sucumbiram para sempre debaixo da areia das épocas, é o bastante, segundo o mesmo crítico francês, para que o espírito honesto venha a se dar conta de que essa ordenação canônica, prevalente desde então, “foi, na verdade”, artificial e seletivamente “introduzida nas nossas admirações do passado” ([1850] 2013, p. 350).

André Furtado por óbvio não credita a Antonio Candido o êxito exclusivo de conferir a Sérgio uma “outra entrada”, ao largo das muitas manifestações e leituras que “auxiliaram na concepção e formação do cânone”. No entanto, é plausível ad-

10. Comprovaria ainda a tese de que prefácios e comentários elogiosos são por vezes aptos a transferir a outrem, ainda que parcialmente, o capital do autor consagrado que o subscreve, observando-se também nisso relações de estratégia, interesses etc. (Bourdieu, 2004, p. 170).

mitir que a influência sobre as possíveis direções ulteriores que uma obra venha a assumir não deriva de um único agente *trivial*, por exemplo, o leitor comum, o qual conforma uma “abstração que só pode concretizar-se como sombra, pela via indireta e enganadora das tiragens, das vendas e dos documentos relativos à distribuição e ao consumo”, na concepção de Leyla Perrone-Moisés (1998, p. 13). Nessa arena literária em que os grupos não dispõem de isonomia no tocante aos níveis de poder, influência e autoridade para definir a realidade de um determinado livro – no caso, *Raízes do Brasil* –, isto é, não detêm “propriedade”, no sentido de Joseph R. Gusfield (1981, p. 10), esta *propriedade* não se deve, portanto, a “leituras anônimas e tácitas”, providas de “efeito inverificável e uma influência duvidosa” (Perrone-Moisés, 1998, p. 13), mas precisamente à intrínseca “leitura ativa” de um então proeminente crítico literário – Antonio Candido, claro –, que se deparou “essencial para a (re) apresentação” de Sérgio Buarque nos anos 1980, em um panorama social de lenta, gradual, mas nada segura abertura política (Furtado, 2014, p. 75). Só ultimamente a *propriedade* de Candido e seu domínio do problema *Raízes do Brasil*¹¹, por assim dizer, o poder simbólico com que dispõe sobre ele, vêm sendo reivindicados por um *público* constituído pelo livro ressurgido, compreendendo entidades e intelectuais mais ou menos devotados ao estudo do pensamento social brasileiro, como expressão em parte aproximada do que o crítico britânico Frank Kermode denominava controle institucional de interpretação (1979, pp. 72-86).

Logo, à questão suscitada quanto à possibilidade de se atribuir a Antonio Candido, um tanto hiperbolicamente, a autoria de *Raízes do Brasil*, João Kennedy Eugênio responde que lhe imputar tal condição seria de todo indevido, “se por *invenção* se quer sugerir que se trata de leitura infundada”, pois a leitura sociológica do ensaio o precede e foi empreendida, aliás, pelo próprio autor, da qual decorreram as revisões experimentadas sobretudo em 1948 e 1956, ano da segunda e terceira edições, respectivamente. Ou seja, “a leitura sociológica e progressista não é invenção de Antonio Candido” – é sua apenas a ênfase enviesada no radicalismo intempestivo do livro –, mas, sim, de Sérgio Buarque em pessoa. Eugênio então inverte o complemento: “Candido (enquanto leitor de *Raízes do Brasil*) é que é uma invenção de Sérgio Buarque” (2011, p. 399). Como se Candido personificasse, a título de ilustração, o crítico de arte de certa história futurista, que viaja de volta no tempo para conhecer as obras de um pintor nova-iorquino pelo qual é fascinado, mas lá chega a descobrir que “o pintor é um bêbado inútil, que rouba dele a máquina do tempo e foge para o

11. Em várias ocasiões, João Cezar de Castro Rocha afirma que *Raízes do Brasil* constitui um “livro-problema” com o qual os estudos históricos, literários e sociológicos devem cada vez mais e atentamente se ocupar (2004, p. 115; 2012a, p. 16; e 2012b, p. 26).

futuro”; vendo-se preso àquele tempo que não é o seu, o crítico passa então a pintar “todos os quadros que tanto o fascinaram no futuro e o fizeram viajar para o passado” (Žižek, 2012, p. 44).

No entanto, estando-se a par de tal interação, a reciprocidade assoma um tanto mais complexa e intrincada do que Eugênio parece sugerir, pois Sérgio Buarque se encontrou, a determinada altura, plenamente identificado com a imagem que Candido fizera dele retrospectivamente, o que se depreende da seguinte declaração na aludida entrevista concedida a Laura de Mello e Souza:

O fato é que o livro [*Raízes do Brasil*] foi concebido de uma maneira, e se fosse conceber outra teria que fazer um livro inteiramente novo. Mas acredito que ele ainda tem valor: o livro foi publicado em 1936, uma época muito dura para o Brasil, quase tão dura quanto a atual. E nele afirmo que uma revolução no Brasil não pode ser uma revolução de superfície: teria de ser uma revolução que levasse em conta todos os elementos mais aptos que estão por baixo. Essa é uma afirmação que já na época era difícil fazer. (Holanda, [1981] 2004, p. 10).

Ao mesmo passo em que a ponderação acima põe em xeque certa alegação de Antonio Candido, algo lastimosa – “Sérgio não me lia” (*apud* Nicodemo, 2018, p. 107) –, ela parece confirmar e até mesmo radicalizar a reiterada suposição de Leopoldo Waizbort (2007, pp. 90-112; 2002, p. 182) quanto ao “diálogo entre Sérgio Buarque e o autor da *Formação*”. Retomando, portanto, o léxico artístico utilizado no início do artigo, Antonio Candido funcionou como um tipo de *souffleur* precisamente porque o texto de *Raízes do Brasil*, já então muitas vezes revisado por Sérgio Buarque, chegou-lhe às mãos, afinal, como uma espécie de didascália. Nesse aspecto, Antonio Candido talvez não fosse, afinal, um Pierre Menard, mas, antes, um Kafka no sentido de Jorge Luís Borges: um tipo de escritor que concebe retrospectivamente os próprios precursores (Candido, [1943] 2002, p. 120).

Que o prestígio conquistado por Sérgio Buarque tenha se dado unicamente às custas de Antonio Candido ou, quando menos, do prefácio por este escrito a *Raízes do Brasil* em 1969, eis um asserto tão exagerado quanto inverossímil. Para refutá-lo, talvez bastasse apenas mencionar que bem antes, em 1958, ano do concurso de Sérgio para a cátedra de História de Civilização Brasileira da USP, outro Antonio – Soares Amora – lamentava, inconformado, que se tivesse de “exigir de homens da estatura intelectual e do saber de Sérgio Buarque de Holanda” a ordinária submissão “a um concurso de provas”. A queixa de Soares Amora, de quem Sérgio seria colega mais tarde na Academia Paulista de Letras, consta expressamente no Processo Rusp n. 757/58, mediante o qual o candidato – já ilustre, pelo visto – protocolara sua inscrição no certame (Sanches, 2011, pp. 243-244).

O amigo, um outro si mesmo

À guisa de conclusão, tomando-se como verídica a história contada por Pedro Meira Monteiro – não há razões fundadas para infirmá-la – acerca de sua última visita a Antonio Candido, quando ele e Lília M. Schwarcz foram ao seu apartamento a fim de lhe trazer a edição crítica de *Raízes do Brasil* (da qual ambos foram os organizadores). Estavam os dois algo embaraçados, “porque a edição no fundo vai contra a famosa interpretação que ele fez do amigo Sérgio Buarque”. Surpreendentemente, Candido teria vibrado com o iconoclasmo da dupla; disse-lhes, na ocasião, “com todas as letras, que afinal talvez houvesse um pouco de exagero na sua interpretação”. Contudo, à parte a nobreza com que recebia aquele presente de grego, por assim dizer, impressionou a Monteiro o teor de uma inconfidência que lhes contaria após um prelúdio meio epistêmico.

Ele nos disse primeiro que a literatura organiza as ideias, a música organiza a sensibilidade, enquanto as artes plásticas organizam a maneira de ver o mundo. Isto para contar, tão vividamente que nos comovemos, a cena, em que ele e Dona Gilda visitaram o amigo historiador, Sérgio Buarque de Holanda, já muito doente, às portas da morte. Sérgio não dizia coisa com coisa, e Candido nos conta que se perguntou então se eles tinham o direito, a despeito da intimidade, de estar ali e vê-lo naquele estado, a delirar. Mas eis que, de um golpe, Sérgio se levanta com seu chambre e começa a declamar a célebre oitava de Camões: “No mar tanta tormenta, e tanto dano,/ Tantas vezes a morte apercebida!/ Na terra tanta guerra, tanto engano,/ Tanta necessidade avorrecida!/ Onde pode acolher-se um fraco humano,/ Onde terá segura a curta vida,/ Que não se arme, e se indigne o Céu sereno/ Contra um bicho da terra tão pequeno?”. Candido a declama também, para ao fim nos dizer: a literatura lhe deu um último momento de lucidez (Monteiro, 2017).

Para além de qualquer outro sentido possível, a história acima tem o condão de revelar que, até mesmo no instante em que se viu decisivamente confrontado com a antítese de sua clássica exegese, Antonio Candido se mostrou (ou foi exibido) mais uma vez como aquele “que sabe uma porção de coisas que ninguém sabe”; feito o *senex* junguiano, arquétipo do velho sábio encarnado, “uma espécie de criador de mitos e fornecedor de rumos”, segundo uma impressão de Afonso Arinos de Melo Franco (1981, p. 102), não por acaso a respeito do então jovem graduando em direito Sérgio Buarque de Holanda. Elementar, meu caro.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Francisco de Assis. (1988), “Introdução”. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. 2 ed. Rio de Janeiro, Rocco.
- BARROS, Jayme de. (1937), “Conceito de civilização brasileira”. *Diário da Noite*, seção Espelho dos Livros, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_01/30951, consultado em 25/3/2019.
- BARROS, Jayme de. (1936), “Raízes do Brasil”. *Diário da Noite*, seção Espelho dos Livros, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_01/30951, consultado em 25/3/2019.
- BATE, Walter Jackson. (1977), *Samuel Johnson*. Nova York, Harcourt Brace Jovanovich.
- BENJAMIN, Walter ([1938] 2002), *Selected Writings: Volume 3 (1938-1940)*. Cambridge/Londres, The Belknap Press of Harvard University Press.
- BOURDIEU, Pierre. (2004), *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo, Brasiliense.
- CANDIDO, Antonio. (1998), “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”. In: CANDIDO, Antonio. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp. 81-88.
- CANDIDO, Antonio. ([1962] 2000), “Prefácio da 2ª edição”. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte, Itatiaia, vol. 1.
- CANDIDO, Antonio. (2006), *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.
- CANDIDO, Antonio. (2005), *Literatura e sociedade*. Direção, roteiro e produção de Marcia Coutinho R. Jimenez. São Paulo. Disponível em <https://youtu.be/0ygzd0gIyGg?t=670>, consultado em 18/4/2019.
- CANDIDO, Antonio. (1983), “Minha amizade com Sérgio”. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 (6): 132-133.
- CANDIDO, Antonio. ([1967] 2016), “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 351-369.
- CANDIDO, Antonio. ([1986] 2016), “Prefácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 351-353.
- CANDIDO, Antonio. (1990), “Radicalismos”. *Estudos Avançados*, 4 (8): 4-18. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8540>.
- CANDIDO, Antonio. (1993), *Recortes*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CANDIDO, Antonio. (1982), “Sérgio em Berlim e depois”. *Novos Estudos Cebrap*, 1 (3): 4-9.
- CANDIDO, Antonio. (1988), “Sérgio, o radical”. In: *SÉRGIO BUARQUE de Holanda: vida e obra*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros.

- CANDIDO, Antonio. (2002), *Textos de intervenção*. Seleção, apresentação e notas por Vinícius Dantas. São Paulo, Livraria Duas Cidades (col. Espírito Crítico).
- CARVALHO, Raphael Guilherme de. (2015), “A escrita de si de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1970 (notas para estudo)”. *Tempos Históricos*, 19: 103-119.
- “CONFLITO NUM BAR: muita pancadaria e três pessoas feridas, uma das quais gravemente”. (1934), *Jornal do Brasil*, seção Na Polícia e nas Ruas, p. 13. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/45899, consultado em 18/1/2019.
- COSTA, Emília Viotti da. (2015), *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo, Edusp.
- EUGÊNIO, João Kennedy. (2016), “Entre totem e tabu: o processo de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 431-438.
- EUGÊNIO, João Kennedy. (2011), *Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina, EdUFPI.
- FELDMAN, Luiz. (2016), *Clássico por amadurecimento: estudos sobre Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. (1981), “Entrevista”. In: MOTA, Lourenço Dantes Mota (org.). *A História vivida: documentos abertos*. São Paulo, O Estado de São Paulo.
- FURTADO, André Carlos. (2014), *As edições do cânone: da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972)*. Rio de Janeiro, EdUFF.
- GASPARI, Elio. (1994), “Uma cabeça que bate contra a maré: Wanderley Guilherme dos Santos, elitista e marginal, vencedor de causas perdidas”. *Revista Veja*, n. 1340: 40-43.
- GAY, Peter. (1978), *A cultura de Weimar*. Tradução de Laura Lúcia da Costa Braga. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GAY, Peter. (1990), *O estilo na história*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GONTIJO, Rebeca & FRANZINI, Fábio. (2009), “Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos de 1940-1960”. In: SOIHET, Rachel et al. (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GUSFIELD, Joseph R. (1981), *The culture of public problems: drinking, driving and the symbolic order*. Chicago/Londres, University of Chicago Press.
- HALLEWELL, Laurence (2017), *O livro no Brasil: sua história*. 2 ed. São Paulo, Edusp.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (2004), “Corpo e alma do Brasil: Entrevista de Sérgio Buarque de Holanda”. *Novos Estudos Cebrap*, 69: 3-14.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1996), *O espírito e a letra: estudos de crítica literária, 1948-1959: vol. II*. Organização de Antonio Arnoni Prado. São Paulo, Companhia das Letras.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. ([1936] 2016), *Raízes do Brasil*. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras.
- HOLANDA, Maria Amélia Buarque de. ([1979] 2006), “Apontamentos para a cronologia de

- Sérgio Buarque de Holanda". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 421-446.
- JOHNSON, Randal. (1995), "A dinâmica do campo literário (1930-1945)". *Revista USP*, (26): 164-181.
- KERMODE, Frank. (1979), "Institutional control of interpretation". *Salgamundi*, 43: 72-86.
- KONDER, Leandro. (1991), *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- LEÃO, Múcio. (1936), "Registro Literário". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8.
- LEITE, Dante Moreira. (2002), *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 8 ed. São Paulo, Edusp.
- LIMA, Hermes. Notas à vida brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1945.
- LUKÁCS, György. (2018), *O jovem Hegel: e os problemas da sociedade capitalista*. São Paulo, Boitempo.
- MATA, Sérgio da. (2016), "Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil". *Revista Brasileira de História*, 36 (73): 63-87.
- MATOS, Júlia Silveira. (2008), "A Revolução de 1930, os intelectuais e as críticas ao personalismo: heranças da tradição do pensamento político brasileiro". *XIX Encontro Regional de História – ANPUHS. Poder, violência e exclusão*. São Paulo, Edusp.
- MATOS, Júlia Silveira. (2006), "O intelectual e a obra *Raízes do Brasil*: uma discussão historiográfica". *Biblos: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*, vol. 19, pp. 151-170.
- MELLO E SOUZA, Laura de. (2014), "Prefácio: estrela de uma vida inteira". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 15-37.
- MENDES, Oscar. (1937). "Raízes do Brasil". *Folha de Minas*, seção A Alma dos Livros. Disponível em: pasta 61, série Produção de Terceiros, Álbum de Resenhas sobre *Raízes do Brasil*, preparo de Cecília Buarque de Holanda, entre 1936 e 1938. SIARQ/Unicamp Fundo Sérgio Buarque de Holanda. Consultado em 27/09/2018.
- MONTEIRO, Pedro Meira. (2018), "A necessária clareza de Antonio Candido". *Revista Maracanã*, 18: 13-17.
- MONTEIRO, Pedro Meira. (2017), "Literatura contra a morte". Disponível em <https://meira-monteiro.com/literatura-contr-a-morte/>, consultado em 15/2/2019.
- MONTEIRO, Pedro Meira. (org.). (2012), *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: Correspondência*. São Paulo, Companhia das Letras/Instituto de Estudos Brasileiros; Edusp.
- MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lília Moritz. (2016), "Uma edição crítica de Raízes do Brasil: o historiador lê a si mesmo". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras.
- NICODEMO, Thiago Lima. (2018), "Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda". *Revista USP* (118): 105-116. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i118p105-116>.
- NICODEMO, Thiago Lima. (2016), "Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diá-

- logo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Brasileira de História*, 36 (73): 159-180.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. (1998), *Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica dos escritores modernos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Douglas Carvalho. (2018), *As raízes antiliberais de Sérgio Buarque de Holanda: Carl Schmitt em Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- RINGER, Fritz. (2002), *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã (1890-1933)*. São Paulo, Edusp.
- ROCHA, João Cezar de Castro. (2004), *O exílio do homem cordial*. Rio de Janeiro, Museu da República.
- ROCHA, João Cezar de Castro. (2012a), “*Raízes do Brasil*: biografia de um livro-problema”. In: MARRAS, Stélio (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Edusp/ Instituto de Estudos Brasileiros.
- ROCHA, João Cezar de Castro. (2012b), “Sérgio Buarque e Gilberto Freyre: Raízes de uma rivalidade literária”. *Dicta&Contradicta*, 9, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. (2013), “O que é um clássico?”. Tradução de Osvaldo Manuel Silvestre. *Revista de Estudos Literários*, 3: 343-358.
- SANCHES, Rodrigo Ruiz. (2011), “Sérgio Buarque de Holanda na USP”. *Revista Sociedade e Estado*, 26 (1): 241-259.
- SANTOS, Nelson Pereira dos. (2004), *Raízes do Brasil: uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*. Direção de Nelson Pereira dos Santos. Rio de Janeiro, Regina Filmes, Videofilmes, Riofilmes.
- VAINFAS, Ronaldo. (2010), “Posfácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 551-560.
- VIOTTI, Emília. (2015), *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo, Edusp.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2007), *A passagem do três ao um*. São Paulo, Cosac Naify.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2002), “Esquema (parcial) de Antonio Candido”. *Novos Estudos Cebrap*, 64: 177-188.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2016), “Inércia e Transformação Lenta”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz. São Paulo, Companhia das Letras.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2011), “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26 (76): 39-62.
- ŽIŽEK, Slavoj. (2012), *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo, Boitempo.

Resumo

Elementar: Antonio Candido, inventor do inventivo Sérgio Buarque de Holanda

Ao reconstituir, com base em diversas fontes documentais (inclusive inéditas, ao que consta), a longa relação de camaradagem entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, discorre-se, no presente artigo, sobre o papel daquele crítico literário para a ulterior afirmação de *Raízes do Brasil* no cenário das ideias brasileiras. Conclui-se que a amizade entre ambos os intelectuais foi decisiva para a sagração desse livro – e, decerto, a de seu autor – como clássico da literatura nacional não ficcional.

Palavras-chave: Antonio Candido; Sérgio Buarque de Holanda; *Raízes do Brasil*; Biografia; Clássico.

Abstract

Elementary: Antonio Candido, inventor of the inventive Sérgio Buarque de Holanda

By a partial and mainly bibliographical reconstruction of the long relationship between Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, one discusses in this article about the role of that literary critic for the further affirmation of *Raízes do Brasil* in the Brazilian ideas' scenario. It is concluded that the friendship between both intellectuals was decisive for the consecration of the book and his author, certainly, as a classic of the national non-fictional literature.

Keywords: Antonio Candido; Sérgio Buarque de Holanda; *Raízes do Brasil*; Biography; Classical book.

Texto recebido em 19/1/2020 e aprovado em 9/4/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.165804.

VINÍCIUS MADUREIRA MAIA é doutorando vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP). E-mail: vi.madureira@gmail.com

KADMA MARQUES RODRIGUES é professora permanente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS-Uece).



Coelho Netto, o “homem com profissão”¹

Rodrigo da Rosa Bordignon*

<https://orcid.org/0000-0003-2549-6594>

Introdução

*Sou um trapista do trabalho, a bête de somme dos franceses –
quero, e mourejo como um servo da gleba...
O Momento Literário (1908, p. 20).*

“Não sabem eles que o artista é o resultado de mil influências desencontradas”, assinalou Coelho Netto em 1908, durante entrevista ao *Momento literário* de João do Rio. A representação espontânea da posição de “artista” enquanto sujeito “sem vínculos nem raízes”, logo como individualidade que não pode ser compreendida sem a consideração das mais íntimas e contingenciais experiências, sempre irredutíveis umas às outras, simboliza a determinação pela indeterminação. O “ser” e o “definir-se” como “artista” envolvem, portanto, a relativização do conjunto das constrições históricas e sociais que pesam nas condições de sua constituição e realização, ao mesmo tempo que buscam afirmar os traços mais característicos de uma individualidade e sensibilidade específicos, cuja função social está no distanciamento – o artista não é apenas aquele que se esforça, mas o que possui o “dom” – e no reforço da própria

* Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil.

1. Agradeço a leitura e as sugestões de Sergio Miceli.

“representação idealista do criador como sujeito puro” (Bourdieu, 1996, p. 43). Dessa forma, a “literatura de exaltação” e a “atividade de simbolização”, que estão na base dos “processos de acumulação e reprodução responsáveis” pela sacralização de indivíduos e grupos, participam da objetivação de traços que consubstanciam determinada posição e, assim, os meios e práticas que lhe são característicos e que se impõem como exigências aos seus pretendentes (Coradini, 1998; Miceli, 2001, 2007).

Como componente de uma geração que se viu às voltas com a abolição, com a propaganda republicana e com a queda do Império, e que ao mesmo tempo logrou criar e controlar as instâncias de consagração disponíveis – “a Academia Brasileira de Letras [...], as grandes editoras (Garnier, Laemmert, Francisco Alves)”, o “acesso às sinecuras burocráticas” e toda espécie de “prebendas” associadas à literatura oficial (Miceli, 1975, p. 168) –, Henrique Maximiano Coelho Netto representa um caso exemplar do “operário das letras”, cujas experiências intelectuais e sociais flagram os processos centrais de dependência “das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação”, quer dizer, “da grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais” (*Ibidem*, p. 162), e do poder político. Combinados ou separados, esses arrimos se exprimem através de experiências as mais variadas e, ao mesmo tempo, se constituem como os invariantes que tensionam e dividem a vida intelectual e as “vocações” literárias no período em pauta.

As insígnias de consagração (membro-fundador da Academia Brasileira de Letras, “príncipe dos prosadores brasileiros”, indicação ao prêmio Nobel de literatura, autor de “copiosa obra”), que lastreiam a posição representada por Henrique Coelho Netto, designam um alvo contra o qual se insurgem os que visam a fissurar ou subverter a estrutura estabelecida. Desde o “sujeito mais nefasto que tem aparecido no nosso meio intelectual”, cuja produção literária é uma “*chinoiserie* de estilo e fraseado” (Barreto, [1918] 2017, p. 180), até alguém cujo destino é “ser comido” (Graciotti, 1928), Coelho Netto tende a aparecer como exemplar por excelência da literatura como “sorriso da sociedade”. Com produção voltada a um público leitor “que se compraz na superfície e no virtuosismo [...], em suma, fundamentalmente hedonista” (Bosi, [1970] 1994, p. 199), a crítica de época denota uma literatura “confortável, infiltrada de humorismo, sem tramas emocionais, leve e simples”, tendo como principal consequência a ausência de “um ideal literário” (Caminha, 1895, pp. 59-60), e o sacrifício da sinceridade artística em nome de uma “versatilidade estética”, de “uma complicação toda literária, sem nenhuma, ou quase nenhuma, complexidade interna” (Veríssimo, 1904, p. 7).

Os materiais que fornecem a base sobre a qual se produz a imagem de Coelho Netto não podem ser desvinculados das estratégias pessoais e familiares de gestão

de informações e representações que o colocam como fundador de uma posição: “o homem que realizou em sua época, no Brasil, o heroísmo de viver exclusivamente da pena” (Coelho Netto, 1942, p. 17). As construções sociais de sua trajetória, portanto, apresentam a característica de amalgamar a emergência da categoria de “escritor profissional” aos elementos mais diretamente ligados à definição de traços “vocacionais” que garantem o sucesso e o “pioneirismo” da empreitada coelhonetiana. Os esforços em plasmar um sistema de contornos que modulam simultaneamente o autor, a posição que ele ocupa e o espaço das posições disponíveis no qual se move têm lugar tanto nos romances “francamente autobiográficos [...] – *A capital federal*, *A conquista e Fogo fátuo*” (Daniel, 1993, p. 175), quanto nas entrevistas, memórias, homenagens, notícias necrológicas e biografias das quais Henrique Coelho Netto é objeto.

A biografia produzida por Paulo Coelho Netto, filho de Henrique Maximiano Coelho Netto, e publicada em 1942, assume, pois, um lugar central na construção dos sentidos da trajetória e na gestão da imagem do escritor, notadamente por calcar sua validade na “mímica da ciência” e expor “a fileira de documentos exumados com paciência” (Bourdieu, 2015, p. 183), “para o estudo completo da vida e da obra de Coelho Netto” (Coelho Netto, 1942, pp. 15-16). A fisionomia geral da obra se expressa nas múltiplas conexões entre os aspectos mais íntimos e raros da personalidade do escritor e seus feitos literários, suas escolhas de carreira, e a “missão” assumida, colocando em evidência a filosofia social que reivindica a “criação” como expressão irreduzível do “criador”. A literatura de celebração ganha expressividade ao ser cotejada com os romances autobiográficos de Henrique Coelho Netto, nos quais a recriação da vida intelectual do Rio de Janeiro nos dois últimos decênios do século XIX se expressa pela lupa de Anselmo Ribas. Há, pois, uma sobreposição entre o percurso e as experiências do protagonista e de seu “criador”, revelando a “sociologia espontânea” que informa as estratégias, os investimentos e as apreciações de que Coelho Netto lança mão ao retratar o meio intelectual com o qual se debateu no início de sua carreira.

Interessa, pois, o exame das experiências sociais, escolares e culturais que marcam a trajetória e são o sustentáculo das estratégias e dos esquemas cognitivos que lastreiam o trabalho e a carreira intelectual de Coelho Netto, impingindo-lhes um feitio que permite entrever os ajustamentos decorrentes dos “efeitos de posição” e dos “efeitos de atitude” (Bourdieu, 2007, p. 90). Integrante da “falange boêmia”, posteriormente reconvertido à “boêmia dourada” na pós-instauração do regime republicano (Broca, 1975, p. 20), as disposições e os meios que garantem sua afirmação e reconhecimento estão fortemente imbricados ao contexto “favorável à profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em sua forma literária” (Miceli, 1975, p. 162), e aos rendimentos desiguais que os membros dessa geração conseguem acumular em um contexto

de transformação das condições que presidem a produção literária e o acesso aos cargos disponíveis no estado.

O desafio sociológico é, portanto, contra e com a construção imagética pretensamente coerente e singular de uma trajetória, buscar a explicação às tomadas de posição nos trunfos de que estão em condições de lançar mão os agentes que participam da demarcação dessas zonas de incerteza que caracterizam as posições intelectuais, cujo traço mais evidente é que "estes postos [...] são feitos para [e por] aqueles que são e se sentem feitos" para fazê-los, sendo que a coincidência entre a "vocação" e a "missão"    quase total (Bourdieu, 2007, p. 91). Assim, dividido em duas partes, o presente texto procura, em primeiro lugar, realizar um exame cruzado do sistema de constrangimentos e das experiências familiar, escolar e cultural que são constitutivas da trajetória de Coelho Netto, para posteriormente se debruçar sobre sua carreira, suas concepções do trabalho intelectual, e as relações e investimentos que marcam suas modalidades de inserção no meio político e intelectual do período.

A "herança" e o "herdeiro"

A máxima segundo a qual a herança são existe na e pela relação com o herdeiro expressa todo seu sentido através do nexo que liga as expectativas familiares, ou seja, o "projeto de futuro" vislumbrado pela família, e os modos através dos quais o "herdeiro" se apropria delas. Em suas reminiscências, Henrique Coelho Netto destaca a "palavra a todo momento anunciada" por seu pai, por sua mãe e pelas "pessoas ótimas que se interessavam" por ele, "sempre engastada em frases severas: Olha para o futuro! Pensa no futuro" (Coelho Netto, 1927, pp. 187-188). O "futuro" aparece, destarte, como o horizonte de expectativas que ilumina os caminhos a serem trilhados pelo "herdeiro"; mas mostra-se também como "sombra", sanção aos desvios mais ef  meros, externada "ora em resmungos amuados" do pai, "ora em promessas carinhosas" da mãe (*Ibidem*, pp. 188-190). Alicerce das experiências familiares, as expectativas de futuro projetadas para Coelho Netto se veem rompidas já nos idos dos anos 1880, e se resumem na desolação da mãe com o destino do filho: "Poeta!".

Não são a mãe mas todos que souberam da "escolha infeliz" lastimaram, aconselharam-no a "não persistir naquele vício e perdição". Os "versos", por sua vez, lhe flu  am prontos, "com imagens e rimas", logo o caminho era inescapável (*Ibidem*, pp. 177-179). As pretensões de "viver das letras" produziram, nas mais diversas figuras que cruzaram o caminho de Coelho Netto, recomendações desencorajadoras. Neiva [Francisco de Paula Ney] afirma a Anselmo Ribas que "a mania das letras    perigosa e fatal", exceto se forem as "letras de câmbio" (Coelho Netto, [1899] 1985, p. 19). Serapião Ribas, tio de Anselmo em *A Capital Federal*, sugere a ele que se forme,

torne-se bacharel (Coelho Netto, [1893] 1915, p. 314), o que também faz Teixeira, o “médico e filósofo” d’*A Conquista*, ao aconselhá-lo para que “tire seu diploma e depois, nas horas vagas, escreva seu soneto” (Coelho Netto, [1899] 1985, p. 91). Afinal, como afirma Neiva, “em um país de analfabetos, como este, quem tem um diploma é rei” (Coelho Netto, 1929, p. 13). O jogo dos juízos exprime, em termos relativos, o sentido dos investimentos possíveis e sua hierarquia, desenhando o conflito de legitimidades que começa a ser delineado no período, o qual opõe a literatura, os títulos escolares, e as “letras de câmbio”.

Em termos gerais, no sistema de referências que informa as apreciações, o diploma funciona como uma espécie de coringa que permite combinar a cultura livresca e a legitimidade de uma ocupação reconhecida, com um leque de postos possíveis e um reconhecimento social afirmado, cujo estereótipo é o personagem Dr. Gomes de Almeida, d’*A Capital Federal*: advogado, burguês e diletante (Coelho Netto, [1893] 1915, p. 97). Afinal, “qual é o homem de letras que”, no período, “vive exclusivamente da pena? Nenhum...”, afirma Teixeira (Coelho Netto, [1899] 1985, p. 90). No sistema de trajetórias alternativas delineado pela “sociologia espontânea” de Coelho Netto, há uma hierarquia e um conflito entre a “vocação subjetiva” e o “projeto” traçado pela família. O desafio é compreender como as tensões entre o “dom” e as condições vão pouco a pouco se afrouxando, até que a “predestinação [...] que preside ao aparecimento de tipos excepcionais” rompa com as coerções e se realize “como as grandes torrentes” que nunca podem ser “refreadas” (Coelho Netto, 1957, pp. 5-7).

Nascido Coelho Netto na cidade de Caxias, interior do Maranhão, em 1864, as informações sobre suas origens sociais são parcamente detalhadas, sendo bastante recorrentes as autorrepresentações sobre sua condição: “nascido em lar humilde”, “pobrezinho”, “um lutador”. Filho de Antônio da Fonseca Coelho e Ana Sylvestre Coelho, a classificação ocupacional de seu pai é imprecisa, aparecendo como “comerciante português”, “negociante”, ou “pequeno comerciante sem letras” (Coelho Netto, 1942, p. 23; Coelho Netto, 1925, p. 1; *CORREIO PAULISTANO*, 1934, p. 3). O mais evidente é que o pai ocupa uma posição dominada no polo econômico e, após ter a “má lembrança de meter-se em política”, muda-se para o Rio de Janeiro em decorrência da perseguição que sofria em Caxias. Entre 1870, quando desembarcou com a família no Rio de Janeiro, e 1884, quando faleceu, Antônio da Fonseca Coelho “montou um hotel [...] em São Domingos”, empreendimento inicialmente próspero, mas que depois veio ao fracasso; “montou uma loja de móveis na rua da Alfândega”, mas “a sorte não lhe sorriu”, o que lhe causou “um profundo abatimento moral” (Coelho Netto, 1925, p. 1).

Ana Sylvestre Coelho, “brasileira, índia civilizada”, era “exímia costureira”, e montara uma “oficina no Rio de Janeiro” logo que por lá se instalaram (Coelho

Netto, 1942, p. 23; *Correio Paulistano*, 1934, p. 3). Em diversas passagens de suas reminiscências, Coelho Netto destaca as virtudes da mãe, e a alusão ao fato de ser uma “índia civilizada” parece remeter tanto à forte devoção religiosa que, às vezes, deixava-a “absorta” (Coelho Netto, 1927, p. 135), quanto ao fato de haver granjeado “todas as prendas caseiras que constituíam o dote das moças pobres de seu tempo” (Coelho Netto, 1942, p. 16). Com a falência econômica e o “abatimento moral” do pai, é a mãe que, com “envergadura de aço”, torna-se o “braço direito da casa”, “mourejando para sustentar nos pulsos o peso formidável de uma família”. A centralidade da figura de Ana Sylvestre na trajetória de Henrique Coelho Netto é reforçada pela referência de que, em 1883, quando ele parte para São Paulo a fim de se matricular na Faculdade de Direito, é ela que lhe dá a “mesada de 70\$000” (Coelho Netto, 1925, p. 1).

O terceiro pilar na base familiar, social e cultural de Coelho Netto é o tio, Manoel Rezende da Fonseca, seu “primeiro mestre”, “dado ao estudo dos clássicos portugueses e latinos” (Coelho Netto, 1942, pp. 16, 23). Foi o tio que os recebeu no Rio de Janeiro, quando vieram de Caxias, assim como é o tio de Anselmo Ribas, Serapião Ribas, que o recebe para sua primeira visita à cidade. A sobreposição entre os personagens traz à tona as experiências sociais que atravessam a relação entre Henrique Coelho Netto e o “tio Resende”, “guarda-livros” e “amigo dos clássicos”. Além de “guarda-livros”, classificação genérica que nos impede de qualificar a atividade realmente exercida, Manoel Rezende da Fonseca era “solicitador”². Combinadas, as funções abarcam um leque de atividades ligadas ao direito contratual, sucessoral, e ao controle e corretagem de transações comerciais. Serapião Ribas, tio de Anselmo e a quem o livro *A Capital Federal* é dedicado, enriqueceu “de um dia para o outro em transações felizes”, comprou “apólices, comprou muitos prédios”, e vive na praia do Russell “sem a dura preocupação do fim do mês e do caderno de compras” (Coelho Netto, [1893] 1915, pp. 20, 25). Em 1872, Manoel Rezende da Fonseca e Antônio da Fonseca Coelho foram nomeados “testamenteiros” de Antônio Gomes da Silva, “natural da cidade do Porto”³, cuja relação com ambos não está clara, mas reforça as funções de mediação exercidas pelo “tio Resende” na gestão do patrimônio econômico e social da família.

As bases sobre as quais se assentam as condições e experiências de Henrique Coelho Netto servem de lastro ao “destino” vislumbrado pela família. A herança cultural e o gosto pelos clássicos são influências do “tio Resende”, com quem estudava em casa, e mesmo o pai parece ter sofrido a influência deste, “adquirindo alguma cultura”

2. O exame de habilitação para solicitadores versava sobre a prática do processo e deveria ser prestado perante os juízes de direito (Decreto n. 5.618, de 2 de maio de 1874).

3. Confira-se: *A Nação*, Sábado, 28 de dezembro de 1872, p. 2; e também o *Dicionário da elite política republicana* (Abreu, CPDOC) e as dissertações de Carvalho (2012) e Lopes (1997).

através da convivência (Coelho Netto, 1942, p. 16). O pai representa, nessa tríade, o modelo “austero”, “rípido”, a crença na realização individual pelo esforço, cujos conselhos expressam a máxima “faze por ti mesmo”, “estuda, trata de aprender, não te importes com” os outros (Coelho Netto, 1927, p. 170). As constrições impostas pela família, na esperança da realização de um trajeto ancorado em títulos escolares, prendiam-no com “excessivo rigor”, e, ao queixar-se, lançavam-lhe a repreensão: “Deus queira que te não arrependas no Futuro!” (*Idem*, p. 188). Assim, após a formação inicial em casa, Henrique Coelho Netto vai para o “Colégio Jordão”⁴, na rua do Hospício, uma escola pública onde eram “tantos, apinhados como árvores na floresta” (*Idem*, p. 171). Frequentando-a entre 1871 e 1872, sai em razão da “perna encolhida” e, por recomendação do médico, seus pais o levaram para um retiro “na roça”, nos “Trapicheiros”, onde poderia livrar-se da “paralisia que [o] entrevara”. O período de retiro expressa tanto a condição na qual se encontrava no Rio de Janeiro, já que na “roça” estava “naquela casa acanhada, naquela rua estreita”, quanto o efeito da moléstia e o medo da recaída (*Idem*, pp. 109-111).

Ao regressar dos “Trapicheiros”, ingressa no Mosteiro São Bento, onde funcionava um “colégio de humanidades com um professorado distinto”⁵, depois segue para “um curso particular, na rua do Riachuelo”, e em seguida para o Externato do Colégio Pedro II, onde fez o “curso de humanidades” (Coelho Netto, 1942, p. 23; Coelho Netto, 1925, p. 1). Em 1882, ingressa na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas abandona o curso por não simpatizar com o “anfiteatro”. Ainda durante o curso de humanidades, Coelho Netto já havia “estreado [...] o nome em letra de forma na seção paga do *Jornal do Commercio*”, com uma poesia dedicada a “Melo Moraes Filho” (Coelho Netto, 1957, p. 7). Matriculando-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 1883, tornou-se companheiro de casa de Raul Pompeia, de quem também fora contemporâneo no Colégio Pedro II, e “entrou a fundo na grande literatura lendo orientais, gregos (em francês), italianos, franceses, espanhóis e ingleses, quando achou o seu Deus: Shakespeare” (*Idem*, p. 8).

Dedicando-se à “poesia”, “escrevendo febrilmente”, “improvisando arengas em todas as cervejarias de fama, principalmente no Corvo”, meteu-se em “um grande rolo na capital paulista”, sendo ponta de lança no embate com a *Gazeta do Povo* e publicando “artigos flamejantes, versos e contos” na *Onda*, *Quinzenário Abolicionista*. Incompatibilizando-se em São Paulo, transferiu-se para Recife, “onde conheceu Tobias Barreto e concluiu” o primeiro ano (Coelho Netto, 1925, p. 1; Coelho

4. A consulta ao *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* permite identificar a Escola João Rodrigues da Fonseca Brandão, funcionando à rua do Hospício entre os anos de 1870 e 1872.

5. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1885, p. 1222.

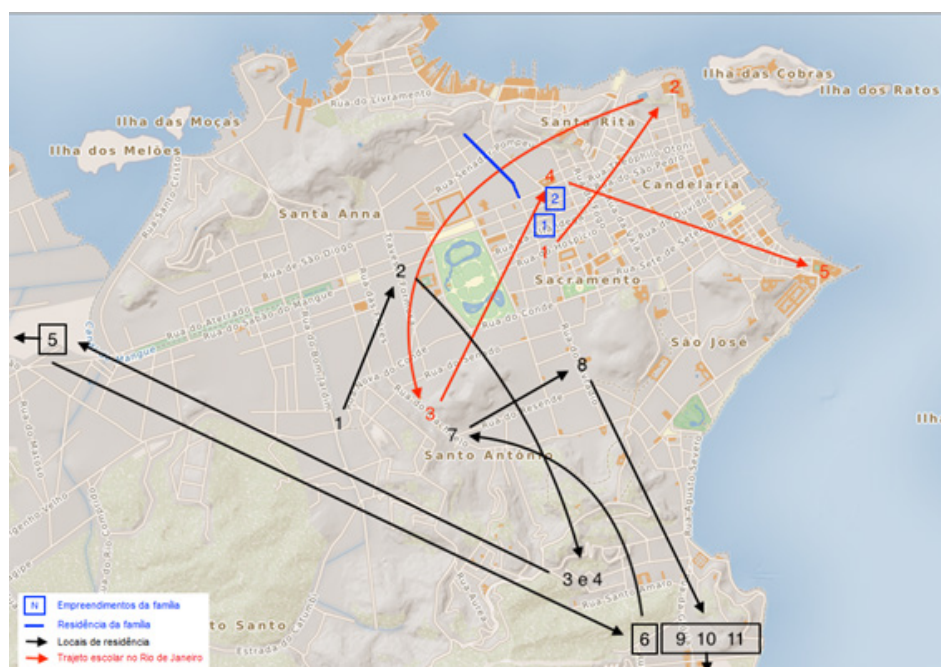
Netto, 1957, p. 8). Em 1884, retornou a São Paulo e completou o segundo ano. É também em 1884 que ocorre o falecimento de seu pai⁶, o que vem representar o desaparecimento dessa posição no seio da estrutura de reprodução familiar, afetando os constrangimentos associados ao “futuro”, ou seja, a condição social específica a ser reproduzida. O sentimento de ausência é redobrado pelo fato de ter sido “chamado de tão longe para chegar inutilmente, depois de tudo acabado” (Coelho Netto, 1927, pp. 209-210). A morte do pai, aliada ao desaparecimento do tio, em 1876, representa a supressão dos modelos masculinos, o primeiro, “austero” e “rípido, tendo se metido em política, o segundo, burguês, diletante, cordial, para quem o mundo era “um jogo de concessões” (Coelho Netto, [1893] 1915, p. 314). Além disso, ambos tinham suas atividades ligadas ao comércio, o primeiro “negociante em Caxias”, proprietário de hotel, “pequeno comerciante”, depois moral e economicamente falido; o segundo, ligado à corretagem, aos registros comerciais, à atuação como “procurador prático” em transações sucessorais e de propriedade. A “herança”, assim, indica uma reconversão de estirpes escoradas em posições subalternas no polo do poder econômico em direção aos títulos escolares, movimento, contudo, interrompido, visto que Coelho Netto abandona o curso de Direito no final de 1884.

A não conclusão dos estudos é atribuída a dois elementos: i) sua “atitude francamente abolicionista e republicana”, o que “fê-lo incorrer na antipatia de certo lente de grande severidade”; ii) e o “ingresso na falange abolicionista de Patrocínio” (Coelho Netto, 1957, p. 8). O contato com José do Patrocínio deixou-o “doido, completamente doido”, fazendo-o abandonar “os estudos, [...] os sonhos de doutor para acompanhar o grande vulto” (Coelho Netto, 1925, p. 1). O ingresso na vida literária é uma ruptura com o “futuro” traçado pela família, uma forma de dar vazão aos “primeiros versos” escondidos “nas páginas do dicionário” e descobertos pelo pai, “canções” que jurou nunca mais escrever para que ele “não [mais] as achasse, irritando-se com elas e fazendo chorar de tristeza [sua] pobre mãe” (Coelho Netto, 1929, pp. 178-179). O desvio relaciona-se, assim, ao desaparecimento das posições ligadas ao modelo masculino, e se expressa pela entrada na “grande falange dos boêmios da época”: sem casa, nem pouso certo, escrevia nas mesas dos cafés, principalmente “no Café do Rio, à rua do Ouvidor”, e “comia quando Deus queria”. Foi nesse período que conheceu Aluísio de Azevedo – o Ruy Vaz de *A conquista e Fogo fátuo* –, com o qual foi morar em uma pensão na rua Formosa, juntamente com “Carlos Toledo, irmão do Dr. Pedro Toledo” (Coelho Netto, 1925, p. 1). A errância nos estudos superiores contrasta com a relativa linearidade no percurso escolar anterior, e expressa o efeito das constrições familiares que pesam no trajeto de Henrique Coelho Netto. Prensado

6. *Gazeta de Notícias*, 26 de maio de 1884, p. 4.

ILUSTRAÇÃO 1

Percurso social e escolar de Coelho Netto no Rio de Janeiro.



Fonte: Coelho Netto ([1893] 1915, 1925, [1899] 1985, 1929); Coelho Netto (1942, 1957), Athayde (1958).

entre dois modelos diferencialmente incorporados: o do mundo “prático”, representado pelo pai e pelo tio, e o “projetado” pelas expectativas familiares. A extinção das amarras que marcaram sua infância e adolescência abre as portas para a “liberdade”, permite o “risco” e, em sua avaliação retrospectiva, torna possível viver a vida na qual “se sentia bem” (*Idem, ibidem*). As influências culturais e o gosto pelos clássicos, o mergulho na “grande literatura”, as relações de sociabilidade tecidas durante o curso de humanidades e a frequência aos bancos das faculdades de Direito abrem o flanco para uma bifurcação em sua trajetória, impulsionada pelo contexto social e político que marca a geração de 1870.

O ingresso de Coelho Netto na boêmia coincide com o momento de abertura de uma “espécie de microespaço público paralelo à vida parlamentar”, especialmente relacionado com a “alteração no padrão da imprensa” e, assim, dos “canais de expressão política” (Alonso, 2002, p. 95). Isso tem um impacto significativo para a transformação do trabalho intelectual, notadamente pelo fato de a imprensa “deixar de ser a urna, para ser uma oficina” (Coelho Netto, 1908, p. 20). No entanto, o leque de atividades intelectuais disponíveis e a relativa profusão de espaços de divulgação

literária são desigualmente distribuídos, e variam em função das garantias de sobrevivência, e do acesso aos círculos sociais e literários. N’*A conquista*, Coelho Netto apresenta os refúgios de seus companheiros de pensão: Aluísio de Azevedo (Ruy Vaz) recorria ao Visconde da Barra Mansa (Visconde de Montenegro), ao passo que Toledo acionava seus parentes em Santa Teresa. Anselmo (Coelho Netto), contudo, “sem amigos influentes, lançado no grande desconhecido, passeava com orgulho sua fome” (Coelho Netto, [1899], 1985, p. 54) e, somente em “casos extremos”, “recorria à mesa materna”, já que a mãe, “à viva força”, queria afastá-lo da “vida boêmia” e pô-lo “no bom caminho” (Coelho Netto, 1925, p. 1).

O afastamento de Henrique Coelho Netto do meio familiar é produto da recusa em se apropriar do caminho que lhe fora traçado, e cujo sucesso dependia da aquisição de condições materiais que lhe permitissem abandonar, ao menos em parte, o modelo de reprodução social posto a sua disposição. As próprias concepções do trabalho intelectual, especialmente em suas apreciações sobre a possibilidade de “viver da pena”, apontam nessa direção. A literatura “não dava”, logo as condições de subsistência estavam ancoradas na diversificação dos investimentos frente às oportunidades que se abriam em um mercado intelectual em expansão. O período inicial de deslocamentos – posições 1, 2, 3 e 4 – representa, para Anselmo, uma constante em termos de acesso e reconhecimento nos círculos intelectuais. Do “cômodo”, para a pensão de “Dona Ana”, depois para a “República” idealizada por Crebillon, um herdeiro que dilapidou o próprio patrimônio, “um sonhador” cujos empreendimentos não se conectam às condições objetivas de sua realização, e, por fim, Ruy Vaz e Anselmo, antes da separação, instalam-se nos “cômodos” da casa de Carlota (Coelho Netto, [1899] 1985, pp. 76, 83). “A vida, porém, tornava-se cada vez mais apertada”, e Ruy Vaz, “extenuado, instalou-se no palacete do Visconde de Montenegro”, Anselmo, por sua vez, “muito enfraquecido”, empenhou a caixa de música, presente dos pais, buscou notícias de sua peça com Heller; o empresário, recebendo a negativa, saiu “para a noite alegre, fresca e estrelada” (*Ibidem*, pp. 92-93). Sem dinheiro, vai para Cascadura a convite de Pedroso, professor que “lecionava Português, Aritmética e Geografia” (*Ibidem*, p. 94). O período em Cascadura é apresentado por Coelho Netto como uma decisão de “estudar literatura”, e, após estudar “como um louco” por quase um ano (Coelho Netto, 1925, p. 1), “resolveu descer” (Coelho Netto, [1899] 1985, p. 97).

Seu retorno é marcado pelo episódio no Polytheama.

Em 6 de agosto realizava-se um novo *meeting* à noite, no *Politeama*, com a presença do 3º delegado. Em certo momento, e quando Quintino Bocaiuva já ia em meio do seu discurso, ouviu-se o estalejar de uma carta de bichas, arremessada das galerias; apagaram-se as luzes, e o teatro viu-se atacado por um bando de capoeiras, capitaneado pelo célebre facínora

Benjamin, que foi logo subjugado e desarmado pelo moço escritor Coelho Netto (Duque Estrada, [1918] 2005, p. 169).

Coelho Netto destaca que o feito lhe abre as portas ao reconhecimento, ou seja, seus “contos e crônicas começam a ser lidos com simpatia”, sendo, a partir de então, “armado cavaleiro [...], recebeu a *accolada* do cerimonial”. Antes, mesmo tendo “relações na imprensa”, participando em *meetings*, frequentando rodas literárias e rondando “a Távola Redonda” do “Rei Arthur, que era José do Patrocínio”, suas “fantasias rabiscadas em jornais do Rio” não recebiam atenção (Coelho Netto, 1925, p. 1). Os signos do reconhecimento são, assim, expostos. Dependendo, efetivamente, da audiência qualificada, a qual divide o meio literário entre “um grupo muito pequeno, dos que podem”, e outro enorme, “dos que não podem” (Coelho Netto, 1908, p. 20), a “geração de 1870” logrou monopolizar as instâncias de consagração e as posições que forneciam a maior parte das gratificações ao trabalho intelectual, ou ao menos serviam de salvaguarda para sua realização. O senso de orientação nesse espaço indica, assim, as críticas que devem ser levadas a sério, e aquelas que devem ser relegadas ao ostracismo; como diria Octávio Bivar (Olavo Bilac) a Ruy Vaz (Aluísio de Azevedo) frente à dúvida deste último em responder ou não a uma crítica: “Silêncio, meu amigo. Se lhe respondes estás perdido. [...] Cala-te. Nem pio!” (Coelho Netto, 1929, p. 327).

No período, o jornalismo funciona como principal veículo de difusão e retribuição, constituindo um “ofício compatível com o *status* de escritor” (Miceli, 1975, p. 179). Coelho Netto passa a atuar em diversas frentes: recorre a José do Patrocínio e ingressa na *Gazeta da Tarde*; vai para o *Novidades*, com Alcindo Guanabara, mas deixa o periódico por ser “fracamente escravocrata”; através de Pardal Mallet, e este por intermédio do Visconde de Matosinhos, consegue um folhetim n’*O Paiz*, a 25\$000; Olavo Bilac, após ingressar na *Gazeta de Notícias*, atira “todos nos braços hospitaleiros de Ferreira de Araújo”; dirige o *Diário Ilustrado* dos “Srs. Malafaia e Pinto Moreira”; trabalha como redator do *Diário de Notícias*, de Ruy Barbosa; e emplaca a peça *Indenização ou República* no Teatro Príncipe Real, juntamente com Émile Rouède. “Com os cobres dos direitos autorais, reforma o guarda-roupas e aluga um quarto”: pela primeira vez um quarto seu, pago com seu dinheiro (Coelho Netto, 1925, p. 1). A transformação das condições materiais é acompanhada, assim, pelo deslocamento geográfico para a zona sul do Rio de Janeiro, mas a situação normalmente incerta sobre a sobrevivência e o sucesso dos empreendimentos editoriais produz desclassificações sociais e geográficas, como a saída da Marquês de Abrantes e o retorno para a região mais central, na rua do Riachuelo e, depois, na rua do Lavradio, numa “caverna”, antes de poder retornar à Marquês de Abrantes,

instalando-se na “Pensão Inglesa”, residência de “nababo, soalho encerado, tapete, cortinas, móveis de estilo”, como definiu Neiva (Coelho Netto, 1929, pp. 305-306).

As relações de reconhecimento e interconhecimento têm um peso central no conjunto das chances de acesso aos lugares disponíveis. O percurso de Anselmo n’*A conquista* indica o trajeto específico a partir do qual se constituíam os companheiros “da caravana”, aos quais o livro é dedicado. No trançar dessas relações, o jogo das apresentações é primordial: Ruy Vaz apresenta Neiva, introduzindo-o na “sucursal do Parnaso”, na qual conhece “Victorino Motta, o bem-aventurado”, o “Duarte, rapazinho magro, pálido, com ricto que lhe dava à fisionomia uma expressão hilariante”, e “o Lins [Miguel Arcanjo Lins de Albuquerque], baixinho, muito moreno, olhos apertados e oblíquos”. Neiva apresenta “Fortúnio [Guimarães Passos], poeta lírico em disponibilidade”; o “Freitas, um satírico baiano”, apresenta Octávio Bivar, e através de “Lins, Neiva, Ruy Vaz [e] o Duarte” conhecem Luiz Moraes [Luiz Murat], “o grande poeta republicano”, o qual, em outra ocasião, apresentará a Anselmo, Artur [Azevedo], “um grande poeta, natural, correto, suave e brilhante”.

Ao passo que a maioria dos personagens é representativa dos diferentes trajetos intelectuais que marcam os dois decênios finais do século XIX, Victorino Motta representa, estereotipicamente, uma posição específica no polo econômico do campo do poder. “Nédio e rubro, com um ventre quase esférico”, o “carne seca”, como o denomina Neiva, “tressua ádipe e saúde”, pois tem todos os “regalos: come como uma traça, bebe como um abismo, dorme como a Justiça e gasta como o diabo que o carregue!”. Os louros da glória não são suficientes; segundo Neiva, é necessário ser um “leão”, “ir ao comércio [...], se quer ter consideração neste país”. Insistindo, reforça que o investimento não deve ser na escola, pois “a carta do ABC é subversiva”, e recomenda a Anselmo fiar-se no exemplo do Motta: “assina de cruz e tem mais de trezentas apólices, não sei quantos prédios, dois armazéns, três comendas, mais de vinte amantes” (Coelho Netto, [1899] 1985, pp. 19-20). Ao caracterizar a posição representada por Victorino Motta, Neiva expõe o sistema de signos que plasman o polo do poder econômico: acúmulo significativo de bens materiais em contraposição ao cultivo do espírito.

Uma vida intelectual entre dois mundos: a literatura e a política

As duas primeiras décadas do século foram, por excelência, o período do apogeu de Coelho Neto.
Broca (1975, p. 26).

Ao participar do quadro “os triunfadores” do jornal *A Noite*, em 15 de julho de 1925, Henrique Coelho Netto, o “doido do Polytheama”, atribui ao fato de ser quem

é ao seu casamento com Maria Gabriella Brandão, a D. Gaby. O efeito de inflexão da trajetória ocasionado pelo casamento é caracterizado por ele como uma espécie de compromisso moral: a promessa feita, em “uma tarde de abril”, a Alberto Olímpio Brandão e a sua filha (Coelho Netto, 1925, p. 1). A responsabilidade assumida é, em diversas situações, a justificativa acionada para a devoção ao trabalho intelectual e a decorrente produtividade, a qual representa a submissão ao polo mais comercial e voltado ao atendimento às demandas externas. “Trabalhador insigne, o mais disciplinado e pontual dos trabalhadores da pena”, ele produziu, segundo calcula seu biógrafo, o equivalente a “pouco menos de quinze composições mensais” com cerca de cinquenta crônicas cada, “durante 45 anos de trabalho” (Coelho Netto, 1942, pp. 37-39).

Com uma rotina metódica, “normalmente [levantava-se] às cinco da manhã, [sentava-se] para escrever às seis, [e trabalhava] até as doze [...], às três da tarde [recomeçava] para só terminar quando se [acendiam] na cidade as primeiras luzes (João do Rio, 1907, p. 18). Cumpridor rigoroso de seus compromissos e prazos, “tudo em Coelho Netto [...] denotava uma ordem, um cuidado, uma meticulosidade excepcional” (Coelho Netto, 1942, p. 34). O modo encontrado por Coelho Netto para encarar esse “processo de trabalho constante” foi “disciplinar o vocabulário” e, com isso, a partir de “uma certa impressão”, de “concluída uma ideia”, poder sentar-se e escrever. Subordinando, assim, “o estilo à concepção, a pena trabalha quase mecanicamente” (Coelho Netto, 1908, p. 19). No discurso coelhonetiano, a forte disciplina e a produção constante são opostas aos que têm a “preguiça física que inibe de escrever”, e aos críticos que confundem “mercenarismo” com a “realização imediata de uma ideia acabada”. Em suma, faz o que deveria fazer, o que sua atividade lhe impõe (Coelho Netto, 1942, p. 31). Associando o trabalho à capacidade de disciplinar o corpo e o vocabulário, mas também à necessidade de prover a família de “relativo conforto” e “rodear os filhos de bem-estar” (Coelho Netto, 1908, p. 20), Coelho Netto vinculava a atividade literária às lógicas e dinâmicas específicas do mercado e aos crivos do público. Aceitava ajustar romances e produzir textos de acordo com a vontade do redator para “entrar em casa feliz levando um corte de vestido, um chapéu gracioso, uma joia modesta” (Coelho Netto, 1925, p. 2).

Não conheces a história do Rajá? Eu entrava na Gazeta precisando de dinheiro e encontrei o Araújo zangado. Por quê? Tinham perdido um novo e sensacional folhetim. Não se incomode, doutor, faço-o eu. Qual! Tens muitas psicologias... Faço sem psicologias! Fomos dali tomar um sorvete. Então fazes? O príncipe encantado serve? Também é um título velho. O rajá seja, o Rajá de Pendjab. Para depois de amanhã? Para depois (Coelho Netto, 1908, p. 19).

A concepção do trabalho intelectual de Coelho Netto pode ser contraposta àquela representada, n’*A Conquista*, por Ruy Vaz (Aluísio de Azevedo). Quando o diretor do teatro sugere que deve “arranjar umas coplas e um jogo para a comédia”, o autor se nega a “ceder uma linha”, indicando que a peça “há de ir como” foi escrita, “sem enxertos”. Justificando a demanda de modificação, o diretor afirma que “o publico não aceita uma peça serena”, e Ruy Vaz pontua: “mas que tenho eu com o público?”. Mesmo que a “peça caia”, como sugere o Duarte, não aceita “fazer concessões vergonhosas simplesmente porque” o público, “saturado de vícios, entende que teatro deve ser como um templo devasso”. Prefere que a “peça caia”, a ceder (Coelho Netto, [1899] 1985, p. 22). As bases que respaldam as diferentes experiências e que impingem uma feição específica ao trabalho intelectual se assentam, assim, nos modos diferenciais de relação com as instâncias de produção e difusão de bens simbólicos. Coelho Netto, assumindo que o jornalismo era “um grande bem” para a literatura, considera, contudo, que isso implica um trabalho intelectual realizado não em função do “gênio do autor, mas sempre de acordo com o agrado do público” (Coelho Netto, 1908, p. 21). O acordo entre “escritor” e “jornal” é, assim, responsável pela decadência da “arte” e pelo estado de inércia do povo. O modo para sair deste círculo vicioso seria a “proteção oficial”, só assim o “público admirará a arte no teatro e no romance” (*Idem*, p. 20).

Ao mesmo tempo que o casamento impele um compromisso moral e, assim, passa a funcionar como princípio de justificação das escolhas e investimentos em termos de trabalho intelectual, representa uma transformação no leque de oportunidades de carreira. Filha de Alberto Olympio Brandão, “notável educador e político de grande prestígio”, membro de uma família de políticos e proprietários, o “acto civil” teve como testemunhas o presidente da república, marechal Deodoro da Fonseca, o general João Severiano da Fonseca, irmão do presidente, Francisco Portela, então governador do Rio de Janeiro, e José do Patrocínio. Na cerimônia, “celebrada na matriz da Glória”, foram padrinhos: da noiva, Francisco Portela e sua esposa, Isabela Portela; e do noivo, João Severiano da Fonseca (*O Paiz*, 1890, p. 1). A inserção de Alberto Brandão no meio político, econômico e cultural do Rio de Janeiro se expressa pela capilaridade das atividades de sua família. Filho de Modesto Olympio Brandão, e sobrinho de Antônio Torquato Leite Brandão e de Joaquim Eduardo Leite Brandão, Alberto Olympio Brandão pertencia a uma estirpe de proprietários rurais e lavradores de café instalados na região de Vassouras (RJ), com forte poder econômico, político, judicial e policial na região (Vasconcelos & Vasconcelos, 1918, p. 578). Antônio Torquato Leite Brandão, além de vereador, delegado e polícia e substituto do juiz municipal de Vassouras, foi secretário da Sociedade Promotora da Civilização e da Indústria de Vassouras, associação que reunia os “lavradores da

região”; Joaquim Eduardo Leite Brandão, proprietário da fazenda Retiro, também foi vereador. Além dos múltiplos braços da família em diversas esferas da vida social, atuavam como “capitalistas” na região, notadamente através do fornecimento de empréstimos a lavradores e comerciantes (Ribas, 1989, p. 139).

O pai de D. Gaby pertencia ao Partido Liberal durante o Império, e foi deputado provincial à Assembleia do Rio de Janeiro entre 1874 e 1881 e, em 1878, fundou o Colégio Brandão em Vassouras. Na ocasião do casamento de sua filha com Henrique Coelho Netto, era diretor da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e integrou a primeira legislatura do Rio de Janeiro à câmara federal após a instauração do regime republicano. Após o término de sua legislatura, fundou uma filial de seu colégio em Niterói e mudou-se para Franca (SP), onde faleceu em 1897. Após o casamento, Coelho Netto é convidado para secretário do governo do Estado do Rio de Janeiro e, em seguida, passa a Diretor dos Negócios do Estado, da Justiça e Legislação. Bem posicionado, aciona os trunfos que lhe são disponíveis e atua como mediador aos mais íntimos, reunindo “os boêmios da propaganda que vagavam sem vintém às mesas do Café Globo e da *Maison Moderne*”, e levando-os “para a repartição, transformada em arcádia” (Fontoura, 1937, p. 9). Como descrito em *Fogo fátuo*, Pardal, Bivar e Ruy Vaz ingressaram no “funcionalismo” como arquivista, oficial da fazenda e oficial-maior na Secretaria dos Negócios da Fazenda, respectivamente (Coelho Netto, 1929, p. 327).

Com a ascensão de Floriano Peixoto e o início do estado de sítio, em 1892, deixaram as posições no estado. Coelho Netto reconverte seus investimentos para os postos disponíveis e mais ligados ao trabalho intelectual, sendo “designado”, em 1892, lente de História das Artes na Escola Nacional de Belas Artes e, em 1893, redator dos debates do Senado. Ao mesmo tempo que ocupava postos no estado, Coelho Netto e D. Gaby animavam um “salão de arte” à rua Silveira Martins, “um dos mais famosos do Rio”, lugar onde “Afonso Arinos leu seus primeiros contos regionalistas” (Coelho Netto, 1942, p. 28). O salão funcionou até aproximadamente 1901, período em que são publicados, entre outros, os romances *A Capital Federal* e *A conquista*, e em que Coelho Netto participa ativamente da fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897. No ano de 1899, após ser designado secretário da Comissão do 4º Centenário da Descoberta do Brasil, excursiona pelos estados do norte do país. Finda a atividade de “paladino da cultura”, “adoeceu gravemente”, ficando “impossibilitado de escrever”, tencionando “vender, em leilão, não só seus móveis, livros e cristais, mas também uma coleção completa de armas e artefatos de nossos selvícolas”. Assim, em 1901, “premido pela necessidade, viaja para Campinas, onde presta concurso para lente de literatura do ginásio local” (Coelho Netto, 1957, p. 19). De volta ao Rio de Janeiro, em 1905, passa a morar na rua do Roço e, em 1907,

é nomeado lente interino do Externato Pedro II, sendo efetivado sem concurso em 1909. É nesse endereço que funcionará o “famoso salão de Coelho Netto”, local no qual predominava a “literatura e a cordialidade” (Broca, 1975, p. 26). Os “saraus e tertúlias” que ali se realizavam eram oportunidades ímpares para a celebração de relações entre pares, para encontros ocasionais, para conversas informais, para o jogo das apresentações, ou talvez, simplesmente, para saber-se lá.

A fama dos saraus e tertúlias que ali se realizavam atravessou fronteiras e projetou-se no Uruguai, Argentina, Chile, Portugal, França, Itália, Alemanha. Celebidades internacionais, de passagem pelo Rio, iam conhecer Coelho Netto e se faziam ouvir não só entre políticos, sábios, juristas, artistas e escritores consagrados, mas também entre jovens intelectuais que começavam a trilhar o caminho da glória. Vejo alguns já muito distantes em minha memória visual, outros bem nítidos: Euclides da Cunha, Machado de Assis, Hermes da Fonseca, Rio Branco, Ruy Barbosa, Paulo de Frontin, Bento Ribeiro, Souza Aguiar, Rivadávia Corrêa, Pandiá Calógeras, João Luiz Alves, Domício Gama, Carlos de Laet, Enrico Ferri, Paul Fort, João de Barros, Júlio Dantas, Dantas Barreto, Lauro Muller, Félix Pacheco, Gregório da Fonseca, Sílvio Romero, Alexandrino de Alencar, Miguel Couto, Pedro Lessa, Aurelino Leal, Osório Duque Estrada, Veiga Miranda, Santos Dumont, Viveiros de Castros, Coelho Lisboa, João Ribeiro, Medeiros de Albuquerque, Ramiz Galvão, Pinheiro Machado, Freitas Vale, Afonso Arinos, João do Rio, Irineu Marinho, Anibal Teófilo, Goulart de Andrade, Luís Murat, Olavo Bilac, Martins Fontes, Alberto de Oliveira, Henrique Oswaldo, Leopoldo Miguez, Alberto Nepomuceno, Francisco Braga, Rodolfo Amoedo, Batista da Costa, Antonio Parreiras, Julião Machado, Carlos Malheiros Dias, Oliveira Viana, os irmãos Bernardeli, Alcides Maia, Oscar Lopes, Roberto Gomes, Augusto de Lima, J. J. Seabra, Amadeu Amaral, Carlos Chagas, Justo de Moraes, Fernando de Magalhães, Afrânio Peixoto, Edmundo Bittencourt, Lindolfo Collor, Saul de Gusmão, Luís Carlos, João Luso, Felipe d'Oliveira, Monteiro Lobato, Candido de Campos, Heitor Lima, Leal de Souza, Antônio Austregésilo, Pontes de Mirante, Rondon, Gustavo Barroso, Olegário Mariano, Viriato Corrêa, Mucio Leão, Alvaro Moreyra, Carlos Maul, Ademar Tavares, Paulo Filho, Povina Cavalcanti, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Mario Pollo, Cáspér Líbero, Paulo de Magalhães, Astério de Campos, Pascoal Carlos Magno, e grandes inteligências femininas: Angela Vargas, Guiomar Novaes, Rosalina Coelho Lisboa, Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Antonieta Rudge Muller, Leonor Pousada, Francisca de Basto Cordeiro, Laurita Lacerda Dias, Lúcia Magalhães e Bidú Sayão (Coelho Netto, 1957, pp. 26-27).

O funcionamento do salão à rua do Rozo é acompanhado pelos anos de “bonança”, especialmente caracterizados pela chegada de Coelho Netto ao cargo de deputado federal pelo Maranhão, em 1909, e por sua nomeação para diretor e titular

da cadeira de Teatro e Literatura Dramática da Escola Dramática Municipal. Em 1917, porém, os arranjos da política maranhense, chefiada por Urbano dos Santos, acabam por excluir seu nome da chapa de representantes, “pois nunca foi parlamentar servil, submisso” (Coelho Netto, 1957, p. 22). Nesse período, Coelho Netto já era membro do diretório da Liga de Defesa Nacional, de cuja fundação participou, ocupando o cargo de secretário-geral entre 1919 e 1922, em substituição a Olavo Bilac. O conjunto dos investimentos sociais e literários serão, ainda, celebrados pelo título de “Príncipe dos Prosadores Brasileiros”, conferido pela revista *Malho* em 1928, e pela indicação do nome de Coelho Netto, pela Academia Brasileira de Letras, da qual ele fora presidente em 1926, para representante do Brasil ao Nobel de literatura, em 1932.

O trabalho de acumulação e de gestão de relações é central na apreensão da multiplicidade de investimentos que caracterizam o trajeto do autor, sendo a “condição da reprodução do capital social e de acumulação dos lucros que lhe estão associados” (Saint Martin, 2020, p. 67). Nutrindo “verdadeiro culto pelas amizades”, aos críticos e comentadores que não lhe fazem “justiça”, ou seja, que rompem o compromisso moral de reconhecimento e de construção de sua imagem pública, é atribuída a alcunha de “ingratos” (Coelho Netto, 1942, p. 67; Coelho Netto, 1957, pp. 22-25). As relações de amizade celebradas em sua biografia são indicativas do trânsito que Coelho Netto dispunha entre as diversas esferas da vida social, notadamente entre a política e a literatura. “Acolhido na amizade do marechal Deodoro da Fonseca”, sempre foi recebido “na intimidade de sua família” (Coelho Netto, 1942, p. 101). As relações tecidas com Deodoro da Fonseca e João Severiano da Fonseca são ilustrativas da “grande consideração” e do “vasto círculo de amizades” que Coelho Netto dispunha “entre as altas patentes [das] classes armadas”, cujas afinidades se expressam em seu apego à disciplina e à ordem, “ardoroso propagandista [...] dos esportes [e] do serviço militar” (*Idem*, p. 155). O meio do caminho entre a política e a cultura é representado pelo barão do Rio Branco, companheiro da Academia Brasileira de Letras, o qual “queria muito bem a Coelho Netto e tudo fez para que ingressasse na diplomacia”. “Uma vez ou outra”, ia a sua casa para uma xícara de café, “que ele e Pinheiro Machado gabavam ser o mais saboroso da terra” (*Idem*, p. 115). O último, representante por excelência do polo político, “foi grande amigo de Coelho Netto” e o visitava com frequência para “um dedo de prosa e um café” (*Idem*, p. 119).

Considerações finais

As experiências familiares, escolares e culturais que marcam o trajeto de Henrique Maximiano Coelho Netto flagram o princípio subjacente a suas estratégias intelec-

tuais e de carreira: a modulação do trabalho intelectual a partir dos registros que expressam a conformidade com a ordem social e cultural estabelecidas. Os marcadores sociais da posição de escritor que acompanham o diagnóstico da mãe – vagando com fome, esmolando a troco de canções (Coelho Netto, 1929, p. 177) – se expressam como o completo oposto das expectativas familiares de um futuro seguro, de um “bom caminho” escorado em títulos escolares e em uma atividade reconhecida. A ânsia pela segurança, própria às frações de classe para as quais o destino se apresenta como urgência, se manifesta na severidade do pai e nas promessas carinhosas da mãe.

A falência econômica e moral do pai e seu posterior desaparecimento representam a morte de sua posição e das posições homólogas, mas as disposições do modelo masculino, representadas pela “força”, “virilidade”, “capacidade física para o trabalho”, fluência do discurso e do improviso, “coragem pessoal e determinada disposição para a “violência”, permanecem (Coelho Netto, 1942, pp. 59-63). Assim, a liberdade tomada em relação ao futuro, após o desaparecimento das constrições morais representadas pelo pai, o gosto pelos “clássicos” adquirido com o “tio Resende” e as experiências decorrentes do percurso escolar em instituições de “boa companhia” abrem o flanco para a conversão de recursos em direção às carreiras abertas pela expansão das atividades intelectuais, o que exige uma “reconversão” e do “trabalho [e] do tempo” necessários à inscrição, acumulação e gestão de patrimônios variados (Bourdieu, 2016, p. 214).

Dessa forma, a relação diferencial que Coelho Netto estabelece com as oportunidades de carreira intelectual impinge uma modalidade específica às concepções de trabalho que põem em movimento um conjunto de práticas e justificativas que colocam no centro da criação o automatismo das manipulações do vocabulário. A multiplicidade de atividades assumidas antes do acesso às sinecuras burocráticas, especialmente vinculadas aos cargos nas redações, é sistematicamente ampliada pelo trabalho social de acumulação, primeiramente marcado pela recepção à “távola redonda”, e, posteriormente, pelo casamento para cima. Henrique Coelho Netto finca, então, o pé em uma variedade de frentes, reunindo, em graus diversos, a consagração advinda da atividade de polígrafo, e do capital de relações sociais decorrente de contatos bem posicionados tanto no polo cultural quanto no político. As práticas e disposições que caracterizam sua carreira moldam a figura do “ditador” edificada por Lima Barreto: possuindo em “cada jornal de importância um embaixador”, sendo “conselheiro dos editores”, e dispondo de “um bando” na Academia, institui o princípio da acomodação e da “mobilidade de pensamento” como “critérios literários”, cuja variação decorre, portanto, da amizade e da frequência “às suas salas” (Barreto, [1918] 2017, pp. 123-124). A submissão à ordem na qual pretende se integrar e as exigências tácitas para manter-se integrado desenham as feições de seu trabalho

intelectual, as quais envolvem simultaneamente uma multiplicidade de sistemas de referência e variam em função dos confrontos e conjunturas, sem que isso, no entanto, signifique a inexistência de “uma matriz geral básica” (Coradini, 2003, p. 13).

Referências Bibliográficas

- A NAÇÃO: Jornal Político, Comercial e Literário*. (28 dez. 1872), “Testamento”, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=586404&pagfis=621&url=http://memoria.bn.br/docreader>, consultado em 17/3/2020.
- ABREU, Alzira (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>, consultado em 3/3/2020.
- ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1844-1885)*. Rio de Janeiro, Laemmert. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&PagFis=40189&Pesq=%22Manoel%20resende%20da%20Fonseca%22>, consultado em 9/3/2020.
- ALONSO, Ângela. (2002), *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra.
- ATHAYDE, Tristão. (6 jun. 1958), “Coelho Neto em S. Bento”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1958_00129.pdf, consultado em 10/3/2020.
- BARRETO, Lima. ([1918] 2017), *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOSI, Alfredo. ([1970] 1994), *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. (2007), “Le mort saisit le vif: as relações entre a história reificada e a história incorporada. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 75-106.
- BOURDIEU, Pierre. (2015), “Campo do poder e habitus de classe”. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (2016), *Sociologie générale, volume 2*. Paris, Raisons d’Agir/Seuil.
- BROCA, Brito. (1975), *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- CAMINHA, Adolpho. (1895), “Coelho Netto”. In: *Cartas litterarias*. Rio de Janeiro, Ty. Aldina, pp. 57-67.
- CARVALHO, Claunísio Amorin. (2012), *O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto*. São Luís, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão.
- COELHO NETTO, Henrique Maximiano. ([1893] 1915), *A Capital Federal (Impressões de um sertanejo)*. Porto, Livraria Chardon.

- COELHO NETTO, Henrique Maximiano. ([1899] 1985), *A conquista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- COELHO NETTO, Henrique Maximiano. (1927), *Canteiro de saudades*. Porto, Livraria Chardon.
- COELHO NETTO, Henrique Maximiano. (1929), *Fogo fátuo*. Porto, Livraria Chardon.
- COELHO NETTO, Henrique Maximiano. (15 jul. 1925), "Os triumphadores". *A Noite*, Rio de Janeiro, pp. 1-2. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1925_04901.pdf, consultado em 3/3/2020.
- COELHO NETTO, Paulo. (1942), *Coelho Netto*. Rio de Janeiro, Zelio Valverde – Livreiro – Editor.
- COELHO NETTO, Paulo. (1957), *Imagem de uma vida*. Rio de Janeiro, Editor Borsoi.
- CORADINI, Odaci Luiz. (2003), "As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 32: 125-144.
- CORADINI, Odaci Luiz. (1998), "Panteões, iconoclastas e as ciências sociais". In: FÉLIX, L. O. & ELMIR, C. P. (orgs.). *Mitos e heróis: contrução de imaginários*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 209-235.
- CORREIO Paulistano. (29 nov. 1934), "O Brasil perdeu um de seus mais eminentes homens de letras". São Paulo, p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>, consultado em 18/3/2020.
- DANIEL, Mary L. (1993), "Coelho Neto revisitado". *Luso-Brazilian Review*, 30 (1): 175-180.
- DUQUE ESTRADA, Osório. ([1918] 2005), *A abolição*. Brasília, Edições do Senado Federal.
- FONTOURA, João Neves. (13 jun. 1937), "O novo imortal da Academia Brasileira de Letras". *Correio Paulistano*. São Paulo, pp. 8-10. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090972_08&pagfis=18820&url=http://memoria.bn.br/docreader#, consultado em 10/3/2020.
- GAZETA de Notícias. 26 maio 1884), "Antônio da Fonseca Coelho". p. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=13320, consultado em 17/3/2020.
- GRACIOTTI, Mario. (1928), "Comidas". *Revista de Antropofagia*, São Paulo, 1 (3): 5. Disponível em https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/7064/4/Anno.1_n.03_45000033273.pdf, consultado em 1/3/2020.
- JOÃO DO RIO. (1908), *O momento literário*. Brasília, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro.
- LOPES, Marcos Aparecido. (1997), *No purgatório da crítica: Coelho Neto e o seu lugar na história da literatura*. Campinas, dissertação de mestrado, Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Campinas.
- MICELI, Sergio. (1975), "Division du travail entre les sexes et division du travail de domination: une étude clinique des anatoliens au Brésil". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1 (5-6): 162-182.

- MICELI, Sergio. (2001), “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)”, “Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 69-291, 345-356.
- MICELI, Sergio. (2007) “Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato”. *Novos Estudos*, 77: 155-182.
- O PAIZ*. (26 jul. 1890), Rio de Janeiro, pp. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1890_03014.pdf, consultado em 7/3/2020.
- RIBAS, Rogério de Oliveira. (1989), *Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café da região de Vassouras, 1840-1888*. Curitiba, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná.
- SAINT MARTIN, Monique. (2020), “Uma grande família”. *Repocs – Revista Pós Ciências Sociais*, 17 (33): 37-68.
- VASCONCELOS & VASCONCELOS (orgs.). (1918), *Archivo nobiliárchico brasileiro*. Suíça, Lausanne.
- VERISSIMO, José. (1904), “O Sr. Coelho Netto”. In: *Estudos de literatura brasileira – Quarta série*. Rio de Janeiro, H. Garnier, pp. 1-24.

Resumo

Coelho Netto, o "homem com profissão"

O presente artigo dedica-se ao exame das experiências sociais, escolares e culturais que marcam a trajetória de Henrique Maximiano Coelho Netto, e são a base para suas estratégias de carreira e concepções do trabalho intelectual. A partir da mobilização de um conjunto de materiais biográficos e autobiográficos, são explorados os condicionantes e as disposições que contribuem na conformação de uma posição específica, da qual Coelho Netto é o caso exemplar.

Palavras-chave: Coelho Netto; Trajetória; Intelectuais; Literatura.

Abstract

Coelho Netto, the "man with a profession"

This article dedicates itself to the examination of the social, scholar and cultural experiences that marked Henrique Maximiano Coelho Netto's trajectories and are the basis of its career strategies as well as its conceptions of intellectual work. Mobilizing a network of biographical and autobiographical materials, we examine conditions and dispositions that contributes to form a specific position in which Coelho Netto is an exemplary case.

Keywords: Coelho Netto; Trajectories; Intellectuals; Literature.

Texto recebido em 11/4/2020 e aprovado em 16/4/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.168692.

RODRIGO DA ROSA BORDIGNON é professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. E-mail: rrbordignon@hotmail.com.



Roberto Carlos como mediador cultural

Música jovem, TV e rádio

Marcelo Garson*

<https://orcid.org/0000-0001-8767-1875>

A década de 1960 é o momento em que a televisão toma as rédeas da música popular brasileira, reestruturando suas hierarquias de poder sob a égide de uma gramática audiovisual. Poucos elementos ilustram tão bem esse processo quanto o fenômeno de música jovem que se consolidou ao redor do musical *Jovem Guarda*, que estreia em agosto de 1965 na TV Record, sob o comando de Roberto Carlos, Wanderléa e Erasmo Carlos, jovens das classes populares talhados pelo samba-canção, pop italiano, *rock balada* norte-americano e, fundamentalmente, pela sonoridade e visual dos Beatles.

A banda inglesa – que, a partir de 1964, conquista fama internacional – serviu de modelo para a construção da música jovem no Brasil, nicho que movimentou o mercado de discos, filmes, revistas, jornais e até artigos de consumo, como calças, botas, bonecos e lancheiras. Se, de maneira muito sintética, a *Jovem Guarda* se apresenta como uma *beatlemania made in Brazil*, é necessário termos muita cautela para não enxergar o fenômeno nacional como um mero “reflexo” de seu similar estrangeiro. É preciso dar conta das estruturas de produção, circulação e consumo de nosso cenário musical. A singularidade da *Jovem Guarda* está essencialmente ligada às convenções herdadas do rádio, instituição que, até os anos 1950, funcionava como epicentro da música popular brasileira.

* Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil.

Ainda que a TV, na década seguinte, tenha tomado o espaço do rádio como plataforma estruturante do cenário musical, a gramática radiofônica persistiu nas formas de cantar, divulgar as canções e interpelar o público televisivo – um público que, àquela época, não se repartia em nichos de consumo geracionais. Grandes modificações vieram com o sucesso inesperado da música jovem – via Bill Haley, Elvis Presley e, posteriormente, Beatles –, que obrigou as gravadoras a reavaliarem as estratégias de conquista de público no Brasil. A nova safra de artistas deixava cada vez mais claro que o mercado de música não se resumia ao material sonoro. As canções eram mais um elemento de um enorme comércio de narrativas de vida, que se desdobravam em diversos suportes com forte conteúdo imagético: filmes, reportagens, ensaios fotográficos etc.

A construção dessa gramática televisual, impregnada de resquícios do rádio, esteve ligada, pois, à emergência de um mercado jovem, processo que teve em Roberto Carlos um de seus principais personagens. Assim, ao analisar a trajetória do cantor entre 1956 e 1969 – do início de sua carreira profissional até o fim da Jovem Guarda –, buscaremos compreender como Roberto Carlos, a partir de estratégias herdadas do rádio e adaptadas para o novo meio, viabilizou-se enquanto ídolo televisivo, firmando-se tanto como celebridade jovem, quanto cantor das multidões. Logo, o objetivo deste artigo é perceber como Roberto atuou como um mediador cultural entre o rádio e a televisão e entre o mercado jovem e o massivo.

Apoiados em registros de época – reportagens, canções, capas de disco, filmes, livros –, cruzados com biografias do cantor e de demais agentes, buscaremos compreender os constrangimentos e restrições que explicam sua atuação em dois processos distintos, mas entrelaçados: a passagem da música popular do rádio para a TV e a construção do segmento de música jovem. A análise dos dados deixa claro que nem o mercado televisivo, nem o jovem dispunham ainda de uma gramática estabelecida. Tateando em busca de procedimentos de sedução por meio da imagem, Roberto participou ativamente, assim, do estabelecimento desses códigos.

O texto inicia esclarecendo as noções de trajetória e mediação cultural; elucidada, em seguida, algumas convenções do universo radiofônico que constituirão o aprendizado de Roberto Carlos em seu relacionamento com as massas, o que, na sequência, nos permite compreender a trajetória do cantor em seu duplo movimento de conquista do segmento da música jovem e da audiência massiva.

Mediação e trajetória

Na sociologia, o conceito de mediação faz-se presente desde muito cedo. Em Marx (1983, pp. 159-170), por exemplo, trata-se de identificar o mecanismo que conecta

base e superestrutura funcionando como regulador da vida social. Assim, o trabalho aparece como mediador fundamental, pois é a partir dele que o homem se apropria da natureza e imprime a ela sua marca propriamente humana. Mediante o trabalho o ser humano se torna ser social. No entanto, na sociedade capitalista o trabalho converte-se em mercadoria, o que faz do capital um mediador fundamental de trocas.

O termo reaparece na sociologia da cultura de Williams (1979) para discutir a relação entre arte e sociedade: interessa indagar como formas artísticas medeiam formas sociais. Para além de discussões basilares como essas, o termo é aplicado para dar nome a profissionais específicos que, no mercado de bens culturais, fazem as pontes entre os universos da produção, circulação e consumo de bens culturais, como editores, livreiros, críticos, jornalistas, produtores culturais, radialistas etc. (Janssen e Verboord, 2015; Montoya, 2008; Pequignot, 2007).

Com o intuito de pensar uma antropologia das sociedades complexas, Gilberto Velho considera os mediadores culturais como agentes que estabelecem pontes, trânsitos e elos, funcionando como intérpretes entre universos distintos (Velho e Kuschner, 2001). Nas sociedades complexas, em que a diferenciação de papéis, regras de status e sistemas simbólicos é uma realidade incontornável, eles agem como intermediários, articulando as conexões necessárias ao funcionamento do sistema. A habilidade do mediador, portanto, está em lidar com códigos culturais nem sempre harmônicos. Disso resulta um processo de interação e comunicação tenso, repleto de conflitos e alianças.

A noção fez-se presente no trabalho de Karina Kuschner (2000), em que políticos são tomados como mediadores, pois traduzem e conformam os desejos e vontades de diversos grupos sociais. Já na tese de Igor Sacramento (2012), o mesmo papel é atribuído a Dias Gomes, dramaturgo que conciliou sua posição de membro do partido comunista com sua atuação em veículos da grande mídia. No campo da música, Letícia Vianna (1999) investiga como Luiz Gonzaga e Bezerra da Silva se tornaram porta-vozes, respectivamente, do Nordeste e do morro na grande mídia. De forma semelhante, Simone Sá (2002) investiga como Carmen Miranda, a meio caminho entre o Brasil e os Estados Unidos, negociou uma imagem singular, no contexto da Política da Boa Vizinhança, que ultrapassa o clichê de baiana tropical que lhe é comumente atribuído. Por fim, podemos citar a coletânea de Ângela de Castro Gomes e Patricia Hansen (2016) que analisa a trajetória de intelectuais mediadores – livreiros, editores, escritores – na interface entre política e cultura (Castro Gomes e Hansen, 2016).

Em certa medida, todos os indivíduos, atravessados por relações sociais distintas e conflituosas, acabam, em algum grau, exercendo a atividade de mediadores. Isso, no entanto, não esvazia a importância da noção, mas nos faz indagar acerca de sua natureza. De que maneira a mediação ocorre? Que forças sociais se cruzam? Quais

são as tensões observadas? São essas as questões que nos fazem estudar os mediadores.

A noção de mediação se soma à de trajetória. O estudo das trajetórias e projetos de vida é uma maneira de lidar com a importância das escolhas individuais, mas também de evidenciar a existência de elementos conjunturais e estruturais, nem sempre conhecidos, que pensam sobre a ação do sujeito (Velho e Kuschmir, 2001).

Ao reconstituir a vida de um personagem é necessário escapar ao que Bourdieu (1996) chama de ilusão biográfica: a crença na possibilidade de reconstituir um conjunto coerente, ordenado e linear de acontecimentos que se orientam para um fim e um propósito predeterminado. Para tanto, é necessário tomar tanto o agente quanto o espaço social em que ele se desloca como um “devir estando sujeito a sucessivas transformações” (p. 189). Isso implica reconstruir sua dimensão estrutural, ou seja, o conjunto de relações objetivas que organizam o campo e que distribuem os agentes e os grupos sociais segundo relações de proximidade ou distância. Dessa maneira conseguimos compreender o espaço dos possíveis, ou seja, as possibilidades de tomada de posição em meio aos constrangimentos que se colocam – constrangimentos esses que, em maior ou menor grau, podem ser modificados pela ação dos sujeitos.

Estudar a trajetória artística de Roberto Carlos é compreender como a adesão à música jovem lhe apareceu como contingência: uma estratégia para a profissionalização e inserção mercadológica. Não se trata, portanto, de uma teleologia, mas de perceber como um cenário musical em transformação respondia a tendências de mercado que se globalizavam. O surgimento da música jovem se deu no mesmo momento em que as convenções da música popular são reconfiguradas sob a égide da televisão. Essa reconfiguração, no entanto, dava-se a partir de bases previamente dadas por uma gramática radiofônica que se plasmava não só em estruturas sociais, mas também em estruturas mentais, ou seja, em uma racionalidade específica que se traduz em modos de pensar, agir e classificar a realidade, afinada com determinantes objetivos dos quais os agentes nem sempre têm consciência. Em um cenário como a música massiva, em que a dimensão heterônoma é central, é necessário reconhecer o jogo plástico em que a autonomia criativa e as forças mercadológicas se entrelaçam. Deste modo, é possível perceber um certo grau de indeterminação no trabalho de Roberto Carlos, trabalho esse que constitui, antes, um processo em construção que um produto dado de antemão.

Respeitando os limites estabelecidos por relações de força e jogos de poder próprios à indústria da música, tentaremos articular as hesitações, incertezas e escolhas que incidiram na carreira de Roberto Carlos e dependeram não só do artista, mas dos agentes, grupos e instituições que organizavam o universo da música popular. Uma atenção especial será dada a suas representações midiáticas, síntese do campo de forças que o fabricou enquanto ídolo popular.

Sua biografia (Araújo, 2006) mostra como seu objetivo era se tornar um ídolo das massas ao estilo Cauby Peixoto – desejo, que, entretanto, foi se adequando às possibilidades apresentadas. Cabe agora compreender qual era o campo de possibilidades aberto aos aspirantes a ídolo.

A idolatria no rádio

Até a década de 1950, os programas de auditório representavam um dos pilares de sustentação de todo o sistema de estrelato radiofônico. Passar pelo crivo da audiência era condição indispensável para o sucesso. Cantores consagrados, calouros, comediantes, humoristas e até mágicos eram as atrações desses *shows* de variedades que duravam até cinco horas. A qualidade do espetáculo era proporcional à catarse da plateia, que cantava, ria, aplaudia e vaiava. Grande parte do entusiasmo se baseava na rivalidade forjada entre cantoras, como Emilinha Borba e Marlene, que eram transformadas em celebridades em meio a aplausos, vaias e até agressões físicas trocadas pelas integrantes de seus fã-clubes.

Com entrada livre ou ingresso bastante acessível, os programas de auditório cativavam as camadas baixas e suburbanas que se organizavam em caravanas, levavam cestas de comida e até dormiam na fila para garantir o lugar. Apresentadores como Cesar de Alencar chegavam a fazer referências explícitas aos bairros pobres do subúrbio e aos estados de origem da massa imigrante que lá costumava se abrigar: “Paraibanos, esse programa é pra vocês” (McCam, 2006, p. 190). O encontro face a face das audiências era mediado por publicações como a *Revista do Rádio* que, ao divulgar atrações, concursos e, principalmente, revelar as intimidades dos astros, atuavam como meios de incendiar ainda mais os auditórios. Por meio de colunas de fofocas e de uma movimentada seção de cartas de leitores, alimentavam ainda mais a rivalidade e a participação do público. Funcionavam, assim, como locais de construção, conhecimento e reconhecimento e distinção das audiências, como já mostramos em outra ocasião (Garson, 2017).

Passar pelo crivo dos auditórios era o rito de passagem obrigatório aos aspirantes a ídolo popular. Nesse rádio feito ao vivo, Roberto Carlos aprendeu estratégias de cativar o público através de canções, performance de palco ou aparições em revistas, jornais, e, posteriormente, televisão e cinema. E quanto ao repertório, foi a música romântica – boleros, guarânias e sambas-canção, ritmos de grande sucesso desde a década de 1930 – que formou a base de sua obra.

Nos anos 1960, com o barateamento dos receptores, a televisão expande o seu público e passa a optar por uma programação mais popular, abandonando o experimentalismo e a liberdade da década anterior. A música e as novelas ganham força no

novo meio, que abocanhou verbas publicitárias do rádio e pôs os grandes cantores sob contrato, levando ao declínio os tradicionais *shows* de auditório das rádios. Mas se os programas se esvaziaram, o auditório, enquanto polo de consagração cultural e matriz de práticas sociais, continuava vivo. Foi a habilidade em transplantá-lo para a gramática televisual nascente que respondeu por grande parte da consagração de Roberto Carlos. É esse processo que estudaremos a partir de agora.

João Gilberto dos Pobres

Nascido em 1941, em Cachoeiro do Itapemirim, interior do Espírito Santo, filho da costureira Laura Moreira Braga e do relojoeiro Bernardino Braga, Roberto Carlos Braga teve a infância e a adolescência marcadas pelo contato com o rádio. Tangos, guarânias, valsas, sambas-canções e boleros forjaram seu repertório e estilo romântico de interpretação, cultivados até hoje. Quando criança, apresentou-se em *shows* e caravanas de calouros mirins com um repertório adulto inspirado nos grandes cartazes de então.

Chegando ao Rio de Janeiro em 1956, instalou-se no bairro suburbano de Lins de Vasconcelos. Passava os dias nas rádios procurando oportunidades para se apresentar, mas sua experiência pregressa como calouro, além da habilidade com o violão e piano, não valiam muito no cenário musical mais competitivo do país. Paralelamente, garantiu o diploma escolar estudando à noite. Na mesma época, integrou-se a um grupo de jovens que se reunia na Tijuca, bairro vizinho a Lins. Ao lado de futuros ídolos da música, como Jorge Ben, Wilson Simonal e Tim Maia, Roberto participou de serestas e compartilhou o gosto por cinema e quadrinhos norte-americanos.

Com Tim Maia, fundou o quarteto vocal *Os Sputniks*, cujo repertório, em inglês, era retirado de *rocks* ouvidos no rádio, apesar de seus integrantes desconhecerem o idioma. Apresentaram-se em igrejas e clubes suburbanos até conhecerem Carlos Imperial, que fazia parte do *show* de variedade *Meio Dia*, como produtor de um quadro intitulado “Clube do Rock”. Nele, Roberto e Tim encarnavam, respectivamente, o Elvis Presley e o Little Richard brasileiros, dançando e dublando *hits* estrangeiros até 1959, quando o *show* foi cancelado.

Nesse ano, Roberto enxergou na emergente Bossa Nova a possibilidade de profissionalização. Com um repertório de bossas e sambas, atuava como *crooner* da boate Plaza em Copacabana. Notando a semelhança com o canto de João Gilberto, Imperial decide lançá-lo como o “príncipe da Bossa Nova” (Monteiro, 2008, p. 12). Seu primeiro compacto, que reproduz abertamente os trejeitos vocais de João Gilberto, não vendeu bem, nem conseguiu estabelecê-lo nos círculos de bossa. Quando todos se esforçavam para cantar como Gilberto, o capixaba acreditava estar apto a se tornar um cantor de bossas profissional, pois dominava o repertório, e sua voz miúda

e suave se adaptava muito bem à performance vocal própria ao gênero. Aprenderia, da pior maneira, que estava errado.

Apelidado de “João Gilberto dos Pobres” (Araújo, 2006, p. 112), sua interpretação era encarada como cópia – destituída dos signos extramusicais de legitimação. Os círculos de bossa eram formados por jovens universitários de classe média, moradores da parte nobre da cidade, a zona sul. A realidade de Roberto Carlos era bastante diferente: interiorano e agora suburbano, com grande dificuldade completara o ensino secundário e ainda trabalhava como músico para sobreviver. Para os estetas da bossa nova, nada mais vulgar do que um calouro de auditório, que buscava converter uma proposta aparentemente desinteressada de vanguarda em ganha-pão e, pior, em atalho para o sucesso massivo. Quanto mais a Bossa Nova se difundia, maiores eram as barreiras utilizadas para manter os arrivistas longe das reuniões de apartamento e do circuito de *shows* universitários. Assim, destituído de capital cultural e social, a técnica vocal do capixaba era desprovida de rentabilidade simbólica. Isso mostra de que maneira a classe social organizava as chances de acesso a determinadas posições, evidenciando seu caráter estruturante no mercado musical.

Isso, no entanto, não impediu Roberto e Imperial de continuarem apostando no gênero, como mostra o segundo compacto do cantor, que possui um samba orquestrado (“Canção de amor nenhum”) e uma bossa (“Brotinho sem juízo”). Na segunda composição, é interessante perceber como o diálogo com uma cultura juvenil emergente, que caracterizaria o universo simbólico da Jovem Guarda, já estava ali presente. A letra possuía um claro apelo moralista¹, recobrando o mesmo universo semântico e moral dos *rocks* “bem comportados” da dupla de compositores Paul Anka e Neil Sedaka, que já haviam influenciado Celly Campello, a “rainha do *rock* brasileiro” em fins dos anos 1950.

Suburbanos norte-americanos

Em 1961, Roberto lançou seu primeiro LP, *Louco por você* (Carlos, 1961), que se inspirava não só na bossa nova, mas nos *rocks* de Sergio Murilo – primeiro ídolo brasileiro do gênero –, no bolero de Anísio Silva e no samba de Milton (Araújo, 2006). *Louco por você* incluía, em ritmo de bossa, a representativa “Ser bem”. A canção fazia menção ao jornalista [Jean] Pouchard e aos personagens – os *playboys* Jorginho [Guinle] e Baby [Pignatary] –, ambientes – as boates Copa e Sacha’s e o clube de equitação Hípica – e eventos – o concurso de beleza *Miss Elegante Bangu* – que

1. “Brotinho toma juízo/ Ouve o meu conselho/ Abotoa esse decote/ Vê se cobre esse joelho [...]” (Carlos, 1961).

povoam sua coluna social, evidenciando como o imaginário midiático de *glamour* e consumo, recheados de signos norte-americanos, povoava os desejos de ascensão de jovens como Roberto.

O lançamento do disco acompanhava a construção da imagem do cantor pelas mãos de Carlos Imperial, que então estava à frente de *Os Brotos Comandam*, programa de TV baseado em *rock and roll*, chá-chá-chá, *twist* e *bully gully*. Além da TV, Imperial também divulgava as novidades da música jovem na *Revista do Rádio*.

Com o lançamento do primeiro LP, é possível ver o nome da faixa título “Louco por você” nas paradas de sucesso da *Revista do Rádio*, acompanhado por uma nota na coluna de fofocas “Mexericos da Candinha”, que dizia: “Romance em evidência de brotinhos. A nova cantora Rosemary e Roberto Carlos, cantor de Bossa Nova” (“Mexericos...”, 1961). “Bossa nova” e “brotinho” são dois elementos importantes para compreender a posição de Roberto no mercado musical. O primeiro grupo já estava razoavelmente definido, enquanto o segundo apontava para um núcleo de artistas que ainda se desenhava.

A geração dos brotos seria explorada em outra matéria da mesma revista, a qual apontava que o então “Rei dos Brotos”, Cauby Peixoto, estava sendo ameaçado por nomes como Sergio Murilo, Agnaldo Rayol, Pery Ribeiro, Tony Campelo e Demetrius e ainda “Roberto Carlos que é uma coqueluche da juventude” (“Cauby...”, 1961, p. 15). A única semelhança entre todos esses cantores era a proximidade etária, já que os universos sonoros em que habitavam eram diferentes. Sergio Murilo, Tony Campelo e Demetrius apostavam no *rock*; Agnaldo Rayol, na música romântica; e Pery Ribeiro, na bossa nova; Cauby, o clássico ídolo que veio do rádio com um repertório extremamente diversificado. Os três primeiros utilizavam a juventude como forma de se promoverem; os demais, não. Roberto Carlos estava entre a bossa nova e a música jovem em um típico cenário de indefinição. A contracapa de *Louco por Você* o caracterizava como alguém que “encontrará o seu lugar na linha de frente dos jovens e talentosos artistas da nova geração”.

Na mesma *Revista do Rádio*, Imperial mantinha uma seção chamada “O Mundo é dos Brotos”. Nela, um quadro com a parada de sucesso de cinco países ocupava um terço de toda a página, seguido de pequenos textos informativos. Falava de *rock*, mas também dos cantores italianos que estouravam no festival de San Remo; “os maiores”, “os cobras”, “os preferidos”, “os sucessos”, “os líderes de audiência” eram o que interessava noticiar. Isso deixava claro que, para Imperial e os jovens que gravitavam ao seu redor, como Roberto, tornar-se um ídolo era mais importante que tornar-se um ídolo de música jovem, pois poucos acreditavam na longevidade desse nicho de mercado recém-formado. Isso explica por que Roberto nunca descurou da canção romântica, ainda que se tenha tornado o maior astro jovem do período.

A partir de 1962, Roberto assume o posto de ídolo juvenil da gravadora CBS, substituindo Sergio Murilo, que pouco antes ocupara o posto de “Rei da Juventude” ao lado de Celly Campello. Sua imagem abandonava o universo adulto da bossa para se ancorar nas referências à cultura juvenil norte-americana dos anos 1950, que nos chegava através do *rock and roll* e de filmes como *Juventude Transviada* e *Ao Balanço das Horas*. Assim, tornavam-se corriqueiras declarações como a seguinte: “três são as coisas que Roberto mais aprecia na vida: cantar e ter um carro de corrida, além dos brotos, naturalmente” (“Paixões...”, 1962, p. 15).

A origem popular e interiorana constituiu o ponto de partida para a narrativa linear que construía Roberto como o sujeito que veio “de baixo” e triunfou graças ao esforço individual. Ele era “o rapaz do Espírito Santo, que veio vencer no Rio, em rádio, em discos e TV” (“O mundo...”, 1962, p. 29). Sua rotina se resumia a “fãs ao telefone e uma trabalhadeira: viagens para cá e para lá. Roberto Carlos tem que se alimentar forte para aguentar a luta. Mas, quem disse que ele não gosta dessa vida de ‘estivador’?” (“Paixões...”, 1962, p. 16). Ele se afirmava como um modelo, “um professor em caitituagem e seu maior valor reside principalmente na disposição para o trabalho. Acorda às 7 h da manhã, diariamente, para fazer tocar os seus discos. Que ele sirva de exemplo aos novos valores que surgem e, antes de serem artistas, já estão acomodados, não demonstrando interesse pela carreira” (“O mundo...”, 1962, p. 29).

“Estivador” e “professor de caitituagem” eram maneiras de definir e legitimar o trabalho análogo ao braçal que caracterizava o universo da música popular e seus artistas majoritariamente oriundos das baixas camadas sociais. Caitituar era o mesmo que frequentar insistentemente os programas de rádio a fim de divulgar suas canções. Até então, o capixaba já havia trabalhado como *crooner* e se apresentado em igrejas, circos e espetáculos populares. Como datilógrafo, complementava as inconstantes remunerações. Assim, a representação de Roberto, embora voltada para a construção da imagem de um ídolo jovem – distinta, portanto, dos astros já consagrados –, construía-se de forma muito semelhante a tantas trajetórias de sucesso estampadas na *Revista do Rádio*, como a de Ângela Maria, que havia sido operária, e de Orlando Silva, *office-boy*.

A narrativa típica enfatizava as origens humildes, o esforço individual e o brilho da fama que, contudo, não o deixariam esquecer seu apreço à família e ao público que o consagraram. Ao ser eleito “Favorito da nova geração”, em uma cerimônia que ainda celebrava os vinte anos de carreira da grande estrela dos auditórios Emilinha, ficava clara a aderência do novo cantor ao universo simbólico do rádio, com seus reis, rainhas e concursos.

Roberto assumia, assim, o papel de mediador ao negociar o cruzamento da nova simbologia juvenil com o universo radiofônico tradicional, massivo, popular e

suburbano, que progressivamente era incorporado pela TV. Isso explica uma simbologia baseada na exaltação das origens humildes e disposição para o trabalho, com o hedonismo das festas, carros e diversão, presentes nos filmes, canções e quadrinhos juvenis norte-americanos.

A construção de um ídolo jovem

Os anos de 1963 e 1964 foram fundamentais para Roberto se projetar como ídolo jovem. Com *Splish splash*² já se definem alguns signos característicos das composições da Jovem Guarda: humor, ausência de acompanhamento orquestral e alusões a um estilo de vida jovem e hedonista. Na canção – que narra, com ironia, a história de um beijo roubado e devolvido com um safanão –, a orquestra, presente nas composições anteriores, é substituída pela banda Renato e seus Blue Caps. O humor se faz presente na letra, que narra o infeliz destino prosaico do eu lírico, mas também na inserção de risadas, que ridicularizam a condenação a práticas “tipicamente” juvenis, como, no caso, o namoro no cinema. A canção está no mesmo LP de “Parei na contramão”, composição que mistura a temática dos carros e da paquera juvenil, ao narrar a história de um motorista que fura o sinal em busca do “broto displicente” e acaba tendo a carteira de habilitação apreendida.

Essa leva de canções evocava o universo da juventude transviada, a qual, para além do filme homônimo, aludia a *playboys* motorizados que apavoravam Copacabana, tópico extremamente debatido na imprensa dos anos 1950. O automóvel, a velocidade e a conquista amorosa construía a juventude como esfera de liberdade e prazer. Ao mesmo tempo que se utilizavam da noção de delinquência para conectar-se com o imaginário midiático de então, as composições faziam uso do deboche e ironia, como meio de eliminar qualquer vestígio de desvio. Além disso, as faixas de levada mais acelerada e narrativa dinâmica conviviam com outras cujo tom confessional adaptava a vasta tradição romântica da música popular radiofônica ao universo juvenil das festas, brotos e namoros adolescentes.

A partir do segundo LP, a imagem do cantor está cada vez mais vinculada à sua mãe. Apontava-se, assim, tanto na direção do fã de música jovem quanto da família reunida ao redor da TV e do rádio. A mãe se tornava o elo entre vida pública – da rua e do rádio – e vida privada – ligada à intimidade do lar.

2. “*Splish splash!*/ Fez o beijo que eu dei/ Nela dentro do cinema/ Todo mundo olhou me condenando/ Aha! Aha!/ Só porque eu estava amando/ [...] *Splish splash!*/ Fez o tapa que eu levei/ Dela dentro do cinema/ Todo mundo olhou me condenando/ Só porque eu estava apanhando” (Carlos, 1963).

Enquanto [acordo] mamãe pessoalmente cuida do meu café com leite, pão, frutas, geleia de morango. [...] Se não tiver programa entre 19 e 21 horas, [...] sou pontual [...] para jantar com meus pais [...]. Gosto das macarronadas que [mamãe] faz, dos suculentos bifes com [...] fritas (“Como vive...”, 1964, p. 14).

O caráter nitidamente trivial de reportagens como essa era uma forma de fabricar uma sensação de intimidade mediada; uma “performance pública da vida privada” (McDonnel, 2012, p. 35). Assim, Roberto ultrapassa o status de ídolo jovem, mostrando-se uma figura “do povo”, “igual a todos nós”, que, mesmo cercado de garotas, não perdia a macarronada da “mamãe”. Com um pé na plateia e outro além dela, Roberto construía-se mediante uma dialética de identificação e distinção: “É importante dizer que o sucesso não o modificou. Continuou sendo o bom rapaz, simples e alegre, tem sempre palavras de gratidão para aqueles que o ajudaram a subir” (“TODA A...”, 1965, p. 12).

A estratégia, no entanto, não era inédita. Desde a década de 1940, a *Revista do Rádio* mostrava o lado mundano da vida dos artistas, contrastando o *glamour* do estrelato com atividades cotidianas, tais como cozinhar e passear com o cachorro. O que muda é a maneira como essa estratégia é adaptada à construção de um ídolo jovem: “detesto o paletó e gravata [...] mesmo quando viajo não deixo de estar de camisa esporte e calças *blue jeans* [...]” (*Idem*).

Depois de “*Splish splash*” e “Parei na contramão”, “É proibido fumar”³ firma ainda mais o nome de Roberto no mercado jovem. Abrindo o seu terceiro LP, a faixa continha a ironia e o deboche característicos das duas outras composições, investindo, ainda, na figura do conquistador livre de amarras que, na sua rebeldia inofensiva, “[Seguia] incendiando, bem contente e feliz/ Nunca respeitando o aviso que diz/ Que é proibido fumar!”. O tema dos carros e da velocidade voltava com “Calhambeque”, uma ode ao automóvel, o qual, na década de 1960, era tanto símbolo de prosperidade da nação quanto índice de status do indivíduo – o “meu” carro, símbolo do “meu” sucesso (Figueiredo, 1998). Na capa do disco, há uma foto estática do cantor de braços cruzados, semblante sério e trajando camisa vermelha, cor que remetia, ao mesmo tempo, ao fogo, de “É proibido fumar”, mas também à juventude transviada, rotulada na imprensa, desde a década anterior, como grupo que “dança ‘*rock and roll*’, veste camisa vermelha, masca chiclete e usa ‘*blue jean*’(*sic*)” (Silva, 1958, p. 33). Na contracapa do disco, Roberto aparecia em uma imagem em preto e branco, trajando suéter, calça e sapatos escuros, com os braços

3. “Eu pego uma garota e canto uma canção/ E nela dou um beijo com empolgação, rá!/ Do beijo sai faísca e a turma toda grita/ Que o fogo pode pegar, ah!” (Carlos, 1963).



É proibido fumar.

Fonte: https://www.discogs.com/pt_BR/artist/286945-Roberto-Carlos, consultado em 18/1/2020.



Roberto Carlos canta para a juventude.

Fonte: https://www.discogs.com/pt_BR/artist/286945-Roberto-Carlos, consultado em 18/1/2020.

abertos e a mão direita espalmada, apontando para cima e esboçando um sorriso discreto, como a indicar um gesto de liberdade. Mais uma vez, o jogo de oposições era mobilizado de forma irônica.

Seu próximo disco, *Roberto Carlos canta para a juventude*, investia no universo propriamente juvenil dos filmes, quadrinhos e séries de faroeste, ao narrar o duelo de *cowboys* (“História de um homem mau”), o encontro com Frankenstein (“Noite de terror”) e a briga entre turmas de rua (“Os sete cabeludos”). O acompanhamento instrumental ganhava um toque de modernidade e cosmopolitismo ao contar com um órgão Hammond, comum em filmes de ficção científica como *O dia em que a Terra parou*. Nas faixas românticas, o instrumento promovia a releitura moderna do tradicional repertório romântico e lacrimoso; e nas de apelo mais jovem, criava efeitos sonoros que, somados a gritos, sirenes e buzinas, produziam uma narrativa dinâmica e fragmentada que remetia a filmes e quadrinhos. A contracapa desse disco é composta por duas imagens reveladoras: de um lado, Roberto, sentado em um banquinho, veste uma camisa branca e calça preta; de outro, metido em um terninho de quatro botões, reproduz a popular indumentária dos Beatles. Enquanto o visual minimalista e o banquinho apontavam para a bossa nova, um passado já superado, a referência à banda inglesa indicava qual seria o eixo condutor da música jovem daí em diante.

Entre o nicho e a massa

A estreia do programa *Jovem Guarda* na TV Record, em agosto de 1965, cria um acontecimento até então sem paralelo na história da música popular brasileira. Rotulado de “Rei do ié-ié” (Oliveira, 1966, p. 29), Roberto se construía como um tipo especial de monarca que parecia ter sido alçado ao trono pela audiência midiática que cativara. Então, para além de uma questão hereditária, já que ele parecia localizar-se na linha sucessória dos astros do rádio, o trono lhe era de direito por uma questão de merecimento. De acordo com a narrativa, registrada sobretudo na mídia impressa, para além de colher os frutos “naturais” do “trabalho duro”, possuía um carisma que lhe era inerente. Construído socialmente, o carisma do cantor é um efeito do diálogo com diversos signos midiáticos capturados do rádio, imprensa e cinema, adaptados à lógica televisiva. O *playboy*, personagem que se popularizara no colunismo social da década de 1950, expresso na já citada canção “Ser bem”⁴, havia criado o padrão

4. “Ser bem/ É no Copa debutar/ É sair todo domingo/ Na revista do Pouchard/ Ser bem/ É andar de Cadillac/ É dizer que está ‘in love’/ Mesmo que seja de araque/ Toda garotinha bonitinha tem mania/ De ser elegante da Bangu/ Quer ver o seu nome na coluna todo dia/ Pertinho do Jorginho, ao lado do Didu/ Ser bem é na Hípica jantar / É no Jôquei desfilas e de noite, no Sacha’s/ Com Baby, juntinho dançar/ Mamãe, eu também quero ser bem” (Carlos, 1961).

narrativo apropriado por Roberto. Ele ostentava desmesuradamente suas riquezas, revelando a lógica de uma cultura de consumo em que o sucesso do indivíduo era pontuado pela aquisição de bens materiais.

A imprensa falava muito de sua coleção de carros importados e de seu apartamento forrado de veludo azul, decorado com obras de arte abstratas e móveis de jacarandá. Para abri-lo, uma chave de ouro maciço com seu nome gravado (“Periscópio”, 1966, p. 7). O ouro, a prata, o veludo, o jacarandá, as obras de arte e o carro fundiam símbolos de poder de um monarca tradicional e de um burguês industrial, revestido por certo exagero arrivista: o rei encontrava-se com o *playboy* e o suburbano endinheirado em um conto de fadas afinado à sociedade do consumo.

A performance do músico se adaptava à nova gramática da música, que, ao ser dragada pela TV, tornava-se cada vez mais visual. Na década de 1960, além da *Revista do Rádio*, novas publicações se ocuparam da vida íntima dos astros, como a *Intervalo* e a *Contigo*. Especializada no universo televisivo, *Intervalo* documentou intensamente o cotidiano da Jovem Guarda e da nascente MPB. Já a *Contigo*, “a revista jovem para os jovens brasileiros”, investia na segmentação geracional através de longas matérias com os ídolos emergentes e ainda dedicava cuidado especial às fotografias em cores, elemento importante desse novo regime imagético.

Para os cantores da Jovem Guarda, o corpo era marca distintiva fundamental, sendo explorado em blusas abertas de tons berrantes e estampas chamativas, minissaias, calças boca de sino, cabeleiras *beatle*, anéis, botas e pulseiras que brilhavam nas fotografias de revista ou telas de TV. Nos palcos do *Jovem Guarda*, gírias como “é uma brasa, mora”, já impregnadas na linguagem popular, combinavam-se aos meneios corporais de Roberto Carlos, tornando-se marcas registradas. A esses elementos somava-se uma sonoridade eletrificada em um palco decorado com imagens de carros e retratos do cantor. Assistir a ele em ação era muito diferente de escutar suas músicas.

Antes de tudo, é um frenesi. Ouvi-lo já é agradável, mas muito melhor é vê-lo num auditório, exprimindo com gestos arrebatados a sua força juvenil, o seu amor à vida e a sua alegria. Esse rapaz, que fará 22 anos em abril, tem um rosto meio de anjo – o qual naturalmente vem ornado por uma bela cabeleira negra e sedosa. [...] Temos pois no palco um belo rapaz que canta e gesticula. Mas diante dele [...] milhares de mocinhas que gritam desesperadamente o seu nome (“Oh! Ele é um pão”), que desmaiam, que balbuciam declarações de amor. Há também rapazes [...] à procura [...] do magnetismo do cantor, do qual já adotaram os cabelos e o estilo exterior (Oliveira, 1966, p. 85).

Embalada pelo ritmo da canção e vibrando, a plateia do auditório está eletrizada.

No fundo do palco, iluminado sem nuances, há desenhos de calhambeques. As lentes das câmaras são os olhos de milhares de pessoas [...] todas as atenções se derramam sobre um novo ídolo. Roberto Carlos, de calças apertadas e longos cabelos pretos [...], ele é o rei absoluto de nosso iê-iê-iê. [...] Como se explica o fenômeno Roberto Carlos? [...] a juventude explica tudo [...] – tanto o deus idolatrado quanto os crentes que o idolatram. Veja-se, [...] o sucesso dos Beatles, tudo neles é jovem, [...]: as roupas, o ritmo, o jeito de sorrir e, principalmente, as letras de suas composições. Nesse último item também está uma das chaves do êxito de Roberto Carlos (Soares, 1966, p. 29).

Quem assistiu ao programa no Teatro Record não tinha mais de vinte anos. A maioria era de meninos e meninas usando calça Lee e botinhas, que subiam e desciam no compasso do rock (“Roberto Carlos foge...”, 1965, pp. 14-15).

Assim, o êxito de Roberto dependia de como construía uma ideia de juventude pela via audiovisual. Mediante gestos, indumentária, cabelo, gírias, entonação de voz e repertório, ele fabricava não só a posição de ídolo, mas de ídolo jovem. Essa performance de autenticidade era feita sob medida para a audiência doméstica e televisiva, mas também para o público eletrizado que assistia a ele ao vivo, o que remetia a uma das mais tradicionais instâncias de consagração da música popular: o auditório das rádios. Veremos, no entanto, que sua posição de ídolo jovem era somente um degrau para atingir seu objetivo, tornar-se um ídolo das massas.

Se a existência de fã-clubes remontava às disputas de popularidade entre ídolos do rádio, a questão, agora, era como imprimir ao fenômeno um caráter jovem. Isso explica o esforço da mídia na caracterização detalhada do público. O frenesi juvenil era uma das temáticas preferidas nas matérias sobre os Beatles que, desde 1964, inundavam a imprensa brasileira. Não surpreende que os mesmos adjetivos fossem usados para a Jovem Guarda: “Roberto Carlos quase nu e todo arranhado fugiu num Volkswagen verde enquanto mais de trinta meninas – todas usando calças ou saias Lee e o competente cinturão de vaqueiro americano – ficaram gritando na porta do teatro Record e logo depois brigando e chorando em disputa do que restava da camisa vermelha do cantor” (“Roberto Carlos foge...”, 1965, p. 14). A mídia, portanto, já tinha dado conta de rotular e publicizar o fenômeno da idolatria que irrompia nos anos 1960 como propriamente juvenil, mesmo antes de Roberto Carlos chegar aos palcos da Record. Mas a figura do cantor também evocava uma dimensão melancólica.

Jovem Guarda (Carlos, 1965a) é o nome do quinto LP de Roberto Carlos. Sua capa exhibe quatro imagens do cantor com semblante introspectivo; barras verticais e coloridas contrastam com essa figura e dão movimento à composição. O ritmo

dinâmico que caracterizava o programa *Jovem Guarda* está presente em faixas como “Lobo mau”⁵ e “Não é papo pra mim”⁶. Enquanto essas duas canções resgatam novamente a figura do *playboy* conquistador, hedonista e “cafajeste”, em “Mexericos da Candinha”⁷ o cantor remetia à seção homônima de fofocas da *Revista do Rádio* e às críticas que lá recebia, a fim de reiterar o caráter nada ameaçador de seu comportamento e visual. Merece atenção especial “Quero que vá tudo pro inferno”⁸, canção que conseguiu dialogar, ao mesmo tempo, com o público massivo e o segmento juvenil, fazendo de Roberto o maior vendedor de discos de 1966. Tratava-se de uma crônica sobre a solidão nas grandes cidades, que reitera o caráter implacável do sofrimento, apesar das promessas hedonistas do consumo. A afirmativa ganhava credibilidade na boca de Roberto, que, apesar da ascensão meteórica, ainda conservava um certo tom melancólico em sua imagem pública. A composição, assim, inseria o *playboy* endinheirado no universo lamurioso do bolero e samba-canção, dialogando com o vasto público que descendia do rádio. Esse apelo mostrava que Roberto buscava dialogar com diversas faixas da audiência, não se restringindo somente ao público jovem. Outras propostas vão na mesma direção.

Em maio de 1966, o cantor participou do concerto *Jovem Guarda em Estilo Clássico*, cuja proposta era fundir sucessos jovens com a música erudita, misturando intérpretes da Jovem Guarda, cantores líricos, banda e orquestra. Em abril de 1967, chegava às livrarias *Roberto Carlos em prosa e verso*, o primeiro de uma série de quatro livros que contêm poemas, crônicas e até um roteiro de teatro. No mesmo ano, o cantor interpreta “Maria, carnaval e cinzas”, canção de temática engajada, no III Festival da Música Popular. Vitrine da MPB, o evento nutria rejeição enorme aos artistas da Jovem Guarda, o que não impediu Roberto de angariar o quinto lugar.

Ao mesmo tempo que lançava a linha de roupas Calhambeque, composta de calças, botas, cintos e demais itens para adolescentes, ele flertava com a música erudita, poesia e repertório engajado. Essas iniciativas não devem ser compreendidas como tentativas de se legitimar nessas esferas, mas, sim, como formas de oferecer às mais diversas audiências a possibilidade de consumir o ídolo em múltiplos formatos. Isso explica por que se apresentava em pavilhões, clubes, ginásios e estádios, para públicos

5. “Eu pego o meu carro e começo a rodar/ E tenho mil garotas/ me chamam lobo mau [...] eu sou o tal” (Carlos, 1965).
6. “Casamento enfim/ Não é papo pra mim” (Carlos, 1965).
7. “A Candinha vive a falar de mim em tudo/ Diz que eu sou louco, esquisito e cabeludo/ [...] Mas a Candinha agora já está falando até demais/ Porém ela no fundo sabe que eu sou bom rapaz” (Carlos, 1965).
8. “De que vale o céu azul e o sol sempre a brilhar/ Se você não vem e eu estou a lhe esperar [...] De que vale a minha boa vida de *playboy*/ Se entro no meu carro e a solidão me dói/ Não suporto mais você longe de mim/ Quero até morrer do que viver assim/ Só quero que você me aqueça nesse inverno/ E que tudo mais vá pro inferno” (Carlos, 1965).

de mais de 10 mil pessoas, mas também cortejava a simpatia das elites em eventos exclusivos no Country Club.

Para fazer valer a tão propalada simplicidade que a imprensa lhe apregoava, realizou *shows* beneficentes e lançou a campanha de arrecadação de agasalhos *Quero que você me aqueça nesse inverno*. No intervalo de seu programa, pedia aos “papis e mamães” que não esquecessem de vacinar seus filhos contra a poliomielite. Respondia as cartas do público em seu programa diário na Rádio Jovem Pan; também por escrito, na seção “Roberto Carlos Responde”, da revista *Contigo*. A filantropia e o diálogo através de cartas eram estratégias saídas, mais uma vez, do rádio: objetivavam a ligação orgânica do ídolo com a audiência (Calabre, 2002). Uma dessas cartas, no entanto, revela bem a natureza do fenômeno Roberto Carlos.

Só hoje separei aqui estes pedidos: de uma menina de seis anos que quer me fazer sócio de sua boutique. Outra, daqui de São Paulo, que quer que eu seja padrinho do último filho e que eu consiga o enxoval. De Salvador, o pedido de ajuda para um terreno de Cr\$ 600 mil para uma senhora poder sustentar seus filhos. Um piano para uma casa beneficente da Lapa, no Paraná. Um outro auxílio para uma senhora de Aparecida (SP), que tem quatro filhos e quer abrigá-los num “ranchinho”. Uma viúva de Acesita quer financiamento para arrumar o enxoval da filha que vai casar em maio [...]. NCr\$ 500,00 é o que me pede um homem de São Sebastião do Umbuzeiro, para que ele possa continuar nos estudos. Outro jovem de Santo Ângelo, em condições parecidas, me pede NCr\$ 1.400,00. Do Rio de Janeiro, um motorista que não tem sido muito bem-sucedido me pede que lhe envie... um caminhão. Há ainda um pedido de um barco de pesca para o avô de uma criaturinha muito preocupada com o fracasso do avô, que é pescador. E ainda um sr. Faria de Azevedo que deve ser do Rio pois pede licença para tentar um serviço na casa de minha mãe. Depois de me contar todas as suas misérias, ele me diz que seu sonho é conhecer a Europa e me pede pelo amor de Deus para eu não deixar de atendê-lo. Basta que eu adiante NCr\$ 4.376,00. Voltemos ao caso de Terezinha, que queria uma perua Kombi. Entendeu agora por que eu não posso mandar a sua condução? Espero contar com a compreensão de todas as pessoas que me escrevem nesse sentido. Pessoas que sonham com dádivas impossíveis (Carlos, 1967a, p. 19).

A natureza díspar dos pedidos é reveladora. Estampando sua marca em músicas, discos, livros, concertos, programas de TV, reportagens, campanhas filantrópicas, anúncios de utilidade pública, além de botas, calças e acessórios, Roberto criava uma relação ao mesmo tempo de intimidade e distância com a sua audiência. Ele encarnava desde o vizinho ou familiar mais ou menos abastado com quem se convive algo frequentemente – e que, porventura, poderia socorrer em momento de necessidade –, até a deidade a que se dirigem pedidos impossíveis.

Quando um padre chegasse a adaptar as canções de Roberto para atrair jovens fiéis, ficava claro o processo de idolatria que cercava o cantor, já afirmado como modelo de comportamento e estilo de vida. Os títulos de cidadão carioca e paulistano confirmavam seu reconhecimento pelo poder instituído. Enquanto isso, ele se tornava o centro de análises de intelectuais articulados em veículos de nicho – é o caso do debate organizado pela *Revista Civilização Brasileira*, que teve a participação de Nara Leão e Caetano Veloso (Barbosa, 1966) – e também na mídia massiva – é o caso das intervenções de Marialice Forachi na *Revista Manchete*, analisando o ídolo Roberto Carlos (Foracchi, 1966), e também no *Jornal do Brasil*, em que se propunha a dissecar os significados do carrão para os artistas da música jovem (Foracchi, 1967).

Antes de deixar o programa *Jovem Guarda*, o cantor protagonizou o filme *Roberto Carlos em ritmo de aventura*, um precursor do segmento audiovisual jovem que se consolidaria no cinema e na teledramaturgia brasileiras dos anos 1970 (Ortiz Ramos, 1995). Inspirado nos filmes dos *Beatles*, conta a história de bandidos que tentam substituir Roberto por um robô. Nessa caçada em alta velocidade, o astro aparece a bordo de carro, barco, avião, helicóptero, tanque e até foguete espacial. Uma sequência merece ênfase:

Roberto Carlos canta “Quando” na cobertura de um prédio rodeado de moças, vestindo uma capa preta, num cenário que reproduz uma espécie de sala de visitas ao ar livre. A decupagem e montagem articulam imagens “picadas”, mostrando o cantor e as jovens posando como modelos para fotos de moda. No final há um *travelling* de um beijo de Roberto Carlos com uma das atrizes, num claro estilo publicitário (*Idem*, p. 234).

Segundo Ortiz Ramos, sequências como essa aproximavam o filme de Roberto de uma estética que, futuramente, seria identificada com a lógica publicitária dos vídeos. Entretanto, como já sublinhamos, o produto “vendido” aqui não é somente a música, mas um estilo de vida jovem, sintonizado com os valores de hedonismo e consumo. A dimensão industrial não anula, porém, o caráter de unicidade do ídolo Roberto Carlos, um produto singular em seu filão.

Chefe da Quadrilha: Roberto, nós precisamos executar esse plano. Você nunca mais vai precisar trabalhar. Ele vai fazer suas músicas melhor do que você. É um potente cérebro eletrônico trabalhando pra você. [...] Vamos ganhar milhões de dólares.

Roberto Carlos: Essa máquina esqueceu de te dizer uma coisa: que eu gosto de fazer música (*Roberto Carlos em ritmo de aventura*, 1968).

As cenas em que sobrevoa o Rio de Janeiro, circundando o Cristo Redentor, ou as tomadas espaciais, acima do planeta Terra, registram a natureza singular de uma celebridade situada em um patamar inatingível e quase extraterreno, tudo reforçado pela canção de abertura do filme, “Eu sou terrível”, a qual tinha o condão de desacreditar seus então concorrentes e imitadores. Ao transitar entre a juventude e a massa, entre o rádio e a TV, com muita destreza, Roberto era, enfim, *inimitável* – título, aliás, de outra de suas canções, lançada no período.

Considerações finais

Embora Roberto Carlos tenha sido o maior vendedor de discos da década de 1960, sua trajetória representa somente um ângulo de apreensão das enormes mudanças operadas na música popular nessa época. Dentre seus contemporâneos, podemos citar Caetano Veloso e Elis Regina, por exemplo, que também experimentaram as mesmas mudanças, ainda que de forma bastante distinta. O primeiro chegou a frequentar os auditórios da Rádio Nacional ainda nos anos 1950, foi tocado pela bossa nova na virada dessa década e defendeu que o novo estilo estabelecia um passo à frente na linha evolutiva da música popular brasileira; pouco tempo depois, tornava-se um dos cabeças de outro grande movimento, o Tropicalismo. Elis, por sua vez, começou a sua carreira em programas de calouros mirins cantando boleros e sambas-canção, profissionalizou-se no circuito universitário da MPB e chegou ao estrelato nos Festivais da Canção. Em seus percursos, ambos tiveram de aprender, assim como Roberto, a lidar com o novo meio de comunicação: a televisão.

Nesse sentido, o estudo das trajetórias nos ajuda a lidar ao mesmo tempo com mudanças estruturais, não sem respeitar a singularidade individual, a fim de melhor vislumbrar as formas como cada sujeito traça seus caminhos em meio a constrangimentos compartilhados com seus pares e além do seu controle. Roberto Carlos serve como um caso-teste, portanto, passível de comparação face a tantos outros artistas, se quisermos compreender, afinal, as profundas modificações operadas na música popular ao longo dos anos 1960.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Paulo Cesar. (2006), *Roberto Carlos em detalhes*. Rio de Janeiro, Planeta.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Uso e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, pp. 183-191.
- CALABRE, Lia. (2002), *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil. 1923-1960*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Instituto de História da Universidade Federal Fluminense.
- CASTRO GOMES, Angela de & HANSEN, Patricia Santos. (2016), *Intelectuais mediadores: práticas culturais e política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina. (1998), *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil, 1954-1964*. São Paulo, Hucitec.
- GARSON, Marcelo. (2017), “Imprensa de nicho e música jovem no Brasil: ‘O Mundo é do Brotos’ e *Revista do Rock* (1960-1965)”. *Revista Antíteses*, 10: 185-210.
- JANSSEN, Susanne & VERBOORD, Marc. (2015), “Cultural mediators and gatekeepers”. In: WRIGHT, James D. *International Encyclopedia of the social & behavioral sciences*. 2 ed. Oxford, Elsevier, vol 5, pp. 440-446.
- KUSCHNIR, Karina. (2000), *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- MARX, Karl. (1983), *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, vol. 1, tomo 1.
- MCCANN, Brian. (2006), *Hello, hello Brazil: popular music in the making of modern Brazil*. Durham, Duke University Press.
- McDONELL, Andrea Marie. (2012), *Just like us: celebrity gossip magazines in American popular culture*. Michigan, tese de doutorado em Comunicação, Universidade de Michigan. Disponível em <http://deepblue.lib.umich.edu/handle/2027.42/91613>, consultado em 10/1/2020.
- MONTEIRO, Denilson. (2008), *Dez! Nota dez! Eu sou Carlos Imperial*. São Paulo, Matrix.
- MONTROYA, Nathalie. (2008), “Médiation et médiateurs culturels: quelques problèmes de définition dans la construction d’une activité professionnelle”. *Lien Social et Politiques*, 60: 25-35.
- ORTIZ RAMOS, José Mário. (1995), *Televisão, publicidade e cultura de massas*. Petrópolis, Vozes.
- PEQUIGNOT, Bruno. (2007), “Sociologie et médiation culturelle”. *L’Observatoire*, 32: 3-7.
- SÁ, Simone. (2002), *Baiana internacional: as mediações culturais de Carmen Miranda*. Rio de Janeiro, MIS Editorial, 2002.
- SACRAMENTO, Igor. (2012), *Nos Tempos de Dias Gomes: a trajetória de um intelectual comunista nas tramas comunicacionais*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina. (2001), *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano.
- VIANNA, Leticia. (1999), *Bezerra da Silva, produto do morro: trajetória e obra de um sambista que não é santo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

WILLIAMS, Raymond. (1979), *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar.

Artigos de periódicos

- BARBOSA, A. I. (coord.). (maio 1966), “Que caminho seguir na música popular brasileira”, *Revista Civilização Brasileira*, “Debate”, 7: 375-385.
- CARLOS, Roberto. (1967a), “Roberto Carlos responde”, *Contigo*, p. 19.
- FORACCHI, Marialice. (16 abr. 1966), “O ídolo Roberto Carlos”, *Manchete*, pp. 10-14.
- FORACCHI, Marialice. (15 jan. 1967), “O carrão e seus significados ocultos”, *Jornal do Brasil*, p. 8.
- IMPERIAL, Carlos. (22 dez. 1962), “O mundo é dos brotos”, *Revista do Rádio*, p. 29.
- OLIVEIRA, José Carlos de. (19 mar. 1966), “Roberto Carlos: a canção dentro do pão”, *Manchete*, pp. 82-85.
- SILVA, Alberto. (26 jun. 1958), “Juventude Transviada ataca de noite”, *O Cruzeiro*, pp. 30-34.
- SOARES, Odacir. (22 jan. 1966), “Roberto Carlos: um fenômeno entre os fenômenos”. *Manchete*, pp. 28-31.
- “CAUBY cercado de brotos por todos os lados”. (12 jan. 1961), *Revista do Rádio*, p. 15.
- “COMO VIVE o novo ídolo das fãs: Roberto Carlos”. (11 abr. 1964), *Revista do Rádio*, p. 14.
- “MEXERICOS da Candinha”. (7 out. 1961), *Revista do Rádio*, p. 15.
- “PAIXÕES de Roberto Carlos: Brotos, música e carros”. (2 jul. 1962), *Revista do Rádio*, p. 13.
- “PERISCÓPIO”, *Diário de Notícias*. (8 set. 1966), p. 7.
- “ROBERTO CARLOS foge para não ficar nu”. (5 maio 1965), *Intervalo*, pp. 14-5.
- “TODA A VIDA de Roberto Carlos”. (20 fev. 1965), *Revista do Rádio*, p. 10.

Discos

- CARLOS, Roberto. (1961), *Louco por você*. Rio de Janeiro, CBS.
- CARLOS, Roberto. (1963), *Splish splash*. Rio de Janeiro, CBS.
- CARLOS, Roberto. (1964), *É proibido fumar*. Rio de Janeiro, CBS.
- CARLOS, Roberto. (1965), *Roberto Carlos canta para a juventude*. Rio de Janeiro, CBS.
- CARLOS, Roberto. (1965a), *Jovem Guarda*. Rio de Janeiro, CBS.
- CARLOS, Roberto. (1966), *Roberto Carlos*. Rio de Janeiro, CBS.
- CARLOS, Roberto. (1967b), *Roberto Carlos em ritmo de aventura*. Rio de Janeiro, CBS.
- CARLOS, Roberto. (1968), *O inimitável*. Rio de Janeiro, CBS.

Filme

- ROBERTO CARLOS em ritmo de aventura*. (1968), Direção de Roberto Farias. 98 min., 35 mm, color, São Paulo, Sonopress; Sony Music Entertainment, DVD.

Resumo

Roberto Carlos como mediador cultural: música jovem, tv e rádio

Os anos 1960 experimentaram profundas modificações nas hierarquias de poder da música popular brasileira. Entre as causas para esse fenômeno, duas nos interessam em particular: a perda de centralidade do rádio, que cede terreno à televisão, além da construção de um nicho de música jovem, decorrente do fenômeno da Jovem Guarda. Este artigo tem por objetivo estudar a trajetória de Roberto Carlos nesse período, tomando-o como um mediador cultural, agente de trânsito e intersecção que conformou e adaptou os signos do rádio à televisão e, ao mesmo tempo, conseguiu se afirmar como ídolo das massas, mas também da juventude.

Palavras-chave: Roberto Carlos; Jovem Guarda; Juventude; Rádio; Televisão.

Abstract

Roberto Carlos as a cultural mediator: youth music, tv and radio

Roberto Carlos as a cultural mediator: youth music, tv and radio

The 1960s experienced deep changes in the hierarchies of power in Brazilian popular music. Two causes for this event deserve special attention: the loss of centrality of radio, which gives way to television, and the construction of a youth music niche, a byproduct of the “Jovem Guarda” phenomenon. This article aims to study Roberto Carlos’ trajectory in this period, taking him as a cultural mediator, i. e. an agent who conformed and adapted the signs of radio to television and, at the same time, managed to conquer a position as an idol both of the masses and the youth.

Keywords: Roberto Carlos; Jovem Guarda; Youth; Radio; Television.

Texto recebido em 1/4/2020 e aprovado em 9/4/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.168418.

MARCELO GARSON é professor adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná, doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: marcelogarson@ufpr.br.



Literatura e audiovisual em José Mauro de Vasconcelos

Andrea Borges Leão*

<https://orcid.org/0000-0001-8404-6767>

Edson Farias**

<https://orcid.org/0000-0002-9406-3269>

Nas margens da circulação simbólica

Quando José Mauro de Vasconcelos morreu, em 1984, Herberto Sales, então diretor do Instituto Nacional do Livro, foi convidado pelo Conselho Federal de Cultura para proferir uma homenagem ao escritor, um dos brasileiros mais traduzidos no mundo. A lista completa das edições estrangeiras dos livros de José Mauro precisaria ser organizada, e Sales não hesitou em procurar o amigo Walter Matos, que trabalhava na Editora Melhoramentos, à qual o escritor estava ligado por contrato, e poderia fornecer a informação solicitada.

Não foi difícil reproduzir os títulos do acervo das traduções de José Mauro guardados na empresa após a sua morte, salvo um em coreano do romance *O meu pé de laranja lima*, até aquele momento desconhecido pela editora. De sua parte e em vida, José Mauro de Vasconcelos não tinha o menor controle sobre a circulação transnacional da sua obra. Foi em uma Bienal do Livro de São Paulo que Herberto Sales lhe deu a notícia da versão coreana do *best-seller*. O escritor a recebeu com surpresa e emoção. O que se devia obviamente ao fato de a Coreia do Sul não ser país signatário da Convenção de Berna, justifica Sales (1988, p. 432), complementando que precisou erguer uma “ponte postal de mar e nuvens” com cartas, notas e correções

* Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil.

** Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

de trabalho entre ele, no Brasil, e Dong Won Park, tradutora de seu romance *Casca-lho* no país oriental. Retrospectivamente, percebe-se nessa confissão a importância estratégica da integração pessoal dos escritores brasileiros em redes de sociabilidades intelectuais ampliadas quando se trata de transpor fronteiras. Só assim, as trocas poderiam tomar corpo e solidez. Após o encontro entre os dois escritores na Bienal, Park, que também vertera *O meu pé de laranja lima*, envia a Sales um volume desse romance em coreano, autografado e com dedicatória em português a José Mauro.

Se o repertório documental das fontes sobre a circulação do romance nacional, ou, generalizando um pouco, sobre o alcance da internacionalização do mercado cultural no Brasil, escapa ao controle das empresas editoriais, o que esperar dos criadores das próprias obras? A ponte postal de mar e nuvens construída entre Herberto Sales, Dong Park e José Mauro de Vasconcelos introduz a ideia central posta em discussão neste artigo: as condições de circulação e recepção internacional das obras constituem um fator de diferenciação nas carreiras literárias nacionais e, em decorrência, favorecem capitais de reconhecimento e consagração só possíveis na confluência entre cânones nacionais.

O percurso do escritor José Mauro de Vasconcelos, cuja obra descreve movimentos entre a literatura e o audiovisual a partir de 1950, estabelece relações explicativas de alto rendimento analítico com a problemática da recepção transnacional da produção brasileira. E traz como problema suplementar a circulação no interior do espaço nacional. Da escrita às telas do cinema e da televisão, destas ao espetáculo de teatro e do carnaval, a literatura popular sentimental do escritor resiste para além dela mesma ao ser recriada e ampliada em suportes da cultura massiva. As adaptações do livro para os meios de comunicação são simultâneas à transposição de fronteiras linguísticas nacionais, de acordo com os imperativos do entretenimento de cada época e do gosto de cada público. A sincronia entre literatura e carnaval esteve, portanto, obediente à codificação pela qual o audiovisual se estendia para além das mídias (cinema e televisão), por constituir o desfile como linguagem artística e plataforma comunicacional capaz de fazer convergirem diferentes suportes e de promover diversas intertextualidades. Procuramos, em especial, mostrar como literatura e carnaval compartilham a propriedade de verter elementos do real histórico em ficção, em uma cumplicidade criativa capaz de promover a evasão pelo entretenimento.

O meu pé de laranja lima, publicado em 1968, indicado ao prêmio Jabuti de 2019 e finalista na categoria “Livro brasileiro publicado no exterior”, não é um sucesso do passado. Tampouco seria descartável como vaticinara a crítica à época da sua publicação. Há mais de cinquenta anos permanece no patrimônio da cultura universal em traduções por 23 países e quinze idiomas (Aguilar, 2018, p. 217), comprovando eficácia na formação de novos públicos e na longevidade do prestígio de seu criador.

Nossa hipótese é a de que a condenação moral da crítica especializada aos romances sentimentais de José Mauro de Vasconcelos aliada ao triunfo simultâneo da recepção nacional e transnacional, textual e visual, se o empurraram para as margens da circulação simbólica, igualmente criaram condições favoráveis para a autonomia relativa da literatura brasileira. Procuramos mostrar que a obra do autor, em um momento específico de consolidação da indústria cultural, se internacionaliza sem desnacionalizar-se. Ou, como observa Pierre Bourdieu (2001), comprova que os graus de internacionalização, medidos pelos números de edições e vendas, pelos idiomas das traduções, locais de publicação, trajetórias e práticas, espaços de sociabilidades comuns aos agentes etc., são indicadores do grau de autonomia da produção nacional. Assim, o estudo da circulação da obra de José Mauro de Vasconcelos torna-se ponto de referência do que Pascale Casanova (2007) entende como possibilidade de recurso ou saída face às estratégias de marginalização e censura que marcam a recepção crítica de um autor em um campo nacional específico. Esse recurso, quando utilizado sob a confluência de cânones nacionais, modifica e cria novas posições e lógicas de consagração, redefine atividades de circulação e critérios objetivos de classificação dos pares autonomia/ heteronomia, centro/periferia. No caso de José Mauro de Vasconcelos, indica um modo de participação no que se estrutura como cultura popular de massa no Brasil e torna-se patrimônio literário universal, invertendo o sentido da circulação das obras, no exterior.

Literatura brasileira de exportação: popular e curricular

José Mauro de Vasconcelos nasceu no dia 26 de fevereiro de 1920, em Bangu, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, no seio de uma família modesta¹. Sua figura de mestiço, com pai português e mãe indígena, evoca um lugar de origem propício ao encontro entre culturas. Com a morte precoce dos pais, foi adotado pelo padrinho, que vivia em Natal, Rio Grande do Norte, cenário do seu romance *Barro Branco*. A nova família o acolhe como menino “dado”, o que significa alguém reconhecido como de fora do núcleo parental. Somada à experiência precoce da exclusão familiar, teve educação escolar “um tanto indisciplinada” assistemática, aliada ao incentivo aos treinos de natação no rio Potengi e no mar. José Mauro foi medalhista em várias provas de grande distância.

1. Os dados biográficos do escritor foram extraídos do ensaio crítico de Luiz Antônio Aguiar na edição comemorativa de *O meu pé de laranja lima* (Aguiar, 2018) e do livro *José Mauro de Vasconcelos: o homem e a obra* (Vasconcelos, 1969).

No primeiro ano do curso ginásial, aos dez anos, leu os romances de Graciliano Ramos, Paulo Setúbal e José Lins do Rego. O gosto espontâneo pela leitura será usado como trunfo do autodidatismo reivindicado pela memória do adulto. Após o secundário, inicia graduações sequenciadas nas faculdades de Medicina, Direito, Desenho e Filosofia, sem, contudo, concluir nenhuma. Em 1952, parte para a Espanha com o auxílio de uma bolsa de estudos em Salamanca. Fica apenas três dias na nova universidade, partindo para Madri, Itália e França por conta própria. De volta ao Brasil, deixa Natal a bordo de um navio cargueiro e se estabelece no Rio de Janeiro, onde trabalha como lutador de boxe, depois parte para o trabalho de carregador de bananas em uma fazenda em Mazomba, no interior fluminense. A próxima experiência é como pescador no litoral do mesmo estado do Rio, antes de se mudar para o Recife, onde leciona no ensino primário, também para pescadores. Anos depois, segue em direção ao Centro-Oeste na companhia dos irmãos Villas-Bôas, Orlando, Cláudio e Leonardo, conhecendo os índios do Xingu e os Carajás. Foi ainda modelo da Escola Nacional de Belas Artes (o Monumento à Juventude, de Bruno Giorgi, é inspirado nele), pintor, desenhista e escultor, bailarino e ator de cinema, teatro e televisão.

O escritor Lêdo Ivo² referia-se, queixoso, ao modo descontínuo com que José Mauro exercia a atividade literária e participava de universos culturais diferentes como uma “mania ambulatória”. O que diz muito sobre o debate moral e a controvérsia da crítica nacional em torno de sua obra. A representação da infância marginalizada nas relações de interdependência com os adultos, sem dúvida, preparou a recepção de seu personagem-farol, Zezé, graças ao qual conseguiu estabilidade no êxito das vendas, algumas adaptações além do suporte livro e um fluxo de traduções que colocaram *O meu pé de laranja lima*, seu primeiro *best-seller*, em circulação mundial. Só assim, a queixa de Ivo – errância, inquietação, nomadismo – pode ser deslocada para o que Bernard Lahire (2006) entende como ambiguidade estrutural na vida do escritor que pratica a literatura, mas exerce outras atividades remuneradas como segundo *métier*. Ou melhor, as propriedades atribuídas a José Mauro por Ivo revelam a lógica heterônoma na carreira de um escritor que está em vários lugares ao mesmo tempo sem pertencer a nenhum, em decorrência da instabilidade nos níveis de reconhecimento³.

2. Referência ao escritor Lêdo Ivo no texto de apresentação do autor publicado no livro *José Mauro de Vasconcelos: o homem e a obra* (Vasconcelos, 1969).

3. A propósito das diferenças de estratégias e percursos da profissionalização literária no século XX, Bernard Lahire (2006) atenta para o risco redutor do enquadramento do indivíduo em um exclusivo universo como base de diferenciação de sua atividade. Para o sociólogo, torna-se urgente a especificação da teoria dos campos, de Pierre Bourdieu, em cada modelo morfológico e experiência histórica, considerando as propriedades e a relativa autonomia com relação às instâncias de regulação, como Estado e mercado.

Importa compreender, pois, quais posições um escritor como José Mauro ocupa no vaivém do jogo literário, as estratégias e resultados de suas práticas, as correlatas e múltiplas formas de *illusio*, crenças, disposições incorporadas e reconhecimento de público e crítica alcançados.

Assim, José Mauro de Vasconcelos, uma figura individual e coletiva de jogador, começa a escrever em 1940. Sua estreia no jogo literário se deu com a de Guimarães Rosa. *Banana Brava* e *Sagarana*, do mineiro, chegaram juntos às livrarias, em 1942. Houve até quem os comparasse em envergadura e originalidade. Alcântara Silveira, por exemplo, julgou, nas palavras do escritor, “o estilo de Guimarães Rosa formidável, mas como ficcionista eu era melhor”, lembra em entrevista concedida a Audálio Dantas, publicada na revista *Realidade*⁴. Em 1943, na Editora Agir, José Mauro conheceu a novata Clarice Lispector, que acabara de publicar *Perto do coração selvagem*.

No início da carreira, foi aclamado como escritor de literatura regional. Os romances de estreia *Banana Brava* e *Barro Blanco* são bem recebidos pela crítica especializada. Luís da Câmara Cascudo escreve uma apresentação elogiosa ao *Banana Brava*, publicado em 1944 pela Agir. Cascudo traça o retrato do escritor bandeirante que marcha para o Oeste em trens de ferro e caminhões, em longas caminhadas para subir as águas escuras do Araguaia, “caminho do ouro e do diamante, no reino bruto dos-que-se-atiram-primeiro” (Cascudo, 1944, p. 2). Compara-o ao norte-americano Jack London: “Vasconcelos dirá: eu sou a grande aventura”. O personagem Zé, do romance *Doidão*, lançado em 1963, é um dos que melhor objetivam, no elenco do autor, a educação sentimental pela aventura. Como todo bom aventureiro, aos dezenove anos Zé traz os mapas da geografia abertos na memória. “Mato Grosso. Selva, Goiás. Selva. Índios. Selva. Ilha do Bananal. Maior ilha fluvial do mundo. Selva. Meu Deus!” (Vasconcelos, [1963] 1972, p. 26) – são os pontos cardeais que alimentam o seu desejo da partida como disposição para uma “vagabundagem”, reconstruída pelo escritor como atributo originário do “sangue indígena”. Mas seu desejo dos confins, para ficar com uma expressão de Sylvain Venayre (2002, p. 19), nutria-se também de outra fonte: o amor pelas figuras do cinema norte-americano e por Carmem Miranda, grande aventureira da moderna indústria da cultura. Assim, o lugar da aventura em José Mauro de Vasconcelos, o viajante, vai sendo construído na assimilação do exotismo tropical pelos gêneros do entretenimento – literatura seriada, novela de televisão, desfile de carnaval – como informação, pedagogia sentimental ou simplesmente transmissão de experiência de vida.

4. Matéria assinada por Audálio Dantas e intitulada “José Mauro: 18 livros e muitos amores”. Publicada na revista *Realidade*, da editora Abril, de outubro de 1979 (Dantas, 1979).

O segundo romance, *Barro Blanco*, ambientado nas salinas do Rio Grande do Norte, é publicado pelo Instituto Progresso Editorial de São Paulo em 1948. O suplemento “No Mundo dos Livros” da revista *O Cruzeiro*, de 30 de outubro do mesmo ano, também o compara a Jack London, “pelo espírito de aventura e compaixão humana de suas histórias”, e conclui: *Barro Blanco* é um livro brasileiro⁵. Anos depois, o adjetivo “bandeirante literário” passa a funcionar como capital de experiência delimitador da lógica de circulação internacional de seus livros, objetos também viajantes.

José Mauro conta que de sua primeira viagem à selva, abrindo mato a peito, morando com índios e se aventurando no garimpo, nasceu *Barro Blanco*, livro-experiência que lhe “custou a perna direita quebrada em três lugares”. Na volta da aventura, subindo o rio Tocantins, trazia o texto pronto na cabeça, escreveu-o em 27 dias. Chegando a São Paulo, onde residia na casa de uma tia, resolveu cuidar da perna paralisada. Viajou ao Rio de Janeiro a fim de se tratar em um hospital de indigentes, lá conheceu um frade dominicano que leu os originais do livro e os levou para a Editora Agir. Vale notar que o destino de *Barro Blanco*, como na história sobre o garimpo de *Banana Brava*, foi decisivo na autenticação imaginária da figura do bandeirante moderno. O novo livro denunciava a exploração dos trabalhadores nas salinas do Rio Grande do Norte por grandes empresas instaladas na região, como a Matarazzo. De São Paulo, exatamente Ciccillo Matarazzo sentiu-se especialmente tocado pela leitura e procurou conhecer o jovem autor José Mauro de Vasconcelos. Firmaram uma longa amizade. O criador da Bienal Internacional do Livro e do Museu de Arte Moderna de São Paulo e fundador da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, entre outros empreendimentos, pagou quase todas as cirurgias da perna de José Mauro, além de presenteá-lo com máquinas de escrever: “Ganhei catorze máquinas de escrever dele. Quando eu acabava de escrever um livro e não tinha dinheiro para comer, vendia a máquina, e o Ciccillo me dava outra” (Dantas, 1979). Anos após, o amigo mecenas o provocaria: “– Deixa de ser besta. Você é mais rico do que eu”.

O meu pé de laranja lima, publicado pela editora Melhoramentos em 1968, conta a história sentimental de um garoto pobre da periferia do Rio de Janeiro. Esse romance autobiográfico sucede o *Doidão*, que já apresentara ao público o protagonista Zezé adolescente, compondo a trilogia do autor junto a *Vamos aquecer o sol*. Hoje, *O meu pé de laranja lima* forma a coleção denominada “Série José Mauro de Vasconcelos” da editora, indicando uma orientação de leitura sequenciada.

5. Exemplar de *O Cruzeiro*, do dia 26 de março de 1949. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&PagFis=63603&Pesq=Jos%C3%A9%20Mauro%20de%20Vasconcelos>, consultado em 4/1/2020.

Em *O meu pé de laranja lima*, as aventuras de Zezé no mundo adulto – nas ruas, na casa e na escola –, as confidências trocadas com uma árvore, a experiência do sofrimento e da dor com parentes e amigos também são ambientadas no bairro onde nasceu o escritor. Não foi sua intenção primeira destiná-lo às crianças. Mas, como as publicações não são arbitrárias, os editores cuidaram logo de organizar e classificar *O meu pé de laranja lima* como literatura juvenil, a fim de orientar a recepção para essa faixa etária consumidora em expansão no mercado editorial brasileiro dos anos 1970. E, apesar de ter recebido, no ano da sua publicação, o troféu Roquette Pinto, premiação da televisão brasileira pela primeira vez concedida à literatura, e de encher a gaveta do escritor com cartas de leitores de variadas línguas, esse livro dá início ao lado negativo da fortuna crítica de José Mauro de Vasconcelos. É o ponto de inflexão entre o bandeirante moderno e o coletor de laranjas-limas.

No espaço de produção brasileiro, a questão maior do *best-seller* não se deve apenas ao êxito de vendas, mas ao problema de rebaixamento do prestígio de que se revestem, por exemplo, obras como a de José Mauro, na medida em que se amplia o circuito da sua recepção, colocando também o escritor na incômoda posição de *best-seller*. Esse termo, observa Fernando Pinheiro (2014, p. 245), opera deslizamento semântico propício a um sistema de classificação literário que passa a avaliar a obra pelos critérios do mercado, e não mais pelos critérios estéticos. Ou melhor, abrindo caminhos para o escritor Paulo Coelho, estudado por Pinheiro, esse julgamento, que também se aplicava nos anos de 1970, nos oferece a chave de recepção da obra de José Mauro de Vasconcelos: “desqualificação classificatória que recusa a seus livros o estatuto de literatura” (Pinheiro, 2014, p. 246).

Em 1979, *O meu pé de laranja lima* acumulara uma tiragem de mais de 2,5 milhões de exemplares, só no Brasil, após o sucesso da sua reprodução audiovisual. Pode-se, no entanto, formular o problema *best-seller* de outro modo, perguntando como um livro constrói categorias e comunidades de leitores pelo mundo afora, sincrônica e diacronicamente. À maneira dos heróis dos folhetins do século XIX e do paradigmático pai Tomás, de *A cabana do pai Tomás*, romance da escritora norte-americana Harriet Beecher Stowe, publicado em 1851, evocados por Jean-Yves Mollier (2019) como ilustrativos da profunda penetração da forma narrativa do melodrama no espaço social, o que circulava no romance de José Mauro e, por conseguinte, inscrevia o Brasil na literatura mundial de exportação eram os tipos sociais construídos nas narrativas. Destacam-se, nessas construções, o índio sul-americano, as crianças mestiças e demais figuras do jogo colonial, como o português. Vale lembrar que as configurações narrativas em torno de personagens recorrentes – Zezé atravessa a trilogia autobiográfica composta, como já assinalamos, por *Doidão* (1963), *O Meu pé de laranja lima* (1968) e *Vamos aquecer o sol* (1974) –, se provocam vales de lágrimas,

são também capazes de divertir e informar. Na lógica do entretenimento da cultura nos anos de 1970, o apelo sentimental, aliado à construção lúdica da criança indígena, reposicionava a literatura brasileira no circuito mundial. Essa pode ser uma chave do sucesso de José Mauro de Vasconcelos ao aproximar leitores de várias línguas.

A mesma comparação entre sua obra e a de Harriet Stowe estabeleceu o sociólogo Gilberto Freyre (2010, p. 102) em entrevista ao cronista pernambucano Renato Carneiro Campos, publicada no *Diário da Noite*, de 1970. Campos perguntou a Freyre se considerava maliciosa uma aproximação entre José Mauro e o popularíssimo Jorge Amado. E a seu ver, responde o sociólogo, haveria ao menos dois ou três Jorges Amados, em se tratando de literatura. Um deles guardava afinidades com escritores “marginalmente literários, mas não sociologicamente desprezíveis, como José Mauro de Vasconcelos, cujo vendidíssimo livro reproduziu, entre nós – é claro que em menor escala –, o caso do sucesso, no século passado, nos Estados Unidos de *A cabana do pai Tomás*”, conclui. Tudo leva a crer que o paralelo entre obras de tradições literárias desiguais, do ponto de vista do acúmulo de capital de reconhecimento e da língua original de publicação, situa o escritor brasileiro em um patamar de consagração no plano internacional.

A recepção na Argentina: um espaço de mediações

As condições sociais dos processos de recepção, observa Joseph Jurt (2014), seja pela crítica especializada, seja pelos leitores comuns, tornam-se requisitos fundamentais para o conhecimento da gênese dos campos internacionais e apontam saídas para a elucidação da problemática das assimetrias na circulação dos modelos literários. Qual atração poderiam exercer os tipos sociais veiculados na literatura sentimental popular brasileira? Não se podem desconhecer a centralidade dos tradutores nem suas mediações na trajetória de José Mauro de Vasconcelos. São as inter-relações entre eles que propiciam deslocamentos de sensibilidade, formação de disposições e movimentos psicogenéticos de um leitorado comum circunscrito na mobilidade do livro. Assim como o da coreana Dong Won Park, o trabalho de tradução de Haydée Mercedes Jofre Barroso, no âmbito hispano-americano, tem muito a dizer sobre a inversão da circulação literária do Brasil – país historicamente importador e cuja língua ocupa posição periférica no mercado internacional das traduções – para a Argentina e a Espanha⁶. Seu projeto de tradução conferiu a Vasconcelos prestígio e reconhecimento. Quando estouraram as vendas de *O meu pé de laranja lima*, José Mauro recebia em média cinquenta cartas por semana de leitores espalhados pelo mundo. Movia-se

6. A Editora El Ateneo, com sede em Buenos Aires.

entre a “ternura dos leitores e a impiedade dos críticos”⁷. Vejamos as valências abertas pela obra do escritor em direção ao continente americano, ao Atlântico e à Europa.

Na monografia que consagrou ao escritor, *Vida y Saga de José Mauro de Vasconcelos* (Barroso, 1978, p. 1, 2), publicada pela El Ateneo Editorial, de Buenos Aires, a casa do autor em língua espanhola, Haydée conta que, num belo dia de fins dos anos 1970, o editor Pedro García presenteou-a com um exemplar de *O meu pé de laranja lima* e em seguida solicitou a sua opinião “sobre as possibilidades que o referido romance poderia ter no mercado de língua castelhana”⁸. Já o tendo lido e apreciado em português e, sobretudo, já sabendo que a obra do autor era conhecida na Europa, a opinião de Barroso foi absolutamente entusiasmada. O passo seguinte foi a contratação dos direitos de tradução do texto com a Editora Melhoramentos. Nesse ínterim, Haydée inicia uma amizade epistolar com o autor. Prometeu se manter fiel à simplicidade coloquial de um estilo que a encantava, “e satisfazê-lo na mesma medida em que ele a havia satisfeito com sua belíssima história: pelo menos assim dizíamos mutuamente – havia outro idioma que mudava de nome mas não a essência de suas palavras”⁹. Assim, foi publicado *Mi planta de naranja-lima*, incluindo José Mauro na literatura argentina¹⁰.

Para Gustavo Sorá (2003, pp. 180-185), a figura de intermediária de Haydée Barroso representa um ponto de mutação entre a velha crítica erudita e um novo modelo praticado por carreiras intelectuais que se firmavam no jornalismo e na universidade. Neta de proprietários de terras no Brasil e tendo aprendido o português em família, contou com a ajuda da tia, Zelma Barroso de Oliveira, que havia sido cônsul do Brasil na Argentina, para estudar Letras e Jornalismo na Universidade do Rio de Janeiro, por cinco anos. No retorno a Buenos Aires, continua Sorá (2003, p. 181), em meados dos anos 1960, “trazia o reconhecimento do Prêmio Simón Bolívar, que outorgava o Comitê de Intercâmbio Cultural Panamericano, e os originais de um livro que no seu título manifestava o projeto autoral de Haydée Barroso: Esquema histórico da literatura brasileira”¹¹. Trabalhando como funcionária do

7. Dantas (1979). Matéria assinada por Carmen Cagno e intitulada “Um novo round: Zé Mauro versus crítica” (Cagno, 1979).

8. No original: “sobre las posibilidades que la dicha novela podría tener en el mercado de habla castellana.”

9. No original: “y haberle satisfecho en la misma medida en que él me satisfizo a mi com su bellísima historia: por lo menos así nos lo hemos dicho mutuamente – ya tenía otro idioma que cambiaba de nombre pero no de esencia a sus palabras.”

10. Sobre o debate crítico aberto, nos anos de 1970, em torno da obra do autor no Brasil e na Argentina, consultar Leão (2018).

11. No original: “traía el reconocimiento del Premio Simón Bolívar, que otorgaba el Comité de Intercambio Cultural Panamericano, y los originales de um libro que en su título manifestaba el proyecto autoral de Haydée Barroso: Esquema histórico de la literatura brasileña.”

Setor Cultural da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, consolida seu percurso crítico-autoral vertendo para o espanhol Jorge Amado e publicando uma biografia de Monteiro Lobato, antes do ensaio que sairia, em 1978, sobre José Mauro de Vasconcelos. O posto na embaixada lhe possibilitou inúmeras viagens a Brasil, França, Portugal, Itália e Estados Unidos, nota Sorá (2003, p. 182), além da promoção de importantes coedições, como as que apareceram pela Sudamericana. Juntar o seu nome ao de Vasconcelos conferiu-lhe renome como tradutora, conclui, sobretudo pelo trabalho de apresentação dos livros do escritor nas escolas.

A partir de 1970, começa o sucesso escolar de José Mauro de Vasconcelos na Argentina. Essa foi mais uma via de transmissão aberta por Haydée Barroso. Como as edições do escritor se esgotavam rapidamente, criando verdadeira massa de leitores originários de um “*de los fenómenos más curiosos que haya dado la literatura en el país*” (Barroso, 1978, p. 159), a tradutora resolveu agrupá-los publicando as cartas que lhe enviavam sobre o que chamavam ternamente “Mauro de América”. Eram jovens estudantes de colégios secundários, entre catorze e dezessete anos, e crianças de escolas primárias que liam o escritor por orientação curricular. Para essa comunidade de sentimentos e identificações mútuas, hispano-americana, adentrar o mundo do livro era o mesmo que adentrar a biografia do autor. Queriam saber se José Mauro era de fato o Zezé ou seu pai literário, se tinha mulher e filhos no Brasil, se era feliz ou solitário, se era amado pelos jovens de outros países, se voltaria a escrever mais histórias do Zezé, se os temas eram escolhidos pelos leitores etc. José Mauro, perguntavam, responderia cartas acaso as recebesse da Argentina? Entre os anos de 1975 e 1976, Haydée percorreu as escolas de seu país apresentando o autor e a sua obra. Ao todo, organizou encontros em 25 instituições estatais, religiosas e particulares da capital, da província de Buenos Aires e da Grande Buenos Aires. Segue uma pequena amostra das cartas recebidas pela tradutora:

Querida senhorita,

Me chamo Patrício. Tenho 11 anos e moro em Humberto I, N. [...] Lhe escrevo esta carta com o objetivo de saber sobre a vida de José Mauro de Vasconcelos. E eu quero dizer que o livro traduzido por você, de Zezé, é muito lindo e triste. Eu penso que Vasconcelos viveu esse livro e tudo o que relata é certo. Quero saber se você poderia recomendar algum outro livro de Vasconcelos que eu possa ler. Vou a escola n. 10 de Quilmes, estou no 6. Ano e minha professora é a senhorita [...]. Agora lhe quero fazer perguntas: Como é a vida de Vasconcelos? Se casou? Tem filhos? Vive atualmente? Por favor, peço que me responda, e muito obrigado (Barroso, 1978, p. 160)¹².

12. No original: “Querida señorita, Me llamo Patricio. Tengo 11 años y vivo en Humberto I, N. [...] Le

Senhora

Sou aluno da escola do Padres Salesianos, me chamo Ricardo, e moro em [...]; estou lendo, junto com meus companheiros, o livro de Vasconcelos *Mi planta de naranja-lima*, e depois deberemos ler *Rosinha*, *mi canoa*. Estou gostando muito das coisas que ele conta, e creio que também gostarei do outro. Quero pedir que faça chegar essa carta a Vasconcelos, e que diga a ele que as crianças argentinas querem muito conhecê-lo, e que oxalá me responda, posso ler para todos os meus companheirinhos as coisas que ele me conte. Sobretudo queremos saber com quem e como mora, e que você diga a ele que oxalá venha a Buenos Aires para falarmos com ele, porque como disse minha mãe escutá-lo não é o mesmo que lê-lo. Mas que igualmnete nos responda. Muito obrigado por fazer o favor que lhe peço da minha terra patagônica. Ricardo. (Barroso, 1978, p. 160)¹³.

É certo que toda leitura de evasão provoca facilmente identificações. Nos encontros escolares, Haydée satisfazia as expectativas dos jovens contando fatos pitorescos e anedóticos da vida do escritor, detalhes de sua família e das atividades profissionais na literatura, no cinema etc. Não deixava, porém, de falar sobre o estilo, as características da prosa, o tratamento das paisagens, dos tipos e dos diálogos. José Mauro de Vasconcelos tornava-se uma celebridade que transborda a literatura. Haydée Barroso não apenas confirma o reconhecimento internacional do escritor pelo trabalho de mediação crítica, com sua entrada no cânone da literatura juvenil de língua espanhola, como também nos coloca o problema suplementar de um regime de autoria que busca distinção justo no sucesso comercial.

Na França, os educadores manifestavam preocupação com todo esse debate sobre o traçado sentimental que orientava a recepção transnacional da obra do escritor. No dia 31 de março de 1972, Béatrice Robillard, do Centre National du Livre Pour

escribo esta carta a causa de saber sobre la vida de José Mauro de Vasconcelos. Y le quiero decir que el libro que tradujo usted, de Zezé, es muy lindo y triste. Yo pienso que Vasconcelos vivió ese libro y todo lo que redacta es cierto. Quiero saber se usted me puede recomendar algún otro libro de Vasconcelos que yo pueda leer. Voy a la escuela N. 10 de Quilmes, estoy en 6. Grado y mi maestra es la señorita [...]. Ahora le quiero hacer preguntas: Qué es de la vida de Vasconcelos? Se caso? Tiene hijos? Vive actualmente? Por favor, le pido que me conteste, y muchas gracias. Patricio" (Barroso, 1978, p. 160).

13. No original: "Señora, Soy alumno de la escuela de los Padres Salesianos, me llamo Ricardo, y vivo en [...]; estoy leyendo, junto con mis compañeros, el libro de Vasconcelos *Mi planta de naranja-lima*, y después deberemos leer *Rosinha*, *mi canoa*. Me están gustando mucho las cosas que él cuenta, y creo que el otro también me gustará. Quiero pedirle que le haga llegar esta carta a Vasconcelos, y que le diga que los niños argentinos lo queremos mucho conocerlo, y que ojalá me conteste, así le puedo leer a todos mis compañeritos las cosas que él me cuente. Sobre todo queremos saber con quién vive y cómo vive, y que le diga usted que ojalá que venga a Buenos Aires para hablar con él, porque como dice mi mamá no es lo mismo escucharlo que leerlo. Pero que igual nos conteste. Muchas gracias por hacer el favor que le pido desde mi tierra patagónica. Ricardo" (Barroso, 1978, p. 160).

Enfants, órgão então ligado ao Ministério da Cultura e da Comunicação, encontra-se com duas bibliotecárias do Rio de Janeiro e inicia uma conversa sobre *Mon bel oranger*, título em francês de *O meu pé de laranja lima*, traduzido por Alice Raillard para a editora Stock. Robillard declara no boletim de análise dos livros infantis que fora informada sobre a reação crítica adversa por parte de certos intelectuais que consideravam a obra de José Mauro excessivamente sentimentalista. Segundo a francesa, a educadora brasileira que encontrara trabalhava numa biblioteca de Bangu, bairro onde se ambientava o romance e, por isso, estando imersa na atmosfera do livro, falava dele com propriedade. Aos críticos, Vasconcelos respondia: “Fiz um livro para as pessoas que vivem e não para os intelectuais: não é um livro de elite”¹⁴. Já no parecer de análise dos livros para crianças emitido por Jacqueline Michaud, da Biblioteca La Joie Par Les Livres, a capacidade de imaginação sem limites do personagem Zezé desafiava a dura realidade da vida da infância pobre brasileira. Nesse parecer, o herói é tomado na moderna variação do tipo exótico presente na literatura romântica: “um pequeno diabo que sabe ler sem jamais ter aprendido”; e noutra passagem, “através da linguagem e da consciência dessa criança aparece um mundo onde a miséria se aproxima do maravilhoso e a ternura da crueldade” (*Idem*). *Mon bel oranger*, para a crítica francesa, se tornava, ao mesmo tempo, melodrama maravilhoso e cruel, produzindo novos sentidos e modulando sensibilidades enquanto objeto de troca intercultural. Com isso, operando em diferentes escalas, o melodrama compõe um ingrediente fundamental de processos psicogenéticos pelos quais se delineiam padrões de subjetividades referidos à cultura popular de massa.

Na Feira do Livro de Buenos Aires de 1979, ano proclamado pelas Nações Unidas como Internacional da Criança, José Mauro dava banhos de popularidade nos outros escritores brasileiros¹⁵. Acompanhavam seus livros no estande do Brasil 4 mil títulos em diversos gêneros e coleções de autores como Jorge Amado, Vinicius de Moraes, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade, Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, e os coeditados pela Embaixada do Brasil e pelas empresas locais. Nessa edição da feira, José Mauro teve dupla participação, no original português e em espanhol, este exposto no estande da livraria de Barcelona da El Ateneo, só ficando atrás de Jorge Amado, oferecido em português e espanhol, na Losada, mas também em árabe. Só restou a Mário Fittipaldi, então presidente da Câmara Brasileira do Livro, comemorar o êxito das vendas. Chamou-lhe a atenção, no final da feira, um

14. No original: “J’ai fait un livre pour les gens qui vivent et non pour les intellectuel; c’est ne pas un livre d’une elite.” Documento intitulado *Bulletin d’Analyses de Livres pour Enfants*, 1971. Consultado na Bibliothèque National de France, 2019.

15. Matéria intitulada “Feira do Livro de Buenos Aires: 100 mil títulos para meio milhão de compradores”, publicada no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, a 17 de março de 1979 (Machado, 1979).

casal com bebê de colo que lhe pediu para efetuar o pagamento em cheque das obras completas de José Mauro de Vasconcelos.

Esse episódio evoca uma passagem de Câmara Cascudo (1944, p. 4) na apresentação ao romance *Banana Brava*: enquanto outros meninos iam para a escola trazendo o lanche preparado pela mãe, Vasconcelos viera “fazer o Rio, com a naturalidade de um conquistador quinhentista”. Tudo leva a crer que o modo como organizou sua intervenção no espaço literário, até mesmo a orientação de um projeto criativo, tem a ver com as atividades aparentemente desconexas que exerceu às margens da circulação simbólica. Seguir a lógica da produção da cultura audiovisual era a sua forma de viver e reivindicar uma independência para a autoria literária, embora o requisito fundamental para o reconhecimento duradouro tenha sido o percurso transnacional de sua obra.

Literatura e audiovisual: as releituras do carnaval

Agora veremos de que modo a problemática de base posta neste ensaio encontra expressão nas releituras dos romances pelas novelas de televisão e pelo espetáculo do carnaval. Antes, José Mauro também participou do cinema nacional. Em 1956, o romance *Arara vermelha* é distribuído pela Columbia Pictures do Brasil, com Tom Payne na direção e elenco formado por Anselmo Duarte, Odete Lara, Milton Ribeiro, Hélio Souto e Ricardo Campos. O escritor estreia, como ator, em 1961, com *Mulheres e milhões*, junto a nomes, à época famosos, como Odete Lara, Glauce Rocha e Jece Valadão, e ganha o prêmio Saci de melhor ator. Um ano após, atua em *A ilha*, ao lado de Eva Vilma, Elizabeth Hartman, Liris Castelani e Laura Verney, com direção de Walter Hugo Khoury.

Do mesmo modo que na literatura, as narrativas adaptadas conduzem os espectadores à intimidade da família brasileira, aos sentimentos e à descoberta da natureza, entre outros conteúdos de um longo processo de civilização inscrito na experiência colonial da escravização indígena e africana. Essas narrativas, sobretudo, ampliam “a literatura para além dela mesma” (Mollier, 2019) e, sob o enfoque sociológico, tornam-se chave das apropriações e trocas assimétricas propiciadas pela circulação ampliada na indústria da cultura. Nessa direção, os temas do controle e transbordamento das emoções e normas internalizadas, agindo nas disposições mentais e comportamentais de milhares de leitores espalhados pelo mundo – problema de ordem psicogenética, como diria Norbert Elias ([1990] 2010) –, guiam o convívio com Zezé. A figura triste-alegre de criança deixa o livro e entra nas telas do cinema e da televisão, tomando a forma de alegoria no desfile do carnaval. Não sem causar reservas e controvérsias. O movimento de afirmação da autoria em José Mauro su-

punha encontrar os leitores nas salas de cinema e no carnaval, espaços de recepção onde sua obra era socialmente aceita e reconhecida. Na coluna de crítica de cinema do “Caderno B” do *Jornal do Brasil*, de 26 de abril de 1970¹⁶, o anúncio publicitário do filme *O meu pé de laranja lima* estabelecia a seguinte correlação: “um filme para ver (e rir, e chorar, e enternecer); um livro para ter (e ler, e guardar, e reler)”. E mais abaixo, “A história triste-alegre de Zezé, vivida no cinema pelo garoto Júlio César Cruz. A perenidade do livro e a fugacidade do filme”. Um mês depois, no mesmo jornal, a coluna de cinema assinada por Sérgio Augusto compara a adaptação do romance à imaginação literária do *Almanaque Capivarol*, guia prático e informativo para a satisfação imediata do gosto e curiosidade do público:

Aos lugares-comuns do romance que faz apelo ao sentimentalismo vulgar, ao bucolismo caipira, à nostalgia da infância, correspondem os clichês do cinema de comisseração calculada: adultos combalidos e comovidos vertendo lágrimas em primeiro plano, a pobreza do pai representada pela câmera a meia distância de um decor despojado como nos velhos melodramas de teatro expressionista, dosadas pausas para gracinhas chistosas, etc. (Augusto, 1970).

O crítico de televisão Valério Andrade (1970), por sua vez, chamava a atenção do leitor para a grande cartada da TV Tupi no final da temporada de 1970 ao lançar uma novela adaptada de enredo já consagrado como sucesso em livro e filme. As laranjas-limas transformavam-se em pepitas de ouro caídas no gosto do público, ironizava o crítico, ao se referir a José Mauro como um obscuro escritor editado recorrentemente pela Editora Melhoramentos. Adaptado para o cinema por Herbert Richers, dirigido por Aurélio Teixeira e protagonizado por um ator selecionado no programa dominical de Flávio Cavalcanti, Andrade fazia sua aposta de que a telenovela ampliaria em escala muito maior o pacto firmado anteriormente entre o romance, o filme e o público. Ou melhor, ampliaria o diálogo iniciado pelo livro e prolongado pelo cinema. Triunfo do progresso técnico da indústria da cultura, a novela de televisão já provaria ter vindo para ficar como narrativa seriada que se impunha.

Àquela altura, quando se iniciavam as transmissões televisuais via satélite para todo o Brasil, já se faziam sentir as alterações que tornaram as telenovelas programas de ampla repercussão em termos de audiência e arrecadação publicitária (Ortiz, Ramos e Borelli, 1989). De um lado, a utilização do videotape e de amplos ambientes cenográficos, pela TV Excelsior, alterou o modo de produção das telenovelas, as

16. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1970. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=7079, consultado em set. 2019.

quais passaram a ser exibidas diariamente, ocupando a faixa de horário de maior valor comercial. De outro, o extraordinário sucesso obtido por *Beto Rockeffeler*, em 1965, assinada por Cassiano Gabus Mendes, com direção de Lima Duarte, deslocara definitivamente as tramas para o cotidiano brasileiro.

Na medida em que a experiência da Globo reúne um e outro desenvolvimento, sintetizando-os, o crescente sucesso da telenovela indica a ampliação das margens da cultura. Realizada por produtores especializados e remunerados, sobretudo voltada ao consumo mercantilizado na direção da linguagem audiovisual e da produção da cultura de massa, a telenovela pressiona o mercado editorial a favor de uma redelimitação do texto literário. A adaptação do romance *O meu pé de laranja lima* para o formato de dramaturgia televisiva ilustra um episódio na formação desse novo vetor sociocultural, com repercussões nos planos da produção de bens simbólicos, dos regimes de autoria e das sensibilidades das recepções.

Nesse sentido, enquanto instrumento teórico-analítico, o emprego da noção de cultura popular de massa possibilita cotejar tramados sociossimbólicos como o descrito acima, em que as tradições seculares ou não do popular estão relacionadas com a produção industrializada e com os esquemas da racionalização técnico-burocrática. E assim, passam ao primeiro plano as táticas realizadas no consumo, negociações e estratégias empregadas na produção, nas quais as modalidades a serem utilizadas no reconhecimento, cognitivo e afetivo, dos bens simbólicos pelas audiências circulam por instâncias diversas, como as matrizes culturais vinculadas às tradições dos diversos gêneros de cultura.

Vê-se, então, o aumento do alcance empírico e analítico proporcionado pela lente teórica da cultura popular de massa, voltada aos diálogos intertextuais e à contrapartida das situações multiculturais e dos processos intra e intermédias. No mesmo andamento, considera a absorção de novos quadros intelectuais e artísticos nos esquemas empresariais mercantis, articulada à ampliação do mercado de bens simbólicos, quando aliada às ecologias sociotécnicas de comunicação.

Embasado na articulação entre a concepção de hegemonia em Gramsci e a proposição foucaultiana sobre a pulverização do poder – descentrado na direção das micropolíticas –, Jesus Martin-Barbero (2009) recusa a ênfase unilateral concedida aos meios de comunicação de massa, para se ater às mediações pelas quais se firmam pactos simbólicos entre mídias e audiências. A seu ver, quando se trata dos bens culturais reunidos sob o guarda-chuva da cultura popular de massa, em especial na América Latina, o enigma em torno das afinidades eletivas estabelecidas entre a produção da indústria cultural e o tão heterogêneo como múltiplo espectro de públicos elucidase, em parte, considerando o papel de matriz cultural acompanhado pelo melodrama. Essa matriz estende-se do período colonial, passando pela montagem dos estados

nacionais, até a configuração da estrutura urbano-industrial e de serviços em diversos países do subcontinente. De acordo ainda com o autor, o melodrama diz respeito a um mesmo tecido de sentimentalismo cujas dimensões contemplam distintas faces da produção do sentido e dos modos de afirmação de consciências e sensibilidades. Nele, sobressai o apelo direto às lágrimas de alegria e dor como manifestação do apreço aos excessos na exposição pública de toda sorte de cromatismos emocionais, ressaltando o desprezo para com os pruridos do distanciamento intelectualista em relação às descargas afetivas imediatas.

Essa tessitura em que os contrastes afetivos berrantes são priorizados, para ele, avança e retroage sobre classes sociais, grupos étnicos, identidades regionais e outros marcadores sociais. O trânsito por tão heterogêneo e imenso conjunto de camadas sociais se dá pelos caminhos da enraizada e multifacetada cultura oral, propagada em formatos musicais – da prosa e poesia de domínio autoral coletivo, mas também dos desenhos coreográficos e das encenações teatrais populares –, posteriormente acoplada à radiodifusão e aos formatos audiovisuais, seja com o cinema, seja com os gêneros que perfazem a programação televisiva.

Sob esse ponto de vista, o traço sentimental perceptível em José Mauro de Vasconcelos – e que, muitas das vezes, pesou contra a legitimação da sua produção ante o cânone nacional – manifesta um ponto de interseção entre a formação de um padrão de subjetividade, ao qual a sua própria estrutura psíquica se integrou, e as estratégias de composição formal-estético e o posicionamento mercadológico dos bens simbólicos da cultura popular de massa no Brasil do pós-Segunda Guerra. Não nos parece inadequado conceber, nessa interseção, importante condição de possibilidade para a acomodação do escritor e seus romances numa intertextualidade abrangente, no escopo da qual os agenciamentos autorais e bens literários são redimensionados, levando-se em conta a retomada da mesma matriz cultural do melodrama. Agora, porém, sob as coordenadas de um sentimentalismo lúdico que, na promoção da evasão pelo divertimento, contracena com os imaginários oníricos da infância, do maravilhamento fabuloso e do sobrenatural popular afro-ameríndio, este último já racionalizado na categoria de folclore pelo discurso erudito.

Talvez possamos apurar o argumento acima deixando de lado o âmbito próprio da indústria cultural para focar outra adaptação do mesmo romance de José Mauro de Vasconcelos. Para o carnaval de 1970, a escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel propõe também a recriação de *O meu pé de laranja lima*. Cabe abrir um breve parêntese com a finalidade de assinalar a atmosfera sócio-histórica de quando o universo ficcional de Vasconcelos chegou ao carnaval. Naquela virada de década, os desfiles desses grêmios carnavalescos já atraíam multidões para os andaimes de arquibancadas armados na avenida Presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro.

Um gradual e contínuo processo de diferenciação de públicos escalonados pela capacidade monetária de acessar distintas áreas de visão do evento – iniciava-se, por exemplo, a instalação de camarotes – entevia a expansão da base social (em termos das classes e grupos de prestígio, à maneira de artistas vinculados à indústria cultural) que não apenas assistia a ele, mas participava como desfilante, além de atuar na sua concepção/produção e administração. Base social acrescida, ainda, pela participação sempre maior de visitantes nacionais e estrangeiros, na medida em que a folia carioca e o desfile das escolas de samba, em particular, iam para a vitrine de uma cidade cujo turismo internacional estava em ascensão. Introduzida no início da década anterior, a transmissão televisiva só agora trocava a tônica jornalística – capturando momentos para apresentar como notícias –, em nome da prioridade posta na focalização do evento como um espetáculo integrado a ser exposto em sua totalidade, com o *status* de *show* da cultura brasileira a céu aberto veiculado para o país inteiro.

O cenário descrito acima sinaliza condicionantes sócio-históricos cujos efeitos se faziam presentes, à época, de modo ainda incipiente. Mais tarde, na segunda metade da mesma década de 1970, suas repercussões se aprofundaram a ponto de embasar na triangulação mídia televisual, turismo e mercado fonográfico a fixação dos desfiles das escolas de samba entre os bens da cultura popular de massa (Farias, 2006). Ainda assim, naquela virada dos anos 1960 para 1970, os mesmos condicionantes incidiam naquela decisiva propriedade interna à composição formal do gênero cultural desfile de carnaval, a saber, o imperativo de tomar as vias públicas e obter diferenciação funcional frente a outras modalidades de diversão afins. O desafio permanente aos agenciamentos que o realizam gira em torno da busca de tomar o espaço público como elemento apto a estabelecer significação com as plateias.

Se na sua versão escola de samba, a princípio, predominou o desfile de carnaval como a passeata de um grande coral embalado pela percussão coletiva da bateria, ao longo da década de 1960, com a entrada de artistas plásticos especializados, ligados à academia e ao mundo dos espetáculos, dá-se a transformação dessa característica¹⁷. O comando estético do diretor de harmonia e o protagonismo artístico do compositor do samba-enredo se deslocam para o carnavalesco, sendo este o artífice

17. Liderado pelo professor da Escola de Belas Artes e cenógrafo do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Fernando Pamplona, em 1950 se formou um círculo artístico-intelectual, consagrado na história do carnaval carioca, sob a denominação de “Grupo do Salgueiro”. Ao assumir o comandado artístico da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro, ao grupo é atribuído um montante de inovações que alterou o vetor estético dos desfiles, o qual deixou de priorizar a horizontalidade do canto e da dança em nome da verticalidade dos adereços de mão, estandartes e carros alegóricos. Transformações essas relacionadas a mudanças na concepção dos temas-enredos: de um lado, deu-se prioridade a personagens anônimos da formação do povo brasileiro; de outro, a escolha do tema responde à necessidade de prover a apresentação da escola de diferentes ambiências plástico-visuais.

responsável por conceber o tema-enredo e idealizar as ambiências indumentárias e cenográficas que deambularão frente aos olhos situados nas arquibancadas. O requisito de proporcionar imagens de grande impacto visual é internalizado nos projetos carnavalescos das escolas e aos poucos se naturaliza, antecipando-se à escolha dos temas-enredos e, com isso, influenciando o plano percussivo-musical e a evolução dançada dos cortejos¹⁸.

Extrapola os objetivos deste texto esmiuçar as razões de a participação das diferentes escolas de samba nesse esquema sociocultural ocorrer de modo desigual, já que algumas se puseram na vanguarda e firmaram-se protagonistas da nova cena, enquanto outras tiveram uma inserção tortuosa nela. Localizada na periferia suburbana do Rio de Janeiro, ainda de fundação recente em relação às escolas mais tradicionais, a Mocidade Independente de Padre Miguel ocupava, então, posição secundária na hierarquia das competidoras ao título do carnaval carioca. Sem financiadores e maiores atrativos, a agremiação lutava por se manter no grupo principal dos desfiles. Para os críticos especializados, era somente uma bateria “rodeada de escola de samba”; afinal, seu único destaque estaria no desempenho do seu conjunto de ritmistas, comandado pelo mestre André – inventor das paradinhas¹⁹. Sempre às voltas com o risco de rebaixamento para a divisão inferior do torneio das escolas de samba, à administração da Mocidade não restara senão encontrar alternativas para reverter a situação da escola. Calçada no prestígio de um *best-seller* lançado em 1968 e que logo iria também para as telas de cinema, a opção pelo enredo *O meu pé de laranja lima* vem no caudal das possibilidades de exploração plástico-visuais e musicais vislumbradas com a sua realização. Tratava-se de uma temática nacional enraizada no folclore e na cultura popular, mas do ponto de vista da imaginação infantil, na qual se tornam cúmplices o lúdico e o onírico²⁰.

18. Entre a segunda metade da década de 1940 e meados dos anos de 1960, a elaboração do samba-enredo confirmou um padrão notabilizado por uma narrativa longa, à maneira de uma epopeia, fazendo recurso ao léxico rebuscado da língua portuguesa. Nesse ínterim, sagra-se o nome do compositor Silas de Oliveira, da escola de samba Império Serrano. Em especial com a ingerência do compositor Martinho da Vila, deu-se o que poderíamos chamar de um despojamento desse gênero musical em termos de narrativas mais enxutas e com emprego de palavras coloquiais. Já na década de 1970, inicia-se a funcionalização do samba-enredo, porque ele passa a ser definido como um retrato cantado do espetáculo audiovisual.

19. As chamadas “paradinhas” aparecem nos desfiles de 1958. Em razão de um deslize do mestre André, permaneceram tocando apenas os repiques da bateria da Mocidade Independente de Padre Miguel. Depois de alguns instantes, ao retomar o comando com o assobio do seu apito, o mestre ordenou que os demais instrumentos voltassem a percutir. Sem conhecimento do que havia acontecido, a plateia respondeu empolgada ao efeito, gritando “olé!”.

20. Jornal *Carnavalizados*: “Para muitos, o carnaval é uma espécie de conto de fadas: um reino distante, onde tudo pode acontecer. O carnaval permite se ficcionar, tornar-se ficção, ser outro que não eu mesmo. Ele é capaz de formular uma verdade diferente, não oficial, sobre o mundo e sobre os sujeitos,

Assinada por Gabriel Nascimento e Dario de Castro, também responsáveis pela execução do projeto de figurinos e alegorias/adereços, a sinopse do enredo da escola para o carnaval de 1970 tem na infância um fio comum dramatúrgico, concebido na figura da duração de uma vida humana, a ser esticado no desenrolar do desfile. Desdobrada em seus muitos estágios etários (criança, juventude, amadurecimento, velhice), na sua progressividade, a vida guardaria sempre as lembranças da sua fase inaugural, mesmo quando há dificuldades enfrentadas pelo adulto e/ou dores que geram lágrimas do corpo envelhecido:

Baseada no livro de José Mauro de Vasconcelos *O meu pé de laranja lima*.

Para cada poema, um prefácio:

E foi assim que ganhei a minha roupa de poeta...

Se fôssemos simbolizar as coisas da vida, poderíamos dizer, ela e o amor que nela sentimos nada mais são que um grande livro com pequeno prefácio.

Um livro sério, tendo prólogo poético. Enredo enorme, confuso, espesso, complexo, levando de frente um grande poema!

Comparando nossas diversas idades, vemos que os cantos são mais nos começos, ficando os choros, para o fim.

Os nossos corações pensam que é uma escada a passagem das idades, subimos, andamos e ultrapassamos crescendo!...

Há certa infância que segue os dias de um ancião, assim como se nota muita precocidade nos dias inaugurais de uma criança!

Só somos perfeitos quando sabemos ter em nossas quadras específicas notas com ressaibos simpáticos e resquícios de saudade!

Mesmo assim, sabemos que há mais luz em seus começos do que nos seus fins. O sabor agradável da infância passa quando chegam os anos amadurados!

para construir novas reflexões. É uma festa que rompe as barreiras conservadoras do sistema oficial, que dramatiza o sujeito em inúmeras máscaras e o faz navegar num mar agitado feito de plástico, tinta e lantejoulas. Nos contos de fadas, a gata borralheira vira princesa; no carnaval, o moço que vende peixe na feira vira mestre-sala. O carnaval é mágico, é lúdico, tal qual uma história infantil. Todos podem ser o que quiserem. E misturar esses dois universos, carnaval e temas infantis, é ler um conto de fadas através de fantasias, alegorias e samba. Esse espírito carnavalesco se une perfeitamente com o lúdico da infância e ativa nossa memória afetiva, através de desfiles onde os personagens fantásticos são inseridos, ora como fios condutores, ora de modo mais fidedigno, com a história apenas adaptada e carnavalesca. Muitas das características dos contos de fadas encontram-se no viver carnavalesco. Esse mundo às avessas, onde a realidade é surreal. Personagens míticos, encantados ou reais, trabalhando a realidade, mostrando outras culturas e fortalecendo nossa própria identidade. O universo infantil pode propiciar para os carnavalescos um mundo vasto de possibilidades de brincar com as cores. O mundo é o real, e cabe ao carnavalesco torná-lo encantado” (“Trinta e dois enredos com a temática infantil”, 2017).

Todos os prefácios são mais cantantes do que os índices! Isto é a vida! E não podemos chorar os fatos porque temos que progredir, colhendo frutos diferentes, nas diferentes quadras! Cada um guarda, pois, o seu poema de luz ou a sua lembrança mofada, para o resto de seus dias. Por isso olho às vezes o céu, e vejo longas luzes se movendo como ondas longas do mar, ou então girando ou saltando, nunca paradas.

Penso serem as grandes luzes, sem dúvida, os espíritos das criancinhas que nasceram e morreram. Tiveram sempre nos olhos um mar de lágrimas rolando, sem poder ter tido um mar de ondas de astros, em que passam e sobem, debanda para o infinito. Anjos sorrindo em busca do reino da poesia... O bom reino da imaginação fazendo fronteiras com a vida! Procuramos animar, mais e mais àqueles que hoje estão na idade em que estamos, quando também cantávamos e escrevíamos talvez o poema do nosso prefácio da vida.

Os autores definem a sinopse como um “prefácio” da vida apreendida à maneira de um poema; logo, um texto. Momento em que o enredo se concretizará em atos, o desfile consiste em um metatexto no qual a vida poderá ver-se no seu duplo simbólico, como se contemplasse a si mesma em um espelho. Constituindo-se igualmente em uma escritura, mas audiovisual, o desfile se equaliza em sincronia com o romance que o inspira. Ambos compartilham da característica de verter elementos do real histórico em elementos da sua formação ficcional; portanto, são cúmplices enquanto criações imaginativas, aptas a promover a evasão pelo entretenimento dos seus públicos. No caso do enredo da Mocidade, a vida em questão em *O meu pé de laranja lima* não é uma em particular, e sim a fábula do próprio desenrolar da existência da pessoa humana como uma odisseia, com episódios de alegria e sofrimento. Manifesto na logomarca do carnaval da escola em 1970 (ilustração 1), o desenrolar da trama se dá em torno do personagem Zezé: essa criança ficcional incita as lembranças pelas quais as fantasias da infância chegam ao adulto; estas, se lhe fomentam saudades, podem também torná-lo resiliente ante as dificuldades enfrentadas. Assim, ao encenar essas recordações da era da inocência infantil, em comum com a literatura, embora por um breve período, o desfile conduziria a plateia ao lugar tecido pelas projeções imaginativas lúdicas, em que a excitação dos sentimentos e suas expressões têm por motivação as brincadeiras avessas a qualquer limitação.

Composto por dois dos mais consagrados nomes da ala de compositores da Mocidade, Gibi e Arsênio, o samba-enredo da escola naquele ano explicita o propósito de tornar o desfile uma grande viagem às muitas feições da fantasia infantil. Daí, convida o público a entrar em uma brincadeira de roda. E, já de saída, recorre ao “era uma vez”, tão sugestivo em termos da sua potencialidade de fabular. Como se fosse aberto um portal por onde passarão os adultos da plateia carnavalesca, desde agora eles percorrem compartimentos de um castelo encantado, erguido a cada adorme-



Ilustração 1 Logomarca do enredo de 1970.

cer de uma criança, deparando-se momento a momento ou simultaneamente com personagens sagazes em ludibriar a dureza objetiva das determinações cotidianas. Abandonam tudo que os torna infelizes para realizarem um espetáculo ao sabor das suas emoções mais autênticas; quer dizer, menos corrompidas pelas injunções da vida “séria”:

Era uma vez
Frase que traz felicidade
Às pequeninas majestades
No seu reino de ilusões
Reis, fadas e rainhas
As histórias contadas pelas dindinhas
Entre outras seduções
Dominam suas imaginações
Nas inocentes travessuras
Merecem ternura e muita compreensão
No seu reino de alegria
Do seu mundo de fantasia
Não as devemos despertar
Para as tristezas enegrecidas
Dos infortúnios da vida
Oh como é triste fazer a criança chorar

Oh crianças queridas
Alegrias coloridas
Esperança de toda a geração
Eis a mensagem
Continuem o espetáculo
Ao sabor dos seus corações

Ah eu entrei na roda
Eu entrei na roda-dança
Eu entrei na contradança
Eu não sei dançar

O episódio do carnaval da Mocidade Independente de Padre Miguel, em 1970, nos parece ilustrativo da interdependência estabelecida entre práticas e bens culturais no delineamento e funcionamento da cultura popular de massa. Para voltar à noção de mediação, por certo as adaptações do romance *O meu pé de laranja lima* para outros suportes expressivos estendem as margens de popularização da obra e do seu autor. Mais ainda, no instante em que mobilizam signos que não somente o linguístico na codificação da mensagem, pressionam o alargamento da concepção mesma do texto literário. No mesmo diapasão, porém, cabe reconhecer estarem na narrativa do livro propriedades formais transformadas em matéria-prima simbólica para os diferentes usos feitos pelo cinema, a televisão e o carnaval. Propriedades essas relativas à sensibilidade do autor em ir e selecionar traços do acervo da matriz cultural popular; traços talvez inscritos na sua formação sentimental e que são capazes de gerar reconhecimento e manifestações emocionais naquelas estruturas psíquicas também, de um modo ou de outro, decorrentes de processos civilizadores em que o melodrama fez parte dos fundos coletivos de saberes transmitidos em intercursos geracionais e participou da produção de subjetividades.

Por um lado, nesse tramado, complicam-se os critérios dos regimes de autoria porque, se não descartam a assinatura individualizada, agregam outras subjetividades criadoras (o diretor do filme, a autora da novela, os carnavalescos, os compositores do samba). Por outro lado, cada criação resultante das leituras do romance lhe edita e lhe acresce aspectos: na telenovela, há personagens não encontrados no livro; no samba-enredo, são sobreacentuados os elementos imaginativos e oníricos em detrimento das demais componentes da narrativa. Nesse sentido, podemos concluir que *O meu pé de laranja lima* resulta em uma teia intertextual na contrapartida de um igualmente abrangente encadeamento institucional e sociotécnico. A figuração desse amplo e complexo arranjo pode sugerir a ideia de “sujeira”, isso se considerarmos as

mútuas pressões entre ingredientes tão heteróclitos entre si. Sob a perspectiva da unidade da autoria, algo assim precipita a conclusão de que o princípio da autonomia da forma literária está sendo posto em xeque. Na medida, porém, em que se examinam as mediações pelas quais se define uma codificação recíproca entre os mesmos elementos, somos levados a concluir estar em questão a emergência de uma outra forma cultural. E, só a partir do seu delineamento, torna-se possível verificar o “dentro” e o “fora” que lhe são relativos; logo, os critérios normativos da autonomia e da heteronomia estão referidos à composição dessa forma.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Luiz Antônio. (2018), “A literatura de *O meu pé de laranja lima*”. In: VASCONCELOS, José Mauro de. *O meu pé de laranja lima*. São Paulo, Melhoramentos.
- ANDRADE, Valério. (dez. 1970), “O meu pé de laranja lima”. *Jornal do Brasil*, “Caderno B”, Rio de Janeiro, p. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=22016, consultado em set. 2019.
- AUGUSTO, Sérgio. (maio 1970), “O meu pé de laranja lima”. *Jornal do Brasil*, “Caderno B”, Rio de Janeiro, p. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/7863.
- BARROSO, Haydee. (1978), *Vida y saga de Jose Mauro de Vasconcelos*. Buenos Aires, Libreria El Ateneo Editorial.
- BOURDIEU, Pierre. (2009), “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. In: SAPIRO, G. *L'espace intellectuel en Europe. De la formation des États-nations à la mondialisation XIX^e-XXI^e siècle*. Paris, La Découvert.
- BOURDIEU, Pierre. (2001), *Science de la science et réflexivité*. Paris, Raison d'Agir.
- BULLETIN d' Analyses de Livres pour Enfants (1971), Paris, La Joie par les livres, 24.
- CAGNO, Carmen. “Um novo round: Zé Mauro versus crítica”. (out. 1979), *Jornal da República*, “Literatura”, São Paulo. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/194018/775>.
- CASCUDO, Luís da Câmara. (1944), “Apresentação”. In: VASCONCELOS, José Mauro de. *Banana brava*. Rio de Janeiro, Coleção Centenário de Luís da Câmara Cascudo, 1944.
- CASANOVA, Pascale. (2007), “Reflexiones sobre algunos usos prácticos de la noción de autonomía relativa”. In: CHAMPAGNE, Patrick; PINTO, Louis & SAPIRO, Gisèle. *Pierre Bourdieu, sociólogo*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- DANTAS, Audálio. (out. 1979), “José Mauro: 18 livros e muitos amores”. Revista *Realidade*, Abril.
- ELIAS, Norbert. “Le concept freudien de société et au-delà”. ([1990] 2010), In: *Au-delà de Freud. Sociologie, psychologie, psychanalyse*. Paris, La Découverte.
- FARIAS, Edson. (2006), *O desfile e a cidade: o carnaval-espetáculo carioca*. Rio de Janeiro, E-Papers.
- FREYRE, Gilberto. (2010), *Encontros, a arte da entrevista*. Rio de Janeiro, Azougue.

- JORNAL DO BRASIL. (abr. 1970), Rio de Janeiro. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=7079, consultado em set. 2019.
- JURT, Joseph. (2014). *Naciones literarias: una sociología del campo literario*. Córdoba, Villa María, Eduvim.
- LAHIRE, Bernard. (2006), *La condition littéraire: la double vie des écrivains*. Paris, Éditions La Découverte.
- LEÃO, Andréa Borges. (2018), “José Mauro de Vasconcelos: o intérprete e as traduções do Brasil”. *Política & Sociedade*, 17 (39): 141-168. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2175-7984.2017v17n39p141/37833>.
- “LIVROS NOVOS”. (out. 1948), *O Cruzeiro*, “No Mundo dos Livros”. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/003581/56094>, consultado em 4/1/2020.
- MACHADO, Aluizio. (mar. 1979), “Feira do Livro de Buenos Aires: 100 mil títulos para meio milhão de compradores”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=195919, consultado em 20/12/2019.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. (2009), *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- MOLLIER, Jean-Yves. (2019), “À procura de um imaginário melodramático no século XIX: imprensa, folhetins e romances. Da sua produção a sua recepção”. *Revista Moara*, 52: 73-87.
- ORTIZ, Renato; RAMOS, José Mário O. & BORELLI, Silvia Helena S. (1989), *Telenovela: história e produção*. São Paulo, Brasiliense.
- PINHEIRO, Fernando Antonio. (2014), “O rei do outro polo: Paulo Coelho na literatura brasileira”. In: MICELI, Sergio & PONTES, Heloisa. *Cultura e sociedade. Brasil e Argentina*. São Paulo, Edusp.
- SALES, Herberto. (1988), *Subsidiário: confissões, memórias e histórias*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- SORÁ, Gustavo. (2003), *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires, Libros del Zorzal.
- “TRINTA E DOIS ENREDOS com a temática infantil”. (out. 2017), *Carnavalizados*. Disponível em <http://carnavalizados.com.br/noticias/32-enredos-com-a-tematica-infantil/>, consultado em 14/2/2020.
- VASCONCELOS, José Mauro de. ([1963] 1972), *Doidão*. São Paulo, Melhoramentos.
- VASCONCELOS, José Mauro de. (1969), *O homem e a obra*. Ribeirão Preto, El Dorado.
- VASCONCELOS, José Mauro de. ([1968] 2018), *O meu pé de laranja lima*. São Paulo, Melhoramentos.
- VENAYRE, Sylvain. (2002), *La gloire de l'aventure : genèse d'une mystique moderne. 1850-1940*. Paris, Aubier.

Resumo

Literatura e audiovisual em José Mauro de Vasconcelos

Este artigo abre um debate sobre as condições de circulação e recepção transnacional das obras como fator de diferenciação nas carreiras literárias nacionais. O objetivo central é mostrar de que modo as dinâmicas da tradução funcionam como recursos possíveis para reconhecimento e consagração, considerando escritores posicionados nas margens da produção simbólica nacional. O percurso do escritor José Mauro de Vasconcelos, cuja obra descreve movimentos entre a literatura e o audiovisual a partir de 1950, estabelece relações explicativas de alto rendimento analítico com a problemática da recepção transnacional da produção brasileira. A confluência e a transferência entre cânones nacionais, além de aproximar escalas de observação dos regimes de autoria, vinculam-se à circulação da literatura popular sentimental para além dela mesma.

Palavras-chave: Literatura e audiovisual; Literatura popular sentimental; Circulação transnacional da literatura; Literatura e carnaval.

Abstract

On the borders of symbolic circulation. Literature and audiovisual in José Mauro de Vasconcelos

This article opens a debate about the transnational circulation and reception conditions of the works as a differential factor in the national literary careers. The main objective is to show in which way the dynamics of translation work as possible resources for recognition and consecration, considering writers positioned on the borders of national symbolic production. The path of the writer José Mauro de Vasconcelos, whose work describes movements between literature and audiovisual from 1950, establishes explanatory relations of high analytical performance with the problematics of the Brazilian production transnational reception. The confluence and the transfer between national canons, aside from approximating the observation scales of the authorship regime, is linked to the sentimental popular literary circulation beyond itself.

Keywords: Literature and audiovisual; Sentimental popular literature; Transnational literature circulation; Literature and carnival.

Texto recebido em 31/3/2020 e aprovado em 9/4/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.168354.

ANDREA BORGES LEÃO é pesquisadora do CNPq. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo de Estudos em Cultura, Comunicação e Artes (GECCA/UFC) e membro do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UNB). E-mail: aborgesleao@gmail.com. EDSON FARIAS é pesquisador do CNPq. Professor Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília e do PPG em Memória: Sociedade e Linguagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Líder do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UNB). Editor da revista *Arquivos do CMD*. Membro do Conselho do Museu AfroDigital Carioca. Membro do Comitê de Imagem e Som da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). E-mail: nilosed@gmail.com.



“Sou brasileiro, democrata e editor”

Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira
(1963-1970)

Rodrigo Czajka*

<https://orcid.org/0000-0002-3494-8372>

Os livros entre a repressão e a censura

No dia 26 de janeiro de 1970, a edição do *Diário Oficial na União* trazia a publicação de um decreto-lei que, entre outras coisas, definia critérios sobre o exercício de censura a livros no Brasil. Fase da ditadura militar em que o recrudescimento da repressão e a centralização dos poderes e da vigilância acentuavam-se sobretudo depois da edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em dezembro de 1968. Se entre 1964 e 1968 havia relativa liberdade de expressão, circulação de ideias e ampliação da esfera pública de debates, ela deixaria de existir nos anos subsequentes até alcançar a fase de “abertura” política.

Foi nesse momento de transformações do aparato repressivo e reestruturação da ditadura militar que o decreto-lei n. 1.077 veio a lume (Brasil, 1970). Substanciado na redação da Emenda Constitucional n. 1, de 1969, em seu artigo 153, parágrafo 8º, o decreto-lei aludia a instrumentos de controle e meios para aplicar a censura prévia a publicações contrárias à moral e aos costumes¹. O conjunto de normas ali

* Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil.

1. No artigo 153, § 8º da emenda constitucional n. 1, de 1969, definia-se: “É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da

prescritas visava a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a “formação sadia e digna da mocidade”. O decreto-lei ainda dispunha que:

Considerando que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes; considerando que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente a moral comum; considerando que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira; considerando que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo que põe em risco a segurança nacional, decreta que [...] caberá ao Ministério da Justiça, através do seu Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada (Brasil, 1970).

A censura a publicações editoriais já foi analisada e debatida por diferentes autores(as) e enfoques. Um dos trabalhos de maior referência talvez seja o de Sandra Reimão. Em *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar* (Reimão, 2011), a autora desenvolve algumas linhas de análise que permitem compreender o processo que levou ao controle da produção e circulação de obras consideradas ameaça ao governo de 1964. Segundo ela, a censura a livros teve uma forte presença sobretudo nos anos que se sucederam à edição do AI-5 e quando essa atividade foi designada ao Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP)², que também exercia censura sobre outras atividades culturais e artísticas. Reimão sugere três hipóteses que estruturaram a censura exercida por aquele Serviço: (1) O SCDP teria uma perspectiva censória mais moral e menos política. (2) A importância e a necessidade da presença da censura às chamadas “diversões públicas” (teatro, cinema, televisão e, mais tarde, o livro) fizeram-se na medida em que a entidade funcionava como componente da regulação da vida social sob o signo da ditadura, inclusive com leniência de setores considerados progressistas. (3) Os próprios produtores culturais (intelectuais e artistas) faziam uso da prática de autocensura como forma de dar às produções um caráter menos “subversivo” e que não as colocasse na condição prévia de censuradas (Reimão, 2011, p. 56).

Há algum tempo essa discussão sobre os mecanismos censórios faz-se um terreno muito profícuo para os estudos sobre o controle da opinião, afinal entender as dinâmicas da censura no Brasil implicaria, de uma só vez, analisar a institucionalidade

ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes” (Brasil, 1969).

2. Sobre as mudanças do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) e as transformações que levaram à formação da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), consultar Garcia, 2014.

do controle social e pormenorizar a atividade dos órgãos de censura, respaldada nos aspectos morais e nos “bons costumes” que, por sua vez, lhes dariam a legitimidade necessária. Noutras palavras: por detrás de todo o aparato institucional que colocava em prática as políticas censórias, havia uma complexa trama de valores, interesses e demandas sociais, no esforço permanente de reafirmar práticas “sadias” necessárias a qualquer sociedade que prezasse pela ordem. A censura estaria constituída, segundo as premissas desse debate, por duas dimensões intercambiáveis e indefinidas, a saber: a política e a moral.

Nessa linha de argumentação, insere-se o trabalho de pesquisa de Douglas Attila Marcelino, que, com base nas pesquisas de Carlos Fico, esforça-se por reafirmar essa disposição ambivalente da censura: haveria uma censura posta em prática a partir de julgamentos de ordem moral, e outra censura política, esta mais evidenciada por ter sido sistematicamente denunciada, visto que afetou parte considerável da produção cultural enquanto vigeu a ditadura. Ainda que se possa constituir a distinção com o intuito de sugerir uma tipologia da censura levada a cabo pelos órgãos de Estado, o autor não torna evidentes os limites fronteiriços entre as duas. Noutras palavras, ainda que a censura fosse realizada tendo por base tal distinção, ineficaz se torna a tarefa de delimitar o campo de influência de cada uma delas. Ora, a moral atravessa o político e nele se insere como realização objetiva de juízos de valor. Valores compõem uma visão de mundo, um *ethos* próprio de um grupo social que, por meio das estruturas de poder, manifestam-se racional e objetivamente. No que concerne à censura de forma mais abrangente, Marcelino afirma:

É importante observar não apenas como ambas as censuras eram atividades distintas, mas como elas funcionavam a partir de suas lógicas próprias e envolviam setores diferenciados dentro dos governos militares. [...] E muito embora a grande maioria dos trabalhos sobre censura do período tenha enfatizado somente a natureza política da repressão executada pela SCDP, este órgão tinha como uma de suas principais características a função de se voltar para as questões referentes à moral e aos bons costumes. [...] A censura de diversões públicas, que abarcava as peças de teatrais, a produção musical, a cinematografia, a programação de rádio e televisão, e que, a partir de 1970 passou a ser direcionada também aos livros, estava ancorada em uma forte tradição de censura de costumes que, além de anteceder em muito os anos da ditadura militar, enraizava-se em convicções profundas sobre a necessidade de se resguardarem certos padrões morais considerados típicos da sociedade brasileira (Marcelino, 2011, pp. 17-24).

Ou seja, no que tange à formulação do argumento das “duas censuras” a que se refere o autor, na verdade torna-se inverossímil, visto que, embora se suponha a exis-

tência de diferentes elementos (tipos) que embasaram os julgamentos censórios, esses elementos entremeiam-se num só processo de repressão posto em prática pelo Estado militarizado. Ou, como dito anteriormente: a repressão política fica a serviço das demandas morais e se confunde com ela, pois nesse entrelaçamento também podemos constatar os laços sociais formados com a aproximação de setores conservadores da sociedade brasileira e políticas centralizadoras e intervencionistas do Estado. Com efeito, a censura foi exercida de forma institucionalizada, seja com a SCDP ou com a DCDP, mas nos dois momentos não deixou de nutrir estreitos vínculos com certa opinião pública que, ao se colocar no papel de "guardião dos bons costumes", se tornava fiadora da ação política do Estado repressor. Num ensaio publicado na década de 1970, ao analisar tais relações das corporações militares com grupos de "agentes sociais e políticos", Wanderley Guilherme dos Santos argumentava, por exemplo:

[...] o que tem legitimado o sistema, mais que seu empenho econômico, aliás, controverso em vários aspectos – é a sustentação de um pacto que se estabeleceu no âmago das corporações militares entre diversas correntes e tendências, e por exclusão de praticamente todos os demais atores do cenário político brasileiro de pré-64. Esse pacto não se consolidou sem crises, o que é natural, e creio ser possível tomar 1964, 1965 e 1968 como episódios que entremostrem o difícil processo de sua constituição. Se assim é, qualquer desarranjo da política econômica, ou social, ou "política", provocará, a meu ver, pelo menos de imediato, não a modificação, mas a acentuação das características do atual sistema, como uma espécie de reação espontânea a fim de tornar o pacto básico tão invulnerável quanto possível. A menos, é claro, que o próprio pacto já tenha sido rompido. [...]. Institucionalmente o problema que se coloca consiste em deslocar o centro de gravidade da estabilidade do sistema do pacto estritamente militar, ou quase, em que reside agora, para um pacto do qual participem grupos e agentes sociais e políticos marginalizados desde 1964 (Santos, 1978, pp. 43-44).

Assim, essa relação entre diferentes instâncias de poder e as dinâmicas de sua manutenção – bem como de reprodução e legitimação do *ethos* autoritário – levava a uma associação mais complexa entre aquilo que era interpretado como tema moral ou político aos olhos dos setores de informação militares. Nesse sentido, é interessante observar que, sobretudo antes de 1968, essa dinâmica relacional implicaria a mobilização de outros instrumentos – seja pelo fato de ainda não haver estruturação adequada dos processos controle (e censórios, no caso), seja porque a participação de grupos e agentes sociais foi um elemento de fortalecimento do "pacto autoritário", conforme argumento de Wanderley Guilherme dos Santos.

É próximo dessa perspectiva de análise que o trabalho de pesquisa de Miliandre Garcia se assenta, ao analisar o problema da censura nos anos seguintes ao golpe de

Estado. Garcia, por exemplo, ao analisar a dinâmica interna dos órgãos de censura, identifica que entre 1962 e 1967 o SCDP passou por um processo de reestruturação administrativa que resultou na configuração da DCDP (Garcia, 2019, p. 2). E corroborando o argumento de um dos diretores da DCDP, Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, aponta para a existência daquilo que este último denominava de “supercensura”. Segundo Garcia, um tipo de “atividade realizada, na maioria das vezes, silenciosamente, sem repressão pública, mas que era atentamente ouvida nos bastidores da censura, por seus técnicos e dirigentes, tomada como ‘lei’ dependendo de onde vinha” (Garcia, 2019, p. 2). Ou seja, um tipo de censura que podia ser posta em prática pelos órgãos de controle desde que houvesse manifestação ou denúncias da parte de terceiros. Assim, padres, estudantes, donas de casa e políticos se tornaram figuras importantes na constituição da “supercensura”, ou seja, “um tipo de censura extraoficial que atuava nos bastidores do poder, [...] sem nunca ser identificada ou ser responsabilizada pelo cumprimento de suas demandas” (Garcia, 2019, p. 3). Ou, na descrição do próprio Coriolano Fagundes:

Por trás dos censores operava a superestrutura: são as cartas da Presidência da República, os consensos dos cineminhas nos ministérios, os assessores e amigos do ministro da Justiça. A essa legião de censores extras somam-se juízes menores e outras autoridades, ou cidadãos, que comunicam suas objeções à circulação de determinadas obras. [...] A supercensura não aparece, recaindo todo o ônus dessa atividade sobre a censura profissional. [...] O ministro da Justiça faz consultas a amigos como o senador Dinarte Mariz, que certa vez o aconselhou a mandar prender o escritor Rubem Fonseca, de cujo livro proibido *Feliz Ano Novo* o sr. Armando Falcão guarda um exemplar em sua gaveta, no gabinete, com trechos grifados em vermelho (Garcia, 2019, p. 3).

A partir dessa proposição, a relação entre política e moral se torna mais complexa, e a censura passa a ser interpretada não apenas como resultado da dicotomia das duas esferas, mas da sua intrincada relação. Vê-se, por exemplo, que o SCDP – em sua fase anterior à estruturação que levou à constituição da DCDP – atuou, por meio da supercensura, na produção de informações ou até mesmo na perseguição de intelectuais, artistas e demais produtores culturais, desviando-se de seu propósito e competências. Ou, como frisa Miliandre Garcia:

[...] o processo de centralização da censura de diversões públicas também correspondeu a um projeto de expansão do controle nacional sobre as manifestações públicas genericamente designadas “diversões públicas”. De 1964 a meados de 1970 percebia-se claramente que a censura e seus agentes se converteram num organismo complexo para o qual convergiam

múltiplas demandas provenientes de instâncias diversas, desde altos escalões do governo até manifestações da sociedade civil. Dessa forma, as instâncias censórias não só cumpriram determinações superiores da Presidência da República, do Ministério da Justiça e do DPF, muitas vezes houve divergências entre esses setores, como também responderam às demandas externas da comunidade de informações, do Juizado de Menores, de entidades religiosas, de autoridades políticas e de pessoas influentes (ou não) de setores da sociedade (Garcia, 2019, p. 17).

A abordagem sugerida por Garcia possibilita ampliar o escopo da discussão e compreender como os mecanismos de censura não apenas sofreram adaptações conforme as conjunturas e as demandas que lhes eram atribuídas, mas também pormenorizar as práticas repressivas do SCDP e, mais tarde, da DCDP. Permite, por exemplo, estender a análise para além das chamadas "diversões públicas" e compreender como sucedia a produção de dados para a comunidade de informações mesmo em áreas que ainda não eram legisladas, como é o caso do mercado editorial – que apenas em 1970 será regido pela censura.

O mercado editorial na construção da hegemonia cultural de esquerda

Mesmo que as bases legais para o exercício da censura ao mercado editorial tenham sido formuladas apenas com a publicação do decreto-lei n. 1.077, isso não significa que antes não houvesse repressão à produção e à circulação de obras bibliográficas. O mercado editorial teve uma ampliação expressiva na década de 1960 e conquistou um padrão comercial sem precedentes. Segundo Hallewell (1985, p. 426), se no ano de 1950 um total de 19.583 milhões de exemplares de livros foram postos em circulação, no ano de 1964 esse número saltou para 66.559 milhões. Novas editoras e políticas do governo para implementação do livro didático e não didático favoreceram essa ampliação, associada ao crescente número de estudantes no ensino superior, também em expansão da década de 1960. Para o autor,

O crescimento real do mercado do livro não didático só foi retomado quando o governo começou a interessar-se por essa indústria, e isso apenas se verificou com a ascensão à Presidência da República, em 31 de janeiro de 1956, de Juscelino Kubitschek. A extensão de seu envolvimento pode ser avaliada na mensagem ao Congresso em princípio de 1958, na qual insistiu em que a produção de livros, um "indicador excelente" do progresso cultural do país e um tributo à empresa privada brasileira, exigia do governo "a mais entusiasta ajuda e estímulo". Tudo deveria ser e seria feito para suprir a crescente necessidade brasileira de livros. Os custos de papel e de impressão precisavam ser reduzidos e a indústria editorial devia ter

o mesmo direito de amplo acesso ao financiamento de que desfrutavam os demais setores da indústria (Hallewell, 1985, p. 442).

Somados os desdobramentos do golpe de 1964, essa ampliação foi um dos motivos de incômodo entre setores militares e que levou a ensejar mecanismos de controle daquilo que Flamarion Maués chama de “editoras de oposição” (Maués, 2005, p. 260). Essa classificação – embora não fizesse parte de um plano entre as editoras que, via de regra, possuíam um catálogo associado à literatura comunista ou marxista – colocaria em relevo um determinado mercado e um público consumidor de obras bibliográficas que teria uma projeção importante a partir de 1964. Segundo Maués, por editoras de oposição se poderiam entender aquelas editoras

[...] com perfil marcadamente político e ideológico de oposição ao governo militar e compunham um universo que englobava desde editoras já estabelecidas como Civilização Brasileira, Brasiliense, Vozes e Paz e Terra, até outras surgidas naquele período como Alfa-Ômega, Global, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Codecri, Livramento, Vega, entre outras. Algumas dessas editoras mantinham vínculos estreitos com partidos e grupos políticos, alguns deles na clandestinidade, ou foram criadas por esses grupos. Outras não estabeleciam vinculações políticas orgânicas, mas, por sua linha editorial, acabavam representando iniciativas políticas de oposição (Maués, 2005, p. 261).

Contudo, e como lembra o autor, é importante frisar que, apesar da formação de uma oposição à ditadura por parte das editoras, isto não as tornava necessariamente parte de um empreendimento ou programa das esquerdas políticas. A oposição se constituiu para além da conotação ideológica e agregou diferentes setores políticos e ideológicos, como liberais, nacionalistas, dissidentes do governo, comunistas, socialistas, marxistas etc.³, e fizeram com que essas editoras se definissem pelo variado matiz temático, ainda que atuando no campo da oposição à ditadura (Maués, 2014, p. 95).

Caso emblemático, apontado por pesquisadores e pesquisadoras que estudam ou estudaram o período em questão, é a Editora Civilização Brasileira (ECB). Sua presença foi fundamental não apenas para o fortalecimento do mercado editorial, mas para a (re)articulação de muitos intelectuais em torno de seus projetos editoriais por toda a década de 1960, sobretudo após o golpe de 1964. Não apenas o trabalho de pesquisa de Maués (2014), mas também os de Vieira (1996a), Czajka (2005), Neves (2006), Galucio (2009) e Castro (2014) levam em consideração a

3. Sobre a gênese das resistências culturais na ditadura a partir da relação entre diferentes setores e matizes ideológicos na ditadura, consultar Napolitano (2017).

importância da ECB e, em especial, de seu editor, Ênio Silveira, na condução de uma política editorial complexa e variada, enquanto esteve na direção da editora, que era também sua propriedade.

Um aspecto fundamental que permite compreender a relevância conquistada pela ECB no cenário pós-1964 junto ao mercado editorial foi a forma pela qual Ênio Silveira coordenou uma reestruturação da editora ainda no início da década de 1950. A ECB era uma empresa subsidiada pela Companhia Editora Nacional (CEN), de propriedade de Octalles Marcondes Ferreira e Monteiro Lobato; costumeiramente distribuía os livros didáticos editados pela CEN, mas também editou e publicou alguma ficção desde 1932, ano em que foi comprada por Octalles⁴.

A chegada de Ênio à ECB se deu no ano de 1943, via CEN, por intermédio de Monteiro Lobato, amigo de seu avô (Valdomiro Silveira) e também de seu pai (Meroveu Silveira). Na condição de estudante na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, Ênio se dividia profissionalmente com a produção de orelhas dos livros da CEN e o trabalho como revisor de provas no jornal *Folha de S.Paulo*. Entretanto, pouco tempo depois de seu ingresso na empresa de Octalles Marcondes Ferreira, seguiu para os Estados Unidos com o intuito de aprimorar-se nas técnicas publicitárias do mercado editorial, abandonando o trabalho no jornal. Conforme Luiz Renato Vieira:

Em Nova York fez cursos de extensão em sociologia e antropologia cultural na Universidade de Columbia, onde, entre muitas outras relações pessoais estabelecidas no meio cultural norte-americano, tornou-se amigo de Frank Tannenbaun. Na mesma instituição cursou uma especialização em *book publishing*, ministrada por editores norte-americanos. Um marco na sua formação teria sido o estágio que realizou na editora Alfred Knopf, cujo proprietário, particularmente interessado em problemáticas latino-americanas, Ênio Silveira já havia conhecido no Brasil. Enquanto aperfeiçoava seus conhecimentos na área editorial, prestava uma espécie de consultoria informal a Alfred Knopf, referente à publicação de autores brasileiros e latino-americanos (Vieira, 1996b, p. 146).

Seu retorno ao Brasil no ano de 1948 se deu noutra conjuntura, diferente daquela que o fez ir aos Estados Unidos dois anos antes. Sua intenção era continuar

4. Segundo Andrea Lemos Galucio, entre 1932 e 1950 a ECB publicou 407 títulos, incluindo lançamentos e reedições. Para a autora, "nesse período de quase vinte anos de direção de Octalles Marcondes Ferreira, a ECB caracterizou-se como uma editora de livros de ficção. Predominava a literatura estrangeira diante dos poucos romances nacionais, como Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar, e de alguns autores nacionais, entre eles, obras de alguns de seus primeiros proprietários, Gustavo Barroso e Hildebrando de Lima, além de Plínio Salgado, Alceu Amoroso Lima, Nina Rodrigues, Gandhi, Alexandre Dumas, Dostoiévsky, Tolstói, Manuel Bandeira, e Joaquim Nabuco" (Galucio, 2009, p. 121).

residindo em São Paulo com sua esposa, trabalhando na editora do sogro Octalles. Este, por sua vez, havia lhe solicitado mudar-se para o Rio de Janeiro e de lá gerir a ECB (Vieira, 1996b, p. 145). Com essa tarefa, somada às aprendizagens de Ênio nos Estados Unidos, fez da subsidiária da CEN no Rio de Janeiro um novo empreendimento, formulando com a ECB uma nova política editorial. Sobre essa mudança e o fato de assumir a direção da ECB no Rio, Ênio dizia:

Procurei então dar à empresa uma feição mais agressiva em termos editoriais, e logo percebi que um dos problemas mais graves era sua condição de apêndice da Companhia Editora Nacional. A Civilização Brasileira ficava, por assim dizer, com apenas o refugo do que a outra publicava. Valendo-me dos cursos que fizera nos EUA e da minha prática na Editora Knopf, comecei uma série de pequenas, mas altamente bem-sucedidas, revoluções [...]. Até meu sogro se horrorizou (Vieira, 1996b, p. 146).

Na passagem da década de 1950 para a de 1960, a ECB já era uma das principais editoras do país. Nessa fase, Octalles – discordando da política editorial coordenada por Ênio no comando da editora – resolveu vender ao jovem editor a antiga subsidiária da CEN no Rio de Janeiro. Diga-se de passagem, um negócio em família, visto que a filha de Octalles era esposa de Ênio nessa ocasião. Segundo Hallewell, Ênio formou um acervo importante na ECB até o final da década de 1950. Ele transformou a editora e a modernizou, no sentido de publicar obras estrangeiras que ainda possuíam pouca inserção no Brasil, como literatura moderna da Europa, da América do Norte e até da Ásia. Também atuou na editora como um agente de diversas traduções de textos literários e científicos, sobretudo das áreas de sociologia e filosofia. Conforme dados apontados por Hallewell (1988, pp. 446-447), isso se exprimiu no controle que a ECB tinha do mercado de ficção no Brasil em 1970, respondendo por 20% do total das obras em circulação.

Mas foi na década de 1960 que sua projeção comercial e política de fato se firmou. Além de toda a reconfiguração da política editorial, implementando coleções específicas e diferentes coordenadorias para cada coleção, a editora passou por um processo profundo de reforma administrativa, a fim de torná-la uma empresa economicamente eficiente e que gerasse lucro⁵. Também o aspecto visual das obras (capas, contracapas e orelhas) passou a ter importância no processo de composição

5. Nesse sentido, torna-se curiosa a afirmação de Ênio Silveira: “nós agíamos de maneira plural, não sectária, de maneira frequentemente não comercial, porque uma editora tem que oscilar, utilizando aquela imagem do livro de Orígenes Lessa, entre o feijão e o sonho. Se ela se ocupar apenas dos aspectos culturais ela merece economicamente o país, mas se ela apenas se ocupar dos aspectos culturais, ela merece a si própria e acaba falindo” (Vieira, 1996a, pp. 63-64).

do livro, concebido pela nova política editorial como elemento central e não apenas secundário de divulgação e comercialização dos produtos nas livrarias⁶.

Uma das experiências de maior impacto da ECB no mercado editorial nessa fase de renovação, que se deu no final da década de 1950 e início da década de 1960, foi a publicação da coleção intitulada "Cadernos do Povo Brasileiro" (CPB)⁷. Seu impacto comercial e político foi de grande importância, tanto que Ênio, logo após abril de 1964, foi submetido à investigação em Inquérito Policial-Militar (IPM), acusado de publicar nessa coleção "obras subversivas".

Já no IPM n. 481, também conhecido como IPM do Iseb (Instituto Brasileiro de Estudos Superiores), o editor foi classificado como "sujeito disposto a mudar a ordem política e social para implantar a ditadura comunista" (Inquérito..., 1966, p. 78). Ou seja, era considerado já nos primeiros momentos do golpe de 1964 uma ameaça e um sujeito passível de investigação, visto que sua inserção entre os círculos intelectuais preocupava alguns setores militares do pós-golpe (Czajka, 2009, pp. 239-259). Aliás, esse aspecto merece atenção, em especial pelos motivos que levaram Ênio Silveira e a ECB a sofrerem interferências e controle por parte de órgãos de repressão, mesmo antes de 1964. Houve investigações que se tornaram célebres até mesmo pelo modo

6. Ênio Silveira em entrevista afirmava: "eu modifiquei as capas dando um impacto visual. As capas brasileiras na época em que comecei a trabalhar tendiam a copiar o estilo francês, ou seja, eram capas puramente tipográficas, só com o título, sem ilustração. Então eu trouxe impacto visual às capas graças ao trabalho de um brilhante artista argentino que havia se mudado para o Brasil havia pouco tempo, chamado Eugênio Hirsch, que tinha como artista gráfico um lema muito interessante que aplicou às capas: 'as capas não devem agradar, elas devem agredir'. [...] Não era ofender o leitor, evidentemente. Mas atraí-lo, atrair seu olhar e sua atenção para aquele objeto gráfico que era a capa do livro" (Vieira, 1996a, p. 25).
7. Essa coleção, dizia Ênio Silveira, "publicou livros de Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Francisco Weffort e muitas outras pessoas. Eram livros que agitavam de maneira muito direta. Eram livros de bolso em linguagem clara e a preços extremamente acessíveis, não eram tratados imensos que as pessoas não pudessem ler. Esses livros eram vendidos em livrarias e em bancas de jornal. O impacto dessa coleção foi extraordinário" (Vieira, 1996a, p. 37). A coleção editada entre 1962 e 1964 publicou os seguintes títulos: *Que são as Ligas Camponesas?* (Francisco Julião), *Quem é o povo no Brasil?* (Nelson Werneck Sodré), *Quem faz as leis no Brasil?* (Osny Duarte Pereira), *Por que os ricos não fazem greve?* (Álvaro Vieira Pinto), *Quem dará o golpe no Brasil?* (Wanderley Guilherme), *Quais são os inimigos do povo?* (Theotônio Junior), *Quem pode fazer a revolução no Brasil?* (Bolívar Costa), *Como seria o Brasil socialista?* (Nestor de Holanda), *O que é a revolução brasileira?* (Franklin de Oliveira), *O que é a reforma agrária?* (Paulo R. Schilling), *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* (Maria Augusta Tibiriçá Miranda), *Como atua o imperialismo ianque?* (Sylvio Monteiro), *Como são feitas as greves no Brasil?* (Jorge Miglioli), *Como planejar nosso desenvolvimento?* (Helena Hoffman), *A Igreja está com o povo?* (Padre Aloísio Guerra), *De que morre nosso povo?* (Aguinaldo N. Marques), *Que é imperialismo?* (Edward Bailby), *Por que existem analfabetos no Brasil?* (Sérgio Guerra Duarte), *Salário é causa de inflação?* (João Pinheiro Neto), *Como agem os grupos de pressão?* (Plínio de Abreu Ramos), *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* (Vamireh Chacon), *Que foi o tenentismo?* (Virgínio Santa Rosa), *Que é a Constituição?* (Osny Duarte Pereira); *Desde quando somos nacionalistas?* (Barbosa Lima Sobrinho), *Revolução e contra-revolução no Brasil* (Franklin de Oliveira).

como impactaram a opinião pública intelectualizada, sobretudo quando atingiram a empresa editorial de Ênio, e devido à forma violenta pela qual se operou a censura sobre obras editadas e comercializadas pela ECB. Outra parte dessas investigações, inquéritos ou processos penais teve base legal de execução a partir do decreto-lei n. 1.077, anteriormente mencionado. Contudo, vale lembrar que o referido decreto entrou em vigor apenas em 1970. Noutras palavras, não havia um dispositivo, órgão ou técnicos destinados à censura de livros na década de 1960. Posto isso, ficam algumas indagações: De que maneira e por quais meios a ECB sofreu repressão (visto não haver formalmente censura) por publicar “obras subversivas” antes de 1970? A quais mecanismos de defesa a empresa editorial recorreu para defender-se da acusação de “subverter a ordem política”? Quais expedientes Ênio Silveira mobilizou para proteger e justificar sua política editorial em prática desde o final da década de 1950?

Respostas a essas questões só são possíveis se entendermos as dinâmicas pelas quais o próprio Ênio Silveira exerceu seu papel como diretor e proprietário da ECB. Sua postura ambivalente foi imprescindível para que a empreitada política e editorial da ECB conquistasse, ao mesmo tempo, o mercado e parte expressiva da militância de esquerda no pós-1964. Ambivalência – caracterizada pelo próprio Ênio na evocação da metáfora do “feijão e do sonho” – que possibilitou ao editor transitar tanto entre pessoas ligadas à oposição ao golpe militar quanto entre alguns setores das Forças Armadas, a ponto de figuras importantes dessa instituição solicitarem especial atenção e cuidado ao empreendimento cultural de Ênio. Caso notório, por exemplo, é o contato que o editor manteve com o general Golbery do Couto e Silva. O editor relatava sobre reunião que havia sido convocada por Golbery, em meados de 1964:

Eu fui supondo que ia ser uma conversa formal que ia durar quinze minutos ou meia hora no máximo, e o que aconteceu foi que houve três encontros com Golbery. O primeiro durou quatro horas seguidas, o segundo também e no terceiro encontro ele apresentou seu substituto, que era um coronel que iria ficar em contato comigo. Para dar um resumo da história, ele me disse o seguinte: “Eu sei que o senhor é um adversário coerente e intransigente da Revolução mas eu lhe chamei aqui para lhe dizer que a Revolução vê no senhor um patriota, que, embora com nenhuma sintonia com nossos métodos, tem sintonia com nossos ideais. [...] Queremos que você e seu grupo venham fazer parte do nosso movimento pois é preciso que compreendam que nós queremos salvar o Brasil, tirar o país do atraso, etc.” (Vieira, 1996a, pp. 55-56).

Um diálogo como esse demonstra como as forças políticas, apesar de dispostas em dicotomia entre as esquerdas e os militares, em alguns momentos possibilitaram a coexistência de intenções partilhadas, ainda que em campos ideológicos distintos. Tanto o general quanto o editor nutriam interesse pelos temas nacionais e tangiam-se

mesmo que em diferentes perspectivas. Mas em 1964 as forças de oposição ainda se respaldavam pelas diretrizes que as orientaram ainda no pré-golpe, seja pela proposta das reformas de base levadas a cabo pelo governo deposto de João Goulart (1961-1964), seja pela concepção isebiana de atribuir primazia aos intelectuais no projeto desenvolvimentista que se fazia presente no setor das produções culturais. Até por estar afinado com as lutas no campo da cultura e por estar muito próximo dos projetos desenvolvidos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), Ênio declinou assertivamente de qualquer "acordo" com setores militares, ainda que intelectualizados.

E foi a partir desse ano que o editor da ECB começou a ter vários problemas com a Justiça Militar. Entre outras investigações, em meados de 1965, Ênio Silveira foi indiciado no Departamento Estadual de Ordem e Política Social (Deops), em São Paulo, devido à publicação do *Reunião*, periódico semanal que o editor produziu juntamente com o jornalista Paulo Francis. O *Reunião* tinha um propósito simples: firmar-se como um periódico de circulação popular. Tratava-se de um pequeno tabloide convencional, impresso em papel jornal, de caráter informativo, muito semelhante aos jornais de circulação diária. Diferentemente dos diários convencionais, *Reunião* era um semanário que procurava ampliar o espaço das publicações da Editora Civilização Brasileira entre o público leitor de jornais e informes. Em seu expediente ficava expressa a vinculação com a editora: "um semanário da Editora Civilização Brasileira" (Silveira, 1965, p. 2).

Seu primeiro número circulou em 20 de outubro de 1965, e o editorial de apresentação foi assinado pelo próprio Ênio Silveira. Interessante notar que ao mesmo tempo que Ênio colocava em circulação esse periódico, outras publicações também dirigidas por ele circulavam na tentativa de alcançar os mais diferentes públicos para a questão de que em geral se tratava em seus periódicos (revistas ou jornais). No caso de *Reunião*, seu editorial descrevia:

Suas páginas, livres e independentes, pretendem abrir para todos os leitores um ângulo de análise, um campo de debates. A notícia interpretada, o fato e as suas motivações claramente explicadas com isenção, acima de engajamentos radicais ou de posições ortodoxas. REUNIÃO será um semanário de esquerda que chamaremos ecumênico, abrangendo todos aqueles que, dentro ou fora dos partidos, procuram modificar a presente estrutura socioeconômica do País e muni-lo de instrumentos mais adequados para a sua efetiva emancipação e o seu verdadeiro (e planejado) desenvolvimento. Nossa política será a da frente democrática ampla e obviamente não sectária. Nossa linguagem será a de completa independência: não respeitaremos tabus nem adoraremos vacas sagradas. [...] Seremos contra o conformismo, contra a verdade absoluta, contra as posições esquemáticas que, sob inspiração de duvidosas táticas,

não conseguem jamais pôr de pé uma estratégia de interesse nacional. Os melhores nomes do jornalismo brasileiro estão em REUNIÃO colaborando conosco para criar um clima de liberdade e de especulação criadora que, infelizmente, já não existe em plenitude na chamada grande imprensa. Foi por isso que surgimos. É para isso que trabalharemos (Silveira, 1965, p. 2).

Entre os que participavam da elaboração do jornal estavam, além de Ênio Silveira (diretor geral), Paulo Francis (diretor responsável), Thiago de Mello (secretaria e arte), Joaquim Ignacio Cardoso (gerência) e Ana Arruda, Carlos Heitor Cony, Fernando Pessoa Ferreira (redatores). O *Reunião*, entretanto, teve uma vida curta, pois com o terceiro número o jornal extinguiu-se⁸. A indicação mais evidente dessa súbita interrupção é a edição do Ato Institucional n. 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965, com muitos dos seus redatores indiciados pelo governo ou que sofreram restrições políticas.

Vale notar que as apreensões do jornal *Reunião* e as investigações abertas pelo Deops no Rio de Janeiro e em São Paulo fizeram com que a atenção de alguns setores militares menos propensos ao diálogo com as esquerdas se voltasse para Ênio Silveira e sua editora. Desse modo, apesar de ainda inexisterem instrumentos reguladores ou órgãos censórios que se responsabilizassem pela produção, divulgação e circulação de obras impressas (jornais, cartilhas, panfletos e livros), o aparato semelhante ao descrito por Garcia (2019) como “supercensura” – que antecedeu e serviu de base para se elaborarem as legislações posteriores que regularam a censura – se fez presente na formulação das acusações contra Ênio Silveira. Estrutura de repressão que se estendeu para além da investigação sobre o conteúdo do jornal *Reunião* e afetou outras publicações da ECB como, por exemplo, a *Revista Civilização Brasileira* e livros como *História da burguesia brasileira* (Nelson Werneck Sodré), *O golpe começou em Washington* (Edmar Morel), *Palavras de Arraes* (vários autores), *Assim marcha a família* (vários autores), *Fundamentos da Filosofia* (Victor Afanasiev) e outras muitas obras editadas por Ênio.

Tanto eram diferentes e divergentes os mecanismos de repressão à produção editorial, sem um conjunto de normas explícitas que regulamentassem essa incipiente censura estatal no campo das edições, que, ao ser preso pela primeira vez no ano 1965, Ênio mobilizou a opinião pública intelectualizada (Czajka, 2013), mas também setores progressistas no interior do próprio governo militar. Exemplo disso foi uma nota manuscrita do presidente Castello Branco ao então chefe da Casa Militar Ernesto Geisel, que descrevia seu espanto com a notícia da prisão do proprietário da ECB:

8. Três números foram postos em circulação: n. 1, de 20 de outubro de 1965; n. 2, de 27 de outubro de 1965; n. 3, de 3 de novembro de 1965.

Por que a prisão de Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo! [...] Há como que uma preocupação de mostrar "que se pode prender". Isso nos rebaixa. Penso que devemos tomar medidas decisivas. Comprometo-me a amparar os IPMS. Mas não devo estar apoiando uma espécie de chicana policial e judicial. [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil! Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural (*Apud* Gaspari, 2002, pp. 96-97).

Uma questão é interessante para aqui ser observada: a posição de Ênio Silveira nesse contexto de repressão atestaria não apenas a complexidade do processo produtivo e a posterior circulação de ideias pós-golpe militar. Há também que se notar a ampla rede de relações pela qual se fizeram possíveis a projeção e o reconhecimento da importância de uma editora, como foi a Civilização Brasileira, na fase de recrudescimento da ditadura. Ou seja, a paradoxalidade a que se referia Roberto Schwarz (2008), em ensaio sobre as relações entre cultura e política na década de 1960, coloca em relevo a ambivalência de produtores culturais que, no limite, operavam sob o signo da resistência à ditadura, mas o faziam na medida em que se inseriam e modificavam as estruturas de mercado (da indústria cultural?) que se ampliaram e, em certa medida, se aproximaram da perspectiva modernizante – ainda que conservadora – dos governos militares no Brasil. Ora, ao mesmo tempo que o setor de produção cultural se expandia, ampliava também seu público e formava novas demandas de consumo cultural – que, por sua vez, dependia das políticas econômicas que fortaleciam o setor e possibilitaram a profissionalização de muitos produtores culturais das áreas cinematográfica, teatral, musical, televisiva, editorial, entre outras. Logo, mais que simples oposições diamétrais, havia um espaço onde diferentes propostas se aproximavam e tangiam objetivos formalmente semelhantes. Daí, por exemplo, consegue-se compreender a plausibilidade de um diálogo entre o general Golbery do Couto e Silva e o editor Ênio Silveira sobre os "destinos da nação", conforme exposto anteriormente, e clarificar o problema da polarização e das dicotomias analíticas. Nesse sentido, pode-se supor, tal como argumenta Raymond Williams ao analisar aquilo que ele denomina de "políticas do modernismo", que há

[...] uma polarização agora familiar de um tipo ideológico entre, por um lado, a linguagem "antiga e acomodada", com suas formas clássicas e, por outro lado, a linguagem "nova e dinâmica", com suas formas necessariamente novas. [...] As formas culturais da linguagem "antiga e acomodada" (embora antigas, nunca, na prática, acomodadas) foram, de fato, em um plano específico as formas impostas de uma classe dominante e seu discurso. Mas esse nunca foi o único plano. Os usos de uma linguagem de conexão e de formas de comunicação

previsíveis mantiveram-se como uma ênfase e uma intenção de outros grupos sociais, [...] cuja existência específica havia sido obscurecida ou refreada pelas formas “nacionais” impostas. Do mesmo modo, as formas culturais da linguagem “nova e dinâmica” nunca foram apenas experimentais ou libertárias. Dentro da dinâmica histórica real elas poderiam ser, e foram, notável e deliberadamente manipuladoras e exploradoras. [...] Assim, os casos polares podem ser relativamente fáceis de serem distinguidos, mas a gama complexa entre eles exige uma análise bastante rigorosa (Williams, 2011b, p. 70).

Podemos assim supor que havia uma certa coexistência entre forças “acomodadas” e forças “dinâmicas” na qual Ênio pôde se inserir, dada a importância de sua rede de relações que apontavam para um cenário de renovação das produções culturais em curso na década de 1960.

Daí que a rede de relações estabelecidas por Ênio Silveira tanto no meio intelectual quanto no militar foi fundamental para que o trânsito, ainda que repleto de solavancos, pudesse se dar sem grandes impedimentos ou prejuízos (Castro, 2014, p. 38). E uma das situações que mais representaria o papel ambivalente do editor no interior dessa rede de relações talvez seja o caso de apreensão da obra *Fundamentos de filosofia*, de autoria de Victor Afanasiev, produzida e editada em 1967 e publicada pela ECB no ano seguinte.

A obra em questão já havia sido publicada pelo Editorial Vitória, dirigida por José Gutman, Ramiro Luchesi e Severino Teodoro de Mello. Em 1963, na sua primeira edição, o livro trazia estampado o título *Filosofia marxista*, e logo em seguida os responsáveis por essa edição foram enquadrados na lei n. 1.802, lei que definiu os crimes contra o Estado e a ordem política e social (Brasil, 1953a). De todo modo, o processo foi arquivado e os réus absolvidos.

Como Ênio Silveira desde o início da década se firmava cada vez mais no mercado por meio da política que renovou o catálogo de sua empresa, muitas coleções da ECB eram formadas por clássicos do pensamento da esquerda política e cultural. Aliás, este foi um dos elementos marcantes dentre as campanhas editoriais da Civilização Brasileira, portadora de um discurso nacionalista e progressista que se via estampado em muitos dos lançamentos, traduções e publicações periódicas produzidas pela editora.

O editor e o delito de opinião

Foi nesse cenário que, a partir de 1967, a ECB viu-se num processo sistemático de apreensão de obras, inquéritos e investigações sobre publicações consideradas ameaças à segurança nacional. Enquanto as legislações censórias sob a iniciativa da SCDP ainda passavam por um processo de consolidação e “maturação”, o controle

das publicações bibliográficas e periódicas era regido pela chamada Lei de Imprensa, especificamente a lei n. 2.083, que desde 1953 estava a serviço do controle da opinião pública por parte do Estado (Brasil, 1953b). Associada à lei n. 1.082 acima mencionada, a Lei de Imprensa serviu de diretriz jurídica até meados da década de 1960 a muitas investigações sobre a produção e circulação de obras consideradas subversivas ou comunistas.

Aliás, antes mesmo do golpe de 1964 a ECB já havia sido investigada por suposta subversão comunista ao editar a supramencionada coleção "Cadernos do Povo Brasileiro" (CPB). No primeiro semestre de 1963, lojas distribuidoras da ECB na capital paulista tiveram várias edições apreendidas, sobretudo os exemplares da CPB.

Ênio Silveira chegou a encaminhar ofício ao então Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Aldevio Barbosa de Lemos, exigindo esclarecimentos sobre tal investida do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) sobre os livros da ECB. Escrevia:

Causa-nos profunda espécie que V. Sa., em pleno 1963, esteja determinado – ou mesmo tolerando – esses atentados à liberdade de expressão, que nos é garantida pela Constituição Federal, assim repetindo os nefandos crimes da Ditadura. Entre as publicações apreendidas sem o mínimo de formalidade legal, sem qualquer decisão judicial subsequente a processo, encontram-se volumes da série CADERNOS DO POVO BRASILEIRO, editados por esta casa. São trabalhos sérios e objetivos de análise da realidade brasileira sob todos os aspectos. Se as conclusões a que chegam não são exatamente as mesmas que V. Sa. desejaria encontrar, tal não constitui crime algum. Antes, indicam que V. Sa. não está munido da capacidade de abandonar antigos e inadequados métodos de interpretação ou, o que é ainda mais lastimável, de admitir a existência de novos. Serão eles *subversivos* apenas por concluírem que é indispensável a renovação estrutural do país? Ou porque contrariam concepções como as de V. Sa. e de seus pares, tendentes a deixar tudo como está? Seja qual for a motivação de V. Sa. e de seus colaboradores do Dops, o fato é que não aceitaremos de braços cruzados a continuação de violências e atentados que, ilegalmente e em defesa de uma indefinível ordem pública, essa Secretaria vem admitindo ou determinando (Silveira, 1963).

É necessário atentar à veemência com a qual o proprietário da ECB se dirigiu ao secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Assertividade que, como veremos adiante, deu lugar a outras formas de diálogo e uma posição menos radicalizada, e que fez Ênio recorrer a instrumentos unicamente jurídicos para se dirigir aos oficiais de Estado. Num primeiro momento, é perceptível como no pré-golpe a situação desencadeada pela apreensão dos livros da ECB leva a um enfrentamento entre as partes. Ambos, editor e secretário de Segurança Pública, colocavam-se na

defesa de princípios que julgavam inerentes ao exercício profissional de cada ofício. Daí também a enorme dificuldade que volta a ser reposta na análise desse cenário de repressão, no qual se ensaiavam formas institucionalizadas de censura; de que se tornaria praticamente impossível reconhecer os limites do que seria uma censura moral e outra política – conforme discutido acima. Tanto é difícil essa distinção categórica que o próprio Barbosa de Lemos, ao devolver o ofício ao seu remetente, o faz com o seguinte comentário nada político-burocrático, manuscrito ao pé da página: “desentranhem-se os autos da presente carta e devolva-se ao safardana signatário. Que o crápula engula as injúrias em pensamento, pois repugna-me ação outra, contra cão de tal maneira raivoso” (Silveira, 1963).

A indefinição quanto à legislação de amparo à censura (que por ora denominamos genericamente de “repressão”) sustentou esse quadro de lutas e disputas entre apelantes e apelados nos primeiros anos da ditadura. Impasses que se amenizavam quando da abertura dos devidos processos legais, mas que antes disso alimentaram um debate intenso entre as partes interessadas e envolvidas. No caso específico de Ênio Silveira, entre 1963 e 1966, há outras ocasiões em que o editor e sua editora foram motivos de campanhas pela liberdade de expressão e opinião, quando intelectuais, artistas e demais produtores culturais chegaram a instituir um Fórum pela liberdade da cultura (Czajka, 2013), que repercutiu sobremaneira em diferentes esferas políticas civis e militares.

Entretanto, com a segunda metade da década de 1960 a situação passou a ter outros contornos e o regime militar dava mostras de como operaria nos anos seguintes. Foi com a promulgação da “nova” Lei de Imprensa, especificamente a lei n. 5.250, que o quadro da repressão à produção e circulação de obras (periódicas ou não) passa a ser acompanhado com maior rigor pelo Estado. Sua ementa resumia-se a uma simples linha, mas não menos contundente: “regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação” (Brasil, 1967). Ora, se antes a legislação era inadequada, não atendia às especificidades do setor editorial ou simplesmente estava ao sabor das denúncias formuladas com aquilo que acima foi denominado de “supercensura”, a partir da publicação da lei n. 5.250 a repressão, a ação policial e as relações jurídicas passaram por um processo de conformação e adequação. Adequação não apenas do sistema repressivo e/ou censório, mas também de uma nova compreensão por parte dos querelados.

De certa forma, foi essa reestruturação jurídica que levou a empresa de Ênio Silveira, a partir de 1967, a sofrer uma série de intervenções com apreensões de obras ainda em fase de produção e chegar à situação-limite do impedimento de concessão de empréstimos bancários para financiar suas edições. Uma dessas situações foi a investigação que resultou no processo sobre a republicação do livro *Filosofia marxista*,

de Victor Afanasiev. O livro, conforme se apontou acima, não trazia nada de novo comparado à edição de 1963, realizada pelo Editorial Vitória. A nova publicação sob o selo da ECB em 1968, inclusive, faria alteração do título para *Fundamentos da filosofia* como recurso de atenuação do vocábulo "marxista", já em seu título.

Mas como a obra já possuía um histórico processual e as investigações foram conduzidas no sentido de atribuir a ela um caráter subversivo e de incitar a propaganda comunista entre leitores brasileiros, serviu como elemento que desencadeou outras investigações contra Ênio e a ECB. Como nas outras situações de impedimento legal, foi Heleno Fragoso⁹ que assumiu a defesa do editor, pois desde 1965 acompanhava o editor noutras situações em que esteve sob interrogatório ou mesmo detido pelos militares. Entre 1968 e 1970 houve uma série de investigações e processos em que Fragoso fez a defesa do editor, tentando sempre evidenciar o profissionalismo da ECB, ao mesmo tempo que repelia as interpretações que os tribunais militares faziam da "nova" Lei de Imprensa. Exemplo desse recurso utilizado pela defesa é um mandado de segurança contra o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), em que Fragoso argumentava:

Entre as diversas obras apreendidas encontram-se clássicos do marxismo e outras focalizam aspectos gerais das relações de produção ou das relações internacionais, entre os quais, o *Manifesto comunista* de Marx e Engels, *Do socialismo utópico ao Socialismo científico* de Engels, *Salário, preço e lucro* e *Trabalho assalariado e capital*, de Marx, trabalhos estes utilizados nas Faculdades de Ciências Políticas e Econômicas. Relativamente a outros livros, por exemplo, *O canhão e a foice*, de Pichas Lapide, romance escrito por antigo Secretário da Embaixada de Israel no Brasil, que tem por tema o conflito entre árabes e judeus na Palestina, e o *Marxismo e alienação*, de Leandro Konder, consistente estudo sobre os problemas da estética e moral, escritos sob o prisma da análise marxista, e ainda o *Julião, Nordeste e Revolução*, de Leda Barreto, entende a impetrante deste mandado que a apreensão ocorreu por equívoco ou pelo fato de nelas haver referência à "foice", "marxismo" e "Julião". Asseverando que a diligência

9. Durante o regime militar Heleno Cláudio Fragoso atuou permanentemente em favor de perseguidos políticos na Justiça Militar Federal e nas Comissões Gerais de Investigação. Foi o advogado que impetrou o *habeas corpus* coletivo que libertou os estudantes reunidos em Ibiúna para o Congresso da União Nacional dos Estudantes, em 1968. Defendeu ainda, entre outros casos célebres, a dona do jornal *Correio da Manhã*, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, que atacara a ditadura em editorial; o escritor Caio Prado Júnior; religiosos católicos e o jovem Stuart Angel Jones, quando este já tinha sido assassinado na Base Aérea do Galeão. Atuou ainda em prol da família do jornalista Vladimir Herzog, assassinado no 11 Exército, em São Paulo. Heleno Fragoso foi também vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselheiro Federal da OAB e vice-presidente da Seção da OAB do antigo Estado da Guanabara, além de membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros e integrante de seu Conselho Superior.

levada a efeito viola a Constituição Federal que garante a livre manifestação do pensamento. [...] Que quando se trata de propaganda subversiva, através de processo violento, as obras devem ser apreendidas, estabelecendo-se inquérito e posterior processo penal, por se tratar de crime previsto na Lei 1.802; que se a propaganda de caráter subversivo se faz através de processo não violento, ou se entende que só após elaboração de lei reguladora da matéria se poderá fazer apreensão, ou se aplicar, por analogia os artigos 53 e ss. da Lei 2.083/53; o que não é admissível é fazer-se apreensão pura e simplesmente sem o seguimento do processo regular em que se possa apurar que as obras têm ou não caráter subversivo (Fragoso, 1970).

Helena Fragoso, ao impetrar esse mandado de segurança, entendia aquela apreensão de livros do mesmo modo como certamente considerava as incursões do Dops na ECB logo depois do golpe de Estado: como formas arbitrárias de interpretação e de aplicações de novas normas reguladoras concernentes à manifestação de pensamento. Ele, por exemplo, reconhecia que o Ato Institucional n. 2 (AI-2) preceituava a não tolerância com a propaganda de subversão da ordem, mas ao mesmo tempo o Ato não editava norma autoaplicável. Segundo Fragoso, o novo texto teria que ser interpretado à luz de regras aplicáveis à espécie, ainda que decorrentes dos princípios gerais do direito emergentes da própria organização constitucional, consubstanciados nos artigos 53 e 54 da lei n. 2.083 (Brasil, 1953b), que dispunha que, realizada a apreensão policial, devia se seguir a remessa de exemplares das obras apreendidas ao representante do Ministério Público para as providências judiciais. Ainda conforme Fragoso:

O espírito das leis em questão, como definiu claramente seu texto, é não deixar ao arbítrio das autoridades policiais a aplicação de medida tão violenta. A polícia é órgão executor da ordem. Não, ao mesmo tempo, sem critérios pré-fixados, o censor, o aquilator, o executor e o juiz de sua própria deliberação (Fragoso, 1970).

Em suma, a apelação de Helena Fragoso ia no sentido de questionar a apreensão de livros da ECB levada a efeito pelo diretor-geral do Departamento Federal de Segurança Pública. O conteúdo do argumento do advogado era demonstrar que, com a promulgação da lei n. 5.250 (Brasil, 1967), qualquer apreensão de material bibliográfico deveria ser feita por determinação direta do Ministério da Justiça – aspecto que não havia sido respeitado pelo DFSP.

Ao mesmo tempo que seu advogado formulava mandados de segurança e apelava ao Tribunal Federal de Recursos, Ênio Silveira não deixava de trabalhar no sentido de buscar manifestações de apoio tanto entre seus colaboradores e colegas de seu campo profissional, bem como entre figuras que considerou relevantes no processo de uma defesa pública de sua competência como editor e empresário do ramo editorial. Tal

como Castro já apontou para a importância das "redes de sociabilidade" intelectual de Ênio, a partir das quais obteve apoio de nomes como o editor José Olympio e os escritores Vianna Moog, Jorge Amado e Rubem Braga (Castro, 2014, p. 39), há de se considerar seu empenho em buscar apoio e solidariedade de nomes de importância pública também entre os setores militares¹⁰. Chegou a compor uma lista com nomes que integravam altas patentes das Forças Armadas, indicando aceites e declinações em seu apoio. Segundo essa lista, parte integrante de sua documentação pessoal¹¹, Ênio teria entrado em contato com importantes militares, entre eles os generais Eurico Gaspar Dutra, Poppe de Figueiredo, Olympio Mourão Filho, Pery Constant Bevilacqua, Juarez Távora, Nelson de Mello, Octavio Alvez Velho, Newton O'Reilly de Souza e Humberto Peregrino e os marechais Floriano de Lima Brayner e Estevão Leitão de Carvalho.

Ou seja, a "rede de sociabilidade" do editor se estendia para além dos círculos intelectuais da esquerda e também contemplava antigos militares da ala nacionalista. A busca de apoio e de solidariedade vinha da necessidade de Ênio em demonstrar, nos inquéritos contra a ECB, que sua empresa gozava de prestígio, inclusive em círculos políticos mais ortodoxos. Que a acusação de subversão não cabia, dada a sua inserção em espaços como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e sua amizade com militares de alta patente do Exército.

É nesse contexto, por exemplo, que devemos compreender o apelo que Ênio Silveira fez ao general Juracy Magalhães¹², numa correspondência a este endereçada em 14 de julho de 1970. Escrevia Ênio:

10. Conforme informação obtida nos arquivos pessoais de Ênio Silveira, além desses nomes, outros fizeram parte de uma lista manuscrita que o próprio editor compôs, a fim de solicitar apoio a membros da Academia Brasileira de Letras (ABL). Nessa lista ainda apareciam os nomes de Adonias Filho, Ivan Lins, Barbosa Lima Sobrinho, Magalhães Junior, José Honório Rodrigues, Peregrino Júnior, Cassiano Ricardo, Menotti del Pichia, Candido Motta Filho, Aurélio Buarque de Holanda, Mario Palmério, Afonso Arinos de Mello Franco, Cyro dos Anjos, Fernando de Azevedo, Austregésilo de Athaide, Antonio da Silva Melo e Marques Rebelo. Outros dois nomes ainda apareceram nessa mesma lista, embora não tenham feito parte da ABL: o senador Danton Jobim e o então presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Elmano Cruz.
11. Agradecimento a Maria Rita Jobim Silveira pela cessão e reprodução dos documentos aqui mencionados e que faziam parte do acervo de documentos pessoais de seu pai, Ênio Silveira.
12. Juracy Montenegro Magalhães (1905-2001) possui uma extensa biografia e recortada por vários eventos importantes na constituição do Estado brasileiro durante o século XX. Ainda na década de 1920, Juracy foi entusiasta do movimento tenentista, surgido na década de 1920. Chegou a integrar a rede de tenentes, servindo como ponto de apoio para oficiais foragidos que percorriam o Nordeste levando mensagens de Juarez Távora e Luís Carlos Prestes. Durante as décadas de 1930 esteve próximo de Vargas e também de Carlos Lacerda. Em 1954 torna-se o primeiro presidente da Petrobrás. Já na fase dos governos militares, entre 1964 e 1965 foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos; foi empossado Ministro da Justiça entre 1965 e 1966; além de assumir o posto de Ministro das Relações Exteriores, entre 1966 e 1967.

Recebo com gratidão e comovido respeito a notícia de que V. Exa. aceitou ser testemunha de defesa num processo que a Justiça Militar move contra minha pessoa, a ser julgado pela Segunda Auditoria do Exército, [...] relativo à edição – em 1965 – do livro *BRASIL: GUERRA QUENTE NA AMÉRICA LATINA*, do jornalista Maia Netto. Embora tenhamos estado e ainda possamos entrar em campos opostos, no que se refere a episódio recentes de nossa história política, uma atitude como a de V. Exa mostra, ou melhor, confirma a presença, em sua personalidade de homem público, da mesma chama altaneira e democrática que inspirou o tenente revolucionário. Além disso, é também exemplo de serena e digna maturidade de espírito, pois somente um homem superior seria capaz de tal gesto, que beneficiará eventualmente a pessoa de um opositor, mas certamente servirá antes à causa da própria Justiça, hoje tão desvalida e insegura. Lastimo que os eventos da agitada vida política brasileira nos tenham colocado em caminhos divergentes, pois me lembro das três ou quatro vezes em que V. Exa. recebeu a mim e a minha mulher no Palácio do Governo, em Salvador, ocasião em que a cordialidade e o respeito à cultura, na pessoa de Jorge Amado ou de Odorico Tavares, ou de outros autores não homenageados por V. Exa. pelo lançamento de novos livros, nos congregava a todos em festivo ambiente, ainda não toldado pelas nuvens sombrias que as paixões políticas lançariam sobre ou entre nós (Silveira, 1970a).

Comparada à passagem anteriormente citada em que Ênio Silveira recordava e descrevia o encontro com o general Golbery do Couto e Silva, nos idos de 1964, é interessante observar a semelhança das situações, embora os posicionamentos tenham se alterado no contexto de repressão, explicitando aspectos “residuais” e “emergentes” de uma mesma relação (Williams, 2011a, pp. 56-57). Se em 1964 o editor tomava seu empreendimento editorial como uma “trincheira das resistências” e não sucumbiu aos apelos de Golbery para a possibilidade de um diálogo no campo progressista (entre civis e militares), em 1970 a configuração foi absolutamente inversa. Foi, pois, Ênio Silveira quem recorreu ao expediente de reconhecer em certas frações militares o adjetivo do “tenente revolucionário”, remetendo a figura de Juracy, num óbvio elogio nacionalista, à memória tenentista. Contudo, mais que a contradição expressa em dois momentos distintos da posição social do editor, podemos compreender que

[...] uma cultura residual está geralmente a certa distância da cultura dominante efetiva, mas é preciso reconhecer que em atividades culturais reais, a cultura residual pode ser incorporada à dominante. Isto porque alguma parte dela, alguma versão dela – sobretudo se o resíduo é proveniente de alguma área importante do passado – terá de ser incorporada à cultura dominante [...]. Também porque, em certos aspectos, uma cultura dominante não pode permitir que muitas dessas práticas e experiências fiquem fora de seu domínio sem correr certo risco (Williams, 2011a, pp. 56-57).

Nesse sentido, os "aspectos residuais", leia-se, redobrar a importância da campanha tenentista para um militar de alta patente, como era o caso de Juracy Magalhães, foi importante para o ex-ministro, mas foi sobremaneira para Ênio Silveira. No reconhecimento de sua condição civil e ao construir sua abordagem com Magalhães, assumiu para si os "resíduos" de uma geração que projetava no passado tenente um projeto político que não se podia mais realizar. Assim, a investida do editor cumpriu em lembrar e repor uma ideia de uma revolução que não mais cabia nos moldes impressos pela campanha militar de 1964.

Situação muito semelhante ocorreu também quando Ênio tomou a iniciativa de solicitar reunião com o general Aurélio de Lira Tavares, que havia sido ministro do Exército durante o governo de Costa e Silva, além de comandante da Escola Superior de Guerra (ESG). Aproximação que se ensaiou também em 1970 – conforme registros em documentos do arquivo pessoal do editor – e que parece demonstrar o mesmo ímpeto e motivações quando do contato com Juracy Magalhães. Em missiva datada de 8 de maio de 1970, escrevia Ênio:

Atrevo-me a vir à presença de V. Exa, por meio desta, a fim de solicitar-lhe o obséquio de me conceder entrevista pessoal, em local e hora que V. Exa. determinasse. [...] Nosso amigo comum, o Prof. A. da Silva Mello, seu colega na ABL, meu editando e afilhado de casamento, agindo com costumeiro bom senso, sugeriu-me que escrevesse-lhe diretamente. [...] V. Exa., além de Chefe Militar e personalidade política de relevo na história contemporânea de nosso país, é também intelectual em plena militância. Em face dessas três qualidades, mas particularmente a última, gostaria de manter com V. Exa. um diálogo leal e franco, que talvez pudesse dissipar noções incompletas, ou mesmo inexatas que, de maneira recíproca, se colocam entre mim e as Forças Armadas (Silveira, 1970b).

Tanto no caso de Juracy quanto no caso de Lira Tavares, a posição de Ênio como editor – combativo e disposto a defender seu empreendimento editorial em nome dos interesses nacionais – daria lugar a uma outra compreensão da conjuntura política e cultural. Se na investigação que se fez sobre os CPB, em 1963, o editor gozava de uma posição privilegiada em que podia construir uma inserção cada vez maior no mercado editorial e formar um público leitor interessado nos temas nacionais, ao final da década o cenário havia mudado. Novos fatores "emergentes" (Williams, 2011a, p. 57) no campo da política e da cultura se fizeram presentes tanto na radicalização dos costumes, como no recrudescimento da política. A política editorial da ECB também passava por profundas transformações, visto que muitas das abordagens que lançaram a editora como vanguarda no campo das esquerdas no início da década de 1960 haviam passado por transformações e exigiam da editora uma reconfiguração

dos temas e na construção de um novo espólio editorial. Elementos modernizantes da cultura estavam em compasso com o fortalecimento da ditadura, sobretudo após a edição do AI-5, em dezembro de 1968.

Ênio Silveira percebia, em certa medida, que a adaptação (modernização?) da editora frente aos novos tempos implicava uma recomposição dos esforços intelectuais num campo mais amplo de alianças que, a rigor, se constatou na relação estabelecida com integrantes de setores políticos que antes ele próprio combatia. Em outros documentos de seu arquivo pessoal reproduzem-se iniciativas semelhantes a essas duas. No inquérito em que Heleno Fragoso defendeu a ECB, muitos foram os documentos anexados aos autos tentando comprovar “ilibada conduta” do editor, visto que seus contatos eram inúmeros no interior das Forças Armadas. Cartas de agradecimento de oficiais do Exército à editora, convites a festas organizadas pelas corporações, solicitação de doação de obras para bibliotecas do Exército e para o Projeto Rondon foram alguns dos documentos anexados ao processo que, por fim, concluiu-se com a absolvição dos acusados (editados e editor) em fevereiro de 1972.

O caso da ECB e as articulações construídas por Ênio Silveira nos permitem entender o processo pelo qual, no decorrer da década de 1960, a repressão a determinadas obras caracterizadas como subversivas passou à censura propriamente dita. Como mencionado, foi com a publicação do decreto-lei n. 1.077 que a censura à produção e à circulação de obras bibliográficas passou a ser regulada na forma autoaplicável (Brasil, 1970). Antes disso, porém, as diferentes legislações, às vezes contraditórias entre si, dificultavam ao acusado ter o conhecimento da acusação concreta. Imprecisão e indefinição que se desdobravam em inúmeras tentativas de defesas políticas no terreno jurídico. Assim, é possível entender também o modo pelo qual o próprio Ênio Silveira construiu suas relações políticas, a fim de conquistar a empatia no campo jurídico, que rapidamente se transformava com o recrudescimento da ditadura e o fechamento dos espaços de diálogo. Talvez Ênio, mesmo sem saber, tenha tentado manter esses espaços abertos, ainda que o destino de sua empresa fosse incerto e que a dispersão/exílio dos intelectuais que se articulavam em torno da ECB fosse comprometer a produção editorial nas décadas seguintes.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. (1970), Decreto-lei n. 1.077. Dispõe sobre a execução do artigo 153 § 8º, parte final, da República Federativa do Brasil. Brasília, 26 jan. 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm, consultado em 3/7/2019.
- BRASIL. (1969), Emenda Constitucional n. 1. Edita novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, 17 out. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm, consultado em 10/9/2019.
- BRASIL. (1953), Lei n. 1.802. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 5 jan. 1953a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>, consultado em 12/9/2019.
- BRASIL. (1953b), Lei n. 2.083. Regula a liberdade de imprensa. Rio de Janeiro, 12 nov. 1953b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2083-12-novembro-1953-366187-normaatualizada-pl.html>, consultado em 12/9/2019.
- BRASIL. (1967), Lei n. 5.250. Regula a liberdade de manifestação de pensamento e de informação. Brasília, 9 fev. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5250-9-fevereiro-1967-359026-publicacaooriginal-1-pl.html>, consultado em 12/9/2019.
- CASTRO, Ana Caroline Silva de. (2014), "Ênio Silveira: edição, repressão e redes de sociabilidade". *ExtraPrensa*, 8 (14): 34-40.
- CZAJKA, Rodrigo. (2013), "Ênio Silveira, o epistolário a Castelo Branco e o delito de opinião". V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013. Universidade Estadual de Londrina. *Anais...* Londrina, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v10_rodrigo1_GVIII.pdf, consultado em 11/9/2019.
- CZAJKA, Rodrigo. (2005), *Páginas de resistência: intelectuais e cultura na* Revista Civilização Brasileira. Campinas, São Paulo, dissertação de mestrado em sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- CZAJKA, Rodrigo. (2009), *Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)*. Campinas, São Paulo, tese de doutorado em sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- FRAGOSO, Heleno. (1970), Agravo em Mandado de Segurança n. 54/286 do advogado de Ênio Silveira enviado ao ministro do Tribunal Federal de Recursos, Jarbas Nobre. Brasília, 19 jun. 1970. Acervo pessoal de Ênio Silveira.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. (2009), *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Niterói, tese de doutorado em história social, Universidade Federal Fluminense.
- GARCIA, Miliandre. (2014), "Quando a moral e a política se encontram: a centralização da

- censura de diversões públicas e a prática da censura política na transição dos anos 1960 para os 1970”. *Dimensões*, 32: 79-110.
- GARCIA, Miliandre. (2019), “Teatro, censura e ‘supercensura’ na ditadura militar”. In: FONTANA, Fabiana & GUSMÃO, Henrique Buarque. *O palco e o tempo: estudos de história e historiografia do teatro*. Rio de Janeiro, Gramma.
- GASPARI, Elio. (2002), *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HALLEWELL, Laurence. (1985), *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp.
- INQUÉRITO Policial-Militar n. 481. (1966), *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do Iseb. Brasília, STM/SeArq, vol. 1.
- MARCELINO, Douglas Attila. (2011), *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- MAUÉS, Flamarion. (2014), “Livros, editoras e oposição à ditadura”. *Estudos Avançados*, São Paulo, 28 (80): 91-104. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100009&lng=en&nrm=iso.
- MAUÉS, Flamarion. (2005), “Ter simplesmente este livro nas mãos já é um desafio: livros de oposição no regime militar, um estudo de caso”. *Revista em Questão*, 11 (2).
- NAPOLITANO, Marcos. (2017), *Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico*. São Paulo, Intermeios/USP – Programa de Pós-graduação em História Social.
- NEVES, Ozias Paese. (2006), *Revista Civilização Brasileira (1965-1968): uma cultura de esquerda no cenário político ditatorial*. Curitiba, dissertação de mestrado em história, Universidade Federal do Paraná.
- REIMÃO, Sandra. (2011), *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo, Edusp.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978), *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- SCHWARZ, Roberto. (2008), “Cultura e política: 1964-1969”. In: *O pai de família e outros estudos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVEIRA, Ênio. (1970a), Carta do editor ao ex-ministro da Justiça do governo Castello Branco, Juracy Magalhães. Rio de Janeiro, 14 jul. 1970a. Acervo pessoal de Ênio Silveira.
- SILVEIRA, Ênio. (1970b), Carta do editor ao ministro do Exército do governo Costa e Silva, Aurélio de Lira Tavares. Rio de Janeiro, 8 mai. 1970b. Acervo pessoal de Ênio Silveira.
- SILVEIRA, Ênio. (1963), Carta do editor ao secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Aldevio Barbosa de Lemos. Rio de Janeiro, 29 jul. 1963. Acervo pessoal de Ênio Silveira.
- SILVEIRA, Ênio. (1965), “Editorial”. *Reunião*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 2, 20.
- VIEIRA, Luiz Renato. (1996a), *Consagrados e malditos: intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília, tese de doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília.

VIEIRA, Luiz Renato. (1996b), "Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial". *Revista de Biblioteconomia*, 20 (2): 139-192.

WILLIAMS, Raymond. (2011a), "Base e superestrutura na teoria da cultura marxista". In: *Cultura e materialismo*. São Paulo, Edunesp, pp. 43-68.

WILLIAMS, Raymond. (2011b), "Linguagem e vanguarda". In: *Política do modernismo: contra os novos conformistas*. São Paulo, Edunesp, pp. 49-72.

Resumo

"Sou brasileiro, democrata e editor": Ênio Silveira e a repressão à Editora Civilização Brasileira (1963-1970)

O artigo discute o problema da censura a livros durante a primeira fase do regime militar no Brasil e de que forma editores e empresários do ramo editorial criaram estratégias comerciais para a comercialização de obras classificadas como subversivas pelos órgãos de controle da ditadura. Para tanto, a Editora Civilização Brasileira assim como seu proprietário, Ênio Silveira, tornam-se aqui objetos centrais da análise para que possamos compreender as dinâmicas que se operaram no campo das esquerdas intelectualizadas, formado a partir da associação ambivalente entre engajamento e mercado.

Palavras-chave: Ditadura militar; Intelectuais; Mercado editorial; Comunismo.

Abstract

"I am Brazilian, Democrat and Editor": Ênio Silveira and the repression against Editora Civilização Brasileira (1963-1970)

The article discusses the problem of book censorship during the first phase of the military regime in Brazil and how publishers and businessmen in the publishing industry created commercial strategies to commercialize works classified as subversive by the dictatorship's control agencies. For this reason, Editora Civilização Brasileira and its owner, Ênio Silveira, become central objects of analysis that allow us to understand the dynamics working in the field of the intellectual left, formed from the ambivalent association between engagement and the market.

Keywords: Military dictatorship; Intellectuals; Book Publishing market; Communism.

Texto recebido em 7/4/2020 e aprovado em 16/4/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.168574.

RODRIGO CZAJKA é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



Entre o querer e o não querer

Dilemas existenciais de um ex-trafficante na perspectiva de uma sociologia dos problemas íntimos

Diogo Silva Corrêa*

<https://orcid.org/0000-0002-5932-7599>

Eis por que eu tinha razão em dizer agora há pouco que é preciso procurar a oposição social elementar, não, como se pode crer à primeira vista, na relação de indivíduos que se contradizem ou se contrariam, mas bem nos duelos lógicos e teológicos, nos combates singulares de teses e antíteses, de querer e de não querer, cuja consciência do indivíduo social é o teatro.

Gabriel Tarde, *Les lois sociales*, [1898] 1999, p. 87.

Introdução

No presente texto procuro desenvolver, com base em um caso particular encontrado em um trabalho de campo de quase dois anos na favela do Rio de Janeiro, Cidade de Deus, o que chamo de *sociologia dos problemas íntimos*. Na primeira parte, relato como cheguei a esse campo, exponho os meus objetivos iniciais e narro como conheci Charles, um convertido, ex-trafficante e ex-viciado em crack. Em seguida, apresento como ampliei meu enfoque inicial e explico suas motivações originadas ao longo do trabalho de campo. Na terceira parte do artigo, descrevo a metodologia e a codificação que forjei para apresentar a trajetória de Charles em meio às suas idas e vindas na igreja. Na quarta parte, detenho-me em uma variação brusca ocorrida em sua trajetória biográfica, buscando, a partir daí, desdobrar dois dos dilemas existenciais que ela revela e que perpassam a vida de Charles: a relação entre o tráfico de drogas

* Universidade de Vila Velha, Espírito Santo, Brasil.

e a igreja evangélica pentecostal, e a relação entre diferentes concepções de tráfico de droga. Por fim, concluo com as implicações teóricas mais gerais do que chamo de *sociologia dos problemas íntimos*.

O trabalho de campo

Não era a primeira vez que visitava a favela Cidade de Deus, mas 21 de novembro de 2011 foi meu primeiro dia de trabalho de campo. Graças à mediação de Beija-Flor, um antigo amigo e morador da favela, conheci o pastor Zezinho do Galão. Nós nos encontramos na tarde de uma segunda-feira em um dos locais que, antes da chegada da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), era um dos pontos centrais de venda de drogas na região.

Para minha sorte, Zezinho e outros membros da Assembleia de Deus faziam uma pregação a céu aberto com o auxílio de caixas de som em frente à quadra de uma escola de samba, conhecida pelos bailes que lá se realizam nos finais de semana – sobretudo aos domingos. Depois de uma primeira solicitação de Beija-Flor, Zezinho imediatamente se prontificou a dialogar conosco. Quando lhe expliquei que desejava fazer uma pesquisa sobre conversão religiosa, ele não hesitou em apresentar-me Maia, antigo traficante e “ex-dono” da região da favela em que estávamos.

Após um primeiro contato com Maia, Zezinho me levou até as outras pessoas que se encontravam ao nosso redor. Logo me dei conta de que se tratava de antigos membros da boca de fumo local, a maior parte deles convertidos à Assembleia de Deus Ministério em Península (Adep), da qual Zezinho era pastor¹. Pouco depois desse primeiro encontro, comecei a fazer visitas diárias à Adep. E foi a partir da rede de contatos estabelecida nessa igreja que conheci Charles, um jovem de 24 anos, convertido havia mais de quatro anos e membro dessa igreja. Ele se apresentou² a mim como “um fã de Maia”.

1. A maior parte da minha observação participante foi feita em uma igreja Assembleia de Deus situada em uma das regiões da favela. Nela, frequentei semanalmente os cultos e, quando possível, as atividades fora da igreja: batismo, pregações fora do templo, missões de “resgate de almas” ou atividades nas suas congregações. Embora minhas entrevistas não tenham ficado restritas ao espaço, às atividades e aos membros da igreja, ela foi a minha porta de entrada no campo, sendo a maior parte da minha empiria obtida a partir dos contatos e da rede de relações das pessoas da igreja.
2. Como o objetivo inicial da pesquisa era colher relatos de conversão, os próprios membros vinham até mim para indicar casos exemplares de pessoas convertidas. Eles frequentemente utilizavam a categoria dos “testemunhos fortes” para definir os bons casos. Quanto mais difícil e complicado era o problema do qual a pessoa havia saído – ou “se libertado” –, mais “forte” seria o testemunho. Daí porque, diante do meu interesse demonstrado e do privilégio de chegar à igreja pelo intermédio e com o incentivo de um dos seus principais pastores, várias indicações me eram feitas. A exemplaridade de suas conversões consistia nos passados marcados por dificuldades e momentos extremos.

Antes de sua conversão, Charles fora traficante, viciado em crack, e tinha sido expulso da favela em que morava³. Ele havia passado um tempo como morador de rua até se tornar membro da Adep e voltar a residir na Cidade de Deus. Suas feições físicas eram bem típicas dos homens daquela igreja: negro, frequentemente definido como “gordinho”, com estatura por volta de 1,80 metros. Na época em que o conheci, Charles tinha cabelo raspado, barba benfeita, usava uma calça e uma camisa polo listrada – estilo que sempre o acompanhou nos períodos em que esteve na condição de membro da Adep.

Cabe dizer por ora que, ainda em novembro de 2011, fiz uma primeira longa entrevista com Charles que durou mais de três horas. Nela, ele me relatou sua trajetória de vida e as justificativas para a sua conversão⁴.

A reorientação do enfoque metodológico

No decorrer da pesquisa, percebi elementos que me fizeram ampliar a orientação do meu enfoque inicial. Inicialmente, meu objetivo era repertoriar como as pessoas justificavam sua conversão e narravam suas transições e mudanças de vida. Inspirando-me na sociologia das justificações de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991), a ideia era mapear as metafísicas morais sob as quais os indivíduos se ancoravam para justificar a mudança de uma condição identitária específica para outra. Meu escopo era descrever de que forma os membros da Igreja Assembleia de Deus Ministério de Península assumiam e justificavam uma nova condição identitária, estruturada em torno de passagens entre um antes e um depois: de “traficante”, “bandido”, “homossexual”, para “crente”, “cristão”, “homem de Deus”. Isso incluía, na verdade, descrever algo mais do que a mera assunção de uma nova condição identitária, já que essa passagem implicava o acréscimo do prefixo “ex” à antiga vida: “ex-bandido”, “ex-viciado”, “ex-macumbeiro”, “ex-gay” etc. O que se era antes considerava-se sempre como “pior”, “errado” e “demoníaco”, e o que se era no aqui e agora apresentava-se como “melhor”, “certo”, o que segue a “vontade de Deus” etc.

No entanto, conforme a pesquisa de campo foi avançando, essa intenção inicial pareceu-me cada vez mais insuficiente para descrever a forma de vida dos crentes

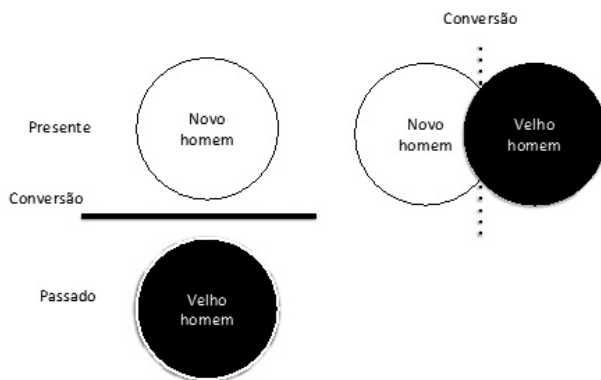
3. Gostaria de salientar que não trato essa análise da conversão como necessariamente mais realista que a outra, restrita às narrativas de vida. A conversão é um fenômeno complexo que, para os meus pesquisadores, abarcava elementos de continuidade e descontinuidade, de reversibilidade e irreversibilidade; razão pela qual, qualquer que seja a análise que pretenda dar conta da experiência da conversão, precisa levar a sério todos esses elementos que, por vezes, se mostram contraditórios entre si.

4. Do mesmo modo, entrevistei outras dezenas de pessoas que estavam estabilizadas na condição de membros da Igreja.

com a qual eu passara a conviver desde o fim de 2011. E a decisão da ampliação do meu enfoque, faz-se preciso dizer, foi motivada não tanto por uma reflexão teórica, mas por um evento ocorrido no próprio trabalho de campo.

Eu estava, certo dia, em frente à casa de Zezinho, recostado em seu carro de entrega de galão de água, quando ele me disse: “Pô, você já entrevistou muita gente que está firmada na fé, né? Por que você não entrevista quem tem dificuldade para isso? Acho que pode ser bom”. Esse foi o gatilho que me fez repensar e ampliar o foco inicial da pesquisa. A primeira razão, já esboçada acima, é o que agora chamarei de paradoxo da conversão. Pois se, por um lado, os crentes frequentemente enfatizam a descontinuidade com relação ao passado, é bem verdade que, por outro, eles mesmos, em outros momentos, sempre afirmam que ninguém está integralmente convertido ou “completamente liberto” e que o “velho homem” está sempre presente, ainda que de modo potencial. Portanto, a conversão, no modo como ela é experienciada pelos membros da Adep, também possui um caráter reversível; e o novo estado obtido, embora nos relatos seja apresentado como um “fato bruto” (no sentido de Latour e Woolgar, 1979), em outros momentos é, pelos próprios crentes, dito como “provisório” e sempre ameaçado pelo estado anterior.

O paradoxo da conversão



No caso dessa segunda versão, as coisas se passam como se o *ex* fosse um estado potencial que, a qualquer momento, pode emergir novamente. Nos termos de George Herbert Mead (1934, pp. 173-177), o “eu” (*I*) é sempre ameaçado pelos “mim” (*me*) que desapareceram, mas podem sempre retornar ao primeiro plano. Trata-se de um raciocínio semelhante àqueles que nós, ocidentais, temos a respeito da animalidade humana. Ao menos desde Darwin (1859), há uma ideia geral em nosso senso comum de que todos somos animais como os outros, embora sejamos humanos. A animalidade é uma condição comum que temos com outras espécies,

e isso se expressa de modo mais aclarado em uma série de nossos comportamentos, além de ser um estado que pode, a qualquer momento, vir à tona. Quando estamos submetidos a situações de extrema necessidade, tais como fome e raiva, diz-se, normalmente, que nos comportamos “como animais”. A animalidade é, portanto, o fundo sombrio e potencial que nossa humanidade – e, para evocar Elias (1994), nosso “processo civilizador” – esconde. O mesmo raciocínio pode ser transposto para o *ex*: os convertidos são crentes, homens nascidos de novo, mas o *ex* é tanto a marcação de um pretérito como de um presente (como já destacamos), e também da presença de um futuro potencial que pode se desvelar a qualquer momento. No que pude apreender com os crentes da Adep com os quais convivi, o *ex* pode voltar à tona de três formas tipificadas: por “desvio” (quando comete um ato condenável pela igreja, como, por exemplo, o adultério ou a volta ao uso de drogas), por afastamento da igreja (quando para de ir aos cultos e de frequentar qualquer atividade da igreja) ou por “saída da graça”⁵ (quando o crente, por ter sido provocado, age de forma inadequada para alguém que “está em Deus”).

O segundo elemento que me fez mudar a abordagem do fenômeno da conversão diz respeito ao fato de vários dos conversos por mim entrevistados terem abandonado a Adep e a nova forma de vida, ou seja, terem voltado ao tráfico ou às antigas práticas que, quando na religião, eram condenadas por eles mesmos.

Por fim, um terceiro e último ponto: o convívio diário com os convertidos mostrou bem que se, por um lado, a conversão mitigava certos problemas de modo mais ou menos provisório, por outro, era fonte de muitos outros. Assim como a vida anterior não era um inferno total, e tinha prazeres, a vida de crente não era um paraíso completo, e tinha os seus problemas. Se na narrativa de vida a conversão se mostrava como uma solução para a vida antiga ou para o conjunto de problemas nela experimentados, nada garantia, primeiro, que esses problemas não podiam retornar mais adiante nem, segundo, que a própria conversão não gerasse novos desafios, dilemas e questões. Mais do que isso, nada garantia, segundo os próprios crentes, que os novos problemas, desafios, dilemas e questões não colocassem o novo estado adquirido, pós-conversão, em questão, tornando a própria conversão não tanto (ou não apenas) a solução para todos os problemas (como nos relatos), mas ela mesma o próprio problema.

Eis porque mais do que a análise da conversão como uma transformação de estados molares, nítidos, bem definidos, portanto “prontos” e “estabilizados”, conforme

5. A diferença do “desvio” para o “sair da graça” consiste no fato de que, no segundo caso, trata-se de algo rápido e provisório, não implicando uma mudança no estado “molar” do crente. É possível “sair da graça” sem ter que sair da condição de membro, mas não é possível desviar-se mantendo-se como membro. É como um “surto”, sempre relacionado a um evento circunstancial que o provoca.

expresso na narrativa de vida dos convertidos, eu me pus a pesquisar casos nos quais eu pudesse vê-la *instável* (ou *in the making*). Já que, na versão descontinuista de praxe dos relatos de vida, a conversão era apresentada como um fato bruto, ou *black box*, e a nova escala ou critério de definição de si e do mundo era tida por óbvia (*taken for granted*) (Schütz e Luckmann, 1973, p. 224), acatei a indicação do pastor Zezinho do Galão, da Adep, e passei a pensar como seria possível reabrir essa caixa preta e vê-la em sua instabilidade. Eu me coloquei a questão de como observar mudanças menos molares e mais moleculares, isto é, mais tênues, gradativas e infinitesimais⁶. Eu, então, indagava-me: como seria possível reabrir o “fato bruto identitário”, que, por vezes, o relato da conversão parecia sugerir e mesmo pressupor?

Passei a me colocar as seguintes questões: será que se eu acompanhasse indivíduos para os quais o estado pós-conversão lhes fosse incerto, seria possível ver a conversão *em suas pequenas transformações moleculares a partir de seus elementos e movimentos problemáticos*? Será que não seria possível captá-la menos como um corte imóvel

6. Nas narrativas dos convertidos existe sempre a mobilização de duas ordens de mudanças, ou melhor, de dois grandes operadores de transformação. Utilizo para melhor defini-las os dois termos propostos por Deleuze e Guattari no texto “1874 – Três novelas ou ‘o que se passou?’”, presente em *Mil platôs*. Um primeiro nível de transformação é o que se pode chamar de transformação molar. No aludido texto, os autores definem a linha de segmentariedade dura ou molar como aquilo que existe “para garantir e controlar a identidade de cada instância, incluindo-se aí a identidade pessoal”. Trata-se de regiões ou planos da existência em que tudo “parece contável e previsto, o início e o fim de um segmento, a passagem de um segmento a outro”. No caso dos relatos de conversão, as transformações molares seriam aquelas definidas pelo aparato institucional da Igreja tais como, por exemplo, o “batismo nas águas”, isto é, o rito de passagem cujo objetivo é justamente definir com nitidez a fronteira que demarca a transformação do ímpio em converso, delimitando o momento em que o agora crente ingressa de vez no coletivo de irmãos. Além desse nível claro de transformação, bem institucionalizado e definido, há um outro nível, que, inspirados em Deleuze e Guattari, chamamos de molecular. Esse é irreduzível ao último e concerne às transformações que se passam sempre nas margens das mudanças molares. No caso da conversão, elas aparecem como pequenos incômodos, frustrações, irritações, desejos, vontades que estão sempre nas franjas dos estados que o convertido molarmente define de si. Embora infinitesimais e quase sempre imperceptíveis, as transformações moleculares não são menos significativas. Sobretudo quando, mediante acúmulos infinitesimais, elas atravessam um ponto de singularidade e produzem uma mudança de estado, uma ruptura. Nas narrativas, o plano molecular apresenta-se nas pequenas insatisfações com a forma de vida do crime; mas também nos sentimentos de ausência da família; na fadiga do tempo de prisão; no cansaço do corpo que cada vez menos suporta dias dormindo em lugares distintos e por vezes inóspitos. Essas transformações moleculares são como que rachaduras, mas rachaduras que, pouco a pouco, vão se abrindo até quebrarem o vidro. “Mas o que aconteceu exatamente? Na verdade, nada de assinalável nem de perceptível; mudanças moleculares, redistribuições de desejo que fazem com que, quando algo acontece, o eu que o esperava já esteja morto, ou antes aquele que o esperaria ainda não chegou [...]. A fissura ‘se produz quase sem que o saibamos, mas na verdade tomamos consciência subitamente” (pp. 71-2). Na temporalidade molecular, o tempo passa pouco a pouco, embora imediatamente. A vida do crime já não é mais possível, mas a consciência da impossibilidade vem subitamente por intermédio do acúmulo de insatisfações moleculares e infinitesimais.

abstrato de uma trajetória biográfica já pronta e mais, adaptando Deleuze (1985, pp. 76-94) em sua bela obra sobre o cinema, como “*um corte móvel da duração*” de uma vida em constante evolução? Será que acompanhar e seguir pessoas cuja conversão parecia estar em jogo não me permitiria vislumbrar mudanças infinitesimais e moleculares a respeito dos critérios de definição de si e do mundo que os indivíduos estabelecem para si – o que, no caso da conversão molar, já estabilizada e pronta, aparece como uma única e grande mudança geral? Se é verdade que a narrativa da conversão tende a suprimir uma série de hesitações, vaivéns que se passaram no curso de instantes presentes passados, olhar para um indivíduo recém convertido, ou recém afastado da fé, talvez me permitisse ver a conversão, ela mesma, não como a solução de (todos) problemas, mas *como o próprio elemento problemático*?

Essa reorientação do olhar, que passou a voltar para os indivíduos possivelmente instáveis ou oscilantes, cuja operacionalização metodológica exponho a seguir, também permitia encarar um problema inerente às narrativas de vida, para o qual mesmo a noção de carreira interacionista não trazia nenhuma solução razoável ou possível: a questão da “ilusão retrospectiva”, ou da “ilusão biográfica” (Sartre, 1995, p. 179; Bourdieu, 1986). Em seu estudo sobre manicômios, prisões e conventos, Erving Goffman já notava esse problema e apontava que a ilusão retrospectiva era “um aspecto bastante delicado da sociologia das carreiras”. Isso porque, continua o autor, “a visão do conjunto que cada indivíduo constrói quando ele olha retrospectivamente a sua evolução é um importante aspecto de toda carreira. Toda carreira pré-hospitaleira do doente decorre, em certo sentido, dessa reconstrução”. (1961, pp. 198-199). Também Richard Ekins, em seu livro *Male femaling: a grounded theory approach to cross-dressing and sex-changing*, sustenta que “o interacionismo simbólico possui uma posição clara a respeito [da ilusão retrospectiva]: todas as significações se elaboram a partir de momentos presentes particulares. Todos os momentos passados são reconstruídos do ponto de vista de cada presente” (2002, p. 110). Questão essa que, segundo o autor, “é inevitável e não há nenhum modo de remediar esse problema”. Por conseguinte, Ekins propunha tratar “esse vício como virtude” e, no capítulo da “consolidação” da carreira de feminização masculina, pela qual passaram os seus pesquisados, ele utilizava “os materiais recolhidos na entrevista para dar exemplos da maneira como os entrevistados constroem seu passado do ponto de vista do presente, que é o da entrevista” (2002, p. 110).

Diferentemente de Ekins, e seguindo a dica do pastor Zezinho, passei a pensar que haveria uma forma de remediar o problema da reconstrução do passado, a partir de um único instante presente. Como meu objetivo inicial era pensar a conversão, imaginei que, numa série de encontros presentes, sobretudo com alguém cujas idas e vindas na igreja e no tráfico era possível ver em vias de se fazer (*in the making*), seria

possível evitar esse problema de ater-se a um relato redutível a um único instante presente para entender toda a trajetória de vida de alguém. A esse respeito, a filosofia pragmatista da ação e do presente de George Herbert Mead me fez pensar em trabalhar intensivamente, e a partir de vários encontros sucessivos, com uma mesma pessoa. Tratava-se, aí, de um modo possível, a meu ver, de remediar o problema da ilusão retrospectiva com o qual Ekins dizia ser impossível lidar. Se, como afirmou Mead, a “realidade existe em um presente” (1932, p. 42), seria interessante não mais contar uma vida a partir de uma narrativa retrospectiva, como eu havia feito até então, mas, sobretudo, analisar a trajetória da conversão (ou desconversão, quando fosse o caso), a partir da comparação (e transformação) de diversos presentes de uma vida. Essa escolha, porém, do ponto de vista metodológico, não seria possível de se realizar com poucos encontros, menos ainda com um único. Por isso, explico adiante como fiz a reorientação metodológica a partir de um único caso.

O caso de Charles

Imediatamente após o conselho dado pelo pastor Zezinho, pedi que ele e outros membros da Adep mais próximos me apresentassem qualquer pessoa que tivesse acabado de sair ou entrar na igreja. Foi no início de março de 2012, quando o próprio pastor Zezinho e um evangelista da Adep me falaram para procurar Charles, um ex-viciado em crack e ex-traficante, que havia me contado sua trajetória de vida e sua conversão em novembro de 2011. Charles era, para minha surpresa, um dos que haviam acabado de se afastar. Como eles diziam na época, ele “já não estava firme” e dava claro sinais de afastamento⁷.

No dia 3 de março de 2012, reencontrei Charles perto da igreja, onde tivemos uma segunda conversa. Nela, eu propus acompanhá-lo em encontros e conversas semanais. Muito embora ele tenha aceitado prontamente, e no próprio dia tenhamos iniciado o acompanhamento, o processo não foi tão fácil quanto eu a princípio imaginei. Depois desse primeiro encontro em que ele manifestou o desejo de retornar à igreja, Charles simplesmente desapareceu: não atendia aos meus telefonemas e eu jamais o encontrava na Adep ou nos arredores de sua casa.

Apenas dezenove dias depois, mais precisamente no dia 22 de março, quando ele foi conversar com o pastor presidente da Adep para manifestar seu desejo de retorno, eu o reencontrei. Nesse mesmo dia, fiz uma nova conversa gravada e a partir

7. O primeiro deles é a diminuição na frequência aos cultos. O segundo é que Charles já andava de bermuda pela comunidade – fato que só fui entender bem depois como um dos principais indícios para mostrar “quem está firmado na fé” e “quem está andando fora”.

de então uma relação de confiança foi se estabelecendo; e os encontros passaram a ter a periodicidade que eu desejava⁸.

Com as sucessivas reuniões semanais, 58 no total, em que as conversas variavam de vinte minutos a uma hora e meia, algumas questões começaram a aparecer de modo recorrente. Embora as conversas tenham se iniciado a partir dos temas relativos à fé e à igreja, outras questões foram emergindo. De um lado, certas mudanças que ocorriam na relação de Charles com a religião eram por ele mesmo associadas a outras esferas da sua vida; de outro, algumas dessas questões assumiam, em determinado momento de sua vida, um forte protagonismo, deixando a igreja em segundo plano. Isso fez com que eu me pusesse também a mapeá-las e a analisar tudo o que de significativo variava no tempo para ele.

Como essas outras questões para além da fé não variam infinitamente, eu me pus a codificá-las. (1) Trabalho e estudo, (2) as relações afetivas (incluindo mulheres e família) e o (3) tráfico e as drogas foram as temáticas que surgiram de maneira recorrente ao longo das conversas. Foi assim que eu desloquei o baricentro de minhas preocupações de uma sociologia dos problemas públicos, tal como havia sido proposta por Joseph Gusfield (1981) e seguida por seus colegas do Centro de Estudos de Movimentos Sociais em Paris (Cefaï, 2002; 2013a; 2013b; Quéré, 2002; Quéré e Terzi, 2015). Progressivamente, descobri que eu aspirava, em contraponto, a uma sociologia dos problemas íntimos. Essa reorientação geral da pesquisa tornou-se possível já que, em vez de olhar, como nos relatos anteriores, toda uma vida a partir de mudanças identitárias centrais e molares (do crime para a de crente; ou, no caso do Charles, do crime para o de viciado para, enfim, a de crente), passei a olhar a própria conversação como um dos elementos ou aspectos da trajetória geral de uma vida.

A partir das conversas com Charles, preparei, para fins analíticos, um breve esquema que pode ser resumido em uma tabela. Nas linhas, coloquei os dias dos encontros; nas colunas, as principais e recorrentes questões que iam aparecendo. Escutei uma vez mais as gravações de cada reunião (que começaram no dia 3 de março de 2012 e terminaram em 28 de agosto de 2013) e transcrevi e mapeei tudo o que Charles dizia a propósito das temáticas acima aludidas. Comecei, a partir de então, a criar os instrumentos para acompanhar e seguir, para adaptar o título do famoso livro de John Dewey ([1938] 2013), o “*self e seus problemas*” – ou melhor, para ser mais fiel ao meu trabalho e ao do próprio Dewey, *os problemas e os selves*.

Na maior parte do tempo, os encontros ocorreram em lugares públicos. Charles e eu nos sentávamos normalmente em bancos de cimento, situados em torno de

8. Mesmo nos períodos em que Charles se afastou novamente, ele apenas circunstancialmente não quis conversar. Em geral, sempre se mostrou solícito.

uma mesa, também de cimento, na qual havia um tabuleiro de xadrez pintado. Essas mesas ficavam próximas a uma das principais vias da favela Cidade de Deus, que dividia um canal, de um lado, e residências, do outro. Frequentemente, ao longo das conversas, pessoas passavam e acenavam com a mão. Algumas delas chegaram a se aproximar e a se sentar conosco. Na maior parte das vezes eram ou membros ou *viciados*⁹ que se aproximavam para conversar, ou mesmo, no caso desses últimos, para pedir dinheiro. Embora a cada encontro Charles e eu marcássemos de nos encontrar na semana seguinte, esses agendamentos não eram sempre respeitados. Várias vezes eu aparecia repentinamente e, nos dias marcados, nem sempre Charles estava em casa. Além disso, no final do acompanhamento, passei a encontrá-lo com menos frequência. Os encontros passaram a ser quinzenais – em julho de 2013, por exemplo, o encontrei uma única vez.

A seguir, apresentarei uma breve formalização da trajetória de Charles na igreja e, em seguida, me concentrarei em uma única e brusca variação que ocorreu em sua trajetória, apresentando as justificativas que o próprio deu para tal. Isso para mostrar, por fim, como essa variação expressa uma das principais tensões (de *mundos*) e dilemas (*morais*) que sistematicamente perpassam a trajetória pessoal de Charles: a relação entre igreja e tráfico de drogas¹⁰. Trata-se de uma de suas principais “lutas íntimas” (Tarde, [1898] 1999) em que ele permanentemente tenta conciliar suas “tendências contraditórias para agir” (Mead, 1934).

Importa dizer, por ora, que para os propósitos do presente texto tais questões refletem, não por acaso, certos *mundos* e/ou *concepções morais* presentes na favela na qual Charles vive. Nesse sentido, aquilo que se expressa nas falas de Charles não é, de modo algum, redutível a Charles, indivíduo particular e singular, mas são questões, tensões e problemas que expressam e revelam a heterogeneidade espacial e temporal

9. Utilizo a palavra *viciado* como categoria nativa, utilizada pelos membros da Adep para definirem certas pessoas que circulavam pela favela Cidade de Deus.
10. Cabe dizer que há uma extensa literatura que articula pentecostalismo com a temática da violência e do crime no Brasil. Ela tem início no texto de Lins e Silva (1989), que falam já de “extremos” que se tocam. Mas é sobretudo a partir dos anos 2000 que textos sobre a temática começam a aparecer. Os livros de Alvito (2001), Scheliga (2004; 2005), Cortês (2007) e Dias (2008) são emblemáticos a esse respeito. No entanto, os trabalhos que fazem um diálogo mais direto a respeito da relação entre tráfico de drogas ou mundo do crime e evangélicos em favelas cariocas são, sem dúvida, o de Teixeira (2008; 2009; 2013) e o de Christina Vital da Cunha (2008). Enquanto Teixeira se preocupa em enfatizar as fronteiras morais que demarcam a relação entre traficantes e evangélicos – ou seja, como é possível a coabitação e proximidade sem mistura ou redução de um ao outro –, pensando sempre o tráfico e a igreja como mundos alternativos, o trabalho de Vital da Cunha sublinha, de modo distinto, as transformações que o próprio tráfico sofreu a partir do crescimento desse processo de coabitação. Ao invés de pensar em uma lógica de alternância como Teixeira, Vital da Cunha foca na lógica da coexistência. Aqui, inspirando-me em ambos os trabalhos, eu tento mostrar, como se verá adiante, que a partir de um estudo de caso de um único indivíduo é possível ver ambas as lógicas (a da alternância e da coabitação) em operação.

do ambiente social no qual ele está inserido. Charles é uma singularidade constituída relacionalmente no ambiente da *favela* que trato analiticamente como apreensível, ao menos em parte, pelo acompanhamento de seus problemas e as decorrentes *autoinvestigações* (Dewey, [1938] 2013) que eles produzem. Por isso, penso que as tensões e os dilemas morais que se expressam na *arena* (Cefaï, 2002) de seu *foro interior* propalam as tensões existentes entre os vários *mundos sociais* existentes no ambiente da favela. A tensão matriz que exploraremos, no presente texto, é a entre o tráfico e a igreja.

É importante que eu defina o que estou chamando de *mundo*. Para tanto, talvez seja interessante definir contra que tipo de abordagem eu me coloco. Para boa parte dos antropólogos e sociólogos, parece-me que uma estratégia tem sido hegemônica: o multiculturalismo. Inspirados pelo neokantismo, pode-se sintetizar essa perspectiva pelo que Viveiros de Castro (2002) define como “uma ontologia comum para epistemologias variáveis”. Ou seja: há um mundo comum para várias visões sobre ele. Cada visão possui características definidas, “categorias de entendimento” que variam de acordo com cada cultura (antropologia) ou estrutura social (sociologia) e refratam a realidade de formas distintas. Essa, digamos, “estratégia teórica” ajuda a pensar por que existe a variação perceptiva das pessoas e certas interseções entre pessoas de coletividades semelhantes. Ocorre que há um outro modo de pensar essa variação que não passa necessariamente pelo que posso chamar de estratégia “simbolista” ou “neokantiana”.

Em vez de supor que há uma realidade comum e que cada *mundo* seria uma espécie de pacote interpretativo do qual os atores fariam uso – ou que cada *mundo* corresponderia, nos termos de Schütz, a um *estilo cognitivo* definido –, prefiro pensar em *ambientes* variáveis e *organismos* mais ou menos sensíveis, ajustados a propriedades específicas e pertinentes desses ambientes. Cada *mundo*, nesse sentido, é uma interseção entre ambientes analiticamente discerníveis, pragmaticamente experienciáveis e situacionalmente descontínuos e ontologicamente contínuos.

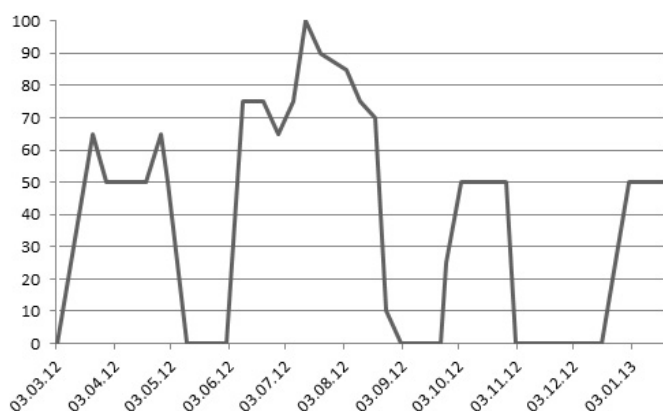
Seguindo as variações

De modo a ir direto ao ponto, fiz um gráfico que sintetiza as mudanças de Charles ao longo do tempo em sua relação com a Adep. O gráfico se pauta nas declarações que ele, ao longo das conversas, fez a respeito de sua condição de pertencimento em relação à igreja – o que chamo de estado autoatribuído. Fiz a codificação com base nas categorizações que o próprio Charles utilizava para se autodefinir: (0) totalmente afastado da igreja; (25) indo de vez em quando; (50) visitante; (75) membro no banco; (100) membro efetivo.

Antes de avançar, cabe lembrar que ser membro da Assembleia de Deus que pesquisamos, a Adep, pressupõe seguir um conjunto de condutas e regras bem definidas: a pessoa não pode beber, fumar ou usar qualquer tipo de droga; deve evitar a frequência de certos lugares (biroskas, bocas de fumo, bailes funk etc.), a não ser que seja para evangelizar; não pode manter relações sexuais com pessoa do mesmo sexo ou com outra qualquer que não seja a esposa ou o marido; não pode usar bigode, barba, bermuda; deve ir para os cultos sempre ataviado etc. Quando alguém se “afasta” ou “desvia” – quer dizer, começa a transgredir essas regras –, vai para o banco e fica um tempo sem poder exercer nenhuma atividade na igreja. Ao longo desse período – que varia de acordo com o arbítrio do pastor presidente –, a pessoa estabelece um novo compromisso de que vai buscar adequar-se ao registro e aos costumes da igreja para poder, enfim, ser reintegrado como “membro” – o que, na linguagem da igreja, significa “sair do banco”.

FIGURA 1

Gráfico da variação da intensidade do elo em relação à igreja



Cito alguns exemplos para deixar isso mais claro, como fiz a codificação da trajetória de Charles a partir de suas declarações de estados autoatribuídos. No dia 22 de março de 2012, Charles se apresenta como visitante: “Não, não me considero membro, me considero visitante”. No dia 11 de maio do mesmo ano, ele já não se apresenta mais como visitante, mas diz que está afastado da Adep: “Agora não tô nem como visitante, não. Tô fora, tô fora”. No dia 29 de junho, essa condição se apresenta de forma radicalmente diferente: “Agora estou 100% na igreja, sou membro”. No dia 28 de agosto, Charles se declara como não mais na condição de membro: “Cara, não é que eu vá pro banco, porque eu já me considero no banco”. No dia 7 de setembro, Charles já se diz fora da igreja: “Eu estou afastado da igreja, não me considero na igreja”. Por fim, para terminarmos os exemplos, no dia 23 de setembro, ele já se

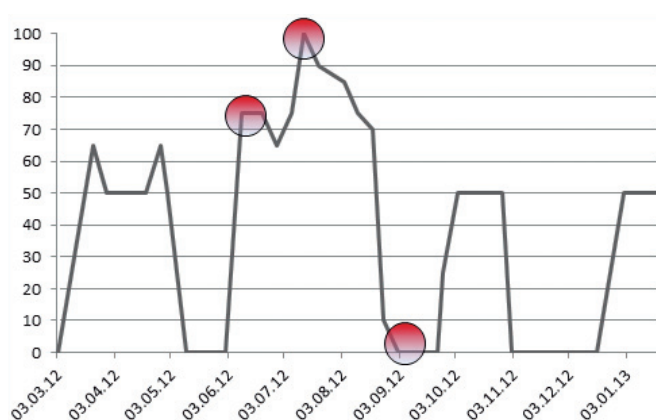
declara totalmente fora: “Me considero afastado de vez. Não tenho feito mais nada aqui na igreja da Península, não”.

Essa variação na relação com a igreja pode ser percebida também nos futuros móveis apresentados ao longo dos instantes presentes – quer dizer, no que, inspirado em Koselleck (2006), chamo de *horizontes de expectativas*. Por exemplo, no dia 3 de março de 2012, Charles fala sobre seu possível retorno à igreja: “Eu não tenho data marcada, dia marcado, mas sei que daqui a pouco eu estou lá de volta na Adep [...] quero ser um pastor, um homem de Deus”. No dia 11 de maio do mesmo ano, essa certeza de retorno já não se verifica: “Pô, cara, eu tô em dúvida. Agora eu tô em dúvida de voltar. Antes eu tinha certeza que eu ia voltar um dia, mas agora não”. No dia 1º de junho, esse futuro de retorno se torna ainda mais abstrato, intangível: “Voltar? Um dia, quem sabe?”. No dia 10 de junho, quando o reencontro, Charles apresenta um horizonte de expectativa bruscamente diferente: “Agora vou voltar pra igreja. Porque quero voltar. Porque voltei a sentir o que sentia de novo. Agora vou ficar na presença de Deus”.

Na metodologia que proponho, o *estado autoatribuído* e o *horizonte de expectativas*, portanto, funcionam como marcadores de variação. Eles ajudam a mostrar como Charles experimenta e expressa suas próprias mudanças. Mas duas outras questões permanecem em aberto. Primeiro, é preciso descrever o que ocorreu para sucederem essas mudanças – sobretudo quando se trata de uma variação brusca, de um ponto de bifurcação [*turning point*] (Abott, 2001). Segundo, como o próprio ator que acompanhamos explica essa variação.

FIGURA 2

Gráfico com a marcação dos pontos de variação mais significativos



Por isso, o gráfico importa na medida em que me auxilia a marcar os pontos de variação mais significativos. Ele me permite sempre retornar às falas e às explicações que Charles deu para essas variações. Adiante, a título de exemplo, nós nos deteremos

em uma dessas variações, que ocorre a partir de um *acontecimento marcante*: o quase retorno para o tráfico, seguido da ida para o Centro de Recuperação e da sua volta para a Adep. Deixo claro que por acontecimento marcante entendo todo evento cujo impacto ou cujas consequências geram uma reorientação brusca e significativa na trajetória das questões problemáticas dos atores.

A volta para a Adep

Nesta parte do texto, concentro-me na mudança mais significativa e brusca da primeira parte do acompanhamento – a que ocorre entre os dias 1º e 10 de junho de 2012. O objetivo é tentar entender o que aconteceu entre esses dois momentos para que, repentinamente, Charles passasse de uma condição estável fora da igreja, “totalmente afastado”, para a de membro – movimento que se concretiza no dia 13 de julho de 2012, quando ele volta a ser membro efetivo da Adep. Isso para, na parte final, mostrar como esse pequeno evento expressa bem um dos dilemas existenciais mais presentes na vida de Charles.

Voltemos rapidamente à sua relação com o tráfico de drogas. Como disse no início, Charles é um ex-traficante. Ao longo das nossas conversas, a possibilidade de retorno ao tráfico por vezes aparece, sobretudo quando olhamos para o seu horizonte de expectativas. No dia 29 de março de 2012, quando falamos sobre a aludida temática, ele parecia não desconsiderar essa hipótese:

– Ah, cara, não vou falar pra tu que tenho chance de voltar pro tráfico, mas também não vou falar que não tenho. Isso aí depende da circunstância que eu tiver vivendo. Eu não vou falar que eu vou voltar, mas também não vou falar que eu nunca vou voltar, porque eu não sei o que o futuro preserva.

No dia 1º de abril, essa possibilidade se mantém em seu horizonte:

– Ah, cara, se eu voltar, pode até haver uma possibilidade, mas eu acho que se eu voltar seria burrice da minha parte. Tu já provou daquilo ali, tu já quase morreu por causa daquilo ali, e tu vai voltar para aquilo ali sabendo que a qualquer momento tu pode morrer? Então seria burrice da minha parte.

No dia 5 de abril de 2012, mais uma vez, voltamos a essa questão. E, dessa vez, a posição, embora taxativamente negativa, expressa novamente a sua dúvida existencial: “Você acha que eu vou voltar [para o tráfico]? Em nome de Jesus, eu não vou voltar mais não”.

Isso dito, agora podemos voltar à questão: o que teria ocorrido entre os dias 1º e 10 de junho de 2012? Volto ao meu diário de campo, no primeiro dia daquele mês, e vejo o seguinte:

Charles está afastado da igreja e fala na questão das drogas e de outras práticas consideradas na igreja como inadequadas, como ouvir pagode, funk etc.: “Tenho fumado. Beber, eu bebo de vez em quando. Eu bebi esses dias uma batida. Só não bebo cerveja. Escuto pagode, funk nem tanto”. Charles também aparece com uma novidade. Depois de várias vezes dizer que ia arrumar um emprego, ele finalmente encontra um de limpeza, e começa a trabalhar. Ele me relata: “Tô trabalhando com limpeza naqueles prédios do X. Pego sete horas e saio às sete. Trabalho dia sim, dia não. É doze por trinta e seis”. Aparentemente, desde o início das conversas, Charles nunca esteve com sua trajetória tão estável: fora da igreja desde o final de abril, dizendo desde então que não pretende voltar, e agora com um emprego, a impressão é que essa condição assim permanecerá.

No entanto, para minha surpresa, uma semana depois, tudo muda. Ligo para o seu celular, ninguém atende. Vou até a sua casa e, ao encontrar com sua sobrinha à porta, ela diz que ele não está. Pergunto se ele foi pra igreja, se está por lá. Ela me diz que não pode dizer onde ele está. Insisto e me apresento melhor, então ela me encaminha à mãe de Charles, dona Graziella. Ao me ver, ela sorri e diz que o Charles já havia falado de mim para ela¹¹. Eu pergunto o que aconteceu. Ela diz que o filho foi para um Centro de Recuperação, levado por um amigo. Pergunto se ela sabia a razão. Ela diz que não, mas me relata que Charles foi para o Centro de Recuperação de Ronaldão. Era uma sexta-feira, 8 de junho de 2012.

No domingo, dia 10, acordo cedo, pego o carro e vou ao aludido Centro. Depois de bastante procurar e perguntar por Charles, finalmente o encontro. Ele fica surpreso com a minha presença e a do Beija-Flor. Eu finjo que nada aconteceu. Para não o constranger, começo a conversar normalmente como se eu o tivesse encontrado na favela, numa outra ocasião qualquer.

Depois de passearmos juntos pelo Centro de Recuperação, pergunto se podemos sentar pra gravar uma conversa. Ele aceita e nos sentamos. Primeiro pergunto como estão as coisas por lá e ele me conta que está gostando, que tem conhecido muita gente nova e reclama apenas do frio. Conversa vai, conversa vem, e eis que, enfim, pergunto por que ele estava por lá, no Centro de Recuperação. A princípio, ele fala que estava com dificuldade de parar de fumar cigarro, que estava com muitos pro-

11. Posteriormente fiz uma entrevista com Graziella e com as duas irmãs de Charles, de modo a reconstituir sua história de vida. O pai de Charles morreu quando ele tinha 15 anos.

blemas, muitas dúvidas. Eu insisto e pergunto se foi apenas por causa do cigarro e de dúvidas que ele foi para lá. Então Charles resolve explicitar o que aconteceu – e a questão do tráfico reaparece:

– É... Eu ia, eu ia... Eu não te contei não, né? Eu ia... Os moleques estavam planejando de pegar umas cargas de pó pra vender lá, pó e crack, mais crack e maconha, pra vender lá perto das X. E eu ia pegar também pra arrumar um dinheiro, mas eu saí logo. Nem cheguei a pegar nada, não, porque ia ser o começo da destruição. Ainda mais eu que tô velhão, 24 anos. Eu já sofri à vera por causa disso, já fui embora de lá por causa disso e eu ia ficar? Então é melhor você correr do problema do que tu ficar e se infiltrar nele, entendeu? Corri logo do problema.

Um pouco mais adiante na conversa, voltamos ao assunto e ele novamente explica o que aconteceu:

– Pô, eles me chamaram. Eles disseram: “Bagulho é nós arrumar um dinheiro”. Já falamos com o Zito, pra nós botar umas cargas pra vender aqui nas X. Aí eu falei com ele: nós vamos ver isso aí. Não falei nada que ia fazer, não. Mas eu falei: vamos ver isso aí. Aí eles disseram: “Qual é, mané? Bagulho é nós botar um dinheiro no bolso. Nós não tá fazendo nada pra ninguém, e pá”. Aí eu pensei, pensei, aí falei: “Pô, se eu fizer isso, até vou botar um dinheiro no bolso”, mas eles queriam que se a gente fizesse isso, e se a gente fosse preso, a gente não ia ter dinheiro de visita, não. Se fosse preso, eu ia ter que tirar dinheiro do bolso. Aí eu falei: quer saber de uma coisa? *Num* vou é fazer nada, *num* vou meter a mão em nada pra ninguém. Enquanto eu vendo aqui, o dono só vai botando dinheiro no bolso. Eu não vou fazer nada pra agradar ele, não. O moleque ia pegar pra nós vender, aí a gente ia botar uma boca lá nas X, mas eu preferi não fazer, não.

É interessante apontar como Charles explica a variação. Inspirando-me na noção de *investigação* de John Dewey (1938), tomo o próprio processo narrativo como uma *autoinvestigação* por meio da qual, em meio às suas questões problemáticas, Charles busca por soluções e (re)elabora permanentemente as razões de suas variações e mudanças. Como se trata de um processo temporal, essas explicações e explicitações que Charles produz, assim como os problemas, não são estanques, mas evoluem no tempo. Em conversas futuras, as questões problemáticas retornam e por vezes novos elementos aparecem. No dia 7 de julho de 2012, por exemplo, Charles acrescenta um novo elemento explicativo para a mudança e relaciona o seu quase retorno ao tráfico com o trabalho que havia arrumado um pouco antes. Segue o relato de Charles:

– É, tem relação eu ter pensado em voltar pro tráfico e o trabalho. Pra mim, limpeza é um trabalho que não vale a pena. Trabalhar de limpeza não é um trabalho digno. É um trabalho honesto? É. Mas não é digno. Eu não me vejo trabalhando de limpeza, não. Trabalhei? Trabalhei, sim. Mas não me via trabalhando de limpeza, não. Eu tenho possibilidade de arrumar uma coisa melhor, é só eu me esforçar. E pra eu arrumar uma coisa melhor, é melhor estudar. Esse emprego agora me mostrou que eu não nasci pra limpar chão de rico, não.

Com o passar do tempo e dos encontros, é possível perceber como o passado vai ganhando novos contornos – o que ocorre sobretudo com acontecimentos marcantes. Daí porque tão interessante quanto marcar o *horizonte de expectativas* é acompanhar o *espaço de experiência* (Koselleck, 2006). Na mesma conversa, Charles apresenta uma outra variação: diz que não quer mais trabalhar e fala apenas em voltar a estudar. Ao iniciar seu emprego na limpeza, ao experimentar essa nova condição, Charles se dá conta de que, nesse tipo de trabalho, é preciso trabalhar muito para ganhar muito pouco. O tráfico aparece então como mais atrativo – e por isso, segundo o próprio, o quase retorno.

Entre a igreja e o(s) tráfico(s): os dilemas morais

Considere o problema de saber se um homem deve ir à escola e obter um diploma de doutor ou trabalhar com negócios. Ele tem que considerar qual mundo é mais valioso para ele sob as circunstâncias, qual irá expressar melhor seu interesse. É um problema para ele porque, de certa forma, ele deseja ambos e tem que avaliar seus desejos para ver qual é o melhor. Há um conflito de desejos [...]. O ideal, é claro, seria encontrar uma maneira de viver que responda a todos os seus interesses. Os interesses nesse caso são aqueles despertados pelo problema específico. O problema real envolve toda a sua vida futura. O que eu quero ressaltar é que o conflito entre essas duas sugestões é na verdade um conflito entre hipóteses. [...] Pensar é um processo por meio do qual nós não simplesmente colocamos um valor em oposição a outro; é um processo por meio do qual podemos conservar, na medida do possível, todos os valores envolvidos (Mead, 1972, pp. 463-465).

A passagem de George Herbert Mead expressa bem o que queremos explorar a partir das *autoinvestigações* levadas a cabo por Charles em meio aos seus problemas, tensões e indeterminações. Pois tratamos o processo *investigativo* de Charles exatamente nos termos do que Mead chama de pensar ou refletir: trata-se de uma atividade por meio da qual, mais do que colocar valores contraditórios em oposição – o que seria óbvio e até desnecessário –, busca-se, na medida e no limite do possível, mantê-los e conciliá-los em uma síntese do heterogêneo.

Nos diversos momentos em que acompanhamos Charles, os *mundos* e as *moralidades* do tráfico e da igreja frequentemente se apresentam como possibilidades alternativas e, em grande medida, incompatíveis. O acontecimento marcante revela na verdade como, por vezes, esses dois caminhos possíveis se apresentam como antinômicos.

Algumas passagens nos auxiliam a ver como Charles apresenta tendências que o levam na direção, por vezes, do *modo de existência* do tráfico e, em outras ocasiões, do *modo de existência* da igreja. Por exemplo, no dia 13 de julho de 2012, Charles me diz:

– Todo mundo, todo mundo, todo mundo, até os meninos da igreja gostam de se arrumar bem. Qual é? Tipo assim, eles não compram uma calça de trezentos, mas de cem, de sessenta. Eu vou falar pra tu, eu gosto, eu gosto de me arrumar bem. Eu, eu, se eu tiver com dinheiro, posso tá com mil, eu gasto os mil todo comigo, ainda mais quando é bagulho de roupa assim, entendeu? Quem não quer? Chegar numa loja: “Me dá essa camisa, essa, essa, essa calça, essa bermuda”, quem não quer? Todo mundo quer! Não vai falar que tu também? Quando tu chega pra comprar, tu passa o cartão e *tchuff*. Eu gosto mano, eu gosto de chegar, ainda mais se eu gostar, pode ser trezentos, quatrocentos, eu compro na hora. Se é pra mim, eu compro. Ainda mais sabendo que quem vai usar sou eu. Pra mim eu gasto mesmo. Quando são pra mim as coisas, eu não vejo miséria, não. Tu entrou pro tráfico agora, bota cento e cinquenta no bolso. Aí tu compra uma camisa, um cordão de ouro, a onda é essa. Eu ia entrar [pro tráfico] por causa disso.

Mais adiante, Charles continua:

– Mas antigamente eram os traficantes que mandavam na favela. Era fuzil, era moto roubada, carro roubado. Pô, qual mulher que não quer andar com um novinho que tá andando de trezentas, de Hornet aí, atravessada com um fuzil nas costas, com cordãozinho de ouro de um dedo? Toda mulher quer, toda mulher quer. Qual mulher que não quer entrar dentro de um carro e o cara falar: “Hoje nós vai pro motel”. Qual mulher não quer, cara? Chega pra qualquer uma dessas daí, até dessas doidas que tão vindo aí: “Vamos pro motel X!”. Duvido que elas não vão. É o poder.

Essas passagens mostram bem que Charles possui um conjunto de tendências para agir que o empurram na direção do *mundo* e da *moralidade* do tráfico. Algumas questões mencionadas, como o “dinheiro mais fácil”, o “cordão de ouro”, a facilidade para ter mulheres, apontam para valores típicos e apreciados no mundo dos traficantes de droga. No *mundo* da igreja, ao contrário, todos esses elementos são desvalorizados, associados às “obras da carne” e às forças demoníacas¹².

12. Uma vez “crente”, só se pode manter relações sexuais com a mulher ou o homem com quem se é casado.



Na primeira imagem, Charles está na Igreja, como membro; na segunda, ele está afastado.

Outra passagem, ainda do dia 13 de julho, mostra a proximidade de Charles com o *mundo* do tráfico e o seu decorrente conflito interior:

– Vontade de voltar pra vida do tráfico não passa pela minha cabeça agora mais não. É verdade, sim, chegou a passar. Pô, ter que ficar esperando todo mês um salário mínimo descontado. Não vale a pena, não. Vem sempre a tentação de ganhar um dinheiro mais fácil, né? Botar 100, 150 no bolso por carga vendida, você fica tranquilo.

Novamente a moralidade do tráfico, a de “ganhar dinheiro fácil”, é mencionada por Charles para referir-se à tentação constante de voltar às antigas práticas ilícitas. Quando ele diz que “ficar esperando todo mês um salário mínimo descontado” não vale a pena e, em seguida, afirma que há sempre a tentação de “ganhar um dinheiro fácil”, novamente ele coloca o retorno para o tráfico como uma possibilidade atraente e possível.

Por outro lado, Charles, na mesma fala, relata que “voltar para o tráfico não passa mais pela cabeça” e, em outras passagens, sustenta valores que entram em contradição com esses valores a que ele fez referência acima. A passagem do dia 6 de janeiro de 2012, por exemplo, nos ajuda a explorar esse outro caminho:

Todo dinheiro deve advir do trabalho honesto, dentro dos limites da lei, e as roupas não podem, ao menos em princípio, ser usadas para ostentação.

– No tráfico você ganha mais dinheiro, mas ganha mais prejuízo. Se tu for preso? E se morrer? Eles só pagam o enterro. Vale a pena não. Não volto. Dá vontade? Dá. Mas vontade dá e passa. Tá maluco? *Melhor tu receber um dinheirinho suado todo mês, do que ficar aí se matando.* Vale a pena não, isso não é vida, não. [...] Me fala aí: quantos traficantes se deram bem na vida? Poucos.

Ainda no dia 13 de julho, ele complementa:

– Vontade de voltar pro tráfico vem, mas eu, eu, eu, quando vem, eu tento ocupar a minha mente lendo a Bíblia, com as coisas na igreja. Da igreja vou pra escola, da escola pra oração e da oração vou pra casa dormir. Que nem hoje: eu trabalhei, o pastor foi e me abençoou com dinheiro. Separei o que tenho que pagar os outros. É pouco? É. Dei 30 reais a minha irmã pra ela comprar uma coisinha pra dentro de casa ou pra ela, tirei meu dinheiro pra dar meu dízimo. *Eu tô duro, mas tô satisfeito. É melhor tá duro sabendo que tu investiu teu dinheiro naquilo que é pão, do que tu pegar o dinheiro e aí cigarro, bebida, droga, tu gastar teu dinheiro ilicitamente e não fez nada.* Que nem eu *tava* antigamente: eu pegava um dinheiro. Vamos botar, 10 reais. Comprava um maço de cigarro, não *tava* bebendo, parava perto dos moleques e eles diziam: “Qual é, paga uma cerveja aí”. Eu pagava, toma aí, e ficava duro.

Nas duas passagens, Charles claramente defende a moralidade típica do *mundo* da igreja e do *trabalhador*, em que é “melhor tu receber um dinheirinho suado todo mês” ou investir “teu dinheiro naquilo que é pão” do que “gastar teu dinheiro ilicitamente” ou “ficar aí se matando”.

É importante dizer que, diante das contradições, não me cabe definir qual seria a *moralidade* “real” e “autêntica” de Charles. Isso seria supor que existe um Charles homogêneo, coerente, verdadeiro etc. Ao contrário, tomo-o simplesmente como uma entidade heterogênea, um *self plural* (Lahire, 1999) que, em meio às suas questões problemáticas e decorrentes dilemas existenciais, permanentemente faz e refaz suas *autoinvestigações*. Ou seja, é exatamente porque há uma pluralidade de *mundos* e *moralidades* em seu *self* que tendências contraditórias para agir se apresentam quase que permanentemente. E pode-se dizer que é exatamente em razão dessa pluralidade que ele possui *reflexividade* no sentido de Margaret Archer¹³ (2003).

13. Nós tentamos ir além da autora inglesa, pensando a reflexividade não apenas como uma capacidade dos indivíduos de conversarem consigo mesmos, mas de uma atividade que se revela nas e é pautada por questões problemáticas, a algumas das quais tivemos acesso ao longo das conversas. Nosso objetivo é, de fato, aproximá-la à noção de *investigação* de John Dewey e mostrar como a reflexividade é uma atividade que tende sempre a estar voltada para problemas e questões constitutivas dos atores sociais.

Na passagem a seguir, do dia 23 de setembro de 2012, Charles explicita o sentimento de contradição entre os *mundos e moralidades* da igreja e do tráfico:

– *Se eu não já tivesse entrado pra igreja, eu toparia voltar para o tráfico. Mas depois de ter entrado pra igreja, não é mais a mesma coisa, a vida não é mais a mesma coisa. Depois que tu entra pra igreja, aprende a palavra de Deus e sabe o que é o certo e o errado, não vale a pena, não. Até mesmo sem estar na igreja, quando tu começa a ver a vida como ela tem que ser vista, tu vê que não faz sentido fazer certas coisas que tu fazia. Tu vê que tu já se prejudicou naquilo ali. Se tu voltar é burrice, tu já se prejudicou, se tu voltar a culpa é tua.*

É importante apontar para o fato de que, para Charles, ao menos em alguns momentos do acompanhamento, a igreja é tomada e experimentada como uma instância que institui uma moralidade que engloba aquela do tráfico. A *moralidade* do crime pode, no máximo, fundar uma *communitas* (Tönnies, 1887), em relação à qual aqueles que não estão nela compreendidos estão fora da comum humanidade¹⁴ (Boltanski e Thévenot, 1991). Na igreja é justamente o oposto que ocorre: a princípio e por princípio, todos são extensíveis à comum humanidade, pois todos são vistos como uma “alma para ser ganha para Jesus”. Institui-se, assim, um princípio de equivalência geral que, de um lado, coloca todos os pecados em relação de simetria (o pastor Zezinho sempre diz: “Pra Jesus não existe pecado, nem pecadinho, nem pecadão¹⁵”) e, de outro, trata todas as pessoas como passíveis de serem perdoadas e salvas por Deus – desde que expressem publicamente o seu arrependimento.

A igreja define, portanto, o que é certo e errado de um *ponto de vista* mais geral e universal que o do tráfico. A *moralidade* do tráfico tende a ser circunstancial, provisória, como argumentou Grillo (2013) no máximo uma “ética do certo”, enquanto a moralidade da igreja é reconhecida como universalizável.

14. Segundo a *moralidade* do tráfico, o *alemão e o verme* estão fora da comum humanidade. Além disso, é comum em entrevistas o traficante dizer que não quer que seu irmão ou filho entrem para a vida do crime.

15. A seguinte passagem do pastor Zezinho deixa essa questão bem clara: “Se verdadeiramente o filho do Homem vos libertar, seremos livres; porque para o homem, o homem faz diferença de um pecado para o outro, ou seja, o homem faz diferença daquele que mata, para aquele que rouba, daquele que estupra, para aquele que cheira, daquele que bebe, do que xinga palavrão, mas para Jesus não existe pecado, nem pecadinho, nem pecadão. Tudo para Jesus é pecado. É pecado aquele que bebe, é pecado aquele que fuma, é pecado aquele que cheira, é pecado aquele que se prostitui, é pecado aquele que fala mal do outro, é pecado aquele que bebe, é pecado aquele que xinga palavrão, é pecado aquele que mente; então, nós homens que fazemos essa divisão, mas para Deus não tem. Nós temos que verdadeiramente morrer para o mundo, nascer para Cristo, e ser uma nova criatura em Cristo Jesus, nosso Senhor e Salvador, é muito bom quando nós olhamos para dentro de nós mesmos, e percebemos que precisamos de mudança, ‘que’ nós temos que parar de julgar as pessoas antes de saber qual é a causa, qual é o motivo, por que aconteceu, ‘que’ nós temos a mania de julgar, sem saber ‘que’ é aquilo verdadeiramente ou não”.

Ainda com relação à mesma passagem, é possível perceber que sair e entrar na igreja para Charles não tem a ver com acreditar ou não acreditar na moralidade por ela apregoada. Ele mesmo enfatiza que “até mesmo sem estar na igreja, quando tu começa a ver a vida como ela tem que ser vista, tu vê que não faz sentido fazer certas coisas que tu fazia”. Por isso, quando Charles se afasta da igreja, esse afastamento refere-se às práticas, às condutas, mas nunca às crenças. Seus dilemas giram em torno da forma como ele deve agir ou tem agido, mas não no que ele deve acreditar ou tem acreditado. Contrariamente à boa parte da tradição Ocidental que pensa a conversão como uma “reorientação da alma” (Hadot, 2012), o converter-se da igreja Assembleia de Deus que estudamos parece ter uma ênfase diferente. Pois nele o fator diferenciante é o corpo¹⁶: o que define quem está ou não na igreja é a forma como a pessoa se comporta, o que ela escuta, as pessoas com quem ela se relaciona, os lugares que frequenta, como ela se veste, o que ela consome etc. Quando Charles se afasta da igreja, portanto, ele o faz simplesmente por não estar *agindo* “conforme a vontade de Deus”, mas nunca por colocar em xeque a existência do próprio Deus ou a legitimidade das concepções morais da Igreja¹⁷. Isso é bem ilustrado em uma conversa com Charles, em um momento no qual ele estava afastado da igreja. Certo dia, ele me disse: “Eu não sou evangélico”. Eu perguntei: “Ué, mas você não acredita mais na igreja, na Bíblia, em Deus etc.?” E ele retrucou: “Eu não vou mais à igreja, não dou dízimo, então não posso me considerar como evangélico”.

Daí porque, quando falamos em moral, nos referimos a uma moral prática, a uma moral que emerge da prática, e não a uma moral definida por regulamentos abstratos e institucionalizados. O que importa, na igreja, é o que você faz, não no que você crê – ou, melhor ainda, em que medida o que você faz expressa aquilo em que você crê. Você é “crente” não porque considera moralmente correto o que a Bíblia diz, mas apenas na medida em que é capaz de agir em conformidade com o que a igreja prega.

Outro elemento importante é a variação da postura de Charles em relação às

16. Seguindo Viveiros de Castro, quando se fala corpo não se está “referindo a diferenças de fisiologia [...], mas aos afetos, afecções ou capacidades que singularizam cada espécie de corpo: o que ele come, como se move, como se comunica, onde vive, se é gregário ou solitário [...]. O que eu estou chamando de corpo, portanto, não é sinônimo de fisiologia distintiva ou de anatomia característica; é um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um *habitus*. Entre a subjetividade formal das almas e a materialidade substancial dos organismos, há esse plano central que é o corpo como feixe de afecções e capacidades, e que é a origem das perspectivas” (Castro, 2002, p. 380).

17. Em outras entrevistas que fizemos com traficantes, é possível perceber que eles não pensam a moralidade do *crime* como universalizável. Ela funciona muito bem, mas para o contexto localizado e provisório do *crime*. O traficante não entende que todos deveriam agir segundo essas normas. A moral da igreja é bem diferente. Os crentes e boa parte dos não crentes (o que inclui traficantes) creem que ela não só é universalizável como só é universalizável porque contribui para o bem comum. Ou seja, se todos se comportassem segundo o ponto de vista de Deus, o mundo seria melhor.

moralidades do tráfico e da igreja. Pois é importante ressaltar que há momentos em que esses dilemas existenciais se atenuam, até adormecem, podendo ou não retornar mais adiante. Se nossa metodologia de acompanhamento permite captar variações das intensidades dos problemas no tempo, ela deve igualmente ser capaz de perceber momentos em que esses dilemas se apaziguam. Por volta de janeiro de 2013, por exemplo, o dilema entre tráfico e igreja se mostra adormecido. Nesse período, Charles estava fora da igreja havia alguns meses, não mostrava nenhum interesse em voltar, estava trabalhando como segurança no camelódromo da rua Uruguaiana e namorava uma menina com quem pretendia se casar. Os dilemas com relação ao tráfico e à igreja ficam abrandados e só retornam quando a namorada o abandona e, pouco depois, ele volta para o tráfico. Essa passagem do dia 21 de janeiro de 2013 é ilustrativa dessa postura indiferente quanto ao tráfico:

– Eu pensava em entrar para o tráfico, mas agora eu tenho mais coisa pra me preocupar. Tem tempo pra ficar me preocupando com essas merdas aí não. Tenho que me preocupar com o meu trabalho, com a casa que a gente vai alugar. Tenho que pensar em me sustentar agora. Sustentar a minha namorada. Apesar de que ela trabalha também. Vamos ver um lugar pra gente alugar, pra gente morar junto.

O(s) tráfico(s)

Até agora tratamos do dilema entre igreja e tráfico, tomando ambos como categorias homogêneas, sem diferenciação interna. Contudo, o acompanhamento de Charles nos mostrou que essa tensão entre o que vale ou não a pena, entre *moralidades* e *mundos* conflitantes, não se restringe à polaridade entre tráfico e igreja, mas se estende ao próprio tráfico de drogas. Este é tratado por Charles como uma categoria temporal e espacialmente heterogênea.

Vale lembrar que a minha conversa com Charles ocorreu em 2012, três anos depois da entrada da UPP na favela Cidade de Deus. Nessa época, o *modus operandi* do tráfico passou a ser muito distinto daquele de antes do processo de pacificação. Uma das principais características do *modo de existência* do tráfico do qual Charles fez parte no passado, antes da entrada das UPPs, era o confronto armado, o tiroteio e a adrenalina daí decorrente – modo esse que voltou a operar depois de 2014 e, sobretudo, com o fim da UPP na Cidade de Deus, em 2018 (Menezes e Corrêa, 2017). Durante o período das conversas que tive com Charles (entre 2011 e 2013), a lógica dos tiroteios e do “fogo cruzado”, como atesta Menezes (2018) ao fazer uma análise sobre a fenomenologia do habitar das favelas pós-UPP, deu lugar à lógica do “campo minado” – a qual é caracterizada mais pelo perigo de possível contaminação em

razão do contato com a polícia e com o tráfico do que pelo medo da “bala perdida”. É por isso que Charles, quando ponderava em nossas conversas sobre voltar ou não ao tráfico de drogas, se referia a uma reconfiguração do *modo de existência* da boca de fumo na Cidade de Deus¹⁸.

No dia 23 de setembro de 2012, ele relata:

– Vale a pena voltar pro tráfico mais não. *Tráfico não é mais tráfico*, não tem aquela adrenalina de antigamente. Vale a pena não. Eu penso muito, mas não vale a pena, não. *Tráfico não é mais tráfico*, vale a pena tu se envolver não. Não é como antigamente, não tem mais aquela emoção.

Ao falar de sua vontade de voltar para a vida do tráfico, Charles estratifica a categoria tráfico: ele se refere a um tipo que existia naquele momento, em 2012, e ao tráfico de “antigamente”, antes da pacificação. Mais do que isso, ele define um elemento que permite estabelecer uma forte diferenciação: “não tem mais aquela emoção”. Uma passagem do dia 20 de novembro de 2012 nos ajuda a entender melhor o que seria a “emoção” a que ele alude:

– É, *tráfico é muita adrenalina, é muito bom*. Não quero voltar, não, mas eu tenho saudade dessa época. Às vezes, eu fico lembrando. Os policiais entravam, tu tinha que correr. Ou era tu ou era ele. Pensei várias vezes em voltar! Várias vezes eu penso, eu penso toda hora em voltar, mas não vale a pena, não, tá maluco? *Se eu fosse de voltar um dia, eu ia pra uma favela bolada*. Nova Holanda, Parque União, Antares, Cidade Alta. Ah, eu ia ficar por lá, mano. *Lá os caras mete bala. Lá ou é eles ou a polícia, então eles preferem matar do que morrer. Ia lá pro Chapadão*.

A passagem aponta para o fato de que o tráfico de drogas, depois da entrada da UPP na favela Cidade de Deus em 2009, não era mais, para Charles, o mesmo de antes do processo de pacificação. Uma das principais características do *modo de existência* do tráfico do qual Charles fez parte no passado, antes da entrada das UPPs, era a regularidade das trocas de tiros entre traficantes e policiais. Daí porque, além do dilema gerado por tendências contraditórias para agir que o impelia em direções contraditórias e inconciliáveis (tráfico ou igreja), Charles se deparava também com uma outra questão cuja presença se dava de forma igualmente incisiva. Ela se referia às “seduções do crime” (Katz, 1988) e à dimensão adrenalínica da vida de traficante. Afinal, se voltar, para qual tipo de tráfico ele gostaria de voltar? Na época de nossas

18. É igualmente verdade que, em entrevistas com outras pessoas, essa mudança atinge igualmente a igreja, mas em nenhum momento, seguindo as falas de Charles, é possível perceber essa mudança

conversas, a questão que chegou a se colocar era se, ao retornar à condição de traficante, Charles o faria na Cidade de Deus, que era uma favela pacificada, ou iria “formar”, isto é, envolver-se na boca de fumo de uma outra favela “bolada” – ou seja, uma favela em que houvesse tiroteios e trocas de tiro regulares, portanto, a “emoção” e a adrenalina de outrora.

Considerações Finais

Como fazer sociologia em um mundo pós-metafísico no qual o social progressivamente se dessubstancializa (Corrêa, 2014; Corrêa e Dias, 2016) e o indivíduo não pode mais ser derivado de uma estrutura de personalidade universal (Freud) ou de traços substantivos da sociedade (Parsons, 1964; Bourdieu, 1980) ou da cultura (Boas, 2010; Sapir, 1949)? Como fazer uma abordagem do indivíduo sem partir de uma metafísica que o defina previamente? Mais do que isso, como apreender as próprias metafísicas ou, nos termos de Bruno Latour (1987, p. 253), as *metrologias* que os próprios indivíduos utilizam para definirem a si, os outros e seu(s) próprio(s) mundo(s)?

No presente texto, fiz uma aposta: a de que olhar e seguir os problemas e crises dos indivíduos ao longo do tempo permite apreender certas características que lhes são tanto constitutivas quanto fundamentais. E para isso me impus duas restrições. De um lado, não dizer quais são os problemas dos indivíduos para além do que eles dizem. Afinal, são os indivíduos que experimentam os seus estados problemáticos. De outro, apenas acompanhar e descrever a experimentação e os processos *investigativos* empreendidos pelos indivíduos em meio aos seus problemas. Em última análise, são os indivíduos que experimentam, *investigam* e explicitam seus problemas e suas variações.

A partir desse esforço, o objetivo foi abarcar, na análise sociológica, uma dupla apreensão possível. De um lado, seguindo uma perspectiva sociológica mais clássica, pensar os problemas e as tensões do ator como reflexo do ambiente social em que ele vive. Tudo se passa como se Charles fosse uma *arena* na qual os diferentes *mundos e moralidades* do ambiente no qual está inserido se expressassem de um modo singular. De outro, seguindo a perspectiva de Gabriel Tarde ([1898] 1999), o ator é visto menos como um microcosmo de um macrocosmo do qual ele é, de algum modo, reflexo mais ou menos bem acabado, mais ou menos homogêneo ou dissonante, e mais como um macrocosmo mais ou menos estabilizado de uma série de outros microcosmos – sendo estes caracterizados pelas estabilidades e instabilidades infinitesimais que o constituem. Além disso, o modo como os indivíduos expressam seus dilemas e experimentam seus problemas também influencia o corpo social. Afinal, como diz Tarde, “antes de tudo, se há oposições exteriores (chamemos assim as

oposições de tendências entre vários seres, entre vários homens), podem elas não se tornar possíveis senão porque há ou pode haver oposições internas (entre tendências diferentes de um mesmo ser, de um mesmo homem)” (Tarde, [1898] 1999, p. 85).

Com a metodologia¹⁹ proposta pretendi, portanto, captar e acompanhar esse jogo de estabilidades e instabilidades que caracterizam a trajetória biográfica de Charles, atentando sempre, na medida do possível, para a variação expressa nos múltiplos instantes presentes. Pretendi fazer uma sociologia dos problemas íntimos, acompanhando algumas de suas tensões ou mesmo *lutas íntimas* ao longo do tempo. E foi esse acompanhamento, no final das contas, que me permitiu voltar ao problema da pesquisa inicial, mas de outra forma. Ora, se é verdade que a mudança de vida e a conversão são possíveis, elas o são mais como uma reconfiguração dos elementos e movimentos problemáticos que caracterizam um indivíduo do que como uma *metanoia* ou metamorfose instantânea e milagrosa de todos os seus elementos.

19. Devo dizer que a metodologia foi fortemente influenciada por Francis Chateauraynaud (2011) e pelo que o autor chama de balística sociológica.

Referências Bibliográficas

- ABBOTT, Andrew. (2001), "On the concept of turning point". In: *Time matters: on theory and method*. Chicago, University of Chicago Press, pp. 240-260.
- ARCHER, Margaret. (2003), *Structure, agency and the internal conversation*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BOAS, Franz. (2010), *Antropologia cultural*. 6 ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOLTANSKI, Luc & THÉVENOT, Laurent. (1991), *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), *Le sens pratique*. Paris, Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1986), "L'illusion biographique". In: BOURDIEU, Pierre. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62-63: 69-72.
- CEFAÏ, Daniel. (2002), "Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une perspective pragmatiste". In: CEFAT, Daniel & JOSEPH, Isaac (orgs.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, pp. 51-83.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. (2011), *Argumenter dans un champ de forces: Essai de balistique sociologique*. Paris, Petra (coll. Pragmatismes).
- CORRÊA, Diogo Silva. (2014). "Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa". *Revista de Ciências Sociais: Política & Trabalho*, 1 (40). Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/18140>.
- CORREA, Diogo Silva & DIAS, Rodrigo de Castro. (2016), "A crítica e os momentos críticos: *De la justification* e a guinada pragmática na sociologia francesa". *Mana* [online], 22 (1): 67-99. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132016000100067&lng=en&nrm=iso.
- DELEUZE, Gilles. (1985), *Cinema 1: a imagem-movimento*. São Paulo, Brasiliense.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. (1996), "1874 – Três novelas ou 'o que se passou?'". In: *Mil platôs*, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo, Editora 34.
- DEWEY, John. ([1938] 2013), *Logic: the theory of inquiry*. Nova York, Henry Holt.
- EKINS, Richard. (2002), *Male femaling: a grounded theory approach to cross-dressing and sex-changing*. Abingdon, Oxon, Taylor and Francis.
- GOFFMAN, Erving (1961), *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*. Garden City, Nova York, Anchor Books Doubleday.
- GRILLO, Carolina Christoph. (2013), *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS.
- GUSFIELD, Joseph R. (1981), *The culture of public problems: drinking, driving and the symbolic order*. Chicago, University of Chicago Press.

- HADOT, Pierre. (2012), "Conversion". In: *Encyclopædia Universalis*. Disponível em: <https://www.universalis.fr/encyclopedie/conversion/1-formes-historiques-de-la-conversion/>.
- KATZ, Jack (1988), *Seductions of crime: moral and sensual attractions in doing evil*. Nova York, Basic Books.
- KOSELLECK, Reinhart. (2006), *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/Editora PUC-RJ.
- LAHIRE, Bernard. (1999), "L'Homme pluriel: Les ressorts de l'action". *Revue Française de Sociologie*, Paris, 40-4: 776-778.
- LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. (1979), *Laboratory life: the social construction of scientific facts*. Nova York, Saze.
- LATOUR, Bruno. (2012), "Pour une sociologie relativement exacte". In: ROBERGE, Jonathan; SÉNÉCHAL, Yan & VIBERT, Stéphane. *La fin de la société: débats contemporains autour d'un concept classique*. Outremont, Québec, Athéna, pp. 39-66.
- LATOUR, Bruno. (1994), *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, Editora 34.
- LATOUR, Bruno. (1987), *Science in action: how to follow scientists and engineers*. Cambridge, Harvard University Press.
- MEAD, George H. (1932), *The philosophy of present*. Londres, The Open Court Company.
- MEAD, George H. (1934), *Mind, self and society*. Chicago, University of Chicago.
- MEAD, George H. (1972), *The philosophy of the act*. Chicago, The University of Chicago Press.
- MENEZES, Palloma. (2018), "Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas 'pacificadas'". *Tempo Social*, 30 (3): 191-216. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000300191&lng=en&nrm=iso.
- MENEZES, Palloma & CORRÊA, Diogo. (2017), "From disarmament to rearmament: elements for a sociology of critique of the Pacification Police Unit Program". *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, ABA, 14 (3). Disponível em <http://www.vibrant.org.br/palloma-menezes-diogo-correa-from-disarmament-to-rearmament-elements-for-a-sociology-of-critique-of-the-pacification-police-unit-program/>.
- PARSONS, Talcott. (1964), *Social structure and personality*. Nova York, The Free Press of Glencoe (Macmillan).
- QUÉRÉ, Louis. (2002), "La structure de l'expérience publique d'un point de vue pragmatiste". In: CÉFAÏ, D. & JOSEPH, I. (eds.). *L'Héritage du pragmatisme*. La Tour d'Aigues, Éditions de L'Aube, pp. 131-160.
- QUÉRÉ, Louis. (2004), "Behaviorisme et pragmatisme: Enquête et modes d'expérience chez G. H. Mead". In: KARSENTI, Bruno & QUÉRÉ, Louis (orgs.). *La croyance et l'enquête: aux sources du pragmatisme*. Paris, Ehess, pp. 289-316 (Raisons Pratiques, 15).
- QUÉRÉ, Louis & CÉFAÏ, Daniel. (2006), "Introduction: Naturalité et socialité du self et de l'esprit". In: MEAD, George H. *L'esprit, le soi et la société*. Paris, PUF, pp. 2-90.

- QUÉRÉ, Louis & TERZI, Cédric. (2015), “Pour une sociologie pragmatiste de l’expérience publique: quelques apports mutuels de la philosophie pragmatiste et de l’ethnométhodologie”. *SociologieS*, dossiê Pragmatisme et Sciences Sociales. Acesso: <https://sociologies.revues.org/4949>.
- SAPIR, Edward. ([1949] 1985), *Selected writings in language, culture, and personality*. Organização de David G. Mandelbaum. Berkeley, The University of California Press.
- SARTRE, Jean-Paul. (1985), “Carnets de la drôle de guerre”. In: SARTRE, J.-P. *Les mots et autres écrits autobiographiques*. Paris, Gallimard, pp. 145-651 (Bibliothèque de la Pléiade).
- SCHÜTZ, Alfred & LUCKMANN, Thomas. (1973), *The structures of the life-world*, vol. 1. Londres, Heinemann.
- TARDE, Gabriel. ([1898] 1999), *Les lois sociales*. Paris, Les Empêcheurs de Penser en Rond.
- TÖNNIES, Ferdinand. ([1887] 1995), “Comunidade e sociedade”. In: MIRANDA, Orlando (org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo, Edusp.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2002), “Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena”. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, pp. 225-254.

Resumo

Entre o querer e o não querer: dilemas existenciais de um ex-trafficante na perspectiva de uma sociologia dos problemas íntimos

Este artigo é um estudo sobre a trajetória de vida e as modificações de si de um único ator, a partir dos processos de transformação ocorridos, nas últimas décadas, nas favelas cariocas, focando-se na relação entre evangélicos e traficantes de droga. Com base em uma etnografia de quase dois anos na Cidade de Deus, defendo que a religião e o tráfico se apresentam sob a modalidade de formas de vida que se emaranham e se transformam mutuamente. Para isso, desenvolvo o que chamo de *sociologia dos problemas íntimos*, isto é, uma metodologia que visa a apreender um único convertido através de seus problemas. Argumento, por fim, que essa análise do processo de transformação, em uma escala bem individual, me permite reelaborar o conceito de conversão para além de um “conceito nativo” religioso e da narrativa clássica da conversão.

Palavras-chave: Sociologia dos problemas íntimos; Ex-trafficante; Igreja pentecostal; Moralidade; Conversão.

Abstract

Between wanting and not wanting: Existential dilemmas of a former trafficker from the perspective of a sociology of intimate problems

This article is a study on life trajectories and changes of the self of one single person, following the transformation processes that have occurred in Rio de Janeiro’s favelas during the last two decades and focusing on the relationship between evangelicals and drug traffickers. Based on

an ethnography of almost two years in Cidade de Deus, I present, in detail, the trajectory of a single individual, a former drug dealer and crack addict who switched between the church and the traffic throughout the fieldwork process. I then develop what I call a sociology of intimate problems, that is, a methodology that aims to capture the actors through their problems. I argue, finally, that this analysis of the transformation processes in the three alluded scales allow me to re-elaborate the concept of conversion, moving beyond its native and classical narrative treatment.

Keywords: Sociology of intimate problems; Trafficking; Church; Morality; Conversion.

Texto recebido em 6/7/2019 e aprovado em 11/2/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.TS.2020.159750.

DIOGO SILVA CORRÊA é professor titular da Universidade de Vila Velha e coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Teoria e Mudança Social (Labemus) e do Centre d'Études des Mouvements Sociaux (CEMS-EHESS). E-mail: dioscorrea@gmail.com.



Quando o Estado de exceção se torna permanente

Reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil

Luís Antônio Francisco de Souza*

<https://orcid.org/0000-0002-9355-3936>

Carlos Henrique Aguiar Serra**

<https://orcid.org/0000-0002-9884-4919>

Introdução

Não descobri ainda o real motivo da intervenção decretada no Rio, mas, se o cotidiano já era violento, talvez até tenha piorado. O que mais me mata não são os inocentes da falsa guerra contra as drogas morrendo, é a normalização do genocídio pelos demais. [...] Enquanto a guerra não parar minha voz não se cala, contabilizando cápsula, com caneta vermelha pelo sangue derramado pela mão armada do Estado, que rouba merenda escolar e fabrica criminoso.

Tarcísio Lima, *Agência de Notícias de Favelas*.

A guerra não é conjurada. [...] uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente.

Michel Foucault (1999, p. 58).

Em 2019, ou seja, 34 anos depois de deixarem o poder, os militares retornaram à presidência da República, por meio do voto direto, articulados com as forças conservadoras que entregaram o país à extrema-direita. O processo eleitoral coroou o retorno dos militares ao poder supremo da nação, após um doloroso golpe civil e político que tirou do poder a presidenta Dilma Rousseff e colocou atrás das grades, sem provas contundentes, o ex-presidente Lula, o presidente mais popular de todo

* Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, Brasil.

** Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

o período democrático. Essa é a motivação do presente texto para refletir sobre as mudanças recentes no cenário político e institucional do Brasil. A sociedade brasileira, historicamente, construiu uma estrutura política e econômica de distribuição desigual de poder e de riquezas. Em grande parte, essa estrutura só foi possível em razão de altos padrões de exploração do trabalho e de elevados níveis de desigualdade, refletidos num judiciário e numa polícia violentos e seletivos do ponto de vista racial e econômico. Uma das características marcantes do estado brasileiro é a militarização de suas forças policiais e a policialização de suas forças armadas. O processo de transição conservadora da ditadura militar ao Estado de Direito iniciado em 1985 não foi capaz de desmilitarizar a polícia e não impediu que os militares saíssem de sua esfera legal de ação. E esse processo vem se acirrando nas últimas décadas. O cenário atual de militares assumindo, pelo voto direto, o poder máximo da nação parece ser, portanto, o ápice do processo de militarização, aqui referido pelo conceito de estado de exceção (Agamben, 2004; 2004a). O retorno dos militares não foi um fenômeno repentino nem casual.

O quadro atual aponta a profundidade da militarização no Brasil. Afinal, os militares estão ocupando posições estratégicas em várias instâncias do executivo federal. Em apenas um mês de governo, 41 militares assumiram postos no atual governo (Schmitt, 2019)¹: assumiram sete ministérios e quinze secretarias nacionais, ocupando posições estratégicas no Gabinete de Segurança Institucional, na defesa, infraestrutura, segurança, radiodifusão e mesmo nos esportes. Há um verdadeiro desfile de fardas nos ministérios e no gabinete da presidência da república, incluindo o porta-voz da presidência, destaque nas imagens do Fórum Econômico Mundial, por sua farda reluzente. Eles ocupam também postos estratégicos nas estatais, fundações e autarquias, ou seja, 21 áreas de atuação do governo federal (Valente, 2019). Cabe ressaltar que o número de militares no governo federal supera a presença de militares nos governos durante o regime militar, desde Castelo Branco, passando por Costa e Silva, Médici, Geisel, até o último general da ditadura, o presidente Figueiredo. Esse dado não deve ser em nada menosprezado, ao contrário, sinaliza de forma concreta para o recrudescimento da militarização no país².

E essa tomada de poder pelos militares ocorre, não por acaso, no rastro da intervenção militar no Rio de Janeiro, autorizada pelo governo Temer em fevereiro de 2018, que desde que assumiu o poder supremo já vinha aparelhando o governo federal com militares em diferentes cargos de importância. O contexto alegado para

1. As eleições gerais de 2018 também criaram espaço para uma verdadeira enxurrada de militares eleitos nos estados e nas assembleias legislativas.

2. Esta situação se fortalece com a indicação de um militar para o segundo cargo mais importante do Ministério da Educação. Ver “Novo secretário-executivo do MEC é militar”, 2019.

a intervenção foi a suposta falência das instituições policiais para a manutenção da ordem e da segurança públicas, incluindo o plano de ocupações nas áreas compreendidas pelos morros, onde haviam sido instaladas as UPPs³. A intervenção, bem recebida por vários setores da sociedade carioca, teve resultados polêmicos e incertos, pois aumentou o número de mortes pela polícia, além do assassinato da vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes, seu motorista (Ramalho e Demori, 2018). No decorrer das investigações, foi apurado que os responsáveis pela morte da vereadora do Rio de Janeiro pertencem a uma poderosa milícia do Rio das Pedras, com conexões com a família Bolsonaro, alçada ao poder supremo do país (Pires, 2019).

Durante os trinta anos do Estado de Direito no país, o clamor por segurança, mais rigor da punição e penas mais longas se fez ouvir nos corredores dos palácios de governo. Lei de crimes hediondos, prisões de segurança máxima, redução da maioridade penal, liberalização da posse de armas, pena de morte, não punibilidade da violência policial, guerra às drogas, criminalização de movimentos sociais, toque de recolher, sistemas ampliados de vigilância e controle, condomínios fechados, privatização da segurança, poder de polícia para guardas municipais e para militares, maior presença militar na segurança, enfim, compuseram o quadro complexo de propostas e ações que desviou a democracia brasileira de agendas inclusivas típicas da luta histórica dos movimentos sociais por cidadania. A produção do encarceramento em massa, com suas características excludentes e violentas, é um dos indicadores da ênfase punitiva que liquida direitos e garantias constitucionais (Frade, 2007; Gusso, 2013). O cárcere é um espaço de desmonte das garantias duramente conquistadas, ele reduz os presos e presas à condição de não sujeitos de direitos. Do ponto de vista das práticas e dos discursos, a segurança passou a ser a chave do acionamento da militarização⁴. Assim, a experiência brasileira indica o fortalecimento de agendas conservadoras na área da segurança, aliando o sistema penal e policiamento militarizado na gestão cotidiana da chamada violência urbana. As metáforas, neste sentido, são muito poderosas, pois as forças do Estado assim como o mundo do crime empregam o cerco, o sítio, a ocupação, a incursão, a invasão, subir o morro, operação, intervenção e tantos outros termos a refletir o controle violento de morros e favelas (Machado da Silva,

3. A melhor cobertura sobre a intervenção, com trabalho de pesquisadores e comunidades está sendo realizada pelo Observatório da Intervenção: <http://observatoriodaintervencao.com.br/>. Acesso em 10/2/2019. Importante não esquecer que o modelo das UPPs estava inspirado em experiências que emergiram em contextos de ocupação de cidades conflagradas e provocou seu quantum de violência e de mortes, como no caso de Amarildo, na UPP da Rocinha. <https://tudo-sobre.estadao.com.br/caso-amarildo>. Acesso em 10/2/2019.

4. E sabemos que não apenas a segurança pública está produzindo esse efeito. Seguindo modelo de Goiás, o DF está começando projeto de militarização das escolas públicas. Ver “Quatro escolas públicas do DF passam a ter ‘modelo militar’ já no começo do ano letivo”, 2019.

2008; 2013). Trata-se, portanto, de generalização da infâmia e das diferenças sociais como base da construção, ou desconstrução, de mecanismos e estratégias de exceção⁵. Essas estratégias não fazem distinção entre legalidade e ilegalidade; ao contrário, o modelo militarizado de segurança parece, de alguma forma, reforçar a indistinção entre legal e ilegal; sendo assim, fazem parte da segurança militarizada as ações de grupo paramilitares como os que cometem chacinas a mando de comerciantes e de políticos e, evidentemente, as milícias⁶.

As reflexões desenvolvidas por Agamben (2004) vão ao encontro de algumas premissas levantadas no presente artigo, segundo as quais o Estado de Direito produz as suas exceções permanentes; em outras palavras, Estado de Direito e Estado de exceção não são antagônicos, pois há uma relação dialética e de complementaridade que sinaliza, de forma bem concreta, para a complexa relação existente entre “legalidades” e “ilegalidades”. Vale dizer, então, também que o Estado de Direito fabrica em larga escala as suas ilegalidades.

Portanto, fazendo uso da noção de estado de exceção de Giorgio Agamben (2004), pretende-se mostrar que a militarização corresponde à normalização do militarismo, com suas consequências em termos de limitações de direitos e legitimação da violência do estado, notadamente da polícia. Tendemos a compreender esse retrato do Brasil na perspectiva de uma exceção que se torna regra (Agamben, 2004). O estado de exceção é ao mesmo tempo uma configuração da institucionalidade jurídica e uma tática geral de governo das multiplicidades sociais emergentes. Ele reforça o aparato autoritário-repressivo dentro da lei ao mesmo tempo que torna ambígua a fronteira entre legalidade e ilegalidade. O estado de exceção seria, então, o espaço político em que a violência é justificável mesmo quando fere diretamente a norma legal porque permite que os mecanismos de guerra sejam acionados (Agamben, 2004; 2004a)⁷.

No interior do dispositivo da gestão militarizada há a pretensão da preeminência

5. O argumento aqui é que ações de caráter militar, que implicam cessação ou limitação de direitos, podem ser caracterizadas como de exceção, mesmo quando substanciadas em instrumentos jurídicos ou parajurídicos (Agamben, 2004).

6. As chacinas são parte integrante da gestão ilegal da violência no Brasil urbano: “Relembre dez grandes chacinas que marcaram o Brasil”, 2010; o mesmo vale dizer para as milícias: Martín (2016). Talvez o chamado tribunal do crime possa ser inserido nessa mesma lógica da gestão ilegal de ilegalismos populares. Ver Italiani (2015).

7. Nesse sentido, no texto em tela, “Estado de exceção”, Agamben recupera dois autores muito significativos, não obstante serem completamente distintos: Carl Schmitt e Walter Benjamin. É nos respectivos “diálogos” com esses dois autores que Agamben irá maturar a sua concepção do “Estado de exceção”, afastando-se de Schmitt e aproximando-se muito de Benjamin, principalmente quando acolhe a visão de que o Direito produz suas violências. Não é à toa que Agamben remete à decisão soberana que, para Schmitt, é um espaço de enfrentamento belicoso entre amigo e inimigo, com a consequência de que apenas um pode sair vivo, pois a existência do inimigo é razão da unidade política (Schmitt, 1992, p. 52).

dos militares na gestão da força e dos riscos, em que a vida e a morte têm lugar de destaque. O dispositivo militarizado funda novas fronteiras, porosas e imprecisas, entre viver e morrer. É nesse sentido que não há uma contradição entre a politização da morte e a estratégia de poder biopolítica (Foucault, 1999; 2008). A militarização dos aparelhos do Estado e a estatização dos grupos paramilitares demonstram que o poder de morte e de destruição é central nas estratégias biopolíticas produtoras de desigualdades sociais e de assimetrias de distribuição de poder no país. A morte ou a possibilidade da morte é parte da engrenagem biopolítica militarizada. As formas de intervenção militares estão compreendidas na exceção soberana, na medida em que o poder de morte, previsto em situações de guerra, é confiscado pela polícia e é racionalizado pelo militarismo, como luta permanente contra um inimigo imaginário. Sendo assim, matar é parte integrante de um dispositivo de controle da vida daqueles que merecem viver a custo do massacre de quem deve morrer⁸.

O governo da população e a gestão da vida tornam aceitáveis os altos custos das mortes como estratégia de segurança e de gestão de riscos. Importante, neste sentido, lembrar que a violência do estado e as formas mais sutis de gestão econômica de riscos não são exclusivas. As sociedades ocidentais, na esteira do desmantelamento do estado de bem-estar social, têm investido no modelo de controle social pelo encarceramento, pela guetização de grupos sociais inteiros, pela vigilância *high-tech* disseminada e pela violação sistemática dos direitos de cidadania (Wacquant, 1999; Beck, 2010; Bauman, 1999 e 2003; Garland, 2008). O presente texto defende que essas características não entram em contradição com o modelo militarizado da segurança. As políticas de segurança de caráter repressivo podem ser consideradas como extensões da guerra na vida social por meios de violência.

Podemos até mesmo afirmar que estamos diante de um novo urbanismo militar: tratar a cidade como praça de guerra e utilizar táticas e estratégias de combate ao terror como paradigma para lidar com toda sorte de ameaças, articulando vigilância eletrônica, ocupação territorial e eliminação de inimigos em potencial. A cidade não é palco de uma guerra total, embora ela seja total e absolutamente ocupada, mas de uma guerra “assimétrica” ou “híbrida”. Ou seja, não se trata do emprego da força militar máxima para conter desordens e desordeiros, mas táticas de vigilância, controle de acesso, checagem de fronteiras, ocupação territorial, controle digital de identidades, numa espécie invasiva de guerra de guerrilha, em que não há igualdade entre os combatentes. Ao mesmo tempo, essa guerra não apresenta um vencedor e

8. Os altos índices de letalidade pela polícia e a constante campanha para aumentar seu poder de morte, bem como a isenção de culpabilidade de policiais julgados diante do júri, demonstram o grau de legitimação do estado de guerra permanente em que a morte do “bandido” é justificável em qualquer circunstância. Nos termos de Agamben (2004), o inimigo, o bandido, é matável, porém, não sacrificável.

ela nem cessa com um armistício. Trata-se, sem dúvida, de uma guerra permanente a percorrer todo o tecido social⁹.

Quando o Estado de exceção se torna permanente

Com os pífios resultados apresentados até o presente momento, a intervenção federal mostra a ineficácia do uso da força e do planejamento estritamente militares num contexto de segurança pública. Uma vez que é liderada, planejada e operada por militares do Exército, efetivamente trata-se de uma “ação de caráter militar”. Como é de praxe no Brasil, mais uma vez o vasto e complexo universo dos assuntos ligados à segurança pública é reduzido às “questões de polícia”.
Oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro¹⁰

Com os militares, como sempre, emerge a face mais evidente do estado de exceção: censura e sigilo (Toledo, 2018). Não é à toa que o governo militar atual já está baixando decretos que limitam e impedem o acesso livre à informação e desvirtuando o escopo da Lei de Acesso à Informação (Monteiro, 2019). Desde fevereiro de 2018, foi iniciada a prática de sigilo sobre as ações dos militares na intervenção do Rio de Janeiro, por meio do Gabinete da Intervenção¹¹. Senão sigilo total, ao menos falta de informação e dificultar acesso à informação são as práticas correntes¹². E a censura está se tornando prática cotidianamente aceita, inclusive com o beneplácito do judiciário, como nos casos de incitação à denúncia de professores em sala de aula que criticam o governo ou falam de autores que começam a ser censurados, como no caso de Karl Marx e Paulo Freire. Na esteira desse processo de militarização do governo brasileiro está um revisionismo histórico que tenta impor a leitura da caserna de que 1964 não foi um golpe de estado. As razões para isso não são apenas uma discussão de caráter acadêmico, evidentemente. O que está em jogo nesses discursos das fardas é a legitimação da violência dos militares durante a ditadura, começando já com a restrição às Comissões da Verdade e seguindo na direção de autorizar o poder de morte das polícias militares, colocando excludente de ilicitude para os casos de mortes cometidas por policiais; além disso, a estratégia discursiva é minimizar também o instrumento de terror de estado como a prática de tortura no país¹³.

9. “Cada vez mais, guerras e mobilizações associadas deixam de ser restritas pelo tempo e pelo espaço e, em vez disso, se tornam na mesma medida ilimitadas e mais ou menos permanentes.” (Graham, 2016, p. 28).

10. Fonte: *Relatório 5* do Observatório da Intervenção: *Vozes sobre a intervenção*, 2018.

11. Estas medidas ferem um dos pilares de qualquer democracia. (“O que se sabe...”, 2018).

12. Em relação à segurança pública, o Estado brasileiro sempre criou dificuldades ao acesso à informação por parte de pesquisadores e de entidades de direitos humanos, sendo o caso da Administração Penitenciária de São Paulo o mais grave (Nunes e Silva, 2018)

13. Todos os regimes políticos que fazem uso de mecanismos de exceção colocaram a prática da tortura em uma centralidade não apenas como forma de provocar terror, mas também como mecanismo

A principal corporação policial do país, responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo, é organizada militarmente. Embora ela seja subordinada ao governo civil dos estados, no limite, responde ao Exército brasileiro e pode ser mobilizada em situação de exceção. Com esse estatuto militar, os crimes cometidos pelos policiais militares, em funções de policiamento, são definidos como crimes militares e, portanto, como transgressões disciplinares, submetidas a um código, a um processo e a uma justiça militar próprios, típicos de estado de exceção (Souza, 2012)¹⁴

As competências institucionais da polícia e das forças armadas são diferentes. Zonas de fronteira sempre existiram e continuam existindo nos dias atuais. A polícia tem o papel de manter a ordem pública e a paz social, trabalhando contra o crime e na gestão dos conflitos sociais de forma permanente e com vigilância constante. Mas o exército, de outra forma, procura, tem a função de manter a soberania contra a agressão e a intervenção de um inimigo externo. Nesse sentido, as duas instituições pretendem garantir o monopólio estatal da força física por meio do uso legal, autorizado e proporcional das armas (Zaverucha, 2005; 2008)¹⁵. A militarização, de certa forma, frustrou as expectativas de adoção de diretrizes para uma segurança consentânea à democracia e aos preceitos fundamentais das liberdades e proteções do estado de direito (Nóbrega Jr., 2010). O caminho para a profissionalização da polícia, assim como a vinculação das políticas de segurança pública aos influxos e demandas por equidade da sociedade brasileira mais ampla, está dividido entre o governo democrático da segurança e a lógica da guerra, tão insistente entre aqueles que defendem o combate ao terrorismo e a guerra às drogas, como modelo a ser seguido no país. Em razão disso, coloca-se o debate em torno da mudança de paradigma das guerras modernas e do papel dos exércitos e das armas na consecução de uma ordem global armada que ainda pretende defender fronteiras e fluxos de riquezas.

inquisitorial de justiça, Brasil é exemplo! (Huggins *et al.*, 2006; Zaverucha, 2008). Ver ainda: “Novo comandante do Exército reclama de ‘preconceito’ contra tortura”, 2018.

14. Além de mecanismos de exceção, as polícias militares são instituições totais: são fechadas em relação ao ambiente externo, processam mediante tensão entre mundo doméstico e institucional e entre o mundo do interno e da equipe dirigente. Além disso, o “novato”, ao ingressar na instituição, passa a sofrer rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu; aos poucos o policial adere ao *ethos* profissional que vê direitos como privilégios e se isola cada vez mais (Goffman, 2001).
15. Nos debates atuais sobre a definição de polícia e policiamento, não é mais e tão somente o uso da força que define a noção e a prática de polícia. A distinção entre polícia e forças armadas é feita na medida em que a primeira se caracteriza pelo uso da informação, pela interdição do uso sistemático da força, corporificada na arma de fogo e pelo contato com o cidadão, destinatário de seus serviços. A segunda caracteriza-se pelo monopólio da força, pelo uso da arma de fogo como modelo de dissuasão e de desativação das ameaças e pelo isolamento em relação ao contexto e ao entorno de sua atuação. Mas, na prática, há evidente *overlapping* (Bayley, 2001; Lima, 1995).

Há um grande mercado local e global que se alimenta da lógica militar e da força. O dispositivo de segurança militarizada reforça essas tendências na medida em que apela para os símbolos de poder militar, para a metáfora da guerra permanente ao inimigo interno e para a necessidade crescente de recursos financeiros disponíveis, bem como para a suspensão de direitos para a consecução de seus objetivos¹⁶.

No mundo contemporâneo, não há mais guerra e paz. Os limites entre elas estão borrados; na verdade, há um *continuum* entre ambas, uma passagem permanente de mecanismos de guerra que sustentam a paz e mecanismos de pacificação que são armados. A guerra tornou-se um grande empreendimento de segurança e de gestão de risco enquanto a paz se tornou objeto de intervenção e ocupação armada. Os campos de batalha penetraram as ruas e praças das cidades. A cidade agora passa a estar permanentemente ocupada, como praça de guerra. A intervenção é um mecanismo essencialmente militar, é a ponta armada de um dispositivo geral de segurança militarizado e armado¹⁷. A segurança não é essencialmente militar, pressupõe proteção, os meios para atingir a proteção e a condição das pessoas protegidas que são tomadas em sua condição de seres vivos. A segurança neste novo contexto pressupõe a minimização dos riscos, mas não dispensa os custos da morte. Os estados de violência recomendam a vigilância de cada um e a multiplicação dos limites territoriais. A segurança pública torna-se supraestatal e a guerra, local (Gros, 2006). De certa forma, então, as disputas de fronteiras territoriais, com todas as suas estratégias e táticas de manter o inimigo acuado em seu território, quer pelo poder das armas, quer pelas técnicas de vigilância informacional, foram incorporadas na vida cotidiana das cidades e dos estados, numa expansão sem limites da guerra ao terror e da guerra às drogas. Gradualmente, as democracias passaram a ser colonizadas por meios militares e os cidadãos se acostumaram ao desfile permanente de armas e controles de acesso. Assim sendo, as noções conceituais e as práticas que envolvem “guerra” e “paz” não são contraditórias, elas se tornam indiferenciadas e podem ser fundidas na expressão contemporânea da “paz armada”. Essa premissa é sustentada porque na contemporaneidade há um recrudescimento dos discursos e práticas de ódio que tem por paradigma uma perspectiva que dissemina a punição violenta e a

16. Autores e pesquisadores internacionais, não obstante, insistiam na adoção de modelos civis e de gerenciamento tecnológico da segurança mesmo após os ataques de 11 de setembro de 2001. Mas não cremos que haja contradição entre militarização e securitização. Trata-se de mecanismos complementares, afinal os militares fazem controle eletrônico de acesso aos espaços urbanos, vigiam populações, checam documentos, fazem a gestão de centros de inteligência no combate ao crime e à insegurança. A segurança dos grandes eventos é parte dessa estratégia híbrida (Bayley, 2006; Johnston e Shearing, 2003).

17. Por essa razão, nós nos acostumamos com a linguagem militar para vários aspectos da vida social e urbana: guerra às drogas; guerra às doenças; combate de pragas urbanas; extermínio de insetos; combate à violência; guerra ao terror etc. A linguagem diz tudo!

militarização, engendrando a lógica bélica e a do “inimigo” a ser abatido ou neutralizado. O inimigo é fabricado e justifica a construção imaginária de uma sociedade dividida entre eles e nós. As estratégias letais do Estado e de suas instituições que exercem o monopólio da violência produzem cotidianamente a engrenagem bélica do extermínio (Cruz, 2017; Leite, 2012; Oliveira, 2014).

Paradigma militarizado: operações, ocupações e intervenções militares

Não percebo muita diferença após a intervenção no meu trabalho. Talvez uma acentuação do medo, uma vez que o Exército agora pode fazer inspeções nos batalhões. Um receio em dar conta de regulamentos militares precários que não se atualizaram no tempo. Uma necessidade de firmar melhor o caráter militar da Polícia Militar. Saiu em boletim que toda sexta-feira é obrigatório ter uma formatura, uma espécie de solenidade do comandante do batalhão com a tropa, algo comum no Exército. Para isso, alguns policiais precisam aguardar após o término do serviço, cansados, pois a participação é compulsória.

Praça da Polícia Militar do Rio de Janeiro¹⁸

A base empírica para a análise é o modelo de ocupação de territórios e intervenção ostensiva no Rio de Janeiro, instaurado pela intervenção federal militar do ano de 2018. A intervenção, neste sentido, não apenas serviu de laboratório para medidas repressivas e violentas de segurança, como também foi um teste de legitimação da gestão militarizada da segurança pública, com seu componente de construção permanente de um inimigo a ser abatido, dentro da lógica da guerra e do confronto armado¹⁹. A intervenção de 2018 não é fato novo²⁰. Foram várias intervenções, e em nenhuma os objetivos alegados foram atingidos. Tomam-se aqui as intervenções no Rio de Janeiro porque são exemplares em relação à militarização e ao aumento da violência do Estado. Grande parte das justificativas para as intervenções gira em torno da chamada guerra ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Ao longo da última década, o estado recorreu às forças armadas pelo menos doze vezes. A cidade está ocupada por homens em uniformes camuflados, atiradores de elite, carros blindados, helicópteros blindados, bem como diversas estratégias associadas a palcos de guerra. Nos últimos anos, as forças armadas passaram a desempenhar atividades policiais como revistar pessoas, veículos, embarcações e deter pessoas em áreas de fronteira.

18. Fonte: *Relatório 5 do Observatório da Intervenção: Vozes sobre a intervenção*, 2018.

19. Nesse aspecto, a intervenção militar, mais uma vez, foi paradigmática porque durante os meses de intervenção um verdadeiro estado de sítio se abateu sobre as comunidades pobres cariocas, com estratégias de campo de concentração, cujo resultado mais evidente foi o aumento de mortes pela polícia, sem que houvesse críticas mais contundentes contra tais atrocidades. Ver Betim (2018).

20. O que é novo é que ela foi autorizada pelo Congresso Nacional e foi baseada diretamente em dispositivo constitucional.

O Brasil tem investido menos em instituições permanentes e civis de segurança e mais em instrumentos de intervenção pontuais, cuja definição, identidade, estatuto jurídico e formas de controle são ambivalentes, como é o caso da Força Nacional de Segurança²¹.

Oficiais das Forças passaram a ter presença nas agências de inteligência e nas instituições da segurança; policiais militares participam da administração pública, incluindo os municípios. Os militares nunca deixaram o espaço da política e ainda ocupam posições importantes na burocracia estatal, nos três níveis de governo (Nóbrega Jr., 2010; Paoliello e Miklos, 2017). As forças militares brasileiras desempenharam papel na estabilização social e política do Haiti. A segurança dos grandes eventos internacionais foi planejada e contou com a presença ostensiva das Forças Armadas²². Apenas como ilustração: a Copa das Confederações contou com uma operação militar de defesa formada por 23 mil militares das três Armas e um investimento de R\$ 710 milhões (*O Estado de S. Paulo*, 15/6/2013). O governador da Bahia mobilizou o Exército, juntamente com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, a Secretaria de Segurança Pública e o Ministério Público, para combater os assaltos na saída dos bancos durante greve da polícia (*Correio Braziliense*, 19/6/2013). As forças de reserva acabam ficando permanentemente em alerta para a atuação de policiamento cotidiano e regular. Os militares fazem a segurança dos principais prédios do governo brasileiro em Brasília para garantir a segurança e evitar a depredação, durante as manifestações de junho de 2013 (*Correio Braziliense*, 21/6/2013; *O Estado de S. Paulo*, 20/6/2013). Essa tendência é antiga e vem se tornando norma. Desde as intervenções militares da Rio-92, são constantes os apelos aos militares para garantir a segurança, como ocorreu em 2014, na Copa do Mundo e em 2016 nas Olimpíadas do Rio de Janeiro. As intervenções foram normatizadas e normalizadas por meio das chamadas GLO (Garantias de Lei e Ordem). As ações para a “Garantia da Lei e da Ordem” são previstas no artigo n. 142 da Constituição Federal e são regulamentadas pela lei complementar n. 97, de 1999, e pelo decreto presidencial 3.897, de 2001. Segundo a legislação, essas ações preveem a utilização das Forças Armadas em situações em que houver o entendimento de que as forças policiais locais não são mais capazes de lidar com uma determinada crise (Silva, 2018). É claro que se trata de uma monstruosidade jurídica a legitimar o estado de exceção. Não obstante, os indicadores de violência criminal continuaram sua tendência de crescimento. Não podemos esquecer que, em 2017, o Exército brasileiro protago-

21. A existência da Força Nacional de Segurança ainda é objeto de polêmica, sendo que sua criação e atuação são consideradas por muitos como inconstitucionais (Velasquez, 2015).

22. Para uma análise sobre a relação entre megaeventos e militarização, ver Azzi (2017).

nizou uma intervenção nas favelas da Maré e no Morro do Alemão que custou aos cofres públicos mais de 1 bilhão de reais (Bianchi, 2017).

A intervenção militar de fevereiro de 2018 caminhou nessa direção. Foi uma mistificação autoritária achar que o poderio militar de 360 operações e 170 mil homens em armas poderia produzir qualquer efeito duradouro a não ser a necessidade da duração infinita de novas intervenções²³. A entrega do comando da segurança do Rio de Janeiro aos generais do Exército foi um movimento de fortalecimento do militarismo no país. De fato, estamos diante de um estado de exceção permanente com a normalização das intervenções. As ações militares são espalhafatosas, mas têm resultados pífios, e, em geral, constituem apenas estratégias para fazer a gestão da pobreza numa das cidades mais desiguais do país, como forma de garantir, pela força, um exercício de poder e uma sucessão política ilegítima. Essas estratégias de intervenção ficam patentes a cada incursão das forças policiais de exceção, como foi o caso da prisão de mais de 150 pessoas num pagode sob a justificativa de se tratar de uma festa de milicianos. Mesmo após quase um ano de intervenção, que seguiu a tendência de maior presença de militares na segurança do Rio de Janeiro, os resultados péssimos para a população não foram suficientes para impedir votação expressiva no candidato dos militares à presidência da república. Os dados falam por si, pois entre fevereiro e dezembro de 2018, o número de tiroteios cresceu 56%, já que foram 5238 tiroteios entre 2 e 12 de 2017 e 8193 tiroteios entre 2 e 12 de 2018; as mortes decorrentes de ação policial aumentaram 36,3% e chegaram a um total de 1287; os homicídios dolosos, que foram mais de 4.422 em 2017, reduziram-se em apenas 6,7%, foram 4.127. Ocorreram 53 chacinas, com 213 mortes, e 103 agentes de segurança morreram²⁴.

E o mais dramático de tudo é que o domínio do chamado crime organizado não decaiu; e as milícias, ao que tudo indica, ganharam mais força e presença nas comunidades do Rio e da Grande Rio (Alves, 2011; Cano e Duarte, 2012; Simões, 2019): “os grupos comandados por policiais, bombeiros, vigilantes, agentes penitenciários e militares, fora de serviço ou ainda na ativa, aterrorizam a população mais do que os históricos senhores do tráfico como o Comando Vermelho”²⁵. E eles exploram gás,

23. Orçamento da intervenção foi da ordem de 1,2 bilhões. O Gabinete da Intervenção gastou somente 6% do total. Em números, isso corresponde a cerca de R\$ 72 milhões, dos quais R\$ 61 milhões foram destinados às Forças Armadas. Já a aplicação dos recursos nos órgãos de segurança pública estadual ficou limitada a cerca de R\$ 9,5 milhões. Ver <http://observatoriointervencao.com.br/>.

24. *Observatório da Intervenção*. Disponível em <http://observatoriointervencao.com.br/>, consultado em 10/2/2019.

25. “A base de uma milícia é o controle militarizado de áreas geográficas. Então o espaço urbano, em si, se transforma em uma fonte de ganho. Se você controla militarmente, com armas, por meio da violência esse espaço urbano, você vai então ganhar dinheiro com esse espaço urbano. De que maneira? Você

luz, televisão a cabo e as vans do transporte alternativo. Quando encontram bocas de fumo, eles avançam a golpes de metralhadora, na medida em que também estão explorando o tráfico de drogas (Olliveira *et al.*, 2018). A disputa entre milicianos e traficantes pelos pontos de venda tem sido particularmente violenta (“Disputa entre tráfico e milícia...”). Os paramilitares, que eram considerados um mal menor, utilizados informalmente (mas publicamente) como estratégia de combate ao tráfico, se tornaram o maior problema da segurança pública do Rio de Janeiro²⁶. Ainda assim continuam sendo tratados como colaterais aos traficantes, ganhando cada vez mais dinheiro e espaço para crescer. E matando muito (Olliveira *et al.*, 2018). Em suma, as milícias expulsam os traficantes e passam a dominar as comunidades; a intervenção militar sequer enfrentou esse problema grave. Ao contrário, as operações do Exército ignoraram as áreas dominadas por paramilitares (“Milícias expulsam...”, [2006] 2012). Sendo assim, a intervenção não produziu efeito sobre as milícias, o que coloca em xeque todo o argumento favorável à intervenção, assim como contra a militarização da segurança e da administração municipal e estadual²⁷.

A intervenção, portanto, decorre de uma tendência de militarização da segurança pública. E essa militarização está se prestando a violar direitos de cidadania, sobretudo quando coloca as populações dos morros e periferias em estado de sítio, sendo comuns as tentativas ilegais de revista sistemática, invasão de domicílios, prisões arbitrárias e até mesmo identificação em massa não autorizada pela lei²⁸. Sendo

vende imóveis. Por exemplo, você tem um programa do governo federal chamado Minha Casa Minha Vida. Você constrói habitações. Aí a milícia vai e controla militarmente aquela área e vai determinar quem é que vai ocupar a casa. E inclusive vai cobrar taxa desses moradores. A Baixada e o Rio de Janeiro são grandes laboratórios de ilicitudes e de ilegalidades que se associam para fortalecer uma estrutura de poder político, econômico, cultural, geograficamente estabelecido e calcado na violência, no controle armado. Ninguém toca nesses caras. Em geral, só estão tocando no tráfico. E tráfico não é o mais poderoso. Milícia é mais poderosa do que o tráfico.” José Cláudio Souza Alves em entrevista para o *El País* (Alves *apud* Simões, 2019).

26. Conforme dados divulgados pela imprensa, “há milícias em ao menos 37 bairros e 165 favelas da Região Metropolitana. Cerca de 2 milhões de pessoas vivem em áreas dominadas por milícias na região metropolitana do Rio, o equivalente a um sexto da população total da área”. Ver Olliveira *et al.* (2018)
27. Um levantamento do *site G1* feito com base em dados do MPE, da Polícia Civil, da Secretaria de Estado de Segurança e do IBGE aponta que, em 2008, as milícias estavam em 161 favelas da região metropolitana fluminense. Dez anos depois, já estão em 37 bairros da cidade e 165 favelas. Ver *BBC*, (2018).
28. “Apesar da intervenção federal no Rio ser algo inédito desde a promulgação da Constituição de 1988, não é a primeira vez que as Forças Armadas realizam operações na área de segurança pública do estado. Os decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) foram usados por todos os ex-presidentes desde Fernando Collor, para permitir patrulhamento do Exército durante grandes eventos, como a ECO-92 e, mais recentemente, Copa do Mundo e Olimpíadas, ou para auxiliar as forças de segurança estaduais na tentativa de conter a violência de facções criminosas. Os índices de violência, como a taxa de homicídios, no entanto, sempre retomaram aos mesmos patamares, como 40 assassinatos por 100 mil habitantes, número de 2017. Um exemplo do desperdício de recursos públicos se deu, por exem-

assim, a militarização da segurança está contribuindo para elevar os níveis de infâmia dos moradores de periferia porque veem seus corpos cada vez mais incircunscritos (Caldeira, 2001; Zacccone, 2013). Nesse cenário, o uso dos corpos (Agamben, 2017) é uma engrenagem emblemática do processo de produção, e esse “uso” é para além das “cisões sujeito/objeto, ativo/passivo” (Agamben, 2017).

As intervenções militares na segurança são vestidas de legalidade a partir de ajustes legislativos infraconstitucionais que são, no mínimo, preocupantes, sobretudo no que diz respeito à tentativa de retirar da justiça comum o julgamento de crimes cometidos por militares em função de polícia²⁹.

No âmbito dessa argumentação está o modelo das UPPs, que tinha um componente autoritário porque pretendia realizar uma engenharia social da pacificação. Mesmo a proposta de UPP social estava subordinada ao modelo de intervenção e ocupação do território de característica militar (Fleury, 2012; Machado da Silva, 2013). Desde a implantação da primeira UPP em 2008, no morro Santa Marta, até o ápice das intervenções, com características midiáticas e políticas evidentes em 2010, no complexo da Penha, a face social foi colocada para segundo plano e a face policial-militar se acentuou. Essa política pública que tinha como foco sufocar o mercado ilegal de drogas e de armas, com base na presença permanente da polícia no território das comunidades, mesclando ocupação, operações e intervenções militarizadas, entrou em crise porque não apenas dispersou o crime para outras regiões como deu espaço para as milícias. Desde 1995, no Rio de Janeiro, os sucessivos governos estaduais optaram pela política do confronto, esta calcada no modelo bélico, na lógica do inimigo e mais, na sacralização da pena, na criminalização da miséria e numa política criminal de combate às drogas consideradas ilícitas, sob a chancela do derramamento de sangue (Batista, 2002). Se pensarmos numa *genealogia da pacificação*, as etapas de implantação de UPPs no Rio de Janeiro são estruturadas em primeiro lugar como “intervenções táticas”, em segundo como “estabilização” e, em terceiro, “implantação”, com vistas à ocupação do território através da tomada de pontos críticos de armas e drogas. O discurso oficial apontava para a pacificação como “arma” contra a violência, e policiais fardados, formados nas academias mi-

plo, entre abril de 2014 e junho de 2015, quando o complexo de favelas da Maré, zona norte do Rio, permaneceu ocupado por militares do Exército, ao custo estimado de R\$ 600 milhões, sem produzir efeitos positivos na violência da região. Em 2017, foi a vez de Temer bancar R\$ 10 milhões em uma invasão na Rocinha que resultou numa pequena apreensão de armas.” (Vilela, 2018).

29. “Foi com bastante perplexidade que a comunidade jurídica recebeu a lei 13.491/2017, recentemente sancionada e que amplia a competência da Justiça Militar Federal e, como veremos, também da Justiça Militar estadual.” (Lopes Jr., 2017). Esses ajustes ilegais da lei, característicos de um estado de exceção, são a base das mudanças propostas pelo novo ministro da justiça; caso algumas dessas mudanças ocorram, o Brasil literalmente legaliza o assassinato cometido por policiais (Benites, 2019)

litares, desempenhavam as principais funções de ocupação (Rodrigues e Siqueira, 2012; Batista, 2002; 2012; Machado da Silva, 2013)³⁰.

O militarismo pressupõe uma *sacralização da pena e da segurança*; ao mesmo tempo que há um clamor por penas ainda mais severas e rigorosas, verifica-se também uma *deslegitimação* dos Direitos Humanos (Freixo, Serra e Medeiros, 2012). A *sacralização da pena* se articula com a despolitização dos conflitos sociais. A desconstrução do dispositivo militarizado passa pela politização dos conflitos sociais e, portanto, pelo retorno à política enquanto atividade imprescindível à sociabilidade humana (Serra e Zaccone, 2012). A pesquisa etnográfica tem demonstrado os efeitos perversos das UPPs em termos da expulsão de moradores em razão da valorização dos imóveis na comunidade e nas vias de acesso (Rodrigues e Siqueira, 2012). A pacificação é parte da lógica da guerra, pois mobiliza operações de incursão no espaço das comunidades, ocupação seletiva dos espaços que passam a impossibilitar a moradia dos subalternos e pelas intervenções que violam sistematicamente direitos. Sendo assim, a noção de pacificação pode ser entendida como um dispositivo discursivo que atualiza e legitima a passagem, no interior das comunidades “servidas” pelas UPPs, do modelo da vida sob “estado de cerco”, para uma vida sob “estado de ocupação” (Machado da Silva, 2008; 2013)³¹.

30. Nesse sentido, não é possível concordar com a tese segundo a qual a pacificação se constituiu numa ruptura em relação ao modelo militarizado anterior; ao contrário, as UPPs inseriram de forma mais incisiva o modelo da violência militar sobre as comunidades submetidas a um estado de sítio. Para o argumento da pacificação como exceção, ver Silva (2018).

31. Marielle, Anderson, Marcos Vinicius. Armas apreendidas, operações, policiais mortos. Caveirões voadores a passear pelo céu, muitas vezes às cinco ou seis da manhã. Mais de 4 mil tiroteios, em que as balas perdidas acham um único lugar: as favelas. Trabalhadores e estudantes recorrendo a aplicativos para saber se podem ou não chegar com tranquilidade às favelas onde moram. Na Rocinha não é diferente. Sensação de medo e impotência, alinhada à probabilidade de que esse corpo negro, favelado e periférico possa se tornar mais um dado na capa do jornal. Possa não: é. Edu Carvalho é conselheiro do Observatório e repórter do *site* Rocinha.com. Fonte: *Relatório 5* do Observatório da Intervenção: *Vozes sobre a intervenção*, 2018.

Considerações Finais

Na concepção militarista de segurança, a favela é considerada área hostil, onde todas e todos são inimigos. A construção da figura do inimigo é ponto central na filosofia da guerra adotada pelas forças de segurança nos morros cariocas.
Filipe dos Anjos – Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj)³².

Milícia se elege, tráfico não se elege. A base econômica da milícia está em expansão, não é tocada, não é arranhada. Traficante não, vive morrendo e sendo morto e matando. Milícia é o Estado.
José Cláudio Souza Alves (2019).

O presente texto pretendeu demonstrar que a intervenção militar no Rio de Janeiro fez parte de uma estratégia mais ampla de normalização da militarização. A Constituição Federal prevê o instituto da exceção pela forma da intervenção federal de caráter militar; as normas e decretos infraconstitucionais passam a ser utilizados em maior escala para dar conta de vários problemas não previstos em lei, mas que acabam suspendendo a própria lei; no estado de exceção, que é um estado de necessidade, os militares assumem papel de destaque como se estivessem acima da lei e fossem os garantidores da lei; operações de exceção são implementadas no cotidiano. O efeito mais permanente da intervenção, bem como da militarização da segurança de uma forma geral, foi legitimar a tomada do poder pelos militares pela via do voto direto. Mudanças mais amplas no papel dos militares nas guerras, na gestão do terrorismo e no combate às drogas permitiram que eles participem de forma mais ativa em atividades de natureza civil. E, mais importante, a militarização configura um verdadeiro estado de exceção permanente, na medida em que intervenções, ocupações, operações, estratégias militares operam nas margens em que se encontram o legal e o ilegal. Como “todas as margens são perigosas”, segundo Douglas (1976, p. 149), o militarismo torna-se rotineiro e ao mesmo tempo normal e esvaziado “de sentimento e significado” (Elias, 2001, p. 36). Ouvia-se muito nas periferias de São Paulo nos 1970: “os militares sabem o que estão fazendo”. Diante da perda da significação e da violência banalizada, precisamos, portanto, seguir a recomendação de Michel Foucault e inverter a proposição de Clausewitz: a política é a extensão da guerra por outros meios. Mais do que isto, hoje, talvez, a política é a extensão da guerra por meios ainda altamente militarizados. Ou seja, as relações de poder estão encontrando sua ancoragem na guerra e nos dispositivos militares. O poder político insere essas relações nas instituições, e as armas tornam-se os verdadeiros juízes (Foucault, 1999, pp. 22-23). O militarismo, além de representar o modelo de um estado de exceção, permite toda

32. Fonte: *Relatório 5 do Observatório da Intervenção, Vozes sobre a intervenção*, 2018.

uma ritualística fúnebre e macabra em que se dá a aceitação tácita da violência e da morte. No Brasil, o Estado historicamente configurou-se como aparato punitivo e de gestão das pluralidades políticas que traz consigo uma estratégia violenta imbricada à lógica do estado de exceção.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. (2004), *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo, Boitempo.
- AGAMBEN, Giorgio. (2004a), *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- AGAMBEN, Giorgio (2017), *O uso dos corpos*. São Paulo, Boitempo.
- ALVES, José Cláudio Souza. (2011), *Dos barões ao extermínio: a história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, Sepe/APPH-Clio.
- ALVES, José Cláudio Souza. Entrevista para o *El País*. Apud SIMÕES, Mariana. (30 jan. 2019), “No Rio de Janeiro a milícia não é um poder paralelo. É o Estado”. *El País*. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/29/politica/1548794774_637466.html, consultado em 31/1/2019.
- AZZI, Veronica F. (2017), “Security for show? The militarisation of public space in light of the 2016 Rio Olympic Games. *Contexto Internacional*, 39 (3).
- BAUMAN, Zygmunt. (1999), *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt. (2003), *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BATISTA, Nilo. (2002), “Mídia e sistema penal no capitalismo tardio”. *Revista Discursos Seditiosos*, 7 (12): 271-288.
- BATISTA, Nilo & BATISTA, Vera Malaguti (orgs.). (2012), *Paz armada*. Rio de Janeiro, Revan.
- BAYLEY, David. (2001), *Padrões de policiamento*. São Paulo, Edusp.
- BAYLEY, David. (2006), *Changing the guard: developing democratic police abroad*. Oxford, Oxford University Press.
- BBC. (15 dez. 2018), “O que são e como agem as milícias acusadas de matar Marielle Franco”. *GI*. Disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/15/o-que-sao-e-como-agem-as-milicias-acusadas-de-matar-marielle-franco.ghtml?fbclid=IwAR17N1xpfw8gydPZkOWdPpNc0pDrGJ9c5ERurwbvgvoPnews3f_8uzn90_HA.
- BECK, Ulrich. (2010), *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo, Editora 34.
- BENITES, Afonso. (4 fev. 2019), “Plano Moro afrouxa regras para policiais que matam e sugere medidas que já foram barradas”. *El País*, Brasília. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/04/politica/1549311947_740805.html, consultado em 9/2/2019.

- BETIM, Felipe. (28 dez. 2018), “Menos latrocínios e mais mortes por policiais. Qual é o legado da intervenção no Rio?”. *El País*, Rio de Janeiro. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/27/politica/1545875863_659881.html?fbclid=IwAR0WpgN1lqQGLxNGSgnBB8H2ygYz2ht-IU3TDMbSPtOA9-HOrPWDBnAIqgw, consultado em 30/1/2019.
- BIANCHI, Paula. (29 jul. 2017), “Rio chama Exército contra violência pela 12ª vez em 10 anos. Adianta?”. *Uol*. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/29/rio-chama-exercito-contra-violencia-pela-12-em-10-anos-virou-rotina.htm>, consultado em 23/4/2018.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2001), *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp/Editora 34.
- CANO, Ignacio & DUARTE, Thaís. (2012), “*No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*”. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll.
- CORREIO BRAZILIENSE. (21/6/2013), “Após quebra-quebra, Polícia Federal faz levantamento de danos na Esplanada”. *Correio Braziliense* [online]. Disponível em https://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/06/21/interna_cidadesdf,372629/apos-quebra-quebra-policia-federal-faz-levantamento-de-danos-na-esplanada.shtml.
- CRUZ, Ana Vlândia Holanda *et al.* (2017), “A ditadura que se perpetua: direitos humanos e a militarização da questão social”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (núm. esp.): 239-252. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500239&lng=en&nrm=iso.
- “DISPUTA entre tráfico e milícia deixa mais dois mortos em São Gonçalo”. (6 dez. 2017), *O São Gonçalo*. Disponível em <https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/39645/disputa-entre-trafico-e-milicia-deixa-mais-dois-mortos-em-sao-goncalo>, consultado em 30/1/2019.
- DOUGLAS, Mary. (1976), *Pureza e perigo*. Tradução de Sônia Pereira da Silva. São Paulo, Perspectiva.
- ELIAS, Norbert. (2001), *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FLEURY, Sônia. (maio/ago. 2012), “Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta”. *Sociologias*, ano 14 (30): 194-222.
- FOUCAULT, Michel. (2008), *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel. (1999), *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes. 1999.
- FRADE, Laura. (2007), *O que o congresso nacional pensa sobre a criminalidade*. Brasília, tese de doutorado em sociologia, Universidade de Brasília, UNB.
- FREIXO, Adriano de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar & MEDEIROS, Dulcinéa de (jan./jun. 2012), “O Estado de direito no Brasil e suas incongruências: os direitos humanos em questão”. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, 2 (1): 65-82.

- GARLAND, David. (2008), *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro, Revan.
- GOFFMAN, Erving. (2001), *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo, Perspectiva.
- GRAHAM, Stephen. (2016), *Cidade sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo, Boitempo.
- GROS, Frédéric. (2006), *États de violence. Essai sur la fin de la guerre*. Paris, Galimard,
- GUSSO, Luana de Carvalho Silva. (2013), *Carne e culpa: notas sobre a gestão penal do sexo*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- HUGGINS, Martha *et al.* (2006), *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília, Editora da UNB.
- ITALIANI, Rafael. (2 dez. 2015), “Polícia prende 17 do PCC em tribunal do crime”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,policia-prende-17-do-pcc-em-tribunal-do-crime,10000003679>, consultado em 23/4/2018.
- JOHNSTON, Les & SHEARING, Clifford. (2003), *Governing security: explorations in policing and justice*. Nova York/Londres, Rutledge.
- LEITE, Márcia S. P. (2012), “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6 (2): 374-389.
- LIMA, Roberto Kant de. (1995), *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro, Forense.
- LIMA, Tarcísio. (2018), *Relatório 5, Vozes sobre a intervenção*. In: *Observatório da Intervenção*. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1MB8rshox_wecNNkvj4PKNGp8xipUS-p9h/view, consultado em 5/2/2019.
- LOPES JR., Aury. “Lei 13.491/2017 fez muito mais do que retirar os militares do tribunal do júri”. (20 out. 2017), *Consultor Jurídico*. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2017-out-20/limite-penal-lei-134912017-fez-retirar-militares-tribunal-juri>, consultado em 20/3/2018.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.). (2008), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (fev. 2013), “Cidades controladas. O controle do crime violento na cidade do Rio de Janeiro”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 67.
- MARTÍN, María. (24 jul. 2016), “Como a milícia se infiltrou na vida do Rio”. *El País*, Rio de Janeiro. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/21/politica/1469054817_355385.html.
- “MILÍCIAS expulsam os traficantes de drogas e já controlam 92 favelas da cidade”. (dez. 2006; atualizado abr. 2012), *O Globo*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/milicias-expulsam-os-trafficantes-de-drogas-ja-controlam-92-favelas-da-cidade-4541224>.
- MONTEIRO, Raul. (jan. 2019), “Governo amplia rol de comissionados que podem tornar ‘ultrassecratos’ dados públicos”. *Política Livre*. Disponível em <http://www.politalivre>.

- com.br/2019/01/governo-amplia-rol-de-comissionados-que-podem-tornar-ultrasecretos-dados-publicos/, consultado em 5/2/2019.
- NÓBREGA JR., José Maria Pereira da. (2010), “A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira”. *Revista de Sociologia e Política*, 18 (35): 119-130. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000100008&lng=en&nrm=iso.
- “NOVO comandante do Exército reclama de ‘preconceito’ contra tortura”. (24 nov. 2018). *Blog da Cidadania*. Disponível em https://blogdacidadania.com.br/2018/11/novo-comandante-do-exercito-reclama-de-preconceito-contra-tortura/?fbclid=IwAR0YcKeEjiYrq7P1Q4hE_wMBTrQk3vUjP-z8NXH9EKiZQCz0RHkI2oOBiY8, consultado em 2/2/2019.
- “NOVO secretário-executivo do MEC é militar”. (29 mar. 2019), *G1*. Disponível em https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/03/29/novo-secretario-executivo-do-mec-e-nomeado.ghtml?fbclid=IwAR24IbrD3qkAn6aObUYNgzp7j7u-BLq2dz8rvR_82Jo7rV2D7ZSDhD0QoOY, consultado em 31/3/2019.
- NUNES, Pablo & SILVA, Pedro Paulo dos Santos da (11 jul. 2018), “Um vácuo de informações sobre a intervenção federal no Rio”. *El País*. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/10/opinion/1531255156_146315.html?fbclid=IwAR3A19eI64y9S3w5gxLnZTTWhep0fO58oju81y0jvNk4jmJmNgh-4DI5Tw0, consultado em 29/1/2019.
- “O QUE SE SABE sobre a intervenção federal no RJ e quem é quem no comando militar”. (19 fev. 2018), *El País*, São Paulo. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518809925_167595.html, consultado em 30/1/2019.
- OBSERVATÓRIO da Intervenção*. Disponível em <http://observatoriodaintervencao.com.br/>, consultado em 10/2/2019.
- OBSERVATÓRIO da Intervenção*. (16 fev. 2018-16 ago. 2018), *Relatório 05, Vozes sobre a intervenção*. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1MB8rshox_wecNNkvj4PKNGp-8xipUSp9h/view, consultado em 5/2/2019.
- O ESTADO DE S. PAULO*. (20 jun. 2013a), “Festa e fúria, as três faces do movimento nas ruas”. *O Estado de S. Paulo*, pp. 23-24.
- O ESTADO DE S. PAULO*. (15 jun. 2013b), “Ministros criticam intervenção policial”. *O Estado de S. Paulo*, p. 17.
- OLIVEIRA, J. P. de. (2014), “Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios”. *Mana*, 20 (1): 125-161.
- OLLIVEIRA, Cecília; COUTO, Maria Isabel; HIROTA, Renata & SPAGNUOLO, Sérgio. (5 abr. 2018), “Tá tudo dominado”. *The Intercept Brasil*. Disponível em <https://theintercept.com/2018/04/05/milicia-controle-rio-de-janeiro/?fbclid=IwAR1Ae2eB-WcWMt5CSlbd-nXNdOTEl5xUoth155SSvbDabfB8-JRVuTV0Vwc>, consultado em 30/1/2019.
- PAOLIELLO, Tomaz & MIKLOS, Manoela. (4 October 2017), “Militarização da segurança pública no Rio e em todo o mundo”. *Open Democracy*. Disponível em <https://www.opendemocracy>.

- net/democraciaabierta/manoela-miklos-tomaz-paoliello/militariza-o-da-seguran-p-blica-no-rio-e-em-todo-o-, consultado em 07/2/2019.
- PIRES, Carol. (22 jan. 2019), “Os Bolsonaro, Queiroz, as milícias e a morte de Marielle”. *Revista Época*. Disponível em https://epoca.globo.com/os-bolsonaros-queiroz-as-milicias-a-morte-de-marielle-23392403?fbclid=IwAR31UXuUu0yqZd7XOJ7tS9uaey2qOrETOnEw5susCwZahdR_lSbvYyML7OE, consultado em 20/2/2019.
- “QUATRO escolas públicas do DF passam a ter ‘modelo militar’ já no começo do ano letivo”. (31 jan. 2019), *Tv Globo e G1 DF*. Disponível em https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/01/31/quatro-escolas-publicas-do-df-passam-a-ter-modelo-militar-ja-no-comeco-do-ano-letivo.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1&utm_content=post&fbclid=IwAR2t2rckeHzeEXEWlvJj81VhgEt6nAXWf-aTMyJXreyz-nDPMjOkj2GHyI, consultado em 20/2/2019.
- RAMALHO, Sérgio & DEMORI, Leandro. (22 mar. 2018), “Outro miliciano de CPI na qual Marielle Franco trabalhou esteve na Câmara – horas antes do crime”. *The Intercept Brasil*. Disponível em <https://theintercept.com/2018/03/21/outro-miliciano-marielle-franco-camara-crime/>, consultado em 20/2/2019.
- “RELEMBRE DEZ grandes chacinas que marcaram o Brasil”. (2010), *Terra*. Disponível em <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/chacinas-brasil/chacinas-brasil-10.htm>.
- RODRIGUES, André & SIQUEIRA, Raiza. (2012), “As Unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro”. In: *Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro, Comunicações do Iser, n. 67, ano 31.
- SCHMITT, Carl. (1992), *O conceito de político*. Tradução de Álvaro L. M. Valis. Petrópolis, Vozes.
- SCHMITT, Gustavo. (20 jan. 2019), “Desde o início do governo Bolsonaro, 41 militares assumiram postos-chave”. *O Globo*. Disponível em https://oglobo.globo.com/brasil/desde-inicio-do-governo-bolsonaro-41-militares-assumiram-postos-chave-23386718?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo.
- SERRA, Carlos Henrique Aguiar & SOUZA, Luís Francisco de. (2018), “Estado de exceção, gestão militarizada dos ilegalismos e as novas configurações da infâmia no Brasil contemporâneo”. *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, 4 (2): 141-163. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/63831>.
- SERRA, Carlos Henrique Aguiar & SOUZA, Luís Francisco de. (2018), “Militarização e punição: algumas reflexões”. *Teoria e Debate*, 1: 1-8.
- SERRA, Carlos Henrique Aguiar & RODRIGUES, Thiago. (2014), “Estado de Direito e punição: a lógica da guerra no Rio de Janeiro”. *Revista Paranaense de Desenvolvimento (on-line)*, 35: p. 91-108.
- SERRA, Carlos Henrique Aguiar & ZACCONE, Orlando. (2012), “Guerra é paz: os paradoxos da política de segurança de confronto humanitário”. In: BATISTA, Nilo & BATISTA, Vera Malaguti (orgs.). *Paz armada*. Rio de Janeiro, Revan.

- SILVA, Vinicius Felix da. (2018), *O Estado de Exceção Pacificador: modulações e paradigmas da exceção em Agamben e na política pública de pacificação do Rio de Janeiro*. Santo André, dissertação de mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal do ABC, UFABC.
- SIMÕES, Mariana. (30 ene. 2019), “No Rio de Janeiro a milícia não é um poder paralelo. É o Estado”. *El País*. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/29/politica/1548794774_637466.html, consultado em 31/1/2019.
- SOUZA, Luís Antônio Francisco de. (mar. 2012), “A militarização da segurança pública”. *Le Monde Diplomatique*, 56.
- TOLEDO, Luiz Fernando. (20 dez. 2018), “Governo decreta sigilo de gastos com transição de Temer a Bolsonaro”. *UOL Notícias – Estadão Conteúdo*, São Paulo. Disponível em https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/12/20/governo-decreta-sigilo-de-gasto-com-transicao.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral&fbclid=IwAR1pUP2cLV3mtPUuPDNvbve4yMO0EtIhNTcVgpFk6j7_bhvdBCA0H_V6wFhQ, consultado em 5/2/2019.
- TUDO sobre. *ESTADÃO*: Amarildo de Souza. Disponível em <https://tudo-sobre.estadao.com.br/caso-amarildohttp://observatoriointervencao.com.br/>, consultado em 10/2/2019.
- VALENTE, Rubens. (20 jan. 2019), “Militares já se espalham por 21 áreas do governo Bolsonaro, de banco estatal à Educação”. *Folha On-Line*. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/militares-ja-se-espalham-por-21-areas-do-governo-bolsonaro-de-banco-estatal-a-educacao.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb&fbclid=IwAR36pEG23Dp0OB_WbS8HRR0oNI4gj9HAcIcpoqUaAXq5Y5-rd-o3meGbN18, consultado em 31/3/2019.
- VELASQUEZ, Douglas Pohlmann. (mar. 2015), “A (in)constitucionalidade da Força Nacional de Segurança Pública”. *Jus*. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/37331/a-in-constitucionalidade-da-forca-nacional-de-seguranca-publica>, consultado em 20/4/2018.
- VILELA, Pedro Rafael. (23 fev. 2018), “Intervenção militar na segurança do Rio atinge os mais pobres e não resolve violência”. *Brasil de Fato*, Brasília (DF). Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/23/intervencao-militar-na-seguranca-do-rio-atinge-os-mais-pobres-e-nao-resolve-violencia>, consultado em 23/4/2018.
- WACQUANT, Loïc. (1999), *Les prisons de la misère*. Paris, Raisons d'Agir.
- ZACCONE, Orlando. (2013), *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ, tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense.
- ZAVERUCHA, Jorge. (2005), *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999-2002*. Rio de Janeiro, Record.
- ZAVERUCHA, Jorge. (nov. 2008), “De FHC a Lula: a militarização da agência brasileira de inteligência”. *Rev. Sociol. Polít.*, 16 (31): 177-195.

Resumo

Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil

Pretende-se refletir sobre as mudanças recentes no cenário político e institucional do Brasil. A sociedade brasileira, historicamente, construiu uma estrutura sólida de distribuição desigual de poder e de riquezas. Em grande parte, esta estrutura só foi possível em razão de altos padrões de exploração do trabalho e de elevados níveis de desigualdade, refletidos num judiciário e numa polícia violentos e racistas. Uma das características marcantes do estado brasileiro é a militarização de suas forças policiais e a policialização de suas forças armadas. Este processo vem se acirrando nas últimas décadas. O cenário atual de militares terem assumido, pelo voto direto, o poder máximo da nação parece ser o ápice do processo de militarização, e seus efeitos ainda carecem de análise cuidadosa. A proposta deste artigo, portanto, é, fazendo uso da noção de estado de exceção de Giorgio Agamben (2004), mostrar que a militarização corresponde à normalização do militarismo, com suas consequências em termos de limitações de direitos e legitimação da violência do estado, notadamente da polícia. A base empírica para a análise é o modelo de ocupação de territórios e intervenção ostensiva no Rio de Janeiro, instaurado pela intervenção federal militar do ano de 2018. A intervenção, neste sentido, não apenas serviu de laboratório para medidas repressivas e violentas de segurança, como também foi um teste de legitimação da gestão militarizada da segurança pública, com seu componente de construção permanente de um inimigo a ser abatido, dentro da lógica da guerra e do confronto armado. Seguindo, assim, Michel Foucault (1999), a política está se convertendo, no Brasil contemporâneo, na extensão da guerra por meios altamente militarizados.

Palavras-chave: Estado de exceção; Militarização; Polícia; Segurança pública; Intervenção militar.

Abstract

When the state of exception becomes permanent: insights on public safety militarization in Brazil

It is intended to reflect on the recent changes in the political and institutional scenario of Brazil. Brazilian society has historically built a solid structure of unequal distribution of power and wealth. To a large extent, this structure was only possible because of high standards of labor exploitation and high levels of inequality, reflected in a violent and racist judiciary and police. One of the hallmarks of the Brazilian state is the militarization of its police forces and the police force of its armed forces. This process has been raging in recent decades. The current military scenario assuming, by direct vote, the maximum power of the nation seems to be the apex of the militarization process and its effects still require careful analysis. The proposal of the communication, therefore, using Giorgio Agamben's (2004) notion of state of exception, shows that militarization corresponds to the normalization of militarism, with its consequences in terms of limitations of rights and legitimation of state violence, notably the police. The empirical basis for the analysis is the model of occupation of territories and ostensive intervention in Rio de

Janeiro, established by the federal military intervention of the year 2018. The intervention, in this sense, not only served as a laboratory for repressive and violent measures of security, but also a test of legitimization of the militarized management of public security, with its component of permanent construction of an enemy to be shot down, within the logic of war and armed confrontation. Following Michel Foucault (1999), politics is becoming, in contemporary Brazil, the extension of war by highly militarized means.

Keywords: State of exception; Militarization; Police; Public security; Military intervention.

Texto recebido em 6/4/2019 e aprovado em 2/9/2019.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.158668.

LUÍS ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unesp, *campus* de Marília. E-mail: luis.af.souza@unesp.br.

CARLOS HENRIQUE AGUIAR SERRA é professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-graduação de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. E-mail: chaserra@id.uff.br.



Estratégias comerciais e operacionais das grandes companhias de saneamento

A experiência do Estado de São Paulo

Alberto de Oliveira*

<https://orcid.org/0000-0002-2920-3958>

Introdução

O último quartel do século XX assistiu ao surgimento de um novo regime de acumulação capitalista que alterou o papel do Estado, gerando desdobramentos sobre o provimento de serviços públicos, como o saneamento básico. A compreensão dos efeitos dessa nova dinâmica sobre a população passa pela investigação das estratégias adotadas pelas grandes companhias que atuam no provimento de serviços públicos essenciais.

O objetivo deste trabalho é avaliar as estratégias comerciais e operacionais adotadas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), tomando como referência as transformações em curso no mercado internacional de saneamento, particularmente as experiências da França e do Reino Unido, cujos processos de privatização serviram de referência para as práticas observadas na atualidade, – a fim de contribuir no debate sobre o acesso das famílias de baixa renda aos serviços de saneamento.

Em termos metodológicos, o trabalho está baseado na análise de informações financeiras e operacionais disponíveis nos relatórios enviados pela Sabesp à Securities and Exchange Commission (SEC), em atendimento à legislação que regula as empresas

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

de capital aberto que atuam nos Estados Unidos. A análise considerou os seguintes aspectos: (a) política de mão de obra; (b) estratégias comerciais e novas linhas de negócios; (c) direcionamento dos investimentos, evolução da lucratividade e política de distribuição de dividendos; (d) eficiência dos serviços prestados; (e) e tarifas. Ou seja, o trabalho buscou investigar aspectos que pudessem indicar a existência (ou não) de divergências entre os interesses dos investidores e o atendimento da população.

A Sabesp foi selecionada para este estudo em razão do expressivo número de usuários e do longo período de participação do capital privado nas operações da empresa. A abertura do capital ocorreu em 1997, no mercado nacional e, em 2002, no exterior. A análise se limita ao período pós-2000, em razão da disponibilidade dos referidos relatórios. Deste modo, entende-se que a análise das decisões da Sabesp pode servir como referência para a investigação das demais companhias de saneamento que atuam no país.

A investigação da Sabesp foi precedida por revisão de literatura sobre as transformações em curso no mercado mundial de saneamento, de forma a orientar a seleção e o tratamento dos dados estatísticos, bem como para identificar os aspectos que mereceriam maior atenção. Portanto, a discussão teórica presente neste texto não pretende esgotar ou sintetizar os debates em curso nesse campo do conhecimento, mas, apenas, servir de guia para a leitura dos dados da empresa.

O trabalho está organizado em três partes, além desta introdução. A primeira mostra as transformações em curso no mercado internacional de saneamento básico, destacando o papel desempenhado pelo Estado e as estratégias adotadas pelas empresas privadas, bem como a experiência observada na França e no Reino Unido. A segunda parte analisa os dados financeiros e operacionais da Sabesp, de forma a identificar as estratégias e prioridades adotadas pela empresa. A título de conclusão, a última parte destaca as diferenças e semelhanças entre as estratégias adotadas pela Sabesp e as tendências observadas nos países industrializados.

O papel do Estado e as estratégias adotadas pelas companhias de saneamento

A partir da óptica da atuação do Estado e de sua relação com o capital privado, a evolução do setor de saneamento apresentou três fases distintas: (i) nos primórdios da implantação desses serviços, o processo foi conduzido pelo capital privado e caracterizado pela fragmentação geográfica e pela disparidade da qualidade dos serviços; (ii) na fase seguinte, que vigorou durante o regime Fordista-keynesiano e num contexto de consolidação das políticas de bem-estar social, o saneamento passou a ser entendido como responsabilidade do Estado e como parte da política de saúde pública, levando o Estado a empenhar esforços para garantir a universalização e a padronização desses

serviços (Swyngedouw, 2006). A terceira fase tem início no último quartel do século XX quando, na visão de Jessop (1993), o regime de acumulação Fordista-keynesiano foi substituído pelo *Schumpeterian workfare state*, cujo foco está nos negócios privados e na construção de estruturas competitivas nas cidades, países etc.

Ainda que as políticas de intervenção do Estado na economia e nas relações entre indivíduos tenham ganhado impulso no final do século XIX, com a criação de aparatos de seguridade social, foi somente com a consolidação do regime fordista-keynesiano que o Estado passou a ocupar o centro da atividade econômica. Destaque-se que os danos causados pela depressão econômica nos Estados Unidos e pelas guerras mundiais, além das pressões exercidas pelos acontecimentos na União Soviética, estimularam a ampliação das políticas sociais nos países ocidentais. Diante desse contexto, Reis (2004) afirma que o Estado assumiu tarefas de coordenação econômica e de redistribuição da riqueza, que se desdobraram em três funções: (i) financiador (infraestrutura, empresas, habitação etc.); (ii) provedor de serviços públicos; e (iii) regulador da economia.

No último quartel do século XX, as funções do Estado (financiamento, provimento e regulação) vêm sendo reconceituadas e adaptadas para atender os princípios do *Schumpeterian workforce estate*. Para Rosenau (2000), a condição monopolista do Estado torna o provimento de serviços públicos ineficiente e burocrático, daí a necessidade de introduzir soluções de mercado para reduzir os custos e elevar a qualidade desses serviços. Chenoweth (2004) argumenta que a privatização do saneamento avançou com mais rapidez nos países desenvolvidos, visto que os países subdesenvolvidos apresentavam obstáculos como as limitações dos mercados, as restrições técnicas e a oposição de grupos de interesse. De acordo com Hall e Lobina (2007), a abertura de novos mercados contou com o apoio decisivo dos bancos multilaterais de desenvolvimento (Banco Mundial, Banco de Investimento Europeu etc.), que vinculavam a liberação de recursos ao estabelecimento de parcerias privadas.

Em suma, é importante reter que as novas formas de provimento de saneamento emergiram das alterações no regime de acumulação do capitalismo, que se desdobraram em novas políticas macroeconômicas e na redefinição do papel do Estado. Nesse novo regime, a noção de solidariedade foi substituída pela busca da eficiência e da competitividade. Para entender as consequências dessas mudanças sobre a população, faz-se necessário revisitar as privatizações do Reino Unido e da França, pois, desses processos, emergiram as grandes companhias que atuam no mercado global de saneamento.

Nos anos 1970, o fragmentado sistema de saneamento do Reino Unido foi reorganizado em unidades regionais, de maneira a viabilizar a privatização. Contudo, a entrada do capital privado alterou o papel do saneamento na política pública. Até

1974, as famílias de baixa renda contavam com subsídios nos serviços de saneamento, pois estes eram classificados como políticas de saúde pública. Após a privatização, as tarifas de água aumentaram 46%, e a taxa de retorno sobre o capital das empresas de saneamento alcançou 23% no Reino Unido. A título de comparação, a taxa de retorno sobre o capital das empresas de saneamento na Suécia era apenas 8% (Bakker, 2003). Como resultado, a privatização do saneamento excluiu parte das famílias de baixa renda do sistema. Apenas entre 1991 e 1992, o número de desconexões da rede de saneamento do Reino Unido aumentou 177%. Graham e Marvin (1994) sugerem que o aumento das desconexões pode estar relacionado com o aumento dos casos de disenteria e hepatite no Reino Unido, no período.

Dore *et al.* (2004) explicam que o sistema de saneamento francês é centralizado, politizado e insulado por forças de mercado, em razão da manutenção de elevados subsídios concedidos após a privatização. Ainda de acordo com Dore, cerca de 70% dos investimentos em saneamento eram financiados com recursos públicos, no início da década de 2000. Além disso, o fechamento do mercado de saneamento francês para as empresas estrangeiras levou à centralização do capital em grandes companhias (privadas) nacionais, o que contraria os princípios de competição e eficiência alardeados pela ortodoxia econômica. As tarifas de saneamento apresentaram crescimento expressivo após a privatização. Em meados dos anos 1990, Buller (1996, *apud* Dore *et al.*, 2004) estimou que as tarifas de saneamento das empresas privatizadas eram 40% mais elevadas em comparação com as tarifas praticadas antes da privatização. Apenas no intervalo entre 1994 e 1999, o valor médio das tarifas (para a franquia de 120m³ de água) cresceu 21,3%, passando de 1689 para 2049 francos franceses (Dore *et al.*, 2004, p. 48).

As companhias de saneamento da França e do Reino Unido redirecionaram receitas obtidas nas áreas originais de concessão em favor de investimentos em outras atividades ou espaços geográficos, muitas deles além das respectivas fronteiras internacionais, num movimento que ficou conhecido como “*cherry picking*” (Graham e Marvin, 1994). As transformações na economia mundial, somadas à desintegração da União Soviética, criaram mercados atrativos para as companhias de saneamento. No entanto, diferenças nos contextos internos da França e do Reino Unido também estimularam os investimentos no exterior. Graham e Marvin (1994) mostraram que, na França, a centralização do capital e o domínio do mercado interno permitiram que as companhias francesas investissem na captura de novos mercados europeus. Já no Reino Unido, o aparato regulador implantado após a privatização limitou (mas não impediu) as possibilidades de expansão da lucratividade nas áreas originais de concessão, o que levou as companhias britânicas a buscarem novos mercados e áreas de negócios.

Swyngedouw resume as consequências derivadas do novo modelo de negócios das companhias de saneamento, ao afirmar que: “[...] as prestadoras de serviços públicos ‘promissoras’ (em termos de perspectivas de obtenção de lucros) são privatizadas, enquanto as prestadoras menores e, geralmente, menos lucrativas permanecem nas mãos do setor público e requerem contínuos subsídios (Swyngedouw, 2006, p. 56)”¹.

Finalmente, é preciso reconhecer que a qualidade dos serviços de saneamento melhorou após a privatização, tanto na França, quanto no Reino Unido. Entretanto, Dore *et al.* (2004) afirmam que a melhoria dos serviços de saneamento no Reino Unido não decorreu da competição do mercado, mas da criação do *Water Services Regulation Authority (Ofwat)*, nos anos 1980. Na França, os autores argumentam que as exigências da União Européia quanto à padronização dos serviços de saneamento foram utilizadas como justificativa para a concessão desses serviços ao setor privado.

Portanto, a adoção de soluções de mercado para o provimento de saneamento estimulou o redirecionamento de recursos para as atividades comerciais e os recortes geográficos mais lucrativos, embora não tenha eliminado a necessidade de subsídios públicos, principalmente para atender as áreas ou atividades comercialmente deficitárias. Esse novo modelo de gestão gerou rebatimentos sobre os princípios de repartição social dos custos de construção e manutenção da infraestrutura de saneamento.

Na fase fordista-keynesiana, os investimentos em saneamento eram financiados majoritariamente por meio da expansão da dívida pública, visto que o Estado não repassava integralmente os custos de financiamento para as tarifas. Embora houvesse limitações nos mecanismos de controle e transparência, as decisões governamentais sobre o montante e o direcionamento dos subsídios podiam ser questionadas pela população, pelo menos, durante as consultas eleitorais. A incorporação do setor privado nos serviços públicos trouxe novos princípios de financiamento e de repartição de obrigações entre os usuários. Como os contratos de concessão de serviços públicos são de longa duração, os governos sucessores devem arcar com os custos e as responsabilidades definidas nos acordos estabelecidos entre o governo corrente e o capital privado. Como a margem para a repactuação desses contratos é estreita, as decisões tomadas no presente sobre a distribuição dos custos e dos benefícios dos serviços prestados à população têm um forte componente inercial.

Os defensores da gestão privada do saneamento advogam que os custos de construção e de operação devem ser integralmente transferidos para os usuários. Rogers *et al.* (2002) argumentam que as tarifas devem refletir os custos reais dos serviços

1. “[...] the ‘promising’ utilities (in terms of prospects for profit making) are cleared for privatisation; the smaller and usually less profitable utilities remain in public hands and require continuous subsidization.” (Swyngedouw, 2006, p. 56).

prestados (*total recovery cost model*), de modo a distribuir – de forma socialmente justa, na visão desses autores – o ônus desses serviços. Em outra vertente narrativa, Helm (2015) apela para os princípios de responsabilidade e sustentabilidade intergeracional para defender a redistribuição dos gastos com saneamento.

Cumprir lembrar que a defesa da privatização do saneamento está baseada na promessa de redução dos gastos públicos. Para cumprir essa promessa, as companhias privatizadas devem buscar financiamento no mercado privado. Porém, os investidores que financiam as companhias de saneamento exigem garantias e rentabilidade compatíveis com os riscos do negócio. Assim, as companhias privatizadas de saneamento demandam do Estado regulação transparente, estável e (preferencialmente) amigável para garantir a realização de investimentos. Novamente, essa engenharia financeira reforça a elevação das tarifas e a exclusão dos usuários de baixa renda. Para contornar esse efeito social nocivo, os adeptos do modelo privado de gestão do saneamento argumentam que o Estado deve oferecer programas de subsídios focados na população de baixa renda (sobre políticas de transferência de renda e assemelhados, ver Gómez-Lobo e Contreras, 2003). Portanto, o argumento de que a privatização reduz os gastos públicos somente se sustenta se o montante destinado aos subsídios para as famílias de baixa renda for menor que os gastos do Estado para gerir diretamente o provimento de serviços públicos.

Os investimentos em infraestrutura envolvem elevados riscos em razão do expressivo montante de capital requerido e dos dilatados prazos de maturação. Para contornar esses obstáculos, foram desenvolvidos instrumentos como o *project finance*, que é um arranjo jurídico-financeiro que articula a participação de diferentes agentes (investidores, construtoras, Estado etc.) a fim de estabelecer a interdependência dos participantes, distribuir responsabilidades e diluir os riscos. Usualmente, esses arranjos utilizam o capital imobilizado e os recebíveis da empresa como lastro para a emissão de títulos que serão negociados no mercado (sobre *project finance*, ver Borges, 1998; Ferreira, 1995; e Silva Filho, 2014).

No desenho do *project finance*, a principal função do Estado é oferecer uma rede de proteção para os investidores privados. Para isso, o Estado mobiliza um ou mais dos seguintes instrumentos: (i) oferece garantias de rentabilidade/receita mínima para o operador do projeto; (ii) participa como investidor direto em fases de elevado risco; (iii) define regulamentação ou legislação apropriada para garantir o equilíbrio financeiro do projeto; (iv) atua como avalista para empréstimos de empresas privadas; (v) transfere bens ou direitos públicos para empresas privadas, de forma a reduzir os custos do projeto; (vi) concede financiamento subsidiado. Portanto, o equilíbrio financeiro e a lucratividade das companhias privadas de saneamento não refletem exclusivamente os méritos da gestão privada, pois o Estado define o desempenho

do empreendimento ao ofertar crédito barato, arcar com parte dos riscos e prover regulação amigável.

Finalmente, Hall (2015) argumenta que as PPP prejudicam os trabalhadores das concessionárias de serviços públicos, na medida em que os gastos com mão de obra serão reduzidos para reforçar a lucratividade. A precarização do trabalho resulta da proliferação da terceirização da mão de obra. Além disso, o enfraquecimento dos sindicatos diminui a capacidade de reação desses trabalhadores.

Em suma, a adoção de soluções de mercado tende a fragmentar a prestação de serviços (em áreas/atividades lucrativas e não lucrativas) e elevar as tarifas de saneamento. A despeito dos argumentos dos defensores do mercado, o Estado continua ocupando posição chave, seja por meio do suporte às operações privadas, seja pela promoção de programas de subsídio para os usuários de baixa renda. A internacionalização dos investidores e dos arranjos jurídicos-financeiros tende a padronizar o *modus operandi* das grandes companhias de saneamento. Portanto, a identificação de semelhanças e diferenças entre as estratégias adotadas pela Sabesp e a experiência observada nos países desenvolvidos pode contribuir para a compreensão dos processos em curso no Brasil.

A evolução e as estratégias da Sabesp no Estado de São Paulo

A Sabesp foi criada em 1973 no contexto da implantação do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que, por meio das pressões exercidas pelo governo militar, logrou centralizar os serviços de saneamento nas companhias estaduais. Em 2016, a Sabesp atendeu cerca de 25 milhões de pessoas, o que lhe confere o terceiro lugar no *ranking* mundial de companhias de saneamento em termos de receita anual e de número de usuários (Bluefield Research, 2013).

A abertura do capital da Sabesp ocorreu em junho de 1997, quando 4% do capital da empresa foram vendidos na Bolsa de Valores de São Paulo. Em 2002, foram emitidos ADR (*American Depositary Receipt*), por meio dos quais as ações da empresa são negociadas na Bolsa de Valores de New York. Atualmente, o governo do Estado de São Paulo é o acionista controlador da Sabesp, pois detém 50,3% das ações da companhia. Os ADR totalizam 25% do capital, enquanto o percentual remanescente é na bolsa de valores brasileira. Dentre os acionistas privados, destaca-se a participação da gestora Lazard Asset, subsidiária do banco de investimentos americano de mesmo nome que, em abril de 2018, alcançou participação correspondente a 5,1% do capital da empresa.

O governo do Estado de São Paulo pretende abrir mão do controle acionário da Sabesp, uma vez que a Lei n.16525/17, sancionada em setembro de 2017, autori-

zou a criação de uma companhia controladora que deterá a totalidade das ações da empresa que pertencem ao governo estadual. O relatório da Sabesp enviado à SEC (Sabesp, 2017) informa que, em março de 2018, a Sabesp recebeu carta de investidores manifestando interesse pelas ações da companhia controladora, entretanto a identidade dos investidores permanece confidencial.

A abertura do capital da Sabesp foi realizada com a promessa de ampliar a qualidade dos serviços prestados e reduzir a ingerência política na empresa, por meio da atração do capital privado. Durante o debate eleitoral de 1998, o candidato e governador de São Paulo, Mário Covas, afirmou em entrevista ao programa *Roda Viva* (TV Cultura): “[...] nós estamos pensando em arranjar um sócio privilegiado [para a Sabesp] que, com 5% do capital, tenha garantia de, por exemplo, ter o cargo de diretor financeiro. E, portanto, isso garante a não ingerência política dentro da empresa” (Projeto Memória Roda Viva, 1998, p. 4).

A mudança na composição acionária da Sabesp seguiu os padrões observados nas privatizações ocorridas nos anos 1990. A venda das ações da empresa foi precedida de forte recomposição de tarifas e da transferência de passivos ou atividades deficitárias para a responsabilidade do Estado. Com essas medidas, os ganhos financeiros foram expressivos após a privatização. O prejuízo de 2,8% registrado em 1994 foi substituído pelo lucro de 5,7% em 1997, o que colocou a Sabesp entre as cinco empresas mais lucrativas do país (Santana, 1998).

O mercado respondeu positivamente às mudanças adotadas pelo governo paulista, uma vez que o preço do lote de ações da Sabesp saltou de R\$ 40,00 para R\$ 305,00, entre novembro de 1996 e junho de 1997 (Gamez, 1997). Nas palavras de Gamez (1997, p. 1): “menos de vinte minutos após o início dos negócios na Bovespa, na quarta-feira, o governador Mário Covas jogou mel na boca dos investidores. Anunciou um aumento nas tarifas da Sabesp (9,8%) a partir do dia seguinte e revelou a futura colocação no mercado de até R\$ 300 milhões em novas ações da companhia. Contou, ainda, que prepara a entrada de um sócio estratégico na empresa – mais ou menos como fez o governo mineiro com a Cemig”.

Para compreender as estratégias adotadas pela Sabesp, é preciso refletir sobre as medidas que vêm sendo tomadas para aumentar as receitas e reduzir as despesas da empresa. Alguns aspectos que afetam o desempenho dos negócios não estão sob controle da empresa, como é o caso dos preços da energia elétrica e da carga tributária, entre outros. Portanto, a análise estará focada nos elementos que podem ser manejados pela empresa, como o direcionamento dos investimentos, as estratégias comerciais, a busca de novos segmentos de negócios, o aumento da eficiência das operações e a política de mão de obra. A evolução e a composição das tarifas também serão analisadas, embora não dependam, exclusivamente, das decisões da empresa.

Gestão de mão de obra

No tocante à gestão de mão de obra, a Sabesp vem buscando reduzir os gastos com folha de pagamento por meio da redução do quadro permanente da empresa e da expansão dos serviços terceirizados, além de adotar medidas de simplificação ou aprimoramento de rotinas administrativas e operacionais. Ainda durante a reestruturação pré-abertura de capital (1995-1996), o governo paulista cortou cerca de 3 mil postos de trabalho na Sabesp (Folha de S.Paulo, 1996). Com a incorporação do capital privado, o contingente de empregados manteve trajetória de declínio. A tabela 1 mostra que o número de empregados para cada mil ligações de água diminuiu de 3,3 para 1,5 – entre 2000 e 2017.

TABELA 1

Evolução do Número de Empregados e Ligações de Água. Sabesp (2000-2017)

ANO	EMPREGADOS	LIGAÇÕES DE ÁGUA (x 1000)	EMPREGADOS POR 1000 LIGAÇÕES DE ÁGUA
2000	18.048	5.535	3,3
2001	18.159	5.717	3,2
2002	18.505	5.898	3,1
2003	18.546	6.044	3,1
2004	17.735	6.358	2,8
2005	17.448	6.489	2,7
2006	16.978	6.609	2,6
2007	16.850	6.767	2,5
2008	16.649	6.945	2,4
2009	15.103	7.118	2,1
2010	15.330	7.295	2,1
2011	14.896	7.481	2,0
2012	15.019	7.679	2,0
2013	15.015	7.888	1,9
2014	14.753	8.210	1,8
2015	14.223	8.420	1,7
2016	14.137	8.654	1,6
2017	13.672	8.863	1,5

Fonte: Relatórios enviados a SEC relativos aos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.

Embora este trabalho não disponha de dados quantitativos para aferir os impactos da política de recursos humanos da Sabesp sobre a qualidade dos serviços prestados, é possível afirmar que o avanço da terceirização na Sabesp chamou a atenção do Ministério Público do Trabalho (MPT). Em 2010, o MPT de São Paulo abriu ação civil pública para investigar irregularidades na terceirização de funcionários da empresa. De acordo com Leite (2015), o MPT concluiu – a partir de relatos de técnicos da empresa e de representantes do Sindicato de Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sintaema) – que a terceirização ilegal interferiu na qualidade dos serviços prestados à população.

Ainda sobre a questão dos custos de mão de obra, a responsabilidade sobre parte do passivo do plano de previdência dos funcionários da Sabesp foi transferida para o Estado de São Paulo. Em 2001, o governo paulista buscou quitar os débitos da previdência (e de contas devidas por empresas públicas) por meio da transferência da propriedade dos reservatórios de Taiaçupeba, Jundiaí, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova para a Sabesp. O acordo foi contestado pelo Ministério Público e, desde então, o governo vem negociando alternativas para o equacionamento dessas dívidas (Sabesp, 2017, p. 234).

Estratégias comerciais e novas linhas de negócios

A principal fonte de recursos da Sabesp é a prestação de serviços de água e esgoto para os municípios do Estado de São Paulo e, particularmente, para a Região Metropolitana de São Paulo. De acordo com os relatórios enviados aos acionistas (Sabesp, 2017), cerca de 75% das receitas da empresa provêm dos serviços prestados na Região Metropolitana de São Paulo. Portanto, a renovação e a ampliação dos contratos com as cidades localizadas nas franjas da área de influência da Sabesp estão entre as prioridades da empresa. Entre 1997 e 2004, foram obtidas 34 novas concessões municipais para a prestação de serviços de saneamento (Sabesp, 2004, p. 36). O relatório de 2017 (Sabesp, 2017, p. 39) menciona que 287 contratos de prestação de serviços foram firmados com municípios paulistas, entre 2007 e 2017. O relatório não distingue as renovações contratuais das novas concessões, contudo, diante da consolidação da atuação da Sabesp em São Paulo, é possível supor que a maioria desses contratos seja de renovação ou regularização das concessões já atendidas pela empresa.

A Sabesp vem buscando diversificar suas linhas de negócios. A partir de 2008, a Sabesp fechou contratos de consultoria e desenvolvimento de sistemas em diferentes municípios brasileiros e estrangeiros, como mostra o Quadro 1. As receitas obtidas nesses serviços ainda são pequenas em comparação com a operação dos sistemas de

água e esgoto em São Paulo, embora ofereça pistas sobre as estratégias mercadológicas da empresa.

A Sabesp também fechou parcerias com empresas privadas para oferecer serviços de água e esgoto. Por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE), a empresa firmou contratos de serviços de saneamento com os municípios de Mogi-Mirim, Castilho, Andradina e Mairinque.

QUADRO 1

Serviços de Consultoria Prestados pela Sabesp

NO BRASIL	NO EXTERIOR
• Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) – desenvolvimento de programa para reduzir perdas e sustentar as receitas do município de Maceió. • Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) – implantação de sistema de automação de estações de tratamento de água (Aqualog). • Em Goiás, criação do plano de saneamento da cidade de Barro Alto. • Em São Paulo, a Attend Ambiental resultou da parceria entre a Sabesp e empresa Estre Ambiental S/A, a fim de operar uma estação de pré-tratamento e processamento de efluentes não domésticos na RMSP. • Em São Paulo, parceria da Sabesp com as empresas Servtec Investimentos e Participações Ltda. e Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda, para a instalação de duas centrais hidrelétricas de pequeno porte. Uma delas será instalada na Estação de Tratamento de Água de Guaraú, na Serra da Cantareira. A outra deverá ser instalada em Mairiporã, entre a represa de Atibainha e a Barragem Engenheiro de Paiva Castro. • Em São Paulo, parceria entre BRK Ambiental e a Sabesp criou o projeto Aquapolo, voltado para o reuso da água utilizada no Polo Petroquímico da Região do ABC Paulista.	• No Panamá, em parceria com a Latin Consulti, a Sabesp venceu licitação realizada pela companhia estatal de saneamento, o Instituto de Acueductos y Alcantarillados Nacionales, para implementar programas de uso racional de água. • Em Honduras, a Sabesp e a Latin Consult firmaram contrato de consultoria para gestão comercial e operacional de nove municípios. • Na Nicarágua, a Sabesp firmou contrato com a <i>Empresa Nicaragüense de Acueductos y Alcantarillados</i> (Enacal) para prestação de serviços de consultoria e treinamento em gestão e redução de perda de água.

Fonte: Relatórios da Sabesp enviados à SEC relativos aos anos de 2005, 2011 e 2017.

TABELA 2

Evolução da Quantidade Disponível de Água por Unidade de Consumo

ANO	VOLUME DE ÁGUA PRODUZIDO (m3)	LIGAÇÕES DE ÁGUA	METROS CÚBICOS POR LIGAÇÃO DE ÁGUA
2000	2.679.000.000	5.535.000	484,0
2001	2.696.000.000	5.717.000	471,6
2002	2.778.000.000	5.898.000	471,0
2003	2.819.600.000	6.044.000	466,5
2004	2.770.500.000	6.358.000	435,8
2005	2.830.100.000	6.489.000	436,1
2006	2.886.800.000	6.609.000	436,8
2007	2.873.700.000	6.767.000	424,7
2008	2.852.600.000	6.945.000	410,7
2009	2.844.900.000	7.118.000	399,7
2010	2.952.300.000	7.295.000	404,7
2011	2.992.000.000	7.481.000	399,9
2012	3.058.800.000	7.679.000	398,3
2013	3.052.600.000	7.888.000	387,0
2014	2.840.400.000	8.210.000	346,0
2015	2.466.600.000	8.420.000	292,9
2016	2.696.200.000	8.654.000	311,6
2017	2.783.000.000	8.863.000	314,0

Fonte: Relatórios enviados à SEC relativos aos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.

Quanto ao provimento de serviços de água e esgoto para os municípios paulistas, as informações obtidas nos relatórios da Sabesp enviados à SEC sugerem que a Sabesp atuou mais intensamente na expansão na rede de distribuição do que na produção de água, o que pode ter agravado a crise hídrica de 2014. Nas palavras de Cerqueira Neto, “[...] faltaram investimentos em novos mananciais. Se no passado esses recursos tivessem sido alocados, de forma a superar as variações do ciclo hídrico, certamente estaríamos passando por essa crise com folga” (Cerqueira Neto *apud* Barrucho, 2014). Para mais informações sobre a crise hídrica de São Paulo, ver Neto (2016).

Entre 2000 e 2017, o volume de água produzido por número de ligações declinou 35,1%, passando de 484 m³ para 314 m³ (Tabela 2). Em outras palavras, enquanto o número de ligações de água aumentou 60,1%, o volume de água produzido cresceu 3,9%. O recorde na produção de água foi alcançado em 2012, quando a empresa produziu 3,1 bilhões de m³. Tal produção correspondeu a um acréscimo de 14,2% em relação a 2000, porém esse crescimento ficou abaixo da expansão do número de ligações, que foi 38,7%, entre 2000 e 2012.

O descompasso entre os ritmos de crescimento da produção de água e da rede de distribuição pode estar relacionado à estratégia de negócios da empresa, visto que a expansão da rede tende a gerar retornos sobre a receita maiores e em menor prazo, em comparação com o aumento da oferta de água. No entanto, é preciso ponderar outros aspectos que pesaram nas decisões dos negócios da empresa, como os esforços de expansão da coleta e tratamento de esgotos, como se verá na discussão a seguir sobre os investimentos da empresa.

Investimentos, financiamento, lucros e dividendos

A estratégia de investimentos da empresa variou ao longo do período analisado. O crescimento expressivo das redes de água e esgoto (ver Tabela 3 e Quadro 2) mostra que a empresa priorizou a expansão da malha de distribuição. De outro lado, os relatórios enviados à SEC informam que a empresa investiu R\$ 3,2 bilhões, entre 2009 e 2016, para reduzir as perdas de água, embora a Tabela 4 mostre que os níveis de perda de água se mantiveram elevados (dados sobre eficiência serão discutidos no item “d” deste documento, a seguir). Investimentos importantes também foram realizados em tratamento de esgoto, principalmente a partir de 2006. Os relatórios enviados à SEC mostram que o número de estações de tratamento de esgotos aumentou de 417 para 548, entre 2002 e 2017. No mesmo período, a porcentagem de esgoto tratado em relação ao coletado passou de 63% para 75%.

Destaque-se que, a partir de 2008, os investimentos da Sabesp apresentaram crescimento expressivo em razão da expansão da oferta de crédito governamental. Em 2007, o lançamento do Plano Nacional de Saneamento foi acompanhado pelo Programa de Aceleração de Investimentos (PAC), que injetou mais de R\$ 600 bilhões em obras de saneamento em todo o país. Assim, a comparação dos intervalos 2000/2007 e 2008/2017 mostra que o investimento médio anual da Sabesp cresceu 120,2%, passando de R\$ 1.569 milhões para 3.456 milhões. Entre os mesmos intervalos, a média dos lucros anuais saltou 199,8%, de R\$ 689 milhões para R\$ 2.067 milhões (Tabela 3).

TABELA 3

Evolução dos Indicadores Financeiros e Operacionais (1)

ANO	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (milhares de reais)	LUCRO LÍQUIDO (milhares de reais)	INVESTIMENTOS (milhares de reais)	DISTRIBUIÇÃO DE DÍVIDENDOS (milhares de reais)	LIGAÇÕES DE ÁGUA (x 1000)	LIGAÇÕES DE ESGOTO (x 1000)
2000	10.119.406	857.526	1.863.605	1.627.186	5.535	3.976
2001	9.464.132	45.941	1.981.127	1.349.591	5.717	4.128
2002	9.046.520	-2.035.448	1.486.482	259.834	5.898	4.304
2003	8.986.532	1.397.902	1.292.259	1.096.679	6.044	4.462
2004	9.013.158	855.855	1.231.730	313.416	6.358	4.747
2005	9.665.646	1.543.978	1.323.392	679.453	6.489	4.878
2006	10.490.543	1.181.437	1.717.445	513.962	6.609	5.002
2007	10.776.720	1.670.311	1.662.485	542.731	6.767	5.167
2008	13.237.048	1.462.647	2.881.562	502.070	6.945	5.336
2009	13.967.952	2.454.628	2.930.510	641.782	7.118	5.520
2010	14.116.004	2.493.353	3.364.230	697.313	7.295	5.718
2011	14.310.877	1.990.698	3.459.712	834.223	7.481	5.921
2012	14.575.503	2.595.256	3.393.557	725.271	7.679	6.128
2013	14.550.556	2.473.482	3.471.899	691.165	7.888	6.340
2014	13.573.569	1.093.059	3.873.592	305.408	8.210	6.660
2015	12.740.227	583.382	3.807.414	163.066	8.420	6.861
2016	14.389.658	3.008.023	3.980.624	840.524	8.654	7.091
2017	14.608.233	2.519.310	3.400.000	703.900	8.863	7.302
MÉDIA NO PERÍODO 2000/2007	9.695.332	689.688	1.569.816	797.857	6.177	4.583
MÉDIA NO PERÍODO 2008/2017	14.006.963	2.067.384	3.456.310	610.472	7.855	6.288
VARIAÇÃO %	44,5	199,8	120,2	-23,5	27,2	37,2

Obs.: Em reais de 31 de dezembro de 2017; inflator utilizado: INPC-IBGE.

Fonte: Dados disponíveis nos relatórios enviados à SEC relativos aos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.

Os bancos estatais e as agências multilaterais continuaram sendo as principais fontes de financiamento para os investimentos da Sabesp desde a abertura de capital, no final dos anos 1990. Embora a captação de recursos no mercado de capitais tenha apresentado uma pequena expansão ao longo do período analisado, entre 2001 e 2017, a porcentagem da dívida com a emissão de debêntures e eurobônus – em relação à dívida total da empresa – passou de 30,7% para 38,4%, respectivamente. No mesmo período, a participação dos bancos públicos (CEF e BNDES) e das agências multilaterais (BID, Bird, Jica etc.) declinou de 68,9% para 55,8%. Portanto, a Tabela 4 mostra que a redução do endividamento em fontes oficiais e multilaterais foi contrabalançada pelo crescimento da captação no mercado de capitais e pela maior utilização de outros instrumentos, como o arrendamento financeiro.

TABELA 4

Composição do Endividamento da Sabesp Segundo Fonte de Financiamento

FONTE DE FINANCIAMENTO	Valores Correntes em 31/12/2001		Valores Correntes em 31/12/2017	
	R\$ x 1000	Porcentagem	R\$ x 1000	Porcentagem
Total da dívida da Sabesp	5.920	100%	12.100	100%
Mercado de capitais	1.815	30,7%	4.642	38,4%
Debêntures (Brasil)	713		3.487	
<i>Eurobonds</i> (exterior)	1.102		1.155	
Fontes oficiais/multilaterais	4.079	68,9%	6.746	55,8%
Governo Federal (refinanc. CEF)	2.411		-	
CEF e BNDES	495		2.266	
BID e BIRD	1.027		2.300	
Deutsche Bank	139		490	
Jica	-		1.690	
Société Generale	7		-	
Outras fontes	26	0,4%	712	5,9%
Arrendamento financeiro	-		562	
Juros e outros encargos	26		150	

Fonte: Dados disponíveis nos relatórios enviados à SEC relativos aos anos de 2002 e 2017.

Os relatórios enviados à SEC mostram que importantes investimentos para a expansão da oferta de água foram realizados a partir de 2014. Alguns projetos foram iniciados em caráter emergencial, em decorrência da crise hídrica. O Quadro 2 mostra que a transposição do Rio Itapanhaú, a integração dos reservatórios Jaguari-Atibaína

QUADRO 2

Descrição dos Investimentos da Sabesp

PRODUÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA		COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	
PERÍODO	PROJETO	PERÍODO	PROJETO
ND/2005	Programa Metropolitano de água (1ª fase). Objetivo: Construção ou ampliação de adutoras, reservatórios e estações de tratamento	1992/1998	Projeto Tietê (1ª fase). Objetivo: Construção de 3 estações de tratamento de esgoto
2006/2014	Programa Metropolitano de água (2ª fase). Objetivo: Aumentar 8,1 m ³ /s a produção de água para a RMSP (sendo 5,0 m ³ /s referentes ao Projeto Alto Tietê e 2,1 m ³ /s ao Sistema Guarapiranga.	2000/2008	Projeto Tietê (2ª fase). Objetivo: Ampliação de 1500 km da rede de coleta de esgoto
2015/...	Programa Metropolitano de água (3ª fase). Objetivo: Aumentar a produção de água em 9,5 m ³ /s, sendo que 6,4 m ³ /s caberão ao Projeto São Lourenço	2010/...	Projeto Tietê (3ª fase). Objetivo: Expandir os níveis de coleta de esgoto para 87% da RMSP. As fases anteriores aumentaram o índice de coleta de 70% para 84%.
2008/...	Projeto Alto Tietê. Objetivos: Aumentar a capacidade de tratamento da Estação Taiaçupeba de 10 m ³ /s para 15 m ³ /s (concluída em 2011); construir 18 km de adutoras e 4 reservatórios totalizando 70.000 m ³ e prestar serviços de disposição de lodo. (PPP inclui Galvão Engenharia e Águas do Brasil)	2014/...	Projeto Tietê (4ª fase). Objetivo: Expansão dos níveis de coleta de esgoto.
2014/...	Projeto São Lourenço. Objetivos: Aumentar 6,4 m ³ /s a disponibilidade de água tratada na RMSP. Inclui serviços de tratamento de lodos e resíduos; manutenção das elevatórias; e segurança patrimonial. (ppp com Camargo Correa e Andrade Gutierrez)	2007/...	Programa Córrego Limpo. Objetivo: Despoluição de córregos urbanos, eliminação de despejo de esgotos e remoção de favelas nas margens dos córregos. (parceria com a Prefeitura de São Paulo)
2016/...	Transposição do Rio Itapanhaú. Objetivo: Mover 2,0 m ³ /s do Ribeirão Sertãozinho para o Reservatório Biritiba, que integra o sistema Alto Tietê.	2007/...	Programa Onda Limpa. Objetivo: Expansão da coleta de esgotos na Baixada Santista e litoral Sul. A meta é coletar 88% do esgoto até 2020. Em 2016, o índice de coleta de esgoto alcançou 75% na Baixada Santista
2016/...	Interligação dos reservatórios Jaguari-Atibaína. Objetivo: Aumento do abastecimento da RMSP por meio da transferência (e vice-versa) de até 8,5 m ³ /s de água (média de 5,1 m ³ /s) da Bacia do Rio Paraíba do Sul (Jaguari) para o sistema Cantareira (Atibaína).	2007/...	Programa Onda Limpa-Norte. Objetivo: Expansão da coleta de esgotos no litoral Norte do Estado de São Paulo. A meta é expandir a coleta de para 85% (em 2016). Em 2015 coleta era de 56%.

PRODUÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA		COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	
PERÍODO	PROJETO	PERÍODO	PROJETO
2009/...	Projeto Mananciais. Objetivo: Preservação dos mananciais nas represas Billings e Guarapiranga por meio da expansão da coleta de esgotos, proteção de áreas verdes e urbanização de favelas.	–	–
2013/...	Programa Água do Litoral. Objetivo: Expansão da oferta de água na Baixada Santista e litoral Sul. Construção das estações de tratamento de água: Mambu/Branco (capacidade de 1,6 m ³ /s) e Jurubatuba (2 m ³ /s).	–	–
2011/...	Projeto Nossa Guarapiranga. Objetivos: Instalar barreiras de contenção nos rios que abastecem o reservatório, monitorar e retirar plantas que obstruem a captação de água e retirar resíduos sólidos.	–	–

Fonte: Dados disponíveis nos relatórios enviados à SEC relativos aos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.

e o Projeto São Lourenço devem elevar em cerca de 16 m³/s a disponibilidade de água para a Região Metropolitana de São Paulo. Ações semelhantes foram observadas apenas em 2006, quando a segunda fase do Programa Metropolitano de Água buscou ampliar em 8 m³/s a disponibilidade de água na região. Programas de redução de perdas e recuperação de mananciais foram iniciados em 2009, enquanto ações de expansão de água no Litoral ocorreram em 2013. Dentre os projetos de coleta e tratamento de esgoto destaca-se o Projeto Tietê, que vem sendo desenvolvido desde 1992. Projetos no litoral foram iniciados em 2007, possivelmente em resposta ao Plano Nacional de Saneamento.

Neto, tratando da crise hídrica de 2014/15, afirmou que “[...] a partir de 1990, a Sabesp substituiu a saúde pública pelo lucro e os usuários de seus serviços por seus acionistas, com a proteção do governo do estado, que, como acionista majoritário, passou a ‘ficar de olho’ nos 51% da sua parte nos dividendos – R\$ 250 milhões por ano, ou R\$ 1 bilhão em quatro anos de mandato” (Neto, 2016, p. 481). Os relatórios enviados à SEC mostram que, na comparação entre os períodos 2000/2007 *versus* 2008/2017, a média de distribuição de dividendos variou inversamente ao montante de investimentos: -23,5% e +120,2%, respectivamente (Tabela 3). O relatório de 2002 (Sabesp, 2002) explica que parte dos dividendos devidos ao governo estadual

foi usada para abater débitos remanescentes do processo de abertura de capital. Parcela desses débitos deve-se ao fundo de pensão dos funcionários (que foi assumido pelo governo estadual), além de contas em aberto de água e esgoto devidas pelos órgãos da administração estadual. A questão do passivo do governo estadual com a Sabesp está presente em outros relatórios da empresa (de 2000 a 2017) e foi objeto de diferentes acordos que os envolveram, dentre os quais a transferência de patrimônio público para a Sabesp, como mencionado no item “a” deste documento (Gestão de mão de obra).

Entre 2000 e 2017, a soma da distribuição de dividendos alcançou cerca de R\$ 12 bilhões, valor que corresponde a 27% do total dos investimentos registrados no período. De fato, caso não houvesse a abertura de capital, os recursos despendidos com dividendos para os acionistas privados poderiam reforçar os investimentos da empresa e, portanto, beneficiar a população. Contudo, os dividendos recebidos pelo Governo do Estado de São Paulo se mantiveram na esfera do setor público. Assim, o questionamento sobre os usos dos recursos públicos não pode estar limitado aos dividendos recebidos da Sabesp, pois reflete as escolhas feitas pelas diferentes administrações do Estado de São Paulo e por seus eleitores.

Eficiência dos serviços prestados

Do ponto de vista da eficiência dos serviços de saneamento, os relatórios da Sabesp enviados à SEC mostram que não houve mudança significativa no nível de perda de água desde o início dos anos 2000, visto que o índice de perda de água medido (IPA)² manteve-se acima de 30%, exceto para os anos de 2007, 2014 e 2015 (Tabela 5). Os melhores resultados foram obtidos, em 2015, durante a crise hídrica, quando a empresa reduziu a pressão no sistema de distribuição a fim de reduzir as perdas de água.

2. Índice de Perda de Água Medida (IPA) representa o quociente da diferença entre o volume total de água produzido (vp) menos o volume total de água medido (vm) menos o volume de água que excluímos (E) do cálculo de perda de água, dividido pelo volume total de água produzido (vp). O volume de água excluído (E) corresponde: à água utilizada para a manutenção das redes de distribuição, adutoras e reservatórios; à água fornecida para uso de municípios (p.ex, combate a incêndios); à água consumida nas unidades da Sabesp e às perdas estimadas de água no abastecimento de favelas. Assim: $IPA = \frac{vp - (vm - E)}{vp}$.

TABELA 5
Evolução do Índice de Perda de Água Medido (IPA)

ANO	ÍNDICE DE PERDA DE ÁGUA MEDIDO (em %)
2000	31,4
2001	32,6
2002	31,7
2003	33,0
2004	34,0
2005	32,4
2006	31,9
2007	29,5
2008	27,9
2009	32,4
2010	32,3
2011	32,0
2012	31,1
2013	31,2
2014	29,8
2015	28,5
2016	31,8
2017	30,7

Fonte: Relatórios enviados à SEC relativos aos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.

Tarifas

Outro aspecto que afeta, significativamente, o comportamento do faturamento das companhias de saneamento é o desenho e o regime de correção de tarifas. O sistema tarifário da Sabesp estabelece valores diferenciados para usuários residenciais e não residenciais. Entre os não residenciais, a empresa oferece benefícios para os grandes consumidores. Já entre os usuários residenciais, as famílias de baixa renda e os residentes em áreas de favela contam com tarifas abaixo do valor padrão. Em 2017, a tarifa padrão para residências (faixa de 11 a 20 m³/mês) alcançou R\$ 3,78, enquanto as famílias de baixa e as unidades localizadas em favelas pagavam R\$ 1,41 e R\$ 0,71, respectivamente (Sabesp, 2017, p. 66).

A despeito das diferenças nas tarifas entre usuários, que beneficiam as famílias de baixa renda, é possível observar que a tarifa média da Sabesp apresentou crescimento

expressivo após a abertura do capital da empresa. Tomando como referência o mês de julho de 2000 (base: julho de 2000 = 100), a Tabela 6 mostra que o número índice das tarifas cresceu de 100,0 para 378,8, enquanto o indicador equivalente para a inflação (medida pelo INPC) passou de 100,0 para 313,3. Ou seja, os reajustes nas tarifas superaram a inflação acumulada entre os anos de 2000 e 2018.

Para o período pós-2015, parte do reajuste das tarifas foi justificada para recompor as perdas advindas da crise hídrica. O racionamento de água e o oferecimento de descontos nas tarifas para incentivar a redução no consumo de água diminuíram o faturamento. Em resposta, a Sabesp requereu da Arsesp autorização para o estabelecimento de reajuste complementar com o objetivo de restabelecer o equilíbrio financeiro da empresa (El País Brasil, 2015)

TABELA 6
Evolução dos Reajustes Tarifários em Comparação com o INPC

PERÍODO REFERÊNCIA	REAJUSTE NAS TARIFAS (%)	VARIAÇÃO DO INPC (%)	NÚMERO ÍNDICE DAS TARIFAS	NÚMERO ÍNDICE DO INPC
Julho de 2000			100,0	100,0
Jul./00-Jul./01	13,10	8,06	113,1	108,1
Jul./01-Jul./02	8,20	9,04	122,4	117,8
Jul./02-Ago./03	18,90	19,68	145,5	141,0
Ago./03-Ago/04	6,80	6,30	155,4	149,9
Ago./04-Ago/05	9,00	5,54	169,4	158,2
Ago./05-Ago./06	6,70	2,88	180,7	162,8
Ago./06-Set/07	4,12	4,19	188,2	169,6
Set./07-Set./08	5,10	7,15	197,8	181,7
Set./08-Set./09	4,43	4,44	206,5	189,7
Set./09-Set./10	4,05	4,29	214,9	197,9
Set./10-Set./11	6,83	7,40	229,6	212,5
Set./11-Set./12	5,15	5,39	241,4	224,0
Set./12-Abr./13	2,35	5,37	247,1	236,0
Abr./13-Dez./13	3,15	2,83	254,8	242,7
Dez./13-Jun./14	6,49	3,79	271,4	251,9
Jun./14-Jun./15	15,24	8,76	312,7	273,9
Jun./15-Maio/16	8,45	8,75	339,2	297,9
Maio/16-Nov./17	7,89	3,54	365,9	308,5
Nov./17-Jun./18	3,51	1,57	378,8	313,3

Fonte: Dados disponíveis no website da Sabesp e nos relatórios enviados à SEC relativos aos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.

Desde o início dos anos 2000, a Sabesp realizou mudanças na metodologia de cálculo de correção das tarifas. Em 2003, a empresa adotou método de reajuste que separava os custos em duas partes: “A” e “B”. A parte “A” correspondia aos gastos com energia elétrica, materiais para tratamento de água e esgotos, impostos e a compensação financeira relativa ao uso de recursos hídricos. A parte “B” era composta pela diferença entre a receita operacional bruta e os valores apurados na parte “A”. O reajuste da parte “A” baseava-se na variação dos custos efetivos dos componentes desse grupo, enquanto a correção da parte “B” era calculada a partir do IPCA. Esse modelo de reajuste vigorou até o início da década de 2010, quando a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) definiu nova sistemática de reajuste de tarifas que incluía, entre outros elementos, os ganhos de produtividade obtidos pela empresa.

O conjunto de indicadores econômicos e operacionais da Sabesp mostrou convergências e divergências em relação ao observado nos países europeus. Lembrando que este trabalho não pretende comparar a performance econômica da empresa brasileira vis-à-vis às congêneres europeias, as conclusões, indicadas a seguir, buscarão interpretar os caminhos trilhados pela Sabesp à luz das recentes transformações na indústria mundial de saneamento.

Conclusão

A crise hídrica de 2014/2015 trouxe a luz o debate sobre a política de saneamento básico no país. Assim, o objetivo deste trabalho foi compreender as estratégias comerciais, financeiras e operacionais das companhias de saneamento básico sob a influência do capital privado, tendo como pano de fundo o cenário internacional, a fim de contribuir para as discussões sobre as transformações em curso no setor de saneamento no Brasil. Nesse sentido, as decisões tomadas pela Sabesp podem servir como referência para o entendimento das ações tomadas pelas demais companhias de saneamento que atuam no país.

Ancorado nas informações estatísticas detalhadas disponíveis nos relatórios enviados pela Sabesp à SEC, este trabalho identificou algumas estratégias adotadas pela empresa que convergiram (e outras que divergiram) da experiência internacional, as quais são resumidas a seguir:

- À semelhança do observado em outros países, a abertura do capital da Sabesp foi acompanhada pelo declínio e pela precarização de sua força de trabalho. Os dados disponíveis nessa pesquisa são insuficientes para averiguar se a política de mão de obra adotada pela empresa afetou negativamente a prestação de serviços. Contudo, questionamentos levantados por engenheiros e pelos sindicalistas mobilizaram

o interesse dos procuradores do trabalho do Estado de São Paulo, que abriram procedimento para investigar as denúncias.

- À semelhança do observado em outros países, a Sabesp buscou diversificar suas linhas de negócios. Porém, a participação percentual das receitas obtidas com essas novas atividades ainda é relativamente pequena em comparação com o total do faturamento da empresa.
- Diferente do observado nos países centrais, a infraestrutura de saneamento no Brasil ainda é bastante incompleta (mesmo em São Paulo), notadamente no que tange à coleta e ao tratamento de esgoto. Tal característica abre oportunidades de mercado, o que pode explicar a baixa participação percentual dos novos negócios no faturamento da Sabesp e o esforço da empresa para consolidar, por meio da renovação dos contratos de programa, a prestação de serviços no território paulista.
- Tal como registrado em outros países, a incorporação do capital privado na Sabesp foi acompanhada pelo aumento expressivo das tarifas. Parte desse aumento aconteceu ainda no período de preparação da empresa para a oferta inicial de ações. A partir de julho de 2000, o aumento acumulado dos reajustes nas tarifas superou a variação da inflação, medida pelo INPC.
- Diferente do observado no Reino Unido, a Sabesp atuou muitos anos no Estado de São Paulo com relativa liberdade, pois a agência responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento (Arsesp) foi criada apenas em 2007. A metodologia de reajuste de tarifas, que foi desenhada pela Sabesp, foi inicialmente adotada pela Arsesp e, apenas no início da década de 2010, foi substituída por outra metodologia que considera os ganhos de produtividade da empresa.
- Ainda sobre a questão das tarifas, destaque-se que a política tarifária da empresa parece ter transferido os riscos do negócio para os usuários. Com base no princípio de que o equilíbrio financeiro da empresa é uma prioridade e deve ser preservado, a agência reguladora autorizou aumentos adicionais nas tarifas para compensar as perdas da Sabesp derivadas das medidas adotadas durante a crise hídrica, como a imposição do racionamento de água e a oferta de subsídios para a redução do consumo.
- À semelhança do observado em outros países, há indícios que apontam divergências entre os interesses da empresa e os dos usuários. O crescimento mais rápido da rede distribuição em comparação com o da oferta de água reforça o argumento de Neto (2016), que acusa a Sabesp de privilegiar os lucros em detrimento do atendimento da população.
- Na mesma direção, a análise qualitativa dos investimentos mostrou que muitos projetos de expansão da oferta de água surgiram a partir de 2008, como é o caso do Projeto Tietê. Outras importantes iniciativas para a expansão de oferta de água,

como o Projeto São Lourenço, a transposição do Rio Itapanhaú e a interligação dos reservatórios Jaguari e Atibainha, foram iniciadas quando a crise hídrica já afetava os usuários.

- A análise qualitativa dos investimentos também mostrou que, no início da década de 2000, as atenções da empresa estavam voltadas para a expansão da coleta e tratamento de esgotos, possivelmente reagindo às prioridades estabelecidas pelo governo estadual, ainda nos anos 1990.
- Note-se que uma investigação ampla sobre os impactos sociais e econômicos da crise hídrica de 2014/2015, em São Paulo, depende de informações não disponíveis neste trabalho. Como sugestão de agenda de pesquisa, é importante comparar as decisões operacionais e de investimento com o detalhamento geográfico da expansão das áreas atendidas pela Sabesp.
- A discussão sobre a destinação dos dividendos da empresa é controversa. De fato, os valores distribuídos como dividendos poderiam reforçar os investimentos da Sabesp. No entanto, metade desses recursos foi transferida para o Governo do Estado de São Paulo e, portanto, permaneceram na órbita do setor público. Está além dos limites desse trabalho avaliar a destinação desses recursos dentre as prioridades do governo paulista. De outro lado, o trabalho mostrou que os opositores da privatização das companhias de saneamento contam com argumentos relevantes quando observada a experiência da Sabesp, posto que: (i) parte substancial do financiamento provém de recursos públicos e de agência multilaterais (em alguns casos, subsidiados); (ii) riscos podem ser transferidos para os usuários (devido ao princípio do equilíbrio financeiro dos contratos) e que; (iii) os indicadores de perda de água encontram-se, ainda, em patamares relevantes.
- À semelhança do observado em outros países, os recursos oriundos de bancos públicos e de agências multilaterais permaneceram essenciais para o financiamento dos investimentos da Sabesp, embora tenha sido observado um pequeno crescimento na participação das captações no mercado privado, por meio da emissão de debêntures e de outros instrumentos financeiros.

Resumindo, a investigação das estratégias financeiras e operacionais da Sabesp mostrou que, na maioria dos casos, a empresa vem acompanhando as tendências observadas no cenário mundial, para o setor de saneamento. Crônicas deficiências na infraestrutura de saneamento no Brasil parecem explicar algumas divergências observadas entre as estratégias da Sabesp e as das empresas que atuam nos países centrais.

Neste trabalho, não se percebeu na análise da Sabesp a ideia de harmonia entre os interesses dos investidores e os dos usuários, que frequentemente é destacada nos textos dos autores que defendem as soluções de mercado para o saneamento. De

fato, as situações de conflito estão presentes não apenas no debate na imprensa, mas, igualmente, nos documentos oficiais da empresa. Em 2016, o relatório da Sabesp enviado a SEC (Sabesp, 2016, p. 15) alerta que o governo do Estado de São Paulo, como acionista controlador, pode tomar medidas que não atendem os interesses dos acionistas minoritários e detentores de ADR.

Entre os defensores das soluções de mercado para o saneamento também é comum o argumento de que a operação privada do saneamento reduz as obrigações do setor público, liberando recursos para outras prioridades governamentais. A análise da estrutura de endividamento da Sabesp mostrou o contrário. Após quase vinte anos da abertura do capital, a Sabesp continua apresentando forte dependência de recursos públicos. O salto de investimentos ocorrido em meados da década de 2000 foi explicado, fundamentalmente, pelos fundos disponibilizados pelo governo federal. E mais: os relatórios enviados à SEC apontam, entre as vantagens do negócio, a disponibilidade de recursos públicos subsidiados.

O relatório da Sabesp encaminhado à SEC registra que

[...] uma parcela significativa das nossas necessidades de financiamento é obtida pelo financiamento de longo prazo a taxas de juros atraentes de bancos públicos governamentais brasileiros, agências multilaterais e bancos de desenvolvimento governamentais internacionais. Se o governo brasileiro mudar sua política em relação ao financiamento dos serviços de água e esgoto, ou se não formos capazes de obter financiamento de longo prazo a taxas de juros atraentes de agências multilaterais nacionais e internacionais e bancos de desenvolvimento, no futuro talvez não sejamos capazes de cumprir nossas obrigações ou financiar nosso programa de investimentos, o que pode ter um efeito material adverso sobre nossos negócios e condição financeira (Sabesp, 2017, p. 24).

Enfim, a investigação da experiência da Sabesp mostrou que a visão idealizada de que o capital privado pode prover melhores serviços com menores tarifas não corresponde à complexidade dos fatos. Tal percepção é reforçada pela literatura, com base nos relatos colhidos nos países centrais e nos subdesenvolvidos. Portanto, cumpre refletir, de forma ponderada, sobre as propostas em curso que tratam das mudanças nas políticas de saneamento no Brasil.

Referências Bibliográficas

- BAKKER, K. J. (2003), "From public to private to... mutual? Restructuring water supply governance in England and Wales". *Geoforum*, 34 (3): 359-374.
- BARRUCHO, L. G. (2014), "Em meio à crise hídrica, Sabesp convive com acusações e elogios". *Portal BBC Brasil*. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141023_sabesp_lgb.
- BLUEFIELD RESEARCH. (2013), "Private water utilities: Global rankings & company strategies". Disponível em <http://www.bluefieldresearch.com/research/report-private-water-utilities-global-rankings-company-strategies/>.
- BORGES, L. F. X. (1998), "Project finance e infraestrutura: descrição e críticas". *Revista do BNDES*, 5 (9): 105-121.
- CHENOWETH, J. (2004), "Changing ownership structures in the water supply and sanitation sector". *Water International*, 29 (2): 138-147. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/02508060408691763>.
- DORE, M. H. I.; KUSHNER, J. & ZUMER, K. (2004), "Privatization of water in the UK and France – What can we learn?". *Utilities Policy*, 12 (1): 41-50.
- EL PAÍS BRASIL. (2015), "Sabesp vai aumentar conta de água em mais de 15% a partir de junho". Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/05/politica/1430790446_484078.html.
- FERREIRA, C. K. L. (1995), "O financiamento da indústria e infraestrutura no Brasil: crédito de longo prazo e mercado de capitais". Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286353>.
- GAMEZ, M. (9 de jun. 1997), "Sabesp estreia na Bolsa e agita analistas". *Folha de S.Paulo*, São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi090614.htm>.
- GÓMEZ-LOBO, Andrés & CONTRERAS, Dante. (2003), "Water subsidy policies: a comparison of the Chilean and Colombian Schemes". *The World Bank Economic Review*, 17 (3): 391-407.
- GRAHAM, S. & MARVIN, S. (1994), "Cherry picking and social dumping: utilities in the 1990s". *Utilities Policy*, 4 (2): 113-119.
- HALL, D. (2015), "Why Public-Private Partnerships do not work: the many advantages of the public alternative". *Public Service International Research Unit (Psiru)*. Disponível em http://www.world-psi.org/sites/default/files/rapport_eng_56pages_a4_lr.pdf.
- HALL, D. & LOBINA, E. (2007), "International actors and multinational water company strategies in Europe, 1990-2003". *Utilities Policy*, 15 (2): 64-77.
- HELM, Dieter. (2015), "Rethinking the economic borders of the state – ownership, assets, and competition". *Oxford Review of Economic Policy*, 31 (2): 168-185.
- JESSOP, B. (1993), "Towards a Schumpeterian workfare state? Preliminary remarks on post-Fordist political economy". *Studies in Political Economy*, 40 (1): 7-39.

- LEITE, I. (26 ago. 2015), "Sabesp é condenada por fraude na terceirização de funcionários em São Paulo". *g1*. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/sabesp-e-condenada-por-fraude-na-terceirizacao-de-funcionarios-em-sp.html>.
- NETO, J. C. C. (2016), "A crise hídrica no estado de São Paulo". *Geousp – Espaço e Tempo* (Online), 19 (3): 479-484.
- OLSON, E. D. (2003), "What's on tap?: Grading drinking water in US cities". *Natural Resources Defense Council*. Disponível em <https://www.nrdc.org/sites/default/files/whatsontap.pdf>.
- "PROJETO DEPENDE de contratações, diz sindicato". (21 set. 1996), Folha de S.Paulo, São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/21/cotidiano/44.html>.
- PROJETO Memória Roda Vida (Fapesp/Unicamp/Fundação Padre Anchieta). (1998), Entrevista realizada com o governador Mário Covas em 22 de junho de 1998. Disponível em http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/207/roda_viva/sobre_o_projeto.htm.
- REIS, Vasco Pinto dos. (2004), "A intervenção privada na prestação pública: da expansão do Estado às parcerias público-privadas". *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 4: 121-136. Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/16891/1/RUN%20-%20RPS%20-%202004%20-%20V.%20Tematico%20n4%20a10%20-%20p.121-136.pdf>.
- ROGERS, Peter; DE SILVA, Radhika & BHATIA, Ramesh. (2002), "Water is an economic good: How to use prices to promote equity, efficiency, and sustainability". *Water Policy*, 4 (1): 1-17. Disponível em https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/ROGERS%20et%20al%202001%20Water%20pricing%20to%20promote%20equity.pdf.
- ROSENAU, P. V. (org.). (2000), *Public-private policy partnerships*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. (2004), Relatório anual enviado à Securities and Exchange Commission, relativo ao ano base 2004. Disponível em <http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=4&proj=investidore snovo&pub=T&db=&docid=6DCF9E8E8803BD42832570DF0065BC85&docidPai=AB82F8DBCD12AE488325768C0052105E&pai=filho0>.
- SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. (2016), Relatório anual enviado à Securities and Exchange Commission, relativo ao ano base 2016. Disponível em <http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=4&proj=investidore snovo&pub=T&db=&docid=6DCF9E8E8803BD42832570DF0065BC85&docidPai=AB82F8DBCD12AE488325768C0052105E&pai=filho0>.
- SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. (2017), Relatório anual enviado à Securities and Exchange Commission, relativo ao ano base 2017. Disponível em <http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=4&proj=investidore snovo&pub=T&db=&docid=6DCF9E8E8803BD42832570DF0065BC85&docidPai=AB82F8DBCD12AE488325768C0052105E&pai=filho0>.
- SANTANA, N. (23 abr. 1998), "A Sabesp e as eleições". *Folha de S.Paulo*, São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff23049809.htm>.

- SILVA FILHO, Edison Benedito da. (2014), *Securitização de ativos públicos para financiamento de projetos de infraestrutura: o caso brasileiro e a experiência dos Brics*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3329/1/td_1989.pdf.
- SWYNGEDOUW, E. (2006), "Power, water and money: exploring the nexus". *Human Development Report Office (HDRO)*, n. HDOCPA-2006-14, United Nations Development Programme (UNDP).

Resumo

Estratégias comerciais e operacionais das grandes companhias de saneamento: a experiência do Estado de São Paulo

O final do século XX testemunhou a ascensão de modelos de política pública baseados em soluções de mercado, o que estimulou a privatização e o surgimento de parcerias público-privadas no setor de saneamento básico. O objetivo deste trabalho é avaliar as estratégias comerciais e operacionais adotadas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), tendo em vista as transformações em curso no mercado internacional, a fim de juntar elementos que contribuam para o debate das políticas de saneamento no Brasil. A metodologia do trabalho buscou identificar convergências e divergências entre os interesses dos investidores e dos usuários, a partir da análise das informações econômicas e operacionais disponíveis nos relatórios dos acionistas, com destaque para os seguintes aspectos: recursos humanos, investimentos, tarifas, eficiência operacional e lucratividade. A investigação concluiu que a Sabesp vem seguindo estratégias semelhantes às observadas nas companhias que atuam no mercado internacional, embora tenha divergido em alguns aspectos, possivelmente em razão das características da infraestrutura de saneamento presentes em São Paulo. Finalmente, em oposição à harmonia preconizada nos textos que defendem as soluções de mercado, esta pesquisa apontou nas estratégias da Sabesp os conflitos entre os interesses de investidores e usuários.

Palavras-chave: Saneamento básico; Gestão ambiental; Infraestrutura urbana; Participação cidadã; Serviços urbanos.

Abstract

Commercial and operational strategies by large sanitation companies: the experience of the State of São Paulo

The late 20th century witnessed the rise of public policy models based on market solutions which stimulated privatization process and public-private partnerships in basic sanitation services. The aim of this work is to evaluate the commercial and operational strategies adopted by the Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp (the sanitation company of São Paulo State) in view of the current changes of global sanitation industry. The methodology

sought to identify convergences and divergences between the interests of investors and users, based on the analysis of the economic and operational information available in the shareholders' reports, highlighting the following aspects: human resources, investments, tariffs, operational efficiency and profitability. The investigation concluded that Sabesp has followed strategies similar to those observed in companies operating in the international market, although it has diverged in some aspects, possibly due to the characteristics of the sanitation infrastructure in São Paulo. Finally, in opposition to the harmony advocated in the texts that defend the market solutions, this research pointed out in the design of the strategies adopted by Sabesp the conflicts of interest between investors and users.

Keywords: Basic sanitation; Environmental management; Urban infrastructure; Citizen participation; Urban services.

Texto recebido em 8/5/2019 e aprovado em 24/11/2019.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.157857.

ALBERTO DE OLIVEIRA é economista, doutor em planejamento urbano e regional e professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Foi pesquisador visitante no Institute of Urban and Regional Development (Iurd) of University of California (Berkeley). E-mail: alberto@ippur.ufrj.br.



Imagens do futuro

Risco e responsabilização na gerência neoliberal do amanhã

Claudia Linhares Sanz*

<https://orcid.org/0000-0003-0256-817X>

Mirella Pessoa**

<https://orcid.org/0000-0002-7194-4186>

Futuro: dispositivo contemporâneo do poder

Esteja avisado: o aplicativo Future You Simulation foi projetado para aterrorizar. Ele mostra aos usuários como eles envelhecerão no futuro, antes de dar algumas dicas úteis sobre como manter um brilho jovem.
Reportagem publicada no jornal inglês *DailyMail.com* (Palmer, 2019)¹

- Saltaste sem paraquedas?!
 - Tranquilo, resolvo isso depois!
 - Como “depois”? Isso é como se preocupar com sua pensão quando estiver para se aposentar.
 - Aposentadoria? Não... Falta muito para isso!
 - Não nos diga que estás sem um sistema de pensão.
 - Não... Agora estou jovem.
 - Isso você pensa agora. Mas você chegará em uma idade em que já não poderá mais trabalhar [...]
 - Mas isso me custa, não?
 - Sim, mas seu futuro vale! Quanto pagarias agorinha por um paraquedas?
- Propaganda do Sistema Nacional de Pensões, Peru, 2015²

* Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

1. “A inteligência artificial vai dizer como seu rosto envelhecerá [...]. O aplicativo pode analisar sua pele a partir de uma *selfie* e mostrar como você será em vinte anos.” (Palmer, 2019). Nessa e nas demais citações em idioma estrangeiro, a tradução é nossa.
2. Parte da campanha da Oficina de Normalization Previdencial (ONP), organismo público especializado do setor de economia e finanças do Peru, vinculado ao Sistema Nacional de Pensões (SNP). Campanha disponível em: <<http://bit.ly/2UHmASD>>, consultado em 13/2/2019 (ONP, 2015).

Ver seu rosto transformado pelas marcas do tempo na tela do celular é a principal promessa do aplicativo *Future You Simulation*. A partir de algoritmos treinados para reconhecer as áreas da face que têm maior probabilidade de mudar à medida que envelhecem, oferece ao usuário uma simulação pretensamente acurada do que o espera. O programa mostra como você será em vinte anos, caso não adote as orientações de cuidados com a saúde fornecidas pelo aplicativo (Palmer, 2019). Trata-se de um futuro tão previsível quanto amedrontador. Algo, entretanto, que não se restringe às paranoias contemporâneas da beleza perfeita e eterna, nem a aplicativos “caça-níqueis” como esse. Em narrativa cada vez mais global, de campos sociais diversos – jornalismo, publicidade, medicina, economia, estatística e educação –, o futuro integra nosso cotidiano a partir de imagens pretensamente cada vez mais nítidas. Projeções econômicas, previsões estatísticas, imagens neurocientíficas, exames genéticos, simulações eletrônicas – uma vasta gama de figuras circula no mundo contemporâneo anunciando que os riscos do porvir podem e devem ser mapeados. Trata-se de uma superabundância imagética acerca do futuro – sustentada pelas tecnologias de antecipação e de simulação – que entrelaça uma generalização da cultura do risco à privatização de sua gestão³.

Atuando como uma espécie de máquina na biopolítica dos possíveis, o futuro contemporâneo exige progressivas estratégias e múltiplos dispositivos de segurança que devem, na lógica neoliberal, ser responsabilidade especialmente individual. Máquina biopolítica dos possíveis porque, fazendo funcionar certas relações com o tempo presente e com o que está por vir, acaba por constituir uma economia do que é (ou não) provável, do que pode ser (ou não) realizável, do que deve (ou não) ser considerado temível ou imaginável. Faz girar assim uma racionalidade cuja lógica garante certa maneira de lidarmos com nossas expectativas e com a virtualidade do tempo vindouro. Máquina que não está localizada em uma ou em outra instituição, mas que se multiplica em diagramas, estratos e inscrições contínuas e mínimas. Atravessa o campo social penetrando também a relação do sujeito com ele mesmo, com suas esperanças ou medos, com o que imagina que *pode* vir a ser, enquanto indivíduo e ator social. Máquina biopolítica mas não porque está restrita à dimensão biológica da vida, não porque se limita ao jogo de variáveis de nascimento e morte, saúde ou doença; e sim porque governa a vida em sua complexidade, relacionando-se também com seu nível molecular, atuando na vida íntima das pessoas, em suas

3. Vale ressaltar duas linhas de análise importantes no debate acerca do risco: a primeira entrelaça o risco a uma abordagem sociológica e a fenômenos como mudanças climáticas e desastres ecológicos (Beck, 2010, e Giddens, 2009, por exemplo); a segunda articula a análise do risco à ideia de governamentalidade proposta por Foucault, entendendo o risco como forma específica de governo (Defert, 1991; Ewald, 1991; O'Malley, 1996; e Rose, 1989).

opções e escolhas cotidianas, em seus projetos pessoais, vinculando-se com o que cada um estima como chance de sucesso e com os modos como calcula potencializar suas habilidades ou evitar sua vulnerabilidade⁴.

De fato, todos nós (não só os usuários do *Future You Simulation*) estamos lidando, uns mais outros menos, cada vez mais com simulações visuais do que nos tornaremos um dia. Estamos imersos em um senso de futuro que antecipa o campo do porvir, simula seus perigos e exige a administração cada vez mais pessoal dessas ameaças. Diante das ameaças, estamos como na propaganda de previdência peruana usada na epígrafe: como alguém que salta de um avião, somos capazes de avistar o porvir. Diante dele, entretanto, entramos em queda livre, caindo no vácuo sem resistência, em direção à inevitável colisão com o solo. Resta, a cada um, ser ágil e rápido, e lançar mão de seu próprio paraquedas.

Trata-se da instalação de um senso de futuro que se afasta, em vários aspectos, daquele vivido em outros (futuros) passados. Fenômeno histórico, de ordem global, que não apenas atua na amplitude de nossos projetos políticos – ou na falta deles –, mas que tem também efeitos capilares no cotidiano do sujeito contemporâneo. Não por acaso, o futuro contemporâneo aparece constantemente monetizado: ele vale (e não qualquer coisa, como trata a propaganda peruana). Vale, sobretudo, a administração das condutas, individuais e coletivas; a gerência do corpo; a orientação da formação pedagógica; o controle dos prazeres; o aumento da capacidade de resiliência. Como percebeu Agamben, “o futuro, bem como a crise, é hoje um dos principais e mais eficazes dispositivos do poder”⁵.

De que maneira, porém, uma dimensão como o futuro – que ainda não existe propriamente – pode atuar hoje como dispositivo? Provavelmente porque mobiliza em torno de sua expectativa um conjunto heterogêneo de forças, engrenagens, práticas,

4. A categoria foucaultiana de biopolítica se refere aqui ao complexo processo que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos do poder, tornando o homem moderno “um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo estão em questão” (Foucault, 1988, p. 156). Cabe, entretanto, lembrar que ao longo da obra de Foucault esse conceito ganha amplitude própria, sendo, então, pensado a partir do conceito de *governamentalidade*, encontro das técnicas de dominação exercida sobre os outros e as técnicas de si (Foucault, 2008a). Assim, questões como saúde, higiene, longevidade, nascimento e raça são integradas à análise da razão governamental e do seu nível molecular que organiza e pauta a conduta individual (ver Foucault, 2008a, 2008b, 1999; Castro-Gomez, 2010). Nesse sentido, importante ressaltar aqui que esse tipo de poder que Foucault chamou de biopoder é produtivo também em termos de temporalidade: ele pressupõe certo ritmo temporal, institui certa experiência de cálculo e de previsão e, sobretudo, trabalha instaurando o risco como elemento crucial dos modos de governar que se instalaram desde a modernidade e que, já há algum tempo, adquirem lógicas neoliberais (ver Sanz, 2019a, e Pessoa, 2020).

5. Intervenção de Agamben no programa Chiodo Fisso da rádio Rai 3, em 25/1/2019. Disponível em <<http://bit.ly/2WmLRPi>>, consultado em 3/5/2019. Sobre dispositivo, ver Agamben (2009) e Deleuze (1996).

discursos, saberes e imagens, trabalha fabricando o presente. Alavanca certas ações; legitima forças sociais, neutraliza outras; atribui sentidos ao real; dá corpo a uma racionalidade política e invalida outras; exige medidas de segurança e dispositivos de vigilância; opera regulando políticas públicas do mesmo modo que orienta decisões íntimas. Assegura certos gestos e modos de proceder coletiva e individualmente. Produz certa distribuição de olhares que, aliás, não vislumbra só o que virá. Assim, o futuro não é apenas uma *ideia* que reflete um modelo produtivo de poder, mas um *dispositivo* produtivo desse modelo mais amplo.

Não tratamos, decerto, do futuro propriamente, mas de determinado modo de experimentar essa dimensão abstrata que, historicamente, se altera e se transmuta (Sanz, 2019b). É em cada atualidade que, entrelaçado aos jogos de poder, um certo senso de *futuridade* emerge⁶. Longe de ser apenas um tipo de imaginação que se desdobra exclusivamente em narrativas ficcionais, é também uma imaginação política, que paira, legitima e sustenta verdades que, por sua vez, garantem leis e normas. Senso capaz de orientar (ou excluir) investimentos financeiros na ciência e na pesquisa; justificar ementas governamentais, determinar a emergência (ou a escassez) de lutas sociais. Sentimento de tempo, presente nos assuntos popularizados na mídia e nos modos como os idosos compram seguros de vida (ou na frequência com que os jovens abandonam a escola). Algo que possibilita novas expectativas para a infância, implica certos desafios para a juventude e gera suas próprias acepções para a velhice. Sentimento não apartado dos modos de governança de uma certa racionalidade; dos conflitos e disputas econômicas; das visibilidades e invisibilidades; dos saberes de uma época. Senso que se instala nas (e pelas) imagens⁷.

De fato, não é coadjuvante o estatuto do atual regime de visibilidade na constituição de nosso senso contemporâneo de futuro⁸. Se o porvir como dimensão imaginativa parece hoje eclipsado, pelo menos em alguns sentidos, tal atrofia não

6. Cabe ressaltar, dentre as análises que investigaram os enquadramentos históricos do senso de futuridade, a obra do historiador alemão Koselleck, *Futuro passado* (2006), que se tornou obrigatória no debate acerca do futuro. Na esteira de Koselleck, outros pensadores mapearam as formas históricas do futuro – tanto as passadas como as atuais –, entre eles Hólscher (2014), Hartog (2013) e Minois (2016). Mais recentemente, no âmbito das análises da alteridade do senso contemporâneo de futuro, citamos os estudos de Nowotny (1994), Adam e Groves (2007), Rosa (2019) e Urry (2016).

7. Sobre o laço estreito entre imagem e futuro vale lembrar o estudo seminal do sociólogo holandês Polak, *The image of the future*, publicado em 1955. Segundo o autor, as imagens estão intimamente relacionadas com os conceitos de tempo que o homem realizou: “todas as imagens do futuro que levam o homem para fora e para além dele também contêm um conceito de tempo que está fora e além do tempo existente” (1973, p. 7).

8. Um regime de visibilidade “consiste, antes, não tanto no que é visto, mas no que torna possível o que se vê. Dessas condições de visibilidade participam máquinas, práticas, regras, discursos que estão articulados a formações de saber e jogos de poder” (Bruno, 2013, p. 15).

acontece sem uma profusão discursiva realizada, sobretudo, a partir das imagens. São as imagens cada vez mais nítidas da antecipação que ancoram uma espécie de hipervisibilidade da qual não escapa nem o futuro. Na “tela total” da atualidade, usando figura de Baudrillard (1991), também a vida por vir se presentifica por uma espécie de continuidade temporal sem fissuras ou alteridade, como imagem sem enigma, mistério ou face oculta, sem fora ou linha de fuga. Pelo contrário: nessa narrativa continuamente proferida pelos jornais ou pelas propagandas das novas escolas da elite internacional, pelos anúncios de fundos de pensões para idosos ou pelo *marketing* das reformas governamentais, brasileiras e mundiais, o futuro aparece como quadro já fixado, impresso de antemão; como tabelas já preenchidas com números – semelhantes aos algoritmos do aplicativo que nos fazem ver o invisível do tempo em nosso próprio rosto e feição.

É justamente no estreitamento do sentido do possível que as tecnologias imagéticas parecem trabalhar hoje: nítido e atual, o futuro vai perdendo graus de incerteza, virtualidade e imprevisibilidade, tendo subtraídas de sua figura aberturas e invisíveis. Funcionando como as *smart* câmeras, aquelas que pretensamente possibilitam à vigilância intervir pró-ativamente antes do crime, as atuais tecnologias imagéticas são máquinas de *ver* também o destino, configuradas sob a égide da especulação, da predição e da prevenção. São simultaneamente máquinas de discursar a respeito de nosso destino – como os aplicativos que nos oferecem as fotografias das ruínas de nosso envelhecimento (Sanz e Pessoa, 2020). Como analisaremos neste artigo, trata-se de um regime de visibilidade que distribui claros e escuros acerca do porvir, faz ver algumas imagens e ofusca outras. Regime que sustenta uma certa gerência do futuro – algo que alia a produção de uma cultura da antecipação tanto à responsabilização do indivíduo quanto a uma espécie de apatia social generalizada.

Domínio do que se manifesta no amanhã: pronto para *ler* o futuro e fazer parte dele?

Are students ready for the future?

Slogan do xQ Super School Project, EUA, 2015⁹

Todas as empresas estão na mesma corrida: encontrar um exame único que permita detectar qualquer tipo de tumor que se manifeste no futuro.

Rocío Arroyo, diretora da Amadix, em entrevista ao *El País* (Ariza, 2019)

9. Propaganda de divulgação do xQ Super School Project *The Future of Our Schools: An Urgency For Change*, de 2015. Disponível em <<http://bit.ly/2GiHfo4>>, consultado em 11/4/2019.

A medicina contemporânea tem investido fortunas no diagnóstico preventivo, direcionando esforços para antecipar e controlar doenças como, por exemplo, as oncológicas. Como anuncia Baumgartner (2019) em reportagem publicada em *El País*, a empresa Amadix – pequena *startup* de biotecnologia – abre uma nova era na previsão do câncer ao detectar tumores no cólon de pessoas saudáveis; o *colofast*¹⁰ poderá significar grande alívio para uma sociedade assombrada por essa epidemia contemporânea; uma vantagem abissal na corrida contra o câncer (pelo menos para quem puder pagar por ele). Mais do que isso, ter domínio daquilo que “se manifesta no futuro”, segundo a pesquisadora de farmacologia experimental, não é só privilégio de quem tem acesso à medicina avançada; é também significativa vantagem econômica da Amadix no mercado diagnóstico preventivo, disputadíssimo pelos gigantes da indústria farmacêutica.

Quem não gostaria de estar livre da ameaça de vir a se tornar paciente de câncer ou de qualquer outra doença? Ou de tratá-la antes que ela se torne atual? Longe de ser simplesmente “criticável”, o gesto de “dominar aquilo que se manifesta no futuro” se tornou uma lógica reguladora da sociedade contemporânea, algo, aliás, não restrito à medicina. A emergência desse tipo de analítica do futuro como operante imprescindível à sociedade e ao indivíduo coincide com a consolidação de uma arquitetura temporal generalizada, cujas lógicas são sobretudo econômicas. Nesse sentido, antes de se tornar ou o funcionamento estrutural da biomedicina ou argumento para as lutas ambientais, esse modo de antecipação do porvir participa de um processo amplo em que o modelo econômico é desdobrado e vertido em um modelo de “relações sociais, um modelo de existência, uma forma de relação consigo mesmo, com o tempo, com seu círculo, com o futuro” (Foucault, 2008a, p. 332). Nesse contexto, a temporalidade que pressupõe os diagramas oferta/procura, investimento/custo/lucro, financeirização/juros, especulação/antecipação, gestão/capital humano passa a atravessar, valorar e significar todo o tecido social e também nossa existência, em níveis capilares.

A área ou o indivíduo que estiver em condições de prever, simular e anunciar os acontecimentos futuros adquire vantagem indiscutível na luta pela sobrevivência (e pelo poder). Da medicina à economia financeira, da educação ao mercado de trabalho – inúmeros são os investimentos no sentido de desenvolver “ferramentas de previsão”, “sistemas de antecipação” ou “premissas antecipatórias” que deverão, segundo especialistas de diversas áreas, balizar atuais tomadas de decisão¹¹. Não por

10. Primeiro exame de sangue capaz de detectar um tumor de cólon antes que ele se desenvolva.

11. Os *future studies* contemporâneos coroam a trajetória histórica de um campo de estudos que emerge na segunda metade do século XX (ver Bell, 1997; Amara, 1974). Desde então, o campo se tem desdobrado em abordagens e perspectivas variadas, tanto nas ciências humanas quanto nas biológicas e

acaso, desde 2012 a Unesco catalisa suas ações prospectivas para o desenvolvimento do que denominou *future literacy*¹². Em tradução literal, o nome desse projeto, realizado por meio da Rede Global de Alfabetização de Futuros¹³, significa “alfabetização futura”. Claramente, a expressão não se refere a uma alfabetização a se realizar no futuro; antes, versa acerca de pretensão letramento (em tradução mais precisa) *em* futuro, como se o porvir estivesse escrito e nos fornecesse sinais que precisam ser adequadamente interpretados, narrados e, sobretudo, usados de modo competente. Estar *letrado em* futuro, para Riel Miller (2018, p. 15), coordenador desse projeto internacional, significa ter adquirido uma nova habilidade: “alguém alfabetizado em futuro adquiriu as competências necessárias para decidir por que e como usar sua imaginação para introduzir no presente o futuro inexistente”.

Segundo Roumiana Gotseva, consultora da Unesco, fundadora e diretora do Centro de Prospectiva Estratégica¹⁴, *antecipação* é a capacidade de habitar uma terra desconhecida e, simultaneamente, perceber as diferentes maneiras pelas quais estamos olhando para ela¹⁵. Certamente Gotseva não está errada: a cultura da antecipação nos faz viver um regime temporal em que o tempo que habitamos está, por um lado, “fora de qualquer lugar” (nem lá, nem aqui); por outro, sempre aqui – já que “digere” o amanhã e dele retira seu caráter de alteridade. Isso significa que a dimensão do futuro é causa projetada, convocada a integrar – como simulação – nosso presente e, assim, torna-se habitável (sem ser). Constantemente convocado a ser *lido*, o futuro também

exatas. Articulando cientistas e pensadores de áreas interdisciplinares, essas pesquisas se têm ocupado em criar sistemas de análise de probabilidade, regras estatísticas de prognósticos, métodos de prevenção, dando suporte, atualmente, para diferentes instituições governamentais, agências de inteligência, agências internacionais como a Unesco ou, simplesmente, para alimentar o mercado.

12. Ver a respeito “Futures Literacy”, *Unesco.org*, <<http://bit.ly/2GpjMQV>>, consultado em 12/4/2019.
13. Nos últimos anos, cátedras Unesco em alfabetização de futuros foram iniciadas na Finlândia, Grécia, Itália, Malásia, Holanda, Tunísia, Reino Unido e Uruguai. Elas são “catalisadores para o desenvolvimento dos Centros de Alfabetização de Futuros e peças-chave de uma emergente Rede Global de Alfabetização de Futuros”. Planos em andamento visam a cadeiras no Chile, França, Marrocos, Tailândia etc. Disponível em: <<http://bit.ly/2GpjMQV>>, consultado em 12/4/2019.
14. Com sede na Bulgária, presta consultoria “voltada para o futuro”, dedicada à previsão governamental, corporativa e social. Como essa empresa, há, ressalte-se, um *pool* de novas empresas emergentes nesse contexto, como a Foresight Alliance, que aplica “previsão, estratégia e pesquisa para desenvolver a resiliência das organizações no ambiente cada vez mais complexo e em rápida mudança de hoje” (disponível em: *Foresight Alliance*, <<http://bit.ly/2UrAFzk>>, consultado em 5/5/2019), ou a Rohrbeck Heger, que convida seus clientes a descobrir “o que impulsionará o futuro do seu negócio” e a preparar “estratégias ágeis para se beneficiar da mudança” (*Rohrbeck Heger*, 2014, disponível em <<http://bit.ly/2KKwPS5>>, consultado em 5/5/2019).
15. Em depoimento para o vídeo de divulgação do livro publicado pela Unesco *Transforming the Future: Anticipation in the 21st Century*. Disponível em <<http://bit.ly/2GfUS7k>>, consultado em 5/5/2019.

deve ser *usado*, como ensinam os mais de quarenta *Futures Literacy Laboratories* (FLL)¹⁶ da Unesco, espalhados pelo mundo.

Não por acaso, esses sistemas de antecipação dão base à gestão social das populações e à elaboração de estratégias fundamentais da sociedade, como se pode verificar no relatório do Centro Europeu de Estratégia Política (EPSC, 2016). Escrito por especialistas convidados pela comissão da União Europeia, afirma que os jovens europeus apresentam *deficit* pedagógico em relação ao futuro: segundo eles, embora muitos jovens em toda a Europa possuam boas qualificações formais, demonstram considerável deficiência nas competências cognitivas e não cognitivas básicas, “capital mais importante para o mundo do trabalho à nossa frente”¹⁷. Também não é raro ouvirmos indagações como a da campanha publicitária do xQ Super School. Mobilizando centenas de escolas, professores, alunos e fundos, o projeto indaga: “estariamos *prontos* para o futuro?”, em *slogan* que naturaliza a convicção de que o futuro já é conhecido e, sobretudo, incompatível com os processos pedagógicos atuais. Questionamento semelhante foi feito pelo *The Guardian* a seus leitores: “você está pronto para fazer parte do futuro?” (Niemtus, 2019). De acordo com a reportagem, os trabalhos do amanhã nos atropelarão caso não estejamos prontos para nos adequar e tornar nossas carreiras “à prova do futuro”. De fato, expressões como “carreiras do amanhã” (EPSC, 2016) ou “futuro do trabalho”¹⁸, presentes em reportagens, campanhas de *marketing*, relatórios científicos ou inúmeros diagnósticos sociais, dão corpo e intensificam a implantação dos sistemas de antecipação como um *programa geral* da cultura da *antecipação* que, chancelada por áreas distintas, se impõe como o único modo adequado e seguro de administrar a vida.

De certo, antecipação e especulação se tornaram atos imprescindíveis à sobrevivência individual em um mundo em que *crédito*, *investimento*, *endividamento* e *risco* já não se restringem às transações financeiras. Utilizamos também essa métrica ou “critérios” (todos de cunho bastante temporal) para avaliar se devemos nos divorciar, ter filhos ou, simplesmente, se devemos fazer o “investimento” no último cosmético do mercado. Eles também atravessam, por exemplo, aplicativos como *Future You Simulation*, que exibem *riscos* em imagens de rostos envelhecidos e, em seguida, uma série de *investimentos* necessários para os cuidados com a pele enquanto ela ainda

16. A tarefa dos *Futures Literacy Laboratories* (FLL) da Unesco é alfabetizar (em futuro) milhares de pessoas que, então, se tornarão “empoderadas para realizar seus próprios projetos, com suas próprias abordagens, aprimorando os sistemas de antecipação”. Disponível em: <<http://bit.ly/2GpjMQV>>, consultado em 12/4/2019.

17. “A criatividade, a inteligência emocional e as competências transversais constituem, sem dúvida, o que fará a diferença no futuro” (EPSC, 2016, p. 8).

18. *We examine emerging models and ask what's to celebrate, what's to fear*. Disponível em: <<http://bit.ly/2G7GDAh>>, consultado em 11/4/2019.

permanece jovem. Trata-se de um modo social de como nos relacionar com o tempo vindouro próprio da racionalidade neoliberal; racionalidade que, como tal, “tende a organizar e a estruturar não apenas a ação dos governantes, mas até a conduta dos governados” (Dardot e Laval, 2016, p. 17).

Curioso notar que, nesse jogo de afetos, o desenvolvimento dos sistemas de antecipação e identificação dos riscos não está necessariamente vinculado à ação política e social. Wallace-Wells (2019), em artigo no *The New York Times*, retrata de modo sintomático essa articulação da retórica do medo como mobilizador de uma urgência e, ao mesmo tempo, sintoma de gigantesca imobilização. Em sua manchete, a constatação: “Tempo de pânico, o planeta está ficando mais quente de maneira catastrófica. E o medo pode ser nossa única salvação”. De acordo com seu texto, a letargia diante dos anúncios de catástrofe se daria por uma reticência vinda, às vezes, do próprio campo científico, que não torna as previsões suficientemente aterradoras para que, de fato, nos protejamos desse futuro pronunciado. Seria preciso agora sermos mais enfáticos: “o pânico pode parecer contraproducente, mas no ponto em que estamos o alarmismo e o pensamento catastrófico são valiosos, por várias razões” (Wallace-Wells, 2019).

Curioso e trágico, o artigo não é mero grito de desespero diante das negativas sucessivas dos governos e das instituições internacionais para modificar o que envenena e mata nosso planeta. É também sintoma de que parecemos todos surdos (ou cínicos) diante do alarme de colapso ambiental. Mais do que isso: sintoma de uma imobilidade e de uma apatia política que não são simples decorrência da pouca intensidade de terror. São antes consequência de processo bem mais amplo, ligado à instalação dessa racionalidade da qual tratamos aqui. Racionalidade que não pode renunciar às constantes ameaças, mas que as mantém funcionando no âmbito de uma grade de interpretação em que se tornam visíveis e “minimizáveis” sobretudo aqueles riscos que pretensamente devem ser administrados individualmente. Assim, por um lado, essa inflação de perigos, essa insegurança generalizada é condição de possibilidade para a instauração de múltiplos dispositivos de segurança: imprescindíveis para legitimar as constantes crises necessárias à gerência neoliberal. Por outro, tais crises e riscos (inclusive os ambientais) são apartados do âmbito social, esvaziados de dimensão política e divorciados dos dispositivos coletivos: esses devem ser enfraquecidos e vertidos – como discutem Dardot e Laval (2016, p. 349) – em crises individuais, em riscos ligados à existência, como veremos a seguir.

Risco na governança neoliberal: privatização do destino e exigência de resiliência

As conquistas da era industrial e da informação estão moldando um mundo futuro que é mais perigoso e mais rico em oportunidades do que nunca.
Global Trends: Paradox of progress, US, 2017¹⁹

É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro.
Propaganda da Campanha da Reforma do Ensino Médio (MEC, 2017).

Para Foucault (2008a), a arte de governar do liberalismo do século XIX seria responsável por gestar as liberdades e calcular (e gerir) os perigos que podem interferir na organização das possibilidades graças às quais podemos ser livres. No neoliberalismo, tal cálculo é tarefa, sobretudo, do sujeito. Por isso os “riscos calculados” devem ser assumidos desde a infância, como aparece na publicidade da Escola Concept, instituição da elite paulistana. Os produtos de comunicação das escolas dos “líderes do futuro”, aliás, promovem de modo eficiente a moral neoliberal: neles, os cálculos acerca dos riscos aparecem como habilidade imprescindível ou item valioso dos currículos milionários e são tratados como o único critério verdadeiramente eficiente para as escolhas a realizar ao longo das jornadas individuais. Trata-se, segundo Dardot e Laval (2016), de um modo totalizante de monetizar decisões e privatizar condutas, utilizando para isso o princípio da “liberdade de escolha”, importante engrenagem de funcionamento dessa lógica. Nessa perspectiva, enfatizam e intensificam a narrativa hegemônica em que o indivíduo é o “único responsável por seu destino”, e, assim, “a sociedade não lhe deve nada” (Dardot e Laval, 2016, p. 213). Em contrapartida ele deve aprender – de preferência nas escolas mais caras do planeta – a mostrar constantemente seu valor, sobretudo na gerência eterna dos riscos, nos cálculos de perdas e ganhos, para, de fato, ter acesso ao bem-estar ou, ainda, merecer condições de existência.

É sintomático de nossa época o fato de as existências estarem vinculadas a essa capacidade de administração de gerência das ameaças do futuro, desde as fases iniciais da vida: “as crianças precisam aprender a assumir responsavelmente seus riscos e como se tornar arquitetos de sua própria jornada”²⁰. Trata-se de ubiquidade das ameaças em diversas etapas e âmbitos da vida que naturalizam a ideia de que viver é, mais do

19. Global Trends é a “avaliação estratégica” produzida a cada quatro anos, desde 1997, pelo Conselho Nacional de Inteligência (NCI) americano, que visa a “mapear as principais tendências e incertezas que podem moldar o mundo nos próximos vinte anos e ajudar líderes seniores dos Estados Unidos a pensar e planejar a longo prazo”. *Paradox of progress* foi o título do relatório de 2017. Disponível em <<https://bit.ly/2YaDbPK>>, consultado em 27/4/2020.

20. Campanha institucional de 2018 da Escola Concept intitulada *Digital Fluency*, disponível em: <<https://bit.ly/2X2NC5h>>, consultado em 13/2/2019 (Escola Concept, 2018).

que tudo, administrar individualmente os perigos, fazendo (sempre que possível) a melhor escolha. Não por acaso, a publicidade da reforma brasileira do ensino médio, aprovada no Brasil no início de 2017 (Senado Notícias, 2017), também condiciona uma espécie de “ingresso” no futuro promissor às escolhas individuais realizadas pelos jovens. Segundo a propaganda, a reforma ofereceria aos estudantes “a liberdade que você sempre quis para decidir o seu futuro”²¹. Implicitamente, a “livre escolha” dos jovens estudantes parece não só entregar em suas mãos a decisão de quais matérias vão cursar durante os próximos três anos, mas torná-los cientes de que essas escolhas abrirão ou não as portas do almejado mercado de trabalho.

Se a educação contemporânea recalibra as promessas que faz à infância e à juventude, também as reformas previdenciárias vão ser efeitos-instrumentos dessa privatização das condutas. Embalada pela retórica neoliberal de autonomia, a velhice da população aparece como ameaça à sustentabilidade financeira das economias nacionais e acaba por servir de argumento para reformas que diminuem ainda mais o papel do Estado na gestão dos perigos atuais e também daqueles que estão por vir. Nada surpreendente, portanto, que a adaptação dos sistemas de pensão de aposentados apareça nas narrativas hegemônicas como um imperativo: o “mundo precisa repensar a aposentadoria” – avalia Robertson (2018) no *The New York Times*. Segundo ela, países como o Brasil teriam sistemas de pensão generosos demais, custeando “cerca de 70% do salário final do trabalhador”, o que agravaria significativamente “a crise de dívida da nação” (Robertson, 2018). De acordo com o Banco Mundial, informa a reportagem, tal sistema não seria sustentável financeiramente.

Recentemente, o governo Bolsonaro, em sua campanha pela reforma da previdência, propôs que o país adotasse um regime de capitalização no lugar do “velho” sistema de repartição, “uma espécie de poupança que o próprio trabalhador faz para assegurar a aposentadoria no futuro”²². No sistema de capitalização, a aposentadoria do trabalhador passaria a ser individual, fazendo minguar paulatinamente o modelo solidário e coletivo de um fundo comum e administrado pelo Estado. Mesmo tendo sido retirado da reforma aprovada em 2019, tal sistema foi defendido em discursos amplamente midiaticizados, circulando como modelo exemplar da dinâmica de desresponsabilização social e dissolução da força das coletividades. Pela promessa da “nova previdência”, assim chamada na campanha institucional do governo²³, os

21. Disponível em: <<http://bit.ly/2GhvJsQ>>, consultado em 11/4/2019.

22. “Reforma da Previdência: proposta do governo incluirá capitalização, diz Paulo Guedes” (*GI*, 2018). Disponível em <<https://glo.bo/2UcSPo6>>, consultado em 5/5/2019.

23. Os discursos governamentais defendiam a necessidade de atualização de um sistema que já não mais se encaixa nos modelos atuais do século XXI para algo “mais equilibrado”, garantia de que “benefícios não consumam recursos que poderiam ir para saúde, educação e segurança”. “Proposta da Nova Previ-

jovens poderiam contribuir financeiramente por meio de uma conta pessoal, o que daria mais “autonomia” para decidir individualmente como “seu dinheiro deverá ser investido”²⁴. De fato, a ideia de capitalização da previdência social configura uma imagem emblemática da individualização do risco, fazendo com que cada um de nós conte cada vez menos com formas de ajuda mútua de nossos meios de pertencimento e com mecanismos públicos de solidariedade (Dardot e Laval, 2016, p. 348).

Cabe lembrar que a “liberdade” para decidir o próprio futuro (na infância, na juventude ou na velhice) se articula ao cultivo de certas capacidades que vão além de “correr riscos calculados”. Não basta “ler” o futuro; é necessário ser resiliente diante das ameaças e dos riscos. Conceito derivado da ecologia e ligado à preservação dos recursos naturais, a resiliência – cooptada pelas práticas neoliberais – passa a ser pensada como uma espécie de ingrediente essencial a um sujeito capaz de se adaptar às crises (e mesmo assim traçar seu próprio futuro). Nesse processo, o conceito passa a ser aplicado à sociedade, à economia, aos planos de vida, sucessos e fracassos dos sujeitos. Isso significa, curiosamente, que os desastres, as mudanças ou o sofrimento implicado nas crises tornam-se mais do que simples ameaça ao desenvolvimento daqueles que aspiram à segurança: transformam-se em verdadeiras oportunidades de desenvolvimento (Reid, 2012). Nessa virada, a exposição ao desastre e aos riscos é tomada em termos positivos; chance de superação e nova autorregulação, abertura para transformação. Em consequência, como avalia Christian Dunker (2015), também o sofrimento se torna “uma espécie de força produtiva, uma espécie de núcleo psicológico do neoliberalismo”²⁵.

De fato, o *modus operandi* desse sujeito empreendedor e resiliente se estrutura a partir de uma plataforma temporal bastante explícita: não apenas porque a otimização de si mesmo requer dinamismo, rapidez e permanente atualização. Estar cada vez “mais ótimo”, adaptar-se às permanentes crises constituem *performances* que exigem permanentemente antecipação no tempo, tanto para mapear as ameaças do que virá e criar estratégias de enfrentamento e minimização dos riscos, quanto para verter tais ameaças em motivos de fortalecimento e oportunidade de êxito e

dência é melhor para o Brasil”. Site oficial do governo federal brasileiro. Disponível em: <<http://bit.ly/2t21C4K>>, consultado em 25/4/2020.

24. O secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, informa que “o trabalhador poderá escolher, entre as instituições autorizadas, como os seus recursos seriam aplicados” (Martello, 2019).
25. “O neoliberalismo inventa um sofrimento produtivo, inventa uma inculcação de que cada empresa e cada indivíduo que se subjetiva como uma empresa têm que gerir o seu sofrimento de forma a torná-lo o mais produtivo possível. Ou seja, mesmo patológico, mesmo aquilo que seria mais desviante, mesmo aquilo que deveria nos indignar é tornado, por esse sistema, uma espécie de motor impulsionador para aquilo que seria assim no espírito do capitalismo.” (Dunker, 2016).

vitória. Regulado pela disputa constante com os demais e consigo, o sujeito vê-se diante do imperativo de investir em seu capital, calcular perigos, prever resultados, aplicar créditos, visar sempre a novas metas (sejam relativas à formação profissional, à saúde ou às finanças). O risco é, então, uma espécie de ambiência própria do empreendedorismo e da resiliência, necessária para que a *empresa* (como modo de subjetividade) seja reativada permanentemente. Se a otimização não se faz de modo autônomo, já que ela é sempre relacional (sempre ótima em um *ranking* de outros “ótimos”), ela também não se faz fora de um gerenciamento temporal: a instituição desse “meio” social chamado concorrência vincula-se profundamente ao enfraquecimento da coletividade e à necessidade de antecipar cenários futuros, de saber “ler” o porvir. *Ativos* sobre os quais o sujeito detém total e completa responsabilidade de gestão: contribuir pelo tempo possível, fazer sua própria poupança, “ingressar o mais rápido no mercado de trabalho”²⁶, assumir (desde pequeno) riscos calculados, ser resiliente diante das mudanças, contribuir para diminuir os desastres climáticos, encarar a decadência financeira dos Estados, trabalhar mais anos, encaixar-se no emergente mercado de trabalho. Nessa perspectiva, o risco produz modalidade específica de subjetivação impondo comportamentos, princípios de conduta, desejos e expectativas, fazendo com que o indivíduo precise interiorizar as relações de poder pretensamente imprescindíveis a sua sobrevivência²⁷.

Essa economia faz com que o risco adquira caráter virtuoso: não só os “alfabetizados em futuro” ganham vantagem na corrida concorrencial, mas também *risk takers* que, ao lerem o porvir, se lançam ao perigo, se aproveitam das crises futuras, se aventuram a “correr riscos”. A profusão pedagógica em torno da aventura do risco opera inscrevendo na vida cotidiana uma espécie de gradiente hermenêutico acerca desses riscos, formado de curvas móveis de classificação e interpretação, de qualificação e hierarquização: os que devem ser imunizados (e que justificam inúmeras medidas de segurança e múltiplas estratégias de governo de condutas), os que devem ser interpretados como chance de sucesso e os que não devem ser considerados significativos. “Ler o futuro” exige também a criação de grade própria de inteligibilidade. Assim, os riscos servem para manter os mecanismos de concorrência ativos e desiguais entre os indivíduos, mas também entre as diversas ameaças. Melhor: trata-se de produzir

26. Disponível em <<http://bit.ly/2GhvJsQ>>, consultado em 11/4/2019.

27. Para Byung-Chul Han (2018), o neoliberalismo preocupa-se em agir sobre o psicológico dos sujeitos, para, de forma produtiva, conduzi-los em seus processos psíquicos e mentais em direção a uma busca individual e voluntária pela *performance* e pelo desempenho. Na “Sociedade do Desempenho” atravessada pela Psicopolítica, o sujeito empreendedor de si conduz, vigia e cobra de si mesmo, tornando-se ponto de operação de sofisticadas formas de controle e exploração subjetivas. Trata-se de uma ação produtiva do poder que vai além dos corpos individuais, da vida biológica ou das populações, mas que age sobre o psicológico dos indivíduos.

uma distribuição de visibilidades. Hiperiluminada está a profusão discursiva acerca daqueles riscos que legitimam a responsabilização do indivíduo que a governança neoliberal supõe. Por outro lado, invisibilizados os riscos sociais, aqueles produzidos pelo funcionamento do capital, aqueles que para serem, de fato, evitados exigiriam uma reorganização do funcionamento do próprio sistema político-econômico e de suas estratégias de governamentalidade.

Breves conclusões: entre os riscos e os não riscos, um regime de (in)visibilidades

O surgimento de uma nova doença respiratória humana altamente transmissível e virulenta, para a qual não existem contramedidas adequadas, poderia iniciar uma pandemia global [...]. O surgimento de uma doença pandêmica depende da mutação genética natural ou do agrupamento de cepas de doenças atualmente em circulação ou do surgimento de um novo patógeno na população humana. Especialistas consideram que cepas de influenza aviária altamente patogênica (HPAI), como H5N1, são provavelmente candidatos a essa transformação, mas outros patógenos – como o coronavírus Sars ou outras cepas de influenza – também têm esse potencial.

Potential Emergence of a Global Pandemic (Us National Intelligence Council, 2008, p. 75).

Nesse contexto, não parecem surpreendentes as narrativas que argumentam não haver perigo de contaminação nas praias brasileiras depois do gigante vazamento de óleo em 2018, pois nelas estaria tudo “limpo, limpo, limpo” (Uchôa, 2019)²⁸. Nem parecem surpreendentes as declarações de que não deveríamos “nos aterrorizar” com o “risco mínimo” de danos futuros provocados pelo uso do agrotóxico²⁹. Tampouco seriam novidade os discursos em que o aquecimento global aparece como ficção sensacionalista, ou os anúncios de que as novas doenças virais previstas pelos especialistas são “problemas pequenos” (Watson, 2020)³⁰. Ademais, poderá também não ser tão impactante o fato de constar em um dos relatórios do National Intelligence Council (NIC) que circula atualmente na internet, teoricamente elaborado há mais de uma década (*Global Trends*, 2008), um alerta explícito para a possibilidade de uma pandemia

28. “Do alto, passando de helicóptero, o superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na Bahia, Rodrigo Alves, tira uma foto da praia de Garapuí, no litoral sul da Bahia. Em sua conta no *Instagram*, ele publica a imagem, marca a localização e legenda: ‘Limpo limpo limpo limpo’. Lá embaixo, onde não se pode ver em sobrevoo, pescadores e outros moradores se embrenham no mangue e enterram a mão em uma mistura de lama e óleo cru, tentando arrancar à força a substância tóxica que invadiu o ecossistema de onde tiram seu sustento.” (Uchôa, 2019).

29. “Na vida não existe risco zero. Agora o risco é mínimo, e o risco é um risco calculado em que todos os países do mundo trabalham numa mesma tabela, numa mesma análise de risco, para todos os produtos que estão aí, segundo a Ministra brasileira da Agricultura, Tereza Cristina.” (Amorin, 2019).

30. Em uma entrevista coletiva em Washington, o presidente dos Estados Unidos disse que o risco para os americanos “permanece muito baixo” e previu que o número de casos diagnosticados no país (quinze na época) “poderia cair para zero em alguns dias” (Farrer, 2020).

como a do Covid-19. Embora não tenhamos como garantir a confiabilidade desses documentos com acesso público, neles está previsto para 2025 o surgimento de uma doença pandêmica que “provavelmente ocorrerá primeiro em uma área marcada por alta densidade populacional e estreita associação entre seres humanos e animais, como muitas áreas da China e do Sudeste Asiático, onde as populações humanas vivem em estreita proximidade com o gado” (2008, p. 75).

Aliás, cientistas renomados de diversos campos da biologia, em diferentes países, anunciam hoje – momento em que a pandemia já não pode ser tomada como o enredo de um filme barato, sendo uma absoluta e trágica realidade – que esse alerta vem sendo feito há mais de uma década (ver: Brannen e Hicks, 2020; Carroll *et al.*, 2018). Impossível, portanto, não nos questionarmos acerca da razão de medidas preventivas significativas – como investimento massivo no sistema público de saúde, por exemplo – não terem sido colocadas em prática. Fomos ou não capazes de “ler o futuro”? E o que fazemos com essas “leituras”? Quais ações de fato a atual cultura da prevenção legítima?

Decerto, não foram apenas as medidas de prevenção que não pareceram prioridade na governança neoliberal desde que os primeiros alertas foram divulgados na comunidade científica, há quase dez anos. Ainda hoje, deflagrada e constatada a dimensão global dessa crise sanitária e, mesmo diante do apelo de líderes como o presidente da OMS³¹, em várias cidades brasileiras, o risco pandêmico continua sendo tratado, pelo menos por alguns governadores, prefeitos, ministros ou pelo próprio presidente, como um *não risco* para as pessoas (principalmente para os pobres) e um *grave* risco para a economia. “Enfrentar o vírus como homem, não como moleque” (Ferraz, 2020) deveria ser, segundo o presidente Jair Bolsonaro, um modo de os brasileiros desenvolverem a resiliência necessária para defender seus empregos.

Assim, para concluir, poderíamos dizer que a governamentalidade neoliberal supõe não só a consolidação do risco como esfera da vida de que o sujeito empresarial parece não poder se esquivar (Dardot e Laval, 2016, p. 346). Se “ser empresa de si mesmo” exige contabilizar *perigos*, *calcular prognósticos*, *minimizar ameaças*, viver – enfim – inteiramente *em risco*, isso significa também ter que lidar, analisar e perpetuar uma certa grade de hierarquização e interpretação desses riscos. Há, portanto, um vínculo estreito entre a produção de um regime de visibilidades do risco, a privatização do destino e o esvaziamento da dimensão política e social da imaginação e da construção de futuros. Como argumenta Lazzarato (2017, p. 21), o

31. Em entrevista coletiva, o chefe da OMS alerta para a gravidade da pandemia: “Confie em nós. O pior ainda está à nossa frente”, disse Tedros. ‘Vamos impedir essa tragédia. É um vírus que muitas pessoas ainda não entendem.’” (*Global News*, 2020).

que é expropriado pelo neoliberalismo não é apenas a riqueza ou o mesmo o futuro; o que nos é subtraído, mais fundamentalmente, é o *possível* – “a primeira palavra do neoliberalismo é ‘não há alternativa’, não há outras possibilidades além daquelas enunciadas pelo mercado e pela finança”.

Fica, então, a pergunta quanto à possibilidade de nossa capacidade tecnocientífica de prever as ameaças estar articulada a uma crítica profunda dessa governamentalidade atual; articulada, portanto, a outra economia do porvir. A violência com que a pandemia tem atingido o mundo e, com mais intensidade, as populações vulneráveis, periféricas, negras e faveladas, nos faz suspender o ritmo acelerado, o presente contínuo e ampliado, em que vivemos há décadas. A crise, de certo, recoloca um *não saber* diante do porvir. Reintroduz a virtualidade do tempo: a possibilidade de pensarmos outros sentidos para o destino de nossa sociedade. Abertura que a todo momento está sujeita à invenção de inéditos modos de controle, formas “inovadoras” de vigilância e também tecnologias ainda mais avançadas e “eficientes” de prevenção que prometem, agora sim, ser capazes de nos livrar de todo mal. Resta saber se seremos capazes de pensar politicamente esses “usos do futuro”. Ampliar e (quem sabe) revitalizar o possível.

Referências Bibliográficas

- ADAM, B. & GROVES, C. (2007), *Future matters: action, knowledge, ethics*. Leiden, Brill.
- ADAMS, Tim. (11/12/2015), “My father had one job in his life, I’ve had six in mine, my kids will have six at the same time”. *The Guardian*. Disponível em <<http://bit.ly/2IsU8x9>>, consultado em 27/04/2020.
- AGAMBEN, G. (2009), “O que é um dispositivo”. In: *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, Argos.
- AGAMBEN, G. (25/01/2019), Intervenção no programa *Chiodo Fisso* da rádio Rai 3. Disponível em <http://bit.ly/2WmLRPi>, consultado em 03/05/2019.
- AMARA, R. (1974), “The futures field: functions, forms, and critical issues”. *Futures*, 6 (4): 289-301.
- AMORIN, Felipe. (06/08/2019), “‘Não podemos aterrorizar’ sobre agrotóxicos, diz ministra da Agricultura”. *UOL*. Disponível em <<https://bit.ly/2S8eeRr>>, consultado em 27/04/2020.
- ARIZA, Luiz Miguel. (14/02/2019), “Exame de sangue detecta tumores 15 anos antes de seu surgimento”. *El País*. Disponível em <<http://bit.ly/2D9lMMh>>, consultado em 27/04/2020.
- BAUDRILLARD, Jean. (1991), *Simulacros e simulação*. Lisboa, Relógio D’Água.
- BAUMGARTNER, Natalie. (11/04/2019), “Change is the new normal: how to build a resilient work place”. *Forbes*. Disponível em <<http://bit.ly/2UeSCkk>>, consultado em 27/04/2020.

- BELL, Wendell. (1997), *Foundations of futures studies*, 2 vols. (*History, Purposes, knowledge; values, objectivity, and the good society*). New Brunswick, Transaction Publishers.
- BECK, U. (2010), *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo, Editora 34.
- BRANNER, Samuel & HICKS, Kathleen. (07/03/2020), “We predicted a coronavirus pandemic. Here’s what policymakers could have seen coming”. *Politico*. Disponível em <<https://politico/2AdNWqU>>, consultado em 27/04/2020.
- BRUNO, F. (2013), *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre, Sulinas.
- CARROLL, Dennis *et al.* (2018), “The global virome project”. *Science*, 359 (6378): 872-874.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. (2010), *Historia de la gubernamentalidad. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault/Santiago Castro-Gómez*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores/Pontificia Universidad Javeriana/Instituto Pensar/Universidad Santo Tomás de Aquino.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. (2016), *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo.
- DEFERT, Daniel. (1991), “Popular life” and insurance technology”. In: BURCHELL, G; GORDON, C. E. & MILLER, P. (orgs.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago, The University of Chicago Press.
- DELEUZE, G. (1996), “O que é um dispositivo?”. In: *O mistério de Ariana*. Lisboa, Vega, pp. 83-96.
- DUNKER, Christian. (2015), *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo, Boitempo.
- DUNKER, Christian. (25/04/2016), *Neoliberalismo e sofrimento psíquico* [Arquivo de vídeo]. Disponível em <<http://bit.ly/2va5xKn>>, consultado em 27/04/2020.
- EPSC (European Political Strategy Centre). (2016), “The future of work: Skills and resilience for a world of change”. *EPSC Strategic Notes*. Luxembourg, Publications Office of the European Union, issue 13. Disponível em <<http://bit.ly/2ZnIl9c>>, consultado em 27/04/2020.
- ESCOLA CONCEPT. (2018), *Digital fluency – Escola Concept is awarded as an Apple Distinguished School*. Disponível em <<https://bit.ly/2X2NC5h>>, consultado em 13/02/2019.
- EWALD, François. (1991), “Insurance and risk”. In: BURCHELL, G; GORDON, C. E. & MILLER, P. (orgs.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago, The University of Chicago Press.
- FARRER, Martin. (27/02/2020), “Coronavirus: Trump says US risk ‘very low’ as Australian PM warns pandemic is ‘upon us’”. *The Guardian*. Disponível em <<https://bit.ly/3eQtP1w>>, consultado em 27/04/2020.
- FERRAZ, Adriana. (29/03/2020), “Bolsonaro diz que é preciso ‘enfrentar vírus como homem e não como moleque’”. *UOL*. Disponível em <<https://bit.ly/3aAu5yx>>, consultado em 27/04/2020.
- FORESIGHT ALLIANCE, *Foresightalliance.com*. Disponível em <<http://bit.ly/2UrAFzk>>, consultado em 05/05/2019.

- FOUCAULT, Michel. (1988), *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro, Graal.
- FOUCAULT, Michel. (1999), *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel. (2006), “A ‘governamentalidade’”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos: estratégia, poder-saber*. vol. 4. Rio de Janeiro, Forense Universitária, pp. 281-305.
- FOUCAULT, Michel. (2008a), *Nascimento da biopolítica. Curso no Collège de France: 1978-1979*. São Paulo, Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel. (2008b), *Segurança, território, população. Curso no Collège de France: 1977-1978*. São Paulo, Martins Fontes.
- “FUTURES LITERACY”, *Unesco.org*, <<http://bit.ly/2GpjMQV>>, consultado em 12/04/2019.
- GIDDENS, Anthony. (2009), *The politics of climate change*. Cambridge, Polity Press.
- GLOBAL NEWS. (21/04/2020), “‘Worst is yet ahead of us’ in coronavirus outbreak, WHO warns”. *Global News*. Disponível em <<https://bit.ly/2yLFIW4>>, consultado em 27/04/2020
- HAN, Byung-Chul. (2018), *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte, Âyné.
- HARTOG, François. (2013), *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica
- HÖLSCHER, Lucian. (2014), *El descubrimiento del futuro*. Trad. Carlos Martín Ramírez. Madri, Siglo XXI.
- KOSELLECK, Reinhart. (2006), *Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, PUC.
- LAZZARATO, M. (2017), *O governo do homem endividado*. São Paulo, n-1.
- MARTELLO, Alexandro. (20/02/2019), “Previdência: capitalização vai assegurar aposentadoria de pelo menos um mínimo, diz governo”. *G1*, Brasília. Disponível em: <<https://globo/2Z7pbV1>>, consultado em 25/04/2020.
- MEC, Ministério da Educação (2017), *Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!* Propaganda governamental da reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415, promulgada em 16 de fevereiro de 2017). Disponível em <<http://bit.ly/2GhvJsQ>>, consultado em 11/04/2019.
- MILLER, Riel. (2018), *Transforming the future: anticipation in the 21st Century*. Paris, Unesco.
- MINOIS, George. (1989), *History of Old Age*. Cambridge, Polity Press.
- NIEMTUS, Zofia. (22/01/2019), Jobs of the future: are you ready to join in? *The Guardian*. Disponível em: <<http://bit.ly/2DaOTib>>, consultado em 27/04/2020.
- NOWOTNY, H. (1994), *Time: the modern and postmodern experience*. Cambridge, Polity Press.
- O'MALLEY, Pat. (1996), “Risk and responsibility”. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas & ROSE, Nikolas (eds.). *Foucault and political reason*. Londres, University of Chicago Press, pp. 189-209.

- ONP – Oficina de Normalización Previsional. (2015), *ONP – Afiliarte a un Sistema de Pensiones*, Propaganda do Sistema Nacional de Pensões, Peru. Disponível em <<http://bit.ly/2UHmASD>>, consultado em 13/02/2019.
- PALMER, Annie. (11/01/2019), “The AI that will tell you how your face will age: Olay reveals app that can analyze your skin from a selfie and show you how you’ll look in 20 years”. *Dailymail.com*. Disponível em <<https://dailym.ai/2USX6By>>, consultado em 27/04/2020.
- PESSOA, Mirella. (2020), *Faces do futuro: imagens da velhice no regime de visibilidade contemporâneo*. Brasília, DF, dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.
- POLAK, Fred. ([1955] 1973), *The image of the future*. Amsterdam, Elsevier.
- “REFORMA da Previdência: proposta do governo incluirá capitalização, diz Paulo Guedes” (*GI*, 2018). Disponível em <<https://glo.bo/2UcSPo6>>, consultado em 5/5/2019.
- “PROPOSTA DA NOVA PREVIDÊNCIA é melhor para o Brasil”. Site oficial do governo federal brasileiro. Disponível em: <<http://bit.ly/2t21C4K>>, consultado em 25/04/2020.
- REID, Julian. (2012), “The disastrous and politically debased subject of resilience”. *Development Dialogue*, 58: 67-79.
- ROBERTSON, Katie. (04/12/2018), “Why the world needs to rethink retirement”. *The New York Times*. Disponível em <<https://nyti.ms/2InlSTX>>, consultado em 27/04/2020.
- ROHRBECK HEGER. *Strategic foresight + innovation*. (2014), Disponível em: <<http://bit.ly/2KKwPS5>>, consultado em 5/5/2019.
- ROSA, Hermut. (2019), *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo, Unesp.
- ROSE, Nikolas. (1989), *Governing the soul: The shaping of the private self*. Londres, Routledge.
- SANZ, Cláudia Linhares. (2019a), “Biopolíticas do futuro”. *Conferência ministrada no seminário internacional Imagem, Tecnologia e Subjetividade*, UNB. Disponível em <<https://bit.ly/3eW4ZgV>>, consultado em: 03/04/2020.
- SANZ, Cláudia Linhares. (2019b), “Future-se, porque quem o futuro faz é você: relações contemporâneas entre educação e responsabilização do porvir”. In: DRAVET, Florence *et al.* *Transdisciplinaridade e educação do futuro*. Brasília, Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade/Universidade Católica de Brasília.
- SANZ, Cláudia Linhares & PESSOA, Mirella. (2020 no prelo), “Vigiar a velhice, vigiar o futuro: tecnologia, antecipação e governo de condutas”. *Contemporânea: comunicação e cultura*. Salvador: PósCom-UFBA.
- SENADO NOTÍCIAS. (16/02/2017), “Sancionada Lei da Reforma no Ensino Médio”. *Senado Notícias*. Disponível em: <<http://bit.ly/2GguU3E>>, consultado em 27/04/2020.
- US NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. (Nov. 2008), *Global Trends 2025: A transformed world*. (Report N° 2008-003). Washington, DC, US Government Printing Office. Disponível em <<https://bit.ly/3c7AzW1>>, consultado em 27/04/2020.
- US National Intelligence Council. (Jan. 2017), *Global Trends: Paradox of progress*. (Report n.

- 2017-001). Washington, DC, US Government Printing Office. Disponível em <<https://bit.ly/2YaDbPK>>, consultado em 27/04/2020.
- UCHÔA, Victor. (01/11/2019), “De ‘limpo’ a ‘tem muito óleo’: as duas realidades paralelas na crise do petróleo do Nordeste”. *BBC News Brasil*. Disponível em <<https://bbc.in/3bA84B6>>, consultado em 27/04/2020.
- UNESCO. *Transforming the future: anticipation in the 21st century*, vídeo. Disponível em <<http://bit.ly/2GfUS7k>>, consultado em 05/05/2019.
- URRY, John. (2016), *What is the future?* Cambridge, Polity.
- XQ AMERICA. (2015), Propaganda de divulgação do XQ Super School Project *The future of our schools: an urgency for change*. Disponível em <<http://bit.ly/2GiHfo4>>, consultado em 11/04/2019.
- WALLACE-WELLS, David. (16/02/2019), “Time to panic: the planet is getting warmer in catastrophic ways. And fear may be the only thing that saves us”. *The New York Times*. Disponível em <<https://nyti.ms/2WXfxCy>>, consultado em 27/04/2020.
- WATSON, K. (03/04/2020), “A timeline of what Trump has said on coronavirus”. *CBS News*. Disponível em <<https://cbsn.ws/2VAI9oz>>, consultado em 27/04/2020.

Resumo

Imagens do futuro: risco e responsabilização na gerência neoliberal do amanhã

Fenômeno histórico e global, o senso contemporâneo de futuro se afasta, em vários sentidos, daquele experimentado em outros (futuros) passados. Atuando como uma espécie de máquina na biopolítica dos possíveis, tem efeitos capilares no cotidiano do sujeito. Trata-se de uma hipervisibilidade do futuro em que imagens pretensamente precisas participam da instalação da antecipação como um programa geral necessário à cultura do risco. Nessa governamentalidade neoliberal, entretanto, nem todos os riscos previstos podem (ou devem) ser visíveis: um gradiente hermenêutico acerca desses riscos e “não riscos” instala-se na vida cotidiana. Realidade que enfraquece as coletividades e reduz o espectro do possível aos diagramas econômicos do capitalismo tardio. Palavras-chave: Imagens do futuro; Antecipação; Risco; Responsabilização; Neoliberalismo.

Abstract

Images of the future. Risk and responsabilization in neoliberal management of the future

A historical and global phenomenon, the contemporary sense of the future distances itself, in many ways, from that experienced by other past futures. Acting as a type of bio-political machine of the possible, it has the most minute effects on subject's daily life. A hypervisibility of the future where the pretentiously precise images participate in the installation of anticipation as a general program in the culture of risk. In this neoliberal governmentality, however, not all predicted risks

can (or should) be visible: a hermeneutic gradient about these risks and non-risks is installed in everyday life. Reality that weakens collectivities and reduces the spectrum of the possible to economic diagrams of late capitalism

Keywords: Images of the future; Anticipation; Risk; Responsibilization; Neoliberalism.

Texto recebido em 31/07/2019 e aprovado em 16/05/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.160462.

CLAUDIA LINHARES SANZ é professora da Universidade de Brasília. Fez pós-doutorado no Zentrum für Literatur-und Kulturforschung (zfl), em Berlim, desenvolvendo a pesquisa *Images of the future and contemporary education* (2017/2018). Líder do grupo de pesquisa Imagem, Tecnologia e Subjetividade (CNPq). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense com pesquisa no Instituto Max Plank de História da Ciência em Berlim. E-mail: claudialinharessanz@gmail.com.

MIRELLA PESSOA é doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, onde apresentou o trabalho *Faces do futuro: imagens da velhice no regime de visibilidade contemporâneo*, desenvolvido com apoio financeiro de bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Faz parte do grupo de pesquisa Imagem, Tecnologia e Subjetividade (CNPq). E-mail: mihpessoa@gmail.com.



Duas metáforas históricas sobre o problema do sentido da ação

Ernesto Mora Forero

<https://orcid.org/0000-0003-1045-6493>

Introdução

Na introdução de *Economia e sociedade*, Max Weber expõe as linhas diretrizes de seu pensamento metodológico. Nelas está contida a que seria uma das ideias mais influentes na história da teoria social. Trata-se do problema da atribuição de sentido da ação como a unidade básica da análise sociológica. Por atribuição de sentido entende-se: (1) o sentido que os agentes atribuem às suas próprias ações, ou (2) o sentido que atribuímos às ações dos outros.

Geralmente, as perguntas sobre o sentido da ação se elevam a questões de pesquisa social quando relacionadas com um fenômeno necessitado de explicação. Por exemplo, por que indivíduos em grandes cidades usam o carro para ir ao trabalho, se muitas vezes dificulta em vez de facilitar seu deslocamento? Por que o empresário capitalista (clássico) não usufrui os dividendos que lhe proporciona o seu trabalho, mas tem a tendência de acumulá-los? Ou por que, em tempos de crises econômicas e políticas, os cidadãos têm afeição por lideranças autoritárias?

Neste artigo tratarei menos dos elementos centrais dessa ideia no pensamento de Max Weber, e mais de parte do seu destino no decorrer do século XX. Essa história pode ser descrita por meio de duas metáforas abrangentes. Tais metáforas servem

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

de guarda-chuvas intuitivos para encontrar conexões filosóficas e epistemológicas entre disciplinas que, de outra maneira, pareceriam desligadas entre si. São elas “a mente como um computador” e “o mundo como um texto”.

Para compreender melhor o funcionamento das duas metáforas, é importante lembrar o trabalho de formalização do problema da atribuição de sentido feito por Raymond Boudon em seu “modelo cognitivo de ação” (Boudon [1992] 1995, pp. 27-64; 2001, pp. 121-124). Para Boudon, o objeto central da análise sociológica são os enunciados racionais de ação. Estes podem ser generalizados e formalizados segundo o seguinte modelo:

Um/uns agentes X fazem a ação Y, nas circunstâncias P porque consideravam como válidas as razões R.

O trabalho do sociólogo é, em primeiro lugar, construir em modo de hipótese esses enunciados preenchendo os espaços das variáveis. Por exemplo, os agentes nas cidades usam o carro quando vão ao trabalho porque acreditam que chegarão mais rápido, ou porque lhes oferece status social. Ou os primeiros empresários capitalistas em sociedades industriais não usufruem da maioria dos dividendos de seu trabalho, mas os acumulam porque consideram o gasto um pecado.

A variável central na obra de Weber é certamente a variável *R*: quais razões os agentes dão para justificar as suas ações, ou quais razões atribuímos a eles. Da forma como se preenche a variável *R* depende a construção das hipóteses mais relevantes sobre o comportamento dos agentes. Segundo Weber, a variável *R* pode ser preenchida de quatro maneiras: pelos interesses que persegue o agente (racionalidade instrumental), pelos valores que o agente subscreve (racionalidade axiológica), pelas tradições nas quais o agente está imerso, ou pelas “razões” afetivas que atribuímos a eles (Weber [1922], 1984; Schluchter, 1981; Habermas [1981], 2010; Boudon, 2001).

As duas metáforas de que falamos podem ser diferenciadas pela maneira como a variável *R* é preenchida. Isto é, segundo o modo como entendem a racionalidade dos agentes.

Por um lado, as disciplinas cobertas pela metáfora da “mente como um computador” têm a tendência a reduzir as variáveis de *R* ao mínimo. Isto é, contemplar apenas um dos valores de *R*. Especificamente o interesse do agente. Por outro lado, as disciplinas cobertas pela metáfora do “mundo como um texto” têm a tendência de multiplicar os valores de *R* *ad infinitum*. Isto é, assumir como válido qualquer enunciado de sentido, seja este oferecido pelo próprio agente ou pelo pesquisador.

Neste artigo proponho-me a descrever de modo geral os supostos de ambas as tendências, alguns dos seus principais problemas epistemológicos e as possíveis

soluções a eles. Tais soluções passam por uma tomada de posição séria a favor da interdisciplinaridade. A pergunta pelo sentido precisa de um diálogo aberto em seus achados e em seus métodos não somente com as ciências sociais, mas especialmente com as ciências biossociais.

A mente como um computador

Esta metáfora foi utilizada pela primeira vez quase de modo literal pelas primeiras versões da psicologia cognitiva e sua herdeira, a inteligência artificial (IA, na sigla em inglês). Trata-se de uma analogia entre um elemento imaterial, “a mente” (o *software*), e um elemento material, o corpo ou cérebro (o *hardware*). O *software* se entende como um pacote de instruções, pelo geral, uma série de combinações binárias ou de algoritmos que indica a um *hardware* o que deve fazer. O sonho básico da IA em sua origem era construir computadores capazes de pensar e agir como os seres humanos. Para isso elaborou sofisticados pacotes de instruções, sem se importar muito com o papel dos receptáculos ou *hardwares* (Sloman e Fernbach, 2017).

Na verdade, a metáfora da mente como um computador é uma versão recente de uma doutrina antiquíssima. Trata-se do velho dualismo metafísico entre uma substância pensante, a alma, e uma substância sensível, o corpo. Entre o pensamento e suas ideias e os sentidos e as percepções. O dualismo metafísico encontra-se já na filosofia pré-socrática e no platonismo, e é compartilhado também quase uniformemente por todas as chamadas religiões axiais (islamismo, hinduísmo, budismo, cristianismo). Ele se insere na modernidade filosófica especialmente através de Descartes e a tradição idealista. O seu postulado central é que a vida consciente depende de um princípio ativo que anima uma entidade material passiva (Armstrong, 1968; Kim, 2002; Bunge, 2010).

Na IA clássica a alma imaterial está formada por uma série de algoritmos que poderiam rodar em qualquer artefato com a suficiente capacidade de memória. Múltiplas tarefas de cálculo podem ser transferidas de um artefato a outro, em qualquer circunstância ou contexto. Nesse sentido, os algoritmos podem ser desenhados com independência do *hardware* em que são implementados. Essa é a tese básica do chamado computacionismo (Sejnowski *et al.*, 1988; Dennett, 1991; Churchland e Sejnowski, 1993; Gallistel e King, 2009).

A metáfora é herdeira do racionalismo idealista, na tradição platônica e kantiana. É esta uma filosofia que entende a razão como uma série de operações funcionais universais e *a priori*. Essas operações estão determinadas de uma vez e para sempre. Isto é, estão definidas antes das possíveis variações que pudessem sofrer nas mudanças evolutivas dos organismos que as executam. Em poucas palavras, elas predeterminam

tanto os sujeitos capazes de alocá-las, quanto os entornos naturais e sociais que eles habitam.

Relacionada com o problema da atribuição de sentido, a metáfora traduz as operações funcionais em enunciados de ação. Estes são perfeitamente transferíveis a qualquer indivíduo, em qualquer situação e em qualquer tempo. Os enunciados que mais facilmente têm cumprido essa função teórica são os chamados instrumentais. Tais enunciados representam os caminhos mais eficazes que utiliza um agente para atingir algum bem esperado. Segundo os enunciados instrumentais, os agentes perseguem, em todo momento e circunstância, maximizar os seus próprios interesses, utilizando os meios mais efetivos para isso. Em geral, esses enunciados são definidos como “racionais”. De modo que todo ente material que permita rodar enunciados maximizadores deve ser considerado como racional.

Várias disciplinas podem ser cobertas pelo guarda-chuva dessa metáfora: além da primeira versão da inteligência artificial (Newell, 1982; Fodor e Pylyshyn, 1988; Boden, 2014), a primeira versão da psicologia evolucionária de base inteiramente genética (Cosmides e Tooby, 1987; Dawkins, 1976; Buss, 2004), a sociologia analítica (Epstein, 2007; Axtell, 2000; Agassi, 1975; Elster, 1982; Coleman, 1986) e a teoria da escolha racional e sua modelagem baseada na teoria de jogos (Becker, 1976; Hechter e Opp, 2001; Hogarth e Reder, 1987; Moll e Hoque, 2006; Oppenheimer, 2010).

Em termos culturais, aquela que mais sucesso obteve foi a Teoria da escolha racional (RCT na sigla em inglês). Segundo a RCT, os fatos sociais podem ser explicados sempre desde o ponto de vista dos atores individuais. No caso de que esses fatos envolvam aspectos econômicos, demográficos, políticos, institucionais ou culturais, eles devem ser sempre entendidos como o agregado de decisões individuais. As teses sobre decisões coletivas ou de funcionamento sistêmico são, portanto, minimizadas ou, simplesmente, descartadas.

Na RCT as decisões individuais são construídas segundo a fórmula de ação: todo agente procura sempre maximizar as suas utilidades esperadas sob algumas coerções inerentes à situação na qual se encontra. Essa fórmula de ação é o *software* que será sempre rodado nas decisões econômicas dos indivíduos. Sempre que um agente escolhe o caminho mais eficiente para atingir o seu próprio interesse, está rodando o *software* racional do qual vem dotado naturalmente.

A simplicidade da fórmula permite aos teóricos da RCT construir elaborados modelos matemáticos de representação de ações. Ela tem duas consequências gerais. Primeiro: que todas as atividades econômicas sejam entendidas como a interação de, ao menos, dois agentes maximizadores que tentam satisfazer as suas utilidades esperadas. Segundo: que todos os fatos sociais possam ser entendidos como fatos

econômicos. Isto, dado que a alocação de tais utilidades é arbitrária e pode ser aplicada a qualquer aspecto da vida social.

Assim, todo fato econômico ou social deve-se analisar, em primeiro lugar, definindo um tipo de utilidade. Esta pode ser um bem material específico, um tipo de desejo psicológico, ou um propósito atribuível a alguma ação. Se sabemos qual é essa utilidade, podemos preencher a variável R , pois os agentes que a escolheram já podem rodar o *software* racional que consiste em maximizá-la. Isto é, supondo-se obter a maior quantidade de utilidade que puder atingir com seu agir.

Em segundo lugar, deve ser invocada uma situação de ação na qual se apresenta uma série mínima de alternativas ou variáveis de percursos de ação. Desse modo, pode-se inferir qual seria o caminho mais eficiente. Essa simulação implica o suposto de que outros agentes concorrem pelo mesmo bem. Nesse caso, o *software* já vem pré-desenhado com uma série finita de alternativas. Entre estas, só uma, fazendo o cálculo das expectativas concorrentes, passa a considerar-se a ideal para cada ator.

Finalmente, quando é disputado um recurso ou bem finito, as expectativas de utilidade de cada agente vão se contrapor com as de outros agentes. Dessa forma, cada agente singular terá proporcionalmente uma certa diminuição de suas utilidades. Assim, afinal, essas limitações espontâneas dos intercâmbios resultarão em um equilíbrio do sistema. As leis do mercado, especialmente a oferta e a demanda, expressam esse mecanismo de equilíbrio entre as vontades contrapostas nas interações sociais. O mercado assegura a longo prazo a alocação proporcional de satisfação dos desejos para cada agente singular (Lucas e Sargent, 1981; Shubik, 1984; Sargent, 1987).

O mercado se entende assim como o único mecanismo sistêmico de coordenação das interações sociais. Isto é, o único elemento dos fatos sociais de que podem ser descritas propriedades emergentes das quais carecem os indivíduos (Coleman, 1990). Essas propriedades emergentes do mercado têm sido explicadas em termos de conhecimento. O mercado “sabe” o que os indivíduos não sabem. Os indivíduos contam apenas com o *software* racional para realizar suas intervenções econômicas. Qualquer outra variável complementar que possa modificar os traços das relações microeconômicas, tais como o emprego, alocação institucional de recursos, assimetrias dos contextos, ou as externalidades ambientais, deve ser descartada como impossível de medição. Pretender fazer ciência sobre esses fatores é um exercício de soberbia (Hayek, 1944; 1989).

Dessa maneira, o mercado passa a ser o único entorno possível para os agentes sociais. Ele é comumente associado à “imperturbabilidade” dos entornos naturais. Esse entorno “espontâneo” do mercado tende-se a contrapor a qualquer tipo de desenho institucional “artificial” (Ridley, 2015). Para a microeconomia neoclássica esses sistemas artificiais que tentam disputar a “sabedoria” do mercado ameaçam

perturbar o seu bom funcionamento. Portanto, costumam ser minimizados em toda modelagem do *software*.

Se o mercado é o único mecanismo supraindividual de coesão e coordenação de ações, então todo campo de atividade pode ser analisado como se fosse um mercado. A RCT não somente facilita o problema interpretativo do sentido das ações sociais, ela também permite um modelo formal explicativo para todas as ciências sociais. Se estendermos o sentido da metáfora, o mercado viria a ser uma rede computacional homogênea com a capacidade de interligar todos os *softwares* rodados em unidades individuais.

O estudo sistêmico da sociedade depende dessas poucas variáveis que governam essa rede computacional. Quem levou mais longe esses exercícios de transposição das trocas econômicas a todas as formas de interação foi Gary Becker, que ofereceu explicações para muitos dos mais variados fenômenos da vida cultural, espiritual, afetiva e política dos indivíduos (Becker, 1964; 1976).

A RCT tem vários problemas lógicos e epistemológicos que fazem difícil sua corroboração empírica e questionável sua aplicabilidade. Pode-se descrever o principal empecilho fazendo uso da metáfora do *software* racional. Podemos imaginar os modelos matemáticos das trocas econômicas como um videogame de realidade virtual. Nele os participantes compartilham um mesmo entorno construído sempre com os mesmos supostos e cenários. Pressupõe-se um tipo de utilidade esperada que é comum a todos os jogadores, e se parte da base de que todos eles tentarão maximizá-la. A informação sobre os modos de obtenção, o estoque dos bens representados pela expectativa de utilidade e os valores de troca são conhecidos por todos. Toda troca entre concorrentes racionais devidamente informados supõe um limite aos desejos de cada indivíduo. Portanto, o jogo por si só tenderá a se manter em equilíbrio. Assim se permitirá a cada jogador o ganho correspondente a suas habilidades como sendo mais ou menos racional que seus adversários.

O grande problema desse videogame é que nenhum de seus resultados pode ser inferido em um entorno diferente. Não é possível jogá-lo com outros supostos e cenários. Podemos tomar qualquer uma das afirmações da RCT e considerá-la como uma conclusão lógica de todas as outras. Podemos dizer que os agentes são racionais porque, em ambientes de concorrência por recursos limitados, eles procurarão maximizar os seus benefícios até onde o sistema de trocas o permita. Ou podemos dizer que o mercado tenderá ao equilíbrio porque a livre concorrência de agentes interessados, mais cedo que tarde, provocará a diminuição da utilidade marginal de cada um deles.

Em termos lógicos, a RCT dá por concluído o que já sempre esteve contido nas premissas. As conclusões da RCT são em sentido estrito tautologias. Nenhuma das suas informações se suporta em observações de agentes, entornos ou situações reais.

Basicamente, ao chamar “racionais” aos agentes sociais, a RCT não está testando as correspondências dos seus supostos com os contextos sociais ou observações psicológicas. Ela simplesmente comprova se as pessoas sabem jogar o seu videogame. Em resumo, para que o *software* racional funcione, ele depende de que os seus supostos sejam isolados tanto de outras dimensões do comportamento dos indivíduos, como dos entornos que eles habitam. A RCT só é consistente em um vácuo individual e social.

A RCT só pode ser entendida em um vácuo individual porque a ideia de uma racionalidade maximizadora ubíqua espacial e temporalmente não corresponde a nenhuma observação psicológica. Pelo contrário, quando o postulado foi testado experimentalmente, tem-se demonstrado que o comportamento racional (nos termos da RCT) é causalmente dependente de outros sistemas psicológicos como a percepção, as sensações e, em especial, as emoções (Kahneman e Tversky, 1979; Phelps, 2006; Sloman e Fernbach, 2017, p. 105). Não somos racionais o tempo todo. De fato, não o somos a maioria das vezes. A psicologia experimental mostra que muitas pessoas, em situações de decisão econômica, são incapazes de identificar corretamente as opções que têm perante si ou avaliá-las corretamente (Kahneman *et al.*, 1982).

O *software* racional é uma falsa entidade metafísica, feita de uma vez e para sempre. Ela é “instalada” em humanos e artefatos para lhes dar vida, do mesmo modo como a alma, mente ou a inteligência “anima” nossa matéria corpórea. Porém, contrário do dogma dualista, os indivíduos são entidades biossociais. Organismos surgem devagar através de gradativas acumulações de variáveis funcionais. Estas são herdadas de seus ancestrais e modificadas culturalmente. Sistemas perceptivos, emotivos, sensoriais e cognitivos são o produto de milhares de anos de seleção natural e cultural. A ação conjunta da genética com a aprendizagem social modifica tanto a performance quanto a funcionalidade das estruturas orgânicas (Hebb, 1949; Bunge, 2010, p. 233; Marcus, 2004).

A atribuição de sentido para as ações deve-se considerar como uma propriedade emergente desses sistemas. Portanto, não é possível uma ciência do sentido da ação sem uma indagação sobre o histórico dessa emergência. Isso porque a racionalidade ou irracionalidade resultante é o seu produto. A ciência do sentido deve gerar hipóteses sobre esses sistemas e se engajar na sua comprovação empírica. É preciso integrar os postulados e descobertas das ciências que se ocupam dos subsistemas do comportamento (psicologia cognitiva, psicologia moral experimental, neurociência e teoria evolutiva). Em resumo, não é possível deduzir o sentido da ação dos indivíduos no vácuo individual do *software* racional.

Mas a RCT só pode também ser entendida em um vácuo social por duas razões. Por um lado, por uma naturalização do mercado como o único sistema organizador da vida social. Por outro lado, pela moral implícita nas “leis” do mercado, graças à

entrada pela porta dos fundos de sistemas valorativos não declarados no modelo do *software* racional.

No primeiro caso, a RCT precisa escurecer todas as possíveis explicações alternativas de coordenação de ação que provêm de outros sistemas (filial-parentesco, morais, culturais, institucionais e políticos etc.). É comum a RCT e a economia neoclássica apelarem para supostos princípios de teoria evolutiva. Estes explicariam a organização social como produto da ação espontânea do mercado como mecanismo análogo da seleção natural.

Os fundamentos desta tese remontam a versões pseudocientíficas da teoria evolutiva como o chamado darwinismo social, ou às primeiras versões da psicologia evolucionária (Tiger e Fox, 1971; Hernstein e Murray, 1994; Marks, 2002). Esta última teve um enorme sucesso cultural graças ao livro de Richard Dawkins, *O gene egoísta*. Nele se estabelece o egoísmo como o mecanismo funcional de todo processo adaptativo, partindo desde sua base molecular. O genoma é a unidade básica da seleção natural, não os organismos e as agrupações. Porém, a única opção para que essa tese possa ter confirmação empírica é isolando os genes de suas variações no meio ambiente, entre as quais se encontram as formas de socialização, não só dos humanos, mas de qualquer espécie com capacidade para aquilo (Cavalli-Sforza e Feldman, 1981; Richerson e Boyd, 2005; 2010; Wilson, 2015).

Segundo a primeira versão da psicologia evolucionária, os nossos comportamentos racionais egoístas estariam quase totalmente estabelecidos desde o pleistoceno. Porém, o acúmulo de evidência em modelagens e amostras populacionais após esse período confirma inúmeras variações adaptativas inexplicáveis segundo o *software* racional (Richerson e Boyd, 2005). Nem os mecanismos psicológicos para a inovação, nem a diversificação das produções, nem a divisão do trabalho puderam se dar, sem formas de organização pró-social além do sistema de trocas. Só as pesquisas multinível, isto é, as que tomam em conta como base de análise não só os indivíduos, mas também os grupos e os sistemas sociais, podem explicar tais fenômenos. Na verdade, são fortes necessidades de cooperação grupal para a solução de tarefas as que podem explicar esses grandes pulos adaptativos em termos cognitivos (Richerson e Boyd, 2005; Bowles e Gintis, 2011; Richerson e Henrich, 2012).

A conclusão mais importante que se depreende disso é que o mercado não é o mecanismo primordial que coordena as interações de agentes racionais. O mercado é um produto social, um sistema emergente da facilidade pró-social da espécie humana para a cooperação (Liu e Hanauer, 2011). Inclusive, pode-se dizer que o mercado não é, nem sequer, o principal sistema a ser tratado pelos estudos econômicos. Trata-se de um subsistema econômico, entre outros tais como o trabalho, os recursos naturais e as instituições (Polanyi *et al.*, 1957; Granovetter, 1985; Swedberg, 1994; Bunge, 1999).

No segundo caso, a mistificação do mercado, como se estivesse ausente de sistemas valorativos, faz parecer como se os seus mecanismos funcionassem de modo espontâneo e automático. Entretanto, a defesa dessa tese está atrelada a matrizes morais que influenciam as práticas e a formação de identidades. Ela costuma oferecer um conjunto estável de preferências sociais de fácil uso para os agentes. Dessa maneira lhes evita lidar com decisões difíceis e abstratas, próprias de sociedades complexas.

Geralmente esse decálogo moral se compõe de valores que se predicam dos indivíduos como sendo “livres”. São eles, por exemplo, a eficiência individual, a formação do caráter e a não dependência das instituições. Os valores coletivos próprios de organizações são, pelo contrário, não tematizados e construídos em analogia com os valores individuais. Assim, o gasto social das organizações públicas deve ser visto como espelho do gasto individual e familiar. Ao mesmo tempo, o *software* racional, competitivo por definição, define as práticas de toda organização coletiva (Turchin, 2016, pp. 45-66). A mistificação do mercado implica no final a condenação de formas de intenção coletiva e sentimentos básicos da cooperação: solidariedade e coesão (Fehr e Fischbacher, 2003; Gintis *et al.*, 2005; Mathew *et al.*, 2013).

O mundo como um texto

Esta metáfora tem uma origem mais explicitamente religiosa. Ela envolve os saberes profissionais ligados ao estudo das escrituras bíblicas. A disciplina profissional específica para a compreensão dos textos bíblicos na alta Idade Média e na Reforma foi conhecida como hermenêutica, integrando uma série de técnicas para fazer a “correta” interpretação das mensagens decorrentes das histórias, dos poemas e das reflexões dos textos sagrados (Grondin, [1991] 1994). O trabalho do hermeneuta era “traduzir” essa mensagem inserida nas simbologias das escrituras aos termos de uma dogmática que servisse de orientação prática ao crente. Isso implicava a complexa tarefa de distinguir entre os significados literais e alegóricos da palavra divina. A leitura de um universo simbólico se traduz em orientações para a ação, e em um conjunto de preferências para as decisões dos indivíduos (Grondin, [1991] 1994).

Mas muita da efetividade do discurso bíblico depende da substituição dos seus próprios referentes simbólicos, com os referentes da realidade do crente. Assim, o mundo em que se age é o “mundo” discursivo dos textos sagrados. Esse solapamento de referentes se apoia na ideia comum a muitas religiões de que as palavras da divindade criam realidades. Do “primeiro foi o verbo” se passa a *totus in verba*. Portanto, para conhecer o mundo basta estudar os textos, ou ouvir a palavra dos expertos em textos.

A hermenêutica como disciplina humanista surge nos âmbitos filológicos e filológicos alemães em fins do século XIX. Em princípio, ela abandona a sua restrição a uma interpretação do mundo e do agir humano a partir das escrituras. Primeiro, ela passa a se preocupar especialmente pelos estados interiores dos autores que criam textos. Especialmente textos históricos, filológicos e literários das tradições clássicas.

A primeira grande ideia da hermenêutica filosófica é que, dado que não temos um acesso direto aos estados mentais dos autores, devemos fazer um rodeio pelo que se chamaria “objetivações textuais”. As objetivações textuais são as manifestações da interioridade dos autores na forma objetiva de escritos, mas aos quais se tem acesso de modo empático, intuitivo e por processos afetivos de identificação. Essa versão da hermenêutica moderna é conhecida como “romântica”, e seu principal expoente é o teólogo protestante Friedrich Schleiermacher (1768-1834). Por outro lado, definiram-se certas coincidências afetivas, eletivas ou empáticas entre vários autores de gerações próximas como “visões de mundo”. Assim, uma “visão de mundo” se entende como os sistemas de redes simbólicas relevantes a certa cultura em determinado momento, objetivados via textos relevantes. O pai dessa nova disciplina, como é bem sabido, foi o filólogo e historiador neokantiano, Wilhelm Dilthey (2002, vol. 3, pp. 91-97).

Em um segundo momento, a ideia aplicada aos autores por trás dos textos é entendida a todos os agentes que estão por trás de suas ações. Isto é, entende-se a ação como uma objetivação das intenções, pensamentos e afeções dos indivíduos. Lê-se a ação como um texto (Ricoeur, 1965; 1977; [1986] 2001; Brown, 1987; 1990). Ou, ao menos, através das ações procura-se interpretar os estados mentais das pessoas como se fossem textos. Essa é a base idealista da chamada sociologia compreensiva e do individualismo metodológico, cujo pioneiro é Max Weber. O objetivo central da sociologia compreensiva é poder gerar inferências sobre o sentido (*Sinn*) que os agentes dão de suas próprias ações (Weber, [1913] 1992, p. 318). Isto é, o foco hermenêutico restringe-se à interpretação dos propósitos, intenções e decisões dos indivíduos para agir.

Em um princípio, essas inferências devem ser entendidas em Weber como hipóteses sobre o comportamento. Isso supõe que elas devem passar pelo crivo da comparação com hipóteses rivais e a comprovação empírica. Contudo, essa advertência característica do proceder científico não foi continuada pelos herdeiros da sociologia compreensiva. Por um lado, estandardizou-se a regra promovida por Dilthey de que as ciências do espírito se entendem só com interpretações e não com explicações (Schütz, [1932] 1967; Berger e Luckmann, 1966; Turco e Zuckerman, 2017). Isto é, elas se atêm aos símbolos e deixam de lado a preocupação com as causas que pudessem produzi-los. E por outro lado, o exercício de

interpretação se estendeu além dos estados mentais individuais a toda forma de produção simbólica coletiva.

A antropologia cultural, o interacionismo simbólico e a etnometodologia foram além da metáfora da “leitura” dos estados mentais. Essas disciplinas estenderam a leitura de intenções e sentidos como símbolos às comunidades ou grupos humanos. Desde essa perspectiva, os fatos sociais passam a ser construtos simbólicos que tecem redes de significação entre si (Goffman, 1967; 1975; Garfinkel, 1967; 2002). Tendo a hermenêutica como base, a interpretação de microrrituais de interação passou a ser um dos eixos centrais da metodologia das ciências sociais. A análise sociológica centrou-se mais nesses sistemas semióticos emergentes que nos próprios sistemas sociais que lhes deram origem. A identificação de todo produto semiótico como fenômeno cultural levou, em primeiro lugar, a uma definição de cultura indiscernível dos objetos simbólicos (Woolgar, 1986). E, em segundo lugar, passou-se a entender todos os fatos sociais como derivados de fatos culturais.

Essa radicalização da cultura como núcleo central da análise social recebe o nome de culturalismo ou contextualismo radical. O seu postulado central consiste em que a verdade das afirmações sobre qualquer grupo humano depende dos significados que esse grupo tem produzido em termos simbólicos (Rorty, 1981; Geertz, 1984; Clifford e Marcus, 1986; Bloor, 1991; Cerulo, 1997; Longino, 2002). O culturalismo é uma corrente idealista porque desconhece todos os fatores materiais (trabalho, recursos naturais, conflito, corpos humanos) que têm incidência na produção desses produtos simbólicos. E é também dualista porque entende as estruturas simbólicas como tendo uma existência independente da infraestrutura biológica, e dos entornos sociais e naturais que as produzem.

O culturalismo exige o pesquisador de qualquer outra metodologia que não seja a interpretação de sistemas semióticos. Igual ao hermeneuta clássico, o culturalista “lê” as populações como se fossem textos. Nesse ponto, é comum que as asseverações sobre culturas específicas deixem de ser meras hipóteses sobre o comportamento para passarem a ser fontes de “verdade”. Essas inferências intelectuais se adicionam às capas de sentido dos povos estudados. À “cultura” das populações é acrescentada a “cultura” interpretativa dos textos literários. E a esta última se acrescenta a “cultura” interpretativa dos pesquisadores como estratos a mais de saber semiótico (Ricoeur, 1975; 1977; 1983; Geertz, 1973; Gadamer, [1975] 2004).

O último e mais radical passo no uso da metáfora lhe devolve a sua versão originária mais religiosa. Trata-se da sua apropriação pelos filósofos pós-modernos e parte da chamada filosofia analítica. Basicamente, a metáfora retoma seu viés literal graças ao chamado giro linguístico que caracterizou as humanidades no último quarto do século passado. O giro linguístico, em termos gerais, radicaliza o equívoco semân-

tico entre fatos e representações. Já não se trata somente de que os pesquisadores interpretem fatos, intenções ou culturas como se fossem textos. Agora, em termos ontológicos, esses objetos passam a se considerar como meras entidades do discurso. Isto é, não existe nada fora das nossas representações linguísticas. O cientista social retoma o *totus in verba* do hermeneuta bíblico, ou, em palavras de Derrida, não há nada além do texto (Derrida, 1967).

O “mundo como um texto” expressa, antes que uma metodologia específica, uma habilidade humana para o ordenamento dos fatos do mundo e para ponderar as orientações para o agir. A metáfora adequa-se pelo menos a três finalidades humanas específicas:

- Dar sentido ao universo oferecendo uma *ontologia folk* dos seus objetos e uma *mecânica folk* de seu funcionamento.
- Inferir ou “ler” as intenções dos outros e planejar as suas ações em consequência. Isto é, ela descreve uma *psicologia folk*.
- Criar pontes entre os cânones valorativos das comunidades e as práticas socialmente aceitas dos agentes. Isto é, ela descreve uma *sociologia folk*.

Todas essas variáveis de interpretação da realidade são, na verdade, capacidades psicológicas. Elas são, de fato, um assunto fundamental e incontornável da pesquisa em ciências sociais. Porém, essas “inferências ordinárias” são generalizadas como interpretações, e esse procedimento é equiparado com a metodologia básica das ciências do espírito. Ao fazer isto, os pensadores hermenêuticos estão simplesmente confundindo os objetos de pesquisa com a pesquisa em si mesma (Watts, 2014). Pois o conhecimento na vida ordinária é casuístico. Ele deriva inferências arbitrárias não só das experiências subjetivas, mas dos múltiplos fatores aleatórios que condicionam essas experiências. Esse conhecimento não pode ser generalizável precisamente pela sua condição de absoluta singularidade. Portanto, não pode especificar os métodos com os quais seja possível provar as suas afirmações (Bunge, 1996).

Por conseguinte, o principal problema da metáfora vem quando deslocada do saber ordinário ao lugar de procedimento básico da pesquisa social. Esse problema se dá, ao menos, em dois equívocos ontológicos. O primeiro no nível dos *componentes* (agentes e ações), e o segundo no nível dos *sistemas* que, no caso, compreende apenas o sistema da cultura.

No caso dos *componentes*, o enfoque hermenêutico confunde o que são indicadores de conduta com os processos mentais que os precedem. Basicamente, falamos de dois tipos de indicadores. Por um lado, os sistemas semióticos (gestos, sinais, ícones etc.). Por outro, as próprias razões verbalizadas, isto é, as proposições de ação que

expressam as preferências dos agentes. Estas últimas são a unidade básica de análise do chamado individualismo metodológico e a sociologia compreensiva. Qualquer que seja o indicador, a pesquisa sociológica clássica só pode registrar padrões de comportamento. Estes se baseiam em amostras representativas para tentar dar conta de determinado fenômeno social.

Porém, esse tipo de modelo conceitual verificável mediante instrumentos estatísticos e de pesquisa experimental é alheio à tradição hermenêutica. Ela prefere dar interpretações abstratas e gerais sobre a condição existencial dos indivíduos ou a “visão de mundo” de uma época. Mas essas afirmações gerais, ou adivinhações sobre estados mentais coletivos, não se diferenciam do saber ordinário. A razão principal para tal proceder está nos próprios postulados fundadores da disciplina. Segundo a hermenêutica, os cientistas sociais não podem dar “explicações” nas suas análises, pois eles têm a dupla condição de observadores e parte dos fenômenos a serem estudados. Eles tão só oferecem interpretações (Gadamer, 1975; Ricoeur, 1975, [1986]; 2001; Habermas, 1988; 2002).

A confusão radica na base dualista da disciplina que entende os estados mentais como sendo um fenômeno à parte do estudo de organismos vivos. Os estados mentais seriam ideações com um estatuto ontológico absolutamente independente de sua origem material. Sobre essa base nunca se tem um acesso àquilo que as pessoas sentem, pensam, opinam ou desejam. Só temos um acesso indireto a essas ideações pela sua transformação em constructos verbalizados, falados ou escritos. Isto é, textos.

Ao tomar essa via, os hermeneutas renunciam a décadas de acúmulo de evidência na pesquisa sobre o comportamento. Eles tratam os fenômenos da intencionalidade como caixas-pretas que envolvem conteúdos aos quais não se tem acesso. Porém, múltiplos estudos sobre empatia, simpatia, identificação, assunção de papel fazem claramente a distinção entre indicadores e processos mentais (Plutchik, 1987; Preston e De Waal, 2002; Shamay-Tsoory, 2011). Por outro lado, os estudos na chamada “teoria da mente” encontraram consistência no desenvolvimento onto e filogenético de capacidades de “leitura mental”, isto é, da capacidade psicológica para antecipar as intenções dos outros e agir em consequência (Tomasello *et al.*, 2005; Baron-Cohen, 2005; Baron-Cohen *et al.*, 2000). Além disso, a descoberta dos chamados neurônios espelho consegue explicar parte do espalhamento de condutas reconhecidas coletivamente, mediante operações adaptativas como a imitação (Iacoboni, 2008; Rizzolatti *et al.*, 1996).

Todos esses estudos se fundamentam em hipóteses causais entre uma infraestrutura material (cérebros e corpos) e as suas manifestações de conduta (indicadores). Por exemplo, perante intuições espontâneas como a vontade de dar consolo a outro, os pesquisadores tentam estabelecer qual sistema psicológico está envolvido, qual a

função (para o indivíduo ou para o grupo) que tal conduta pode cumprir, além de quais os problemas dos indivíduos com deficiências na produção de tais condutas (De Waal, 2008; Decety e Jackson, 2006). Essas suposições causais hipotéticas são depois corroboradas com os métodos da amostragem estatística sociológica, de experimentação em psicologia cognitiva e do trabalho no laboratório do neurocientista. Sendo assim, o estudo da atribuição de sentido em ciências sociais não pode permanecer no limiar da mera interpretação. Somente a pesquisa multidisciplinar permite ao cientista social conhecer o verdadeiro estado da arte de seus problemas.

No caso dos *sistemas*, isto é, da noção de cultura, a tradição hermenêutica confunde o que são sistemas simbólicos emergentes das relações sociais e os sistemas concretos como tal. São as pessoas, componentes de sistemas concretos (família, escola, igreja, hospital), as que produzem mecanismos simbólicos de coordenação das ações (Bunge, 1996; 2000). Inclusive, a origem da linguagem consiste em uma sistematização gradativa de uma série de propriedades emergentes dos sistemas sociais (Bunge, 2003).

Quando Habermas postula os pactos comunicativos como a base dos processos de socialização, está simplesmente invertendo a ordem causal da organização grupal (Habermas, [1981] 2010; [1999] 2002). Trata-se de novo da metáfora criacionista do verbo virtual e ideal que antecede as relações sociais reais e concretas. A consequência lógica desse suposto é que as explicações sobre a origem, o funcionamento e as funções dos sistemas culturais são mistificadas. A cultura como rede simbólica passa a ser o horizonte total de todas as possíveis explicações do comportamento e da organização humana.

Nesse enfoque holista da cultura, o próprio termo *cultura* é deixado sem definir. Renuncia-se assim a qualquer indagação sobre os mecanismos específicos com que operam os sistemas culturais, sua origem e evolução. Isso implica, de novo, deixar de lado todo o acúmulo de evidência empírica sobre os sistemas culturais. O primeiro assunto a ser descartado é a infraestrutura biológica e evolutiva que fez possível o fato de que sejamos uma espécie com uma forma especialmente sofisticada de cultura (Richerson e Boyd, 2005; Richerson e Christiansen, 2013; Lewens, 2015).

A explicação de uma prática cultural deve incluir quais funções ela cumpre para responder a um desafio concreto de socialização. Por exemplo, como se consegue uma alocação coordenada de papéis em macrosociedades que possuem uma sofisticada divisão do trabalho. Uma explicação desse tipo não deve ficar no limiar da linguagem como meio de coordenação. Ela deve se perguntar também pelas disposições cognitivas que os indivíduos têm que possuir para tais desafios (Dunbar, 2009; 2016; Henrich e McElreath, 2007). Tal é o caso do uso de narrativas morais como dispositivos para a coesão social (Shweder *et al.*, 1987; 1997; McAdams, 2001). A

transmissão de relatos mediante rituais sociais tem o potencial de gerar padrões de comportamento moralmente motivados.

É este um apelo explicativo a mecanismos discursivos. Porém, ele só resulta efetivo se os indivíduos desenvolveram por via genética um desenho cerebral de produção de intuições morais. Módulos concretos de moralidade são estimulados mediante modelos de representação de ações como são as narrativas (Haidt e Joseph, 2004; 2007; Graham *et al.*, 2011). A variedade das experiências morais dos sujeitos em diversas culturas que o enfoque hermenêutico prega é ampla, mas limitada. Facilmente, qualquer relato fundacional, como mostra a etnografia comparada, cai em três categorias: comunidade, autonomia ou divindade (Shweder *et al.*, 1997).

O culturalismo hermenêutico é incapaz de dar resposta a esse tipo de perguntas. Ele dá por assumido os produtos simbólicos como o “entorno” total que os agentes sociais habitam. O chamado círculo hermenêutico expressa bem essa incapacidade de oferecer alguma hipótese explicativa do seu principal objeto de estudo: a cultura. O círculo hermenêutico consiste em que a cultura, enquanto rede de produtos simbólicos, se compreende só através de seus próprios produtos simbólicos. Porém, nunca chegamos a saber o que esses produtos são ou de onde vêm.

Convergência das duas metáforas: dualismo, atomismo e holismo

Os computacionistas e os textualistas costumam ser vistos em tradições opostas. É comum que ambas as tendências sejam etiquetadas de forma antagônica. Se os computacionistas são considerados como calculistas, os textualistas se reconhecem como humanistas. Os primeiros parecem entender os agentes como espécies de comerciantes. Já os outros os enxergam como criaturas simbólicas. Os defensores do *software* racional analisam as preferências dos agentes com base nas variáveis mínimas do custo-benefício. Os textualistas deixam tudo ao fluxo da interpretação. Igual acontece com os ataques mútuos. Para os textualistas, os computacionistas são chamados de positivistas. Já para estes últimos, os herdeiros da hermenêutica são simplesmente relativistas.

Contudo, as duas tradições têm muito mais em comum do que comumente se pensa. Como tradições de pensamento, ambas são ao mesmo tempo *dualistas*, *atomistas* e *holistas*. Esses enfoques determinam tanto sua ontologia como sua epistemologia.

Como se disse, ambas as correntes são *dualistas*. Por um lado, as disciplinas da metáfora computacional partem de um *software* ideal *a priori*. Este não sofre modificações com as transformações adaptativas dos organismos que o “rodam”. Variações evolutivas não produzem nenhum efeito no modelo do *software*. Portanto, trata-se de um modelo alheio à história natural, e incapaz de incorporar a mudança social.

Por outro lado, o textualismo parte da idealização do discurso como produtor causal tanto dos indivíduos como dos comportamentos sociais. Isto é, dá-se por assentado que a cultura é basicamente uma entidade discursiva que antecede todas as práticas e formas de organização social. Portanto, não podemos aprender nada sobre a cultura olhando o funcionamento do nosso corpo, o cérebro e a história evolutiva dos grupos humanos.

Ambas as tradições são também *atomistas*, pois as duas lidam ou com indivíduos isolados ou com “particulares culturais”. No caso dos computacionistas, o atomismo é óbvio, já que a sua unidade básica de análise é o agente racional. Para os computacionistas, a sociedade é simplesmente a agregação das decisões de indivíduos discretos. Especialmente, a RCT clássica enfrenta qualquer disfunção do sistema mercado como um desajuste nos incentivos ou castigos que modelam as preferências dos agentes. Essas preferências geralmente não contemplam a modelagem da ação coletiva. As formas de ajuste institucional e os mecanismos de cooperação são sempre aspectos derivados e acidentais.

Os textualistas, igualmente, mesmo ressaltando as redes coletivas de saber social, são atomistas, dado seu particularismo e contextualismo extremo. Essas tendências se expressam bem em seu postulado da incomensurabilidade. Não existe uma experiência pessoal igual a outra, nem existe uma cultura, povo, etnia, grupo humano iguais aos outros; portanto, a pesquisa social deve ser sempre orientada ao conhecimento local, absolutamente restrita às condições temporais e maleável metodologicamente para cada caso (Nelson *et al.*, 1992; Grossberg, 1997). Em palavras de Foucault: “em qualquer cultura, em todo momento, tem sempre uma episteme só que define as condições de possibilidade de todo conhecimento”, sendo essas epistemes as que “esboçam em seu conjunto a organização geral das ordens empíricas” (Foucault, [1966] 1984, citado por Reynoso, 2000). O postulado da incomensurabilidade pode ser até certo nível óbvio; além disso, falso; e, se aplicado de forma dogmática, incontrastável.

É óbvio que nenhuma pessoa, nem sua história, desejos e afeições são iguais às outras. Mas uma boa porcentagem dessas variações é devida à própria diferenciação genética. Todos os organismos vivos possuem uma infraestrutura biológica básica que os faz únicos. Podemos chamá-la, seguindo a metáfora de Gary Marcus, os rascunhos do livro pessoal de vida disposto pelos genes. Esse livro é imediatamente editado pela cultura e pelo meio ambiente, o qual obviamente acelera e multiplica as variações genéticas (Marcus, 2004).

Contudo, esse fato não diz por que certas variações se dão com maior frequência sob certas condições e contextos. Nem por que certos arranjos socioeconômicos e culturais estão associados a determinados comportamentos (Richerson e Boyd, 2005; Inglehart, 2008; 2018). Entornos sociais criam variações que favorecem a

adaptabilidade do grupo, melhorando a qualidade de vida dos seus membros, ao tempo que entornos desfavoráveis podem gerar variações nefastas para os grupos e seus membros (Richerson e Boyd, 2005; Turchin, 2013).

Portanto, é falso que a incomensurabilidade de indivíduos e culturas possa se estender infinitamente. Isso se aplica, inclusive, ao próprio discurso. Todos os textos têm um horizonte de interpretação amplo, mas finito (Eco, 1992; Easterlin, 2012). Isso porque eles são, na verdade, subsistemas, tanto de sistemas orgânicos (indivíduos), quanto de sistemas sociais (grupos). E esses sistemas, orgânicos e sociais, possuem estruturas e formas de funcionamento comparáveis. Os mecanismos comuns desses sistemas, assim como suas variações (incluindo as variações discursivas), devem ser os elementos que integrem as hipóteses da pesquisa social.

Finalmente, o postulado da incomensurabilidade tomado como dogma faz impossível a pesquisa empírica. Isso porque, por um lado, a partir dele não pode ser gerado nenhum enunciado, nem hipótese generalizável, de modo a ser corroborado. E por outro, porque o postulado de incomensurabilidade é, em si mesmo, um postulado generalista extremo. Isto é, ele nega em si mesmo o princípio particularista que alimenta as escolas textualistas. Não há, portanto, um modo de usá-lo sem cair em contradições lógicas e teóricas que fazem impossível sua aplicação (Mouzelis, 1995, pp. 42-45; Reynoso, 2000, pp. 37-39)

No entanto, mesmo sendo atomistas, ambas as correntes são também *holistas*. Elas apresentam entornos não definidos e insuperáveis que exercem influência de modo absoluto nos comportamentos dos agentes. São esses entornos, respectivamente, o mercado e a cultura.

O mercado, segundo definido pela microeconomia neoclássica, é um entorno com todas as condições de funcionamento predeterminadas (Arrow e Debreu, 1954; Becker, 1976; Coase, 1988). Ele estabelece de uma vez e para sempre as condições de jogo para os participantes que nele estão inseridos. A possibilidade de mudança do mercado é, em teoria, totalmente cega e arbitrária. Aliás, os componentes humanos das estruturas não podem nem devem intervir com o pré-desenho do sistema para garantir o seu equilíbrio natural.

Esse entorno imaginado em analogia com o mecanismo da seleção natural, também cego e arbitrário, não corresponde, contudo, a nenhum sistema concreto. A consequência teórica mais importante disso é a mistificação dos outros sistemas sociais. O sistema mercado acaba ocultando a evolução dos outros sistemas e subsistemas sociais e suas funções adaptativas (Harcourt, 2012). As relações de parentesco, as formas intergrupais de coligação e o surgimento de estruturas complexas institucionais desde as associações voluntárias até o estado são descartados pelos computacionistas como não sendo produtos emergentes da evolução social.

Por outro lado, a cultura, como um sistema que se interpreta a si mesmo, não permite distinguir as ações dos agentes que superam os marcos dos seus contextos. A leitura das ações dos agentes individuais como simples reflexos do texto da comunidade que habitam acaba por defini-los como presos em cárceres culturais.

Além disso, igual ao computacionismo, o textualismo deixa de lado os diversos entornos que afetam a cultura. Esses entornos incluem as próprias restrições biológicas dos organismos que produzem cultura e a série de condicionamentos sociais e naturais que restringem o livre fluxo de trocas simbólicas. Igual ao mercado, a cultura como sistema absoluto não permite distinguir os subsistemas que funcionam com mecanismos distintos aos da mera discursividade. A administração do poder, a concorrência, a cooperação e a divisão do trabalho não podem depender exclusivamente de habilidades interpretativas ou de leituras subjetivas de símbolos. Elas evoluem também segundo leis regulares dos entornos naturais e sociais. As primeiras, em sua maioria, imodificáveis, enquanto as segundas, produto de milhares de anos de seleção grupal na espécie (Richerson e Boyd, 2005; Jordan *et al.*, 2013).

Algumas soluções ao dualismo, atomismo e holismo na pesquisa sobre o sentido da ação

No espaço deste artigo é impossível responder a todas as limitantes das duas tradições expostas. Elas implicam mudanças substantivas nas concepções ontológicas de base de cada doutrina, e em suas consequências epistemológicas e metodológicas. Eu me limitarei aqui a duas recomendações básicas (primeiros passos) que nós, cientistas sociais, podemos aprender para superar os três dogmas mencionados. Basicamente, siga aqui os pontos centrais da epistemologia social de Mario Bunge (1996; 2003):

1. Em primeiro lugar é fundamental o aperfeiçoamento dos modelos conceituais com os quais descrevemos o nosso objeto de estudo. Isto é, qual é a ontologia de base, a mobília do mundo, que nos compete analisar, compreender e explicar. Defendo aqui que o objeto geral do cientista social são sistemas sociais concretos, não seus componentes (atomismo), nem as totalidades (holismo), nem as estruturas (funcionalismo) por si sós; e o objeto específico do problema do sentido da ação são os sistemas de preferências dos membros da sociedade em interação (intenções, interesses, valorações e opiniões). Isso implica, em primeiro lugar, o estudo dos subsistemas biológicos, orgânicos, cognitivos, semióticos e culturais que permitem a existência desse sistema emergente e explicam os seus mecanismos; e em segundo lugar, o estudo das relações com os macrosistemas que limitam ou possibilitam o funcionamento dos sistemas

de preferências: o meio ambiente natural, a cultura, a economia, o direito e a política. As explicações que reduzem o sentido da ação a um subsistema só (como o sistema cognitivo-racional, ou o sistema semiótico de produção de símbolos), ou a um macrosistema só (como os sistemas de oferta e demanda da economia, ou os sistemas culturais de poder) geralmente oferecem imagens ideais da realidade social, que ou bem têm se provado como falsas, ou não são falsáveis (intuições ou captações não verificáveis empiricamente), isto é, inúteis para a pesquisa científica. A tomada de posição por um modelo ontológico tem necessariamente consequências nas abordagens epistemológicas e metodológicas. Vou me limitar aqui às duas mais urgentes.

A primeira consequência é o abandono do dogma epistemológico da divisão radical do conhecimento em ciências do espírito e ciências da natureza e suas correspondentes metodologias: a compreensão e a explicação. A clássica divisão entre *verstehen* e *erklärung* é, na verdade, um reflexo do dualismo ontológico. Por um lado, a compreensão é uma metodologia orientada aos objetos espirituais ou ideais, enquanto a explicação é uma metodologia orientada aos objetos materiais. Na verdade, compreensão e explicação são apenas momentos (e não os únicos) de toda pesquisa científica. Não só não podem estar desligados, mas também devem ser coerentes entre si. A compreensão refere-se às etapas de intuição, formulação de um problema de pesquisa e construção de um modelo conceptual (pesquisa teórica) a partir das hipóteses primárias e secundárias sobre o sistema que é o objeto de análise, e sobre os subsistemas e macrosistemas que o afetam causalmente. A explicação compreende a validação interna do modelo conceptual e as metodologias e técnicas para dar validade externa e comprovação às hipóteses ou modelo conceptual (pesquisa empírica).

A divisão entre *verstehen* e *erklärung* não é um fenômeno histórico do mundo acadêmico do neokantianismo no despontar do século XX. Ela permeia as produções e métodos de trabalho de muitos cientistas sociais até hoje. Essa divisão metodológica está presente, explícita ou implicitamente, tanto no computacionismo quanto no textualismo. São meros objetos ideais os modelos matemáticos do agir racional sem correspondência com nenhuma observação psicológica real. São meros objetos ideais os “espíritos” dos autores, o excesso de interpretação de produtos simbólicos, a adivinhação empática da intenção das ações, ou a captação intuitiva de totalidades culturais.

Esse pressuposto metodológico de base dualista impede que exista qualquer diálogo, comunicação, intercâmbio e coordenação entre os métodos das ciências sociais e as ciências biossociais (psicologia cognitiva, neurociência e teoria evolutiva). Isto é, nega a interdisciplinaridade.

Entretanto, o problema do sentido da ação é um problema eminentemente interdisciplinar e biossocial. Refere-se a uma função ou sistema funcional específico dos cérebros humanos para a formação e coordenação de grupos sociais: os sistemas que permitem ter intenções, que relacionam percepções e intuições de ação com propósito e planos; os sistemas que nos possibilitam antecipar os comportamentos dos outros e nos permitem atuar em consequência, como o desenvolve a chamada teoria da mente (Tomasello *et al.*, 2005; Baron-Cohen, 2005); os sistemas que nos permitem ter capacidade de empatia e solidariedade e, portanto, ter formas de organização social (cooperação) (Preston e De Waal 2002; Shamay-Tsoory, 2011; Wilson, 2008); os sistemas que permitem ter capacidade para a competição individual ou grupal e que fundamentam o desempenho e os limites do poder (Wilson, 2008; Turchin, 2013); os sistemas que nos possibilitam ter intuições morais e, portanto, ter semelhanças e variações em termos de valores entre grupos humanos (Haidt e Joseph 2004, 2007); os sistemas que nos permitem ter variações acumulativas por aprendizado (isto é, por via não genética) a partir de competências para a socialização como a imitação e a inovação, isto é, que nos permitem ter cultura (Richerson e Boyd 2005) etc.

A segunda consequência metodológica é a atestação de que nenhum constructo conceptual ideal substitui a pesquisa empírica. Muito menos aqueles baseados em dogmas atomistas ou holistas. Nem a beleza na sofisticação de modelos matemáticos sobre os comportamentos dos agentes racionais ou o equilíbrio dos mercados; nem o poder retórico de tratados que mostram imagens de totalidades sociais exclusivamente grudadas por dispositivos de poder. O teste dessas proto-hipóteses tem mostrado ou que são só muito parcialmente verdadeiras (geralmente exagerações de algumas proposições verdadeiras), ou simplesmente falsas, ou inverificáveis.

2. A segunda recomendação é mais fácil para nós: ler. Quando falamos que a explicação de um sistema social não pode ser reduzida a um subsistema ou macrossistema, claramente não estamos dando a entender que o cientista social deve ser experto (ontológica, epistemológica e metodologicamente) em todos esses âmbitos vinculados com seu problema. O que isso quer dizer é que, dentro de seu modelo conceptual, o pesquisador deve estar atento a quais subsistemas e macrossistemas têm efetivamente poder explicativo para suportar as suas hipóteses.

Referências Bibliográficas

- AGASSI, Joseph. (1975), "Institutional individualism". *British Journal of Sociology*, 26 (2): 144- 55.
- ARMSTRONG, David M. (1968), *A materialist theory of the mind*. Londres, Routledge and Kegan Paul.
- ARROW, Kenneth J. & DEBREU, Gerard. (1954), "Existence of an equilibrium for a competitive economy". *Econometrica*, 22: 265-290.
- AXTELL, Robert. (2000), *Why agents? on carried motivations for agent computing in social sciences*. Washington, The Brookings Institution.
- BARON-COHEN, Simon. (2005), "The empathizing system: A revision of the model of mind reading system". In: ELLIS, B. & BJORKLUND, D. (orgs.). *Origins of the social mind: Evolutionary psychology and child development*. Nova York, Guilford.
- BARON-COHEN, Simon *et al.* (2000), *Understanding other minds: Perspectives from developmental cognitive neuroscience*. Oxford, Oxford UP.
- BECKER, Gary S. (1964), *Human capital: A theoretical and empirical analysis*. Nova York, Columbia UP.
- BECKER, Gary S. (1976), *The economic approach to human behavior*. Chicago, Chicago UP.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. (1966), *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. Nova York, Doubleday and Company.
- BLOOR, David. (1991), *Knowledge and social imagery*. Chicago, Chicago UP.
- BODEN, Margaret A. (2014), "Gofai". In: FRANKISH, Keith & RAMSEY, William (orgs.). *The Cambridge handbook of artificial intelligence*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BOUDON, Raymond. ([1992] 1995), *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- BOUDON, Raymond. (2001), *The origin of values. sociology and philosophy of beliefs*. New Brunswick, Transaction Publishers.
- BOWLES, Samuel & GINTIS, Herbert. (2011), *A cooperative species: Human reciprocity and its evolution*. Princeton, Princeton University Press.
- BROWN, Richard H. (1987), *Society as text. Essays on rhetoric, reason, and reality*. Chicago, Chicago UP.
- BROWN, Richard H. (1990), "Rhetoric, textuality, and the postmodern turn in sociological theory". *Sociological Theory*, 8: 188-197.
- BUNGE, Mario. (1996), *Buscar la filosofía en las ciencias sociales*. Madrid, Siglo XXI.
- BUNGE, Mario. (1999), *Las ciencias sociales en discusión*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana.
- BUNGE, Mario. (2000), *Social science under debate: A philosophical perspective*. Toronto, Toronto UP.
- BUNGE, Mario. (2003), *Emergence and convergence: Qualitative novelty and the unity of knowledge*. Toronto, Toronto UP.
- BUNGE, Mario. (2010), *Matter and mind*. Heidelberg, Londres, Nova York, Springer.

- BUSS, David M. (2004), *Evolutionary psychology: The new science of the mind*. Boston, Pearson.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi L & FELDMAN, Marcus W. (1981), *Cultural transmission and evolution: A quantitative approach*. Princeton, Princeton UP.
- CERULO, Karen A. (1997), "Identity construction: New issues, new direction". *Annual Review of Sociology*, 23: 385-09.
- CHURCHLAND, Patricia S & SEJNOWSKI, Terrence J. (1993), *The computational brain*. Cambridge, MIT Press.
- CLIFFORD, James & MARCUS, George E. (1986), *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Berkeley, CA, California UP.
- COASE, Ronald. (1990), *The firm, the market, and the law*. Chicago, Chicago UP.
- COLEMAN, James S. (1986), "Social theory, social research, and a theory of action". *American Journal of Sociology*, 91: 1309-1335.
- COLEMAN, James S. (1990), *Foundations of social theory*. Cambridge, Harvard UP.
- COSMIDES, Leda & TOOBY, John. (1987), "From evolution to behavior: Evolutionary psychology as the missing link". In: DUPRÉ, John (org.). *The latest on the best: Essays on evolution and optimality*. Cambridge MA, MIT Press.
- DAWKINS, Richard. (1976), *The selfish gene*. Oxford, Oxford UP.
- DE WAAL, Frans. (2008), "Putting the altruism back into altruism: The evolution of empathy". *The Annual Review of Psychology*, 59: 279-300.
- DECETY, Jean & JACKSON, Philip L. (2006), "A social neuroscience perspective on empathy". *Current Directions in Psychological Science*, 15: 54-58.
- DENNETT, Daniel. (1991), *Consciousness explained*. Boston, Little Brown.
- DERRIDA, Jacques. (1967), *De la grammatologie*. Paris, Minuit.
- DILTHEY, Wilhelm. (2002), *Selected Works*. Princeton, Princeton UP.
- DUNBAR, Robin. (2009), "The social brain hypothesis and its implications for social evolution". *Annals of Human Biology*, 36 (5): 562-572.
- EASTERLIN, Nancy. (2012), *A biocultural approach to literary theory and interpretation*. Baltimore, Md., John Hopkins UP.
- ECO, Umberto. (1992), "Overinterpreting text". In: COLLINI, S. *Interpretation and overinterpretation*. Cambridge, Cambridge UP.
- ELSTER, John. (1982), "The case for methodological individualism". *Theory and Society*, 11 (4): 453-482.
- EPSTEIN, Joshua M. (2007), *Generative social science: Studies in agent-based computational modeling*. Princeton, Princeton UP.
- FEHR, Ernst & FISCHBACHER, Urs. (2003), "The nature of human altruism". *Nature*, 425: 785-91.
- FODOR, Jerry & PYLYSHYN, Zenon. (1988), "Connectionism and cognitive architecture". *Cognition*, 28.
- FOUCAULT, Michel. ([1966] 1984), *Las palabras y las cosas*. Barcelona, Planeta.

- GADAMER, Hans-George. (2004 [1975]), *Truth and method*. Londres, Bloomsbury.
- GALLISTEL, C. R & KING, Adam P. (2009), *Memory and the computational brain: Why cognitive science will transform neuroscience*. Nova York, Wiley and Blackwell.
- GARFINKEL, Harold. (1967), *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- GARFINKEL, Harold. (2002), *Ethnomethodology's program: Working out Durkheim's aphorism*. Oxford, UK, Rowman & Littlefield.
- GEERTZ, Clifford. (1973), *The interpretation of cultures*. Nova York, Basic Books.
- GEERTZ, Clifford. (1984), "Distinguished lecture: Anti anti-relativism". *American Anthropologist*, 86 (2): 263-278.
- GINTIS, Herbert *et al.* (2005), *Moral sentiments and material interest: The foundations of cooperation in economic life*. Cambridge MA, MIT Press.
- GOFFMAN, Erving. (1967), *Interaction ritual: Essays on face-to-face behavior*. Garden City, Nova York, Doubleday, Anchor Books.
- GOFFMAN, Erving. (1975), *Frame analysis. an essay on the organization of the experience*. Massachusetts, Cambridge.
- GRAHAM, Jesse *et al.* (2011), "Mapping the moral domain". *Journal of Personality and Social Psychology*, 101: 366-385.
- GRANOVETTER, Mark. (1985), "Economic action and social structure: The problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, 91: 481-510.
- GRONDIN, Jean. ([1991] 1994), *Introduction to philosophical hermeneutics*. New Haven, Yale UP.
- GROSSBERG, Lawrence. (1997), "Cultural studies, modern logics, and theories of globalization". In: McROBBIE, A. (org.). *Back to reality? Social experience and cultural studies*. Manchester, Manchester UP.
- HABERMAS, Jürgen. (2010), *Teoría de la acción comunicativa*. Madri, Trotta.
- HABERMAS, Jürgen. (2002), *Verdad y justificación*. Madri, Trotta.
- HABERMAS, Jürgen. (1988), *La lógica de las ciencias sociales*. Madri, Tecnos.
- HAIDT, Jonathan & JOSEPH, Craig. (2004). "Intuitive ethics: How innately prepared intuitions generate culturally variable virtues". *Daedalus*, 4: 55-66.
- HAIDT, Jonathan & JOSEPH, Craig. (2007), "The moral mind: How five sets of innate intuitions guide the development of many culture-specific virtues, and perhaps even modules". In: CARRUTHERS, P. (org.). *The innate mind: Vol. 3. foundations and the future*. Nova York, Oxford UP.
- HARCOURT, Bernard E. (2012), *The illusion of free markets: Punishment and the myth of natural order*. Cambridge, Harvard UP.
- HAYEK, Friedrich (1989), "The pretence of knowledge". *American Economic Review*, 79: 3-7.
- HAYEK, Friedrich (1944), *The road to serfdom*. Chicago, Chicago UP.
- HEBB, Donald. (1949), *The organization of behavior*. Nova York, Wiley.
- HECHTER, Michael & OPP, Karl-Dieter. (2001), *Social norms*. Nova York, Russell Sage Foundation.

- HENRICH, Joseph & McELREATH, Richard. (2007), "Dual-inheritance theory: The evolution of human cultural capacities and cultural evolution". In: BARRETT, L. & DUNBAR, Robert (org.). *Oxford handbook of evolutionary psychology*. Oxford, Oxford UP.
- HERNSTEIN, Richard J. & MURRAY, Charles. (1994), *The bell curve*. Nova York, Free Press.
- HOGARTH, Robin M. & REDER, Melvin W. (1987), *Rational choice: The contrast between economics and psychology*. Chicago, Chicago UP.
- IACOBONI, Marco. (2008), *Mirroring people: The new science of how we connect with others*. Nova York, Farrar, Straus and Giroux.
- INGLEHART, Ronald. (2008), "Changing values among western publics, 1970-2006: Postmaterialist values and the shift from survival values to self expression values". *West European Politics*, 31(1-2): 130-146.
- INGLEHART, Ronald. (2018), *Cultural evolution. People's motivations are changing, and reshaping the world*. Cambridge, Cambridge UP.
- JORDAN, Fiona *et al.* (2013), "Cultural evolution of the structure of human groups". In: RICHERSON, Peter & CHRISTIANSEN, Morten (orgs.). *Cultural evolution: Society, technology, language, and religion*. Cambridge, MA, MIT Press.
- KAHNEMAN, Daniel *et al.* (1982), *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases*, Cambridge, Cambridge UP.
- KAHNEMAN, Daniel & TVERSKY, Amos. (1979), "Prospect theory: An analysis of decision under risk". *Econometrica*, 47: 263-291.
- KIM, Jaegwon. ([1993] 2002), *Supervenience and mind*. Cambridge, Cambridge UP.
- LEWENS, Tim. (2015), *Cultural evolution: Conceptual challenges*. Oxford, UK, Oxford UP.
- LIU, Eric. & HANAUER, Nick. (2011), *The gardens of democracy: A new american story of citizenship, the economy, and the role of government*. Seattle, Sasquatch Books.
- LONGINO, Helen. (2002), *The fate of knowledge*. Princeton, Princeton UP.
- LUCAS, Robert E. & SARGENT, Thomas J. (1981), *Rational expectations and econometric practice*. Minneapolis, Minnesota UP.
- MARCUS, Gary. (2004), *The birth of the mind*. Nova York, Basic Books.
- MARKS, Jonathan. (2002), *What it means to be 98% chimpanzee*. Los Angeles, California UP.
- MATHEW, Sarah *et al.* (2013), "Human cooperation among kin and close associates may require enforcement of norms by third parties". In: RICHERSON, Peter & CHRISTIANSEN, Morten (orgs.). *Cultural evolution: Society, technology, language, and religion*. Cambridge, MA, MIT Press.
- MCADAMS, Dan P. (2001), "The psychology of life stories". *Review of General Psychology*, 5 (2): 100-122.
- MOLL, Jodie & HOQUE, Zahirul. (2006), *Rational choice theory. Methodological issues in accounting research: Theories, methods and issues*. Londres, Spiramus Press.
- MOUZELIS, Nicos P. (1995), *Sociological theory: What went wrong?* Londres e Nova York, Routledge.

- NELSON, Cary *et al.* (1992), "Cultural studies: An introduction". In: GROSSBERG, Lawrence *et al.* *Cultural studies*. Nova York, Londres, Routledge.
- NEWELL, Allen. (1982), The knowledge level. *Artificial Intelligence*, 18 (1): 87-127.
- OPPENHEIMER, Joe A. (2010), "Rational choice theory". In: BEVIR, M. *Encyclopedia of political theory*. Londres, Sage.
- PHELPS, Elizabeth. (2006), "Emotion and cognition". *Annual Review of Psychology*, 57: 27-53.
- PLUTCHIK, Robert. (1987), "Evolutionary bases of empathy". In: EISENBERG, N. & STRAYER, J. (orgs.). *Empathy and its development*. Cambridge, Cambridge UP.
- POLANYI, Karl *et al.* (1957), *Trade and market in the early empires: Economies in history and theory*. Nova York, Free Press.
- PRESTON, Stephanie D. & DE WAAL, Frans. (2002), "Empathy: Its ultimate and proximate bases". *Behavioral and Brain Sciences*, 25: 1-72.
- REYNOSO, Carlos. (2000), *Apogeo y decadencia de los estudios culturales: Una visión antropológica*. México DF, Gedisa.
- RICHERSON, Peter & BOYD, Robert. (2005), *Not by genes alone: How culture transformed human evolution*. Chicago, Chicago UP.
- RICHERSON, Peter & CHRISTIANSEN, Morten (eds.). (2013), *Cultural evolution: Society, technology, language, and religion*. Cambridge, MA, The MIT Press.
- RICHERSON, Peter & HENRICH, Joseph. (2012), "Tribal social instincts and the cultural evolution of institutions to solve collective action problems". *Cliodynamics*, 3: 38-80.
- RICOEUR, Paul. (1965), *De l'interprétation. essai sur Freud*. Paris, Seuil.
- RICOEUR, Paul. (1975), "La fonction herméneutique de la distanciation". *Exegesis. Problèmes De Méthode Et Exercices De Lecture*. Neuchâtel, Delachaux Et Niestle, 179-200.
- RICOEUR, Paul. (1977), "La structure symbolique de l'action". *Actes De La 14e Conférence Internationale De Sociologie Des Religions*. Lille, Secrétariat C.I.S.R., 35.
- RICOEUR, Paul. (1983), *Temps et récit 1. L'intrigue et le récit historique*. Paris, Seuil.
- RICOEUR, Paul. ([1986] 2001), *Del texto a la acción. ensayos de hermenéutica II*. México, Fondo de Cultura Económica.
- RIDLEY, Matt. (2015), *The evolution of echonomy. The evolution of everything: How new ideas emerge*. Nova York, HarperCollins.
- RIZZOLATI, Giacomo *et al.* (1996), "Premotor cortex and the recognition of motor actions". *Cognitive Brain Research*, 3 (2): 131-141.
- RORTY, Richard. (1981), *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton, Princeton UP.
- SARGENT, Thomas J. (1987), *Macroeconomic theory*. Nova York, New York Academic Press.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. (1981), *The rise of western rationalism max weber's developmental history*. Berkeley; Los Angeles; Londres, University of California Press.
- SCHÜTZ, Alfred. ([1932] 1967). *The phenomenology of the social world*. Evanston IL, Northwestern UP.

- SEJNOWSKI, Terrence *et al.* (1988), Computational neuroscience. *Science*, 241: 1299-306.
- SHAMAY-TSOORY, Simone. (2011), “The neural bases for empathy”. *Neuroscientist*, 17 (1): 18-24.
- SHUBIK, Martin. (1984), *A game theoretic approach to political economy*. Cambridge, MA, MIT Press.
- SHWEDER, Richard *et al.* (1987), “Culture and moral development”. In: KAGAN, J & LAMB, S. (org.). *The emergence of morality in young children*. Chicago, Chicago UP.
- SHWEDER, Richard *et al.* (1997). “The ‘big three’ of morality (autonomy, community, and divinity), and the ‘big three’ explanations of suffering”. In: BRAND, A. & ROZIN, P. (orgs.). *Morality and health*. Nova York, Routledge.
- SLOMAN, Steven & FERNBACH, Philip. (2017), *The knowledge illusion*. Nova York, Riverhead.
- SWEDBERG, Richard. (1994), “Markets as social structures”. In: SMELSER, Neil & SWEDBERG, Richard (orgs.). *The handbook of economic sociology*. Princeton, Princeton UP.
- TIGER, Lionel & FOX, Robin. (1971), *The imperial animal*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston.
- TOMASELLO, Michael *et al.* (2005), “Understanding and sharing intentions: The origins of cultural cognition”. *Behavioral and Brain Sciences*, 28: 675-735.
- TURCHIN, Peter. (2013), “The puzzle of human ultrasociety: How did large-scale complex societies evolve?”. In: RICHEYSON, Peter & CHRISTIANSEN, Morten (orgs.). *Cultural evolution: Society, technology, language, and religion*. Cambridge, MA, MIT Press.
- TURCHIN, Peter. (2016), *Ultrasociety: How 10,000 years of war made humans the greatest cooperators on earth*. Chaplin, Beresta Books.
- TURCO, Catherine J. & ZUCKERMAN, Ezra W. (2017), “Verstehen for sociology: Comment on Watts”. *American Journal of Sociology*, 122 (4): 1272-91.
- WATTS, Duncan J. (2014), “Common sense and sociological explanations”. *American Journal of Sociology*, 120: 313-51.
- WEBER, Max ([1913] 1992), “Essai sur quelques catégories de la sociologie compréhensive”. In: WEBER, Max. *Essais sur la théorie de la science*. Paris, Plon.
- WEBER, Max. ([1922] 1984), *Economía y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica.
- WILSON, David S. (2008), “Evolution ‘for the Good of the Group’”. *American Scientist*, 96 (2): 380-389.
- WILSON, David S. (2015), *Does altruism exist? culture, genes and the welfare of others*. New Haven CT, Yale UP.
- WOOLGAR, Steve. (1986), “On the alleged distinction between discourse and praxis”. *Studies of Science*, 16 (2): 309-17.

Resumo*Duas metáforas históricas sobre o problema do sentido da ação*

O presente artigo descreve duas grandes tendências de abordagem do problema sociológico do sentido da ação. Elas podem ser melhor compreendidas fazendo uso de duas metáforas intuitivas. Trata a primeira da “mente como um computador”, e a segunda do “mundo como um texto”. Descrevem-se de modo geral os supostos filosóficos de cada tendência e os seus principais déficits ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Em seguida, são apresentadas as suas convergências implícitas, ilustradas em três déficits teóricos: o dualismo, o atomismo e o holismo. O artigo ressalta a importância da pesquisa interdisciplinar, incluindo nela as chamadas ciências biosociais para a superação desses déficits.

Palavras-chave: Sentido da ação; Teoria da escolha racional; Hermenêutica; Interdisciplinaridade; Dualismo; Atomismo; Holismo.

Abstract*Two historical metaphors about the problem of action's meaning*

This paper describes two broader tendencies about the sociological problem of action's meaning. They can be better explained using two intuitive metaphors. The first one is “the mind like a computer”, and the second one is “the world like a text”. The paper shows, in a general approach, the basic postulates of each tendency and their main ontological, epistemological and methodological weaknesses. Then, it will show the implicit convergences, illustrated with three main theoretical flaws: dualism, atomism, and holism. The paper stresses the importance of interdisciplinary research, including the so-called biosocial sciences, to override these flaws.

Keywords: Action's meaning; Rational choice theory; Hermeneutic; Interdisciplinary research; Dualism; Atomism; Holism.

Texto recebido em 15/4/2019 e aprovado em 14/4/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.156889.

ERNESTO MORA FORERO é professor e pesquisador nas áreas de teoria social, cognição social e narrativa e cognição social. Possui doutorado em sociologia pela Universidade de São Paulo, e mestrado em filosofia pela Pontificia Universidad Javeriana (Bogotá, Colômbia). Recentemente, realizou pesquisas de pós-doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp) e a Utrecht Universitait (Holanda) sobre a cognição social a partir de narrativas. E-mail: juanernestomora@gmail.com.



Um diplomata em defesa do princípio universal dos direitos humanos

Entrevista com José Augusto Lindgren Alves¹

Por Gustavo Mesquita*

<https://orcid.org/0000-0002-6460-495X>

A trajetória do embaixador brasileiro José Augusto Lindgren Alves ficou marcada pela longa atuação em organismos internacionais de controle dos direitos humanos. Durante os 35 anos de trabalhos realizados no Ministério das Relações Exteriores (MRE) e na Organização das Nações Unidas (ONU), entre as décadas de 1980 e 2010, a imbricação dos direitos humanos com temas sociais contemporâneos destacou-se como núcleo de suas preocupações. Ele foi o diplomata que criou o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty, experiência que o inspirou a participar a título pessoal do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU (CERD), órgão de controle da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD). Depois de coordenar a delegação brasileira em conferências da ONU decisivas para a consolidação democrática de diversos países, foi ao longo de tão extenso percurso que o embaixador pôde conhecer profundamente as políticas antirracistas implementadas pelos Estados nacionais participantes da ICERD, dando a sua contribuição para o sistema internacional dos direitos humanos.

Recentemente, Lindgren Alves lançou *É preciso salvar os direitos humanos* (2018a), livro que expõe reflexões amadurecidas sobre a crise atual do sentido dos direitos humanos. Ao todo são seis livros de sua lavra, identificados com a preo-

* Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.

1. Entrevista concedida por ocasião da Conferência Brasileira de Estudos Políticos sobre os Estados Unidos, realizada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de 25 a 28 de novembro de 2019.

cupação não só de compreender, mas de defender aquilo que fundaria os direitos humanos: o progresso da igualdade com liberdade. Sua obra caracteriza-se pelo tom ensaístico, pouco afeito às marcações disciplinares, e interliga conhecimentos das ciências humanas e sociais com o objetivo de discutir o desenvolvimento e a situação atual dos direitos humanos.

Nesta entrevista com o embaixador, temos em mãos um conjunto de questões relacionadas com a sua trajetória e obra. Abordo assuntos que vão dos seus caminhos diplomáticos à sua crítica incisiva ao diferencialismo tão apreciado em nossos dias. Sendo o entrevistado figura de proa do movimento internacional pelos direitos humanos, suas propositivas palavras, emanadas da experiência, convidam à reflexão os que se preocupam com os rumos da vida democrática.

Gustavo Mesquita: *Gostaria de começar a entrevista pela sua trajetória como diplomata brasileiro. Quais momentos você considera especiais?*

José Augusto Lindgren Alves: Eu fiz o vestibular para o Instituto Rio Branco em 1967 e entrei em 1968. Encontrava-me no meio do curso quando veio o AI-5. Naquele regime de repressão, parecia constrangedor ser diplomata brasileiro, mas, depois de passar no concurso, não havia razões pessoais para desistir. Ao me formar, fui lotado, por acaso, numa divisão do Itamaraty que tratava do comércio com a Europa Oriental: Coleste. O trabalho exigia viagens para as feiras internacionais de que o Brasil participava na área. Pude conhecer, assim, tanto o amedrontador “mundo comunista”, como algumas das fascinantes capitais europeias nos “trinta anos gloriosos”, de pleno Estado de Bem-Estar e ampla liberdade.

O segundo momento relevante foi a oportunidade de trabalhar com um de nossos maiores homens públicos, o embaixador José Sette Câmara Filho, na Embaixada em Praga (antes eu servira em Viena). Sette Câmara, que então dividia seu tempo entre a Tchecoslováquia e a ONU (tanto a Comissão de Direito Internacional quanto a Assembleia Geral), e depois foi juiz da Corte Internacional de Justiça, foi, além de chefe e amigo, meu “professor de ONU”.

O período que mais veio marcar minha vida foi quando servi como conselheiro na Missão das Nações Unidas, em Nova York, de 1985 a 1988, trabalhando com direitos humanos. Depois disso, embora servindo em outros lugares, tendo defendido tese sobre o assunto, nunca me distanciei totalmente do sistema da ONU, nem dos direitos humanos. Sobre eles trabalho há 35 anos.

Se fosse destacar um momento especialíssimo, ocorreu na Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, de 1993, em que, na qualidade de delegado,

assessorei o embaixador Gilberto Saboia no comitê de redação dos documentos. Lá o Brasil recebeu a maior aclamação a que já assisti – sem contar vitórias do futebol em Copas do Mundo.

GM: *Em linhas gerais, como foi o percurso até a sua escolha para compor o CERD?*

JA: Nunca deixei o Itamaraty, nunca servi em gabinete de ministro, nem chefei grande posto. Depois da Coleste, em Brasília, segui, como segundo secretário, para a Embaixada em Viena, depois Praga e Túnis. De volta a Brasília, fui subchefe da divisão que cuidava dos países de língua portuguesa na África e de toda a África Austral. O trabalho era interessante porque, desde o governo Geisel, a África havia adquirido prioridade em nossa política externa. Era particularmente delicado mostrar aos demais órgãos do governo, inclusive à Escola Superior de Guerra e à Escola Nacional de Informações, que, independentemente das respectivas ideologias, os países africanos gostavam do Brasil, vendo-nos como país mestiço e alternativa para a relação de dependência com o ex-colonizador. E que, para aproveitar esse ativo, não podíamos aproximar-nos do regime de *apartheid* da África do Sul. Graças a esse trabalho que ajudei a realizar, consegui ser removido para a Missão da ONU. De lá fui para a Embaixada em Caracas, logo para Windhoek, na Namíbia, onde acompanhei a independência e abri nossa Embaixada.

No final de 1990, chefei a Divisão das Nações Unidas do Itamaraty. Com insistência ao longo de cinco anos, convenci o MRE a abrir um departamento para direitos humanos e temas sociais, de que fui o primeiro chefe. Nessas duas funções sequenciais, fui delegado e coordenador da participação do Brasil em todas as grandes conferências sociais da década de 1990: Viena, 1993, sobre direitos humanos; Cairo, 1994, sobre população; Copenhague, 1995, sobre desenvolvimento social; Pequim, 1995, sobre os direitos da mulher; Istambul, 1996, sobre assentamentos humanos. Igualmente nessa fase, pela primeira vez integrei, por eleição, órgão da ONU, com exercício a título pessoal: a antiga Subcomissão de Prevenção da Discriminação e Proteção de Minorias. Isso tudo me deu certa notoriedade na sociedade civil e na academia.

Em 1997, tive que sair do Brasil novamente. Fui cônsul geral em S. Francisco, de onde, em 2001, o então chanceler Celso Lafer chamou-me para retomar o trabalho da Conferência Mundial de Durban, contra o Racismo, de 2001. Digo “retomar” porque Lafer sabia que a proposta original da Conferência havia sido minha, na Subcomissão. Em 2002, já embaixador, transferiram-me para a Embaixada em Sófia. Foi nesse período que pleiteei ser designado candidato a uma das vagas para a América Latina no CERD. Como as sessões não eram permanentes, eu poderia desincumbir-me delas, em Genebra, na qualidade de perito, sem prejuízo da Embaixada na Bulgária.

Isso me garantiria um pé no sistema da ONU, em tema com o qual já havia trabalhado. Eleito em 2002 e reeleito três vezes, permaneci no CERD dezesseis anos.

O CERD, creio importante assinalar, é comitê composto de dezoito “peritos” de origens e culturas diversas, para supervisionar a implementação da Convenção contra a Discriminação Racial (United Nations, 1965). Criado pela própria convenção, em 1965, e estabelecido em 1970, foi o primeiro dos denominados “órgãos de tratado”. Seus membros, chamados “peritos”, são eleitos pelos Estados-partes da ICERD entre candidatos apresentados pelos respectivos governos que o desejarem, para exercer as funções a título pessoal, sem, portanto, representá-los, com mandatos de quatro anos, renováveis. Não há remuneração, apenas diárias e passagens pagas pela ONU. Reúnem-se em sessões de três ou quatro semanas, normalmente duas vezes por ano, no Escritório da ONU em Genebra, que garante os serviços de secretariado.

Se a candidatura ao CERD não foi longamente planejada – nenhuma candidatura para órgão de tratado ocorre com grande premeditação, pois depende da existência de vaga e apoio do Estado para inclusão na lista de concorrentes –, a decisão, no meu caso, tampouco foi casual. Eu soube da vaga quando me encontrava novamente em Genebra, em sessão preparatória para a Conferência de Durban, e havia, assim, voltado provisoriamente ao tema da discriminação racial. Solicitei pouco depois minha indicação ao MRE, que me deu seu apoio para o pleito. Nessa e em mais três vezes. Uma quinta oportunidade me foi oferecida em 2017, mas eu declinei, cansado e com dúvidas sobre a propriedade das propostas que vinham sendo formuladas naquele órgão.

Simultaneamente com a função de membro no CERD, servi, depois da Bulgária, como embaixador em Budapeste, representei a Aliança de Civilizações em Brasília, fui para Sarajevo, na Bósnia, onde abri Embaixada, e em Barcelona, onde fui cônsul-geral. Terminei o serviço público em 2016, mas permaneci mais dois anos como membro do CERD, em Genebra, e fui secretário executivo do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul, em Buenos Aires. Indicado no governo Temer e eleito em setembro de 2018, sou atualmente membro do Comitê Assessor do Conselho de Direitos Humanos da ONU, com mandato até 2021.

GM: Ao longo de sua atuação você enfrentou resistências por defender os direitos humanos? De que forma aconteceram? De onde vieram?

JA: Não propriamente por defender os direitos humanos. Sempre algum diplomata tinha que trabalhar nisso. Em Nova York, tive um pouco de resistências para algumas sugestões de voto, que Brasília relutava assumir naquele período de transição à democracia durante o governo Sarney. Mas isso era compreensível, e avançamos bastante.

A atitude do Brasil perante os direitos humanos começou a mudar realmente no governo Collor, que se dispôs a dialogar com a Anistia Internacional, e no governo Itamar Franco, quando Fernando Henrique Cardoso era chanceler. Em 1993, na preparação para a Conferência de Viena, o Itamaraty acolheu seminário com ONGs de direitos humanos, para a definição de posições comuns. Eu era chefe da Divisão das Nações Unidas e coube a mim organizá-lo. Lembro-me de Paulo Sérgio Pinheiro, que não me conhecia, observar, com surpresa, num almoço de que participávamos: “Nossas posições são iguais!” Desde então ele e eu trabalhamos juntos muitas vezes, tornando-se o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de S. Paulo (NEV), que ele dirigia, nosso parceiro regular. É verdade que alguns colegas me chamavam em tom jocoso de “amigo das ONGs”. Mas não era nada grave, nem eles criavam obstáculos.

O que de mais sério aconteceu comigo, obrigarem-me a sair das funções de chefe do novo departamento, o de direitos humanos e temas sociais, quando eu menos esperava, não foi obra de opositores internos. Foi de aliados na causa, poderosos em outros órgãos. Devo reconhecer, porém, em compensação, que foi graças a meu trabalho com direitos humanos que cheguei a embaixador, nível máximo da carreira, quando havia quase perdido as esperanças.

GM: O que para você é significativo, em termos de conquista de direitos, de forma universal e para o Brasil em particular em relação à atuação do CERD no sistema internacional dos direitos humanos?

JA: A ICERD é de 1965. Foi o primeiro instrumento jurídico adotado pela ONU para ser subscrito e ratificado voluntariamente por Estados, com base na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (United Nations, 1948). Inaugurou, portanto, o direito internacional dos direitos humanos, estabelecendo obrigações na matéria.

Na segunda metade da década de 1960, depois da superação das célebres leis *Jim Crow* do Sul dos Estados Unidos, que impediam os negros até de votar, e demais instrumentos racialmente discriminatórios norte-americanos, pensava-se sobretudo no problema do *apartheid* da África do Sul. Não foi somente o Brasil que, nos primeiros relatórios periódicos ao CERD, nos anos 70, dizia não abrigar legislação diferenciadora por raça, não precisando adotar leis ou medidas para cumprir o tratado. Criado em 1965 e estabelecido em 1970, o CERD fez logo ver a todos os Estados-partes que a discriminação pode ser velada, não baseada em leis ou na vontade dos governos, e que nenhuma sociedade é isenta de racismo. Aos Estados incumbe combater também essas manifestações, com ações de ordem variada, e descrevê-las, com seus efeitos, em relatórios periódicos, para avaliação e recomendações do Comitê.

Os relatórios são instrumentos importantes também internamente, porque a própria feitura exige um esforço de tomada de consciência para problemas existentes e dificuldades de saná-los. Seu exame, por outro lado, propicia ao CERD opinar sem motivações políticas e sugerir ações sem que isso possa ser encarado como intromissão em assuntos internos. Ao fazer recomendações e ao promover a Convenção, o CERD divulga o que considera necessário no combate ao racismo. Ajuda, com isso, a popularizar práticas supostamente úteis, como a proibição legal de partidos racistas e propaganda de superioridade racial, levantamentos estatísticos desagregados das diferentes áreas sociais, criação de órgãos nacionais de controle, medidas especiais – “ação afirmativa” – para segmentos historicamente discriminados, apoio a iniciativas não governamentais para grupos específicos e assim por diante. Para os interessados, todos os relatórios e todas as recomendações do CERD podem ser lidas nos sites da ONU, ou, mais recentemente, do Alto Comissariado para os Direitos Humanos².

O problema que vejo hoje é que suas recomendações, inspiradas no modelo americano, estimulam demais diferenças étnicas, como se desejassem separar as comunidades. Fazem, em menor grau, aquilo que mais combatíamos no regime do *apartheid*. Ressalto, porém, desde logo que essas recomendações não precisam ser seguidas. Os que não as observem *in toto*, como é o caso de países da Europa, têm a obrigação de apresentar relatórios, explicando também seus motivos.

Depois do regime militar, o Brasil levou muito tempo em atraso nos informes. Como pude comprovar na chefia da Divisão das Nações Unidas, isso se devia mais a dificuldades para o levantamento de dados pelo Itamaraty, desaparelhado com meios próprios, do que a displicência dos governos. Foi com recurso ao NEV para esse levantamento e primeira redação do texto que o Brasil logrou atualizar os relatórios em 1995, após interregno de 12 anos. Período de atraso igualmente longo o país está tendo novamente, desde 2004, em função de indecisões da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) para contratação de entidade capaz de preparar o informe. Segundo me foi explicado, a Seppir achava que as obrigações principais, senão exclusivas, seriam aquelas do Programa de Ação de Durban (United Nations, 2002). Embora eu tenha sabido que um novo relatório estaria pronto para apresentação, não sei como o Brasil poderá, no governo atual, atualizar seriamente essa obrigação, levando em conta que o período coberto corresponde a governos passados, repudiados como “comunistas”.

Acho, francamente, que, no combate ao racismo, assim como em outras áreas que envolvem direitos, excessos inspirados no padrão norte-americano precisam ser revisitos, inclusive no CERD. As discriminações têm crescido no mundo inteiro. Não quero

2. Ver <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CERD/Pages/CERDIndex.aspx>.

dizer que esse crescimento se deva ao modelo adotado. As causas são mais profundas. Mas o modelo, fora de contexto, contribui com ações deslocadas, gerando reações cada dia mais fortes. Revisão de posturas precisa ser feita, com isenção, pelo movimento negro. Não se pode deixar que ela ocorra por iniciativa apenas dos governos.

GM: *Podemos dizer que o Brasil exerceu liderança nas Conferências de Viena e de Durban a favor do fortalecimento dos direitos humanos? Gostaria que você contasse como foi a atuação da delegação brasileira nessas duas conferências mundiais.*

JA: Podemos dizer e orgulhar-nos disso. Foi graças à atuação brasileira que a Conferência de Viena de 1993 constituiu o evento multilateral mais importante sobre os direitos humanos desde o fim da Guerra Fria. Seu documento final, a *Declaração e Programa de Ação de Viena* (United Nations, 1993), pormenorizado e abrangente, aprovado por consenso, foi todo negociado sob orientação e com intermediação de delegados brasileiros. Habitados a atuar como pontes entre maximalistas e opositores, entre Leste e Oeste, entre o Norte desenvolvido e o Sul em desenvolvimento, fomos nós, brasileiros, no Comitê de Redação (presidido pelo embaixador Saboia), com um grupo informal improvisado (chefiado por mim, com apoio de outros colegas), que propiciamos o entendimento obtido, em sessões prolongadas até a manhã. Já falei e escrevi tanto sobre isso e sobre os resultados da Conferência que me parece expletivo repetir (Lindgren Alves, 1994; Lindgren Alves, 2018b). Além de envolver outras áreas importantes, a Conferência de Viena reafirmou por consenso difícil a universalidade dos direitos humanos, confirmou a legitimidade da preocupação internacional com sua situação dentro de cada Estado, tratou com realismo as diferenças de culturas, deu impulso à criação do cargo de Alto Comissário do assunto na ONU.

Quanto à Conferência de Durban, de 2001, contra a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, até mesmo a proposta original foi brasileira, porque minha, a título pessoal, encaminhada na Subcomissão de Prevenção e Proteção de Minorias, em 1994. A Conferência em si teve a relatoria a cargo de nossa compatriota Edna Roland. Protelado e com objetivos excessivamente ampliados, o evento foi criticado por motivos alheios às questões propriamente raciais. Conseguiu, também graças à atuação do embaixador Gilberto Saboia, ter seu Programa de Ação adotado. O documento de Durban constitui, até hoje, a principal referência de ação para o movimento negro, no Brasil e no resto da América Latina.

Tanto em Viena quanto em todas demais conferências sociais da ONU na década de 90, as delegações do Brasil, respaldadas pela participação da sociedade civil, atuaram na conciliação de posições divergentes, propiciando fórmulas de endosso planetário.

Somente para quem prefere a confrontação antidemocrática, a importância desse tipo de esforço pode ser questionada.

GM: *Qual o sentido dos direitos humanos no momento em que foram criados?*

JA: Historicamente, os direitos humanos foram criados contra o absolutismo monárquico ou estatal em geral e para garantir a liberdade individual. Tendo como precursoras declarações nos Estados Unidos e na França, como a da Virgínia, enquanto ainda era colônia, seguida depois pela Declaração de Independência dos Estados Unidos com o *Bill of Rights*, e, mais influente ainda, a declaração francesa, de 1789, dos *Direitos do Homem e do Cidadão*, a ONU, recém-criada, deu início à preparação da Declaração de 1948. Nenhuma das anteriores, de autoria e alcance nacional, incluía as mulheres, os escravos e as minorias étnicas nesses direitos. A única internacional, com validade planetária e destinada a proteger do arbítrio todos os seres humanos, foi a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, adotada pela Assembleia Geral da ONU, em Paris, em 10 de dezembro de 1948. Assemelhadas, mas não iguais, há declarações regionais, como a africana, a islâmica, e, no âmbito da OEA, para todo continente, a *Declaração Americana de Direitos Humanos* (Organization of American States, 1948).

Quando de sua adoção, pouco após a Segunda Guerra Mundial, o objetivo principal da *Declaração Universal* era respaldar a paz, evitando a possibilidade de repetição de horrores como os do Holocausto dos judeus pelo nazismo. Seu sentido abrangente, registrado no preâmbulo pela ideia da “dignidade inerente a todos os membros da família humana”, dotados de “direitos iguais e inalienáveis”, é ressaltado no Artigo 1º pelo entendimento de que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. A isso se acresce o fato de a Declaração de 1948 ser o único documento internacional intitulado “Universal”. A Declaração se aplica a todos os indivíduos, homens e mulheres, em qualquer situação, inclusive habitantes de colônias, candidatos a refúgio ou apátridas. Segundo a doutrina prevalecente durante muito tempo, os direitos nela consagrados constituem um mínimo divisor comum a ser observado por todos os Estados civilizados. Como esse mínimo nunca foi totalmente realizado, hoje quase não se repete a ideia.

Na prática, os direitos humanos costumam ser comparados ao mito grego de Sísifo. São pedras levadas ao topo da montanha, que, em seguida, desabam. Conquanto produtos históricos, sujeitos à evolução, direitos universais não são considerados “conquistas”. Decorrem de supostos atributos intrínsecos, mas atualizáveis, reconstruídos com formato semijurídico para necessidades humanas iminentes, reconhecidos, violados ou negados. “Conquistas” nessa área, meros sinônimos de

“avanços”, como eu próprio uso o termo, são obtidas, ou não, pelas políticas destinadas a promover seu respeito.

Encarados como última utopia da modernidade, metanarrativa para o progresso social-democrático, os direitos humanos tiveram enorme ascendência na década final do século passado, em período imediatamente posterior à Guerra Fria. No século XXI seu curso tem sido descendente, corroídos por fora, pelo neoliberalismo econômico, e amolecidos por dentro, por culturas que os violam ou modismos que os esvaziam.

Hoje os direitos humanos, como a paz e o progresso social, encontram-se gravemente ameaçados, pelo desgaste dos regimes liberal-democráticos, pelos populismos de direita e de esquerda, pela descrença popular na democracia, demonstrada em eleições de candidatos extremistas, pela revalorização de tradições anacrônicas, pela corrupção e violência generalizadas, pela asserção política de crenças religiosas fundamentalistas. Pior, e acima de tudo, os direitos humanos são agora ameaçados pela disseminação de uma nova ideologia de direita, ridícula e ameaçadora, determinada a se tornar hegemônica. Para espalhar o pavor e a dominação dos incautos, seus arautos dizem ver em toda parte a “conspiração globalista” de um elaborado “marxismo cultural”, baseado em Gramsci e na Escola de Frankfurt, coordenado pela ONU. Ensinados sem debate e difundidos, tais absurdos encontram terreno fértil na cabeça de gente ressentida, usuária assídua da internet, que os repete como fatos incontestes.

GM: Você discute o deslocamento do princípio universal dos direitos humanos para os particularismos das identidades várias em seus estudos mais recentes. Gostaria que abordasse essa questão tendo por base as políticas de identidade, as minorias étnicas, o multiculturalismo, ou seja, o diferencialismo marcante nas políticas atuais de direitos humanos.

JA: Desde os anos 60, a questão da identidade comunitária adquiriu relevo especial na luta dos negros norte-americanos pela concretização dos direitos civis. Concomitante a ela, com lógica assemelhada, os nativos, os hispânicos, os asiáticos passaram a adotar a mesma atitude, de valorização das respectivas identidades. A postura foi seguida também, com adaptações, pelas mulheres, no “feminismo da diferença” (após o “feminismo da igualdade”), pelos homossexuais, que eu me lembre, pela assunção do velho xingamento “queer” (“bizarro”, no Brasil, “veado”), antes mesmo da primeira formação LGBT, pelos grupos “diferentes” de qualquer tipo. Na área internacional, na ótica dos direitos humanos, foi sobretudo depois da Guerra Fria e da Conferência de Viena que a autoidentificação como pertencimento passou a ser ressaltada como essencial à pessoa, e a identidade foi incorporada na reivindicação de direitos.

A expressão “multiculturalismo” começou a ser usada no Canadá, sem sentido racial. O país adotou, em 1988, uma norma chamada *Canadian Multiculturalism Act*, destinada a apaziguar o separatismo do Québec, permitindo o uso do francês como língua própria, sem proclamação de independência pela província – que quase chegou a ocorrer. Expandida semântica e geograficamente, a ideia foi acolhida nos Estados Unidos e incorporada na academia, com respaldo teórico de intelectuais não marxistas, sendo mais famoso o canadense Charles Taylor (1994).

Quando a expressão chegou ao Brasil como modismo político e acadêmico, no final dos anos 80, grande parte dos que a usavam pensavam que ela consagrava a multiplicidade de aportes que compunham culturas sincréticas, como a brasileira, conferindo igual valor a todas as matrizes. Por essa linha, estariam sendo resgatadas, em tendência remanescente de Gilberto Freyre ([1933] 2006) no *Casa-grande & senzala*, mas sem atenuação dos males do escravismo e do colonialismo português, posições altaneiras para os elementos africanos e indígenas na formação da nacionalidade. Mas isso era um ledor engano. A prática do multiculturalismo que se espalhava tinha aproximação mais real, muito antes do uso desse termo, com o sistema colonial inglês, especialmente na Índia, para manter os nativos separados dos colonizadores. Lembrava a fundamentação teórica do sistema do *apartheid* e se aparentava, de fato, com o sistema segregado norte-americano, cujos aportes não-brancos não se pretendia integrar. Daí a substituição da metáfora do *melting pot* nos Estados Unidos, que nunca assimilou o contingente negro, pela do “mosaico” de peças adjacentes, compondo um todo harmônico.

Esse modelo norte-americano, que, com ações afirmativas, havia propiciado a elevação econômica dos negros nos Estados Unidos, mas cujos efeitos poderiam ter outras consequências alhures, foi o que predominou, inclusive nas recomendações do CERD. Adotado pelos militantes do movimento negro, impôs-se aos poucos no Brasil e nos demais países da América Latina, mas não nos países europeus, nem mesmo na Inglaterra. Esta, tal como a França, vinha enfrentando o problema das crispções comunitárias, especialmente islâmicas, que às vezes explodiam em motins urbanos violentos, aparentemente inexplicáveis, como na queima de veículos, muitos dos quais pertencentes às próprias minorias.

A interpretação europeia, baseada na própria experiência, era de que o reconhecimento das “diferenças comunitárias”, com adoção de medidas específicas para proteger as minorias como “direitos inalienáveis”, tendia a incrementar o separatismo comunitário e o racismo da maioria. Afinal, foi na Europa, antes dos Estados Unidos com Trump, que a extrema direita começou a ganhar eleições, com líderes que usavam o discurso dos “direitos dos cidadãos nacionais autênticos”, contra imigrantes e filhos de imigrantes, compatriotas judeus, negros e de outras etnias.

Hoje a situação predominante é tal que o ativismo dos direitos humanos parece dedicar-se exclusivamente aos direitos de minorias. Com isso os direitos humanos perderam sua força moral categórica, acima de outros direitos, de titularidade restrita, às vezes até expletivos. Pior, perderam a popularidade ampla de que desfrutaram nos anos 90, passando a ser vistos como algo despiçando, uma bobagem que só interessa a nefelibatas e militantes políticos “de esquerda”.

Para resumir ainda mais essa história, a que aludo também em outras respostas, para mim, políticas são políticas, não podem ser confundidas com a proteção dos direitos fundamentais de todos. Os militantes que se empenham na obtenção de medidas voltadas exclusivamente para comunidades ou minorias que delas necessitem por força das circunstâncias, podem e devem fazê-lo. Repito para que fique bem claro: podem e devem fazê-lo. Não devem, nem podem, porém, para tudo invocar a categoria superior dos direitos humanos, inaugurada em 1948. Estes, como os direitos à vida, à liberdade e à segurança da pessoa, primeiros reconhecidos na Declaração Universal, são instrumentos jurídicos preciosos na luta democrática para enfrentar ditaduras. Não foram reconhecidos como fundamento da paz e da segurança para respaldar reivindicações secundárias ou, até, questionáveis, como o expurgo de livros com linguagem hoje considerada inapropriada (*Othelo*, de Shakespeare, *Huckleberry Finn*, de Mark Twain, *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato etc.), a censura feminista ou racista a obras de arte (*La maja desnuda*, de Goya, *Lolita*, de Nabokov, *Iracema*, de José de Alencar etc.), a oferta de banheiros específicos para homossexuais ou para cada variação de LGBTIS, ou a mensuração da espessura dos colchões em dormitórios de trabalhadores para a identificação de “formas de escravidão”. Há que manter um mínimo de realismo ante problemas mais abrangentes e urgentes nas sociedades atuais.

GM: *Em nossos dias ainda há o debate, acalorado desde a Segunda Guerra Mundial, sobre o racismo na sociedade brasileira. Como você entende a questão racial no Brasil? Quais referências foram mais significativas para o seu entendimento dessa questão?*

JA: A questão racial brasileira é vinculada ao sistema escravista por cor, herdado do período colonial e mantido pelo Império independente, abolido sem alternativas de vida para as vítimas liberadas. Mas todos esses fatos, reais, tendem a ser interpretados de maneira enviesada e simplista.

É comum dizer-se, por exemplo, que a escravidão pela cor foi invenção de Portugal no período expansionista. Sem precisar repetir que a escravidão entre negros já existia na África, quase não se fala da escravidão de africanos pelos árabes, que durou treze séculos. Ela também era sistemática, envolvia o tráfico com chefes locais

e incursões de captura, assim como um tráfico tão cruel e mortífero como o dos navios negreiros no Atlântico: travessias do deserto a pé, com correntes, mortes de sede e inanição, com reexportação frequente dos sobreviventes para a Península Arábica. Quem primeiro me perguntou sobre o motivo da ausência de menção a essa predecessora do tráfico transatlântico nos documentos de Durban foi um professor negro respeitável de universidade carioca. Assim como foi em texto de professor negro, muito merecidamente influente, Kabengele Munanga (2006), que primeiro li sobre esse assunto, por sua vez chamado de “genocídio ocultado” pelo historiador senegalês Tidiane N’Diaye (2009). A razão da omissão me parecia evidente: não era politicamente correto tocar no assunto.

A escravidão sistêmica foi utilizada por praticamente todos os povos, sendo os escravos, geralmente apreendidos em guerra, objeto de lucro, diversão e luxúria, uso militar ou doméstico e fator de produção econômica. Da mesma forma, quase não se menciona no Brasil o tráfico pelos ingleses, cujo puritanismo não os impediu de tornar-se grandes traficantes, no século XVIII, desse “material” por eles chamado de *black ivory*. Não quero com isso dizer que os portugueses tenham sido mais brandos, nem piores. Portugueses e brasileiros usaram do sistema mais intensamente e por mais tempo no Brasil, não porque fossem mais racistas, mas porque os escravos eram a força laboral propulsora de sua economia, como no Sul dos Estados Unidos.

Digo, sim, que não faz muito sentido condenar simplisticamente, com olhos moralistas de hoje, a origem certamente violenta da miscigenação brasileira. Sei, pelos historiadores mais sérios, que, extraídos de uma população europeia minúscula para viver em territórios gigantes, os colonizadores portugueses não dispunham de mulheres brancas, tendo a Coroa e as autoridades enviadas apoiado a mestiçagem desde o início do povoamento. Algo semelhante seria inconcebível para os puritanos ingleses, peregrinos que emigravam com suas famílias para escapar de perseguições religiosas.

Martim Afonso de Sousa, primeiro com a missão de povoar a terra descoberta em 1500, partiu para o Brasil, em 1530, com 400 homens e nenhuma mulher a bordo. A primeira esposa trazida foi Dona Brites, casada com Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, em 1535. Foi ele, Duarte Coelho, com apoio de Dona Brites, quem primeiro promoveu o casamento religioso entre portugueses solteiros e índias, depois incentivado também pelos jesuítas, para “terminar com o pecado”. Foi também Duarte Coelho, fundador de Olinda, quem primeiro importou negros da África, dada sua experiência cultural agrícola, em substituição aos indígenas extrativistas, escravizados e livres, para trabalhar na lavoura.

É absurdo questionar nosso caráter *sui generis*, sincrético e mesclado desde cedo, malgrado o abuso que o sexo entre senhores e escravas possa ter representado. Tam-

pouco faz sentido insistir que fomos “o último país a abolir a escravidão”. Conforme vi e examinei no CERD, os últimos foram países africanos, nas décadas de 1970 e 1980. No CERD encontrei um ex-escravo negro da Mauritânia morena, cuja situação recordava a do Brasil. Libertado pela lei, em 1981, vivia com os ex-senhores nas mesmas condições de antes. O sistema abolido na Constituição da Mauritânia, assim como na do Brasil de 1888, não fora erradicado na prática, nem nas mentes. Para uns era normal ser escravo, para outros, permanecerem senhores. Sem qualquer alternativa econômica, sem recursos para viver, os libertos não chegam a ser livres. E a situação continua assemelhada indefinidamente, se não houver reformas efetivas com medidas para a incorporação dos miseráveis ao “mercado”. Não surpreende que a venda de pessoas em leilões públicos tenha ressurgido no interior da Líbia, em conflito de clãs interminável e bombardeada pelo Ocidente em “intervenção humanitária”.

No Brasil, o racismo é um compósito de classe, cor e aparência. Sem o cultivo do ódio, como nos Estados Unidos, a “cordialidade” brasileira ignora a pobreza e despreza o socialmente inferior. O fenômeno da marginalização dos economicamente irrelevantes se encontra agravado, inclusive nos países mais ricos, legitimado pelas ideias neoliberais globalizadas desde o fim da Guerra Fria. O pobre não é visto como gente, titular de direitos fundamentais iguais, como o escravo de antes, é visto desprovido de alma e religiosamente pagão. Pode ser abandonado enquanto não representa ameaça. Problema é quando consegue ultrapassar a miséria e passa a competir com o senhor. É a situação que estamos vivendo de maneira ampliada. Graças às ações afirmativas e outras medidas, o negro brasileiro começa a ser competidor. De um lado a rejeição majoritária aumenta, de outro, a hipersensibilidade aflora, e cobranças se radicalizam.

O Brasil sempre foi racista. Nunca teve, contudo, uma *Ku Klux Klan* ou milícias supremacistas. Não conheço em nossa história movimentos organizados e aceitos de linchadores de negros por serem negros, nem “Panteras Negras” violentos contra brancos ou “Nações do Islã” separatistas. O que há nessa esfera agressiva é novo, de imitação, grupelhos racistas, contra nordestinos de qualquer cor em S. Paulo, neonazistas rejeitados pelos correligionários arianos que se estão sentindo mais fortes. Sem a cultura regular de ódio, importada dos Estados Unidos, apesar das disparidades econômicas, éramos mais integrados como população brasileira. Violência, discriminação e medo atingem todos, começando pelos mais pobres.

Para completar a resposta, assinalo minha rejeição à ideia de que o racismo disfarçado é pior do que o racismo discriminador assumido. Ninguém que tenha visto de perto o funcionamento do *apartheid*, na África do Sul e na Namíbia, pode compartilhar tal visão. Encaro-a apenas, e a contragosto, como recurso de mobilização. Não se pode equiparar a indiferença elitista ou preconceitos ferrenhos ao impedimento

legal de permanecer na cidade, muito menos morar e viver nela, após 4 horas da tarde (caso de Windhoek, às vésperas da independência, que afetava até funcionários da futura Embaixada), à tipificação criminal do sexo entre adultos de raças diferentes, à proibição de coabitação sob o mesmo teto, à interdição do casamento inter-racial. Preconceitos e indiferença *per se* não levam à denegação constitucional de cidadania jurídica a pessoas naturais do mesmo sítio. Isso sim é literalmente sistêmico.

Em lugar do multiculturalismo na moda, creio melhor na mestiçagem não forçada e nos sincretismos de cultura para equacionar o problema. Se todos somos meio brancos, meio negros, na formação e na pele, não temos porquê, nem com quê, discriminar nossos iguais meio diferentes. É preferível tentar integrá-los realmente. Mas isso não pode ser carro-chefe da extrema direita, que nada de positivo vai querer fazer na matéria.

GM: *Em nossos dias ainda há uma visão mais ou menos difundida de que o Itamaraty nega o racismo brasileiro e suas consequências sociais. Como o senhor avalia essa percepção?*

JA: Não acredito que “o Itamaraty” negue o racismo brasileiro. Que eu saiba, isso não ocorria desde o início do período militar, quando predominava o mito do Brasil como democracia racial e poucos pensavam no assunto. No CERD, vi a delegação brasileira, em 1997 e 2004, reconhecer claramente as dificuldades sociais ligadas à discriminação racial, atual e estrutural, ao apresentar seus relatórios. Se a posição mudar em futuro próximo, não refletirá convicção da maioria dos colegas na ativa. Tampouco as mudanças de agora correspondem a posições da maioria.

A visão citada não me surpreende. Deve advir de impressão comum, mas equivocada, inclusive do movimento negro, que insiste em dizer que “o Itamaraty sempre foi racista”. Tal visão era fácil de se impor, tendo em conta a tradição aristocrática da diplomacia em todos os países, especialmente na Europa e no Império do Brasil, escravista.

O Itamaraty sempre foi uma instituição de elite, em todos os sentidos. Eu também achava que não entraria. A fama de que o vestibular era dos mais difíceis afugentava, e ainda amedronta, candidatos de todas as cores. A exigência de domínio de línguas, imprescindível às atividades da profissão, constituía, sem dúvida, uma barreira seletiva, sem critério racial. Os exames sempre foram realmente difíceis. Requeriam base sólida para a qual o ensino médio no Brasil não era suficiente. Eu próprio estudei na Cultura Inglesa, na Aliança Francesa e em curso pré-vestibular especializado. Tudo isso representava empecilho para compatriotas pobres, por mais igualitários que se dispusessem a ser os concursos.

É evidente que racistas sempre houve no Itamaraty, como em qualquer outro órgão ou profissão. A maioria dos diplomatas era sim elitista, alguns até arrogantes

com os demais servidores, independentemente de cor. É possível que preferissem no foro íntimo não abrir socialmente a carreira. Mas isso eu nunca ouvi da boca de quem quer que fosse. Quase todos tinham o comportamento típico do branco brasileiro, paternalista “cordial” e declaradamente consciente de sua ascendência mestiça. Há uma história ilustrativa da época do chanceler Azeredo da Silveira. Quando, uma vez, creio que nos Estados Unidos, foi cobrado por não se ver nenhum negro em delegação por ele chefiada, sua réplica foi expressiva: “E você vê algum branco?”

A situação mudou bastante desde os anos 90. Lembro que cheguei a sugerir a lideranças do movimento negro recurso à empresa privada para o financiamento de bolsas a jovens que pretendessem fazer o concurso, habilitando-os para os exames em igualdade de condições. Creio que algo desse tipo chegou a ocorrer, não sei se com financiamento estatal ou privado. Não é criação de meu tempo na área, mas sei que o Instituto Rio Branco há anos mantém cotas. Hoje temos diplomatas negros em posições importantes, inclusive de chefia, não de ícones, em Brasília e no exterior. Pena é que a carreira brasileira, em processo começado há alguns anos, se encontre tão destruída!

O problema da pobreza no Brasil não está superado, nem o será nas condições vigentes, mas ele não atinge exclusivamente negros e outros segmentos diferenciados. As disparidades permanecem imensas. E as novas camadas de classe média, ditas “emergentes”, não ajudam, imitadoras de estilos e comportamentos alheios.

Quanto ao racismo brasileiro, como manifestação de preconceito e indiferença classista, ele existe sim e está se agravando no cenário cotidiano de provocações, ignorância e simplismo, fenômenos banalizados pelo uso compulsivo de *smartphones* e redes sociais. Eles não são, aliás, particularidades brasileiras.

GM: *Você acredita que as políticas de identidade são importantes para determinadas sociedades, sobretudo as dos países que conseguiram independência há menos tempo, a exemplo dos países africanos e caribenhos?*

JA: Foram as identidades que criaram as nações atuais. Mas a luta pela nacionalidade independente no período romântico tinha um sentido humano emancipatório, difícil de ser negado totalmente. Ainda que os Estados-nações criados com base na identidade tenham produzido e exportado opressões sob novas formas, são eles os primeiros responsáveis pela observância do Direito e pela promoção dos direitos humanos.

Tendo em conta que o Holocausto nazista foi contra os judeus da Alemanha, excluídos do “direito de ter direitos”, como notou Hannah Arendt (2007), vê-se que os direitos humanos devem defender também os diferentes. Aí surge logo uma questão importante. Seriam os judeus “diferentes”? Não seriam eles também criadores e

divulgadores importantes da grande cultura alemã? Não eram culturalmente alemães figuras extraordinárias como Einstein, Mahler, Stefan Zweig? Ou os judeus foram vistos como “diferentes” porque os nazistas buscavam “bodes expiatórios” para as dificuldades alemãs? Não quero dizer, como Sartre, mas de maneira simplista, que judeus são aqueles que os outros consideram judeus. O judaísmo é real e imanente, não somente como religião. Seu cimento comunitário mantém os judeus arraigadamente judaicos desde as perseguições narradas no Velho Testamento. Mas nada de diferencial imanente, nem mesmo a religião, impedia os judeus de serem alemães. Como os judeus do Brasil são brasileiros, como eu.

No CERD, ao ver a situação africana, senti de perto o absurdo de se impor o modelo americano de luta contra o racismo a todos. Em nome do multiculturalismo, o Comitê, contra minha vontade, cobra estatísticas desagregadas por etnia em todos os setores. Para isso é necessário, além de disponibilidade de recursos, que os Estados reconheçam como minorias étnicas todos os grupos de população no território. Reconhecer etnias na África é legitimar velhas tribos que digladiavam entre si. Conferir-lhes direitos especiais agora é promover novas guerras, inviabilizar a criação de nacionalidades abrangentes, como desejam os governos. A própria África do Sul de Mandela, pós-*apartheid*, com preferências raciais oficialmente invertidas, além de criminalidade espantosa, maior que a atual do Brasil, tem rejeição aos de fora. Na disputa por emprego e sustento, negros agridem outros negros, imigrantes do Zimbábue e outros países vizinhos, inclusive passando-lhes pela cabeça pneus em fogo como colares de ódio.

O Caribe é outra história. Lá quase só existem negros. Os brancos locais são pouquíssimos. Ainda assim, ou por isso, os caribenhos são líderes de cobranças de reparações das metrópoles pela escravidão do passado. Neles se encontram os primeiros vestígios da onda do “lugar de fala”. Logo depois da Conferência de Durban, realizou-se na Jamaica um grande encontro de ONGs para avaliar o evento. Dele foram excluídos os brancos. Na época, tal atitude racista foi repudiada no CERD.

Para não fugir ao espírito da pergunta, entendo que os negros de países como o Brasil têm direito pleno de valorizar e seguir a cultura ancestral que queiram, assim como os indígenas, as suas. Como têm os judeus, os descendentes de escravos, italianos, japoneses, árabes, alemães, espanhóis, portugueses etc. Para isso não é necessário desvalorizar os demais. Nada impede que eles próprios e seus filhos sejam brasileiros “da gema”. Desprezar a história de todos para valorizar outro lado é igualmente incorreto. Reduzir Machado de Assis para destacar Lima Barreto é bobagem. Depreciar a Princesa Isabel, o abolicionismo, Nabuco, a força de Castro Alves, é um crime, ou, melhor, suicídio. Não pode um progressismo falso, segregador, pós-moderno, propiciar à direita a bandeira de evitar essa morte. A Argentina de esquerda soube

apreciar a contento o muito mais problemático gênio de Jorge Luiz Borges.

Em 1990, a *Tempo Social* da USP publicou um texto excelente de Antônio Flávio Pierucci (1990) com valor premonitório: *Ciladas da diferença*. Nele, Pierucci assinala que a diferença é valor da direita, que a esquerda vinha incorporando, com risco de efeito bumerangue. Depois desse artigo, os alertas desse tipo quase desapareceram, vistos como politicamente incorretos. A maioria dos analistas, como os jornalistas, artistas, espetáculos e mídia comercial, passaram a endossar obsessivamente o discurso diferencialista, louvando o pertencimento a grupos não majoritários como um desafio indignado. Alertas ficaram por conta de autores de centro ou provocadores vários, que chamavam atenção para as diferenças que passam do vitimismo à afirmação de superioridade, ameaçando os demais e gerando reações fortes. Sem falar na reapropriação do “direito à diferença” pela direita retrógrada. Tais alertas permaneceram isolados um bom tempo.

Depois da publicação do livro do Mark Lilla (2017), *The once and future liberal*, sobre o aprofundamento eleitoral da esquerda liberal norte-americana desde que optou pelas “identidades”, os alertas vêm-se tornando frequentes. De minha parte, eu, como universalista ferrenho, começo a sentir-me, talvez, menos isolado, embora ansioso e aflito, diante dos efeitos bumerangue já espalhados pelo identitarismo de esquerda. Prenunciados no Brasil por Pierucci, os efeitos são hoje assustadoramente sentidos, na piora do racismo, na irritação com os defensores de direitos das minorias, na repulsa comum ao discurso dos direitos, na eleição de políticos considerados “azarões” das disputas, popularizados por grosserias e ofensas a tudo que lhes pareça intelectual, acadêmico, culturalmente de esquerda, “politicamente correto”.

GM: *Atendo-se à sua trajetória diplomática e às principais ideias presentes em seus estudos, como podemos entender as suas posições no espectro político? Podemos dizer que você pertence ao centro? Em relação às suas posições, qual seria o sentido do movimento pelos direitos humanos no mundo contemporâneo?*

JA: Uma das características da extrema direita agora é roubar o discurso dos outros. Acho que a esquerda tampouco fica bem na matéria.

Por definição, a direita considera as desigualdades inerentes à condição humana, não havendo como mudá-las. A esquerda sempre achou o contrário: as desigualdades existem contingentemente, por obra do sistema e dos homens, cabendo, portanto, mudá-los. A esquerda falava em revolução como meio para mudar o sistema. Hoje quem fala em revolução é a extrema direita, para chegar ao poder e voltar ao passado. Os direitos humanos surgiram para modificar os sistemas. Foram usados e abusados pelos liberais durante toda a Guerra Fria para criticar comunistas.

Hoje a situação inverteu-se: “comunista” é rótulo para aqueles que defendem minorias e direitos humanos. Antes o “progressista” lutava pelo progresso com igualdade entre todos. Hoje “progressista” é quem luta pela identidade de poucos. “Progresso” virou, para a esquerda pós-colonial pós-moderna, ficção da modernidade eurocêntrica, branca, homofóbica, machista e dominadora. Melhor é voltar ao passado das tradições sempre que não europeias. Burca, xador e véus ditos muçulmanos não são mais imposições opressivas de culturas masculinas. São “direitos” da mulher, de se apresentar como queira. Misógina, machista e pedófila é só a Igreja Católica. Eu fico com os velhos direitos humanos, universais, de todos. São a utopia em que insisto. Não tenho opção. São eles que, como explicava T. H. Marshall (1967) em estudo sobre a cidadania, respaldaram os trabalhadores europeus na luta por seus direitos econômicos e sociais. São eles que ainda podem garantir continuidade às frágeis democracias existentes.

Para a esquerda, ou centro-esquerda, em especial, é que falo. Ou ela encara a verdade, que seus objetivos visíveis em matéria de direitos são secundários diante da violência que assola todos, dão munição à direita pela irritação que provocam, ou, se não o fizer, continuará perdendo eleições. Mais do que modificações linguísticas e de hábitos arraigados pela “capilaridade do poder”, na expressão de Foucault (1979), o “politicamente correto” é, hoje, como já tendia a ser desde antes, uma cobrança abusiva. Não denunciar esse fato para que a esquerda se emende, para que os ativistas de direitos entendam os exageros que isolam, é aceitar a intolerância com medo de soar politicamente incorreto.

GM: *Sabemos que a democracia liberal tem sofrido ataques ao redor do mundo. Você vê alternativas para a democracia liberal num horizonte próximo?*

JA: Não vejo. Tampouco vejo motivos de grande esperança para ela.

Portugal, exceção positiva, com governo de centro-esquerda e bons resultados sociais e econômicos num cenário europeu adverso, não tem estatura para servir de modelo. A Finlândia, com governo recém-eleito, *idem*. A Espanha, mais significativa, que pode talvez se desmembrar para sempre, tem agora um governo de aliança socialdemocrata graças à abstenção dos deputados nacionalistas da Catalunha, é periclitante. A União Europeia, longamente modelo de região para o Mercosul e toda a América Latina, já perdeu o Reino Unido. Se este se der bem separado, há de inspirar muitos outros. O Leste Europeu inteiro é de direita extremada. Foi na Hungria que Viktor Orban, há uma década, forjou a expressão “democracia iliberal”, dando-lhe aplicação consistente na prática. Nos Estados Unidos, Trump, inocentado pelo Senado num bobo processo de *impeachment*, tem forte possibilidade de

reeleger-se. Na América Latina, a democracia, que nunca foi muito estável, enfrenta graves sobressaltos sociais e políticos. Sem falar no Brasil, ainda pasmo com a vitória da extrema direita, que finge esquecer agora o que o candidato dizia.

Pensar que a direita ascendente, do inglês Boris Johnson, do indiano Modi, do filipino Duterte e quejandos, possa restaurar confiança no jogo liberal-democrático é sonho. Enquanto esses políticos personificam, ao contrário, ameaças visíveis, são os votantes anônimos que os elegem. Não é preciso recorrer a Levitsky & Ziblatt (2018) para notar que o retrocesso atual “começa nas urnas”. Dizer, como se tem dito no Brasil de 2019 e 2020, que o que vem ocorrendo no país em matéria de regressão de conquistas sociais, direitos de minorias, mulheres e políticas públicas, é obra do “grupo ideológico” do governo é tapar o sol com a peneira. O candidato a presidente dizia claramente, e repetia, que iria seguir essa linha. Talvez não acreditassem nele.

O discurso doutrinário da extrema direita de hoje, que se articula internacionalmente, é mais parecido com o anti-iluminismo do fascismo histórico ítalo-alemão do que o dos regimes militares da América Latina. A par de imitações de líderes agressivos, seus mitos são transmitidos como fatos inquestionáveis, em cursos via internet com ampla audiência. Difundidos pelos meios de comunicação eletrônica ao alcance de todos, os chavões são repetidos por seguidores infinitos, a maioria dos quais não sabe o que está dizendo. Tanto quanto a má fé de pretensos filósofos, a ignorância ressentida e “empoderada” dá medo.

Vendo o filme belíssimo *J'accuse*³, sobre o célebre Caso Dreyfus - obra cuja celeuma em torno das motivações pessoais do diretor, Roman Polanski, desconsidera a oportunidade mais ampla do tema -, lembrei-me do caso Vladimir Herzog, no Brasil, morto em 1975. Oficialmente dado como suicídio, em estabelecimento tenebroso da repressão hoje elogiada como “patriótica”, a fotografia tirada na ocasião mostra o “auto-enforcado” pendurado pelo pescoço de janela basculante da sala, tão baixa que suas pernas são vistas dobradas no chão. Torturas se confirmaram depois pelas marcas do cadáver. O fato foi tão chocante que nem o general-presidente o absorveu satisfeito, levando-o a acelerar a distensão desejada. O presidente era Ernesto Geisel, firme reiniciador da política externa independente, que durou até 2018, condizente com o povo heteróclito, as forças armadas abrangentes e o tamanho gigantesco do Brasil, única capaz, inclusive, de nos garantir a Amazônia. A distensão foi avante; a política independente, orgulho dos brasileiros, que dava importância ao país entre os outros, e que se supunha de Estado, logo permanente, encerrou-se.

Casos semelhantes aos de Dreyfus, de Herzog, da política externa brasileira, repetem-se atualmente alhures, com outros atores, outras vítimas, outras áreas e instituições

3. *J'accuse* (2019), direção de Roman Polanski. Paris, Califórnia Filmes.

consagradas, em tantos lugares do planeta, que mal causam escândalo. Banalizam-se e são esquecidos. Constituem, porém, sintomas alarmantes da situação de perigo em que se encontra a democracia com liberdade no mundo. Ela me faz recordar a provocação de Zizek aos que, indiferentes, ricos e felizes nas condições presentes, encaram com otimismo as perspectivas unilaterais que vislumbram: “Certifiquem-se de que a luz no final do túnel não é o farol de um trem em sentido contrário”.

Não acredito, mas temo, profundamente, que o trem já tenha chegado. Esperemos que não se instale como estação terminal permanente.

Referências Bibliográficas

- ARENDT, Hannah. (2007), *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FOUCAULT, Michel. (1979), *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- FREYRE, Gilberto. (2006), *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 1ª edição 1933. São Paulo, Global.
- LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. (2018), *How Democracies Die*. New York, Broadway Books.
- LILLA, Mark. (2017), *The Once and Future Liberal: After Identity Politics*. New York, Harper.
- LINDGREN ALVES, José Augusto. (1994), *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo, Perspectiva.
- LINDGREN ALVES, José Augusto. (2018a), *É preciso salvar os direitos humanos*. São Paulo, Perspectiva.
- LINDGREN ALVES, José Augusto. (2018b), *A década das conferências (1990-1999)*. 2ª ed. Brasília, Funag.
- MARSHALL, T. H. (1967), *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MUNANGA, Kabengele. (2006), “Algumas considerações sobre ‘raça’, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos”. *Revista USP*, 68: 46-57.
- N'DIAYE, Tidiane. (2009), *Le génocide violé: enquête historique*. Paris, Gallimard.
- ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. (1948), *American Declaration of the Rights and Duties of Man*. <http://www.oas.org/en/sla/>. Consultado em 13/02/2020.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. (1990), “Ciladas da diferença”. *Tempo Social*, 2 (2): 7-33.
- TAYLOR, Charles *et al.* (1994), *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. Princeton, Princeton University Press.
- UNITED NATIONS. (1948), *Universal Declaration of Human Rights*. New York, UN. <https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Consultado em 13/02/2020.
- UNITED NATIONS. (1965), *International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*. New York, UN. <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CERD.aspx>. Consultado em 13/02/2020.

UNITED NATIONS. (1993), *Vienna Declaration and Program of Action*. New York, UN. <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx>. Consultado em 13/02/2020.

UNITED NATIONS. (2002), *Durban Declaration and Program of Action*. New York, UN. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/UniversalHumanRightsInstruments.aspx>. Consultado em 13/02/2020.

Texto recebido em 16/2/2020 e aprovado em 23/3/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.166581.

GUSTAVO MESQUITA é doutor em história social pela Universidade de São Paulo com pós-doutorado pela Escola de Ciências Sociais/CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Em 2020, é professor visitante da University of Birmingham, Inglaterra, onde desenvolve estudos sobre o papel do Brasil na descolonização africana. É também autor de artigos e livros, sendo o mais recente, em coautoria com Elizabeth Cancelli e Wanderson Chaves, *Guerra Fria e Brasil: para a agenda de integração do negro na sociedade de classes* (Alameda, 2020). E-mail: gustavormesquita@gmail.com.



Gisèle Sapiro, *Sociologia da literatura*. Trad. de Juçara Valentino. Belo Horizonte, Moinhos/Contafios, 2019.

Névio de Campos
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta
Grossa, Paraná, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-1850-316X>

A obra *Sociologia da literatura*, da socióloga francesa Gisèle Sapiro, em tradução da edição de 2014, com prefácio de Sérgio Miceli, está organizada em quatro capítulos, além das partes introdutórias e conclusivas. De modo preciso, Sapiro destaca no primeiro parágrafo da introdução que a sociologia da literatura investiga as práticas literárias como um produto social, em que estão inscritos instituições e agentes que produzem, consomem e avaliam esses bens culturais. Além disso, esse domínio requer a compreensão do tecido social que permite que determinadas obras sejam criadas. Valendo-se disso, Sapiro sintetiza que essa obra trata de produzir um

“inventário do avanço atual das pesquisas nessa área em plena expansão, dando destaque ao ângulo sociológico e à metodologia [...]” (p. 13), sem deixar de estabelecer um extenso diálogo com autores de diferentes domínios das ciências humanas. Como podemos observar, o livro é ambicioso pois busca sintetizar e apresentar ao leitor um percurso do debate no âmbito da sociologia da literatura, servindo de baliza ao estudante que recém-ingressou, e aos já iniciados traz uma boa atualização da discussão recente, sem deixar de fazer uma abordagem diacrônica e sincrônica.

A exposição parte do geral ao particular, inicia pelo capítulo intitulado “Teorias e abordagens sociológicas da literatura”, passa pelos dois seguintes, “As condições sociais de produção das obras” e “A sociologia das obras”, e finaliza com o que denomina de “Sociologia da recepção”. Se no primeiro mostra-se ao leitor como se desenha o debate teórico no âmbito dos estudos sociológicos da literatura, na sequência há um encadeamento de sua escrita, na tentativa de explicitar que os sentidos mais completos dos bens culturais podem ser desvendados à luz de análises que considerem os seus processos de mediação, sejam as condições materiais de produção das obras, os interesses específicos do campo de produção cultural e os diferentes elementos que estão presentes no complexo jogo de recepção e apropriação.

O primeiro capítulo, como bem sintetiza a autora na introdução, “traça a história desta especialidade e as teorias que mais a marcaram, em particular aquelas que tentaram ultrapassar a clivagem entre análise interna e análise externa das obras” (p. 14). O mote da sociologia da literatura é explicar as complexas relações entre as obras e as condições sociais de sua produção. De um lado, a autora apresenta alguns aspectos para assinalar o que chama teorias “protossociológicas”, com o objetivo de mostrar como ocorreu esse debate que redundou numa espécie de “o fazer literário como fazer social”, que consistiria em um olhar sobre “os efeitos sociais da literatura”,

“as leis da história literária”, sobre uma transposição “da visão de mundo à sociologia do gosto literário”, e a noção de “literatura como ato de comunicação” (pp. 18-28). De outro, ela registra as diferentes possibilidades que são abertas na segunda metade do século XX, enfatizando três principais movimentos. Primeiro, os estudos oriundos do marxismo, cuja preocupação central seria explicar as obras no interior dos determinantes do mundo material. Nessa tradição, estariam autores que apresentaram variados caminhos de análise das obras, como por exemplo Goldmann ao afirmar que “o verdadeiro sujeito da obra não é o autor individual, mas o grupo social ao qual ele pertence” (p. 31) e Richard Hoggart que, imerso nos estudos culturais, “lança as bases de uma sociologia da recepção das obras por meio de uma investigação sobre as leituras populares” (p. 32). Depois, uma tradição que procura captar o que chama de “mundo das letras como um universo específico que tem suas lógicas próprias” (p. 35). Aqui se inscrevem os estudos da teoria dos campos, nos quais a literatura seria “uma atividade que tem suas próprias leis, suas questões específicas, seus princípios de consagração, os quais são relativamente autônomos em relação às limitações externas” (p. 36). Igualmente inserem-se as pesquisas que delinearam o conceito de instituição literária para definir um “conjunto dos fazeres sociais que contribuem para instituir práticas literárias, como a escrita, ou ainda como um ‘conjunto de normas que aplicam a uma área de atividade particular e que define uma legitimidade que se expressa em uma lei ou código’” (p. 38). Nesse segundo movimento, ainda seria incluída a teoria da polissemia que preconiza “a heterogeneidade dos fenômenos observados e a coexistência de diferentes sistemas estratificados” (p. 40), como produtor, instituição, repertório, mercado, produto, consumidor. Por fim, apareceria o interacionismo simbólico, cuja abordagem ganha força nos estudos biográficos em que variáveis como “relações no seio da família, amizade, vida amorosa, formação de grupos, relações

com os pares, com os editores, com os tradutores [...]” (p. 44) ganham força explicativa. Outra modalidade inscrita nessa terceira tendência seriam os estudos das redes, cuja potencialidade é “romper com o imaginário das singularidades do ‘criador’” (p. 47). Sapiro assinala que “o paradigma das redes, que se espalhou tanto na história intelectual como na história literária, parece mais apto para descrever as interações às quais dão lugar a atividade comum e os modos de formação dos grupos e seus modos de mobilização” (p. 47).

Feita essa discussão mais geral, no segundo capítulo, a autora debruça-se sobre as condições sociais da produção da literatura e o modo de funcionamento do mundo das letras, seja para desenvolver uma narrativa de âmbito teórico ou para mostrar como tais estudos são conduzidos metodologicamente. Aqui se avança em relação à discussão já assinalada no capítulo anterior, particularmente ao aprofundar as propostas de que as obras somente podem ser compreendidas com base nas mediações dos diferentes condicionamentos sociais e das relações específicas do campo de produção cultural, mas sem deixar de considerar que são necessários estudos empíricos para observar como ocorrem esses processos nas diferentes experiências históricas. A discussão de caráter mais teórico está fundamentada nos estudos produzidos sobre os constrangimentos ideológicos e econômicos que pesam sobre as produções culturais, desde aqueles que indicam a prevalência da heteronomia até os que evidenciam o aparecimento social do escritor, a diferenciação social e a divisão do trabalho intelectual e, consequentemente, a emergência de uma certa autonomia. Por exemplo, Sapiro observa que “da censura às políticas de apoio à criação literária e ao livro, a relação do poder político com a literatura em diferentes regimes oferece um vasto terreno de pesquisa, largamente explorado pelos historiadores e cada vez mais pelos historiadores da literatura” (p. 49). Ela apoia-se na historiografia e na sociologia para mostrar como o escritor ganha

espaço social, chegando a assumir uma posição de destaque com a emergência do campo de produção cultural, estabelecendo-se mecanismos de resistência às limitações do campo político e do campo econômico. Esse processo, isto é, “a autonomia do campo literário se afirmou, na segunda metade do século XIX, por meio da reivindicação da primazia do julgamento dos pares e dos especialistas sobre aquelas dos profanos” (p. 54). Ao mesmo tempo a autora assinala a necessidade de estudos que tratem das mediações entre as obras e as condições sociais de sua produção em outros países da Europa e de outros continentes.

Ao tratar das condições sociais de produção das obras, Sapiro já está imersa nas discussões da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Mas essa vinculação ganha força quando passa a debater o modo de funcionamento do mundo das letras, enfatizando os mecanismos de recrutamento dos escritores. Novamente ela dialoga com historiadores – Alain Viala, Daniel Roche, Robert Darnton, Rémy Ponton – para mostrar o nascimento do escritor no século XVII. A autora utiliza as pesquisas historiográficas para demarcar as clivagens regionais, pois “os escritores regionalistas, recrutados principalmente na média e pequena burguesia comerciante, aparecem bem menos dotados de capitais herdados do que seus colegas que obtiveram um reconhecimento nacional” (p. 58). Da mesma forma identifica as disparidades de acesso à escolarização, uma vez que “os escritores constituem uma elite por suas origens sociais e por sua formação escolar secundária em uma época em que a taxa de escolarização por classe de idade é muito baixa” (p. 58). Além disso, ela registra que “o mundo das letras é também um lugar de observação das desigualdades entre os sexos e das clivagens de gênero” (p. 59), cujo processo de expansão do mercado reservava, no final do século XIX, uma diferenciação entre o que homens e mulheres poderiam escrever. No entanto, conforme assinala a autora, “a ascensão das mulheres à instituição escolar modificou amplamente essa situação. A feminização do campo literário após a

Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, a partir dos anos 1970, é uma das maiores transformações desse espaço” (p. 60).

Essas observações devem ser tomadas como desafio para estudos com recortes em outras regiões e continentes, como reitera Sapiro, em particular daqueles escritores que se encontram às margens das instituições de alto prestígio e de forte potencial de consagração. Nesses termos, ela destaca a metodologia de Análise de Correspondências Múltiplas, já bastante usada por Bourdieu – especialmente em *A distinção* (2007) –, para explicitar a estrutura do campo literário, seja para mostrar o funcionamento desse espaço social, seja para evidenciar os posicionamentos e as tomadas de posições dos agentes que nele estão imersos. Do mesmo modo, ela salienta que os estudos de redes podem ajudar a compreender as estruturas de relações e as estratégias empreendidas pelos agentes para integrar as instituições próprias do mundo das letras. Na parte final do segundo capítulo destaca-se que a sociologia da literatura explora o uso de dados qualitativos e quantitativos, em particular o uso de Análise de Correspondências Múltiplas.

No capítulo seguinte, a análise assume uma escala mais específica, pois ingressa no debate sobre a sociologia das obras, privilegiando uma reflexão sobre as representações por elas criadas e os modos de fazer utilizados pelos escritores. Esses dois aspectos ganham uma extensa imersão no universo dos estudos sociológicos, partindo das noções de visão de mundo, consciência coletiva, ideologia, senso comum, estrutura do sentimento ou dos afetos e chegando ao conceito de representação que ganhou visibilidade a partir dos anos 1980. Esse movimento sintetizado pela autora se desenha na assertiva de que “as obras literárias constituem uma fonte para estudar as representações sociais de uma época. Por suas representações sociológicas, a literatura realista se presta particularmente bem a este exercício” (p. 78). Valendo-se dessa consideração, a socióloga indica alguns estudos que mostram como as obras

de Balzac, Flaubert, Zola, Proust, Stendhal e Céline permitem acessar as representações de suas épocas. Por exemplo, “todos os romances de Stendhal têm como pano de fundo a luta de classe travada entre a aristocracia e a burguesia na Restauração e depois sob a Monarquia de Julho, e seus heróis se debatem contra os determinismos sociais aos quais estão aprisionados” (p. 78). Outra frente de análise se refere aos estudos empreendidos após os debates da noção de gênero, introduzindo pesquisas de obras como *Mademoiselle de Maupin* (1835), de Théophile Gautier, assim como *Gabriel* (1840), de George Sand, [que] constituem exemplos paradigmáticos, em uma época em que a inversão e o ato de travestir-se são considerados patológicos” (p. 80).

A autora considera importante problematizar a relação entre obras e condições sociais de sua produção, destacando que os produtos culturais não podem ser tomados apenas como reflexo das estruturas. É preciso considerar que a literatura tem um conjunto de estratégias que a constituem como modo de conhecimento prático. Sobre essa discussão, Sapiro afirma que “conceber a literatura como uma forma de conhecimento levanta a questão das relações entre literatura e os outros saberes, e os usos que são feitos dela” (p. 83). A análise indica que ater-se apenas às representações que uma determinada obra veicula não é suficiente para compreender as suas especificidades, o que requer um trabalho sobre a “formação”, isto é, sobre o processo “que transforma essa matéria em produto literário identificado como tal”. Esse empreendimento analítico supõe “trazer à luz os ‘modos de fazer’, isto é, o ‘espaço dos possíveis’, de acordo com Bourdieu, ou o ‘repertório’ de modelos (temas, estilos, opções linguísticas) disponíveis em um momento dado, segundo Even-Zohar” (p. 86).

Diante disso, a autora faz uma provocação de ordem metodológica: como desenvolver pesquisas com esses princípios? Ela explora a abordagem relacional com o objetivo de mostrar sua fecundidade em contraposição à hermenêutica essencialista da

linguística. Da mesma forma, sublinha a potencialidade do conceito de “repertório” que “permite compreender as formas legítimas de fazer da literatura” (p. 86), embora ele seja mais funcionalista que relacional. A abordagem relacional seria o mote central dos estudos da teoria dos campos de Bourdieu, em que se enfatizaria o modo de fazer, mas dentro do espaço dos possíveis.

O debate que está posto é a relação entre escritor, obras e mundo social. Sapiro sugere que um caminho seria reconstituir as escolas, as correntes e os gêneros no âmbito da literatura, utilizando métodos quantitativos para mostrar a evolução dos gêneros e realizar comparação entre gêneros e escolas, assim como o método prosopográfico para reconstituir as posições dos escritores e suas tomadas de posições com base em múltiplas variáveis como origem social, formação, idade etc. Outras variáveis podem ser fecundas nesse processo de análise, como as clivagens ortodoxia e heterodoxia, literatura e identidade, literatura e nação, o que gera toda uma problematização resultante no e dos estudos pós-coloniais, cuja centralidade é partir “de uma experiência da excentricidade para interrogar a cultura erudita e o cânone literário a partir das margens e da periferia” (p. 97).

No centro dessa discussão a autora assinala que os estudos expressam dois movimentos. De um lado, as pesquisas que tratam das literaturas periféricas tendem a enfatizar aspectos de caráter coletivo, como as lutas identitárias. De outro, as que retratam trajetórias de escritores com maior reconhecimento tendem a dar mais importância aos atos de criação. No entanto, a partir da tradição inaugurada por Bourdieu com a teoria dos campos, ela observa que os estudos relacionais pretendem superar essa clivagem, pois “a análise sociológica da produção das obras deve estudar o encontro entre um *habitus* e um campo, a interiorização do espaço dos possíveis sendo uma das condições de possibilidade do conhecimento das regras do jogo e da dimensão reflexiva, o que caracteriza a autonomia relativa do campo” (p. 100). Nesses

termos, o objeto da sociologia da literatura estaria nessa complexa relação entre autoria, obra e campos, podendo recorrer-se aos conceitos de estratégia de escrita e estratégia de autor, revolução simbólica, posturas e cenografias autorais para analisar como se configuram as mediações entre *habitus* e campo.

No último capítulo, ao tratar da sociologia da recepção a autora traz outros aspectos para esse complexo jogo analítico. Os sentidos das obras que já deixaram de estar apenas na intenção do autor ou no próprio texto, pois estão imersos nas múltiplas relações do mundo social e no universo particular do mundo das letras, ganham novas configurações com os problemas atinentes aos processos de recepção. Esse aspecto é discutido com base no que a autora chama de condições de recepção e apropriação, assim como dos usos feitos das obras. Ora, essa especificidade da sociologia da literatura assume que “irredutível à intenção de seu autor, o sentido de uma obra se deve, em parte, às interpretações e apropriações que são feitas por seus leitores” (p. 109). À luz dessa afirmação, Sapiro elege um conjunto de variáveis que compõem as instâncias de mediação, a saber: etapas e desafios da recepção, os processos literários, a recepção crítica, os efeitos da recepção sobre a obra, a circulação transnacional das obras literárias. Cada uma dessas variáveis tem aspectos peculiares, como por exemplo as etapas da recepção que vão desde o paratexto, ao texto e depois da publicação, os quais devem ser considerados pelos estudos que se inscrevem na sociologia da recepção. A autora cita alguns exemplos do que classifica como efeitos de recepção para sustentar que “não se pode pretender escrever a história literária ou a história intelectual sem levar em conta os processos de recepção e seus efeitos” (pp. 117-118). Igualmente assevera que um conjunto de estudos que toma seus objetos valendo-se do conceito de transnacional mostra que não se pode pensar a recepção e a apropriação apenas atreladas à noção de nacional, remetendo às diferentes escalas que vão do regional ao internacional.

O outro aspecto do processo de recepção está no uso que se faz de um conjunto de obras, chamado de sociologia da leitura, em que se destacariam desde levantamentos sobre leituras até trajetórias de leitores, isto é, estudos com caráter quantitativo para mapear os índices das leituras por região, cidade, país, idade, sexo, assim como pesquisas qualitativas que buscam esmiuçar as modalidades de apropriação e as diferentes interpretações que os leitores fazem das obras. A autora reconhece a ampliação das possibilidades de estudos a partir do uso do impresso e da evolução das práticas de leitura, ao dialogar com os pesquisadores da história do livro e da leitura. Ela indica as fontes possíveis para realizar esse desiderato investigativo, sem deixar de manifestar as dificuldades de fazer essa reconstituição, especialmente das práticas de leitura, das formas de apropriação e de interpretação. Ela amplia essa discussão para tratar das tentativas de identificação dos tipos de leitura, cujos estudos classificam “de público culto” e “público popular”, ou leituras sérias e leituras de diversão. Sapiro indica que o processo de invenção do livro escolar produziu novas classificações, como “práticas altruístas da elite, a utilidade moral e social das leituras sérias para as classes populares e médias e as leituras de entretenimento, como o romance de folhetim, relegadas ao mais baixo nível” (p. 131). Sem deixar de apontar os limites dessas classificações, Sapiro finaliza o capítulo assinalando que estudos sobre as trajetórias de leitores mostram “a diversidade das práticas e ‘interesses de leitura’: instrução, entretenimento, busca de conselhos práticos, devoção religiosa etc., que podem existir em um mesmo indivíduo, inclusive com leitura esteta” (p. 133), assim como reiterando a necessidade de aprofundar os estudos no campo da sociologia da recepção.

A obra resenhada faz uma síntese de um amplo escopo de tradições que tratam dos estudos da relação entre escritores e sociedade. Em termos gerais, esse problema perpassa três tradições teóricas principais. No largo movimento marxista há um conjunto

de autores com posições distintas no que tange ao modelo de explicação, mas todos preocupados em modular a forma de cotejar as ações dos indivíduos e as múltiplas determinações sociais, indo de Althusser aos estudos culturais de Williams. Se nesse grupo há um intenso debate no sentido de superar a teoria do reflexo (que subsumia o indivíduo à história), na outra linha apareceriam os estudos interacionistas, resultando em inúmeras frentes com tendência a privilegiar uma abordagem sobre o indivíduo, sobre a história de uma vida. Essa tendência encontra, de acordo com Sapiro, grande recepção no âmbito da história. De fato, nessa área podemos observar uma certa preocupação em captar não apenas os aspectos representativos de um grupo numa determinada trajetória, mas também as suas singularidades, como podemos observar na discussão de François Dosse (2009). Essas duas tradições indicam tentativas de superação de uma escrita desencarnada das obras, bastante comum na história da filosofia, literatura e arte. Esse debate perpassa grande parte do século XX e integra muitas áreas das ciências humanas. Na história, como diz Chartier (2002, p. 28), Lucien Febvre criticava esse modelo de escrita: “por isolar as ideias ou os sistemas de pensamento das condições que autorizam sua produção, por separá-los radicalmente das formas da vida social, essa história desencarnada institui um universo de abstrações onde o pensamento parece não ter limites já que não tem dependências”. Ou seja, “pensar de outro modo essas diferentes relações (entre a obra e seu criador, entre a obra e sua época, entre as diferentes obras de uma mesma época) exigia formar conceitos novos” (Chartier, 2002, p. 30). Assim “o indivíduo é devolvido à sua época, já que, seja ele qual for, não pode se subtrair às determinações que regulam as maneiras de pensar e de agir de seus contemporâneos” (Chartier, 2002, p. 34).

No entanto, havia uma certa preocupação com o apagamento do espaço de criação do indivíduo, razão pela qual assistimos ao retorno das microsso-

ciologias e das biografias. Isso estava no centro da discussão da relação escritor e sociedade. Por exemplo, de um lado, ao citar um fragmento de Dupront que remonta aos anos de 1960, Chartier (2002, p. 42) afirma que “a história das ideias [...] pende demais para a intelectualidade pura. O que importa, tanto quanto a ideia talvez mais, é a encarnação da ideia, suas significações, o uso que se faz dela”. Por outro, o mesmo autor cita Franco Venturi para dizer que “o risco da história social das Luzes, é estudar as ideias quando elas se tornaram estruturas mentais, sem apreender o momento criativo e ativo, examinar toda a estrutura geológica do passado, salvo precisamente o húmus sobre o qual crescem as plantas e os frutos” (Chartier, 2002, p. 42). O leitor pode encontrar em Bourdieu uma via de entrada para essa discussão, acessando os livros *Coisas ditas* (1992a), especialmente o capítulo “Campo intelectual: um mundo à parte”, *Razões práticas: sobre a teoria do agir* (2008), particularmente o capítulo “A ilusão biográfica”, *Para uma sociologia da ciência* (2004a), notadamente o capítulo “Esboço para uma auto-análise”, e *Esquisse: pour une auto-analyse* (2004b).

Nesse debate, Sapiro incluiu a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, cuja preocupação é apresentar uma metodologia que considere as condições materiais das produções das obras (aspecto relevante na tradição marxista) e o espaço de ação dos indivíduos (elemento fundamental aos estudos interacionistas). Assim sendo, caberia ao pesquisador a complexa tarefa de perceber os processos de mediação de uma obra, desde as condições materiais até as razões singulares dos indivíduos. O recurso do pensamento bourdieusiano é a teoria dos campos, em que se inscreve o espaço dos possíveis. A estratégia de Bourdieu é propor a hipótese de existência de campos com regras específicas com alguma força para condicionar a produção de seus bens. É nesse contexto que ele produz um conjunto de estudos que mostram a constituição de certos campos, especificamente o campo de produção cultural, como bem

analisa em *As regras da arte* (1996) e *Manet: une révolution symbolique* (2013). Em sentido estrito o leitor pode consultar o artigo intitulado “Le champ littéraire”, que mostra que “o grau de autonomia desse campo pode ser mensurado pelo efeito de re-Tradução ou refração que sua lógica específica impõe aos constrangimentos externos” (Bourdieu, 1992b, p. 8, tradução nossa). No horizonte dos herdeiros de Bourdieu, registramos *La guerre des écrivains - 1940-1953* (1999), *La responsabilité de l'écrivain: Littérature, droit et morale en France (XIXe-XXIe siècles)* (2011) e *Les écrivains et la politique en France, de l’Affaire Dreyfus à la guerre d’Algérie* (2018), de Gisèle Sapiro, assim como *A república mundial das letras* (2002), de Pascale Casanova.

A obra de Sapiro ainda sintetiza um longo debate que diz respeito à teoria da circulação e recepção que atravessa as ciências humanas. Na história, por exemplo, Chartier (2002, p. 52) defende que “restituir essa historicidade do consumo cultural ou intelectual seja ele mesmo tomado como uma produção, que certamente não fabrica nenhum objeto, mas constitui representações que nunca são idênticas àquelas que o produtor, o autor ou o artista investiram em sua obra”. Esse exercício de ruptura consiste, primeiramente, “afirmar que a obra só adquire sentido através das estratégias de interpretação que constroem suas significações”. Essa caracterização implica que a significação do “autor é uma dentre outras, que não encerra em si a verdade, suposta única e permanente, da obra” (Chartier, 2002, p. 52). Assim, “pode ser restituído o justo lugar ao criador, cuja intenção (clara ou inconsciente) não contém mais toda a compreensão possível de sua criação, mas cuja relação com a obra não é, no entanto, eliminada” (Chartier, 2002, p. 53). Esse problema também estava presente nas discussões de Bourdieu ao dizer que “[...] os textos circulam sem seu contexto, sendo-os inseridos e interpretados em função da estrutura do campo de recepção” (Bourdieu, 2002, p. 4, tradução nossa). No entanto, ele asseverava que “o sentido

e a função de uma obra são determinados pelo campo de recepção e campo de produção” (Bourdieu, 2002, p. 4, tradução nossa). Portanto, “trata-se de produzir um conhecimento científico dos campos de produção nacionais e das categorias nacionais do pensamento em que se engendram e se difundem esse conhecimento” (Bourdieu, 2002, p. 7, tradução nossa). Em língua portuguesa o leitor pode acessar o texto “Leitura, leitores, letrados, literatura” que está no livro *Coisas ditas*, já citado anteriormente.

Enfim, como se observa, a discussão do livro de Sapiro poderá induzir o leitor a uma imersão por diferentes tradições teóricas da sociologia da literatura, assim como à diferentes áreas do conhecimento das ciências humanas. A autora apresenta elementos que interessam tanto aos pesquisadores que desejam produzir estudos no âmbito da sociologia dos intelectuais, em interface com a história intelectual e história dos intelectuais, como a quem pretende enveredar-se por caminhos mais próximos à sociologia da literatura. Sem dúvida que esse último aspecto é o que está diretamente no horizonte desse livro da socióloga francesa, embora muitas discussões que estão presentes são objeto de reflexão das práticas de escrita de diferentes especialistas que se dedicam à relação entre intelectuais e sociedade.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. (1992a), *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- BOURDIEU, Pierre. (1992b), “Le champ littéraire”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62-63: 4-46.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa, Presença.
- BOURDIEU, Pierre. (2002), “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145: 3-8.
- BOURDIEU, Pierre. (2004a), *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa, Edições 70.

- BOURDIEU, Pierre. (2004b), *Esquisse: pour une auto-analyse*. Paris, Raison d'agir.
- BOURDIEU, Pierre. (2007), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Zouk.
- BOURDIEU, Pierre. (2008), *Razões práticas: sobre a teoria do agir*. Campinas, SP: Papirus.
- BOURDIEU, Pierre. (2013), *Manet: une révolution symbolique*. Paris, Raison d'agir/Seuil.
- CASANOVA, Pascale. (2002), *A república mundial das letras*. São Paulo, Estação Liberdade.
- CHARTIER, Roger. (2002), "História intelectual e história das mentalidades". In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre, UFRGS, pp. 23-60.
- DOSSE, François. (2009), *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo, Edusp.
- SAPIRO, Gisèle (1999), *La guerre des écrivains - 1940-1953*. Paris, Fayard.
- SAPIRO, Gisèle (2011), *La responsabilité de l'écrivain: Littérature, droit et morale en France (XIXe-XXIe siècles)*. Paris, Seuil.
- SAPIRO, Gisèle (2018), *Les écrivains et la politique en France, de l'Affaire Dreyfus à la guerre d'Algérie*. Paris, Seuil.

Texto recebido em 8/3/2020 e aprovado em 4/5/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.167485.

NÉVIO DE CAMPOS é professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa e pesquisador produtividade do CNPq. E-mail: ndoutorado@yahoo.com.br.

